

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES**
VOLUME 3



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)

Ficha técnica – Outras obras do autor:

LIVROS, PREFÁCIOS E TRADUÇÕES DE LIVROS
2018 FOTOEMAS foto book, fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores de Chrys Chrystello e-livro http://www.blurb.com/b/8776650-fotoemas ISBN: 9781388351083
2018 revisão, compilação e Nota Introdutória de Missionários açorianos em Timor vol2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas
2018. CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 2, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1012/ChronicAcores-uma-circum-navegacao-vol-2-(3%C2%AA-ed-2018).pdf
2018. CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1013/chronicacores.-uma-circum-navegacao-vol.1--3%C2%AA-ed-2018.pdf
2017. Bibliografia Geral da Açorianidade em 2 vols. 19500 entradas, Ed. Letras Lavadas Publiçor, Ponta Delgada
2'17, revisão, compilação e Tradução de "O mundo perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta ed. LIDEL
2017. Poema "Maria Nobody" IN VIII Volume da Antologia de Poesia Portuguesa Contemporânea "Entre o Sono e o Sonho" Chiado ED.
2017. A língua portuguesa na Austrália, Capítulo em "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Ed. Universidade da Beira Interior, org. Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório
2017. "Três poemas açorianos" in Antologia ed. Artelogy dezº 2016
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", in "Povos e Culturas - A ilha em nós", Revista Povos e Culturas nº 21-2017 Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", capítulo do livro "A condição de ilhéu", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2016, compilação, revisão e Prefácio de Missionários açorianos em Timor "Um missionário açoriano em Timor" vol. 1 de D. Carlos F Ximenes Belo ed. AICL e Moinho Terrace Café
2015. CD Trilogia da História de Timor. 3760 páginas, contém os 3 vols. e ed. em inglês do 1º vol., ed. AICL, Colóquios da Lusofonia. 4ª ed. AICL, Colóquios da Lusofonia https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/
2015. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª ed. 2015
2014. Prefácio de "O voo do Garajau" Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras e AICL http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300016
2013. Crónicas Austrais 1978-1998, monografia, 3ª ed. https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais
2012. Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975 vol. 1, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
2012, Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 - ISBN 9789728985646 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf
2012, volume 3 da trilogia da História de Timor, As Guerras Tribais, A História Repete-se 1894-2006, 1ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf
2012, volume 1 da trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed. http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf
2012, Tradução "Uma pessoa só é pouca gente / A lonely person is not enough people, the sex and the divine" de Caetano Valadão Serpa
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.
2012, volume 2 da trilogia da História de Timor: Historiografia de um repórter - Timor-Leste 1983-1992 DVD – 1ª ed. 2005-2012 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1008/TRILOGIA-vol.-2-Historia-de-Timor.pdf https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992 http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf
2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
2011, CrónicasAçores uma circum-navegação vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras http://www.calendario.pt/index.php?id=246&cat=203&pid=55
2010, tradução para inglês dos Guia de Mergulho da Madeira; Guias de Mergulho das Ilhas dos Açores, Ed. VerAçor
2009, CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1 esgotado, online https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-cores/oclc/357576846&referer=brief_results
2009, CrónicasAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor ed. 2009
2008, Tradução para inglês de "S. Miguel uma ilha esculpida" Daniel de Sá, Ed. VerAçor.
2008, Tradução de "Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel" Victor Rui Dóres, prelo, ed. VerAçor.
2008, Prefácio e Revisão "A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse" de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
2007, Tradução para inglês "E das pedras se fez vinho" de Manuel Serpa ed. VerAçor, Açores Portugal
2007, Tradução para inglês, "Santa Maria Ilha Mãe" Daniel de Sá, ed. VerAçor, Açores, Portugal
2005, coautor tradução para português "The Lost painting" Jonathan Harr, ed. Presença
2005, Cancioneiro Transmontano, ed. Santa Casa da Misericórdia Bragança, https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf - http://www.lusofonias.net/chryscv/CANCIONEIRO%20TRANSMONTANO%202005).pdf
2004, tradução para português "A People's War" de Vo Nguyen Giap, Editora Sílabo Portugal
2004, tradução para português, "Dien Bien Phu" de R. H. Simpson, Editora Sílabo Portugal
2002, tradução de "La familia: el desafío de la diversidad" Adelina Gimeno (castelhano, Psicologia), Instituto Piaget Portugal
2000, Crónicas Austrais - 1978-98 (monografia) (1ª ed.) http://www.ebooksbrasil.org/microrader/cronicasCA.lit http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor0.pdf
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste The secret files 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf https://www.worldcat.org/title/east-timor-the-secret-file-1973-1975/oclc/66016286&referer=brief_results http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng-
1999, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) 1ª ed. ISBN 10: 972-8305-75-3 / ISBN 13/EAN: 9789728305758 https://www.worldcat.org/search?q=chrystelllo&fq=&dblist=638&fc=ap: 25&at=show_more_ap%3A&cookie
1991-2011 Yawuji Barra e Yawuji Baia Os avós de barra e Avós de Baia, ed. 1991-2011 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuji-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf
1985 crónica X Aborígenes na Austrália https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf
1981, Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 (1973-81) poesia, ed. Macau (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf , http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-cqj-Volume-3-4#scribd
1974, Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) ed. abril 1974 Díli, Timor Português (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf
1972, Crónica Do Quotidiano Inútil vol. 1 (Poesia) Porto (Esgotado) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQL.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf

Contacto do autor: (+351) 919287816 drchryschrystelllo@yahoo.com.au / chryschrystelllo@journalist.com

Crônica 0

Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) que foi poeta, escritor, conferencista, professor, tradutor, criador de jornais e revistas, disse certa vez de Platão e Aristóteles que colocaram "dois sistemas opostos diante da mente do mundo". E disse mais: "Todo homem nasce aristotélico ou platónico. São duas classes de homens, ao lado das quais é praticamente impossível conceber uma terceira". Platão ambicionava a sabedoria do além, do mundo das ideias, do qual o nosso mundo é apenas uma sombra pálida. Idealista. Aristóteles procura a sabedoria aqui, com os dois pés no chão. Foi Aristóteles um dos primeiros a procurar uma verdade objetiva sem a necessidade de "mágica". Aristóteles aconselhava a não discutir com qualquer um, uma recomendação que confirma a famosa Lei de Murphy, segundo a qual quando a gente discute com um idiota poderia ocorrer que outros não percebessem a diferença. A conduta, os artigos, a forma cética e irreverente de JC falar, sempre obcecado por ser "politicamente incorreto" já há muito denotavam aquilo que o velho Aristóteles categorizava como um "idiota".

Nesta fase adiantada da minha vida, era mais um *homo domesticus* que ficava em casa, incapaz ou sem querer interferir de forma ativa nos assuntos da "civitas". Não aceitava como minha a responsabilidade de lutar sozinho contra déspotas, tiranos, corruptos, medíocres, ao contrário do que fizera já, sem grandes resultados, durante várias décadas. Um autor açoriano, de seu nome Daniel de Sá, já o havia intuído:

Existe um "castelo" na Lomba da Maia. Não tem torres nem ameias nem tampouco o fosso protetor contra invasores e atacantes. Também não tem nome nem dono. Foi assim batizado por aquele escritor, por lá se avistar (dia e noite) um castelão, agarrado ininterruptamente ao seu computador, organizando os Colóquios da Lusofonia.

De facto, dali do topo da sua "falsa" (o nome micalense para o sótão) a minha janela abria-se sobre todo o mundo: podia observar os mares e os montes, as vacas, as eternas brumas que se aproximavam e, por vezes, desapareciam sem deixar rasto. Outras vezes era a chuva inclemente e impiedosa que vinha ora do norte, ora do oeste ou do sul, e aí sim, ela abatia-se sobre o seu "castelo" e as grossas gotas corriam pela sua janela e toldavam-lhe o juízo, arrefecendo a sua paciência oriental. Mas não foram essas chuvas quem apagara o fogo da minha paixão pela verdade, equidade, justiça e liberdade, extinto há muito pela sublimação do hábito que torna os quotidianos em tarefas cada vez mais pesadas, quando o desespero se apossa subitamente, sem premeditação. Martelava ferozmente o teclado em frente ao qual gastei a última grossa de anos (não eram doze dúzias, mas assim lhe pareciam) da sua vida, deixava que a vida lá fora corresse sem pressas. Devagarosamente debitava palavras que a gaveta iria consumir com a humidade que, aliás, era muita naquela ilha sempre verde. Sempre a gaveta para onde desde miúdo atirava tudo o que produzia na esperança de um dia lhe vir a ser útil.

Felizmente sempre tive a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim cheguei a ler tudo o que escrevi ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. Outros ocupavam o lado outro de folhas A4, recicladas de traduções, notícias e outras. Foi um trabalho longo. Ler e rever tudo o que me aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. Alguns faziam parte de escritos e reescritos já publicados, outros nem por isso, e havia os mais recentes publicados já sob o pomposo e deshumble título de *Crônicas: uma circum-navegação*. Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos (e muito ficara por ler e desvendar, para memória futura) a minha tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde passara, que nem um caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mãe, um lar.

E é sobre essa fluente e vasta escrita que este livro versa. Já aprendera isso com o meu pai e repetia-o até à exaustão pois a experiência ditava-me de que poderiam ser úteis tais anotações. Já o tinham sido por várias vezes. Era difícil aos que me rodeavam compreenderem aquele frenesim, aquela angústia de escrever e por muito que lhes explicasse (o que já deixara de fazer havia tempo) recusavam-se a ver a minha irrepreensível lógica. Sabia que tinha uma missão diferente de todas as outras e teria de a levar a cabo, embora sem ter cartas de marear nem rotas nem itinerários. Era quase um eremita rodeado de gente pouca, por todos os lados, como convém a quem é uma ilha, incapaz de se deixar contagiar pelos clamores externos. Não havia ambiguidades na minha postura, optara por ser aquilo que atualmente era. Já não tinha nem ressentimentos nem ilusões. Já passara o tempo da dor, limitava-me a sorrir pouco e rir qb. A vida passada só fazia sentido para o ego que fora meu, mas já não era. Não poderia repeti-la agora. Tê-la-ia vivido da mesma forma se confrontado com idênticas circunstâncias. O presente devia ser aproveitado sem os hedonismos do passado, com a frugalidade que o meu padrão de vida me permitia, sempre otimista quanto aos melhores dias que podem sempre vir, quando menos se espera, sem nunca desesperar.

Considerava-me um privilegiado, vivi três vidas numa só. Criei três carreiras distintas que prossegui em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas trazia comigo uma pesada bagagem de conhecimentos e cultura que teimava em acarretar sempre que mudava de residência. Tal como George Steiner em "Os livros que não escrevi" não se definia politicamente, eu nunca declarava abertamente as minhas ideias políticas, nem a minha verdadeira posição. Afirmei sempre nunca pertencer a nenhum partido ou clube, e dessa forma reneguei qualquer afiliação que pudesse ter existido nos meus anos formativos. Mesmo quando visualizava os espetáculos desportivos não me deixava levar pelas emoções ou por simpatias, via friamente o que o pequeno ecrã me proporcionava e chamava àquilo o meu entretenimento gratuito. Evitava a todo o custo pronunciar banalidades e raramente subscrevia manifestos. Pelo contrário ridicularizava a impreparação dos jornalistas que debitavam decibéis em telejornais vazios de conteúdo, incitava-os a fazerem as perguntas corretas sem medo de perderem os seus empregos. Raramente via uma coluna vertical e proba naqueles escribas atuais, meus colegas de profissão, sempre de costas vergadas à censura económica dos seus patrões. Raros os editoriais ou artigos de opinião que subscrevi, pois poucos podiam escrever livremente e menos ainda os que os queriam ler. Muitas vezes no meu blogue e nas minhas crônicas, fazia análises da conjuntura mundial ou nacional usando meramente o senso comum e interrogava-me porque é que o povo à minha volta não podia ver as coisas com a mesma claridade e transparência com que eu as via.

Escolhi esta forma de isolamento, quiçá aprendido da obra de Nietzsche que fora bandeira da minha juventude revolucionária, de aprendizagens várias. Afirmei sempre prezar imensamente a incomensurável liberdade de expressão e de discussão que a revolução de abril (1974) nos trouxera. Tinha esse desprendimento próprio de quem nunca perdoava ter tido o meu primeiro livro de poesia, quase juvenil e inóspita, cortado pelo lápis azul da censura e reduzido a um terço da sua dimensão. O meu retiro no "castelo" aparentava uma passividade que não me era inerente, mas era assim que eu reagia ao desapontamento da democracia conjugado com uma utópica visão do mundo que herdei dos muitos livros

que li, sobretudo na infância e juventude. Temia todos os totalitarismos e fundamentalismos, e já não receava ser acusado de elitista. Nauseavam-me os espetáculos de voyeurismo que as televisões colocavam no ar, sem intimidades, nem privacidades, como se fosse a transposição de tudo aquilo que os malfadados formulários burocráticos haviam conservado de cada um e os resolvesse expor na praça pública para deleite geral. Uma espécie de Maria Antonieta no cadafalso para todos verem e vilipendiarem. Era similar às ações encenadas dos políticos para todos verem o que pretendiam que vissem, como se as decisões sobre o presente e o futuro do país se definissem através desse jogo de sombras chinesas ou de marionetas indonésias.

Teologicamente definia-me como ateu e não como agnóstico, mas lamentava-me de ter perdido a fé com que cresci, embora ainda hoje me limitasse a aplicar na prática todos esses bons ensinamentos. Ironizava ser mais católico do que muitos praticantes do rito romano, e de ter feito mais bem sem olhar a quem, do que muitos daqueles que se continuavam a benzer, e a ir comungar num espetáculo de voyeurismo público que me repugnava. Ao decidir ficar em casa, no meu "castelo" era uma espécie de observador neutral do mundo que se desenrolava a meus pés, ainda, e sempre, convicto de que os seres humanos podem ser iguais, independentemente do seu género ou sexo, da sua nacionalidade ou cor de pele. Estava, porém, lucidamente consciente, desta utopia, pois haveria sempre os favorecidos pela "sorte", os ricos (e quem enriquece à custa de trabalho honesto?) e todos aqueles cuja única missão no mundo era contrariar os meus arreigados princípios de probidade e dedicação a causas perdidas. Estava consciente de que a lei, qualquer que ela seja, qualquer que seja o país, está cheia de iniquidades e favorece obviamente os ricos e os corruptos e quem se "lixo é sempre o mexilhão", pois são sempre os pequenos e os incómodos que servem para dar exemplo da luta contra o nepotismo e corrupção.

Bastava nascer-se no Congo ex-belga, em Kiribati (no Pacífico Sul) ou na Terra do Fogo para as hipóteses de futuro serem radicalmente distintas daquele que nasceu no palácio de Buckingham, só para dar um exemplo dum "rapaz da sua idade". Embora não tivesse nascido com deformações ou deficiências genéticas viria a adquirir uma perigosíssima estirpe viral: a do conhecimento e da insaciável sede pelo mesmo. Aí, congratulava-me por não ter nascido cego, pobre de espírito, ou delinquente. Outra deficiência que adquirira em novo, por influência paterna, tinha a ver com a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, uma malformação congénita que me valera muitos dissabores pessoais e profissionais ao longo da vida.

Viera um dia, descendo das nuvens que pairavam sempre sobre estas ilhas, como quem não quer poisos certos e acabei por ceder ao peso das dúvidas e das dívidas. O meu andar não era tão ereto nem certo como fora em tempos, a cabeça baixa, os olhos baços e encovados do cansaço e desespero. Arrastava-me penosamente pelo calendário dos dias, sem deixar grandes marcas além das baforadas dos cigarros sorvidos sofregamente. Tinha ainda uma missão a cumprir na vida, das duas ou três que guardara para estes anos finais quando as chamas se apagavam e os sonhos esmorecidos não passavam já de memórias. Atribuía o facto à idade, embora me gabasse de envelhecer suavemente, sem pressas nem negações, mas finalmente deixei de lutar e de sonhar com as áreas vastas e os horizontes sem fim, mais típicas do meu australiano continente-ilha. Aliás, sabia que estava a ficar caduco desde aquele dia em que ao espirrar me saltara a dentadura postiça com estrondo para cima da secretária. Aqui e agora, estava tolhido pelas colinas verdes, as tais vacas alpinistas, as brutais variações climatéricas diurnas, a nesga de mar que vislumbrava pela sua janela. O verde afetava-me quase tanto como a frequente falta de sol de que carecia para a função clorofilina. Obrigara-me a nunca me queixar, a estar sempre contentado sem nunca me contentar. Resignado deveria ser o termo, mas fingia que nada me afetava nem inquietava. Isto passava-se enquanto as dúvidas e os temores me assolavam, cada vez mais frequentemente, se bem que numa escala metafísica pouco consentânea com as preocupações mais comezinhas daqueles que me rodeavam.

Tomara-me taciturno, quase monossilábico, não tinha com quem dialogar, eram todos surdos em volta e falavam uma língua diferente com sotaques estranhos e quiçá incompreensíveis. Sentia-me estrangeiro. Duas vezes ao ano partilhava palavras com os meus pares ideológicos nos Colóquios da Lusofonia, mas para isso precisava de organizar esse tipo de reuniões intelectuais à custa de muita labuta e sem proveito qualquer. Perguntava a mim mesmo se era este o preço a pagar para poder falar. Sempre falara, e muito, e agora via-me calado e ensimesmado. Deixara de viajar frequentemente, como fizera toda a vida, e os locais estranhos eram visitados apenas no pequeno ecrã com que entretinha as horas que não passava a teclar.

Politicamente incorreto até à medula, sem ser libertário, raramente deixava perceber quais os meus ideários, mas nunca me cansava de falar em liberdade, em especial, a de expressão e de opinião. Falava da liberdade individual como se ela fosse mais vital do que o pão para a boca ou o dinheiro para pagar as contas. Era de opinião de que todos deviam ter a liberdade que eu (e nós próprios) temos e por isso não me coibia de dizer **não** quando o entendia, em vez de cortesmente dizer sim quando a mente me dizia não. Não pactuava com falsas noções. Era por isso socialmente incorreto quando dizia que não tinha aparecido porque não lhe tinha apetecido ir, ou quando afirmava que preferia ficar em casa, no meu "castelo" a juntar-se às proles.

Aliás, sem cerimónia dizia que me custava estar no meio de multidões, e havia já escrito em 1972 no meu primeiro poema que abria o volume de poesia [Crónica do Quotidiano Inútil] "

-- 11 h.

A correr do café com leite para o elétrico torrado.

Palavras marteladas pelo HÁBITO INCÓMODO.

-- Quinze tostões.

Direito a empurrões, pisadelas.

O pó é grátis

por vezes, o cheiro da democracia custa a engolir...".

Devia ser uma ideia premonitória, dado que quando o escrevera ainda não vivera a democracia, pois decorria então a dita primavera marcelista estiolada que foi o estertor do Estado Novo salazarista. Mas é sempre difícil os outros aceitarem estas declarações verdadeiras e honestas, ninguém gosta de saber que alguém não quer estar connosco e prefere ficar sozinho. Não aceitam que seja preferível uma pessoa ficar em paz e sossego consigo mesmo, essa coisa banal que se resume a estar consigo mesmo e não com os outros.

Há momentos para tudo, para estarmos connosco e momentos para estarmos com os outros. Era dessa liberdade que falava e que procurava, quando não estava bem com algo, não deixava que isso me atormentasse e punha termo ao mal-estar. Mesmo que isso implicasse os outros sentirem-se aparentemente ofendidos e tristes por se preterir a companhia deles ao silêncio dum teclado a ser martelado suavemente com ideias. Era dessa liberdade que falava e era essa liberdade individual que prezava mais do que tudo. Era avesso a todas as formas de dirigismo ou de manipulação, queria decidir por mim mesmo, ainda que inconscientemente estivesse a ser manipulado ou influenciado pelo que lia e ouvia.

Já tinha sido assim quando me proibiram de fumar em locais públicos australianos no fim da década de 80 e depois quando em Portugal a mesma cegueira protecionista da saúde se abateu sobre cafés e outros locais em janeiro de 2008. Para mim tratava-se de mais um fundamentalismo que não estava disposto a aceitar. Se as minhas idas ao café já eram pautadas por períodos limitados a mero conjunto de segundos, frações minúsculas de minutos, estes passaram a ser mais curtos ainda, pois embora habitualmente não acendesse um cigarro após o café, passei a acendê-lo apenas para provar que o podia fazer quando queria e não quando os outros deixassem. A minha relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à minha aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com as autoridades militares no decurso da minha vida como oficial do exército e no decurso da minha vida profissional. Era avesso aos “carneiros” e talvez por isso mesmo acabaria por casar com uma pessoa desse signo.

Despeitava a inveja alheia, noção que me era alienígena, pois invejava nada ou ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidade. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos “intelectuais” ou até mesmo “pseudointelectuais” em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo, pois isso nem a sociedade, em si, nem os políticos, em especial, se encarregariam jamais de fazer. Acreditava que podia marcar a diferença e começava as revoluções em casa.

Deixei sempre aos filhos a liberdade de escolherem a sua vocação religiosa quando tivessem idade, nunca ia à missa só porque sim, como o meu pai fizera sempre, acompanhando religiosamente a minha mãe, essa sim praticante dessas coisas do culto da missa. Os tempos eram outros e não havia já aquele estigma forte de se ser um não-praticante ou um não frequentador de missas. De qualquer modo acreditava ser coerente. Ao contrário dos meus pais, que raramente me deixavam usar o telefone, cedo coloquei telefones nos compartimentos todos da casa para que o filho mais novo pudesse falar ao telefone ou usar a internet, com moderação. Lembrava-me ainda do tempo em que o telefone tinha apenas trinta centímetros de fio e uma pessoa tinha de ficar ali agarrada aquele pedaço de baquelite preto a falar por monossílabos, com o resto da família perscrutando as ondas e o éter a conjeturarem toda uma conversa que se queria privada. Mais tarde, inventei um sistema com um fio de extensão do telefone que se ligava na tomada e dava para esticar o aparelho pelo resto da casa. Fosse onde fosse que me fechasse: no quarto, na casa de banho, na varanda, já podia falar com privacidade, mas só o fazia de noite quando os pais já dormiam para poder falar longamente... infelizmente o filho tinha um desprezo para com o telefone igual ao que ele agora sentia por esse meio de comunicação retrógrado e que raramente utilizava por prazer. Mais voltado para as novas tecnologias e um típico autoensinado, o filho desfazia-se em digressões e divagações tecnológicas cibernéticas sempre em busca de descoberta do Santo Graal mesmo que não o soubesse nem sabendo bem o que procurava.

Nasci em 1949, fruto dum pós-guerra que abalou profundamente os alicerces da minha família. De abastada em 1906 e possuidora de três carros durante a 1ª Grande Guerra, pouco se via da velha família com laivos de nobreza. A família sobreviveu mal à Grande Depressão de 1929 com grandes perdas financeiras e a sua redução a uma mera burguesia “cheia de pergaminhos nobres, mas sem cheta” como soía dizer-se então. Embora crescessem a falar francês, inglês, italiano ou castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza. Tinha, também, muito orgulho no apelido Meira, cuja origem descobri ser muito antiga.

Família que tomou o apelido de Meira no bispado de Tui (Galiza) o mais antigo que se conhece é Rodrigo Afonso de Meira, senhor do solar de Meira. Mais tarde Gonçalo Pais de Meira, alcaide de Guimarães que, com seus filhos, organizou a defesa da praça, ao serviço da Corte de Espanha, livrou do cerco a cidade de Guimarães no ano de 1369.

Dizia a lenda que saíra da nossa posse um Palácio na Galiza, por um tio-bisavô do lado Meira, que se recusava a tornar espanhol e por isso perdeu todas as propriedades em Espanha dado que os não-Espanhóis estavam então proibidos de possuir terras e bens. Mas a sua verdadeira identidade nunca descobri nem encontrei ligação nossa do lado Meira (radicado em Afife, mas originário de Lugo, Santa Maria de Meira) nem desse antepassado que alegadamente havia sido o dono do Pazo de Meirás em El Ferrol, que é um Palácio de Verão pertença da Coroa espanhola, mas só muito mais tarde vim a descobrir que parecia nunca ter havido ligação nenhuma a esse Palácio de Verão que o ditador Francisco Franco “anexara” na década de 1930 e do qual usufruía por 36 verões consecutivos e que hoje recusam devolver ao estado.

Embora crescêssemos com a capacidade de falar castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza.

As origens de outro ramo da família datam de 960 d.C., anteriores a Afonso Henriques, a cujo aio judeu estavam ligadas pelo casamento da filha de Egas Moniz, ou seja, anterior à formação do próprio Condado Portucalense e de Portugal.

No que diz respeito ao apelido este originou-se com D. Sancho Nunes Barboza, senhor da Quinta de Barboza, na terra do mesmo nome. Era seu solar a Quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o nome, no lugar de Barbosa, na freguesia de S. Miguel de Rãs (Penafiel, Norte de Portugal). Segundo Miguel de Sousa (in “As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas”, SporPress, 2001), os Barbosas foram uma importante família nobre portuguesa no século XII, mas que entrou em decadência nos séculos XIII e XIV. D. Sancho Nunes Barboza era descendente de D. Nuno Guterres, aliás Conde D. Nuno de Cela Nova, filho do Conde D. Teobaldo Nunes, um dos mais ilustres e valorosos cavaleiros do tempo do rei D. Bermudo II de Leão. D. Nuno era irmão de S. Rosendo, famoso bispo de Dume no ano de 925. Este nome pode ter sido documentado muito antes da data mencionada acima. Apelido português toponímico, indica um lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (espécie de planta). Como topónimo, José Pedro Machado (in Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa) considera que Barbosa é originalmente um adjetivo na expressão «(terra) barbosa», isto é, «(terra) onde haja abundância de plantas chamadas barba» (ver barba no Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Moraes Silva, 2.ª edição).

A ligação ao título de Conde de Celanova permaneceu na família durante gerações, mas por razões que não vêm ao caso já não estão atuais. Havia também uns primos direitos, mais velhos do que eu, nascidos no Brasil e lá residentes, que queriam o título, a que legitimamente tinham direito por consanguinidade e hierarquia. Passados os dias difíceis da Grande Depressão quando o meu avô morreu (1930) em que terrenos, casas, propriedades e fábricas foram sucessivamente roubados por outros membros da família ou perdidos na voragem da bancarrota, a família sobreviveu à Segunda Grande Guerra.

A Quinta do Cabeço em Afife foi uma das perdas mais sentidas pelo meu pai. Cheguei a conhecer as suas casas de infância, uma na Rua Visconde de Setúbal e Rua da Regeneração (atual Rua João das Regras, onde está um tribunal

agora), mas as casas de verão na Foz e Matosinhos onde passavam o Verão já não as conheci. Consta que alguns membros da família (em especial um cunhado que era contabilista do meu avô) a quem dera apoio com trabalho e benesses foram os que mais se aproveitaram dele estar em maus lençóis.

Ainda viríamos a herdar algo que eles deixaram por não terem descendentes). Com a derrocada financeira e subsequente morte do patriarca viria a impossibilidade de o meu pai acabar o liceu e ter de se resignar a acabar os estudos numa Escola Comercial, tendo cedo começado a trabalhar nos escalões inferiores duma multinacional norte-americana¹. Entretanto, de tenra idade o meu tio, irmão mais velho do pai, emigrou para o Brasil (teria uns 7 ou 8 anos, por volta de 1918) com um tio-avô que ali fez fortuna e deixou descendentes que ainda hoje continuo a descobrir.

Segundo consta, e era tradição oral, o meu pai escandalizou o resto da família e teve de arcar com um certo e duradouro ostracismo. Casara em 1948, segundo o culto católico romano, com uma mulher trabalhadora, noção de todo herege aos olhos do conservadorismo familiar, cheio de pergaminhos, de manias de aristocracia (falida) e sangue azul. Dir-se-ia que nascera, assim, no seio duma atmosfera hostil. A minha mãe era professora primária numa altura em que mais nenhuma mulher (na família do meu pai) trabalhava ou sequer pensava nessa hipótese. Eram, então, todas as restantes mulheres da família de seu pai respeitáveis donas de casa, com tradições a venerar e manter, enquanto tocavam piano e falavam francês, segundo o provérbio popular. Era às criadas que competiam as tarefas de cuidar das crianças, educá-las, ensiná-las, enquanto outras colegas mais qualificadas se encarregavam dos trabalhos domésticos divididos por tarefas como limpezas e cozinha. Aos pais do sexo masculino (nessa altura, os pais eram ainda apenas um de cada sexo) competia trabalhar, manter o bom nome da família, e prover a todas as necessidades (expressas ou não) desta

Do meu lado materno viriam os apelidos Menezes, Madureira, Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves todos consignados ao distrito de Bragança.

Ali teriam toda a sua ancestralidade, ligada entre outros a Dom Nuno Álvares Pereira (1360-1431) descendente de Desidério, último rei dos lombardos, que tentou invadir Portugal e tomar a Galiza em 740 (D. Afonso I). Os Pereira estabeleceram-se em Trastâmara antes da chegada dos mouros. Eram senhores do Castelo de Lanhoso. Aos 16 anos casou com D. Leonor de Alvim, um casamento de conveniência. Deixou descendência a quem D. Duarte deu o título de Duques de Bragança.

Nunca vi a clarificação dessa ligação genealógica à família da minha mãe e mantinha-me céptico em relação à mesma. Já não havia dúvidas quanto ao resto da família embora me intrigassem alguns relatos de que um meu bisavô materno teria sido cônego, casado e pai de filhos, mas também aí nunca descobri a confirmação do sacerdócio desse antepassado, embora houvesse muitas dúvidas matrimoniais não-consubstanciadas em documentos.

Como poucos na família se interessavam pelo assunto e como havia uma política de silêncio profunda, os poucos dados de que dispunha fui-os arranjando na fase monárquica da juventude quando passava as férias nas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família. Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens quer pelo resto, de que se tratava de uma família (pelo lado materno) com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos. Renegados por todas as gerações até aos meus dias, havia os nomes típicos de cristãos-novos como Ester (hebraico: estrela) e Jesuína (latim: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a etimologia dos mesmos. Seriam um peso grande a acarretar durante a vida estas heranças genealógicas das quais só viria a libertar-se muito mais tarde.

Rompendo com a tradição iria ajustar a minha identidade à persona que aceitei como meu alter-ego e com a qual teria de coabitar para o resto dos dias. A minha mulher jocosamente comentara um dia que o meu grande problema existencial era saber qual dos dois venceria o duelo, eu ou o meu alter-ego. Fora importante esta dicotomia para definir a minha personalidade, independentemente das heranças genéticas e outras. Sempre quisera construir o meu rumo sem transportar o peso morto das expectativas, e uma albarda cheia de nomes como alguns membros da família chamados – por exemplo – Alberto Eduardo Miguel Carlos Manuel Filipe José Pedro Arcanjo Francisco e seus respetivos apelidos. Cingir-me-ia, por exemplo, às iniciais JC ou JCC tomadas no seu sentido mais lato como as do filho do deus dos cristãos. Não seria isto mais uma demonstração da minha não-aceitação de destino marrano, e a necessidade de reafirmação da minha cristandade?

Em minha casa no Amial, viviam os meus pais, a minha avó paterna, duas irmãs de meu pai ainda solteiras e a tia-avó Orbela (então separada ou já viúva) que faleceria dois anos depois. Os meus pais levantavam-se muito cedo para irem trabalhar e eu ficava a cargo da empregada e da minha avó, que eu sempre considerei uma pessoa adorável e terna, mas que nunca trabalhara um dia em toda a sua vida e jamais se capacitara de que a família não era rica como dantes.

Vivia num mundo seu, encapsulada num vórtice temporal que nunca transcendeu. Os primeiros quatro anos da minha vida eram preenchidos por longos passeios pela Estrada da Circunvalação Interna no Porto, pois vivíamos no Bairro Garantia, Vivenda Estremadura, na Rua do Amial, mesmo junto a essa saída de portas, antiga barreira fiscal que impedia a entrada e saída de pessoas desse burgo que era o Porto. A casa ainda existe e aparte uma pintura exterior não parece ter mudado nada desde que de lá saímos. No entanto absteve-me de ir bater à porta e pedir para visitar o sítio onde passei os primeiros anos de vida, como quem parte em busca de soluções para problemas que desconhece, ou em busca de pistas para a minha maneira de ser conturbada.

As lembranças dessa época são mais decorrentes das fotos que vi e das quais retive ou recriei uma memória dos eventos por via fotográfica. O que mais persiste na lembrança, e disso não vi fotos, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha e o hábito de a minha avó tomar ao lanche um chá com leite, o chá inglês como ela lhe chamava e que por vezes me convidava a acompanhá-la. A casa tinha dois quartos para a frente, dois laterais, além da sala de jantar e cozinha. Se bem que tenha uma vaga recordação da maior parte dos quartos e da sala e cozinha, há dias interrogava-me onde estava localizada a mobília de escritório do meu avô, que o meu pai herdou.

A minha avó tinha no quarto de dormir uma pianola onde se entretinha a tocar e que mais tarde deixou de fazer parte da nossa mobília quando mudámos. Foi para casa da minha tia (irmã mais velha do meu pai) porque a minha mãe achava que era um "mono" demasiado grande para um apartamento e como não era dada às músicas viu-se livre da pianola e mandou a minha avó tocar em casa dos outros. Ainda está em casa deles.

Na casa do Amial havia uma criada ou "sopeira" como era vulgo conhecida em calão da época (nome usual na época, antes de se passarem a denominar empregadas domésticas, ou auxiliares de serviços domiciliários) que nos acompanhou na mudança e, mais tarde, casou de nossa casa para emigrar para França. Quando regressou de férias, tinha eu sete anos servi de padrinho ao filho dela, meu único afilhado o José Alberto Cortez que nunca mais vi e deve ter cinquenta anos... e a única coisa que o padrinho lhe deu foram os dois nomes...pequena herança.

¹ (Mobil Oil, então chamada Socony Vacuum pela junção em 1931 da Standard Oil Co. de Nova Iorque (Socony) e a Vacuum Oil Co. Em 1955 tornou-se Socony Mobil Oil Co., e em 1963 Mobilgas, ou Mobil Oil, que finalmente em 1999, foi adquirida pela Exxon)

10.1. DOS AÇORES

Quando viera para o arquipélago ignorava tudo, até as estatísticas locais de longevidade familiar. Nem sabia que, a crer nelas, iria ter a vida condicionada e drasticamente reduzida pelo mero facto de ali habitar. Estava preocupado. Acabara de saber que ia viver menos do que esperava.

O Diário dos Açores, o quotidiano mais antigo do arquipélago, fundado em 1870, na sua edição de 19 de janeiro de 2006, afirmava em artigo assinado por Manuel Moniz: "Açores entre as regiões onde se vive menos..."

Os Açores estão entre as regiões do país onde a esperança média de vida à nascença, em 2004, é mais baixa. No entanto, é possível que seja uma questão de ilhas: a Madeira está ainda ligeiramente abaixo dos Açores - ou seja, em média vive-se menos tempo nas ilhas do que no Continente.

Em 2004, a esperança de vida para as pessoas nascidas nesse ano é de 74 anos nos Açores, menos 4 que a média do país, que é de 77,8 anos.

Os números do Instituto Nacional de Estatística não explicam o porquê - mas são os números oficiais. Se será da humidade, das preocupações, da falta de médicos ou de um nível escolar mais baixo, isso terá de ser o leitor a concluir.

Os números apenas dizem que é assim: cá vivem-se quase menos 4 anos do que a média nacional. Apesar de tudo, a situação tem melhorado nos últimos anos.

No triénio 1992/1994, a esperança mediana de vida açoriana era de apenas 70,44 anos (mais ou menos 70 anos e 5 meses), o que significa que em pouco mais de uma década esse valor melhorou 5%.

Não é, no entanto, o crescimento maior do país: há distritos onde o crescimento ultrapassou os 10% (o Ave, no norte, atingiu mesmo os 13,19%, atingindo neste momento uma esperança média de vida de 78,4 anos).

O melhor distrito para se nascer é... a Cova da Beira, onde a esperança média é de 79,3 anos, e o Entre Douro e Vouga, com 79,2.

Os piores: o Baixo Alentejo, com apenas 71,2 anos de esperança média de vida, e a Serra da Estrela, com 72,2. Os grandes centros urbanos também são bons, como a Grande Lisboa, onde se espera uma média de 78,2 anos, e o Grande Porto, com 78 anos. O facto, no entanto, é que os Açores estão claramente na cauda do país neste tipo de indicador: apenas o 5º do fim.

Abaixo dos Açores, apenas estão a Beira Interior (com 73,8), a Madeira (com 73,4) e as já referidas Serra da Estrela e o Baixo Alentejo, que se ocupam dos piores valores. Facto também é que a separar-nos da pior região em termos de esperança média de vida estão apenas 2,8 anos, enquanto para o melhor distrito separam-nos 5,3 anos...

Não sabia o que fazer. Se calhar o melhor seria nem fazer nada e aguardar, tal como "a nêspira" do Mário Henrique Leiria "que estava quieta e calada, à espera, até que vieram e zás comeram-na".

A Nêspira

Uma nêspira

estava na cama

deitada

muito calada

a ver

o que acontecia

chegou a Velha

e disse

olha uma nêspira

e zás comeu-a

é o que acontece

às nêspiras

que ficam deitadas

caladas

a esperar

o que acontece

Mário Henrique Leiria, in *Novos Contos do Gin*

Não deveria ter esse fim, mas também podia ficar calado e quieto à espera de que esse dia chegasse. Não podia ir para mais nenhum sítio, a minha mulher tem emprego aqui até morrer e aqui teremos de ficar. Terei de me adaptar às estatísticas. A notícia não mencionava, mas poderia eventualmente acontecer que os que nasceram e viveram noutras paragens durassem mais....

Vejam: cinco vírgula três (5,3) anos de diferença é muito ano a menos para se viver quando se está feliz.

Os nascidos em 1992 só duravam 70,44 anos e os que nasceram na primeira metade do século passado deveriam estar quase a desaparecer. Aí sim, isso já era preocupante.

Estou assim com um novo dilema numa altura em que tenho ainda tantos projetos para elaborar, tanto livro para escrever e tanta outra coisa por fazer.

O melhor é começar a acelerar este ritmo pachorrento que aqui se vive a ver se me dá tempo para tudo, mas tenho de me cuidar para não elevar os níveis de stresse que fazem encurtar a vida, e tentar encontrar um balanço equilibrado entre tudo.

Para já vou deixar de me preocupar, seja com o que for, contas, tristezas, desgostos de amor e outros, vou deitá-los para trás das costas e manter um sorriso, espero que beatífico, a fim de não aumentar as rugas faciais e causar tensões nas áreas nervosas que por seu turno podem desencadear acidentes cardiovasculares, e para isso já me basta ter de arcar com o peso de ser um fumador, ter sido um bebedor e continuar a ser um carnívoro.

Bem, vegetariano não quero ser que para aí nunca estive muito virado.

Agora que anda para aí a gripe das aves a matar pessoas, ainda apreciarei menos os animais com asas, por isso aproveitem esta fase em que as vacas já não andam loucas para comer uns bons bifés.

Por outro lado, tenho de ter cuidado com a água porque aqui no Nordeste (da ilha de São Miguel) os níveis de arsénio (sempre pensei que o Arsénio era um homem como o Arsène Lupin) são dos mais altos do país e como não incluíram a Lomba (da Maia) fiquei sem saber se continuo a beber água da torneira.

10.2. AS DESCOBERTAS DOS AÇORES

Quando escrevia, nalgumas ocasiões em que até o chilrear dos pássaros me penetrava os ouvidos (cada vez mais) moucos (para não ouvir o que de mau no mundo ocorria em cada momento), sentia-me como se sentiram os inominados descobridores de antanho quando aqui arribaram.

Espantarrécidos, estapasmados ou assombrados como diria, talvez, o Mia Couto, autor que lera avidamente na década de 1990. Deixou subitamente de me despertar quando parou de desinventar a língua que estrenuamente descompunha.

Os achadores destas terras no meio do nada que é o Mar Oceano, devem ter pensado nas metáforas do cristianismo, nas descrições do Éden terrestre, e devem ter-se benzido inúmeras vezes com a beleza que se lhes deparou. Mal sabiam, porém, que como em todos os paraísos também aqui haveria uma maçã envenenada nascendo das entranhas das terras.

Nunca se saberão ao certo os seus nomes pois as teorias são inúmeras, e dividem-se em três: primeiro as que sustentam que a revelação geográfica do arquipélago se terá verificado no segundo quartel do século XIV, no reinado de D. Afonso IV (H. Major, Ferreira de Serpa); segundo, as que afirmam que o descobrimento será da primeira metade do século XV por Frei Gonçalo Velho (cardeal Saraiva, Aires de Sá); e terceiro, as que conciliam as duas correntes de opinião (Jordão de Freitas, Velho Arruda).

As primeiras teses fundamentam-se na existência de mapas genoveses a partir de 1351, onde aparecem esboçadas ilhas que muitos investigadores identificam com os Açores, quer pela sua situação, quer pelos nomes.

A existência desses mapas teria derivado das expedições às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal.

As teses que defendem o descobrimento dos Açores como obra do infante D. Henrique e, especificamente por Frei Gonçalo Velho, baseiam-se essencialmente na tradição oral recolhida pelo cronista micaelense Gaspar Frutuoso no arquipélago, na segunda metade do século XVI.

Contudo, escritores como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citaram o nome de Gonçalo Velho. Frutuoso, e os historiadores desta linha, opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores datava de 1431.

As teses ecléticas consideram, porém, que o descobrimento se terá verificado, realmente, no tempo de D. Afonso IV e que as viagens por ordem do infante D. Henrique teriam sido de simples reconhecimento. O mapa de Beccario, de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como "insule de nuovo reperte". O Prof. Damião Peres defende que "foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de el-rei de Portugal no ano de 1427".

Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro capitão donatário das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador. A primeira referência da descoberta do arquipélago açoriano vem em Azurara (Crônica do descobrimento da Guiné):

... "E na era de mil... (?) anos mandou o Infante D. Henrique a um cavaleiro que se chamava Gonçalo Velho, Comendador que era da Ordem de Xpō (Cristo) que fosse povoar, outras duas ilhas que estão afastadas daquelas (Madeira e Porto Santo) a cento e setenta léguas a noroeste".

Outro escritor coevo do Infante, o almoxarife do Paço de Sintra, Diogo Gomes, conta-nos o seguinte:

"O Infante D. Henrique desejando descobrir lugares no Oceano Ocidental, com o intuito de averiguar se existiam ilhas ou terra firme pra além das descritas por Ptolomeu, mandou caravelas a procurar essas terras. Seguiram viagem e viram a ocidente trezentas léguas além do Cabo Finisterra e vendo que eram ilhas, entraram na primeira. Aquelas caravelas voltaram a Portugal a comunicar ao referido Infante as descobertas que tinham feito, com o que ele folgou muitíssimo. O Infante D. Henrique mandou o cavaleiro Frei Gonçalo Velho, capitanear as caravelas que conduziam animais domésticos que se distribuíram por cada uma das ilhas..."

Não diz quem capitaneou as caravelas. A descoberta só fala do seu povoamento. Gaspar Frutuoso escrevia:

"No ano de 1428 se conta que foi o Infante D. Pedro à Inglaterra, França, Alemanha, à Casa Santa e outras daquelas bandas e tornou pela Itália, esteve em Roma e Veneza e trouxe de lá um mapa-múndi que tinha todo o ambiente da Terra e o estreito de Magalhães a que chamavam de Cola do Dragão e o Cabo da Boa Esperança, fronteira da África; e conjeturou que deste se ajudaria o Infante em seu descobrimento..."

Isto foi escrito 150 anos depois, o que pressupõe as terras já serem conhecidas. Mas quem seriam os que as viram primeiro? Os fenícios, mareantes que saídos do Mediterrâneo, singravam aqueles mares até à Grã-Bretanha, à cata de estanho e animais? A favor dessa hipótese há a hipotética descoberta de moedas fenícias e cirenaicas na Ilha do Corvo, no século XVIII.

Já os romanos falavam das numerosas ilhas atlânticas.

Estrabão, cita as Ilhas Britânicas e as Cassitéridas.

Plínio, fala das Gorgondas, onde as mulheres tinham o corpo coberto de cabelos, fala igualmente das Hespérides ou Purpurinas e, a meio delas, das Afortunadas.

Durante séculos falou-se de uma lendária ilha das Sete Cidades, situada algures no Mar Oceano, a oeste da Europa. Datam de escritores latinos, provavelmente no seguimento de tradições bem antigas de povos mediterrânicos as nomenclaturas de Insula Septem Civitatum, Ilha das Sete Tribos ou Sete Povos, posteriormente traduzida como Ilha das Sete Cidades. Estariam os fenícios na sua génese? A hipótese da presença dos fenícios nos Açores é mais provável do que se pensa.

Com efeito no jornal Público de 31 de outubro de 2008 era noticiado que o "ADN dos fenícios está nos genes dos portugueses". Um em cada 17 homens que hoje vivem nas costas do Norte de África e no sul da Europa podem ter tido um antepassado fenício, que tinha como ponto de partida o atual Líbano, conclui um estudo publicado na revista científica American Journal of Human Genetics.

Os cientistas do "Genographic Project," que estuda a forma como a humanidade se espalhou pelo planeta, identificaram um padrão genético associado à expansão dos fenícios, tal como as fontes históricas a revelam. Depois, estudaram o cromossoma Y de 1330 homens nesses locais, para verificar a frequência desse padrão. Descobriram os locais da bacia do Mediterrâneo onde é mais provável haver descendentes masculinos dos fenícios. As zonas litorais e a costa atlântica portuguesa, estão entre as que têm mais descendentes dos fenícios.

Na antiguidade havia efetivamente conhecimento de algumas ilhas atlânticas e do litoral africano. Recorde-se a lenda da Atlântida, referida pela primeira vez em 421 antes de Cristo.

"O conhecimento da costa africana teria resultado de algumas expedições realizadas de que se destacam: a primeira por ordem do faraó Necao II em 610 A.C., depois a viagem de Sataspes (480-470 a.C.) até à Guiné, e o périplo de Hanão em 485 a.C. com sessenta navios desde Cartago, que teria percorrido a costa africana até Cabo Verde.

Estas viagens referenciadas não têm cativado o interesse da historiografia atual dado que os historiadores contemporâneos estão sempre renitentes em aceitar a verdade dos relatos contidos nos textos clássicos e fazer tábua rasa de tudo o que passaram a vida a ensinar. A Historiografia dos séculos XVIII e XIX afirmava perentoriamente a veracidade destas informações e defendia que os fenícios projetaram o seu empório comercial na costa ocidental africana. Apenas os portugueses, pela voz dos seus eruditos mantiveram a tese de que esta área estava por revelar no início das navegações henriquinas. Mais problemático é o nome das Sete Cidades, hoje um ex-libris turístico da ilha verde de S. Miguel. Existe uma crónica relativa às Sete Cidades dum clérigo cristão em 750 a.C. residente em Portucale (atual Porto). Os árabes dominavam já a península ibérica (a sua invasão data de 711 d.C.) e ouvia-se o estertor do fim dos reinos visigóticos. No ano de 734, o arcebispo de Portucale estava em fuga, acompanhado de outros prelados e milhares de fiéis, numa frota de veleiros que chegou sã e salva ao seu destino. Nada mais se sabe dessa expedição à terra das Sete Cidades (Sete Civitates) que os marinheiros asseveravam existir no meio do oceano ocidental.

Esta lenda perdurou na Idade Média com expedições organizadas para o seu achamento. Quase todas as cartas e portulanos medievais onde se representava o Mar Oceano tinham as Sete Cidades. No contexto da tradição brendaniana, a Ilha das Sete Cidades é uma das referências geográficas mais antigas. S. Brandão (484-577) o Navegador (S. Brandão de Ardfert e Clonfert) terá nascido em Ciarraighe Luachra, próximo da cidade de Tralee, condado de Kerry, Irlanda, pelo ano 484. Deve a sua notoriedade e o cognome de Navegador na literatura medieval, às suas famosas viagens marítimas no Atlântico Norte que lhe trouxeram a celebridade. Terá garantidamente visitado a Bretanha, as ilhas Órcades e Shetland e possivelmente as Ilhas Faroé, um feito então incomum. Outras expedições, a lugares mais distantes, nunca puderam ser comprovadas embora fossem possíveis.

A era dos descobrimentos portugueses foi iniciada em 1317 por D. Dinis que contratara o genovês Micer Manuel Pezagno (português Pessanha) para o comando da frota real. Em 1335, D. Afonso IV envia uma armada ao arquipélago das Canárias cujos privilégios seriam concedidos anos mais tarde (1338) a mercadores estrangeiros.

Segue-se, em 1415, a conquista de Ceuta por uma expedição organizada por D. João I. Com estas atividades aumentam os relatos de registo sobre as ilhas.

Fernão Teles, natural dos Açores, mostrou ao rei D. Afonso V (em 1473) um mapa com uma longa costa, ilhas, baías e rios que declarou fazerem parte das Sete Cidades.

Talvez fosse a costa norte do Brasil, no delta do Parnaíba, entre Maranhão e Ceará. Aparentemente, o rei não terá acreditado na descoberta, ou não considerou Fernão Teles suficientemente digno, pelo que da carta de doação concedida não consta nenhuma referência às Sete Cidades, mas apenas a uma grande ilha ocidental que se pretendia povoar. Insatisfeito com a carta de doação, Fernão Teles insiste no pedido das Sete Cidades. Consultado o cosmógrafo genovês Paolo del Pozzo Toscanelli (1398-1492), que declarou que a Antília e a Ilha das Sete Cidades seriam naquela margem do Atlântico, finalmente foi concedida (1476) a carta solicitada, mas não se conhece a existência de qualquer expedição subsequente por parte daquele donatário.

Entre as expedições mais bem documentadas conta-se a capitaneada pelo flamengo Ferdinand van Olm (Fernando de Ulmo ou Fernão Dulmo), residente nos Açores. Casado com uma filha de Fernão Teles, recebeu (em 1486) autorização do rei D. João II para achar o paradeiro da ilha onde estaria localizado o reino cristão perdido das Sete Cidades, o mesmo que o seu sogro teria reconhecido anos antes. De parceria com o madeirense Afonso do Estreito, organizou uma expedição com cofinanciamento real. Infelizmente, Dulmo não teve melhor sorte que os seus antecessores. Mesmo assim, em pleno século XVII, organizou-se na ilha Terceira uma expedição para explorar o oceano a noroeste do arquipélago, onde teria sido avistada uma ilha desconhecida.

Nos Açores sobrevive a lenda da ilha encantada que apenas pode ser avistada por volta do dia de S. João (24 de junho). É frequente, naquele período, o registo visual de ilhas desconhecidas, mas na realidade são bancos de nevoeiro (os temidos nevoeiros de S. João que encerram aeroportos por dias seguidos) e nuvens distantes a emergir do horizonte.

Sobre a Ilha das Sete Cidades, parafraseando a observação aposta no mapa-múndi de Johannes Ruysch (1508) sobre a Antília, se pode dizer: "esta ilha foi descoberta, antigamente, pelos portugueses; agora, quando a procuramos não a encontramos". Como consolação ficou o nome do maior vulcão do Atlântico, o vulcão das Sete Cidades, na metade ocidental da ilha de S. Miguel, com as suas lagoas e a freguesia do mesmo nome, anichadas no interior da caldeira. Há ainda o lugar das Sete Cidades na ilha do Pico; o Parque Nacional de Sete Cidades no sertão do Piauí, Brasil e múltiplas lendas e histórias em permanente recriação. O arquipélago, segundo parece, era já conhecido pelos Cartagineses e pelos Árabes. Surge perfeitamente localizado em mapas genoveses do séc. XIV, que atribuem o achamento a

marinheiros portugueses e a genoveses (ao serviço de Portugal), entre 1317 e 1339. Outros, porém (Daniel de Sá, op. cit.) opinam diferentemente quanto à data:

"O padrão erguido em Santa Maria para comemorar o quinto centenário do Descobrimento tem uma data: 1432! Era a que a gente aprendia nesse tempo. E também aprendíamos que o descobridor fora Gonçalo Velho Cabral. Ainda não chegara aos livros de História a decisão que Damião Peres tomara em 1943 de atribuir tal feito a Diogo de Silves. E digo que se tratou de uma decisão, porque o achado pouco parece ter de rigor histórico. No mapa que Gabriel de Valsequa, judeu convertido da Escola Hebraica da Catalunha, fez das ilhas dos Açores em 1439, consta uma legenda que diz que elas foram encontradas em 1427 por um piloto do rei de Portugal. Quanto à data, poucos discordam, havendo, no entanto, quem entenda tratar-se de 1432. Fazendo fé na maioria, aceitamos 1427. Questão resolvida, portanto. Poucas dúvidas também para o nome de batismo do enigmático navegador: Diogo. (Gabriel de Valsequa, que era maiorquino, teria escrito Diego.) A leitura mais antiga que se conhece da carta de Valsequa é de 1789, e foi feita por um tal Pasqual, também maiorquino. E ele leu Guullen. Depois disso, sucederam-se leituras diferentes, com uma repetição desta. Para complicar tudo, em 1838, no palácio dos condes de Montenegro e de Montouro, em Palma de Maiorca, a tinta de um tinteiro derramou-se sobre o mapa, e não encontrou outro lugar onde cair senão no apelido do navegador. George Sand, que acompanhava o seu amado Chopin que ali fora procurar melhoras para o mal da tuberculose que haveria de matá-lo, assistiu horrorizada à cena, que descreveu mais tarde. Foi uma simples testemunha, mas ainda há quem a culpe do desastre."

Eu sempre associei açores a um pássaro. Como nunca visitara o arquipélago, assim o concebia cheio daquelas aves. De facto, o nome destas ilhas é frequente e incorretamente assinalado como parecendo provir da palavra açor

Segundo pesquisas efetuadas por Luiz António de Assis Brasil, que foi professor de literatura na Universidade dos Açores, há uma versão contando que os primeiros navegadores que aqui chegaram viram milhafres, muito comuns no arquipélago e provavelmente os confundiram com açores, originando-se daí o nome das ilhas. Mas esta resposta, repetida até à exaustão na maior parte dos guias turísticos, de que o nome deriva das aves de rapina avistadas pelos navegadores carece de qualquer fundamento científico. Não há açores nos Açores e a ave a que os açorianos chamam milhafre não é nem um açor nem um milhafre, mas uma subespécie de águia-asa-redonda. Outrora designada por Freixial, a atual freguesia de Açores (Portugal Continental), deriva sim o seu nome da ave com o mesmo nome, associada a um dos milagres da Senhora do Açor. A freguesia é constituída pelos aglomerados de Aldeia Rica e Açores. É uma das povoações mais antigas da Beira Alta, assim o prova a lápide funerária visigótica epigrafada que pode ser vista na Capela-mor da Igreja de N.ª Sr.ª do Açor. É venerada pelos cavaleiros medievais do século XII. castelhanos obtida naquela noite, sob a Ainda hoje, conforme essa promessa feita, (a aldeia) Açores constitui o principal e mais importante centro de romaria. A esta padroeira da freguesia vários milagres são atribuídos:

"O Açor e o Pajem" <http://www.cm-celoricodabeira.pt/utills/showfoto.asp?id=/images/500/concelho/acoes/vista-do-jardim.jpg>

Um rei cristão que veio de longe em peregrinação fazia-se acompanhar por um pajem que, segurava um açor destinado à caça de altanaria. Porém, o pajem descuidou-se e a ave fugiu das suas mãos, o que irritou grandemente o monarca, que de pronto sentenciou que lhe fosse cortado um braço. O criado vendo-se aflito, pediu auxílio à Senhora que atendeu o pedido do pajem fazendo com que o açor viesse de novo pousar milagrosamente no braço do criado, safando-se este da mutilação.

"Milagre da Batalha da Penhadeira"

Em 1187, um poderoso exército castelhano, entrou em Portugal, invadindo e apoderando-se de vários castelos beirões. Quando estavam em retirada foram surpreendidos por um pequeno exército, chefiado pelos alcaides de Trancoso e Celorico da Beira, que com ajuda da virgem do Açor venceram os castelhanos. Deste milagre surgiu a romaria à Senhora do Açor.

Ainda segundo Daniel de Sá, Gonçalo Velho Cabral era muito devoto da Nossa Senhora do Açor e, quando foi encarregue da viagem de exploração às ilhas avistadas por Diogo Silves, pediu a proteção à Virgem. Quando descobriu a primeira deu-lhe o nome de Santa Maria, em agradecimento pela descoberta. Ao descobrir as outras, verificou que era um arquipélago e deu-lhe o nome de Açores, em honra da sua protetora. Outros autores, ignorando esta possível origem do nome, pretendem que o conhecimento das ilhas teve lugar aquando do regresso das expedições às Canárias (entre 1340-1345) no reinado de D. Afonso IV (1325-1357).

Com base no contista, poeta, historiador, que é Daniel de Sá, verifica-se que corrige no seu livro Açores (ed. Everest) as versões que circulam em rede sobre o Descobrimento:

Gonçalo Velho Cabral que, a mando do Infante D. Henrique (quinto filho de D. João I e o principal impulsionador dos Descobrimentos), organizou o povoamento de Santa Maria e São Miguel, talvez tenha sido também o padrinho destas ilhas honrando Nossa Senhora dos Açores, que se venera na antiquíssima igreja gótica de Aldeia Rica, na Beira Alta, que era da sua especial devoção..

Data de 1345 o "Libro del Conoscimiento", de um frade de Sevilha, que teria acompanhado essas expedições portuguesas, descreve diversas ilhas:

Sobí en un leño con unos moros e llegamos a la primera isla, que dizen Gresa, e après d'ella es la isla de Lançarote. E dende fui a otra isla que dizen Salvaje, [Selvagens, Madeira] e a otra que dizen la isla Desierta [Desertas, idem], e a otra que dizen Lecmane [Madeira], e a otra el Puerto Santo [Porto Santo], e a otra la isla del Lobo, e a otra la isla de las Cabras [S. Miguel], e a otra la isla del Brasil [Terceira], e a otra la Columbaria [Pico], e a otra la isla de la Ventura [Faial], e a otra la isla de San Jorge, e a otra la isla de los Conejos, e a otra la isla de los Cuervos Marines [Flores e Corvo], e en tal manera que son veinte e cinco islas. (Monterey, 1981:28).

Após esta descrição, manter-se-ão os nomes das ilhas dos Açores nas cartas náuticas, por mais de um século:

1351 - O Portulano Mediceo Laurenziano (Atlas Laurentino, Atlas Mediceo), na Biblioteca Nacional de Florença, Itália, assinala as ilhas "Cabrera" (Santa Maria e S. Miguel), Brasil (Terceira), Ventura (Faial), Columbus (Pico), Corvis Marinis (Flores e Corvo) e a de S. Jorge, sem, no entanto, a nomear.

1375 - O Atlas Catalão, de Jehuda Cresques, na Bibliothèqu Nationale de France, Paris, nomeia a ilha de S. Jorge.

1384 - O Atlas Walckenaer-Pinelli assinala a ilha de Santa Maria

1385 - A Carta de Soleri assinala as ilhas anteriormente apontadas e mantém a indicação da "Capraria" (Sta Maria e S. Miguel).

1413 - O mapa de Maciá de Viladestes, na Bibliothèqu Nationale de France, assinala a ilha de Santa Maria.

1426 - A carta de Giacomo Giraldi, assinala a ilha de Santa Maria.

Uma outra explicação, mais simples e plausível é através do aportuguesamento da designação genovesa ou florentina das míticas ilhas azuis. Esta versão é a menos estimada pelos estudiosos da nomenclatura açoriana. A partir do vocábulo *azzurre*, ou *azzorre*, isto é, *azuis*, terá nascido o nome açores. De facto, o carregado verde azulado da vegetação nativa dos Açores, que então recobria totalmente as ilhas, fazem-nas parecer azuis, mesmo quando vistas a curta distância. Resumindo, as ilhas acabaram por ser chamadas assim:

- **Santa Maria** - padroeira do descobridor Gonçalo Velho Cabral pois no dia em que a avistou era o dia dedicado a Santa Maria de agosto. Outros autores pretendem que o conhecimento das ilhas dos Açores teve lugar quando do regresso das expedições às Canárias realizadas cerca de 1340-1345, sob o reinado de D. Afonso IV (1325-1357).

- **S. Miguel** - em honra do santo do mesmo nome quando um escravo africano em fuga a avistou do alto do Pico Alto de Santa Maria em dia de S. Miguel Arcanjo. A alternativa é dever-se à cura de D. Pedro, irmão do Infante D. Henrique. Estando muito doente, quase a morrer; a família resolveu levá-lo ao altar de S. Miguel Arcanjo. D. Pedro recuperou milagrosamente a saúde e o Infante D. Henrique manteve grande devoção a S. Miguel por ter salvado a vida de seu irmão. Convém esclarecer e que ao contrário de registos circulando na rede S. Miguel não é nem nunca foi Maida, Mayda, ou Ilha dos Demónios a qual parece ser a continuação de uma tradição referente a uma ilha Mam ou Man Satanaxia em mapas medievais. Foi uma das mais duradouras ilhas lendárias do Atlântico e aparece em mapas de 1375 a 1906.

- **S. Jorge** - em honra de outro santo, mas o descobrimento e povoamento estão envoltos em mistério. A primeira referência data de 1439. Em 1470 existiam núcleos de colonos na costa oeste e sul e a povoação de Velas fora fundada. Foi então que chegou o flamengo Wilhelm Van der Haegen, que, no Topo, criou uma povoação, onde veio a morrer com o seu nome convertido para Guilherme da Silveira. Rápido deve ter sido o povoamento bem como a sua prosperidade, pois a sua capitania era doada em 1483, a João Vaz Corte-Real, donatário de Angra na Terceira. Velas recebeu foral de vila antes do final do séc. XV. "...é evidente que a ilha de S. Jorge, no anno de 1439, estava descoberta e em 1443 havia n'ella habitantes. Estas ilhas foram mencionadas na Livraria Laurentina, de Florença, dando-se ahi ao grupo de S. Jorge, Pico e Fayal, a designação de Insule de Ventura Sive de Columbus" (Diccionario de Geographia Universal, 1º vol, pp. 16). "E no mappa catalão de 1375 teve a ilha a indicação de San Zorze, significativa do dia do seu descobrimento. (Archivio dos Açores, vol. X p. 279). É de presumir que o nome dado à ilha proveio do mappa catalão, onde foi designada por San Zorze, allusivo ao dia do seu descobrimento, ou então é uma coincidência muito notável a descoberta feita pelos portugueses em igual dia, 23 d'abril" [op. cit.]. O primeiro documento que fala sobre o povoamento da ilha é um trecho do testamento do Infante Dom Henrique, falecido em 1460, que diz: "...ordenei e estabeleci a igreja de S. Jorge na ilha de S. Jorge". Oficialmente foram criadas três vilas: Velas (1500), Topo (1510) e Calheta (1534).

- **Graciosa** - provavelmente deve o seu nome às paisagens marcadas por aglomerações de baixas montanhas, colinas dispersas e pequenos cones vulcânicos, não atingindo os 100 metros de altitude. Contrastando com as demais ilhas, a população concentra-se no interior. O epíteto "ilha branca" deve-se, provavelmente ao facto de existirem rochas claras na costa sul, onde a encosta da Serra Branca se junta ao mar;

- **Pico** - O nome tem origem na montanha que a domina num pico pronunciado, sendo o mais alto de Portugal. É a mais montanhosa ilha dos Açores, com 2351 m de altura. Após a sua descoberta, antes de 1439, era designada S. Dinis. Começou a ser povoada em 1460;

- **Faial** - Deve o seu nome à abundância de árvores de pequeno porte chamadas faia-das-ilhas (lat. Myrica faya). Em 1460, a designação henriquina era "Ilha de S. Luís [de França]". Aparece pela primeira vez no Atlas Catalão de 1375-1377, como "Ilha da Ventura". Gonçalo Velho Cabral, em 1432, terá achado as ilhas do Grupo Central. Diogo de Teive passa ao largo do Faial na sua primeira viagem de exploração para ocidente dos Açores, em 1451. O único relato coevo conhecido da primeira expedição à ilha pertence a Valentim Fernandes da Morávia.

Diz que o confessor da Rainha de Portugal, Frei Pedro, indo à Flandres, como embaixador junto da Duquesa de Borgonha (Infanta D. Isabel de Portugal) relacionou-se com um nobre flamengo chamado Joss van Hurtere, ao qual contou como se acharam as ilhas em tal rota e que havia nelas muita prata e

estanho. Para ele, os Açores eram as supostas Cassitéridas. Hurlere convenceu 15 homens de bem e trabalhadores, dando a entender, de como os fariam ricos se o acompanhassem.

- **Corvo** - pela colônia de corvos marinhos lá existente. A designação henriquina é Ilha de Santa Iria que também se aplicaria às Flores. Foi também chamada "Ilhéu das Flores", e "Ilha do Marco", pelo monte do Caldeirão servir como referência geográfica para os marinheiros. Nos mapas genoveses do século XIV e Atlas Mediceo de 1351, é mencionada a "Insula Corvi Marini" (Ilha dos Corvos Marinhos) entre as sete ilhas que compunham o arquipélago. É provável ser uma designação para ambas as ilhas [Flores e Corvo], como parece ser o caso no chamado Mapa Catalão de 1375.

- **Flores** - o seu nome deve-se à variedade de flores e plantas. Inicialmente, foi denominada de S. Tomás ou de Santa Iria. O nome foi mudado para Flores, devido à abundância de flores amarelas (cubres) cujas sementes foram possivelmente trazidas da península da Florida, América do Norte, por aves. A hortênsia (nos Açores "novelões") foi introduzida no século XIX. Esta planta, chamada Hidranja ou Hidrângea é nativa do sudeste asiático (Japão, China, Himalaias e Indonésia). Hidrângea é uma palavra grega composta (de água e vaso) usada desde 1739. O nome hortênsia surge a partir de 1773 em honra de Hortense Lepaute, astrónoma que definiu o período do cometa Halley. Hortênsia não é considerada nomenclatura científica e apenas se refere à subespécie trazida das ilhas Maurícias: *Hydrangea macrophylla*.

- **Terceiras** - Como já se conheciam os arquipélagos das Canárias e Madeira, as novas ilhas eram conhecidas como Terceiras. Ali se situava o porto onde os barcos dos descobrimentos aportavam para se abastecerem, os navegadores portugueses passaram a dizer que iam à Terceira. O trigo era a principal cultura açoriana.

Brasil / Terceira - Cento e cinquenta anos antes da descoberta do Brasil já havia nos Açores esse nome. A origem é contraditória. As raízes estão em vocábulos italianos da Idade Média para designarem o vermelho: *verzino*, *barcino*, *verzi*, *berzi*, *varzino*, *brazino* e a palavra latina *brasile* "aspeto de brasa". "Terras do Brasil" seriam as regiões onde se encontravam plantas tintureiras. Também no Oriente há espécies diferentes com o nome de "brasil".

O Monte Brasil é uma península com pouco mais de um quilómetro de largura e fecha a Angra que dá o nome à cidade. Já tinha esse nome antes de Pedro Álvares Cabral topar com o Monte Pascoal. Em 1436, nove anos depois da descoberta e três anos antes do povoamento dos Açores, a ilha foi assinalada como I. de Brazi no mapa-mundo do veneziano Andrea Bianco. Desde 1325 nos mapas e antes nas lendas, uma ilha chamada Brasil rondava o imaginário europeu e continuou a assombrar as cartas marítimas entre a Irlanda e os Açores.

"Brasil" são duas palavras com etimologias e histórias diferentes. Uma, de origem celta, deu nome à ilha lendária, ao monte Brasil dos Açores, a um recife canadense e ao sobrenome Brazil de descendentes de irlandeses. A outra, de origem árabe, deu "brasa", "braseiro" e "pau-brasil" e o nome do maior país da América do Sul. "Wars" é o nome árabe de uma planta iemenita ("*Memecylon tinctorium*"), usada para tingir tecidos. Dela derivam o verbo "warrasa" (tingir vermelho-alaranjado) e o adjetivo "warsii" (cor de brasa).

Maomé proibiu o seu uso nas roupas dos peregrinos a Meca. Os árabes chamam "warsii" a corantes vegetais que forneciam uma tonalidade semelhante, e o mais importante era extraído da árvore "pau warsii" ou pau-brasil.

O Brasil irlandês nasceu em Dubhadh ou Sidhe Breasail, hoje Dowth, o mais imponente monumento pré-histórico irlandês. Breasal, filho de Felim, é o lendário antepassado de um clã Breasal no lago Neagh (Ulster), que em inglês é Clan Brazil e do qual descendem muitos de apelido Brazil.

Mas no Brasil há algo mais intrigante do que a origem do nome. São vestígios de presença humana, há pelo menos 15 mil anos, como ossos humanos na Lagoa Santa (Minas Gerais) e cerâmica no baixo Amazonas. Quando os europeus chegaram ao Brasil havia entre 1,5 e 5 milhões de habitantes. No Nordeste, datações superiores a 10 mil anos foram constatadas na Bahia em Coribe (Morro Furado), em Central (Toca de Manoel); em Pernambuco, em Bom Jardim (Chã do Caboclo) e Brejo da Madre de Deus (Furna do Estrago); no Rio Grande do Norte em Parelhas (Sítio Mirador), em Carnaúba dos Dantas (Sítio do Alexandre).

No Piauí além do Boqueirão da Pedra Furada, no Sítio do Caldeirão do Rodrigues I, obteve-se a data de 18.600 anos e 10-15 mil anos no Sítio do Meio, no Sítio da Janela da Barra do Antonião e no Sítio do Perna I. Finalmente, no vale do S. Francisco, em Petrolândia (PE), a Gruta do Padre e o Sítio do Letreiro do Sobrado forneceram datações entre 7 e 5 mil anos".

10.3. MEMÓRIAS DE BALI

Em Bali nos meses que lá vivi, a melhor água era a do mar que ficava a uns cem passos da minha choupana de colmo. Era uma cabana duns 30 metros quadrados, com janelas de bambu a toda a volta, e umas traves fortes no teto a segurar a cobertura de colmo.

Ao acordar, era levantar e ir dar um mergulho naquelas águas quentes, sem preocupações, sem amanhã, nem ontem. Cá fora havia as instalações sanitárias que até eram ocidentais...e isso contrastava, felizmente para mim, com as do primeiro "losmen" onde vivi em que tínhamos um buraco no chão, com duas pegadas grandes onde era suposto colocarmos os pés e depois para fazer as necessidades tínhamos de nos agachar, à boa moda oriental. Para nos lavarmos havia uma espécie de um grande tanque de lavar a roupa, com um balde que tínhamos de encher e depois despejar por cima de nós quando já estávamos ensaboados. Havia ainda, pendurado do teto, um pequeno espelho para aqueles que ainda faziam a barba, uma atividade rara nos idos de 1973-1975.

A princípio aquilo fazia uma certa impressão, mas depois de viver em Timor quase dois anos sem banhos quentes, e raramente tendo acesso à luz elétrica, esta vida era ainda mais primitiva e mais simples. Foi aqui que comprei o meu primeiro par de "jeans" (calças de ganga chamam-lhe os portugueses) e umas sandálias à Jesus Cristo, enquanto o cabelo e a barba cresciam e surgia uma fita na testa.

Ao chegar a Bali nada conhecia desta realidade, além do que ouvira aos "hippies" em Dili na "Beach House" em plena praia de Lcidere, e fui para o alojamento mais barato que encontrara: um losmen... era uma instituição bem curiosa, uma espécie de casa de hóspedes ou albergaria comunitária ocupado maioritariamente por jovens ocidentais como eu. Um retângulo em torno de um jardim central.

O meu chamava-se Sapta Petala² com 12 quartos em volta, e no centro do jardim havia a casa dos donos, uma casa comunitária em bambu, toda aberta, com a sua cama elevada dominando o centro e com uma espécie de pequeno jardim entre a varanda que corria a toda a volta em frente à porta dos quartos e a casa dos donos do losmen. Era ali onde, interminavelmente, dia após dia, o jovem "Sam" Katut tocava o xilofone de bambu evocando as lendas e tradições locais do célebre livro sagrado a Rāmāyana³.

Toda a vida girava em volta do centro, a casa, onde continuamente preparavam o chá quente para encher as garrafas termos que colocavam juntamente com um biscoito à porta dos convidados.

Nas manhãs era normal ver todos os membros da família a preparar as oferendas dum cesto de comida e um pau de incenso que iriam colocar nas representações das divindades na esquina da estrada da Praia de Kuta para Denpasar. Eram estatuetas pequenas, de feições aterradoras, normalmente vestidas com uma espécie de saia de chita aos quadrados pretos e brancos.

Havia-os na esquina da estrada da praia de Kuta para Denpasar e noutras esquinas. Eram estatuetas pequenas, normalmente vestidas com uma espécie de saia de chita aos quadrados pretos e brancos. Esses pequenos cestos, de uma leveza e complexidade incríveis, têm por única função acomodar uma flor, uma vela, um pedaço de incenso. Colocam-se no chão, numa encruzilhada, num rodapé, para agradecer aos deuses (e são tantos!) que vivem diariamente com os balineses.

Estas oferendas são biodegradáveis, e acabam sendo reincorporadas na natureza. As meninas cantam uns cânticos, enquanto seguem as mães ou irmãs mais velhas durante as cerimónias, umas aprendendo com as outras. O animismo, a

² Sete partes descrevendo a vida do homem: Sapta Petala é um símbolo das sete hierarquias da vida humana.

³ A Rāmāyana (रामायणम्, *Rāmāyaṇam*, Sânscrito: marcha ou jornada (Āyana) de Rāma) que é parte do Hindu smṛiti, escrito por Valmiki. Este épico de 24 mil versos em sete kānds (capítulos ou livros) fala-nos dum príncipe Raghuvansi (Sânscrito - "Da Dinastia do Sol"), Rama de Ayodhya, cuja mulher Sita é raptada por Rākshasa, ou demónio, Rāvana. A Rāmāyana teve uma importância notável na poesia tardia em Sânscrito, sobretudo devido ao facto de ter criado a métrica Sloka. Mas, à semelhança do seu primo épico Mahābhārata, a Rāmāyana não é apenas uma boa história. Contém os ensinamentos dos velhos sábios hindus e apresenta-os através de alegorias na narrativa, misturadas com aspetos de devoção e de filosofia. Os personagens Rama, Sita, Lakshmana, Bharat, Hanumāna e Rāvana (o supervilão da história) são todos fundamentais numa consciência alargada da Índia Tal como os Cristãos historicamente acreditam no nascimento de Jesus, as pessoas da religião Hindu creem no nascimento de Rāma. Interpreta-se com sendo datada de 3000 a.C. (com base nos dados astronómicos da Rāmāyana). In Wikipédia <http://en.wikipedia.org/wiki/Ramayana>

crença nos demónios e nos espíritos malévolos, mantêm-se bem arreigados. Os balineses têm uma visão dualística do mundo: o céu e a terra, o dia e a noite e os deuses e demónios são o oposto, mas com a mesma importância. A isto que se refere o pano, tipo saio, de xadrez que é sempre usado em decorações de templos e estátuas. Quer os deuses quer os demónios necessitam de oferendas para se apaziguarem. Muitas vezes estas oferendas não passam duma folha de banana com um pequeno cesto de arroz ou um pequeno cesto de flores. São estes que se encontram por toda a parte e não apenas em templos, mas muitas vezes também são colocados no chão e aí de quem os pisar, como aconteceu a alguém que me acompanhava e que ouviu durante uma eternidade uma série de impropérios em balinês ou indonésio. Nunca cheguei a saber se era um esconjuro ou não, nem se a maldição se cumpriu. Quem me acompanhava perdeu-se na voragem de pessoas que preenchem a vida de cada um em momentos especiais. Depois, tal como miraculosamente apareceram, misteriosamente desaparecem sem deixar rasto, nem sequer o fumo dum nome ou a névoa duma face. São como as pupas das borboletas que cumprem a sua função transitória e desaparecem.

Depois desse losmen Sapta Petala passei a viver numa minúscula casa dum quarto só, toda pintada nas paredes exteriores por anteriores locatários, em Poppy's Lane (quem desce do lado esquerdo) a meio caminho entre Legian e Kuta Beach. A casa era uma verdadeira obra de arte em permanente construção. Nada lhe acrescentei, pois, a minha área como perito era mais dos gatafunhos que dos riscos.

Esta viela (Poppy's Lane) era, na altura, um mero caminho poeirento ou lamacento, sendo hoje um mercado de tendinhas alcatroado. Há 35 anos era uma estrada de areia orlada de palmeiras e cheia de buracos, normalmente cheios de água das chuvas.



CASA EM LEGIAN BEACH 1974

A CASA EM LEGIAN ERA COMO ESTA



PRAIA DE KUTA DEZº 1974 MAIO 1975



ESTA ERA A PEQUENA E MAGNIFICAMENTE DECORADA VARANDA DE ENTRADA PARA OUTRA CASA DUM QUARTO SÓ, ONDE VIVI EM POPPY'S LANE⁴ A MEIO CAMINHO ENTRE LEGIAN E KUTA BEACH.

4 The story goes that during the late 60s and early 70s a small restaurant called Poppies already existed in La Jolla, California, and was patronized by certain famous Hollywood personalities of the day. The restaurant was named after the state flower of California, the Golden Poppy, which is actually more orange than gold, and grows wild throughout that state. In 1972 rumour has it that this restaurant closed down; its former owners were holidaying in Bali at the same time as their friends George and Bob, who had met a young Balinese girl named Zenik Sukenny ("Jenik"), with whom they planned to open a restaurant and bar in Kuta, Bali. Zenik was already operating her own highly successful little streetside restaurant called "Jenik's Warung", which served simple meals to the overlanders and travellers of the day, another of which was John, who happened to like laying out gardens. The first four cottages were built in 1974/75, and twenty more followed in 1980/81. A pool was added in 1987, and the newer group of cottages was renovated in 1996, and again in 2006. In establishing the layout for the cottages John worked closely with Zenik's cousin who was a Balinese craftsman. The combined ideas produced the result so appreciated by visitors - a blending of traditional building styles and details with modern Western comforts, including privacy which is provided by the gardens and curved pathways. There are now two other restaurants in Bali - the Kopi Pot in Kuta, opened in 1990, and Strawberry Hill in the mountains at Bedugul, opened in 1993. There is now a large vegetable garden in Bedugul which supplies the needs of all three restaurants.



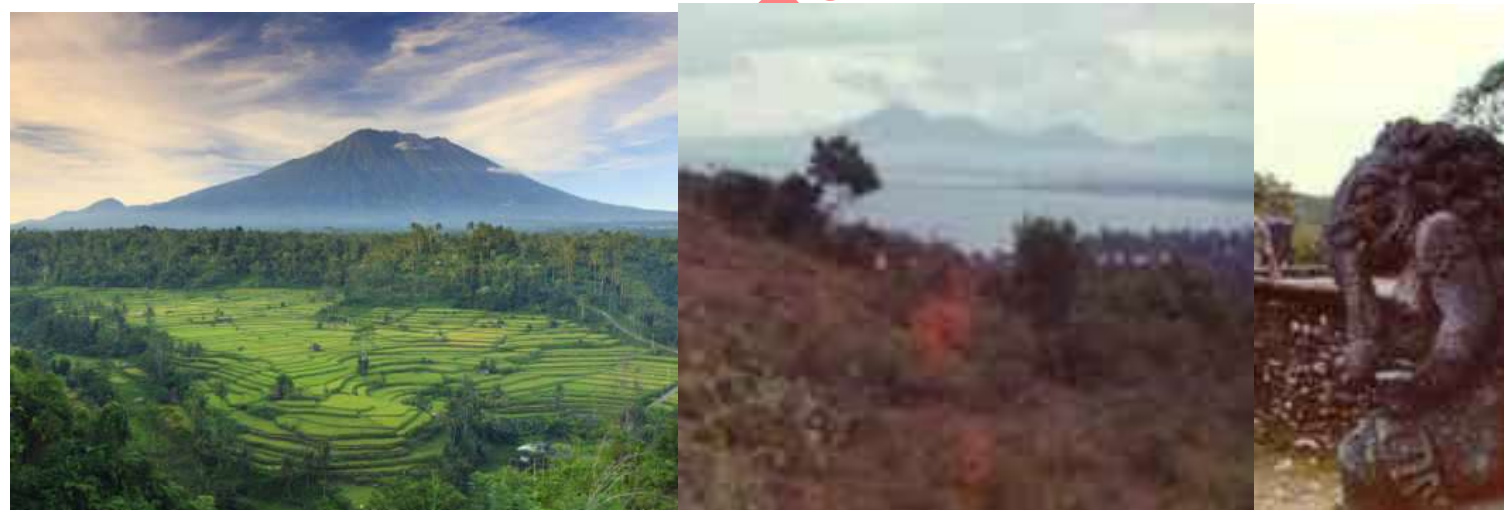
POPPIES LANE 1975 - POPPIES LANE EM 1975 EM 2012 HOJE POPPY'S LANE É ASSIM, MAS HÁ 30 ANOS ERA UMA ESTRADA DE AREIA ORLADA DE PALMEIRAS E CHEIA DE BURACOS NO CHÃO, NORMALMENTE CHEIOS DE ÁGUA DAS CHUVAS.



O POPPIES' BAR ORIGINAL 1975 CABANAS DO POPPIES'S ORIGINAL EM 1975 FIRST POPPIES' STAFF, 1973

Bali é muitas vezes denominado a "Ilha dos 1000 Templos" ou "dos Deuses". As aldeias têm sempre três templos: Pura Desa, para os festivais religiosos, Pura Dalem para a Deusa da Morte (é aqui que se iniciam os rituais da cremação) e Pura Puseh dedicado aos Deuses do Céu. Há templos por toda a parte, na montanha, nos vales ou nos inúmeros arrozais em socalcos (onde há um templo apenas dedicado à Deusa do Arroz) e até mesmo na costa. Todos são diferentes. Há quem fale em mais de 300 mil templos na ilha, outros falam de 20 mil, milhares há decerto, mas apenas vira algumas dezenas nos enriquecedores meses da sua vida na ilha. Verdade seja dita que eu não fora lá para contar templos.

A religião balinesa está bem ativa. Bali tem duas montanhas sagradas, o Gunung Agung (com o vulcão do mesmo nome) e Gunung Batour. Talvez o mais sagrado seja o grande templo de Besakhi nas encostas do monte Agung, (3 150 m de altitude), que nunca adormece profundamente



O GUNUNG AGUNG (ATRÁS COM O VULCÃO DO MESMO NOME) E GUNUNG BATOUR, AS DUAS MONTANHAS SAGRADAS DE BALI ESTIVE AQUI NO TOPO, NUMA TARDE CHUVOSA E VENTOSA, CHEIO DE FRIO E DE MEDO POIS AS FUMAROLAS ESTAVAM MUITO ATIVAS NESSE DIA.

Em 1963, um erro cometido na data da cerimónia do centenário do Eka Desa Rudra terá feito despertar a cólera do vulcão, após um repouso de 120 anos. Foi considerado milagre o templo não ter sido afetado apesar de se terem registado mortes e danos consideráveis.

Este evento, o mais majestoso de todos apenas se realiza uma vez em cada cem anos. Uma cerimónia espetacular de purificação em que a harmonia e o equilíbrio nas pessoas e na natureza são restaurados em onze direções diferentes. Toda a população de Bali acorre para assistir ao festival.

O que ocorreu em março 1963, ou seja, antes 16 anos da data prevista, deveu-se a uma tentativa do ditador Sukarno impressionar um congresso mundial de agentes de viagem. Ia a cerimónia a meio quando o Gunung Agung começou a vomitar cinzas e fumo antes de explodir na sua mais violenta erupção em seiscentos anos. Mais de mil e seiscentos mortos e oitenta mil desalojados foi o custo da imprudência religiosa do ditador indonésio.

Não só este, mas todos os grandes festivais são cortejos coloridos. São celebrados por todos com enormes procissões ao templo. Vão acompanhadas de músicos a tocarem gamelão, um instrumento musical coletivo constituído por metalofones, xilofones, gongos e outras percussões. Alguns homens levam bambus altos com bandeiras brancas e amarelas, outros seguram guarda-sóis dourados de hastes compridas sobre um andor. Vão à ribeira purificar-se, pois em cada aldeia existem pontos de água sagrados. Animada pelas mantras, esta água torna-se água de exorcismo: irá lavar as oferendas sagradas.

Todos os templos têm duas áreas abertas, um ante-pátio exterior para o qual se entra pela entrada dividida ou Candi Bentar, e um pátio interior para o qual se entra através duma porta com telhado ou Padu Raksa. A palavra para templo é Pura, derivada da palavra em sânscrito que se traduz literalmente como um lugar cercado por paredes.

Os templos balineses têm dois ou três pátios, cuja entrada exterior é normalmente elaboradamente decorada com relevos na pedra e duas estátuas, uma de cada lado a servirem de guardiões do templo. O pátio externo está separado do interior por uma parede cuja entrada é a tal porta com telhado, a Padu Raksa. As paredes estão decoradas com baixos-relevos descrevendo cenas históricas que podem vir da tradicional mitologia Mahabrata ou meras cenas da vida quotidiana em Bali.

Muitas vezes no meio do pátio interior existe uma imponente árvore frangipana (*Plumeria rubra*, Nome Popular: frangipana, jasmim-manga, árvore-pagode) ou por uma figueira waringin (*Ficus benjamina*). No primeiro pátio, o exterior, fazem-se as preparações para os ritos religiosos ou para os festivais do templo. No pátio interior encontra-se o autêntico santuário com os altares e tronos dos deuses.

Cada templo tem um altar para o deus local dos antepassados (e este é o mais importante de todos os altares), e dois altares para as duas montanhas sagradas Gunung Agung e Gunung Batur.

Impressionantemente avassaladores na sua majestosidade são também os Meru, que parecem pagodes chineses de madeira assentes numa base de pedra que podem ter até onze fileiras de telhados cobertos com folhas ou fibra negra de palmeira, cuja arquitetura, data de construção, tipo de madeira, etc. Tudo obedece ao calendário balinês e a uma complexa teia de normas. Os Meru têm sempre um número ímpar de fileiras. Com onze fileiras são dedicados a Shiva.

O povo balinês mantém-se conservador e tradicional, sendo muito educado e sorridente, e utilizando um aperto de mão como cumprimento normal para homens e mulheres. A mão esquerda é utilizada para higiene e nunca se deve dar ou receber seja o que for com essa mão, nem sequer apontar com ela.

Quanto a vestuário, tenha sempre um sarong à mão. Para os ocidentais qualquer visita a um templo obriga a que se adapte o vestuário, pois não se pode entrar utilizando as roupas ocidentais, por mais pudicas que estas sejam. Terão sempre de vestir o sarong, com uma faixa ou banda de pano em volta da cintura a segurar essa espécie de longa saia, tipo sari, usada comumente por homens e mulheres em todo o oriente. É impossível penetrar num lugar santo sem esse retângulo de pano apertado na cintura e a descer até aos tornozelos. As cerimónias nos templos e outros rituais são sempre eventos sagrados pelo que a utilização desse vestuário apropriado é obrigatória.

Nas visitas aos templos podem vestir-se com o traje nativo "pakian adat", as mulheres de cabaia, kain [saia] e faixa, e os homens de udung [bandana na cabeça], um saput comprido por cima do sarong [aliás a designação correta deveria ser kamben] e faixa. Se estiver a ocorrer um festival não se deve entrar sem ser convidado.

Na entrada dos templos havia quase sempre um letreiro que me impressionara e chocara da primeira vez que o vira em 1974. Depois habituei-me a vê-lo repetido noutros templos, muitas vezes em quatro línguas, lembrando que o ingresso no templo é interdito às pessoas consideradas "impuras", como sejam as mulheres no seu período menstrual. Por uma lei religiosa ancestral, mulheres menstruadas ou qualquer pessoa com uma ferida ensanguentada não podem entrar nos templos. Seria talvez uma ideia genial a aproveitar para os templos portugueses dada a impureza que grassa em Portugal...



FESTIVAL NO TEMPLO KINTAMANI PURA ULUWATU DANU BATOUR



CANDI BENTAR EM PURA BEJI, NORTE DE BALI



MERUS EM PURA BATOUR NO LAGO BATOUR



MERUS EM PURA BATOUR NO LAGO BATOUR



LUHUR ULUWATU SÉC. XI



PURA



NGABEN EM BALI. TORRE COM 11 TELHADOS, O MÁXIMO PERMITIDO, DESTINADA AO TRANSPORTE DO MORTO DE SUA CASA ATÉ AO LOCAL DA CREMAÇÃO. O NÚMERO MÁXIMO DE TELHADOS INDICA A MORTE DE UM REI. QUATROCENTAS PESSOAS TRANSPORTARAM ESSA TORRE DE 25 METROS, COM O REI PEMECUTAN MORTO. A HONRARIA DOS 11 TELHADOS SÓ É CONCEDIDA AOS NOBRES BRÂMANES – ALTOS SACERDOTES. QUASE 600 PESSOAS FORAM CREMADAS NESSE DIA EM UM RITUAL SEMELHANTE A UMA FESTA, COM BEBIDAS E DOCES EM PROFUSÃO



UBUD

A dança constitui, para os Balineses, um meio de comunicar com os deuses. Os bailarões mimam as cenas da época hinduísta Rāmāyana bem como episódios míticos em que participam monstros, feiticeiras, o amor e o ódio. O legong kraton, uma das danças clássicas, não pode ser interpretado a não ser por duas jovens de menos de dezasseis anos. Uma longa tira encerra o busto das bailadeiras que executam passos muito precisos, acompanhados de movimentos de cabeça, dos ombros e do corpo.

Mas as outras danças (o Kecak, o barong kris ou o tari legong) são igualmente mesmerizantes e sempre acompanhadas pela música que a princípio se estranha e depois toma conta de nós. Se a princípio parece monocórdica, depois apodera-se de todos parecendo ter várias tonalidades sonoras.

A religião Balinesa baseia-se no Hinduísmo, mas incorpora inúmeras influências anteriores e crenças animistas em especial no que concerne à adoração dos antepassados. Em tempos imemoriais, o fundador duma aldeia era venerado como um deus após a sua morte.

Quando os príncipes Hindus de Java ocuparam a ilha a sua forma de adoração dos mortos aproximava-se bastante da dos habitantes de Bali. Os vários deuses (Terra, Fogo, Água e Fertilidade) eram vistos como manifestações diferentes do Trimurti, a trindade Hindu de Brahma, Vishnu, e a criadora - destruidora Shiva.

Bali tem um sistema de castas Hindu semelhante ao da Índia, mas nenhuma se assemelha aos Párias da Índia. A casta mais elevada é a dos Brâmanes, sacerdotes. A seguir vêm os nobres (membros das antigas famílias reais de Bali) denominados Ksatriyas. A terceira casta é a dos Vesiya, os guerreiros. A mais baixa é a dos Sudra, à qual pertencem quase 95% da população de Bali. Os membros das castas mais elevadas usam títulos especiais como Gusti (membro dos guerreiros), Ida Ayu or Ida Bagus (mulher ou homem, respetivamente duma família Brâmane), ou Anak Agung (membro da casta Ksatriya), etc.

Por outro lado, o animismo, a crença nos demónios e sobretudo nos espíritos malévolos mantém-se bem arraigado. Os Balineses têm uma visão dualística do mundo, em que o céu e a terra, o dia e a noite e os deuses e demónios são o oposto, mas com a mesma importância. É a isto que se refere o pano, tipo saio, de xadrez de que falava atrás e que é sempre usado em decorações de templos e estátuas.

Quer os deuses, quer os demónios necessitam de oferendas para se apaziguarem e muitas vezes estas oferendas não passam duma folha de banana com um pequeno cesto de arroz ou um pequeno cesto de flores. São estes que se encontram por toda a parte e não apenas em templos, mas muitas vezes também são colocados no chão e ai de quem os pisar.

Em Besakhi, no templo-mãe, são programadas cinquenta e cinco festas todos os anos. Cada ano em Bali só dura 210 dias e não 365...o que dá uma média de uma festa em cada 3,82 dias de Bali. A um forasteiro ninguém estranharia se dissesse que a ilha está sempre em festa. É nessas ocasiões que os tocadores de gamelão fazem o ar vibrar, as oferendas de flores e frutos enfeitam os altares e a alegria dos deuses se derrama sobre todos os participantes. As tradições exóticas desta cultura milenar, diferente das restantes 18 mil ilhas indonésias, continuam a serem preservadas apesar duma certa

massificação turística intensificada após 1975 numa forma generalizada, pois representam a principal fonte de rendimento dos Balineses.

As festas quotidianas, danças e oferendas aos deuses venerados na ilha são rituais cada vez mais aplaudidos. O espetáculo de Wayang Kulit (teatro de sombras) começa todos os dias ao pôr-do-sol. O cenário é simples: um ecrã de algodão branco estendido verticalmente defronte do qual são animadas as marionetas. O dalang, que manipula as figuras, oficia como uma personagem sagrada: ele tem a sombra dos deuses na ponta dos dedos. Inesquecível, um autêntico transe. Originalmente, os wayang kulit eram retratos em pergaminho dos antepassados já mortos que funcionavam no ritual da representação como recetores dos seus espíritos.

A não perder é, sem dúvida, a cerimónia religiosa que mais me marcou em toda a vida: o Ngaben, cerimónia da cremação. Muitos acreditam que esta é a cerimónia mais importante de Bali, porque catalisa todas as crenças que se manifestam nas cerimónias públicas e rituais mais privados.

Como os rituais indicam, a religião hindu balinesa acredita que a alma da pessoa se reencarna, e tem de passar por várias fases para atingir a Moksha, ou a libertação eterna. Os que não conseguem atingir a perfeição voltam ao mundo e têm de atravessar as mesmas fases, em busca da libertação.

Depois da morte, os cinco elementos cósmicos - ar, terra, fogo, água, e espaço exterior - acompanham a pessoa na viagem após a morte, e ajudam-na a atingir a Moksha.

Esta cerimónia do Ngaben não pode ser feita a qualquer dia nem pode ser oficiada por qualquer pessoa. Terá de se determinar um dia propício e a família do morto ou morta deverá financiar a grande cerimónia e festa. Se o dia propício à cremação só chegar anos após a morte, constitui um problema para a alma da pessoa, que não pode ser libertada.

Durante esse compasso de espera o corpo é temporariamente enterrado. Quando chega o dia da cremação, o corpo é desenterrado para a cerimónia. Se uma comunidade tiver vários corpos enterrados com as famílias a esperarem a época propícia para a cremação, é possível haver uma cremação conjunta, o que ajuda às despesas. Esta procissão não pode ir diretamente para o lugar da cremação, porque se o espírito do morto se lembrar de onde vivia, pode voltar para importunar a família, pelo que será preciso confundir-lo quanto ao caminho de regresso à casa da família.

Também é necessário atralhar os possíveis espíritos desocupados que se encontrem pelo caminho da procissão e resolvam segui-la. Se considerarmos que o espírito do morto também se pode lembrar de onde vivia, isto resultaria numa grande confusão de espíritos, trazidos pelo espírito do parente morto para apoucar a família.

Os balineses têm por hábito reunir em grupos para conversar e contar histórias, portanto não seria de estranhar que os seus espíritos continuassem a fazer o mesmo, e acabassem por ir bater à casa do morto. Isto faz bastante sentido, e motiva a que as procissões funerárias, além de serem coloridas e festivas, também sejam complicadas, porque envolvem andar em círculos, definir caminhos de ida e volta, enquanto um sacerdote sentado no andor deita uma aspersão de água benta na procissão e nos que se encontram à beira da estrada, para protegê-los.

Vale tudo para confundir os espíritos. Todos os membros dum comunidade têm que participar no evento e contribuir de alguma maneira, mesmo quando a família é rica. Depois da cremação propriamente dita, as cinzas são dispersas no ar e na água (de um rio ou do mar). O corpo deve estar contido num sarcófago com a forma de animal e a escolha do animal varia de etnia para etnia. Alguns são inteiramente surrealistas, formando-se pela mistura de elefantes com peixes ou algo semelhante.

Os corpos são envolvidos com finos tecidos - os mais caros que a família puder dispor - e são transportados numa espécie de andor que pode ter apenas um telhado no caso das pessoas pobres e até 11 telhados, o máximo permitido apenas para os reis. A altura desse andor ou armação em bambu, pode chegar até 25 metros e o transporte pelas ruas pode necessitar de 400 pessoas desde a casa do morto até ao local de cremação, cumprindo rituais de dança que fazem a torre girar perigosamente.

A mais impressionante a que assisti - talvez por ser a primeira - ocorreu em plena praia de Kuta e o sarcófago era em forma de vaca. Presentes centenas de pessoas num dia bem quente e húmido em fevereiro (1975). O cortejo foi levado ao local da cremação, onde o falecido foi devolvido aos cinco elementos originais: a terra (Pertivi), a água (Apah), o fogo (Teja), o ar (Bau), e o éter (Akasa).

O corpo transportado numa espécie de andor de bambu enfeitado de flores, espelhos e sedas coloridas. Este andor tem um tamanho determinado pela importância do morto e é carregado nos ombros de homens da comunidade. Toda a gente dançava e cantava em volta do andor após ter sido ateadado o fogo. O cheiro era intenso, mas não desagradável numa atmosfera surreal, que não se explica, mas se vive, em presença de toda a conjugação de elementos. Depois das várias horas que demorou a arder, os convivas meteram-se em canoas e foram para o mar onde se despojaram das cinzas. Talvez tivesse sido esse dia indeterminado aquele em que decidi que queria ser cremado com as cinzas deitadas ao Pacífico Sul. Durante muitos anos tive essa cláusula num testamento válido à época, o que muito espantara a minha atual mulher, descrente dessas coisas dos orientes exóticos.

Curiosamente, em outº 2016, a Igreja Católica desaconselhava as cinzas e proibia que fossem guardadas em casa ou lançadas ao mar, estipulando que deveriam ser guardadas em local de culto...

Em Bali ainda não se usam nomes de "estrelas de cinema, futebol ou televisão" para os recém-nascidos. O primeiro filho recebe sempre o nome de Wayan, Gede ou Putu. O segundo chama-se Made (lê-se máhdei), Nengah ou Kadek. O terceiro é Nyoman ou Nengah ou Kadek e o quarto de Ketut (pronunciado katut). Se houver um quinto filho, é fácil, a lista recomeça em Wayan e assim por diante. Tanto faz se for homem ou mulher. Pode parecer estranho, mas os balineses acham o sistema muito simples e prático. Existem ainda outras formas de designar as pessoas num sistema circular de quatro gerações, mas fica para outros pesquisarem, porque envolveria explicar os casamentos interfamilias e outras noções de homenagem aos mortos que seriam demasiado específicas para este contexto.

Falar de Bali obriga a mencionar Ubud que é considerada o coração artístico de Bali, e fica nas montanhas. Ubud é também um centro comercial e turístico desde que artistas do ocidente, a partir de 1940, descobriram a arte local: escultura, pintura, dança, música. Lá encontra-se de tudo, especialmente, trabalhos esculpidos em madeira. Não muito longe fica a Montanha dos Macacos com os seus templos (atenção que estes são criaturas irritantes e pestilentas), detestei ir ao santuário, pois os macacos eram uma verdadeira peste.

Para viajar em Bali, que é uma ilha grande [atualmente 3,5 milhões de habitantes e 5600 km² enquanto a ilha de S. Miguel nos Açores tem 131 609 habitantes e apenas 750 km²], quando se tem algum dinheiro, aluga-se uma moto e tenta-se sobreviver nas estradas pejudadas de perigos.

Hoje em dia ainda é mais perigoso do que na época em que lá vivi, pois não há regras de trânsito. Se existem, deve ser como em Portugal, só se aplicam se o polícia vier e obrigar...

Lembro-me de mais do que uma vez me ter atirado rapidamente para a valeta a fim de não ser colhido por um dos carros que circulava a grande velocidade como se a estrada lhe pertencesse. Nessa altura ainda se guiava moto sem capacete.

Guardo ainda hoje num tornozelo uma cicatriz dum dessas quedas. Como o dinheiro era pouco usávamos o bemo que era um transporte coletivo curioso. Só arrancava quando estava cheio e aquelas motorizadas dessa época, com uma pequena caixa fechada, chegavam a levar 10 passageiros. Havia também os becak ou riquexós, bicicletas com um assento para passageiros (até um máximo de dois) puxadas pelos pedais e a força dos esqueléticos condutores, autênticas bestas humanas.

Quando o dinheiro era pouco usava-se o bemo que era um transporte coletivo curioso. Só arrancava quando estava cheio e acreditem que aquelas motorizadas com uma pequena caixa chegavam a levar 10 pessoas. (ver foto abaixo). Havia também os becak ou riquexós que eram bicicletas, com um assento para passageiros, puxadas pelos pedais do condutor. Hoje estes meios de transporte existem em versões mais modernas e bem mais confortáveis.

Tudo começou por um acaso a que a minha vontade era alheia. Parei em Bali por um telefonema que me deixou de novo solteiro.

Geograficamente já o estava. Na prática, ainda imaginava que tinha à minha espera a mulher com a qual casara. Só poderia regressar definitivamente depois de terminar o famigerado SMO (Serviço Militar Obrigatório) no Exército Colonial Português, ao serviço do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor), em Díli, na Chefia dos Serviços de Intendência.



BEMO

BECAK OU RIQUEXÓ DENPASAR 1975

Para já, fica aqui a minha carta de condução emitida em Denpasar, Bali, documentos e vistos no passaporte com as entradas e saídas em Timor, Bali e Jacarta, Austrália, etc.



Há tempos, fiz uma estatística: dos casais portugueses que conheci em Timor quase nenhum se mantinha casado! Seria da comida?

Da água?
Do clima?

Que aquela terra marcava as pessoas já se sabia há muito, mas que iria influenciar numa forma duradoura todos os que lá tinham estado era merecedor dum estudo sério. Mais um tema de mestrado a explorar quando o Ministério da Educação anunciar mais uns tantos cursos novos.

Cedo conheci gente australiana e apaixonei-me loucamente (uma vez mais e sempre loucamente) por N. F, uma australiana de Melbourne que fez o casamento tradicional comigo numa cerimónia gira à moda local e vivi com ela até quase a janeiro 1975 quando ela teve de regressar a Melbourne após 3 anos na Europa e uma viagem hinterland através do então pacífico Afeganistão, Nepal, Índia, etc.

Fiquei desolado, mas prometi ir ter com ela para mantermos a paixão tórrida logo que eu pudesse.

Éramos três ou quatro nessa primeira aventura em Bali, tudo garanhões (os tão típicos machos latinos com vinte e poucos anos), esfaimados pela ausência de quase tudo em Timor.

Reconhecem o **Francisco Sarsfield Cabral**, de óculos, na foto em baixo?



chrys 1974 bali nov-dez (3)



Foi nesta fase que fui "batizado" se bem que tardiamente com uns charros dopados a ópio (bob hope), depois numas cachimbadas num chillum e finalmente numa omeleta de 32 cogumelos mágicos que me fez tripar durante seis horas.

Nesse período fiz bodysurf apesar do medo ancestral que tinha do mar e recusava-me a sair apesar da chuva torrencial, para depois vir fazer amor no areal sob os palmars como se não houvera amanhã. Sentia-me verdadeiramente feliz e livre.

Momentos inesquecíveis que me levaram a apanhar o primeiro avião para Díli a custo das habituais centenas de rupias para a corrupção local no aeroporto da metade ocidental da ilha de Timor (Kupang ou Cupão) e lá cheguei a Díli. Vendi as minhas coisas para ter dinheiro para a viagem, e nelas se incluía uma das raras máquinas de filmar Super 8 que havia em Timor.

Consegui assim dinheiro suficiente para subornar a agência de viagens da família do Capitão Chungue e conseguir obter lugar num dos voos superlotados para seguir para Jacarta e apresentar-me na Embaixada Australiana acompanhado dum documento que provava ser um oficial do exército português e dum carta da F a garantir-me acomodação garantida quando fosse à Austrália.

Em Bali havia muitas mulheres e a gentileza e cortesia das locais deixou-nos assombrados. Mais tarde descobriríamos que era só simpatia e mais nada. Ainda hoje me queixo de nunca ter namorado, flirtado ou coisa assim com uma Balinesa.

A comida era barata, a humidade insuportável, mas as praias eram um espanto. Enchi-me de passear, conhecer gente nova e aprender finalmente o que era a vida: sex, drugs and rock'n'roll.

Depois viria outra paixão louca, o regresso súbito a Timor e uma deserção com ida para a Austrália, mas fica para contar noutra dia. Isto viera a propósito da notícia que me preocupara com a reduzida esperança de vida nos Açores.

Levara-me a pensar quão feliz já era por ter experienciado isto e muito mais.

10.3. BALI, AUSTRÁLIA, AMNISTIA, FÉRIAS, VIAGENS

Recapitulemos, depois da amnistia concedida a todos os militares pelo Presidente Spínola, sou finalmente autorizado a partir [finais de novembro 1974] em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java (Jacarta, Jogjakarta, Surabaya) antes de visitar a Austrália (Melbourne e Sidney).

Ali estabeleço contactos com os diplomatas portugueses naquelas capitais estaduais, e tenta aperceber-me da amplitude da revolução dos cravos e dos sentimentos quanto ao futuro de Timor Leste. Apanhei um avião para Bali, num dos célebres bimotores adiante, mas nem me lembro em qual

Disponha então de bilhete de regresso e de dinheiro suficiente para a estadia pelo que rapidamente me deram o visto desejado.

Embarquei no primeiro avião para a Austrália e fui-me colocar à porta dela logo após ter-me instalado no YMCA (alojamento para jovens cristãos, Young Men's Christian Association).

Lembro-me bem de que levava duas malas e mal saí do terminal das linhas aéreas Ansett na baixa da cidade, apanhei um elétrico em direção a Prahran e o condutor, emigrante jugoslavo meteu conversa comigo e achou piada à minha história e não trocou a nota que lhe dei para pagar a viagem. Foi ele que me indicou onde dormir barato e saí daí a umas paragens no YMCA.

Depois saí e apanhei novo elétrico por St Kilda Rd. e pela Commercial Road. A mãe dela mal me abriu a porta, com cara de poucos amigos e desconfiada deste wog. Disse-me que ela não estava pois tinha ido às corridas de cavalos com umas amigas.

Esperei toda a tarde em Malvern Road, frente à rua dela em Bendigo St. sentado num banco na paragem de autocarro na esquina. Por trás ficavam uns prédios horrorosos com mais de 20 andares que eram habitação social construída nos anos 70 numa altura em que se gentrificou o subúrbio que era predominante irlandês e grego. Esperei até à noite e nada.

Só no segundo dia a vi e ela tratou-me com desprezo perguntando-me o que é que eu estava ali a fazer, que ela queria fazer a vida dela e estar com a família e amigos depois de tantos anos fora. Senti-me rejeitado outra vez, começava a tornar-se um hábito incómodo. Falei-lhe do nosso casamento em Bali e ela disse que não tinha significado nenhum.

Passaram-se uns dias até a convencer a ir tomar um café e nessa noite fomos jantar a um ótimo restaurante na Baixa que este otário pagou, mas não houve cliques. Entretanto conheci o irmão dela, Bryan então ainda casado com uma certa Gayle. Teve pena de mim e tirou-me do miserável hostel onde estava e fui para casa dele uns dias. A mulher dele com quem ele já tinha alguns problemas não apreciou minimamente a vinda deste intruso que andava atrás da cunhada e menos ainda apreciou quando ele me começou a apresentar gente a levar-me a festas e bares, a apresentar-me a amigos e amigas dele, a levar-me a passear e a conhecer Melbourne a subúrbios, praias, etc.

A situação, porém, estava tão tensa que resolvi mudar-me para um hotel barato na baixa. O dinheiro que levava começava a ser insuficiente para o elevado custo de vida australiano.

Tinha ido a uns concertos (lembro-me que Neil Young e Roberto Carlos (pasmem-se!) eram atrações da época naquele mês. Aproveitei para ter a minha primeira ida ao Hard Rock Café onde ouvi pela primeira vez a Renée Geyer que mais tarde ouviria em muitos outros sítios. Perdi um festival tipo Woodstock que havia em Sunbury, mas acabei por ver a cidade a pé e gostar imenso da Austrália. Haveria de regressar apesar deste contratempo afetivo. Creio que foi aqui que decidi fixar-me.

Fui de seguida ao Consulado Português (então na St Kilda Road) onde pontificava o já falecido John Dowd onde prontamente me adiantaram cem dólares (coisa que ao que parece ninguém faz hoje em dia). Tentei depois encontrar-me com uma pen pal neozelandesa de há muitos anos, mas não tinha dinheiro suficiente para entrar e nenhuma carta a garantir a acomodação no caso de ir à Nova Zelândia.

Depois disto resolvi ir até Sydney conhecer a cidade dado que a F não representava nenhuma chance viável para mim e era um desperdício de tempo e dinheiro continuar ali. Por outro lado, para não perder face não me convinha regressar já e dizer que este casamento fabuloso de Bali não passara dum fábula.

Em Sydney fiquei num hostel da juventude em Bondi e fui até Strathfield onde estava então o velho Consulado onde conheci o Deolindo da Encarnação e o cônsul que me levaram a almoçar e se disponibilizaram a tudo. Tinha lá estado o Zé Ramos Horta e trocamos impressões sobre a situação em Timor.

Depois desta curta estadia turística e depois de ter decidido que este era o país, regresssei aos amigos que deixara em Bali. Não demorei tempo (aliás era a marca pessoal da minha vida afetiva, logo que uma oportunidade se fecha outra se abre) a conhecer gente nova, fazendo novas amizades e dentre estas havia um anjo chamado A.W. do norte do estado de Nova Gales do Sul (Byron Bay) onde vive o ator Paul Hogan (Hodges) mais conhecido pelos seus papéis em "Crocodile Dundee".

Ali também existe desde há muito uma comunidade de hippies misturada com verdes, ecologistas, naturalistas, lésbicas e homos e onde consta que se cultiva a melhor erva australiana, ciclicamente destruída pela polícia federal australiana.

Como atrás disse, ao regressar a Indonésia, a caminho de Timor em janeiro 1975, fui impedido em Denpasar (Bali) de embarcar num voo para Kupang (Timor Ocidental), porque o território estava 'off-limits' (interdito a passageiros estrangeiros). Tentando insistir, reiterando a minha posição como Oficial do Exército [português] em férias que queria regressar ao meu posto, a situação agrava-se mais, sendo momentaneamente considerado suspeito de ser um espião e interrogado pelas autoridades militares da Indonésia.

Por fim, volto, de novo, a Bali. A futura Ms estava em Bali, com a Stephanie e o irmão desta, primos direitos que geriam um negócio de importação, exportação e manufatura dos típicos batik indonésios, peças de vestuário impressas a tinta no tecido segundo um método centenário próprio dos locais. Fazia o design têxtil para os batik e depois exportava para a firma dos pais visto haver grande procura deste produto na Austrália. Tímida e sensual, lentamente se foi começando a envolver comigo para grande consternação dos primos que não me achavam grande peça.

Apesar de caucasiano, não era australiano e vinha de cultura e hábitos diferentes. E foi assim, por culpa de não me terem deixado embarcar para Kupang que tudo começou. Pouco depois, mudou-se para a minha casa que (como já se descreveu atrás) era um quarto só com uma cama de madeira em pau-preto, muito alta e sem colchão, como era típico da zona. Cá fora havia um pequeno pátio coberto com desenhos das centenas de pessoas que por lá passaram antes. Tomava-se banho de balde à moda balinesa no jardim, ao lado do pátio cheio de pinturas.

Isto fora antes de mudarmos para uma bela cabana - privativa - numa espécie de pequeno resort típico na praia de Legian como atrás ficou também amplamente descrito noutra capítulo. Era uma construção octogonal com janelas a toda a volta e, no meio do palmar em Legian a uns 50 m da água, no meio do areal.

A vida decorria simples, bebia-se Pernod no Poppies' que era um dos melhores bares da época em Kuta e curiosamente até dispunha já do célebre Mateus Rosé, que incentivei toda a gente a provar. Já naquela altura a exportação de Mateus era cem mil vezes superior à sua produção local em Vila Real. Nesta época no nosso restrito círculo não se fumavam charros.

Longe ia também a vontade de experimentar cogumelos mágicos. Ficava uma memória do dia que nunca mais findava e do banho prolongado com bodysurfing por entre vagas alterosas. Mais uma experimentação que se guardaria no baú das memórias para se dizer que se degustara e se sobrevivera. Seria um idílio suave, marcado apenas pela minha constante incerteza e volatilidade, que iria durar três anos embora na altura não o soubesse. Durou uns meses então e foi culminado com a repetição da tradicional cerimónia local de casamento, suas danças e lengalengas.

Foi um tempo de paz e de serenidade comigo mesmo e com o mundo que me deixaria saudades eternas e dúvidas sobre se aquele não teria sido de facto o encontro fortuito e único de duas almas gémeas. Entretanto eu mudara e não era só de aspeto.

Deixara crescer a barba e o cabelo, usava uma fita (bandana) a segurá-lo, vestia calções de linho e uma curta kebaya ou camiseta batik e calçava umas sandálias locais à Jesus Cristo (mais ou menos isto ou isto que adiante se observa).

Entretanto comprei a meias com o meu "mate" australiano Dick Thornton (um vigarista barato de Bondi, em Sidney) um pequeno café restaurante chamado Perama's especializado em bolos, e do qual jamais esqueceria o Banana Cake (bolo

de banana). O Dick estava exilado em Bali por causa dum "pequeno problema" com drogas e se voltasse corria o sério risco de ir preso para cumprir a pena.

Mais tarde vim a saber que ele continuava a importar "material" da Tailândia e a enviar para a Austrália. Já o irmão dele não escapara à cadeia em Sidney. Tinha-nos custado para aí uns 20 contos (€100) a comprar aquele restaurante. A família balinesa que o vendeu continuava a viver lá e a cozinhar na mesma, só que o trabalho era pago pelos dois novos sócios e donos. Dava sempre lucro porque era bom e barato.

Em breve, porém, a família dos donos originais do Perama's me perderia como principal comedor dos bolos de banana. Estes eram os meus favoritos, entre outros que eram menos enjoativos que a cana-de-açúcar esmagada por primitivas máquinas em qualquer esquina e que custavam uns cêntimos.



Entretanto o que se passara ali e no mundo que deixara há pouco? Em Bali nem acompanhava a situação política em Timor. Limitava-me a viver esses momentos únicos. Um certo dia, andava eu de mota numa rua de Kuta Beach quando fui reconhecido por um companheiro de armas de Timor. Era o, então alferes, Carlos Alão (velho conhecido da Foz do Douro, no Porto) que disse que eu já estava considerado como desertor em Díli pois deveria ter-me apresentado ainda em janeiro 75. Proferiu também a notável novidade de que o período do SMO havia sido encurtado e que se eu voltasse ficaria a substituir interinamente o Chefe dos Serviços de Intendência, que se queria ir embora. Talvez arquivassem o processo.

Foi o que fiz depois de falar com a amada. Deixei-a com a promessa de que voltaria logo que resolvesse a complicada situação militar. Havia a certeza de que iríamos viver juntos, para todo o sempre, ali ou no fim-de-mundo. Iria cumprir-se a profecia, mas não da forma duradoura que ambos previam e queriam. A vida por vezes prega destas partidas, que a vontade humana e os conflitos de interesses não sabem ou não podem resolver.

O Dick acedeu a ficar a tomar conta do Perama's até eu regressar – o que prometi fazer em breve –, pois ele continuava envolvido na compra e exportação de "Buddha sticks" (erva dopada com ópio da Tailândia) e ia ficar uns tempos largos ali. Ainda agora sentia uma certa nostalgia ao pensar naquela mulher doce, nem dócil, nem subjugada, que soubera romper com as barreiras de oposição da sua família para seguir o coração. Talvez me tivesse levado a bom rumo e não ao caos que tive pela frente.

Pensei que se a minha vida não se tivesse complicado da forma que se complicava sempre, teria sido melhor ter continuado a viver com ela quando ela se juntou a mim em Macau uns anos depois. Talvez tivesse tido menos provações e mais alegrias, talvez...

Nunca saberia, e nunca haveria de saber, dado que todas as tentativas que fizera nos anos 80 e 90 para a reencontrar se haviam mostrado infrutíferas. O velho endereço postal remetia-me as cartas devolvidas.

Fui a uma agência de viagens e tratei de arranjar os documentos necessários para provar que não pudera partir antes para Díli pela Zamrud, companhia para a qual tinha bilhete de regresso a Timor.

Por isso viajei na Merpati (outra das companhias internas de aviação da Indonésia).

Parti de Bali a 28 fevereiro 1975 de regresso a Timor. Tarde regressei a Díli. A chegada tão fora do prazo assinala a possibilidade de ocorrer um raro caso de tribunal marcial, por deserção, como era exigido por alguns elementos mais conservadores da hierarquia militar.

Contudo, devido à situação de rarefação de oficiais do exército, o Chefe dos Serviços de Intendência que estava a tentar regressar a Portugal, não tinha (além de mim) subordinado imediato para lhe suceder. Mal chego, deparo com o governador no aeroporto a despedir-se de alguém. Apesar do meu aspeto hippie fui logo reconhecido e deu-me boleia no Mercedes até à cidade. Deixou-me em casa na SOTA, no Largo de Lecidere, e convidou-me a ir visitá-lo ao Palácio na manhã seguinte.

Logo que me refresquei fui falar com o meu chefe, major Carlos Carrilho, numa tarde de imenso calor. Claro que naqueles preparos de vestuário e de cabelos longos mal me reconheceu antes de se sentar calmamente como era seu apanágio a ouvir narrar as minhas desventuras desses dois meses, sem, porém, mencionar a decepção que fora a minha amiga australiana em busca de quem partira.

Não havia necessidade de entrar em detalhe com o superior hierárquico apesar do bom relacionamento que havia entre ambos. Falamos casualmente das aventuras e desventuras, mas naquela ocasião não quis mostrar o meu desapontamento, pois saíra de Díli no auge da excitação.

Amedrontado, fui ao governador na manhã seguinte, devidamente equipado com o fardamento da praxe. Depois de ouvir a preleção sobre a ausência prolongada, expliquei por que razão não pudera voltar mais cedo. A companhia de aviação indonésia Zamrud tinha interrompido os voos - o que era verdade - e custara-me a conseguir transferir os bilhetes para outra companhia, a Merpati - o que também era verdade - e não tinha já dinheiro para adquirir um bilhete novo sem conseguir trocar o que tinha e não pudera utilizar.

Tinha até como prova disto um empréstimo feito ao consulado português na Austrália em Melbourne e outro em Sidney... O governador aceitou as provas que levava, disse que ia arquivar o processo sumário de deserção que estava a ser instaurado, e, sorridente, aproveitou para mostrar um **Louvor por Altos e Relevantes serviços** (ver página seguinte) no Setor de Reabastecimentos e Combustíveis, que havia sido proposto pelo meu Chefe da Intendência. Devo admitir que sempre entendi este louvor como merecido pela minha ação, mas fiquei espantado!

Mais satisfeito ainda ficou o major, meu chefe, por finalmente poder regressar a Portugal e deixar a Chefia do Serviço de Intendência para mim, dado que os restantes oficiais eram novos e sem experiência suficiente, enquanto eu estivera já a atuar como adjunto dele, a que correspondia o posto de Capitão embora fosse apenas um alferes promovido a tenente. Assim, é concedido um perdão ao autor, por ter sido aceite a explicação de não poder voar de regresso, e o estatuto de 'AWOL' (ausente sem licença) revogado. Recebo também um louvor por altos e meritórios serviços e sou promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência.

Acabei por fazer um acordo com o governador, falando-lhe do restaurante que comprara para me sustentar no futuro, depois da tropa, para que ele me deixasse regressar a Bali e depois apanhar o próximo voo militar português com escala em Jacarta.

O resto do tempo (cerca de um mês, visto que na guia de marcha se indica a partida a 30 de abril 1975 e chegada a Lisboa a 27 de maio de 1975) passei-o muitas vezes num estado de imponderabilidade que se podia confundir com outra coisa, mas a desempenhar as funções de chefe da intendência. Cortei levemente o cabelo e ia diariamente a despacho ao CEM (Chefe do estado-maior) gozando a minha nova felicidade e a irresponsabilidade de não ter já de me preocupar mais com as notícias a publicar no jornal *A Voz de Timor* (e a permanente censura), ou com a revolução em curso. Alheei-me, decerto, de tudo aquilo.

Contava as horas até que me deixassem partir tal como haviam acordado. Consta que nas altas patentes apenas deram conta do meu cabelo mais comprido e do meu sorriso feliz. A tropa nesta altura era uma balda total. Em casa dedicava-me a um jogo curiosíssimo com os meus companheiros.

Qualquer um deles passava a vida a comprar inúmeros géneros no supermercado (açambarcamento puro e duro) pois sabia-se como era difícil abastecer a população civil. Ora bem, como não tinham acesso a todos os bens e eu tinha dezenas de latas de pêssego em calda, comecei a vender-lhes as latas. Depois, esquecia-me deste facto e era eu mesmo quem as comia. Um negócio de que nunca se cansaram de falar, mesmo quando nos reencontramos 25 anos mais tarde (1999) no lançamento do meu livro *Timor-Leste 1973-1975, o dossier secreto*....

Conheci, entretanto, melhor um dos poucos casais civis que havia em Díli, com quem me dera superficialmente antes, o Moisés estava na Agronomia em comissão civil e a Helena Sá Nogueira (da prestigiosa família Sá da Bandeira) não trabalhava além dumas aulas, além de fazerem as suas visitas psicadélicas ao mundo do LSD.

Eu (raras vezes saía) enquanto passava horas em meditação ouvindo incessantemente as cassetes (King Crimson e outros) que trouxera de Bali e que eram obviamente cópias ilegais. Devem ter sido os dias menos dolorosos, mas os menos sociáveis de todos. Por fim, chegou o dia de partir e de voltar a quem me mantivera em contacto constante.

Apanhei um avião (sem saber que seria o último em Timor) e parti para Bali, num dos célebres bimotores Hawker Siddeley ou talvez num Hawker de Havilland DH-104 Dove 6,⁵ pois não há registo fotográfico da partida e a minha memória já não é o que era.



HAWKER SIDDELEY



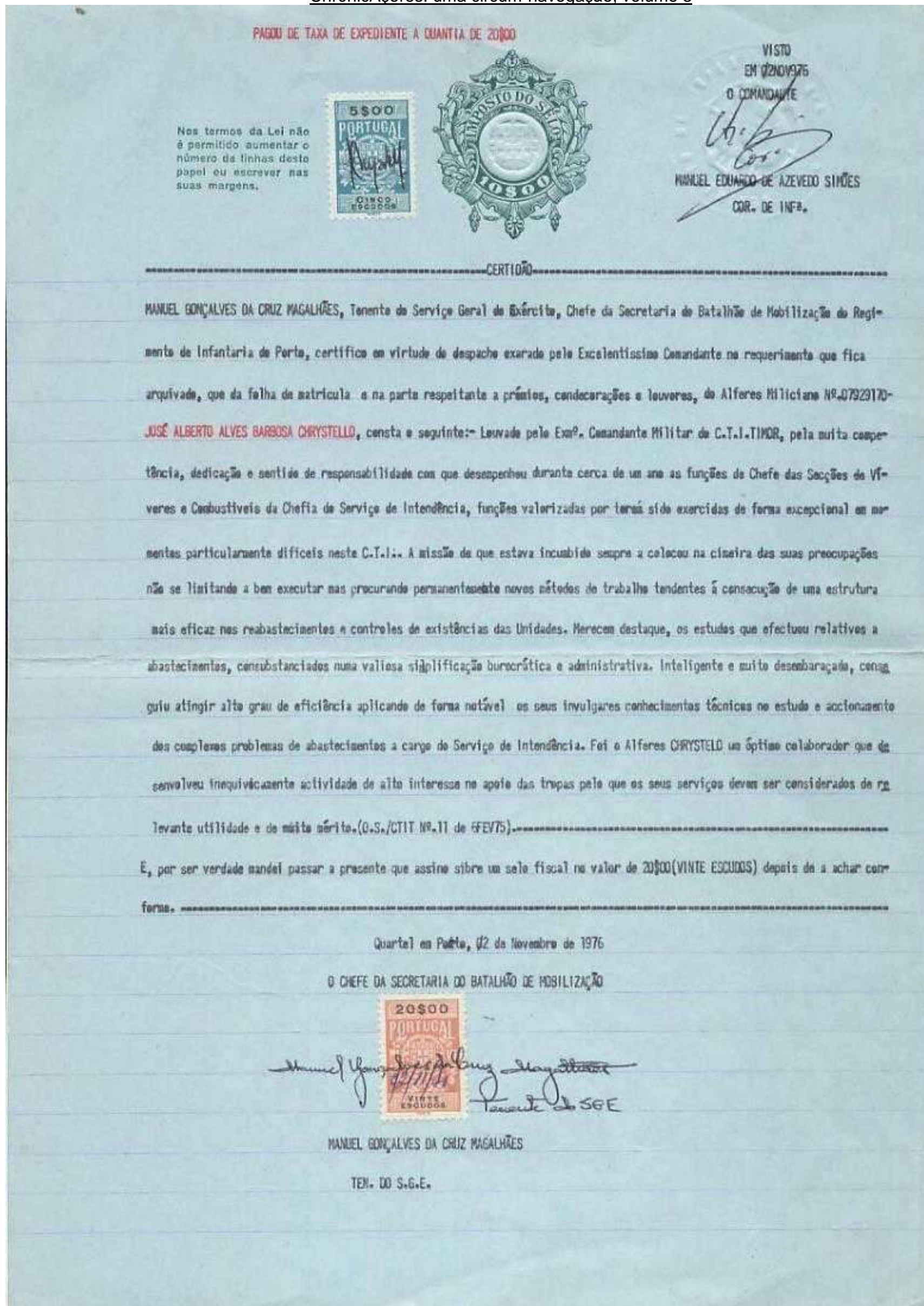
Hawker de Havilland DH-104 Dove 6.



DOUGLAS DC2

Inédito não publicada

⁵ ou Douglas DC2



Para trás deixei 2 caixotes com livros e roupas para serem despachados no próximo avião militar (Boeing 747 das FAP) e que era esperado em Timor no verão. O jipe (emprestei-o ao Tony Belo até voltar), a minha benquista moto, e tudo o mais ficariam. Estava certo de voltar em breve e queria ficar a viver em Timor ou em Bali. Não houve grandes despedidas, exceto dos colegas de casa e amigos mais íntimos que ainda não tinham sido autorizados a regressar a Portugal, agora que a “guerra” acabara e a tropa estava a ser desmobilizada rapidamente.

Há muito que adotara a terra oriental que “o sol em nascendo vê primeiro” e com a independência próxima sabia que iria ter um lugar naquela sociedade. Finalmente teria uma pátria no verdadeiro sentido, algo em comunhão com o chão que pisava. Já nem me lembrava daquele mês angustiante que passara no verão anterior quando a minha mulher “de jure”, com quem casara dezoito meses antes, me fizera uma visita relâmpago de duas semanas⁶. Mal chegara a Bali, de

⁶ Nesse ínterim gastara mais do que eu gastava num ano. Fora um curto período para esquecer. Um dia, ela decidira ir a Timor com a mulher do cirurgião, um dos meus colegas de casa, para a acompanhar e aos dois filhos pequenos (um recém-nascido). Chegara, detestara tudo e todos, em especial o clima, comprara tudo o que o supermercado único tinha (importado da Austrália), fora até às praias locais, dera uns mergulhos, conhecera os meus amigos locais, odiara a casa que lhe tinha preparado com tanto custo e dificuldade (leia-se amor e carinho), nos apartamentos da PetroTimor, numa terra em que nem móveis havia. Ignorara que fizera os impossíveis para vir da montanha para Díli o que raramente alguém conseguia. Improvisara uma casa pequena, mas agradável onde se podia estar. Isso nada lhe dizia a ela e logo que pode, arranjou lugar de regresso no avião. Tal como viera assim se

novo, em maio 1975, fui logo em busca da angélica amada que voltara a viver com os primos. Mudamo-nos e fomos viver para Legian para a tal cabana no areal. Acabei por vender o restaurante (a minha quota de 50%) e ainda tive de pagar o aluguer da mota do sócio, Dick Thorne, que se piscara sem pagar o aluguer da dita. Depois de algumas semanas chegou-me um telegrama a dizer que deveria seguir para Jacarta pois estava a aparecer um avião militar português que me levaria de volta a Portugal. Fui para a capital com a sua benquista A. Desta vez, e ao contrário do que fizera antes, não me aventurei a ir ver, de novo, Borobodur ou ir a Jogyakarta onde já estivera antes no Natal de 1974. Apreciei imenso Borobodur, essa enorme catedral redescoberta em finais do século XIX, 40 km a noroeste de Jogyakarta.⁷ Em Jacarta, fui até à Embaixada de Portugal, onde vim a conhecer pessoalmente o célebre major Vítor Alves, do Conselho da Revolução, que estava a tentar infrutiferamente ir a Timor (acabaria por nunca ir porque os indonésios o retiveram no Cupão (Kupang) e não teve outro remédio senão vir-se embora sem chegar a Timor.

Alojei-me num albergue da juventude "Wisma de Lima" em Jacarta e aproveitei para ir tratar dum pé que estava infetado, há um mês, devido a uma queda de mota em Kuta Beach. A embaixada indicou-me um médico local e lá fui de bemo. Depois duma boa espera no meio de mais de 50 pessoas, lá fui atendido, a ferida tratada e receitados antibióticos. Ainda hoje tenho a marca desse ferimento com origem em Bali: se não tivesse ido ao médico em Jacarta poderia tornar-se numa ferida gangrenada, o que, provavelmente, teria acontecido se não a tivesse tratado.

O escritor turístico contemporâneo Brian Thacker tentou em 2008 seguir as pisadas da viagem aconselhada em 1974 pelos fundadores da Lonely Plante, Maureen e Tony Wheeler no seu primeiro guia de viagens pelo sudeste asiático.

Usou apenas as informações ali recolhidas (há um terço de século) partindo de Melbourne convicto de que a maior parte dos locais mencionados no Guia se tinham tornado viadutos ou autoestradas.

O livrinho de 148 páginas esbarrou logo numa dificuldade em Darwin, para ir para "Timor Português" pois o voo trissemanal da TAA a um custo de 73 dólares australianos (\$73) há muito tinha desaparecido, assim como a companhia aérea TAA e algumas companhias indonésias existentes naquela época.

Com a sua recente história de agitação, Timor já não era a "colónia antiquada" descrita no Guia. Não tinha nenhum turismo ao contrário do que acontecia em 1974, e os locais pensavam que qualquer estrangeiro era um alvo de quem extorquir dinheiro pois devia estar a trabalhar para a ONU ou uma NGO.

A "Beach House" de Díli (conhecido como o "Hippie Hilton"), esse hotel na praia (uma palapa de colmo com água potável e o mar a escassos metros) já não existia.

Os excelentes restaurantes chineses de Baucau, mencionados no Guia, desapareceram quando os seus donos foram obrigados a abandonar a ilha com a maior parte da população chinesa aquando da invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975.

Já na Indonésia, Thacker teve a agradável surpresa de encontrar muita coisa inalterada, as casas ainda de pé e nas mãos dos mesmos donos ou de seus filhos e netos, como foi o caso em de Jalan Jaks, ainda o centro dos turistas de pé descalço ou "backpackers".

O hostel Wisma de Lima onde eu estivera era agora gerido pelo filho do dono. O pai abriu o Hostel em 1969 quando todos pensavam que ele enlouquecera e em 2008 a rua está pejada de hotéis e restaurantes. Também na vila montanhosa dos artistas, em Ubud os restaurantes daquela época ainda existem embora a paisagem já não seja a mesma, com as ruas pejadas de carros buzinando em vez de picadas não asfaltadas por entre arrozais. O "Canderi" e o "Ibu Rai" tinham agora netos dos donos a geri-los e serviam ainda a mesma ementa, como por exemplo "bean soup and Bali-style porridge" (sopa de feijão e papa de aveia).

a famosa "beach house" dos hippies em Icedera, díli



Quando falo da estadia no nirvana, perdão Bali, reconstruo sempre mentalmente esse período e junto as poucas fotos de que disponho para melhor ilustrar a época, que menciono quarenta anos mais tarde como se tivesse ocorrido na véspera: "Quando vivi na Indonésia, em Bali" e depois peroro sobre o tempo que lá vivi... Voltando a maio 1975 em Bali, finalmente, fui chamado à triste realidade. Recebi um telegrama de aviso da embaixada a dizer para que data estava previsto o avião de regresso à Europa. Comecei a fazer as despedidas e no dia aprazado partia (26 maio) no meio duma cena digna de um filme de terror.

Havia poucos dias encontrara a Jeanette, que conhecera anteriormente em Bali, e acabara de sair de dois meses de prisão após ter sido denunciada como consumidora de droga pelo seu amante indonésio. Estava magra e irreconhecível, depois dos maus tratos numa cela. Se os eventos tivessem corrido mal, ninguém saberia hoje que tinha sido presa. Devia estar louca, mas, enfim, naquela época era assim.

Ao chegar ao aeroporto informaram-me de que o avião estava em escala técnica. Não me autorizavam a embarcar pois não havia manifesto de carga nem de passageiros naquele voo de maio de 1975. Dentro do aeroporto a alguns metros de distância, mas sem poder chegar-me mais a eles, vira alguns colegas, o comandante da aeronave e o capitão Cariano (o tal que me punira com cinco dias de detenção, posteriormente agravada para 8 dias em Bobonaro pouco depois da minha chegada em outubro 1973).

Foram perentórios ou arranjava maneira de me deixarem entrar ou ficava em terra. Apesar de naquela época falar já fluentemente Bahasa, liguei, pressuroso, para a embaixada que me disponibilizou uma senhora nativa da Indonésia para servir de intérprete.

Fui ouvido por um coronel indonésio que estava intrigado como é que um oficial do exército português podia ter o aspeto andrajoso de hippie que tinha. Lá expliquei que estava já em férias e aguardava apenas embarque para voltar a ser civil.

fora, sem deixar marcas nem saudades. Nem ela sabia explicar por quê e para quê tinha lá ido por tão pouco tempo. Talvez para mais tarde se vangloriar de que lá estivera. A visita fora de tal modo rápida e inconsequente que eu sempre pensara que não mereceria mais do que esta mera nota de rodapé nas minhas memórias de Timor.

⁷ Este templo é considerado uma das sete maravilhas do mundo. Visto de avião parece que flutua. Em tempos, de acordo com os geólogos, foi um grande lago, rodeado agora por povoações a 235 m acima do nível do mar. Quem começou a construção do Borobodur foram os reis da dinastia hindu Sanjaya, mas logo a cessaram. No ano de 780, o rei Sanmaratungga da dinastia budista Shailendra começou a governar a região e continuara a construção. Mas adaptou o complexo segundo seu próprio conceito de mundo. Isto significa que a construção originalmente hinduísta se tornou num grandioso monumento budista dedicado ao Buda Mahayana. Foi misteriosamente abandonado pouco tempo depois, sendo efetivamente o maior santuário budista do mundo. Está disposto em quatro níveis, representando os níveis da realidade, dos quais apenas três visíveis, dado que o outro se situa sob a terra. O primeiro nível tem cinco degraus. No segundo nível, podem apreciar-se 72 Stupas (templos) dispostos em três círculos, cada um dos quais contendo no seu interior uma estátua de Buda. No terceiro nível, uma Stupa gigantesca, mas vazia (representando o vazio cósmico).

Os ingleses administraram a colónia de 1811 até 1815. O governador geral de Java foi Sir Thomas Stamford Raffles, homem progressista que acreditava que Java poderia ser o lugar de uma civilização desenvolvida. Raffles incumbiu o funcionário holandês H. C. Cornelius de explorar a região onde (como acabara de saber) havia, escondida pela vegetação, uma enorme construção. Foi revelado ao mundo por Raffles in 1814, estava enterrado e parcialmente em ruínas. Cerca de duzentos homens começaram a descobrir o monumento e a restaurá-lo de maneira simples durante 5 anos até 1910. Tem 42 metros de altura (o que equivale a um prédio de 13 andares) e mede 123 x 123 metros com dez andares de altura sendo do primeiro ao sexto na forma quadrada e circulares do sétimo andar ao décimo. Está virado para leste e contém 1460 painéis dos quais 1212 são em relevo de dois metros de largura. O total de estátuas de Buda atinge 504. Entre 1973 e 1983, foi completamente reconstruído sob o patrocínio da Unesco, sendo totalmente "desmontado", cada pedra foi marcada, tratada e limpada quimicamente, e novamente recolocada. A reforma custou 25 milhões de dólares. O formato deste tempo é uma mistura dum zigurate (pirâmide da Ásia menor) com uma Stupa indiana.

Mesmo assim o coronel queria saber como é que eu tinha passado os últimos meses a entrar e sair da Indonésia, para a Austrália e para Timor, pois a única explicação que tinha para tal era a de eu ser um espião. Foi complicado e demorado.

Depois de muito conferenciar, com outras altas patentes, acabou por deixar-me embarcar.

Não interessa aqui contar mais nada pois o certo é que consegui (com imensa sorte) passar pelo controlo alfandegário sem problema. Levava comigo apenas uma pequena mochila às costas, um rucksack (espécie de mochila militar redonda e verde, mas com um metro de altura) cheio de roupa suja e limpa...e uma sacola de linho a tiracolo com os documentos. Nunca mais voltei ao nirvana.

CRÓNICA 11 – O INSÓLITO. 24 JANEIRO 2006 –

11.1. Insólito

O dia acordou fresco. De facto, fora o dia açoriano mais fresco desde que JC chegara. No carro a temperatura indicava 6 °C. Em Ponta Delgada os termómetros marcavam 9°, mas esperava-se que subisse até aos previstos 18 °C.

De acordo com o calendário, pendurado em frente à secretária, era dia 23 de janeiro de 2006. Ao ler o jornal Público a sua atenção focou-se numa notícia insólita:



À luz ou às escuras? Apagada, torna tudo muito mais louco: apalpoes, encontrões, tropeções. Manter a roupa? Deve ser sempre mantida, antes, durante e depois, pois será maisquentinho e aconchegado. Se for no campo alentejano espera-se que ele esteja com ceroulas e samarra e ela de salote, combinação e chancas... Como seria nas velhas dinastias praticantes de safada e jesuítica hipocrisia? Claro que todos teriam um buraco no amplo camisão de noite, mas quando os reis e príncipes se encontravam com as amantes ou barregãs, será que haveria mais intimidade e seriam dispensadas as vestes? O Freitas do Amaral na biografia do primeiro rei de Portugal esqueceu-se de abordar este tema. A literatura medieval e posterior, atazanada pela sede persecutória da Inquisição deixou esta lacuna que urge investigar. Atenção mestrandos e demais investigadores. Apliquem-se e estudem este tema em profundidade. O resto da população deverá regressar à pacatez islâmica e cumprir as normas e regulamentos: nudez total nunca!

Ora aqui está a prova de que eu necessitava para afirmar porque é que Portugal sofre de todas as maleitas e de baixa estima nacional. Finalmente sei porque é o desemprego aumenta, as empresas deslocalizam, a pátria espera pelo salvador que não se chama Sebastião e não chegou numa noite de nevoeiro, nem será natural de Santa Comba Dão. Agora sei bem por que razão a igreja católica se viu compelida a criar a Santa Inquisição.

Fora pedida inicialmente por D. Manuel I, para cumprir o acordo de casamento com Maria de Aragão. A 17 de Dezembro de 1531, o Papa Clemente VII, pela bula Cum ad nihil magis instituiu-a em Portugal, mas um ano depois anulou a decisão. Em 1533, concedeu a primeira bula de perdão aos cristãos-novos portugueses. D. João III, filho da mesma D. Maria de Aragão, renovou o pedido e encontrou ouvidos favoráveis no novo Papa Paulo III que cedeu, em parte por pressão de Carlos V de Habsburgo e em 23 de maio de 1536, noutra bula, ali estava ela instituída para durar até 1821.

A crer na História, na Idade Média o quotidiano das pessoas era preenchido por devassidão, depravação, desregramento, intemperança, libertinagem, devassidão, e por isso a Igreja teve de agir. Agora é a vez do Egipto, com uns 477 anos de atraso verificar a gravidade do problema que como é afirmado pode invalidar casamentos. Se em vez do Egipto se estivesse em Portugal quem sabe quantos seriam os casamentos anulados? Mas também neste particular Portugal pode dar umas dicas aos egípcios: ao preço a que a electricidade está, deve ser sempre de luz apagada, com os dois parceiros totalmente vestidos por haver falta de verbas para aquecimento. Nem se consegue imaginar a cena doutra forma. Infelizmente este debate já não vem a tempo para perguntar aos recentes candidatos a Presidente da República qual das infrações já teriam cometido. Imagine-se como seria esta discussão nos 27 países da Comunidade Europeia. Resta aguardar que o debate chegue ao Parlamento Europeu. Haverá por esse país fora, por estas ilhas atlânticas, alguém interessado em começar a realizar uns inquéritos para ver quantos casamentos são inválidos?

Na Idade Média as pessoas eram assim e por isso a Igreja teve de agir. Agora é a vez do Egipto, com uns 500 anos de atraso verificar a gravidade do problema que como é afirmado pode invalidar casamentos. Se em vez do Egipto estivéssemos em Portugal quem sabe quantos seriam os casamentos anulados? Mas também aqui Portugal pode dar umas dicas aos egípcios: ao preço a que a electricidade está, é sempre de luz apagada, e os dois totalmente vestidos por que não há verba para aquecimento. Nem se consegue imaginar a cena doutra forma.

Infelizmente este debate já não vem a tempo para nos pormos a perguntar aos recentes candidatos a Presidente da República qual das infrações já teriam cometido. Imagine-se o que será esta discussão nos restantes países da Europa e só nos resta aguardar que este debate chegue ao Parlamento Europeu. Vou ter de começar a realizar aqui uns inquéritos nos Açores a ver quantos casamentos são inválidos.

Por mais tolerante e multicultural que eu possa ser esta questão está a dar comigo em doido. Acabo de descobrir que se seguir esta norma ora decretada no Egipto nunca estive casado! Isto sem contar com as noites quentes passadas - nem sei em quantos países quentes - em que ABSOLUTAMENTE me esqueci dos lençóis. E na praia quando havia luar? E quando era novo e ainda acampava? E naquela fase louca da sua vida em que vivera com os hippies na Beach House na praia em Díli? Ou quando fora às massagens na Tailândia? E em Macau, na Malásia, na Indonésia, em Kuwait City, ou quando estivera no Brasil e em Espanha com temperaturas de mais de 43 °C?...em Perth estivera até sob 49 °C. O melhor será mesmo invocar uma doença degenerativa do foro psíquico ou mental, uma amnésia súbita e localizada. Ai se eles me apanham!

Ainda bem que nunca fui ao Egito nem para ver as múmias nem as pirâmides, caso contrário andava agora a pensar numa qualquer cadeia do Cairo. Vou aproveitar para enviar esta Crónica aos filhos a avisá-los dos perigos que correm.

Admira-me até que o primeiro-ministro não tenha dado uma conferência de imprensa a alertar o povinho para estar atento. O novo Papa Benedito se calhar até vai aproveitar esta boleia islâmica e exigir o mesmo dos católicos.

"Sou casado, tenho filhos, mas você é linda. Quer fazer amor comigo?" Ouvira esta frase num filme indeterminado. Pensava que era mais romântico "Voulez-vous coucher avec moi (ce soir)?" É uma frase francesa vulgarizada através da música e em especial da faixa "Lady Marmalade," escrita por Bob Crewe e Kenny Nolan e popularizada em 1975 pelo grupo Labelle com Patti LaBelle, Nona Hendryx e Sarah Dash. A esta interpretação seguiram-se versões em 1998 pelos All Saints e em 2001 por Christina Aguilera, Lil' Kim, Mýa e Pink num "single" para a banda sonora do filme Moulin Rouge!

Esta frase apareceu numa peça de 1947 de Tennessee Williams "A Streetcar Named Desire ou Um elétrico chamado desejo". David Frizzell e Shelly West gravaram um disco com música "country" em 1980 com o mesmo título, mas sem relação ao êxito anterior.

Também em 1973, a antiga atriz porno, virada política e parlamentar italiana, Ilona Staller (Cicciolina), atingiu a fama com um programa de rádio com esse título "Voulez-vous coucher avec moi?" na Rádio Luna. Mas a verdadeira origem da frase data de 1922 num poema de E. E. Cummings mais conhecido pela sua primeira estrofe "little ladies more", que contém duas vezes a célebre frase.

Apesar de me lembrar de frases semelhantes estou vivamente convicto de jamais ter cometido qualquer crime islâmico de qualquer natureza. Houvera uma jovem árabe, a meu lado, numa viagem para a Europa, que de seis em seis horas se levantava, estendia o seu tapete portátil, como quem abre um computador de viagem, perguntava onde ficava Meca e punha-se a orar a Alá. Bem a tentei converter, mas sem sucesso. Não se teria tornado ela, uns anos mais tarde, numa mártir e não se fizera explodir? Dissera ser libanesa e não iraquiana. Nunca se deve fiar no que elas dizem.

Evocava as gaiatas persas a seu lado no voo Air France de Paris que me levaria, em 1973, a Bangueteo rumo a Timor. O Xá Reza Pahlavi ainda estava no poder na Pérsia e Farah Diba era nome de imperatriz. As meninas ricas passavam a vida a ir a Paris comprar joias e vestidos. Pareciam ocidentais com traços exóticos e pele levemente tsnada. Depois da viagem nunca mais as vira. Nem eu nem ninguém. O Xá fora apeado. A Pérsia desvanecera-se no Irão. Havia mullahs, ayatollahs e polícias à paisana para levantarem as burcas às jovens e verificarem se tinham batom nos lábios ou outras manifestações decadentes da civilização ocidental. Quantas não recordariam hoje a mesma viagem que rememorava? Essa civilização retornara à idade da pedra. Construía um poderio nuclear, açoitando os criminosos, empalando mulheres à pedrada, cortando mãos, enforcando homossexuais e outros desviantes. Desafiava o ocidente, negava o holocausto e seguia rumo ao abismo.

Uma vez no bar dum hotel alemão, uma jovem sarracena, atraente, misteriosa e enigmática abordara-me com sinais de cabeça, já a noite ia alta. A atração das Arábias. Como se respondia nos antigos interrogatórios judiciais "Aos costumes disse nada". Não se recordava se seria argelina ou marroquina, talvez maltesa com sangue francês? Ou fora em Paris? Em Madrid não fora decerto, mas poderia ter sido em Londres ou Milão ou mesmo Roma, Dubai, Abu Dhabi, Qatar, Omã, Kuwait, Kuala Lumpur, Bangueteo, Pattaya ou Sidney. As memórias entrecortavam-se, rostos sem nome e nomes sem rosto, lugares e momentos guardados sem legendas. Aeromoças, companheiras de viagem, meras companhias de ocasião em busca de almas e corpos solitários. Nada sabia já, nem nomes nem faces, nem uma história. A miúda, hospedeira da Cathay Pacific que telefonava sempre que ia de Hong Kong a Sidney. Gestas que o tempo perdera. Episódios sem pontas para atar no balanço de vida hedonista. Acreditem, era absolutamente demolidor.

Nunca me lembrei ao conhecê-las de lhes perguntar a religião, nas estadias relativamente curtas que fizera em cidades exóticas. Estava mais interessado em partilhar culturas e experiências, descobrir o que se escondia por trás de véus e burcas. A ação jornalística em pleno Médio Oriente, de férias ou em trânsito, não estava totalmente desprovida de riscos como mais de uma vez constatara, mas este não fora previsto. Não creio jamais ter cometido qualquer ato de qualquer natureza com uma cidadã de qualquer país que professasse a religião islâmica, mas vou ter de rever os meus apontamentos. Acreditem que isto é demolidor. A minha mulher anda cabisbaixa e muito sisuda desde que leu esta notícia, sei que algo se prepara e não se espera nada de bom. Isto não vem nada a calhar.

Por outro lado, como se sabe, sendo a minha mulher uma "moura lisboeta" isto poderia explicar por que é que anda ultimamente apreensiva, se bem que nunca tivesse suspeitado de ser cumpridora dos ensinamentos de Maomé. Anda cabisbaixa e muito sisuda desde que lera esta notícia, talvez algo se preparasse e não se augurasse nada de bom. Isto não vinha nada a calhar, após tantos anos de casamento. A sociedade portuguesa iria agitar-se, imaginava já as conversas em voz baixa à mesa dos cafés... Todos a fazerem perguntas e a tirarem notas, sabe-se lá do que são capazes para apanhar um qualquer pecador desprevenido. Este país sempre foi um covil de bufos. Que se cuidem os incautos que esta fé pode abalar montanhas. Já me decidi, caso venha a ser descoberto e exposto à ira islâmica, deverei tornar-me num mártir usando o método do homem-bomba e fazer-me explodir a fim de ir direito para o céu onde me garantem que 72 virgens me aguardam após a consagração como mártir em prol do Grande califado Al Andaluz. Aguardo apenas que me indiquem o alvo.

11.2. Kuwait, Koweit, Cuvait

Na minha opinião, os homens verdadeiramente grandes devem sentir-se desolados na Terra. F. Dostoievski

A propósito recorde estar no Kuwait a 31 julho 1990, exatamente dois dias antes da invasão iraquiana de Saddam Hussein ao Kuwait, numa primeira tentativa de subjugar aquele pequeno emirado. Não o fiz voluntariamente, mas devido a uma avaria no avião da UTA (transportadora aérea criada em 1963 para as províncias ultramarinas francesas, absorvida pela Air France em 1992) que me trouxera da Nova Caledónia via Sidney.

James Colnett avistou em 1774, uma terra desconhecida no horizonte. A bordo do navio estava o navegador e explorador inglês James Cook que batizou a terra como «Nova Caledónia» em homenagem à Escócia. Na verdade, disseram que o aspeto da costa teria lembrado desta região do Reino Unido. Caledónia é em latim antigo, correspondente à Escócia. Em 1788, a expedição francesa liderada por La Pérouse deve ter feito o reconhecimento da costa Ocidental, a bordo do l'Astrolabe e do La Boussole, pouco antes do um naufrágio sobre o recife Vanikoro nas Ilhas Salomão. Em 1793, o Contra-Almirante francês Antoine Bruny D'Entrecasteaux, que partiu em 1791 a pedido de Luís XVI para encontrar La Perouse, passa ao longo da Nova Caledónia, reconhece a Costa Oeste da Grande Terre e teria parado incluindo as Ilhas Lealdade. No entanto, os atributos da recente descoberta são explorador francês Jules Dumont d'Urville, em 1827, que foi o primeiro que as localizou com precisão num mapa. No final do século XIX e início do século XX diversas tentativas de colonização fracassam. Em 1931, um grupo de Kanakas era exposto como sendo canibais dentro de caixas, no jardim de aclimação do Bosque de Bolonha, por ocasião da Exposição Colonial Internacional (1931) de Paris. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Nova Caledónia apoia a França Livre em 1940 e tornou-se a partir de 12 março de 1942 numa importante base norte-americana na guerra contra o Japão. Nouméa é a capital fundada com o nome de Port-de-France em 1854 pelo Capitão Tardy de Montravel. O território registou importante crescimento económico graças à exploração do níquel, e a Nova Caledónia passaria a ser o terceiro maior produtor do mundo, enquanto a França a tornava numa colónia penal. Depois da guerra, a França abandona o termo colónia, passando a ser território ultramarino em 1956. O ano de 1980 marca o ponto alto de tensões entre opositores e partidários da independência com uma rebelião quase generalizada durante o período conhecido como «Eventos» (1984-1988). A violência atingiu um ponto culminante em 1988 com a Tomada de Reféns em Ouvéa. Depois seguiram-se negociações e a assinatura dos Acordos de Matignon (1988), prevendo a criação de um estatuto transitório de 10 anos a conduzir um referendo sobre a autodeterminação para que se pronunciem a favor ou contra a independência. Este acordo é complementado pelo Acordo de Nouméa de maio de 1998, que prevê o estabelecimento de uma forte autonomia. O último referendo sobre a questão do futuro institucional (ou manutenção da autonomia dentro da República Francesa) terá lugar entre 2014 e 2018.

Estes voos entre a possessão ultramarina francesa da Nova Caledónia eram, naquela época, frequentados por funcionários públicos franceses de regresso ao continente europeu e vice-versa.

Trata-se de um dos locais mais caros do Pacífico, tudo é importado de França, tem-se a sensação de se estar em Paris na maior parte das lojas, mas com atendimento pelos habitantes das vizinhas ilhas de Ouvéa e Futuna que já constituem a maioria dos nativos locais: 45% Melanésios (Kanakas) e 35% Europeus (Franceses) com Polinésios nas ilhas mais afastadas. Os Europeus concentram-se no sul, sendo Francês a língua oficial além de serem falados dialetos melanésios e polinésios numa mistura de 60% de católicos e 30% de protestantes. O turismo é pouco e desproporcionalmente caro ao contrário doutros países do Pacífico Sul sendo particularmente preferido por franceses.

Ora bem, fora de Sydney para a Nova Caledónia (onde não saí do aeroporto) para embarcar de novo para Sydney antes de rumar à Europa (esse era o pequeno inconveniente do desvio obrigatório para se voar UTA). Estava eu a bordo dum trimotor McDonnell Douglas DC-10 acabado de levantar voo do Omã (Emirados Árabes Unidos) quando se regista a

implosão do motor do lado esquerdo. A maior parte dos passageiros a bordo fica sobressaltada e durante largos momentos não há instruções em inglês, apenas um curto anúncio em francês, a falar dum pequeno (!!!) problema técnico. Outros passageiros anglófonos abordam-me a perguntar o que se passa. Ficam preocupados ao sobrevoarem o imenso deserto de Omã (parte desse enormíssimo deserto da Arábia), onde apenas se viam dunas e antigos depósitos de águas totalmente secos.

A imagem era aterradora pois só havíamos começado a subida há cerca de 20 minutos, mas já estávamos muito afastados, há muitos quilómetros, do centro urbano mais próximo. Cá em baixo dunas e mais dunas, deserto e mais deserto, sem vitalma, apenas velhos poços secos.... Os restantes dois motores, do trimotor DC-10, começaram a obedecer às ordens do piloto e lentamente o avião começou a subir mais e a descrever um enorme círculo enquanto tentava voltar para trás. Acabou por completar o círculo enquanto ganhava altitude e o piloto, avisou que iriam regressar, mas agora para Kuwait City. Ali chegamos sem mais incidentes numa cena mais própria dum filme de terrorismo internacional. Fomos mandados para o setor militar do aeroporto, onde tropas armadas rodearam o avião e fortes medidas de segurança eram impostas, antes de os passageiros serem autorizados a desembarcar. Saímos todos, por fim, levados através duma avenida com poucos prédios (hoje parece a baixa de Manhattan), que sulcava o deserto, para um luxuoso Intercontinental Hotel onde ficaram alojados.

Era de manhã bem cedo e os bares do Hotel só abriam pelas 11 horas. Eu falava com um pequeno grupo de expatriados franceses que então regressavam a França, eram quatro *kafir* (infiéis) franceses e duas francesas, uma delas, cinquentona ou mais. Íamos a entrar para o bar para nos dessedentarmos, pois apesar do ar condicionado a temperatura exterior já rondava 46° C àquela hora matinal, quando fomos impedidos por um funcionário do hotel que nos disse que não poderiam entrar ainda. Nessa altura desembocara no bar, um grupo ruidoso de uns dez a doze nativos, vestidos com o seu vestuário tradicional masculino, o "*thoub*" branco, uma peça única e comprida. Na cabeça usavam a "*ghutra*" ou *keffiyeh*. O "*shemagh*" é principalmente usado em ambientes religiosos. Não havia nesse grupo árabe nenhuma mulher com ou sem *chador* (véu islâmico). Teria decorrido certamente uma meia hora ou mais quando nós, os infiéis, fomos autorizados a entrar e beber. Para espanto nosso, constatamos que quase todos aqueles árabes estavam a beber alegremente álcool, o que não lhes é permitido, na maior parte dos casos de acordo com o Corão.

A conversa deles parou mal entramos, enquanto miravam, de alto a baixo, os estrangeiros, e em especial as duas francesas, imodestamente vestidas para os padrões locais. Começaram a ouvir-se o que se presumia serem piropos em sotaque forte árabe numa língua presumivelmente inglesa. A atmosfera era de cortar a faca. Tomamos todos as nossas bebidas e como o ambiente era de tal forma hostil e ameaçador, resolvemos sair do bar para o enormíssimo átrio do hotel, ver as montras e conversar. Eu estava animadíssimo a falar com um certo Michel, programador de computação do governo francês na Nova Caledónia. Estávamos sentados num dos cadeirões, forrados a ouro e veludo, que se espalhavam pelo átrio do Hotel e devia ter o tamanho de um campo de futebol. Não reparamos na altura, que mesmo em frente a nós no foyer, a uns 15-20 metros, estava um grupo familiar local constituído por três homens, duas mulheres totalmente cobertas com uma elegante *jilbab* ou *jilbaab* (جلباب) e a cara coberta com um *niqāb* (نقاب), véu que cobre na totalidade a face, deixando antever os olhos e faz parte do *hijāb* ou *burqa*. Convém aqui acrescentar uma nota para os que nunca andaram por aqueles lados do Oriente do Meio.

Manda a tradição islâmica que o contacto físico entre sexos opostos seja bastante rigoroso. A troca de apertos de mãos é permitida somente dentro de uma relação lícita ou quando há um vínculo forte de parentesco. As normas de cortesia indicam que se uma pessoa de sexo oposto lhe estender a mão, deve aceitar o cumprimento. Em meios diplomáticos, é permitida a troca de cumprimentos entre homens e mulheres. As mulheres devem ser cumprimentadas verbalmente, a não ser que tomem a iniciativa e ofereçam o braço para o cumprimento. A mão esquerda é sempre considerada "suja", uma vez que é utilizada na higiene pessoal, conforme a tradição islâmica. Portanto, deve evitar-se cumprimentar, gesticular, dar e receber presentes e cartões com a mão esquerda. Em hipótese alguma se deve gesticular balançando as mãos fechadas, pois é considerado um gesto hostil. A lógica é que, se usa força contra os seus inimigos, então ao balançar as mãos contra alguém com muita força e potência, este ato pode ser interpretado como se essa pessoa fosse um inimigo. Nunca se devem cruzar as pernas, pois mostrar a sola do sapato constitui um insolente insulto, por ser a parte mais baixa do corpo e estar em contacto direto com o chão. Daí ser considerada impura.

Estavam Michel e JC, alheios de tudo e de todos, em amena galhofa discutindo as virtudes que poderia haver se tivessem uma mulher no mundo ocidental que ninguém pudesse olhar ou cobiçar. Provavelmente gesticulando, possivelmente mostrando as impuras solas dos sapatos, ténis ou botas que calçavam, sem se aperceberem que estavam quase sós no enorme átrio. Sabiam que não podiam olhar diretamente para a mulher árabe, ao contrário do que é normal no Ocidente.

De repente, pelo canto do olho, apercebo-me que uma imponente figura em traje completo de xeque, se levantara e cobrira já metade dos 20 metros que separavam os sofás deles aos nossos. Sem me desconcertar, mas subitamente tomado de pânico ou mero medo ancestral, pela segunda vez nessa manhã, levantamo-nos a uma frase minha, conversando como se nada fosse, antes que o árabe tivesse tempo de se aproximar mais. Distanciamos-nos rapidamente, sem olhar para trás, mas tendo a certeza, do sexto sentido, de que não fomos seguidos. Ficamos para o resto das nossas vidas com dúvidas se o árabe se nos ia dirigir, como pressentíamos, a acusar-nos de um qualquer crime, como ter olhado para aquele monte de tecido negro com dois pontos coloridos movediços, numa pequena abertura da parte superior do vestido. Poderia ter-se sentido insultado com a lamacenta sola dos sapatos, cheia de areia árabe. Ou, teria apenas constatado que o seu Cartier ou Rolex dourado e cravejado de diamantes de 50 mil dólares tinha parado e apenas nos ia perguntar as horas? Fosse o que fosse, mudamos rapidamente de piso no hotel. Dirigimo-nos para uma zona onde estavam mais dos, quase, duzentos ocidentais que se encontravam ali exilados tecnicamente enquanto o avião era reparado. Toda a atmosfera, mesmo num hotel daqueles era aterradora. Os árabes eram sempre servidos primeiro e só depois os estrangeiros, fosse para o que fosse, mesmo que apenas se tratasse de se sentarem numa mesa dum dos bares do hotel.

Senti mais medo nessa cena do que em qualquer outro momento da minha vida. Mesmo muito mais do que uns anos antes, em Carachi (Paquistão) quando tive de sair do avião devido a uma tempestade de areia. O quadrimotor tentou arrancar, mais de uma vez, mas chegava ao fim da pista com esta tão coberta de areia que não descolava. Rapidamente saímos e fomos encontrar abrigo temporário no terminal. Do dia se fez noite e a pista ficou coberta por mais de dois metros de areia. O átrio do terminal parecia uma duna saariana. Foram horas na escuridão. Por fim, amainara, os bulldozers vieram limpar a pista e o avião partiu.

Da janela do hotel, na cidade do Kuwait, via-se o deserto ciclicamente cortado por um autocarro dos hotéis ou por uma viatura de alta cilindrada e topo de gama. A neblina própria daquele calor e humidade parava por sobre a estrada, dando uma tonalidade de amarelo sujo a tudo o que circundava o hotel.

Criavam-se miragens e a mente toldava-se enublada. Dois dias depois seria o terror, a morte, a pilhagem e a destruição que as forças iraquianas de Saddam Hussein iriam impor naquele hotel e em todos os locais do Kuwait. Mais uma vez o mundo perdera a sua inocência.

PS: A propósito vocês sabem que se o Andrea Bocelli tivesse nascido português andava hoje a cantar numa esquina, e a pedir esmola?

Tal como eu já tinha dito a um amigo meu em Hong-Kong nos anos 80, se os portugueses tivessem ficado com o rochedo e os Novos Territórios em vez de Macau, Hong-Kong seria um rochedo deserto com a bandeira das quinas.

CRÓNICA 12, DAS NOITES DAS AMIGAS AOS LIVROS SÉRIOS 4 FEVEREIRO 2006,**12.1. CARNAVAIS.**

Ontem comecei o dia a receber os agradecimentos de Dom Carlos Ximenes Belo por me ter lembrado das 58 velas que ele acendia nessa data. Depois dei comigo a ler que Ramos Horta é um dos favoritos para ser Secretário-Geral da ONU, embora a concorrência do candidato tailandês seja grande. Timor continua sempre presente no meu quotidiano mesmo sem nada fazer para tal. No Portugal profundo já se começam a acalmar as excitações da vinda do patrão da Microsoft que se encheu de assinar protocolos para fazer disto um país evoluído. Interrogo-me se não sairia mais barato comprar o país todo, por atacado e em saldo, e depois modernizá-lo, do que contar com os que cá estão para o fazerem.

Esta semana começaram as quatro semanas de celebração do carnaval com a passagem na noite da quinta-feira dia 2 de fevereiro 2006 do Jantar dos Amigos que é uma cena curiosa pois as mulheres ficam em casa e os homens reúnem-se. Depois do jantar há sessões de striptease que decerto ajudam o ego frustrado de tanto macho latino reprimido que aqui deve haver. Agora na semana que vem na quinta é a Noite das Amigas em que elas farão o mesmo, mas espera-se que com striptease masculino...a menos que sejam de preferências sexuais alternativas. Na semana a seguir é a Noite dos Compadres logo a seguir ao S. Valentim ou Dia dos Namorados e por fim a noite das Comadres.

Curiosos estes hábitos a que chamam tradições da ilha de S. Miguel e até tiveram direito a espaço informativo nas televisões do Continente, embora ninguém saiba, ao certo, como ou quando surgiram e por quê.... Lentamente se vai aprendendo de que é feita a massa cinzenta e outra (menos cinzenta) destas gentes. Era vê-los em frente às câmaras de televisão todos lampeiros, satisfeitos depois de se alambazarem com imensa comida e bebida à espera da "sobremesa". Desconhece-se o que é que os dez por cento de machos com preferências homossexuais fizeram nessa noite, mas podemos calcular.

6 fevereiro 2006, O dia acordou fresco, de facto, foi o mais fresco desde que cheguei. No carro a temperatura indicava 6° C e em Ponta Delgada os termómetros marcavam 9°, mas espera-se que rapidamente isto chegue aos 18° previstos para hoje.

12.2. DOS LIVROS. 4 fevereiro 2006,

Creio que o que importa é saber porque é que livros bons não se publicam e o que se vende são autobiografias do Vítor Baía, José Mourinho, Pinto da Costa e melhor ainda é ter um Presidente da República que devia ser uma pessoa séria dedicada aos graves problemas da Nação a escrever o prefácio do livro do "Bicho" ou Jorge Costa ex-jogador do F. C. do Porto. Isto sim é um apoio à juventude para ler livros. Mais do que qualquer campanha do Instituto Camões ou do Instituto Nacional do Livro. Já decidi: vou meter outra vez o meu filho a jogar futebol para, mais tarde, poder publicar um livro. Toda a educação que lhe tenho dado estava errada, pois assentava em conhecimentos clássicos sem eu ter entendido os novos paradigmas da educação e da cultura contemporâneas. Ando eu a fazer Colóquios da Lusofonia há cinco anos para quê? Devia era estar a organizar simpósios desportivos onde os jogadores pudessem falar das suas vidas e dos seus problemas, e depois pedir a um primeiro-ministro ou Presidente da República para prefaciá-lo um livro de Atas sobre este tema.

Como é que uma pessoa minimamente culta como eu não viu esta alteração comportamental no seio dos portugueses? De facto, devo ter andado distraído nestes 11 anos que vivi em Portugal. Andava eu preocupado por causa do meu livro CD (Timor-Leste vol. 2 1983-1992 Historiografia de um repórter) à procura dum editor que o quisesse por em papel para quê? Refarei o conteúdo e chamar-lhe-ei Memórias dum espetador de futebol 1983-1992, tudo aquilo que sempre quis saber sobre o que se passa nos balneários e para lá das quatro linhas, conversas com os árbitros e com as brasileiras que os clubes põem à disposição dos árbitros para os seus jogos de preparação física, saiba os escândalos e a vida privada dos grandes dirigentes do futebol, viva por dentro o que os seus ídolos sentem e fazem. Depois é só aguardar que o telefone toque com propostas milionárias. Até pode ser que apareçam uns interessados em verter a escrita para filme. De facto, estou errado e não o mundo inteiro. Bem me dizia a minha mãe que a minha atividade não dava dinheiro, e que eu nunca mais aprendia. Só agora entendo o alcance das suas palavras: queria era transmitir-me que a intelectualidade frustrada que eu professava não ia dar a lado nenhum e que devia concentrar-me nos grandes problemas que preocupam nove milhões e meio de portugueses e sabem os nomes dos jogadores das equipas de futebol e que confundem o Salazar com ou outro qualquer como o Camões que é um poeta que ninguém leu e deve ser chato como o caraças. Esta revelação que tive ontem à noite num sonho vai abrir novos horizontes a todo o resto da minha vida. Em vez de me ter dedicado mais de 25 anos à causa de Timor e passar por louco, com toda a gente dizendo-me para eu desistir devia era ter-me metido na cena do futebol. Já perdi o direito aos meus quinze minutos de fama e não sei se vou a tempo de ter algum proveito. Desculpem, mas estou inconsolável e vou ter de me começar a preparar. Como estou nos Açores nada melhor do que escrever sobre a vida secreta de Pedro Pauleta, o açor de S. Miguel. Vou investigar as ex-namoradas, filhos ilegítimos e demais truques de bola para dar a conhecer ao mundo. Tenho a certeza de que o Presidente do Governo Regional e todas as autoridades me irão apoiar incondicionalmente neste projeto apesar de nunca terem uma só linha dos milhões que já escrevi, apesar de não terem lido um só livro dos que já publiquei, apesar de nunca me terem visto nem ouvido na TV porque naquele tempo ainda eram muito novos e iam para a cama cedo ao som do Vitinho ou do Patinho. Bem mãos à obra e vou-me deixar destes escritos que ninguém lê e a que ninguém interessa m.

CRÓNICA 13 OS FERIADOS SÃO PARA QUÊ? – MARÇO 2006**13.1. OS FERIADOS SÃO PARA QUÊ? ILS SONT FOUS LES AZORIENS**

O Astérix dizia "Ils sont fous ces gaulois", mas devo acrescentar que os açorianos também o são. Hoje de manhã, sábado de carnaval (25 fevereiro 2006), acordaram-me pelas 08:00 horas quando o previsto neste primeiro dia das miniférias de Carnaval era dormir. Como já devo ter anteriormente escrito quando aqui chove, não dura muito tempo, mas a quantidade de água despejada pelos céus é enorme. Acontece que a água entrava pela chaminé da cozinha, tornando-a inabitável e mal se podia cozinhar. O senhorio que já tentara várias medidas para diminuir este problema decidiu finalmente substituir a chaminé que tinha muitas dezenas de anos e não fora beneficiada aquando das obras da casa. Que melhor altura para o fazer se não nesta manhã de sábado? Esta gente não dorme? Será que só trabalham? A dúvida permanece, pois, ao levantar-me estremunhado e a ter de mudar rapidamente a programação do meu chip cerebral acabo de constatar que não tinha água quente, pois o esquentador tinha sido retirado para não se entupir com o desmantelamento da chaminé. A minha mulher que pensara dormir estas manhãs todas, ameaçou logo fugir para Ponta Delgada para casa dos primos, na reação intempestiva que, por vezes, caracteriza o espírito feminino português. Mais pragmático e com a sabedoria de chinês paciente (para isso que lá vivi e aprendi com eles) levantei-me, lavei-me como

pude e aqui aproveite estas horas inesperadas e não programadas para escrever esta Crónica. Claro que podia ter-lhe recordado que na messe de oficiais de Bobonaro, junto à fronteira indonésia e frente à "Mesa dos japoneses" tomar banho era uma tarefa que nunca se aceitava como garantida naquela vila montanhosa de Timor. Um bidão canalizava a água para o duche. Esperava-se que enchesse de água, acendia-se a fogueira sob o mesmo e aguardava-se que a água esquentasse para se tomar um duche rápido com a semelhança de água tépida. Isso era lá no Oriente e os tempos eram outros.

13.2. EXISTO LOGO INCOMODO, março 2006

Nas últimas semanas o meu aparelho digestivo resolveu decidir manifestar numa versão livre aquela premissa de Descartes "Existo logo incomodo". Assim tenho tido de forma irregular desde o Natal, vários ataques dolorosos que se prolongam por várias horas e só surgem ao fim do dia. Na semana passada resolvi pedir ajuda aos médicos embora, por questão de princípio, entenda a medicina como uma das ciências mais vagas e menos precisas que existe. Fui a uma consulta, fui medicado e mandaram-me fazer análises, testes, uma ecografia e uma endoscopia. Estas últimas aguardam marcação, as análises foram feitas e para a semana recebo os resultados. O certo é que ou por efeito placebo ou por sugestão mental desde então só passei mal uma noite em vez de passar mal todas...quem sabe se isto não é provocado pelo sistema nervoso que andou preocupado estes seis meses por não se descobrir por onde crescia água dentro do Audi A4?

A verdade também é que logo a seguir à consulta médica fui ver o Audi todo descarnado e desprovido de interiores para enfim me mostrarem que mau serviço fora feito na viatura antes de ela me ser entregue pelo ato de compra. Eventualmente agora que se sabe o que estava mal e se reparou o dano pode ser que não volte a chover dentro do Audi sem se saber por onde. Quem sabe se não era esta preocupação que me causava um acréscimo de acidez estomacal e más digestões acompanhadas de fluxos gasosos? O corpo humano é quase tão difícil de escrutinar como o universo só que é mais pequeno.

13.3. LIVROS PARA A ESCOLA, março 2006

Entretanto a Nini (minha mulher e dedicada professora) resolveu por as crianças lá da escola a lerem livros de autores portugueses, e como vinha cá esta semana um desses autores (António Mota, se a memória não me falha, dado que lamentavelmente nunca li nada deste autor infantil) resolveu igualmente encenar uma peça duma das suas primeiras obras para ele observar. Parece que foi um sucesso dado que as crianças andaram uma semana inteira, depois do autor se ir embora, a repetir a peça para todos os professores, alunos, auxiliares e pais que não a tinham visto. O certo é que a Biblioteca precisa de mais livros e a campanha feita junto do professor Marcelo Rebelo de Sousa e ao Francisco Viegas até agora não deu nenhum resultado. Por isso se me está a ler e tem livros que só ocupam espaço lembre-se de que há crianças carenciadas que os podiam estar a ler. Perca o amor a uns tostões e compre um envelope verde dos grandes daqueles que custam 3 euros e envie-nos os seus livros excedentários

A Escola Básica Integrada da Maia, no Concelho da Ribeira Grande foi criada em 2001 servindo uma zona de população predominantemente carenciada, cuja atividade se reparte entre a agricultura e a pesca e com uma elevada taxa de desemprego.

Desde a sua formação que a Escola se debate com a inadequada dotação orçamental que nunca lhe permitiu criar uma Biblioteca escolar digna desse nome, antes vivendo das generosas dádivas dos seus docentes e de poucas pessoas residentes na sua área geográfica.

Se - por um lado - dentre as suas funções está o estímulo à leitura por outro lado vê-se constrangida pela exígua quantidade de volumes que tem à disposição dos milhares de jovens que fazem parte deste agrupamento escolar.

Resta-nos assim endereçar a V. Ex.ª o apelo de que quaisquer livros excedentários ou que não tenham já destino predeterminado possam vir a ser encaminhados para nós.

Numa época em que as estatísticas nos demonstram que as crianças, fruto da atual conjuntura, do mercado consumista e da variedade de atrações existentes, parece distanciar-se progressivamente da leitura, temos aqui centenas de jovens carenciados ávidos de livros e dos quais não dispomos, para lhes podermos facultar esse saudável hábito que a leitura durante os anos formativos da juventude.

Desde já ficaremos gratos por toda e qualquer oferta que nos proporcionar. Aqui fica o pedido formal, pois isto de falar da Lusofonia é muito lindo, mas se não pusermos as crianças a ler desde muito novas elas nem vão perceber do que estamos a falar mais tarde.

13.4. ONDE SE FALA DE TRABALHO, março 2006

Esta gente só trabalha, como já se escreveu anteriormente, e aparentemente nunca ouviu falar da semana-inglesa pois aqui, excetuando alguns que já não trabalham ao sábado, toda a gente trabalha 24/7/365 (ou seja, sete dias por semana todo o ano). Como grande parte da população rural cá do sítio está envolvida nas vacas (ou tem vacas ou trabalha-as para terceiros), chova ou faça sol, de noite ou de dia, de tantas em tantas horas lá estão eles a mungir as vacas (já não o fazem manualmente) ou a levá-las de um pasto para o outro (e aqui não faltam, pois, todo o inverno a ilha se mantém verde, à exceção das árvores caducas).

Em geral toda a criança que se preza falta à escola ou não faz os deveres porque foi às vacas. O mais curioso é que esta gente não parece infeliz por esta vida que muitos considerariam similar à escravatura de outros tempos. Os seus rendimentos são bastante inferiores aos de Portugal, mas nem por isso são menos felizes. Hei de descobrir a razão da sua falta de queixas e lamúrias tão frequentes aí no Continente e aqui raramente escutados. A sua energia positiva é canalizada para ações relacionadas com o culto cristão eivado de paganismos, como ainda ontem se viu com jovens a entornarem frascos de ketchup, mostarda e farinha sobre as pessoas e carros à saída da escola numa celebração carnavalesca.

A nossa empregada doméstica ou como agora se diz em PPC (Português politicamente correto) a técnica auxiliar de apoio domiciliário, trabalha cá uma vez por semana durante 9 horas (das 8:00 às 17:00 com uma pequena pausa para almoçar) e ganha 25 euros ao dia. A anterior em Bragança apenas nos proporcionava por esse custo 5 horas de trabalho e antes dessa no Porto apenas dava para quatro horas... Todas se queixavam menos a atual.

Como é que hei de transmitir esta noção ao meu filho mais novo de que mais é menos? Quanto mais se tem mais se quer, talvez não tenha tido o mesmo que os outros, mas decerto que em termos pessoais beneficiou duma presença sempre constante do pai, duma liberdade e dum contacto com a natureza quer em Bragança quer aqui, que os outros filhos nunca tiveram.

13.5. SAUDADES TRANSMONTANAS, Lomba da Maia, S. Miguel, Açores 25-02-2006

Penso que (o meu filho) um dia possa dar valor a isso como eu dei às minhas memórias transmontananas de infância que aqui recupero o discurso de apresentação para quem não esteve presente ao lançamento do Cancioneiro Transmontano 2005 em junho de 2005 (in 05/06/2005):

Os aborígenes australianos sobreviveram aos últimos 60 mil anos sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre

marcados pela sua importância militar e estratégica, mas sem jamais perder as suas raízes rurais. Bragança é ainda hoje um distrito possuidor de um enorme acervo de peculiaridades étnicas e culturais, que o seu isolamento permitiu preservar e que derivam da influência de todas as suas colonizações. Esta antiga Cidade de origem neolítica foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona atual da Sé. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos que tantas tradições orais deixaram como podemos apreciar neste volume, e posteriormente a enorme influência marrana.

Quando aqui cheguei há 3 anos este foi um dos projetos que apresentei por entender que na cultura local, tal como em muitas outras regiões do país, falta o amor-próprio e o apreço à herança de cada um.

Os movimentos populacionais exógenos e a atração pelas grandes urbes levam ao menosprezo do que é mais peculiar e mais notório nesta região. Se houvesse uma verdadeira apreciação multicultural, pode ser que as gentes da terra tivessem maior orgulho no que lhes é único. Constatei com tristeza que das dezenas de cartas enviadas a responsáveis autárquicos pedindo apoio nas recolhas de material para o cancionero apenas tivesse recebido apoio do Sr. Presidente da Câmara de Bragança (Eng.º Jorge Nunes), do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé (Dr. Paulo Xavier) e do Sr. Provedor da Misericórdia (Dr. Eleutério Alves). Foi com eles que parti para esta aventura que era a de compilar registos ainda existentes dos traços culturais autênticos da região. Creio que a exemplo dos aborígenes australianos esta obra pode vir a perpetuar a cultura transmontana que hoje está em risco de desaparecer na voragem urbana progressista, no desagregamento da família dita tradicional e na importação de modas e hábitos estranhos.

Neste volume pretendemos fazer ouvir a nossa voz, através das memórias do passado para que não desapareçam as lendas e tradições que permitiram a Bragança ser uma terra onde se congregam esforços e iniciativas para manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Em 2003, sabia que havia fortes laços de sangue que me prendiam a esta região. Com um avô materno Vimiosense há séculos, uma avó materna e uma mãe alfundeguenses, recordava daqui as férias de infância passadas em terras da vetusta região de Bragança e Miranda. Havia primos e tios avós que contavam histórias de outros tempos, e tinham um falar diferente. Aprendi a liberdade de passear pelos campos até ao pôr-do-sol, montado numa burra ou num macho, sem peias nem fronteiras, por montes e vales, inspirando este ar puro, experimentando detalhes desconhecidos da natureza que a minha juventude urbana desconhecia. Nas casas, à exceção da do Azinhoso, ainda não havia luz elétrica que essa só chegaria depois do 25 de abril, mas os campos já estavam plantados de postes de alta tensão. Das vindimas à apanha da amêndoa muitas foram essas recordações que recuperei.

Lembro-me de ver como no céu havia estrelas em número inaudito, que jamais se podiam observar nas poluídas abobadas das cidades portuguesas. Lembro-me do cheiro a feno na Eucísia, do chiar dos carros de bois no Azinhoso, dos cortejos pascais engalanados com as colchas penduradas nos janelucos da Eucísia (as pequenas janelas como seteiras abertas em paredes de grossa espessura).

Lembro-me dos burricos e dos seus cântaros saltitantes a caminho da fonte da Grichinha, dos jantares à luz da vela e do sempre presente Petromax. As cavilhas na central telefónica do Sendim da Ribeira com doze números de telefones que se ligavam à loja ou venda onde tudo se comprava. Havia ainda as celebradas danças no salão dos Bombeiros em Alfândega da Fé, e as festas típicas da Eucísia em honra de São Sebastião, onde aprendi um povo que desconhecia. Na pequena e ora semi-despovoadada aldeia da minha avó materna encontrei os rituais senhoriais da família Gama, do engenheiro Camilo Mendonça, onde se ia prestar vassalagem quando ali chegávamos para férias, ansiosos de beber a fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. Revisito a imagem bucólica do Vale da Vilariça antes da barragem, quando da varanda de casa me deleitava com ela enquanto devorava os livros de Jules Verne.

Vi rostos e tradições do tempo dos Cristãos-Novos, ainda hoje envergonhados da sua herança marrana. Há cinquenta anos, ainda existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cônego ou padre, tão comum a tantas famílias da região, numa mescla de respeito, medo e veneração ao Cristianismo que se impusera aos mouros da rica Alfândega, para depois ser temporariamente substituído pelos judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição.

Conheci capelas, vi santos milagreiros em altares cobertos de ouro, andei em procissões e fui a missas onde os importantes da terra tinham as suas cadeiras próprias reservadas em pleno altar. Tomei banho em tanques de rega, piscinas improvisadas, e provei frutas desconhecidas. Fiquei sempre com esta recordação destas terras e destas gentes e ela me acompanhou no périplo de mundos e na diáspora que me levou a passar metade da vida no sudeste asiático e na Australásia.

Essas eram, aliás, as únicas recordações agradáveis que levavam do país onde cresci. Eram tão importantes que as utilizei numa entrevista à cadeia ABC australiana em 1989 para dizer na Austrália como era belo este país de bons vinhos e boas comidas, e paisagens variegadas.

Lembrava-me sempre dos fragedos de Penas Róias (onde fora pela primeira vez em 1962), e da famosa arca do cura dessa aldeia esquecida, onde só regressaria no conforto do alcatrão em 2004.

No Vimioso percorri as ruas onde o meu avô crescera, vi a casa onde a família habitara que permanecia ativa e brasonada. Em Alfândega da Fé reví os jardins e os parques e as memórias dum castelo de que restava apenas o relógio, que a minha mãe sempre referiu nos idos da memória. Recordei as viagens longas e inesquecíveis pelo Douro acima, em comboios que a estupidez do homem mandou retirar dos carris trocando-os por alcatrão.

Recordo com emoção os jantares feitos à lareira, em tachos negros como tições ou como a noite sem luar, e onde os sabores eram bem diferentes dos cozinhados nas cidades. Depois do jantar, sentados no escano, imaginávamos figuras misteriosas que o fogo e as sombras criavam, antes de nos confrontarmos com o medo de regressarmos aos quartos, atravessando enormes salões onde a chama bruxuleante da vela nos desenhava os demónios de que a catequese nos avisara.

Mais terríveis ainda eram as trovoadas em plena época das sezões, quando na Quinta da Bendada (hoje em ruínas e não mais pertença da família) ou na Casa do Alto do Sendim da Ribeira, nos anichávamos debaixo da cama, enrolados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara.

Foi tudo isto e muito mais que eu revivi ao editar este maravilhoso Cancioneiro Transmontano 2005. Foi o facto de saber que não vivi em Portugal os anos suficientes para ter mais recordações de histórias e contos dos avós e tias, e de que a minha mãe hoje com 82 anos é o último elo para tantas dessas histórias e lendas que as tias contavam e cantavam. Ao sentir que se podem perder esses registos fundamentais dum memória coletiva resolvi meter as mãos à obra e preservar em papel aquilo que tantos idosos nos deram. Sabemos que a língua e cultura dum povo se preservam sobretudo pela tradição oral, limitamo-nos a transcrever o que foi possível ainda recuperar, para que mais tarde, os vindouros saibam que aqui houve gentes que nos falavam de mouras encantadas oitocentos anos depois de elas terem deixado de aqui viver.

Lamenta-se que mais recolhas não nos tivessem chegado a tempo de as publicar. Estamos dispostos a guardá-las para uma próxima oportunidade se alguém as fizer chegar até nós. Mas para já deixo-vos cerca de duzentas e cinquenta páginas desta memória transmontana.

Espero que todos tenham tanto prazer em lê-la como eu tive a transformá-la naquilo que aqui têm, e que possa servir para passar de geração em geração com a satisfação de todos os que podem dizer, comigo,

TENHO ORGULHO DE SER TRANSMONTANO.

CRÓNICA 14 - DA FALTA DE ÁGUA ÀS IDAS AO HOSPITAL. 7 MARÇO 2006

14.1 DA FALTA DE ÁGUA E DOS ROMEIROS

A velha saga, do abastecimento de água à residência e a falta de desempenho do esquentador a gás, parece – finalmente – ter chegado a bom termo. Há dias veio cá o aqueiro (técnico da água) da Câmara Municipal da Ribeira Grande a fim de aumentar a pressão de água na canalização dentro de casa e para tal fim, abriu um buraco de metro e meio de profundidade e dois metros de comprimento que praticamente cortou o trânsito na nossa rua. Claro que isto tinha de ser feito num dia dedicado ao descanso, ou seja, a quarta-feira de cinzas em que ninguém tinha aulas e logo pela manhã bem cedo, eram para aí oito horas e cinco minutos...

A minha mulher pensou logo (outra vez?) em mudar-se para a capital (Ponta Delgada) pois tinha predestinado essa manhã para descansar e dormir a retemperar forças. Obviamente que ainda não está a costumada a este ritmo de trabalho local, em que a hora da levanta é todos os dias pelas seis ou seis e meia e a deita pelas nove da noite, sete dias por semana, 365 dias ao ano.

O barulho das pazadas de terra a serem cavadas na rua era acompanhado, em estéreo, pelo barulho de um “mestre” (de construção civil) a fazer os acabamentos da chaminé, que deixou de o ser, para se tornar numa placa de cimento com dois tubos protuberantes invertidos em J. Como não havia água corrente, nem para mim nem para os restantes moradores da rua a jusante, fiquei com o dia estragado porque recuso-me a sair à rua sem tomar o meu duche matinal. Felizmente antes da hora do almoço, o novo tubo com um diâmetro maior estava instalado e a água fluía com mais vigor dentro da canalização. Mais umas pazadas de terra e a rua de volta à normalidade, mas ainda sem asfalto na área onde a intervenção ocorrera.

Quando a seguir ao Natal abriu ao pé de casa o minimercado Rosa com os bens essenciais, incluindo congelados, começámos a frequentá-lo, pois os vegetais que não crescem na nossa horta têm de ser adquiridos fora.

Ainda não me habituei às buzinadelas que diariamente me encham os tímpanos, para anunciar o talho móvel, a peixaria móvel, os vegetais e legumes e outras coisas. Assim, nunca sei em que dia vem o quê, e por isso perguntamos no minimercado se nos podiam arranjar aí uns cinco quilos de batata. Dissemos que não era urgente, mas ao fim da tarde estava o marido da senhora do minimercado a bater à nossa porta e a colocar no nosso pátio um saco com vinte quilos

de batatas, declarando que não era nada. Claro que fomos perguntar à senhora do supermercado quanto lhe devíamos, sob a ameaça velada de nunca mais lá irmos se não nos dissesse quanto devíamos pelas batatas. Até hoje a resposta foi sempre a da oferta. Nisto, esta gente é excepcional e ganharam um cliente fiel.

O senhorio, entretanto, aproveitou as obras para nos vir limpar o quintal de ervas daninhas e outras que já tinham um metro de altura e nos tiravam a vista para o mar. Ao mesmo tempo, desbastou umas dezenas de pés de inhame que nos deixou descascados para cozinharmos, experimentarmos e não gostarmos. Cortou também a couve-galega que já ia nos dois metros e arranjou a horta onde temos vários tipos doutras couves, salsa, cenoura e sei lá que mais.

A relva que foi plantada em novembro está com uma boa camada de tapete, e como estava uma tarde soalheira e de acalmia, decidi jogar futebol com o meu filho.

O quintal estava destituído de batatas, acabadas de colher pela segunda vez nesse ano. Havia uma baliza de plástico com rede e o João Nigel encantado a demonstrar os seus dotes de guarda-redes. Em Bragança chamavam “piteiro” aos que sofriam “frangos”, termo que não era bonito nem apreciado noutras regiões, mas ele nem se apercebera que os pontapés fortes do pai não se destinavam a provar as suas fragilidades de guarda-redes, mas para atirar a bola para o fundo do quintal. Tática velhaca para desgastar o excesso de energia do filho. Vigor que a mim começa a faltar nesta fase a que chamam de madura, e que preferia enunciar como da aplicação da sabedoria adquirida.

Ontem, tal como todas as outras manhãs, fui ao café buscar o meu jornal da véspera, pois os jornais do Continente só chegam à aldeia no dia seguinte por volta das 11 horas, e eu não estou para andar uns 30 ou 40 km ao dia para ir buscar o jornal do dia... Na escadaria da igreja estavam aí uns cinquenta peregrinos ou Romeiros como aqui são chamados. Tinham partido na antevéspera de Ponta Delgada e dirigiam-se rumo ao Nordeste naquilo que é anualmente, nesta época religiosa, a sua peregrinação anual a toda a ilha. O Governo Regional concede-lhes uma semana de tolerância de ponto para calcorrearem, de dia e de noite, chova ou faça sol, estas estradas estreitas e perigosas por toda a ilha. Param em todas as igrejas e localidades, vão-se aboletando em casa deste ou daquele e aí lhe são servidos alimentos antes de prosseguirem nesta sua peregrinação religiosa bem arreigada. Já hoje assistimos a mais um grupo de Romeiros a passar aqui.

Disseram-me que os mais novos fazem percursos mais pequenos entre localidades vizinhas, enquanto os outros andam por toda a ilha. São cerca de 80 km de comprimento com 40 na ponta mais larga e 16 km na zona central mais estreita. Se fosse plano seria fácil, mas dada a inclinação íngreme da maior parte dos caminhos e estradas podem avaliar bem como não será difícil esta caminhada. As estradas são estreitas e nalguns pontos nem dois carros se cruzam, não existem passeios e a hipótese de acidente é grande. A fé move montanhas e aqui está a prova disso mesmo.

14.2. HOSPITAL

Entretanto o João estreou-se nos acidentes pois até agora sempre escapara incólume sem grandes arranhões ou outras mazelas. Em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas na sexta-feira dia 3 de março, telefona-me a mãe a perguntar onde estava eu porque o João se tinha magoado e precisava de cuidados que o Centro de Saúde da Maia não poderia proporcionar.

Estava eu na Ribeira Grande a meia hora de distância pelo que era mais rápido ela vir com ele de táxi ou de ambulância do que eu fazer duas vezes o percurso. Assim aconteceu e quarenta minutos mais tarde chegaram. Tinha vários hematomas e cortes na cara e queixava-se de um braço. Fez o que os médicos entenderam por bem fazer, eu não pude assistir e só a mãe entrou. Quando saiu tinha a cara com cores distintas do vermelho do mercurocromo ao laranja do iodeto, mais o negro de pele pisada e um ar amarelo pálido.



Tinha caído numa pequena elevação no recreio com um muro e foi com a cara ao chão cimentado em vez de se cingir ao chão relvado. Hoje, passados quatro dias sobre o acidente, os olhos estão menos chineses e menos inchados, as crostas começaram a aparecer, sinal evidente numa rápida cicatrização e já ontem saiu para andar de bicicleta. Creio, porém, que, nestes primeiros dias, a lição lhe serviu para meditar sobre a fragilidade da cara humana e possivelmente retirará (ou não) alguma lição deste facto. Anda sempre esgrouviado, a correr, a saltar, a atirar-se para o chão, enfim as proezas atléticas dum jovem de 9 anos saudável. Fiquei admirado como a mãe não desmaiou, sempre tão atreita a desmaios mal vislumbra sangue ou vestígios do mesmo. Pai sofre...

14.3. AQUECIMENTO GLOBAL



PREVISÃO DE PORTUGAL EM 2100

Entretanto pelo mundo as notícias são cada vez mais animadoras, no Ártico o degelo dos glaciares e icebergues continua a ritmo galopante pelo que em menos de um séc. é provável que aquela massa gelada desapareça da mesma forma que os gelados de verão desaparecem: derretidos.

Não é caso para alarme dizem alguns, que comentam que mesmo que o planeta parasse instantaneamente as suas emissões de CO2 hoje, já nada conseguia parar o degelo e o aquecimento global desta pequena parcela de universo onde vivemos. Concordo plenamente, pois que isto só prova o progresso da humanidade e o qual, imparável como está só terá um retrocesso quando o homem deixar de existir à face da terra.

Aliás que é que 15 milhões de anos com humanoides e humanos nos deixaram de herança? A guerra, a fome, e tantas outras qualidades boas que seria cansativo enumerá-las.

Sou eu que continuo errado e não o mundo. Já na Gronelândia também o degelo é visível e cada vez mais acentuado, mas preocupados como andamos com os cartunes islâmicos só daremos conta quando a água nos chegar ao pescoço, ou seja, quando a costa portuguesa parecer como o mapa adiante o que seria ótimo para tomar banho de mar em Coimbra, Leiria ou Grândola... Claro que este meu ponto de vista em nada afeta o meu otimismo pois não espero durar até isto acontecer e o melhor fazer é ensinar o meu puto a nadar, porque na ilha de S. Miguel só os lugares altos (a Lomba da Maia onde vivemos) ficarão acima do nível das águas do mar....

14.4. DESERTIFICAÇÃO

Sei que há problemas mais prementes como o aumento das taxas moderadoras da saúde, autêntica descoberta olímpica, pois que como toda a gente sabe os pobres não são afetados, são os ricos que se cansaram de ir a clínicas privadas cheias de luxos e preferem esperar umas tantas horas em espaços insalubres, sem cadeiras nem outras condições, a verem um qualquer funcionário público da saúde horas a fio, a carimbar guias enquanto um qualquer médico, esforçado e abnegado, não tem disponibilidade para perguntar de que se queixa o paciente pois dispõe apenas de minutos para cada um. Não há nada que uma aspirina e outra qualquer receita antiviral não resolva numa manhã ou tarde bem passada num qualquer Centro de Saúde português.

Ainda ontem fiquei menente (traduzido ironicamente como imensamente satisfeito) com a ida do primeiro-ministro de Portugal, Sócrates, à Finlândia para copiar o modelo de sucesso finlandês. Há pouco tempo atrás, outro colega dele de nome Barroso queria copiar a Irlanda. Penso que estas sim são medidas acertadas, em vez de nomearem comissões para estudarem o problema e apresentarem sugestões, agora vai-se a um qualquer país que funcione bem, e copia-se o sistema deles para cá, mesmo que não sejamos nem altos, nem louros nem tenhamos olhos azuis.

Por que é que isto não foi feito antes? Tinham-se poupado milhões de euros em estudos e em comissões que nunca concluíram nada nem propuseram nada que fosse digno de ser aplicado, por isso é que o país se atrasou tanto, penso eu.

Mas com tanto betão a mexer-se para os lados da Ota e com a velocidade do TGV quase ninguém se apercebeu de que os últimos exemplares do comboio Foguete dos anos 50 e 60 estão a apodrecer de vez em Elvas porque não há dinheiro para os recuperar. Como as linhas todas para o interior vão desaparecendo, seguindo a lógica racional e pragmática de que os velhos não contam nem votam, o melhor é acabar com todos os serviços no interior do país para que todos tenham a possibilidade de desfrutarem do ótimo clima à beira-mar plantado e se mudem, de vez, para a costa.

Aliás nos últimos anos a Europa já nos ensinou que a agricultura portuguesa não dá nada e o melhor é importar tudo de Espanha pois lá é que eles sabem fazer agricultura a sério.

Como agora vão acabar com as escolas, maternidades, e outros serviços no interior, fica mais barato mudá-los todos (aos habitantes) para a cidade pois aí terão todos um nível económico uma qualidade de vida mais elevada do que se continuassem a viver em aldeias feitas de casas de pedra sem condições, para onde a energia elétrica custa milhares a ser transportada, mais as linhas de telefone fixo, mais o saneamento e o abastecimento de água, pois que tudo isto já existe nas cidades e no litoral, vê-se aqui a pertinência desta lógica.

Anda o Estado a gastar dinheiro com estradas, sua manutenção, pontes, viadutos e túneis, para o interior quando toda a gente sabe que lá não vive ninguém (ou quase). Vai-se a qualquer aldeia e são só meia dúzia de velhos, e agora como as crianças são deslocadas para as cidades logo na escola primária, depois de verem o progresso urbano nunca mais querem regressar para aquele atraso e provincianismo da aldeia. Assim, é mesmo o mais lógico trazer os velhos para a cidade, pois, entretanto, eles morrem e nas terras deles ainda se poderá aproveitar para fazer uns campos de golfe que é um desporto de milhões de aficionados portugueses, e sempre dá mais dinheiro do que plantar batatas, pois que como todos sabem há um excesso de produção da batata portuguesa.

Intriga-me, outra vez, imaginar porque é que isto não foi pensado há mais tempo e teríamos evitado todo este atraso, que como devem saber, é causado pelos fundos estruturais que ao longo de décadas se canalizaram para o interior profundo do país tentando romanticamente manter uma agricultura de subsistência à custa do sacrifício dos pobres agricultores iletrados que tinham de se levantar pelas 5 da manhã e trabalhavam até ao pôr-do-sol, quando toda a gente já sabia que se vivessem na cidade não precisavam de se esforçar tanto pois não vale a pena cultivar uma couve-galega só para se fazer o caldo verde.

Depois, tenha-se em consideração que a matança do porco e doutros animais está condenada pela sociedade e por todas as organizações ambientalistas por se tratar duma prática ancestral aberrante e que fere de morte a suscetibilidade e sensibilidade do animal, pois este deve ser morto nos matadouros devidamente licenciados para o fazerem nos moldes higiénicos e salutareos propugnados pela União Europeia.

O campo é bonito é para se passear nas férias e levar lá os putos para verem como se vivia antigamente, coisa que eles decerto nem vão acreditar, e sempre se aproveita para manter a tradição viva ao ensinarmos um pouco de história dos antepassados, coisa que é muito mais vantajosa do que ir a um museu, que como todos sabem estão sempre fechados nas férias, nos dias santos e aos fins de semana.

CRÓNICA 15 O NEGÓCIO DO MEDO E AS AVES LOUCAS.

15.1. TAMIFLU, BUSH, DONALD RUMSFELD E O NEGÓCIO DO MEDO, março 2006

Há dias que deixei de me preocupar com a Gripe das Aves, porque afinal trata-se de mais um esquema norte-americano para fazerem dinheiro (Bush e seus amigos), senão vejamos.

Extrato do editorial do nº 18 (abril 2006) da revista DSALUD (www.dsalud.com)

Sabia que o vírus da gripe das aves foi descoberto há 9 anos no Vietname?

Sabia que desde então morreram apenas 100 pessoas em todo o mundo durante estes 9 anos (menos do que com qualquer outra doença conhecida)?

Sabia que foram os americanos quem informou da eficácia do TAMIFLU (antiviral humano) como preventivo?

Sabia que o TAMIFLU apenas alivia alguns sintomas da gripe comum?

Sabia que a sua eficácia no tratamento da gripe comum está a ser questionada por grande parte da comunidade científica?

Sabia que perante um suposto vírus mutante como o H5N1, o TAMIFLU apenas aliviará alguns sintomas?
Sabia que a gripe das aves até ao momento apenas afeta as aves e seres humanos em contacto muito direto e continuado com elas?
Sabia que quem comercializa o TAMIFLU são os Laboratórios ROCHE?
Sabia que a ROCHE comprou em 1996 a patente do TAMIFLU à Gilead Sciences INC?
Sabia que o Presidente da Gilead Sciences INC. e o seu principal acionista era Donald Rumsfeld?
Sabia que Donald Rumsfeld é o atual Secretário da Defesa norte-americana?
Sabia que a principal base do TAMIFLU é o anis estrelado?
Sabia que quem detém 90% da produção desta árvore é a ROCHE?
Sabia que as vendas do TAMIFLU passaram de 254 milhões em 2004 para mais de 1.000 milhões em 2005?
Sabe quantos milhões mais pode ganhar a ROCHE e os mercenários da administração Bush nos próximos meses se continuar este negócio do medo?

Ou seja, o resumo do negócio é o seguinte:

os amigos do Sr. Bush decidem que um fármaco como o TAMIFLU é a solução para uma pandemia que ainda não ocorreu e que causou 100 mortos no mundo inteiro desde há 9 anos. Este fármaco não cura nem sequer a gripe comum.

O vírus atual não afeta o ser humano em condições normais. Rumsfeld vende a patente do TAMIFLU à ROCHE e esta paga-lhe uma verdadeira fortuna. A ROCHE adquire 90% da produção do anis estrelado que é a base do antiviral. Os governos de todo o mundo ameaçam com uma pandemia e compram à ROCHE quantidades industriais desse produto. Nós acabamos por pagar o medicamento e Rumsfeld, Cheney e Bush fazem um belo negócio...

15.2. ESTAMOS LOUCOS, OU SOMOS TODOS IDIOTAS? março 2006

A vida por aqui continua na sua calma rotina, afetada por fortes ventos e ocasionalmente não chove, cai água a potes cheios, depois lá passa e volta o sol, sem que as temperaturas baixem dos 12-13 °C (este mês só numa vez baixou até aos 9 °C) de mínima enquanto as máximas andam pelos 16-18 °C. A vida na ilha de S. Miguel porfia na sua calma rotina, afetada por fortes ventos. De quando em vez não chove: cai água a potes cheios. Depois, passa e volta o sol, sem que as temperaturas baixem dos 12-13 °C de mínima enquanto as máximas andam pelos 16-18 °C. A ilha é sempre verde, seja inverno ou verão. O mar da costa norte, mais alteroso que o da costa sul, é sempre motivo para olhar para ele, quando a visibilidade o permite, para lá da janela do meu "castelo" onde tenho o escritório. De quando em vez na estrada para a escola da Maia (a 5 km) lá está uma arriba a desmoronar-se pela ação das chuvas, mas passado um dia já lá andam os cantoneiros da Junta de Freguesia a compor a falésia. Quando não andam no "reparamento dos taludes" cortam arbustos para que não ceifem mais espaço às estreitas ruas e estradas da ilha. O mesmo se pode dizer das ruas e estradas esburacadas, que regularmente levam a sua dose de gravilha ou de asfalto quente atirado às pazadas. A quantidade de chuva que cai, quando chove a sério, só surpreende por não fazer desmoronar mais escarpas. Aqui, os solos estão sempre encharcados, ao contrário do que se passa no Continente, onde a seca impera.

O governo português contratou hoje um advogado que vai analisar o processo de expulsão de cidadãos portugueses do Canadá, anunciou hoje o ministro dos Negócios Estrangeiros. "Ontem, através da Embaixada de Portugal em Otava, mandei contratar um advogado especializado na questão dos imigrantes ilegais", disse Diogo Freitas do Amaral aos jornalistas no Aeroporto de Lisboa. O ministro falava antes de embarcar para o Canadá, onde vai ter encontros com os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Imigração canadenses para debater a questão dos cidadãos portugueses ilegais que estão a ser repatriados pelo Estado canadiano. Agora volta a falar-se dos repatriados que o Canadá e EUA estão a devolver à procedência e muitos deles são açorianos. Não percebo por quê tanto falatório, se eles estavam lá ilegais, que esperavam, uma amnistia à velha portuguesa para se salvarem? Achei lírico ouvir na televisão os que tinham pedido o estatuto de refugiado no Canadá? Refugiados de quê, deste atraso de vida de país? Isso que eu saiba ainda não se qualifica como direito fundamental. Por que deve o Estado ajudá-los? Não entendo, ainda se poderia compreender aos que fogem da guerra e da violência sectária ou étnica, ou de regimes não democráticos, mas fugir dos Açores? Claro que é mais fácil emigrar do que estudar ou adquirir novas qualificações profissionais.

15.3. BANQUEIROS

Sempre escrevi que os portugueses só eram bons a trabalhar no estrangeiro, diziam-me que é por não terem condições cá. Hoje acabo de ouvir que mais de 80% dos empresários da última década têm menos que o 9º ano de escolaridade e mais de 70% dos trabalhadores estão com pouco mais do que a antiga quarta classe. Nem comento, pois nem todos tiveram a sorte do Belmiro de Azevedo que aparentemente se acoplou com o que pode obter e que estava à sua guarda e era pertença do banqueiro Pinto de Magalhães. Não me admira que ele seja um dos 500 mais ricos do mundo. Se eu tivesse tido um empurrão inicial daqueles quem sabe onde estaria?

Abro um aparte sobre a fortuna inicial do Belmiro:

COMO O BELMIRO COMEÇOU A ENRIQUECER...NADAVA NAS ÁGUAS DA UDP...

Quando, em 14 de março de 1975, o governo de Vasco Gonçalves nacionalizou a banca com o apoio de todos os partidos que nele participavam (PS, PPD e PCP), todo o património dos bancos passou a propriedade pública.

O Banco Pinto de Magalhães (BPM) detinha a SONAE, a única produtora de termolaminados, material muito usado na indústria de móveis e como revestimento na construção civil.

Dada a sua posição monopolista, a SONAE constituía a verdadeira tesouraria do BPM, pois as encomendas eram pagas a pronto e, por vezes, entregues 60, 90 e até 180 dias depois.

Belmiro de Azevedo trabalhava lá como agente técnico (agora engenheiro técnico) e, nessa altura, vogava nas águas da UDP.

Em plenário, pôs os trabalhadores em greve com a reclamação de a propriedade da empresa reverter a favor destes.

A União dos Sindicatos do Porto e a Comissão Sindical do BPM (ainda não havia CTs na banca) procuraram intervir junto dos trabalhadores alertando-os para a situação política delicada e para a necessidade de se garantir o fornecimento dos termolaminados às atividades produtoras.

Eram recebidas por Belmiro que se intitulava "chefe da comissão de trabalhadores", mas a greve só parou mais de uma semana depois quando o governo tomou a decisão de distribuir as ações da SONAE aos trabalhadores proporcionalmente à antiguidade de cada um.

É fácil imaginar o panorama.

A bolsa estava encerrada e o pessoal da SONAE detinha uns papéis que, de tão feios, não serviam sequer para forrar as paredes de casa.

Meses depois, aparece um salvador na figura do chefe da CT que se dispõe a trocar por dinheiro aqueles horrorosos papéis.

Assim se torna Belmiro de Azevedo dono da SONAE. E leva a mesma técnica de tesouraria para a rede de supermercados Continente depois criada onde recebe a pronto e paga a 90, 120 e 180 dias.

Há meia dúzia de anos, no edifício da Alfândega do Porto, tive oportunidade de intervir num daqueles debates promovidos pelo Rui Rio com antigos primeiros-ministros e fiz este relato.

Vasco Gonçalves não tinha ideia desta decisão do seu governo, mas não a refutou, claro.

Com o salão pleno de gente e de jornalistas, nenhum órgão da comunicação social noticiou a minha intervenção.

Este relato foi-me feito por colegas do então BPM entre eles um membro da comissão sindical (Manuel Pires Duque) que por várias vezes se deslocou na altura à SONAE para falar aos trabalhadores.

Enviei-o para os jornais e, salvo o já extinto "Tal & Qual", nenhum o publicou.

Gaspar Martins, bancário reformado, ex-deputado

15.4. EMIGRAÇÃO

Voltando à emigração, lembro-me da tragédia que era nos anos 60 e 70 do séc. passado quando as pessoas tinham de fugir "a salto" para tentarem sobreviver à custa do seu trabalho braçal numa Europa em crescimento que carecia de mão-de-obra. Havia outros que se exilavam para lutarem contra o regime colonial da ditadura do chamado Estado Novo. Os

que agora emigram fazem-no apenas porque se vive numa sociedade consumista cada vez mais exigente e ninguém está para grandes sacrifícios, e lá fora ganha-se bem mais para o mesmo trabalho indiferenciado e escravo que faziam aqui.

Só não entendo porque não emigraram pela via normal e legal, e foram com vistos de turista que há muito prescreveram e se deixaram ficar sempre na miragem duma amnistia. Mas ouvi-os falar de injustiça custa-me a engolir, tanto mais que criticam a falta de apoio do Estado português. Onde é que eles estiveram nos últimos trinta anos? Não sabem o que é e como funciona o Estado português, afinal aquele que agora manda as crianças de Elvas nascerem a Badajoz porque não compensa ter abertas maternidades no interior desertificado do país. Parece que se esqueceram de perguntar ao vizinho estado soberano espanhol se estava pelos ajustes.... Já estou a ver o problema burocrático daqui a uns anos. Onde nasceu? Em Badajoz, então mostre-me a sua documentação. Tem autorização de residência neste país? Mas eu sou português, a minha mãe é que teve de ir ao lado de lá da fronteira para a maternidade. Pois bem se nasceu em Badajoz não pode ser português.... Se esse problema demorar tanto a resolver como o de alguns portugueses que por nascerem em Angola ficaram apátridas bem podem esperar sentados.

15.5. DESERTIFICAÇÃO 2: DAS ALDEIAS PORTUGUESAS À CORRIDA AO OURO AUSTRALIANO

Há cerca de dois meses uma anciã partiu uma perna numa queda na ilha do Corvo. Era apenas uma das 300 e tantas pessoas que ali residem naqueles 17,13 km² (pouco maior do que Macau no meu tempo que tinha 16 km² e 400 mil habitantes, mas bem menor do que Macau agora com 27 km² e 449 mil almas). A sua pequena dimensão e o isolamento, provocado pela inexistência de um porto seguro, levou ao desenvolvimento de uma sociedade agropastoril com padrões tradicionais, embora a melhoria das comunicações tenha contribuído para aumentar o bem-estar e o progresso da população, podem ainda observar-se nalgumas portas as típicas fechaduras de madeira com que, na falta de metal de outros tempos, se trancavam as portas das casas e palheiros.

Pois foi nesta simpática e pequena ilha que a senhora resolveu cair e para cúmulo do seu azar já tinha mais de 80 anos. Obviamente que não tinha nada que andar a dar voltas, ou a trabalhar nos campos, ou a fazer o que quer que fosse que ela estava a fazer com aquela idade e naquele local. Pois não sabia essa autóctone que não havia meios de cuidados de saúde na ilha para o caso de ela ter um acidente? Como não havia meios de a transportar no avião normal lá ficou uma semana. Então queriam pô-la a subir os degraus da escada para o avião com uma cadeira de rodas ou quê? Se a senhora não podia andar pelos seus próprios meios também não podia andar de avião... Até que um jornalista (lá estão eles, essa raça maldita de arruaceiros que só querem é criar confusão e mal-estar) descobriu o caso da dita senhora e veio com grandes parangonas para a rádio e para os jornais a criticar a TAP e a SATA (empresas de navegação aérea) por não levarem a senhora para outra ilha.

Passado um dia lá foi um avião da Força Aérea buscar a senhora e tratar-lhe dos ossos partidos. Estão a ver como tudo se resolveu?

Como um partido português já sugeriu, não seria mais conveniente retirar esta idosa senhora e mais os 300 companheiros que ali vivem e metê-los assim que a modos numa cidade mais evoluída como Lisboa? O Estado deixava de subsidiar os voos para a ilha do Corvo que não se justificam. Com o que aí poupava já dava para não sei quê. Ou então fazer o mesmo às grávidas de Elvas? Mudá-las todas para Lisboa para poderem fazer a maternidade ali ao pé. Quem sabe se não haverá por aí um grupo privado interessado em abrir uma clínica privada com serviços maternoinfantis nas maternidades de todo o país que estão para fechar? Falem com o Cheney, Rumsfeld e Bush que eles devem ter alguma ideia.

Vão ver que quando a poeira assentar ainda vão agradecer a este governo por ter fechado 4500 escolas que quase não tinham gente e custavam tanto a manter. A poupança em professores, salas de aula, despesas de manutenção e sei lá que mais, é uma medida indispensável, pois como toda a gente sabe, nessas aldeias só vivem velhos, reformados, desempregados e parasitas que teimam em cultivar uma horta de autossustento no seu quintal, vivendo assim à margem dos grandes hipermercados e da sociedade tecnologicamente evoluída das grandes urbes nacionais.

Primeiro cortaram-se as vias-férreas que como todos estão recordados eram a principal causa de incêndios no verão quente de Portugal. Substituíram-se por transportes rodoviários, mas como as estradas eram más teve de se fazer um peditório a São Bruxelas para construir estradas novas. Depois passamos a ter todos os transportes feitos por estrada a fim de unir o interior ao litoral. Este fenómeno é sobretudo visível em Bragança (que por acaso não tem um único quilómetro de auto-estrada) que está ligada ao interior espanhol melhor do que ao litoral português.

Desconhece-se se por detrás disto não haveria uma retaliação em virtude de D. Afonso IV (1325-57) ter confiscado os bens do mais velho dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches que moveu guerra ao monarca e invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo. Ou então, porque na campanha de 1369, de Henrique I de Castela contra D. Fernando, Bragança ter sido dominada pelos castelhanos e só voltar à posse portuguesa com o tratado de Alcoutim em 1371.

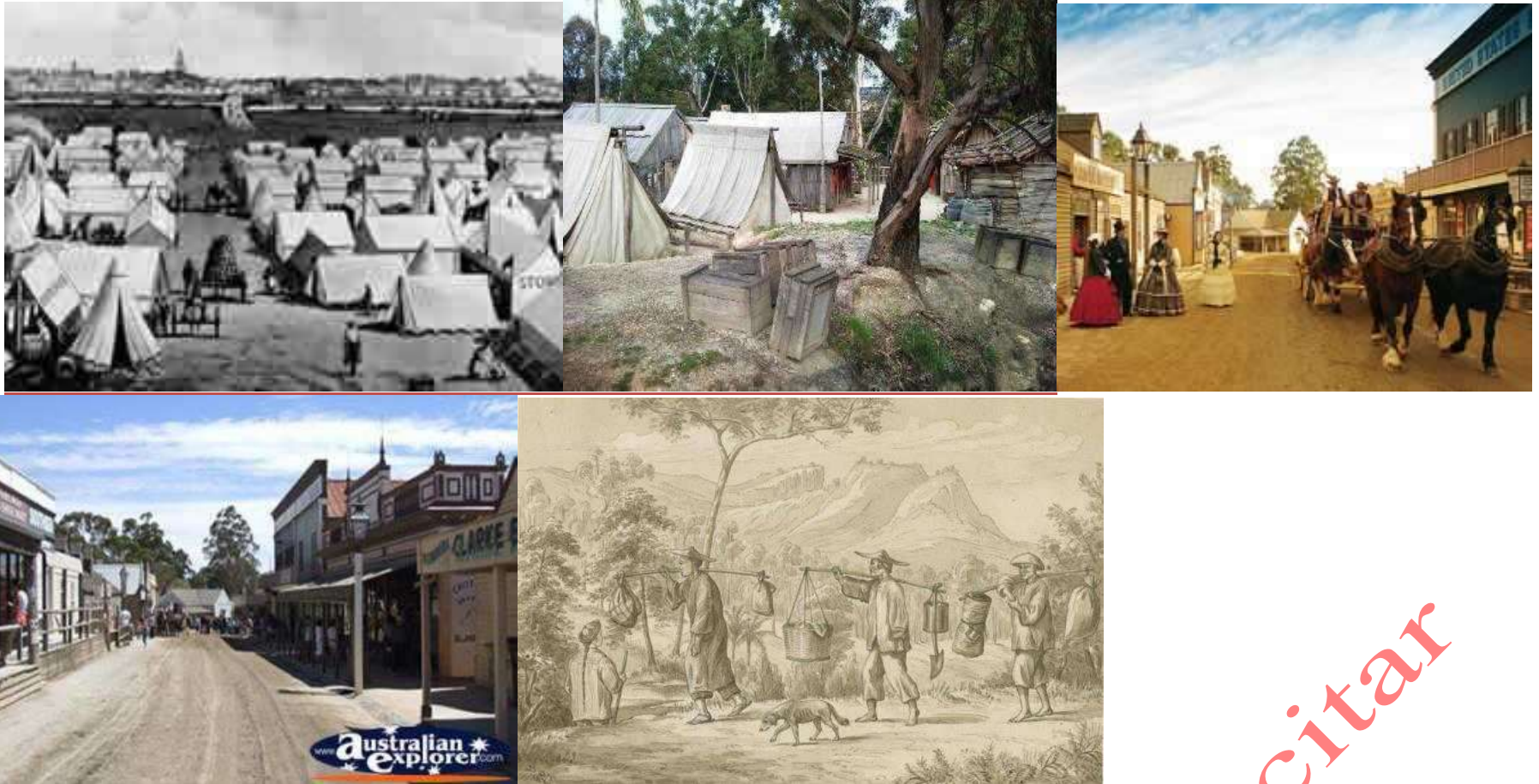
A seguir acabamos com os CTT nas aldeias que aquilo era uma chatice e não havia carteiros para andar lá pelos montes no meio de lobos e de nevões. Como hoje cada português tem mais do que um telemóvel, foi a vez de a Telecom deixar de reparar as linhas de telefone fixas que são uma chatice em Trás-os-Montes, Alentejo e sítios assim que ninguém sabe bem onde ficam. Felizmente a água não foi preciso cortar porque muitas dessas aldeias nunca tiveram nem água nem saneamento, e a mãe-natureza encarregou-se de mandar vir uma seca das grandes e lá se foi a água. Depois, querem esses velhos agricultores vir protestar a Lisboa com o Ministro da Agricultura por causa dos subsídios. Se se tivessem modernizado e saído das berças para as cidades já não andavam agora a pedir esmolas e subsídios. Toda a gente sabe que os métodos tradicionais da agricultura em Portugal não dão sustento a ninguém desde que El-Rei D. Dinis mandou plantar o pinhal de Leiria e introduziu uma espécie não-autóctone.

Já nessa época o que vinha de fora parecia sempre melhor do que o que era nativo. Assim se importou essa praga do pinheiro que arde depressa e bem e só serve para alimentar o negócio das fábricas de papel. Ao contrário do que é crença em Portugal, o que vem de fora são normalmente pragas. Não me refiro aos espanhóis de 1580 a 1640. Basta deixarem ir para Trás-os-Montes os espanhóis que eles mostram logo o que é cultivar e depois até exportam para cá o que produziram nas terras que os portugueses não sabiam lavar.

Voltando ao problema das aldeias creio que o melhor era encerrá-las a todas e criar Turismo Rural em todo o interior, assim como que uma estufa para turista ver, onde se pudessem estudar as formas de vida primária existentes no país e cobrar uns tostões aos turistas para verem.

Na Austrália vi uma reconstrução das cidades (Ballarat e Bendigo, Estado de Vitória) onde havia os garimpeiros, e até as tendas imundas e pobres dos chineses eles reconstruíram.

O ouro foi descoberto em 1851 em Poverty Point (Ponto da Pobreza) no ribeiro Canadian. No ano seguinte havia mais de 20 000 pessoas a escavarem os campos de ouro (Ballarat Goldfields). Em 1855 havia 19 000 Chineses na colónia de Vitória e dois anos mais tarde já existiam 26 000 odiados e perseguidos pelos colonos brancos.



BALLARAT

Levei lá a minha filha para aprender um pouco da história australiana, numa das vezes que me fora visitar a Melbourne. Depois de conduzir o carro até perto do local, compramos o bilhete simbólico para sermos transportados numa linha de comboio centenária. Era mantida por um ex-maquinista que orgulhosamente conservava a circular a locomotiva e alguns vagões, sempre cheios de turistas em todas as épocas do ano.

Cobravam uma taxa simbólica suficiente para sustentar a linha desativada. Houvesse em Portugal gente com aquela visão para se manterem algumas das linhas mais belas do mundo como a do Tua, ou a Pocinho a Barca d'Alva...ou as linhas do Vouga, do Tâmega e outras que desapareceram pela estupidez dos governantes em Lisboa.

Claro que na Austrália haviam dado (ao ex-maquinista) uma concessão de 25 anos – sem custos nem impostos - para manter a linha.

Ao longo de duas dezenas de quilómetros haviam-se desenvolvido algumas atividades paralelas, para além do belo parque natural numa das suas extremidades.

Todo o acampamento mineiro fora mantido, nos edifícios que estavam em pé, labutavam (ou fingiam labutar nessa recriação permanente douras eras) pessoas vestidas à época da febre do ouro, cozinhando "scones", fazendo chá, trabalhando no jornal, numa tipografia da época, que ora se limitava a emitir certificados decalcados doutras eras com os nomes dos visitantes atuais.

Havia a prisão e as quintas, carros de bois, o render da guarda e tudo o mais numa constante recriação do que fora a vida na época. A filha e o pai jamais esqueceriam aquele mergulho na história do século XIX no estado australiano de Vitória.

Mas em Portugal, tudo era diferente. Poucos estavam interessados em recriar o passado histórico e as gloriosas máquinas de caminho-de-ferro a vapor. Ignoravam que a ferrovia por entre alcantiladas margens do Douro e seus afluentes percorria algumas das mais belas paisagens do mundo. Isto era um país indiferente, amante do lucro rápido e do cimento, a que chamam progresso, sem respeito pelo valor incomensurável do passado e da sua riqueza histórica e patrimonial. A grandeza da História nada representa. Assim se perdia a paisagem protegida por deus e pela natureza, como se perdiam os castelos, as igrejas, os pelourinhos, e tantos outros monumentos abandonados ou deixados à sua triste sina de decadência forçada aguardando que a natureza tomasse conta deles e os ocultasse. Seria um legado para arqueólogos futuros os descobrirem...

Voltando ao problema das aldeias portuguesas, o melhor era, de facto, encerrá-las a todas. Depois criar-se-ia uma zona protegida, uma espécie de Parque natural de turismo rural em todo o interior do país. Um tipo de estufa para turista ver, onde se pudessem estudar as formas de vida primária anteriormente existentes no país. O Estado cobraria uma taxa aos turistas para visitarem. Não era isso que se fazia com os animais no zoológico?

Como então, provavelmente já não haveria animais para mostrar (perdão, habitantes) poderiam contratar-se figurantes. Tal como se faz nas recriações históricas e feiras medievais, todos em trajes típicos da época.

De igual modo, se poderia seguir esta orientação de despovoar ainda mais o interior, porque não compensava mantê-lo aberto, criando depois subsídios para um forte investimento em atrair turistas. Mostrar-se-iam as velhas aldeias abandonadas, recuperavam-se umas casas onde os turistas pudessem ficar a viver macaqueando os nativos.

Depois desta inovadora revolução populacional aproveitar-se-ia o efeito da novidade. Dera imenso resultado com os lisboetas a comprarem "montes" alentejanos. Atrair-se-iam cidadãos de várias outras regiões (num programa regional de formação profissional e de criação de emprego) para fazerem o mesmo nas regiões abandonadas de Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo. A economia melhorava, incrementava-se o turismo interno em vez de se irem deixar divisas no Brasil e outros locais, onde se vai para se dizer que se é muito viajado. Os nativos dessas regiões podiam viver tranquilamente nos novos dormitórios de cimento do Porto e de Lisboa, em vez de passarem necessidades nas aldeias. Ficavam com a vantagem de estarem perto de hospitais e de centros de saúde onde poderiam ocupar os seus dias na infinda espera para serem atendidos por um médico de família.

Já houve turistas que vieram a Portugal de férias e não saíram, tendo adquirido as casas abandonadas, reconvertido as mesmas com comodidades modernas, vulgo casas de banho, cozinhas, água corrente, aquecimento e outros luxos típicos do norte da Europa. Eram esses estrangeiros que estavam a mudar a paisagem e a ensinar aos portugueses que era possível conviverem com o passado e lucrarem com o mesmo. Já fora assim com alguns teares e fiações artesanais recuperados por holandeses, alemães, belgas e franceses.

Se os "tugas" fizerem isso criar-se-ão, também, novos empregos para guias turísticos. Iriam trabalhar nesses lugares, povoados perdidos em mapas que nunca ninguém abriu, em terriolas cujos nomes todos desconhecem. As tais aldeias do interior, que o Estado desabitara de autóctones, passariam a ser repovoadas por gente de posses e estrangeiros. Seria o seu momento de aburguesamento e passariam a entrar para a civilização, coisa que nenhum rei nem governante depois de 1143 havia conseguido. Essa ideia genial já foi iniciada pela autarquia de Alfândega da Fé em 2004 ao inaugurar escolas primárias reconvertidas em Turismo Rural nas aldeias de Sendim da Serra e Gouveia. Tiveram tanto sucesso que mais sete escolas foram reconvertidas. Incentivemos a construção civil. Toca a reconverter escolas, hospitais, tribunais, casas dos cantoneiros. Transformemos este país num imenso hotel para turistas, pois habitantes não haverá em breve.

Vamos a isso portugues, pode ser que eu arranje trabalho como guia. Aliás esta ideia genial já foi seguida pela autarquia de Alfândega da Fé em 2004 quando inaugurou as escolas reconvertidas em Turismo Rural em Sendim da Serra e Gouveia. Tiveram tanto sucesso que mais sete escolas vão ser reconvertidas.

Durante este último mês não faltaram Romeiros por estas estradas ora em grupos pequenos de cerca de vinte ou trinta ou em números bem maiores até perto da centena. A sua caminhada pelas estradas com paragem pelas igrejas em cada aldeia, vila ou povoado marcaram bem esta preparação pascal que aqui assume significado diferente dos Caminhos de Santiago.

Quando, esta semana, a família toda foi cortar o cabelo dizia-nos a cabeleira e mulher do nosso Presidente da Junta e senhorio, que nessa noite tinha 25 Romeiros para jantar dum grupo de mais de cem que aqui passava.

Há dias (no último dia do período escolar 7 de abril de 2006 e não 1946) até queriam que todos os alunos e professores fossem à missa no ginásio da Escola Secundária EBI da Maia (S. Miguel).

Afinal já não há liberdade religiosa neste Estado ou então confunde-se a religião maioritária e descarta-se a separação entre religião e ensino oficial... peculiaridades insulares dirão alguns ou então um abuso extremo diria eu que até sou ateu embora pela educação que tive haja quem me queira considerar apenas agnóstico ou não-crente, ou ainda crente não praticante...

Vai demorar tempo a fazer entender a esta gente que acredito no multiculturalismo e sou um confesso defensor do mesmo, apesar do 11 de setembro em Nova Iorque e do 11 de março em Madrid e muitas outras datas anti-islâmicas o que não implica que seja um simpatizante (antes pelo contrário) dos islamitas, mas respeito todos os que não são fundamentalistas qualquer que seja a sua religião, credo, raça ou preferência sexual. Sei que isto me coloca - atualmente - numa minoria.

O meu filho já gastou, desde o Natal, o pneu da roda de trás da sua bicicleta que aliás aprendeu a utilizar em cerca de 24 horas de treino no nosso pátio logo após irmos das férias de Natal no Continente. Mas quanto a sapatos e calças continua a gastar quase um par por mês... ele gosta de estar aqui e andar livre de bicicleta pela aldeia, para cima e para baixo, a visitar os amigos e entretido a brincar.

Na semana passada tivemos mais um caso na escola dele. Ele queixou-se de que um colega mais velho (14 anos) que anda no 4º ano lhe batia na cabeça e daí o seu galo... prontamente escrevi uma carta à professora a protestar.

No dia seguinte vim a saber que ele dissera que fora o outro só porque este o ameaçava diariamente que o ia apanhar e bater e como tinha medo e não sabia o que fazer resolvera denunciá-lo desta forma. Tivemos de explicar à professora que esta atitude fora por temor e levou uma tremenda descompostura por mentir.

Só problemas. Já estou velho e sem paciência para lidar com miúdos... especialmente este mais novo que é parecido a mim em feitio e esperteza, mas que só cria problemas.

Fora isso é miúdo muito querido e mimado que passa a vida a chamar a atenção para si e quer ser o centro das atenções, dizem que é igual ao pai nisso e noutras características. Nos dias que antecederam aquela cena da escola, ele de manhã metia-se vestido na cama de manhã e sem vontade de ir para a escola, o que estranhámos, pois, ele levanta-se sempre antes de mim por volta das sete da manhã embora só saíamos pelas oito. Já era uma reação de medo ao colega. Como não está habituado à violência e não apanha tarefas em casa as ameaças do outro devem ter-lhe parecido imensamente enormes. Eu tive outros problemas como se pode ver adiante.

CRÓNICA 17. DOMINGO DE PÁSCOA, 16 ABRIL 2006

Hoje não irei falar desta estação festiva para muitos crentes pois cada vez mais ela deixou de ser um momento de reflexão. Similarmente ao Natal converteu-se num apelo ao consumismo de chocolates e amêndoas em que ninguém se dá ao trabalho de pensar porque existem estas férias e feriados. É irónico que seja um não-crente, ateu até ao tutano, a falar disto, mas cada um é como é e não renego as minhas origens cristãs embora professe um profundo respeito por todas as outras crenças e religiões desde que não sejam fundamentalistas ou exacerbadas por ódios ancestrais.

Para mim a Páscoa é uma época de reflexão sobre o caminho terreno de cada um de nós (perdoem-me se isto começa a parecer uma homilia), sobre a inevitabilidade causal desta curta passagem, sobre a ineficácia de tentarmos deixar uma marca dessa passagem, sobre a futilidade de nos tentarmos afirmar enquanto seres vivos, sobre o materialismo exacerbado que nos preenche o quotidiano, sobre a falta de amor e caridade com que permeamos os nossos dias, sobre a incapacidade de perdoar e ser perdoado.

Não, não era sobre isto que vos queria falar hoje. Queria dizer-vos que me sinto (como antigamente se dizia) um bota-de-elástico, démodé, ou (como se usa correntemente) um "cota". Pois é, cada vez mais a vida se aproxima da ficção de Quentin Tarantino, um realizador obcecado pela violência e brutalidade. Cada vez menos tenho paciência para essa forma de vida, mas é uma luta desigual, pois basta abrir um telejornal, folhear as páginas dum jornal ou fazer qualquer pesquisa sobre um qualquer tema e aí está o genocídio, a morte gratuita, o ódio racial, religioso ou económico. Cada vez mais me revolto por ser um ente isolado e minoritário neste mundo que me rodeia.

Quando vejo um Tribunal Português a entender que um castigo corporal a uma criança deficiente até faz bem, quando vejo os deputados a fazerem ponte em véspera de feriado e a não permitir a aprovação de leis por falta de quórum, quando sei da responsabilidade dos serviços secretos franceses em forjarem um documento falso (a falsa compra de urânio no Níger por Saddam Hussein) para impelirem os EUA mais depressa para a invasão do Iraque, quando sei que os mesmos franceses que nos deram a guilhotina junto com a Revolução Francesa estiveram coniventes no genocídio do Ruanda, quando me questiono sobre a destruição das Torres Gémeas e quem esteve por detrás dos danos do Pentágono em que nenhum avião ou destroços aparecem..., quando me questiono entre o direito de o Irão ter armas nucleares (por que é que tem de ser excluído, só porque os seus representantes são fanáticos? E os dos EUA não são?) e o direito dos fanáticos israelitas a usarem as mesmas armas.

Tudo isto questiono, estou farto de violência, desde os putos norte-americanos que se chateiam e pegam numa arma do pai e limpam o sebo aos colegas, aos condutores portugueses que se comportam como assassinos ou aos vendedores de armas que vão de terra em terra a fomentar mais uma guerra civil.

O assunto que me preocupa hoje é mais comezinho e mundano: a EN 128, entre Miranda e Bragança, é demasiado longa e estragada. Precisa de alternativa, benfeita e que poupe quilómetros. Há anos que se estudam traçados, mas a coisa emperra sempre. Um dia, porque ali havia uma colónia de morcegos protegidos. Agora, ao quilómetro não sei quantos, apareceu o rato de Cabrera, raro. Para avançar, a empresa Estradas de Portugal precisa de estudos. Segundo o Presidente, o rato irá atrasar o novo traçado lá para "nunca antes de 2011." Conheço bem a região e já lá passei vezes sem conta. Trata-se duma região abandonada por Deus e pelos homens, e em que a existência de rodovias apropriadas permitia por exemplo que as pessoas de Miranda do Douro não fossem a Espanha apanhar a via rápida para virem a Bragança... permitiria que as empresas que ali existem tivessem vias de escoamento dos seus produtos para Portugal e Espanha.

Como eu sou bruto, mas não violento obviamente sou pela estrada já, porque tanto protecionismo esquece uma espécie em vias de extinção: o homem do nordeste transmontano. Aquele que é protagonista de notícias que parecem do 1º de abril e não são. Isto parece atingir o ridículo como daquela vez em Nova Gales do Sul em que as obras de ampliação de uma estrada nacional (aí uns 8 mil km de estrada circundante da Austrália...) tiveram de ser suspensas para a construção de um viaduto para a passagem de uma colónia de formigas em vias de extinção. Ignoro se depois disto houve um estudo para se analisar como destruir a praga das formigas que infestavam a região...

Sou moderadamente a favor da continuação da espécie humana no planeta, apesar de há mais de dois milhões de anos esta espécie só ter construído uma coisa duradoura: a guerra e a destruição, entre si mesma e com as outras espécies.

Assim, entendo que devem ser preservadas, sempre que possível, as outras espécies que conosco partilham esta superfície planetária e tal deverá sempre ser feito numa estranha harmonia em que os interesses de uns não atropelam os doutros e vice-versa.

Imagino já uma campanha a favor do não-abate da vaca e doutros animais indispensáveis para a alimentação dos humanos, o ridículo pode levar a este ponto. Já temos a preservação do bacalhau, das baleias, dos golfinhos, mais dia, menos dia chega a campanha da preservação da couve-galega, do tomate e da cebola e esses fanáticos irão propugnar pela alimentação artificial do ser humano, mas claro está sem recorrer a transgénicos e outros alimentos manipulados. Essa cega preservação das espécies (e elas de facto estão a extinguir-se a uma velocidade galopante) pode conduzir à extinção da raça humana tal como a conhecemos. Foi pena que não viesse a tempo de salvar o linco da Serra da Malcata, ou águia-real do Gerês.

Nesta ilha onde vivo sou quase diariamente confrontado com a necessidade de eliminar do meu convívio - dentro de casa - animais que podem estar em vias de extinção, há uma melga com um tamanho gigantesco, baratas e aranhas de todos os tamanhos e feitios, a que se juntam caracóis no quintal e outros vermes. Como devo proceder? Extermino-os ou deixo-os livremente fruir o mesmo espaço que habito? Terei de construir vias separadas para eles ou coexistimos? Bem sei que a minha casa não tem a importância duma estrada no desconhecido nordeste transmontano, mas agradecia que alguém me desse algumas indicações, politicamente corretas, sobre a forma de proceder nestes casos.

Como devem estar lembrados, há meses assisti a um ritual da matança do porco, um ato bárbaro que me repugna. Deverei denunciar esse ato e propugnar pelo seu fim, ou devo recordar apenas que a carne de porco estava saborosa? Estou dividido. Além do mais tenho problemas de consciência porque há uns dias as formigas invadiram a minha mesa-de-cabeceira onde guardo uns "lollies" que gosto de trincar antes de adormecer e eu exterminei-as. Sinto-me um genocida. Não sei de que raças eram ou se estavam em vias de extinção, mas como eram às centenas afoguei-as a todas na pia da cozinha.

Será que, à semelhança da igreja católica, posso ir a um confessorário de crimes contra animais confessar este ato hediondo da minha parte? Terei absolvição ou irei passar o resto dos meus dias a pensar este crime sórdido? Esta é uma questão que me apoquento enquanto lá fora na rua pululam os residentes da aldeia nos seus fatos domingueiros a caminho da missa pascal.

CRÓNICA 18 DE HUMIDADE E DE VACAS, 23 ABRIL 2006

Perguntaram-me há dias porque é que nas fotografias aparecemos sempre todos encasacados. É simples, embora as temperaturas andem pelos 15 ou 16° C durante o dia, sempre que se sobe às montanhas está bastante mais fresco, e além disso as casas são todas muito húmidas. Ainda não deu para comprarmos uns desumidificadores este ano, mas bem os precisamos. Essa humidade causa uma sensação de frio que não é proporcional ao que os termómetros marcam... assim podem estar 10-12° C e não estar frio nem vento nenhum e podem estar 17° C e estarmos cheios de frio com as humidades nos 80 ou 90% a penetrarem até aos ossos. Claro que estivemos três anos num clima continental super-seco como o de Bragança e os nossos termómetros biológicos ainda não se ajustaram a esta realidade.

Aliás, os ossos ressentem-se desta humidade e este talvez o fator mais negativo dos invernos que se prolongam até abril. A chuva quando cai é a sério e raras vezes temos nevoeiros ou chuva miudinha, só que quando ela resolve cair é a potes e cântaros ao ponto de se formarem pequenos rios nas estradas com a água tipo enxurrada que vem das arribas. As valas são muito profundas. Creio que numa das primeiras crónicas contei que ficámos com o carro assente no chão por causa da altura duma vala que atravessava a estrada.

O meu filho ontem foi às vacas... e ficou todo entusiasmado por ter estado a tratar duma trintena de vacas durante a tarde. Com efeito, aqui é vulgar as crianças saírem da escola diretas para os campos a fim de ajudarem as famílias a tratar das vacas. Convidaram-no (um dos amigos dele aqui na aldeia) e ele lá foi num trator com o amigo e o pai deste. Quando chegou a casa correu logo a telefonar à avó e à tia a contar a proeza.

Lembra-me as recordações da minha infância em Trás-os-Montes, embora nunca tivesse andado com as vacas. Pensei bem que isto sim era qualidade de vida e quantas crianças no mundo inteiro nunca tiveram a possibilidade de estarem em contacto com a natureza e com os animais, estando fechadas em casas com poucas condições passando o dia a ver televisão ou a jogar jogos de computador sem respirarem este ar fresco dos campos, sem ouvir os pássaros que chilreiam fora desta janela e sem saberem que a natureza é isto.

Estou a ficar cada vez mais bucólico neste regresso ao passado e à vida simples que nós os urbanos jamais apreciamos enquanto vivíamos em torres de cimento em cidades inexpressivas e sem qualidade de vida.

Não posso deixar passar esta oportunidade para saudar o atraso dos juizes do Supremo Tribunal que obviamente vivem no séc. XIX pois ilibaram e absolveram uma dita "educadora" que dava palmadas às crianças deficientes a seu cargo e as fechava em quartos escuros quando se recusavam a comer. Para além da decisão, em si mesmo incompreensível, o fundamento da mesma raia a loucura que se deve instalado na mente dos juizes.

O Supremo Tribunal ao legitimar estes castigos corporais esquece o direito à dignidade, ignora a psicologia infantil e não tem em conta a sua honra. O acórdão do Supremo Tribunal vai longe demais ao afirmar: "Qual é o bom pai de família que, por uma ou duas vezes, não dá palmadas no rabo dum filho que se recusa a ir para a escola, que não dá uma bofetada a um filho...ou que não manda um filho de castigo para o quarto quando ele não quer comer?"

O Supremo acaba por vir dar razão a todos os que alegam que a justiça está de rastos neste país. Bater é grave. Uma criança, e para mais uma deficiente mental não vê a conexão entre os seus atos e os castigos. Os castigos têm um valor muito limitado porque a crianças não reagem por compreensão, mas por medo. Em vez de se castigar deve-se levar a criança a sofrer as consequências do seu agir.

Quem se recusa a comer não deve alimentar-se até à próxima refeição, mas não deve ser fechado num quarto às escuras nem sofrer castigos corporais. Reservemos estes para quem deveras os merece: os juizes do Supremo Tribunal.

O exemplo de vida dado pelos familiares ou educadores e a confiança neles são fundamentais para a determinação da educação. O educando sabe que o afeto dos educadores depende também do seu comportamento. Muitas vezes os educandos pagam as incapacidades, insatisfações e fracassos dos seus progenitores assoberbados, por uma sociedade cada vez mais exigente, que lhes não deixa tempo ou espaço para poderem criar uma base de diálogo com os seus filhos, a vida.

A falta de objetividade e de distância emocional e talvez a falta de pessoal e de formação profissional serão motivos para desculpar a educadora em causa. A compreensão duma situação não pode, porém, acontecer à custa da outra.

Neste julgamento os juizes agiram como bons pais para com a educadora e argumentaram contra a criança como maus pais.

Dum modo ou outro deram um péssimo exemplo a um país recheado de abusos e violência doméstica contra jovens e mulheres, um país de esqueletos nos armários, muito fruto de toda uma geração nascida do medo e do silêncio que os 48 anos de obscurantismo e repressão criaram.

Num país em que há pais e avós a matarem crianças por não terem paciência para as aturarem, esta decisão judicial veio dar uma certa consolação a todos os que usam e abusam da sua pretensa posição de poder, seja ela como maridos ou pais.

Para ser reposta a normalidade sugiro que os juizes sejam publicamente humilhados com uns açoites e fiquem uma semana de castigo no quarto escuro.

Lá fora os vizinhos afadigam-se a colocar verdes e flores no chão na antecipação do cortejo pascal que nesta aldeia ocorre não no domingo de Páscoa, mas no de Pascoela e para grande desgosto da minha mulher benfiquista o F. C. do Porto sagrou-se mais uma vez campeão ontem à noite.

O escritor é o motor do desenvolvimento. Nos Açores, os escritores podem ser o motor autonómico, quando pararem para discorrer e o descobrirem. Os mais afortunados com o dom da escrita podem botar a mão à pena aproveitando a maré e os ventos alísios ou não, os aventureiros ousarão meter os pés ao caminho, os enamorados afoitar-se-ão para se apaixonarem outra vez. Sendo um otimista nato, se bem que céptico, sarcástico e crítico, JC seguia à risca uma célebre frase de Carl Sandberg (1878-1967) "Sou um idealista. Não sei para onde vou, mas já vou a caminho." Ora bem cá estou a dar-vos conta do que foi o 5º Colóquio da Lusofonia ou I Encontro Açoriano da Lusofonia.



5-7 MAIO 2006 I ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA 2006 APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE SALÃO-TEATRO RIBEIRAGRANDE - RIBEIRA GRANDE, S. MIGUEL, AÇORES DE 5 A 7 MAIO 2006 INTEGRADO NAS CELEBRAÇÕES DO 6º ANIVERSÁRIO DA REINAUGURAÇÃO DO SALÃO-TEATRO

Quando em 2001 preparámos o início dos Colóquios da Lusofonia - sob a égide do nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsídio-dependentes.

O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as variadas problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante os Colóquios realizaram-se em Bragança, ainda na base dessa descentralização, mas sobretudo devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais do interior, e mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua. Estes Colóquios são únicos por serem a única atividade continuada deste género em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática. São independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através das modestas contribuições obtidas pelas inscrições dos participantes contando com o apoio, a nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual.

Em 2006 decidimos tentar criar um ponto de encontro anual para debater os problemas típicos da identidade açoriana no contexto da Lusofonia. Trouxemos a este fórum autores e escritores expatriados nas Américas e no Resto do Mundo. Conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas e no Continente falamos da identidade açoriana, da sua escrita, das suas lendas e tradições. Aprendemos a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano nos quatro cantos do mundo e afloraram-se os fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona.

A intenção destes encontros era inicialmente a de proporcionar um local permanente de debate anual de ideias e de experiências entre todos aqueles que dedicam a sua pesquisa e investigação à literatura, à linguística e à história dos Açores. O desconhecimento a nível do Continente da realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta. Estes Encontros visaram igualmente divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada com mais de duzentos milhões. Deste modo pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pelo facto de falarmos uma mesma língua.

Por outro lado, a componente lúdica destes Colóquios pretendia induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio sairão reforçados os elos entre as pessoas, que se poderão manter a nível pessoal e profissional. Os participantes trocaram impressões, falaram de projetos, partilharam ideias e metodologias, fazendo conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal dos Encontros.

Os ambiciosos temas e subtemas deste ano agrupavam-se sob o título Açores: a insularidade e o isolamento, fatores de preservação da língua portuguesa no mundo.

Os temas eram 1. Tradições açorianas. 2: Açorianos no mundo

2.1. Identidade açoriana, uma matriz de insularidade

2.2. Escrita açoriana. Tendências e projeção

2.3. O caráter açoriano nos quatro cantos do mundo. Fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona

3: Outros Temas (ex. ° Tradução / Contos Infantis, Ensino, etc.)

Estes I Encontros fizeram despertar a comunicação social micalense que lhes deu uma ampla cobertura, bem maior do que tiveram até hoje os Colóquios de Bragança. Logo na véspera a RTP-Açores dedicou um programa especial denominado Estado da Região aos Encontros com a duração de uma hora. Já antes o programa da manhã "Bom Dia Açores" dedicara uma entrevista de 15 minutos ao evento. Depois no sábado dia 6 de maio a RTP tinha um programa especial "Atlântida" com oradores, organizadores, ranchos folclóricos, filmes sobre a região da Ribeira Grande durante uma hora e meia. No último dia dos Encontros, a RDP Antena Um fez deslocar o seu programa "Passeio Público" para uma transmissão em direto do próprio Teatro Ribeiragrandense. Os jornais diários locais deram uma cobertura bastante boa a este inovador encontro.

Na sessão do primeiro dia tinha-se falado dos problemas da tradução PERFIS DA TRADIÇÃO PAREMIOLÓGICA NAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO QUIXOTE, CARMEN Mª COMINO da Universidad de Extremadura.

Após a experiência que representou ter lido todas as traduções de El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha em português, este artigo visa analisar, sob um ponto de vista paremiológico, as principais dificuldades que tal leitura me sugeriu. Neste artigo a autora pretende fazer uma reflexão sobre a pertinência do estudo da paremiologia tradicional no âmbito da teoria da tradução literária, sobretudo com autores do séc. de Ouro espanhol como Cervantes. Aborda vários casos específicos da tradução da imortal obra deste autor em Portugal e no Brasil, interessantes do ponto de vista histórico-temporal, e examina as principais particularidades extraídas das traduções desses autores. O conhecimento paremiológico ad hoc por parte dos tradutores, antes ou no momento de proceder à tarefa de traduzir esta obra, é também objeto de análise. As características contextuais, nas quais se inserem os textos objeto de estudo, serão descritas como base preliminar para a compreensão caso clarifiquem ou modifiquem as paréncias. Merece especial destaque o reconhecimento expresso dos provérbios por parte dos tradutores assim como as suas observações sobre os mesmos e as referências à obra de outros autores.

No debate realçou-se a necessidade de haver mais e melhores traduções do Português como veículo de preservação linguística.

Igualmente se debateu O PATRIMÓNIO LÚDICO AÇORIANO - O PAPEL DA ESCOLA NA SUA PRESERVAÇÃO, por NELSON AUGUSTO PEREIRA DOS REIS da FACULDADE DE DESPORTO (FADEUP) - UNIVERSIDADE DO PORTO.

A globalização na tentativa de encontrar uma forma de vida padronizada para todo o mundo, na forma de vestir, na alimentação e, até mesmo, no modo de pensar, criou uma autêntica instabilidade nas pessoas. Obviamente que muitos se preocuparam com o rumo que esta nova perspetiva de vida proporcionava, tendo consciência que as identidades nacionais estavam condenadas ao esquecimento. Todavia, surgiram movimentos que tentam reconstruir tais identidades, numa clara resistência à globalização do homem, lutando para que a diversidade antropológica continue a ser uma realidade.

É desta forma que entendemos, atualmente, a cultura popular: uma resistência em nome do humanismo que algum radicalismo tecnocrático tudo fez para destruir. Porém, temos de ter consciência que muitas atividades do passado entendidas como património que nos identifica são, na sua maioria, evoluções de atividades desenvolvidas nos séculos anteriores e em contextos socioculturais bem diferentes dos atuais. Assim, a procura dessa diversidade pode ser conseguida através de variadas formas. Em nossa opinião a Escola cumpre um papel fulcral para a construção e preservação da nossa identidade. É neste sentido que compreendemos o documento emanado pela UNESCO, intitulado Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional ou popular. No referido documento foram sugeridas, aos países membros, linhas orientadoras para a preservação, difusão e proteção da cultura prevendo, inclusive, uma cooperação entre os estados membros. Este documento problematiza com rigor a cultura popular e o facto de ter sido distribuído pelas Escolas portuguesas demonstra quão importante poderá ser o papel da instituição Escola para o resgate da cultura tradicional.

Hoje, mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com os jogos tradicionais - populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, para nós um imperativo ético, neste contexto, o presente estudo verificou como tem sido tratado o património lúdico açoriano em todas as escolas do 1º ciclo da região. Esta intervenção causou alguma surpresa na assistência que jamais considerara esta vertente do desporto ao uso da preservação da língua e cultura.

Ana Cláudia Rodrigues apresentou "A LITERATURA DOS AÇORES: VESTÍGIOS DE INSULARIDADE EM GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS DE JOÃO DE MELO", João de Melo (S. Miguel, 1949) é um dos vultos mais reconhecidos do panorama português da literatura açoriana. Tendo passado a sua primeira infância nos Açores, veio aos onze anos estudar num seminário, para o Continente. Terá sido esta a principal causa que o levou a recordar nas suas obras o tempo da ilha, misturando memórias pessoais com histórias ficcionadas, que arrancou de um universo repleto de fantasias, medos, inseguranças, amores e desamores. É nesta mistura de ingredientes que o autor encontra a essência da sua identidade açoriana, cujo principal tempero é a insularidade. Assim, o objetivo deste nosso trabalho é anotar vestígios de açorianidade na obra Gente Feliz com Lágrimas (1987), aquela que foi a mais premiada e a mais traduzida de João de Melo, que se considerou ele mesmo "um escritor português dos Açores" e do mundo, acrescentamos nós. Para tal, pretende-se mostrar como este autor retratou a sua ilha natal, através dos cenários socioculturais da época que ao longo da obra foi deixando adivinhar. Ao mesmo tempo, ambiciona-se revelar como aqui se entrançaram as relações humanas de afetividade, ao captar as vivências das comunidades rurais açorianas, isoladas pelo mar que as cercou do resto do mundo, pela importância que tal poderá ter na definição dos traços da personalidade e na construção da identidade de cada um. No fundo, tentaremos ilustrar como esta obra, algo autobiográfica, narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida.

A sessão da manhã do primeiro dia terminou com um relato sobre uma exposição que está a terminar no Museu da Emigração na Ribeira Grande O Museu da Emigração Açoriana - A coleção Cabral de Mello. Fizeram-se perguntas sobre a viabilidade da continuação do Museu quando esta exposição terminar a 30 de maio e apesar das dificuldades orçamentais ficou no ar a promessa do Presidente da Câmara de que o Museu irá continuar.

Como é costume o aspeto lúdico e cultural encantou todos os presentes que não estão acostumados a este formato inovador. Nos dois primeiros de trabalhos, e após um convívio ao almoço de todos os oradores e presenciais fomos visitar todas as povoações e pontos de interesse ao longo da costa norte de S. Miguel, incluindo uma passagem pelas Furnas e lagoas. Ao longo de seis horas - até ser noite cerrada - viu-se e aprendeu-se sem que alguém denotasse cansaço, tendo o regresso sido feito pela costa sul da ilha bem diferente do da costa norte.

No segundo dia de trabalhos as sessões abriram com Era uma vez um diário ilhéu: a literatura diarística de Fernando Aires um trabalho de Ana da Silva, ESE, IP Santarém.

Embora muitas obras da literatura açoriana, das quais se destacam por exemplo Não Percas a Rosa de Natália Correia, O Jornal do Observador de Nemésio, Memórias da Cidade Futura ou Memórias das Ilhas Desafortunadas de Manuel Barbosa, Os Amores da Cadela Pura de Margarida Vitória, Gente Feliz com Lágrimas de João de Melo, Raiz Comovida de Cristóvão de Aguiar, tivessem um cariz autobiográfico, não havia, antes de Fernando Aires, diários açorianos. O próprio Fernando Aires, numa entrevista de Vamberto Freitas avançava uma tentativa de explicação: "Este gosto pelo interior, tão nosso, tão caracteristicamente nosso (...) leva-me a estranhar a ausência de diaristas nas ilhas. O meio demasiado estreito e censurado pode explicar isso. O refúgio na poesia intimista também pode ser a explicação." Fernando Aires, então assistente convidado da Universidade dos Açores, onde lecionava História, já com uma notoriedade consagrada pelos seus trabalhos de investigação académica e pela sua colaboração em jornais e revistas açorianos, publicava a sua primeira obra literária em 1988: o volume I do seu Diário "Era uma vez o tempo". Concordamos com Vamberto Freitas ao dizer: "Publicar um diário sem obra criativa previamente feita é um ato arrojado, não pode haver falhanço, a credibilidade do autor depende por inteiro da arte com que os pessoais, gentes e coisas são aí retratados. Não existem aqui nem o refúgio num narrador fictício nem, uma vez mais, em outras obras que possivelmente tenderiam a colocar o leitor em predisposição para tudo acreditar ou perdoar." O facto é que Fernando Aires conseguiu despertar um grande interesse e curiosidade por parte não só do público como da crítica que beneficiaram de uma maior visibilidade no mercado por terem sido publicados na capital. Desde então, mereceu a admiração de críticos como Eugénio Lisboa, Aníbal Pinto de Castro, José Augusto Seabra e Luís Amaro. No meio académico, passou já a ser objeto de teses universitárias. Na sua introdução às Páginas do Diário Íntimo de José Régio, Eugénio Lisboa refere-se a Fernando Aires como sendo "autor de um dos mais belos e sensíveis diários em língua portuguesa". Por estarmos de acordo com esta afirmação, pretendemos analisar, neste trabalho, que retoma um antigo trabalho que realizei, em 1999, para o seminário de Literatura Autobiográfica (Professora Doutora Clara Rocha), do Curso de Doutoramento em Ciências Literárias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), algumas das características que fazem deste diário uma obra-prima e que farão, sem dúvida, de Fernando Aires o iniciador e o impulsionador de uma diarística açoriana, com escritores como António João Marinho Matos, que publicou o seu Diário I, Jornal do Ocidente (1996-97), na sua própria editora Espaço XXI, em 1998; e Cristóvão de Aguiar, escritor açoriano já consagrado, autor de Passageiro em Trânsito, que publicou, em 1999, o diário que já vinha escrevendo desde 1964: Relação de Bordo (1964-88).

Depois foi a vez de Francesca Blockeel, Lessius Hogeschool Antuérpia (Bélgica) apresentar a "Perceção do espaço e da identidade açorianos: o caso de 'Uma aventura nos Açores'. Como uma ficção narrativa decorre sempre num determinado local que lhe dá significação e verosimilhança e que o espaço é o ponto de apoio para a ação das personagens, a sua importância na narração é idêntica à que o mundo real adquire na vida quotidiana. O espaço existe na sua relação com a perceção dos lugares narratológicos: como olham e reagem as personagens frente ao espaço em que se encontram? Dos possíveis valores do espaço na literatura em geral, para depois salientar a sua importância através do exemplo concreto de 'Uma aventura nos Açores', mostrando como as autoras se aproveitam dele para criar laços afetivos nos leitores, visando elas obviamente reforçar a identidade portuguesa entre os leitores tanto açorianos como não-açorianos. Um tema deveras interessante e cuidado que só veio demonstrar que a Lusofonia não tem nada a ver com pátrias, nacionalidades ou nacionalismos.

Estava reservado para o fim nesta manhã um dos pontos altos dos Encontros: Onésimo de Almeida da Brown University, Departamentos de Estudos Portugueses e Brasileiros, Providence, Rhode Is., EUA. "Lusofonia e modernidade - Antigos conflitos e atuais desafios". Sendo um dos autores mais conhecidos e tendo feito os seus estudos primários na Ribeira Grande a expectativa da presença deste professor catedrático que passa o ano a divulgar os temas da açorianidade e os seus estudos linguísticos, tratou-se de uma alucinante viagem aos neologismos e erros dos meios de comunicação social, seguido por um período de debate em que todos pretendiam interrogar este grande escritor açoriano, acabado de chegar dos Estados Unidos e que após o almoço seguiu para a Horta. O tempo dedicado ao debate revelou-se insuficiente... Depois de um almoço mais apressado deslocaram-se todos para a Praça principal (Hintze Ribeiro) da Ribeira Grande onde iria ser transmitido em direto o programa "Atlântida" da RTP-Açores com a presença de oradores, organizadores e uma longa lista de convidados especiais acompanhados de música regional e de perguntas de imigrantes radicados nos EUA e Canadá. A população local assistia pela primeira vez a um direto "ao vivo" da Ribeira Grande. Após o programa televisivo seguiu-se a componente lúdica cultural turística com o incansável e sapiente Diretor da Casa da Cultura, Dr. Mário Moura, rumo às Caldeiras da Ribeira Grande, Lagoa do Fogo e depois para a ponta oeste passando pelas Sete Cidades e a Lagoa azul e Lagoa verde. Seguimos depois pela costa norte passando por João Bom, Bretanha e outros locais como Fenais da Luz onde se visitou uma casa já decorada para as Festas do Espírito Santo antes de chegarmos a Rabo de Peixe.

Para domingo dia 7 de maio, último dia não havia a componente lúdica e as sessões começaram com Chrys Chrystello a apresentar Avós de Barra, Avós de Baía, uma tribo aborígine australiana a falar crioulo português até ao séc. XX. Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígines quicá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de inter-relacionamento matrimonial numa tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580. No séc. XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígine e de português crioulo. Segundo von Brandenstein existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas.

Seguiu-se depois A vivência da insularidade em Vitorino Nemésio e Cecília Meireles apresentada por Isa Severino do Instituto Politécnico da Guarda. Como Cecília Meireles confessou, a pretexto da sua visita aos Açores, numa entrevista dada à revista Ocidente:

Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder a minha infância: o romanceiro e as histórias encantadas...as cantigas, o sentimento do mar e a solidão; a memória dos naufrágios e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos...a dignidade da pobreza, a noção mística da vida. (Ocidente, 1973, volume LXXXIV: 4). O retorno de Cecília aos Açores constitui uma tentativa de se aproximar dos tempos de infância, marcados pela presença e força de carácter de sua avó Jacinta Garcia Benevides: "Minha avó era beleza total de corpo e de espírito. Nunca vi uma criatura assim, de boa, de terna, de feminina, de masculina." Este regresso às suas origens representa ainda um ato de apreço e ternura, como expressaria a autora, a propósito do modo como gostaria de ser recebida naquela ilha "... como uma criança antiga que a poesia de S. Miguel nutriu, numa infância de sonho, no regresso de uma avó dolorida, heroica e nobremente sentimental." Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade pela escritora brasileira Cecília Meireles como o foi para o escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas de insularidade que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas. Incorporado na exploração do tema da água, o mar, enquanto elemento da natureza, adquire significados plurifacetados na obra de Cecília, estabelecendo, numa primeira aceção, uma associação com a infância da escritora, num tempo povoado "por histórias encantadas" e pela presença ineludível da sua avó. O mar constitui uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas, e surge como um cordão umbilical que a prende às suas origens e à ancestralidade das tradições. Também Nemésio expressa a sua íntima ligação aos Açores, considerando que "os Açores estão mais ou menos na raiz de tudo quanto faço". Assim, a presente comunicação tem como objetivo perscrutar os diferentes vetores que a água, de forma geral, e os Açores, em particular, assumem nas obras poéticas dos dois autores e quais os significados. As sessões da manhã terminaram com O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ANTERO DE QUENTAL por ANABELA MIMOSO da CONFRARIA QUEIROSIANA. Muito se tem escrito sobre Antero de Quental, nomeadamente sobre a sua poesia e o seu pensamento filosófico. Mas há um outro Antero que tem sido subvalorizado: o Antero que procurou pôr em prática as suas reflexões e as da Geração de 70 sobre Educação, sobre a posição da mulher e, particularmente, sobre a Literatura para a Infância. Através da leitura do Tesouro Poético da Infância, articulada com outros textos deste vulto das nossas letras e com textos de outros autores da mesma época, pretende-se mostrar até que ponto Antero veiculou ou se sobrepôs às ideias pedagógicas oitocentistas e como as pôs em prática. Nesse sentido, procuraremos mostrar a génese e a importância do Tesouro Poético. Da parte da tarde as últimas sessões e a sessão de encerramento tiveram a presença da RTP.

Luís Andrade, Pró-Reitor para a Mobilidade e Cooperação - Universidade dos Açores apresentou "A Universidade dos Açores e a Cooperação Internacional". Uma análise do que tem sido a Cooperação Internacional da Universidade dos Açores ao longo dos últimos anos, concedendo um realce especial à cooperação com o Brasil e os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não esquecendo as nossas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo. Ficou a saber-se que a Universidade dos Açores está a negociar um Curso Transatlântico que permitirá aos graduados exercer em qualquer um dos países europeus e nos EUA.

Regina Helena Pires de Brito (Universidade Presbiteriana Mackenzie - Brasil - Instituto Nacional de Linguística - Timor-Leste) e Moisés de Lemos Martins (ICS - Universidade do Minho - Portugal) fizeram-se representar por João Pedro Caravaca com o tema Reflexões sobre o senti(r)/(do) da Lusofonia

Defrontar-se com diferentes espaços em que o português é uma das línguas de expressão oficial (materna ou não) revela-nos que a utilização do termo Lusofonia (e de uma série de outras expressões daí decorrentes, tais como: países lusófonos, mundo lusófono, cultura lusófona, unidade lusófona, identidade lusófona, etc.) provoca interpretações e reações muito diversas no contexto que abarca a denominada "comunidade dos países de expressão portuguesa".

Parte de pesquisa realizada no âmbito do Projeto Lusocom (coordenado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, do ICS da Universidade do Minho), esta comunicação procura refletir acerca desse multifacetado "sentimento de Lusofonia", trazendo subsídios que apontem para uma conceitualização desvinculada de egocentrismos e traumas que a palavra Lusofonia tem carregado ao longo do tempo. Um tema carregado de matizes das várias visões lusófonas em todo o mundo e de cujo debate levou à conclusão de que não existem professores preparados para ensinar português como Língua Estrangeira face às necessidades existindo de França aos EUA professores que fabricam os seus próprios manuais dada a incapacidade das autoridades da Educação em Portugal em darem resposta a pedidos nesse sentido que se fazem desde há décadas.

Na sessão final falaram Graça Castanho da Universidade dos Açores e que até há uns meses trabalhava na Embaixada de Portugal em Washington como Conselheira para o Ensino Português nos EUA e Bermudas, tendo apresentado o tema "O ensino do Português nos EUA no contexto da Diplomacia das Línguas Europeias" Esta apresentação visa caracterizar o ensino do Português nos EUA, no contexto da Diplomacia das Línguas Europeias mais ensinadas naquele país. Após o enquadramento das manifestações de ensino português em geral, centremos a nossa atenção nos Estados de grande concentração das comunidades açorianas, o que nos permitirá refletir sobre o que tem sido feito ao nível das escolas oficiais norte-americanas e das escolas comunitárias. Com base em legislação federal e estadual sobre o ensino de línguas estrangeiras nos EUA e partindo do trabalho realizado pelas línguas europeias mais ensinadas (Espanhol, Francês, Alemão e Italiano), apontaremos caminhos possíveis para a promoção do Português junto das comunidades falantes do idioma luso e da sociedade norte-americana em geral.

O último orador foi o Professor Caetano Valadão Serpa do Cambridge College, University of Massachusetts, EUA "A LÍNGUA COMO MENSAGEM CULTURAL". Apresentamos a língua como veículo primário de transmissão dos valores específicos de um povo, o que professa e acredita, o que realiza e aspira. Como memória viva da consciência coletiva de qualquer grupo humano, a língua - no caso concreto o idioma luso - será alvo de uma reflexão crítica, no contexto

da imigração açoriana nos EUA. A nova terminologia e o sexismo das palavras, o que foi feito e o que falta fazer. Este tema provocou uma acesa discussão pois nem todos estavam de acordo com ele o que só vem provar que a linguagem é ainda sexista, machista e eivada de tabus de difícil superação.

A seguir o Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Dr. Ricardo Silva, e a representante da Direção-Geral das Comunidades Dra. Rosa Cassiano agradeceram à organização e fizeram o desafio para o II Encontro Açoriano da Lusofonia se manterem descentralizados na Ribeira Grande. Como é apanágio desde que se iniciaram os Colóquios da Lusofonia, os horários foram cumpridos para gáudio dos presentes pouco acostumados a eventos com este formato tão diferente e sob o signo do relógio.

A hospitalidade das gentes dos Açores foi comprovada ao longo das duas tardes de visitas a mais de metade da ilha, percorrendo caminhos, trilhos e aldeias (aqui denominadas Freguesias) que raramente estão na rota dos agentes turísticos. Este convívio fraterno entre pares permite criar os laços duma rede lusófona jamais encontrada em encontros deste tipo. As pessoas acabam por se conhecer melhor e partilhar projetos trocando impressões e ideias para futuras participações conjuntas e este é o segredo mais mal guardado destes Encontros Açorianos da Lusofonia. Como convém e para que não restem dúvidas estes Encontros Açorianos da Lusofonia bem podem considerar-se os filhos pródigos dos Colóquios Anuais da Lusofonia (o próximo é em Bragança de 2 a 4 de outubro. A título pessoal sinto-me orgulhoso com esta realização e transcrevo do discurso de abertura algumas notas.

Quando aqui cheguei em agosto passado constatei o meu total desconhecimento sobre este Arquipélago. O pouco que se aprendera nos bancos de escola era insuficiente e provavelmente estava já esquecido ou nunca teria sido ensinado. Aliás esta é uma característica preocupante, nos últimos dez anos no Continente raramente se ouvia falar dos Açores a não ser quando havia episódios sísmicos ou se alterava o anticiclone dos Açores.

É como se estas nove ilhas fizessem parte dum mundo à parte, quiçá ainda por descobrir ou então como se tratasse de um Arquipélago onde nada se passa de relevante para os telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ilhas para a pessoa comum no Continente. Para além de se saber que havia um sotaque estranho e difícil de entender pouco consegui saber antes de emigrar para a ilha de S. Miguel. Descobri aqui pessoas simpáticas, muito educadas e corteses e entendem-se apesar do sotaque curioso. O clima muda constantemente e tanto chove com faz sol... As lagoas, as crateras e as baías são um espanto e os montes e colinas cheios de vegetação estão pejados de vacas penduradas como alpinistas. Foi então que resolvi estudar um pouco algo sobre a história destas ilhas e que quero partilhar convosco porque sem sabermos a história, sem falarmos a língua e sem conhecermos as tradições e cultura nunca conheceremos nenhum povo. Há um nevoeiro histórico que assombra a data do descobrimento dos Açores: muitas são as dúvidas e poucas as certezas. Segundo Gaspar Frutuoso, cronista açoriano do séc. XVI, teriam sido descobertos por Gonçalo Velho Cabral que, a mando do Infante D. Henrique, teria chegado à ilha de Sta. Maria em 1432 e a S. Miguel em 1444. A carta de 1439 do catalão Gabriel de Valsequa apresenta dados mais precisos sobre a descoberta uma vez que surge já, com algum rigor, a representação dos Açores, e na legenda lê-se que teriam sido descobertos por um Diogo. De acordo com Damião Peres, este seria Diogo de Silves, marinheiro do Infante D. Henrique, no ano de 1427.

No mais antigo documento régio referente aos Açores, de 2 de julho de 1439, é dada permissão ao Infante D. Henrique para mandar povoar e lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores [Santa Maria (127 km²), Terceira (406 km²), São Jorge (244 km²), Faial (172 km²), Pico (441 km²), São Miguel (760 km²) e Graciosa (62 km²)], pressupondo que, apesar de as viagens entre o Continente e as ilhas terem ocorrido desde 1427 até 1439 com Gonçalo Velho, o povoamento só se terá iniciado em 1439. Neste documento apenas são referidas sete das nove ilhas dos Açores uma vez que as Flores (164 km²) e Corvo (16 km²), só terão sido descobertas por Diogo de Teive e seu filho João no ano de 1452. A carta régia de 5 de abril de 1443 atesta o desenvolvimento registado nos primeiros anos de povoamento, pois nela o regente D. Pedro isenta os seus habitantes por cinco anos do pagamento da dízima e portagem dos géneros vindos do Arquipélago para o Reino. Quatro anos depois os moradores de S. Miguel são dispensados do pagamento de direitos do pão, vinho, pescado, madeira, legumes e outros produtos que exportassem. Não restam dúvidas de que em 1443 a colonização já havia feito progressos na ilha de Sta. Maria e na ilha de S. Miguel. A Gonçalo Velho terá sido delegada pelo Infante D. Henrique a função de dirigir os trabalhos de povoamento de Sta. Maria, em conjunto com dois sobrinhos, Nuno e Pedro Velho, e um grupo de colonos. Muitas dúvidas pairam sobre o povoamento da Ilha Terceira, no entanto está comprovado que o flamengo Jácome de Bruges foi nomeado Capitão desta ilha, por doação do Infante D. Henrique, em 1450, tendo encetado uma ação pioneira incentivando o seu povoamento.

As várias teses a respeito do descobrimento dividem-se em três: as que sustentam que a revelação geográfica deste Arquipélago se terá verificado no segundo quartel do séc. XIV, no reinado de D. Afonso IV (H. Major, Ferreira de Serpa, etc.); as que afirmam que o descobrimento se terá observado na primeira metade do séc. XV por Fr. Gonçalo Velho (cardenal Saraiva, Aires de Sá, etc.); e as que conciliam as duas correntes de opinião (Jordão de Freitas, Velho Arruda, etc.). As primeiras teses fundamentam-se na existência de vários mapas genoveses onde, a partir de 1351, aparecem esboçadas várias ilhas que muitos investigadores identificam com os Açores, quer pela sua situação, quer pelos seus nomes. A existência desses mapas teria resultado do regresso das expedições feitas às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal.

As teses que defendem o descobrimento dos Açores como obra do Infante D. Henrique é, de um modo expresso, por Fr. Gonçalo Velho, baseiam-se essencialmente na tradição oral que o cronista micalense Gaspar Frutuoso terá recolhido no Arquipélago, na segunda metade do séc. XVI. Contudo, escritores portugueses, como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citam o nome de Gonçalo Velho. Frutuoso e os historiadores desta linha opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores data de 1431. As teses ecléticas consideram que o descobrimento se terá verificado realmente no tempo de D. Afonso IV e que as viagens feitas por ordem do Infante D. Henrique teriam dado lugar a um simples reconhecimento. O mapa de Beccario, por exemplo, datado de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como "insule de nuovo reperte". O Prof. Damião Peres defende que "estas ilhas foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de El-Rei de Portugal no ano de 1427" (Descobrimientos Portugueses). Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro Capitão Donatário das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador. Pela Carta Régia de 2 de julho de 1439, passada pelo Infante D. Pedro, verifica-se que eram apenas em número de sete as ilhas açorianas conhecidas. Apenas em 1452 as ilhas mais ocidentais do Arquipélago (Flores e Corvo) seriam descobertas por Diogo de Teive.

Relativamente à ilha Graciosa, deveu-se o seu povoamento a Pedro Correia e Vasco Gil Sodré, anteriormente a 1510. Quanto às ilhas do Faial e do Pico, foram elas doadas, pouco antes de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere (Joz de Utra), casado com Beatriz de Macedo e sogro do famoso Martinho da Boémia. Na sua companhia teriam vindo muitos flamengos, dentre os quais se destacou Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira), que, por desinteligências com aquele, se passou às Flores e desta para a Terceira e S. Jorge, promovendo, desse modo, o povoamento.

A pequena Ilha do Corvo foi ocupada por simples extensão do povoamento das Flores. Sabe-se, portanto, que o povoamento das ilhas açorianas se deveu a portugueses e também a elementos flamengos, o que se explica pela intervenção de D. Isabel, condessa da Flandres e mulher de Filipe de Borgonha, junto de seu irmão o Infante D. Henrique, primeiro Donatário dos Açores. Nesses primeiros tempos teria havido ainda um certo número de mouros e judeus. Mais tarde haveria o influxo de italianos, castelhanos, franceses, ingleses, escoceses, norte-americanos, etc. (cf. Frutuoso, Luís Ribeiro, etc.). O elemento flamengo, não obstante o seu grande número, depressa seria absorvido, pelo elemento nacional.

O nome Açores vem da palavra açor, que é a designação de uma ave. Segundo pesquisas efetuadas por Luiz António de Assis Brasil, que foi professor de literatura na Universidade dos Açores, há uma versão contando que os primeiros navegadores que lá chegaram viram bandos de milhafres, aves muito comuns no Arquipélago e provavelmente as confundiram com Açores, originando-se daí o nome das ilhas. Os Açores foram uma Donataria Hereditária, constituindo as ilhas Capitania. Ao Donatário pertenciam todos os tributos, dízimos, impostos, rendas e foros das terras e um domínio incontestado sobre os seus habitantes. Pertencia-lhe, ainda, a jurisdição civil, criminal e administrativa, nomeando funcionários e confirmando eleições. O último Donatário foi o Duque de Beja e Viseu em 1494. A vila de Angra na antiga ilha de Jesus Cristo, atual ilha Terceira, foi a primeira a ser elevada a cidade, por foral de 1534. Nesse mesmo ano foi escolhida para sede do bispado açoriano pelo Papa Paulo III. Ponta Delgada foi elevada a cidade, por carta régia de 2 de abril de 1546. A donataria ficou incorporada na Coroa real até 1580. A partir daí, foi nomeado um Governador-Geral, com poderes civis, políticos e militares e escolhida a cidade de Angra como sede do governo do Arquipélago. Após a Restauração de 1640, esse sistema continuou até 1653, quando voltou o sistema de Capitania.

Após o domínio total dos Açores, os Castelhanos organizaram um governo-geral, com sede em Angra do Heroísmo. Em 1589 e 1597 as armadas inglesas dos condes de Cumberland e de Essex fariam as maiores depredações nalgumas ilhas, especialmente na do Faial. Decorridos os 60 anos de domínio filipino, e aclamado D. João IV, as ilhas dos Açores imediatamente aderiram ao movimento restaurador, verificando-se, porém, grande resistência dos castelhanos sitiados na fortaleza principal da cidade de Angra do Heroísmo. Em 1669 era encerrado na fortaleza de Angra do Heroísmo o infeliz D. Afonso VI, donde seguiu para Sintra após seis anos. As reformas pombalinas chegaram também aos Açores com algumas medidas de caráter económico e religioso. Em 1766 os Açores passaram a ser governados por um Capitão-general com residência em Angra do Heroísmo. A Revolução de 1820 teve repercussões no Arquipélago, sobretudo na ilha Terceira. Na Vila da Praia, em 1829, travou-se uma grande batalha entre miguelistas e liberais, com a vitória destes últimos. Em 1830 era formado na Terceira um conselho de regência e em princípios de 1832 chegava aos Açores D. Pedro IV, aí formando um governo sob a presidência do marquês de Palmela e de que fazia parte Mouzinho da Silveira, coadjuvado por Almeida Garrett. As grandes e discutidas reformas deste último foram todas promulgadas nos Açores, que passaram a constituir uma província. Em 1832 a Capitania-Geral deu lugar à formação da Província Açoriana com sede em Angra. Em 1836, dividiram-se as ilhas em três grupos denominados Distritos Administrativos. Após a Revolução de 25 de abril de 1974, a nova Constituição da República Portuguesa instituiu o regime político-administrativo autónomo para os arquipélagos dos Açores e Madeira. Atualmente o Arquipélago é considerado uma Região Autónoma com assembleias e governos regionais. Em 1976 foram eleitos os primeiros deputados para a Assembleia Regional dos Açores e o seu primeiro Governo Regional. Durante as duas guerras mundiais o Arquipélago desempenharia papel de relevo a favor dos países aliados. Alguns grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como Gaspar Frutuoso (1522-1591 historiador), António José de Ávila o Conde de Ávila marquês e Duque de Bolama, Manuel de Arriaga (1840-1917), Roberto Ivens (1850-1898), Antero Tarquínio de Quental (1842 -1891 filósofo e poeta), Teófilo Braga (1843 -1924 escritor político e Presidente da República), Canto da Maya (1890 -1981 escultor), Vitorino Nemésio (1901-1978 escritor), António Dacosta (1914 -1990 pintor) etc. Foi munido destes escassos conhecimentos que decidi que os Açores eram o cenário ideal para congregarmos os nossos esforços em prol da Lusofonia, tal como a entendemos. Também aqui o ponto de partida foi a descentralização e a vontade de provar que é possível com esforço e dedicação realizar estes eventos sem sermos subsídio-dependentes. Assim temos feito desde que criámos os Colóquios Anuais da Lusofonia em 2001 que de 2002 em diante se têm realizado em Bragança, mas sobretudo devido à sua insularidade em termos culturais.

Portugal é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais do interior, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua. Tal como os Colóquios, estes Encontros são independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através das inscrições dos oradores e participantes presenciais contando com o apoio, a nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual. A beleza das ilhas alia-se a preservação duma cultura tradicional popular que já há muito desapareceu ou está em vias de desaparecimento no Continente. É urgente lidar com ela, estudá-la e mantê-la para as gerações vindouras. É imperioso criar hábitos de leitura para os escritores locais terem uma audiência mais ampla, não só nas ilhas como no resto do mundo, o que aliás começa a acontecer em casos isolados. Ainda ontem (4 maio 2006) em Turim o escritor micalense João de Melo lançou a versão italiana do seu último livro e por esse motivo não está hoje aqui conosco.

A partir desta data vamos tentar criar um ponto de encontro anual para debater os problemas típicos da identidade açoriana no contexto da Lusofonia. Pretendemos trazer a este fórum autores e escritores expatriados nas Américas e no Resto do Mundo. Conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas e no Continente espera-se que possam falar da identidade açoriana, da sua escrita, das suas lendas e tradições. Iremos aprender e estudar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do carácter açoriano nos quatro cantos do mundo. Iremos descobrir que fatores exógenos e endógenos permeiam essa açorianidade lusófona. A intenção destes encontros é proporcionar um local permanente de debate anual de ideias e de experiências entre os residentes, os expatriados e todos aqueles que não sendo açorianos dedicam a sua pesquisa e investigação à língua portuguesa, à literatura, à linguística e à história. O desconhecimento a nível do Continente da realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta e aprová-lo está a presença de um programa da RDP Antena Um que será emitido em direto daqui no próximo domingo cobrindo este evento. Estes Encontros visam igualmente divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada com mais de duzentos milhões. Deste modo pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pelo facto de falarmos uma mesma língua. Por outro lado, a componente lúdica destes Encontros pretende induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio sairão reforçados os elos entre as pessoas, que se poderão manter a nível pessoal e profissional. Os participantes poderão trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal dos Encontros. Para a maior parte das pessoas, Açores confunde-se com um anticiclone ou com atividade sísmica e a terra ainda está bem viva nestas ilhas, manifestando-se diariamente sob as mais diversas formas de atividade vulcânica secundárias (furnas, fumarolas, nascentes de água quente, etc.) mas os únicos vulcões ativos que hoje e aqui estão presentes são os dos nossos oradores. Esperamos sair daqui todos mais enriquecidos com o conhecimento que eles irão partilhar connosco.

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convivência.

Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento.... Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parlo e deleitamo-nos com a futilidade e as aparências. Enquanto isso acontece, a língua portuguesa no mundo está a ser diariamente enriquecida pelos idiomas e dialetos locais. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Aqui alertamos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Encontros, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno. Urge, pois, apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. É imperioso reinventar o gosto pela leitura hoje relegada para preocupação elitista que se não compadece com jogos de consola e outras formas de entretenimento que raramente introduzem conhecimentos. Espero que no final destes Encontros possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para manter viva esta língua que nos une mais do que qualquer documento de identificação. Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. Creio que a exemplo dos aborígenes australianos estes Encontros podem vir a incentivar a preservação da cultura açoriana que hoje está em risco de desaparecer na voragem urbana progressista, no desagregamento da família dita tradicional e na importação de modas e hábitos estranhos. A essa perda do registo tradicional da cultura dum povo erguemos nós as nossas vozes para podermos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão das minoritárias que com a nossa podem coabitar.⁸



A DELEGADA REGIONAL DA DIREÇÃO GERAL DAS COMUNIDADES, ROSA CASSIANO, O PRESIDENTE DA CÂMARA DA RIBEIRA GRANDE, DR RICARDO SILVA E O AUTOR NA CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

19.2. Mídia

A respeito do colóquio e da separata do Jornal O Primeiro de Janeiro dedicada ao mesmo respondia Onésimo Teotónio de Almeida:

31 de maio 2006, Caro Chrys Chrystello:

Muito obrigado pelo envio do artigo de O Primeiro de Janeiro. Não é todos os dias que um colóquio recebe tanto espaço num jornal. Muito obrigado também pelas referências à minha intervenção. Muita simpatia da sua parte. Sobre ela, dois pequenos pormenores apenas para sua informação: não fiz a escola primária na Ribeira Grande, mas apenas o meu exame da 4ª classe. (Por sinal, ainda há dias mandei para a Câmara da Ribeira Grande um artigo sobre isso para a revista comemorativa dos 20 anos de Cidade, a pedido da organizadora do volume, a minha patrícia Ana Fonseca.) Além disso, não é verdade que passo a vida a dedicar-me à divulgação das coisas dos Açores. Faço o que posso, mas não posso dispor de todo o tempo para isso. Li o artigo todo e vi o que diz sobre a intervenção do Valadão Serpa. Conheço a posição dele pois já lhe ouvi falar sobre isso e já li o texto dele algures. Li também no Primeiro de Janeiro o seu comentário sobre o debate por ele suscitado. Diz que "o debate vem provar que a linguagem ainda é sexista, machista", etc. Se se recorda, eu falei um pouco sobre a questão da linguagem, mas noutro contexto. No debate que se seguiu, essa questão do sexismo veio à baila. Eu tentei explicar-me, mas não havia muito tempo. Acrescentei que o que ali estava a dizer não passava de um resumo de uma série de ensaios que tenho publicados e que espero reunir em volume em breve. A minha posição eu expliquei-a apenas de relance. De uma vez em que ouvi o Valadão Serpa expor os seus pontos de vista, tivemos até uma troca de argumentos e ele não entendeu o meu, tanto assim foi que num artigo recente ele mencionava essa troca e demonstrava que não me tinha compreendido. O meu argumento é simples: a linguagem é sexista, sim, mas nem sequer é tanto como se afirma, como eu procurei demonstrar. Mas acrescentei algo que julgo fundamental: a linguagem apenas revela o que a cultura é. As pessoas são sexistas e, na linguagem, refletem o seu sexismo. Esse pormenor pode parecer insignificante, mas se as pessoas acham que o problema fundamental do sexismo está na linguagem, caem no erro de pressupor que, feita a limpeza à linguagem se limpou o sexismo. Serão surpreendidas mais tarde pois vão verificar que a "nova" linguagem ganhou no quotidiano conotações também sexistas. Se as atitudes de fundo não mudam, a linguagem também não. A demonstração disso está há muito feita. Se me der um endereço postal enviar-lhe-ei com muito gosto um ensaio que publiquei recentemente e de que me chegaram há pouco separatas. Mais uma vez, foi um prazer poder participar, ainda que tão de repelão. Pelo seu relato vejo que perdi muita coisa boa.

8 Bibliografia: Albuquerque, Luís de, Os Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

Arruda, Manuel Monteiro Velho "Ensaio Crítico", in Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. LXII.

Campos, Viriato, Sobre o Descobrimto e Povoamento dos Açores, Lisboa, Europress, 1983.

Cardeal Saraiva, Índice Cronológico das Navegações, etc. Lisboa, 1841.

Cordeiro, P. António. História Insulana, Lisboa, 1717.

Dicionário de História de Portugal - Direção de Joel Serrão.

da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in Açoriana, Angra, 1941.

de Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa, Lisboa.

de Sá, Aires. Frei Gonçalo Velho Lisboa (2 vols).

do Canto, Ernesto, Biblioteca Açoriana, Pta. Delgada, 1890.

Ferreira de Serpa, A. O Descobrimto dos Açores, Porto, 1925.

Ferreira Drummond, F. Anais da Ilha Terceira, Angra (4 vols.).

Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, vols III e IV.

Lisboa, Luís João, "Açores", in Luís de Albuquerque (dir.), Dicionário de História dos Descobrimto Portugueses, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 12-15.

Major, Henry. Vida do Infante D. Henrique, Lisboa, 1876.

Monteiro, Jacinto, "Descobrimto das Flores e Corvo", in Os Açores e as dinâmicas do Atlântico – do Descobrimto à II Guerra Mundial, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989, pp. 247-255

Monteiro Velho Arruda, Manuel. Coleção de Documentos Relativos ao Descobrimto e Povoamento dos Açores, Ponta Delgada, 1932.

Peres, Damião. História dos Descobrimto Portugueses, P. Delgada, 1890.

19.3. DAS COMUNHÕES, ATÉ A MINHA, maio 2006



1958 QUINTAL DA NOSSA CASA NA RUA DE MARIA PIA 101, PORTO IGREJA DO MARQUÊS DE POMBAL NO PORTO 1959

E como esta Crónica foi longa apenas mais uma nota de rodapé. No domingo passado fui a uma primeira comunhão de uma prima em quarto grau, filha do Pedro e neta do Acácio Cordeiro que aqui casou com a Lourdes Furtado Lima, na década de 1960 e por cá ficou. Creio que para além da primeira comunhão do meu mais neófito em 2005 e da comunhão dum primo direito em 1959 já não ia a coisas destas desde que fiz a minha no já longínquo ano de 1958. Estavam cerca de sessenta pessoas incluindo alguns VIP. Ficamos numa mesa com algumas das pessoas mais idosas entre elas um interessante casal que faz parte da história da ilha. Trata-se dum cirurgião de renome, de baixa estatura (ao pé dele o Marques Mendes é um homem alto), que está quase com oitenta anos e fala por provérbios e rimas, sendo vegetariano convicto, mas não fundamentalista, cristão acérrimo e com uma visão curiosa do mundo e da medicina adotando uma postura antifármacos. A mulher (irmã da recentemente falecida mulher dum primo meu, a Lourdes Furtado Lima) é uma senhora dada às letras, interessante e com quem se pode conversar com as horas a fio sem maçar. A pergunta que continuo a fazer (esta é a terceira vez que passamos horas juntos) é como ela continua ali firme ao lado dele e a única explicação que é plausível é que o catolicismo dela inclui o perdão cristão que raramente vemos aplicado. As restantes pessoas que ficaram na nossa mesa não merecem destaque. Foi um almoço que durou das 13.30 até às 18.30 numa unidade hoteleira de luxo (*Hotel Bahia Palace*) na Praia Baixa de Água de Alto, logo a seguir a Vila Franca do Campo na costa sul. O bufete e o serviço eram irrepreensíveis assim como o preço que devia chegar para pagar as minhas dívidas. Quando chegámos a casa estranhamente ninguém quis jantar. A comida que sobrou dava para alimentar uma vila africana, mas é isto o mundo cheio de desigualdades e se fosse crente daria graças a Deus por ter nascido deste lado da barricada. Lá fora, na rua, alheios a este debate, pululam os residentes da aldeia nos seus fatos domingueiros a caminho da missa pascal. As mulheres e as crianças assistem dentro da igreja à missa, enquanto os homens vão à taverna ou ficam a conversar na porta principal de entrada da igreja.

As tradições aqui são ainda mantidas de acordo com um guião há muito escrito, como na minha infância, e para a semana aí vem mais uma prova: As Festas do Santo Cristo, sendo feriado na segunda-feira (22 maio) e quinta-feira (25) com procissões e demais festividades litúrgicas e pagãs durante o resto da semana.

O tempo vai-se compondo e hoje chegou aos 21º C na Maia. Mas a humidade não para de me espantar. Hoje fui vestir um par de jeans (calças de ganga) que já não vestia há meses e qual a minha surpresa de os ver totalmente verdes de mildio ou mofo ou lá o que era (fungos). Demorei imenso tempo a limpá-los e a retorná-los à sua cor original azul. O João cá anda a jogar futebol e a andar de bicicleta, sempre que pode ao ar livre enquanto o pai se entretém a tentar angariar novos clientes, mas sem grande sucesso embora este ano tenha havido maior continuidade de trabalho do que é habitual. A minha mulher cada vez gosta mais disto e já se decidiu a não sair da freguesia da Lomba da Maia mesmo depois de vender a casa do Porto. Agora vai tentar entrar num doutoramento cá para subir mais na carreira antes da reforma. (*Nota em devido tempo, as carreiras foram desde então congeladas bem como os vencimentos há uns dez anos, e a ideia do doutoramento esfumou-se - dezº 2015*).

Por outro lado, fui convidado a ir a Timor em agosto 2006 de 22 a 25 conforme programa em anexo. Será o regresso depois de 31 anos à primeira terra que escolhi como pátria... esperemos que as coisas por lá acalmem até ir e passamos pela pátria australiana a matar saudades. Se se concretizar a oferta da viagem e estadia será um evento para guardar na memória.

I Fórum da Língua Portuguesa em Timor-Leste – (programação provisória)

	22 agosto		23 agosto	24 agosto	25 agosto 2006
12h30	Chegada ao Pres. Nicolau Lobato Traslado para o Hotel	9h 10h30	Cerimónia de Abertura, MNEC, José Ramos Horta (TL), Moderador Embaixador do Brasil Embaixador de Portugal MEC, Armindo Maia (TL) Edite Estrela (MEC – PT) Gilberto Gil (MEC – BR) Primeiro-ministro, Mari Alkatiri (TL), Presidente da RDTL, Kay Rala Xanana Gusmão (TL)	Plenária: Ensino e aprendizagem do Português em contextos diversos Madalena Arroja (PT) Perpétua Gonçalves (MZ) Edson de Oliveira (BR/TL) Luís Costa (TL/PT) Moderador Maria Helena Carreira (PT) José Luiz Fiorin (BR)	Plenária: Língua e Globalização José Ramos Horta (TL) CPLP / AULP (PT) Chrys Chrystello (PT), Moderador Geoffrey Hull (AUS/TL) Jorge Couto Francisco Ramos (PT) Gilberto Gil (BR) Mari Alkatiri (TL)
		10h30 11h	Intervalo	Intervalo	Intervalo
		11h 12h30	Conferência de abertura Benjamim de Araújo e Corte-Real (TL), Moderador Benjamin Abdalla (BR) Kay Rala Xanana Gusmão (TL)	Mesas-redondas simultâneas 1. Uso do Português na administração pública em TL Ana Pessoa (TL) Cláudio Ximenes (TL) Manuel Abrantes (TL), Moderador Libório Pereira (TL) 2. O Português como Língua de Instrução em TL Domingos Sousa (TL) José Barreto Martins (TL/PT) Rosemeire Faccina (BR) Rosa Cabecinhas (PT)	Mesas-redondas simultâneas Resistência Cultural: Roque Rodrigues (TL) Leão da Costa (TL) Benjamim Corte-Real (TL) Barbedo Magalhães (PT), Moderador Memória e identidade: Taur Matan Ruak (TL) João Inocêncio (TL/Vat) José Mattoso (PT/TL), Moderador Eduardo Lourenço (PT) Francisco Menezes (PT/TL) Rui Fonseca (PT/TL)

				Rosa Menezes (PT/TL), moderadora	
14h30 – 18h	Entrega do material	12h30 – 14h30	Almoço	Almoço	
		14h30 – 16h	Plenária: Sentimento da Lusofonia Dom Basílio, do Nascimento (TL) Moisés de Lemos Martins (PT), Joaquim Paulo da Conceição (NAG) Regina Helena Brito (BR), Moderadora Luís Filipe Thomaz (PT) Eduardo Namburete (MZ)	Grupos de Trabalho O ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste Filipe da Silva (PT/TL) Fernando Spagnolo (BR/TL) Flávia Mendes Ba (PT)FUP / UNTL	Visita a Maubara
		16h 16h20		Intervalo	
18h	Coquetel de Boas-vindas Com a Comissão da CPLP/TL Dr. J Ramos Horta, Presidente da Comissão	16h20 – 17h30	Cinema de Língua Portuguesa Lucélia Santos (BR) Rui Guerra (MZ/PT)	Grupos de Trabalho Pesquisa sobre Língua Portuguesa em Timor-Leste Finalistas da UNTL Francisco Falcão (BR/TL), Moderador	Noite dos Escritores Mário Prata (BR) Luís Cardoso (TL) José Saramago (PT) Benjamin Abdalla (BR), Moderador Mia Couto (MZ)

Portugal é uma Pátria de fadistas e marinheiros. A prova é de que vamos em qualquer cantiga e acabamos a ver navios. Gonçalo Pereira, Jornal 24 horas (data indeterminada)

Mas como em tudo na vida, o homem sonha, o timorense mata e o sonho desfalece. A grande crise de Timor de abril 2006 colocaria o país, de novo, a ferro e fogo. Pouco propício a convenções internacionais sobre o futuro da língua. O convite não fora reiterado. A oportunidade perdera-se. Poderia conservar a imagem melancólica e suave dos tempos que lá vivi (1973-1975), sem ter de se confrontar com as imagens da destruição de 1999 e subsequentes. O tempo doura todas as pílulas. Quase esqueci o que lá sofri e como a vida seria alterada radicalmente depois de Timor. Permanecia apenas a imagem dos magníficos e únicos pôr-do-sol com a sua multitudine de cores, a beleza da natureza agreste, a natureza bondosa do seu povo.

Nem de propósito, em setembro de 2008 ao rever esta passagem surgira um artigo no qual se confirmavam velhas teses sobre a justiça timorense que tantos problemas deram ao colonizador português. Em Timor, a justiça mediu-se sempre em búfalos de água. O roubo de uma cabra é punido com um búfalo, uma violação custa dois búfalos, e assim por diante, com pequenas variações de zona para zona. Embora a justiça tradicional nunca fosse institucionalizada ela manteve-se na base da vida nas aldeias.

O problema surgiu quando se apronta a fase final do primeiro código penal do país motivando um ministro a lançar uma cruzada a favor lei tradicional a fim de proteger os recursos naturais.

Um terço da população mostra-se convicta que a maior parte desses crimes podem ser melhor resolvidos fora dos tribunais do que dentro deles através da justiça do búfalo de água.

Este sistema aliás vigora já em metade dos distritos de Timor, onde as pessoas se recusam a seguir o desatualizado código penal indonésio em vigor desde 1999.

Antes da invasão indonésia de 1975, a lei portuguesa ignorava a maior parte dos delitos passados fora da capital Dili.

Durante a colonização indonésia a corrupção dos tribunais levou a que as decisões dos juizes não fossem acatadas pela população e esperava-se que tudo melhorasse quando a Indonésia foi expulsa em 1999.

Quando a independência foi promulgada em 2002 após dois anos de mandato da ONU esperava-se a entrada em vigor de novas regras.

A Constituição garante o direito de todos a um julgamento justo e ao direito a um advogado sendo todos considerados inocentes até se provar a sua culpa.

Não existe qualquer menção aos búfalos de água na nova constituição, mas não existem nem advogados nem juizes suficientes ou devidamente treinados para fazer aplicar qualquer lei.

O problema agudiza-se quando se pensa que 50% das mulheres são vítimas de violência e outros crimes pelo que a inexistência de justiça formal pode ter graves consequências. O que pode acontecer é que essas mulheres em vez de irem a um tribunal exigir justiça se desloquem aos anciãos da aldeia em busca de justiça numa sociedade em que o homem é ainda o chefe tradicional.

"A estrada para o inferno é pavimentada de advérbios" Mark Twain (1835-1910), escritor norte-americano

CRÔNICA 20. ADOLESCENTES, 19 MAIO 2006

A maior dos pais de jovens e adolescentes costumam enfrentar atualmente uma situação desconcertante de terem filhos que, por um lado, se comportam irresponsavelmente sem dar importância às coisas que teoricamente lhes deveriam interessar e, por outro lado, manifestam sentirem-se devastados pelo peso dos estudos, pela incerteza do futuro ou até por pequenos reveses do quotidiano. Em vários aspetos da vida parece que nasceram sabendo tudo. Por outro lado, são incapazes de enfrentarem minúsculos contratemplos. Estou deprimido, é uma das expressões mais constantes nesta geração paradoxal. Inconsciência crónica com um excesso de preocupações. Da banalidade despreocupada à angústia paralisante. Como é possível, interrogam-se os pais e educadores, que uns jovens tão pouco dados a levar a vida a sério se tornem em vítimas quando veem as coisas malparadas. Estarão a exagerar? Não se tratará antes dum estratégia de autodesculpa, um recurso para obterem compaixão e evitarem terem de atuar como é costume?

Tudo leva a crer que não é assim. Poucas vezes se trata de excesso de birras e de espanto de crianças malcriadas tentando comover os adultos assustadiços a fim de conseguirem levar a sua por avante. Aumentou substancialmente na última década o número de consultas de adolescentes nos serviços de urgência psiquiátrica. Num hospital de Barcelona as estatísticas indicam em primeiro lugar as alterações de conduta, seguidas das crises de ansiedade com quase 25% do total de casos. Se a estes acrescentarmos os 15% de tentativas de suicídio teremos de admitir que se trata dum problema grave e crescente.



SOBREPROTEGIDOS

Trata-se, de facto, de intolerância à frustração. Muitos jovens não aguentam os revezes porque não foram treinados para

os enfrentarem. Nasceram sobreprotegidos, acostumados a conseguirem da sua família mais próxima tudo aquilo que querem, falta-lhes a experiência de sentirem necessidades ou de passarem pela penúria, carecendo de defesas face às dificuldades. Já se disse e redisse até à saciedade, e com um certo fundamento, que os pais das últimas décadas estão a criar inválidos sem recursos para enfrentarem um mundo regido pela competitividade e pelos elevados padrões de exigência, quer a nível laboral quer profissional como nas relações interpessoais e na integração social. Os adolescentes naufragam no trajeto entre uma infância almofadada que nada lhes exigiu em termos de sacrifícios e um futuro que se lhes apresenta erizado de obstáculos. A geração paterna apenas tem para lhes oferecer a perpetuação desse estereótipo. A sobreproteção e a permissividade excessivas fizeram deles jovens dependentes, sem qualquer autonomia quando se trata de fazer planos, de tomar decisões maduras e de confrontarem os seus próprios problemas.

A maior parte dos pais de jovens e adolescentes costumam enfrentar atualmente uma situação desconcertante de terem filhos que, por um lado, se comportam irresponsavelmente sem dar importância às coisas que teoricamente lhes deveriam interessar e, por outro lado, manifestam sentirem-se devastados pelo peso dos estudos, pela incerteza do futuro ou até por pequenos reveses do quotidiano. Em vários aspetos da vida parecem terem nascido sabendo tudo e por outro lado são incapazes de enfrentarem minúsculos contratemplos. "Estou deprimido" é uma expressão recorrente nesta geração paradoxal. Inconsciência crónica com um excesso de preocupações. Da banalidade despreocupada à angústia paralisante.

Como é possível, interrogam-se os pais e educadores, que uns jovens tão pouco dados a levar a vida a sério se tornem em vítimas quando veem as coisas malparadas. Estarão a exagerar? Não se tratará antes dum estratagema de auto desculpa, um recurso para obterem compaixão e evitarem terem de atuar como é costume? Tudo leva a crer que não é assim. Poucas vezes se trata de excesso de birras e de espanto de crianças malcriadas tentando comover os adultos assustadiços a fim de conseguirem levar a sua por avante. Aumentou substancialmente na última década o número de consultas de adolescentes nos serviços de urgência psiquiátrica.

Num hospital de Barcelona as estatísticas indicavam recentemente, em primeiro lugar, as alterações de conduta, seguidas das crises de ansiedade com quase 25% do total de casos. Se a estes acrescentarmos os 15% de tentativas de suicídio teremos de admitir que se trata dum problema grave e crescente.

Trata-se, de facto, de intolerância à frustração. Muitos jovens não aguentam os reveses porque não foram treinados para os enfrentarem. Nasceram sobreprotegidos, acostumados a conseguirem da sua família mais próxima tudo aquilo que querem, falta-lhes a experiência de sentirem necessidades ou de passarem pela penúria, carecendo de defesas face às dificuldades.

Já se disse e redisse até à saciedade, e com um certo fundamento, que os pais das últimas décadas estão a criar inválidos, sem recursos para enfrentarem um mundo regido pela competitividade e pelos elevados padrões de exigência, quer a nível laboral quer profissional, como ainda nas relações interpessoais e na integração social.

Os adolescentes naufragam no trajeto entre uma infância almofadada que nada lhes exigiu em termos de sacrifícios e um futuro que se lhes apresenta erizado de obstáculos.

A geração paterna apenas tem para lhes oferecer a perpetuação desse estereótipo.

A sobreproteção e a permissividade excessivas fizeram deles dependentes, sem qualquer autonomia quando se trata de fazer planos, de tomar decisões maduras e de confrontarem os seus próprios problemas.

Não será, porém, justo adotar o discurso de serem os pais culpados como acontece hoje em dia com a maior parte dos diagnósticos sobre o mal-estar da juventude e a desventura da adolescência. As famílias apenas em parte são culpadas da irresponsabilidade dos filhos que acabam por pagar com angústias a sua vida mole e não adianta colocar mais esse peso nos ombros dos pais. Eles atuaram movidos pelo carinho mesmo que este se tenha revestido de formas erradas. A maior parte dos jovens deprimidos deixou de buscar apoio e cumplicidade nos amigos como acontecia até há pouco tempo, quando se refugiavam dos pais cheios de defeitos, mas mais eficazes a gerirem a segurança emocional que é necessária nesses momentos.

Muitos especialistas estão de acordo sobre o facto de as causas da intolerância e da frustração nas idades jovens estarem intimamente ligadas aos valores propugnados pelos meios de comunicação. Quando, desde a nascença, um jovem recebe através do televisor, mensagens incessantes sobre o consumo fácil, o êxito assegurado e a felicidade gratuita, não é descabido pensar que alguém os incapacitou para enfrentarem a dura realidade e esse alguém não foi nem o pai nem a mãe, incapazes de negarem todos os seus caprichos. Foram esses meios de comunicação capazes de enganar e de manipular as mentes dos seus recetores consumidores.

A televisão (ou a publicidade que dirige como uma soberana implacável os conteúdos e as formas das suas mensagens) é o agente principal dessa frustração. Que capacidades de enfrentar os problemas podem ter aqueles que durante os anos mais recetivos das suas vidas foram metralhados a todas as horas com promessas de felicidade virtual, de satisfação através do consumo, de êxito imediato, com visões da vida pintada como um show de diversões que nunca termina?

O discurso mediático e mercantil alimenta uma falta de maturidade que só se revela quando a realidade nua e crua mostra a sua face e o jovem constata que nada é como lhe disseram, criando um desajustamento causador de insatisfação e ansiedade extrema. Assim como nos anos 60 e 70 se falava da geração rebelde, nos anos 90 foi a geração Prozac, agora dá a impressão de termos chegado à geração da frustração. Nem poderia ter acontecido doutra forma, mas a evidência não resolve o problema nem serve de consolo. Quando os nossos adolescentes dizem que estão agoniados e deprimidos estão na maior parte dos casos a falar a sério, sofrendo a sério muito mais do que possamos imaginar.

<http://servicios.elcorreodigital.com/vizcaya/pa060514/prensa/noticias/Sociedad/200605/14/VIZ-SOC-046.html> Traduzido de José María Romera, Ilustração: Martín Olmos, Fonte: Pág 92 de El Correo del 14/5/06

E é a propósito deste trecho que convém fazer algumas constatações mais comezinhas. A atual geração não passou por nada em termos de privações familiares como a geração de "baby boomers" a que pertence nascida no pós-guerra (entenda-se 2ª Grande Guerra). A geração rebelde que no fim dos anos 60 se revoltava contra o status quo na França e contra a guerra colonial em Portugal tinha algo contra que lutar. Vivia melhor que a geração de seus pais em termos de conforto e de posses económicas, mas era arrastada para projetos militares que nada lhes diziam e aos quais se opunham porque queriam tomar parte na construção da História em vez de serem arrastados como uma nota de rodapé para essa mesma história tal como acontecera aos seus pais.

Numa conferência sobre educação e sobre conflitos de gerações, o médico inglês Ronald Gibson começou a conferência citando quatro frases:

1) *A nossa juventude adora o luxo, é mal-educada, troça da autoridade e não tem o menor respeito pelos mais velhos. Os nossos filhos hoje são verdadeiros tiranos. Eles não se levantam quando uma pessoa idosa entra, respondem aos seus pais e são simplesmente maus.*

2) *Não tenho nenhuma esperança no futuro do nosso país se a juventude de hoje tomar o poder amanhã, porque essa juventude é insuportável, desenfreada, simplesmente horrível.*

3) *O nosso mundo atingiu o seu ponto crítico. Os filhos não ouvem mais seus pais. O fim do mundo não pode estar muito longe.*

4) *Esta juventude está estragada até ao fundo do coração. Os jovens são malfeitores e preguiçosos. Eles jamais serão como a juventude de antigamente. A juventude de hoje não será capaz de manter a nossa cultura.*

Após ter lido as citações, ficou satisfeito com a aprovação dos espetadores. Então, revelou a sua origem:

- A primeira é de Sócrates (470-399 a.C.)

- A segunda é de Hesíodo (720 a.C.)

- A terceira é de um sacerdote do ano 2.000 a.C.

- E a quarta escrita em um vaso de argila descoberto nas ruínas da Babilónia (atual Bagdad) com mais de 4.000 anos de existência.

Aos que são pais: RELAXEM, POIS SEMPRE FOI ASSIM... GRAÇAS A DEUS!

Depois chegou o 25 de abril e as liberdades misturaram-se inicialmente com as libertinagens em que tudo era permitido e os jovens dos anos 70 e 80 nasceram com o rei na barriga, nada era proibido, tudo era permitido e assim sendo podiam

almejar a uma sociedade sem classes em que todos tinham acesso ilimitado a todos os bens e seriam felizes de então e até todo o sempre. As crises económicas que atravessaram o mundo não se fizeram sentir nesta Europa Ocidental (exceção feita à crise do petróleo de 1972) e a máquina da publicidade assenhoreou-se da televisão e demais órgãos de comunicação social moldando aquilo que hoje temos em casa ou que dela saíram há pouco.

Por mais que lhes tenhamos dito que a vida era feita de sacrifícios eles não passaram pelas nossas experiências dolorosas, nem as viram nem as sentiram. Frequentar uma universidade não era um apanágio de elites, nem mesmo frequentar universidades privadas era já considerado elitista. Os cursos facilitaram o acesso a canudos que ainda tinham a fama de servirem para distinguir entre os que vencem na vida e os outros, embora na prática começasse a ser diferente.

As classes sociais esbateram-se e o grande fosso entre os que tinham e os que não tinham passou a ser uma memória do passado. Claro que como pais fizemos o que nos competia dando o máximo de bens materiais aos nossos filhos, já que no nosso tempo não tínhamos tido livre acesso aos mesmos. Aproveitámos também para nos rodearmos desses mesmos bens e deixamos de poder viver sem eles. Parecia uma sociedade de abundância e parecia não haver limites ao que os nossos filhos podiam aspirar a ter. A pressão dos pares a nível social e movida pela insaciável máquina da publicidade ajudou-nos a comprar tudo e mais alguma coisa. Só que quando a árvore das patacas seca, i.e., quando os filhos saem de casa dão-se conta que as pequenas coisas têm um custo e a vida está feita de pequenas coisas, o que os irrita profundamente porque quando chega a altura das grandes coisas já não há dinheiro para nada. Como crianças mimadas que são em vez de lutarem por trabalhar mais e ganhar mais queixam-se, entram em depressão e sofrem, mas apáticos ficam na inação em vez de ação e deprimem-se ainda mais. Para eles tudo é um direito divino que compete aos pais satisfazer e quando os progenitores não podem ou não querem continuar a alimentar essa ilusória vida fácil a que os habituaram eles sentem-se traídos pela sociedade e pela família. Mas o que eles não sabem é que um dia irão ter de pagar pelas dívidas que o mundo e a sociedade dos seus pais lhes deixaram, porque então aí sim teriam razão para se sentirem deprimidos, mas ainda não chegaram lá e não se preocupam. Parece a história deste país que habito, mas não é.

CRÓNICA 21 AS FESTAS,

21.1. AS FESTAS DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES. 21 maio 2006

Como esta era a primeira vez que estava aqui presente e nada sabia sobre estas festividades do Santo Cristo dos Milagres, resolvi fazer uma busca na rede e incluir aqui excertos modificados do que ali encontrei.

QUE SENTIDO TÊM, OU PODEM TER, AS FESTAS DO SENHOR SANTO CRISTO? "Várias respostas são possíveis, conforme o ponto de vista que se adote. Como pastor, fixar-me-ia no sentido teológico da Paixão de Jesus, que nos dá uma imagem diferente de Deus, a não confundir com os deuses, fabricados por mão humana. Quando os homens 'criam' deuses, fazem-nos onipotentes e inflexíveis. A sugestiva Imagem do Senhor Santo Cristo representa um Deus Onipotente pelo amor. O verdadeiro rosto do Deus vivo e verdadeiro, revelado por Jesus Cristo, é o Amor: amor que se faz próximo, que partilha a dor e se faz serviço gratuito e solidário. A Paixão de Jesus é a paixão de Deus pela humanidade. A grandiosa procissão do Senhor Santo Cristo, expressão de fé e também cortejo civil, representativo da sociedade, constitui uma homenagem pública, crente e não-crente, à Pessoa de Jesus, cuja mensagem de amor está na raiz da nossa matriz cultural. A fraternidade não é apenas estratégica. É paradigma de convivência social. O gesto comunitário de levar a Imagem do 'Ecce Homo' em procissão, a ser autêntico, compromete-nos a sermos todos mais solidários, no pensar e no agir."

D. ANTÓNIO S. BRAGA, Bispo de Angra

E A CÓLERA DIVINA SE APLACOU...No Convento da Caloura, em Água de Pau, começa a história do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em S. Miguel. Reza a tradição que foi neste lugar que se erigiu o primeiro Convento de religiosas nesta ilha, cuja fundação se deveu à piedade das filhas de Jorge da Mota, de Vila Franca do Campo. A criação desta comunidade implicou uma ida a Roma de duas religiosas para pedir a respetiva Bula Apostólica.

O Sumo Pontífice não só concedeu a ambicionada Bula como ainda lhes ofereceu uma Imagem do Ecce Homo. No ano de 1700, a ilha de S. Miguel foi abalada por fortes e sucessivos tremores de terra durante vários dias. Em 13 de abril, a mesa da Misericórdia e grande parte da nobreza da cidade de Ponta Delgada percorreram, em procissão, todas as igrejas até chegarem ao Mosteiro da Esperança. A Imagem do Ecce Homo começava a ganhar dimensão popular... Hoje em dia, o culto do Ecce Homo é um dos maiores pilares da fé açoriana que une os mais fiéis e os menos crentes.

No ano de 1700, a Ilha de S. Miguel foi abalada por fortes e repetidos tremores de terra. Duravam estes já vários dias quando a Mesa da Misericórdia e grande parte da nobreza da cidade, vendo que os terramotos não cessavam, resolveram ir à portaria do Mosteiro da Esperança para levarem em procissão a Imagem do Santo Cristo. Ao princípio da tarde desse dia 13 de abril de 1700, juntaram-se as confrarias e comunidades religiosas. Concorreu igualmente toda a nobreza e inumerável multidão que, com viva fé, confiava se aplacaria a indignação divina com vista da santa Imagem.

Caminhava já a procissão em que todos iam descalços; e logo que a veneranda Imagem se deixou ver na portaria, foi tão grande a comoção em todos que a traduziram em lágrimas e suspiros, testemunhos irrefragáveis da contrição dos corações. Levaram o andor do Santo Cristo as pessoas mais qualificadas em nobreza. Andando a procissão, ia a veneranda Imagem entrando em todas as igrejas onde, em bem concertados coros, Lhe cantavam os salmos "Miserere mei Deus". Saindo da Igreja dos Jesuítas, e caminhando para a das Religiosas de Santo André, não obstante toda a boa segurança e a cautela com que levavam a santa Imagem, com assombro e admiração de todos, caiu esta fora do andor e deu em terra. Foi esta queda misteriosa, porque não caiu a Imagem por algum dos lados do andor, como era natural, senão pela parte superior do dossel.

O povo ficou aflito com sucesso tão estranho. Uns feriam os peitos com as pedras; outros, pondo a boca em terra, que julgavam santificada com o contacto da santa Imagem, pediam a Deus misericórdia; estes, tomando os instrumentos de penitência, davam sobre si rijos e desapiedados golpes, regando a terra com o sangue das veias; aqueles publicavam em alta voz as suas culpas, como causas da indignação do Senhor; e todos, com clamores e enternecidos suspiros, pediam a Deus que suspendesse as demonstrações da sua justa vingança. Verificaram, então, que a santa Imagem não experimentara com a queda dano considerável, pois somente se observou no braço direito uma contusão. A Imagem foi lavada e limpa no Convento de Santo André e, colocada outra vez no andor com a maior segurança, continuou a procissão, na qual as lágrimas e soluços do povo aflito embargavam as preces, até que, bem de noite, se recolheu no Mosteiro da Esperança. E a cólera divina se aplacou.

Madre Teresa da Anunciada nasceu e foi batizada no dia 25 de novembro de 1658, na freguesia de São Pedro da então vila da Ribeira Grande. Entrou para o Convento da Esperança onde iniciou o seu noviciado, em 19 de novembro de 1681, vindo a fazer os votos solenes em 23 de julho de 1683. Morreu, com fama de santidade, em 16 de maio de 1738. O Prelado da Diocese de Angra deu início ao processo jurídico sobre a Vida e Virtudes de Madre Teresa, em 5 de maio de 1738; nesse mesmo ano, em 6 de agosto, o Provincial dos Franciscanos nos Açores deu início ao processo jurídico da Vida e Virtudes de Madre Teresa, feito pela Ordem de São Francisco. Há poucos anos, circulou, entre a população açoriana, um abaixo-assinado, dirigido ao Santo Padre, do seguinte teor:

"O povo dos Açores tem um grande amor e devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Amor e devoção que ultrapassaram em muito as fronteiras da Região, porquanto em todos os países da diáspora açoriana se celebram Festas em honra do Senhor Santo Cristo e são muitos milhares os que, de quase todo o mundo, se deslocam todos os anos em peregrinação de súplica ou ação de graças ao Senhor.

Tudo começou com uma Religiosa Clarissa, Madre Teresa da Anunciada que, no silêncio do Convento, recebeu um apelo especial para honrar e desagrar o Senhor na Sua Flagelação representado na Imagem do Ecce Homo.

A partir, sobretudo de 1700, o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres tomou tal grandeza que, desde então, nunca mais esfriou. As graças e os milagres têm sido uma constante. Madre Teresa da Anunciada foi um instrumento para ajudar a recordar aos homens que Deus é solidário com o Seu povo.

Monja de vida austera e intrépida na sua fé, pela oração intensa, pelo seu amor a Jesus e à Eucaristia e pela sua devoção a Maria Santíssima, é tida como modelo de santidade e considerada a grande intercessora junto do Senhor que tanto amou.

Por isso, junto a minha voz à de muitos sacerdotes e fiéis, implorando a Vossa Santidade seja concedido o "nihil obstat" para a organização do Processo de Beatificação da Serva de Deus a fim de ser elevada à honra dos altares, assim o espero".

O Reitor do Santuário da Esperança, Monsenhor Agostinho Tavares, anunciou que vai solicitar a intervenção junto da Santa Sé do novo Bispo dos Açores, D. António Braga, no sentido da beatificação de Madre Teresa da Anunciada cujos restos mortais se conservam numa pequena urna na Capela do Senhor Santo Cristo, no Mosteiro da Esperança. Em fins do séc. XIX, ou começos do XX, um dos bispos de Angra mandou abrir a caixa, que ainda hoje se conserva no coro baixo do Convento da Esperança e que contém os despojos mortais de Madre Teresa da Anunciada. Removida que foi a respetiva cobertura, logo se evolou um magnífico e inexplicável aroma. Poderá alguém, mais exigente, não querer aceitar o facto. O certo é, porém, que da vida da Madre Teresa se evola um perfume que resiste a todas as inconseqüências dos homens, a todos os desvios de alguns devotos, certamente sinceros, mas pouco esclarecidos.

O pai de Teresa de Jesus (mais tarde, Teresa da Anunciada) foi Jerónimo Ledo de Paiva, nascido na Ribeira Seca da Ribeira Grande, em julho de 1601. A mãe foi Maria do Rego Quintanilha, batizada na paroquia de S. Jorge, da Vila do Nordeste, em 11 de agosto de 1614. A prolongada doença de Jerónimo Ledo de Paiva, que acabou por vitimá-lo, numa sexta-feira, 24 de janeiro de 1666, foi a grande desgraça que se abateu sobre esta família, de treze filhos, sendo Teresa a mais nova. Foi sua irmã, Joana de Santo António, que fez os impossíveis até conseguir que Teresa de Jesus entrasse no Convento de Nossa Senhora da Esperança.

Quando Teresa chegou à idade de aprender a ler, sucedeu que veio por essa ocasião do Brasil seu irmão, Frei Simão do Rosário, para descansar alguns meses e restabelecer-se das extenuantes missões pelo sertão brasileiro. Ensinou a ler as irmãs mais moças e Teresa deliciava-se com a leitura da vida de santos,

em especial as "Meditações de Santa Brígida". Quando chegou o dia da profissão de Teresa, a procissão de ingresso que se organizou com luzido acompanhamento, saiu da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, do Convento dos Franciscanos, para a de Nossa Senhora da Esperança. Sobressaía a figura de Teresa de Jesus que, nesse momento, já estava crismada com o nome que a devia celebrar - Teresa da Anunciada.

A família, os convidados e o conjunto musical, acompanhados de alegre repicar de sinos das torres de várias igrejas circunvizinhas, festejavam este acontecimento. Quando Teresa entrou para o Mosteiro da Esperança, estava no coro baixo, a um lado, num pequeno altar, uma imagem do Senhor, no passo do "Ecce Homo", que tinha um registo a tapar a abertura do peito, pois outrora servira de sacrário. A pedido de sua irmã, Joana de Santo António, Teresa conseguiu um novo altar para a Imagem que foi a encarnar. Pediu a Madre Jerónima do Sacramento, do Convento de Santo André, de Ponta Delgada, que fizesse uma cana de flores de seda, para ornar o Senhor quando regressasse ao seu novo altar.

A Imagem do Senhor Santo Cristo estava no seu novo altar, mas o teto do coro era formado pelo soalho do coro-alto que, além de velho, tinha muitas frinchas que deixavam passar o pó, além do barulho que se sentia quando se andava no coro-alto. Teresa conseguiu que fosse construída uma Capela e, a seu pedido, D. Pedro II, por alvará de 2 de setembro de 1700, concedeu uma tença de doze mil réis, para manter acesa, dia e noite, uma lâmpada de azeite diante do altar do Senhor Santo Cristo. Nenhuma dessas capelas chegou aos nossos dias, mas, sim, uma terceira, mandada construir posteriormente e que foi benziada a 22 de março de 1771.

Foi por esta época que Madre Teresa da Anunciada desejou que a Imagem do Senhor saísse em procissão, passando por todas as igrejas e conventos da cidade. Por intermédio do Conde da Ribeira Grande, obteve licença do Prelado, D. Frei António de Pádua, e a primeira procissão do Senhor Santo Cristo realizou-se a 11 de abril de 1700, segundo o investigador Urbano de Mendonça Dias. (O investigador mais recente Luciano Mota Vieira invocou pesquisas que fazem recuar para 1698 a primeira procissão. O cortejo repetiu-se em abril de 1700 e foi esta data que, durante muito tempo, foi apontada como sendo a da primeira procissão).

A devoção que esta procissão despertou foi tal que nunca mais deixou de se realizar, salvo uma ou outra vez, por efeito de mau tempo. É a maior devoção que se realiza em terras portuguesas. Madre Teresa parece que não teve velhice, tal a energia que manteve até ao fim da vida. A última doença prostrou-a aceleradamente. Os jejuns, os cilícios, as penitências e uma cama feita com uma enxerga de palha sobre ramos, parece que nunca lhe tiraram as forças do corpo e lhe fortaleceram as da alma. A doença que a vitimou não foi longa. Pressentiu a morte que chegou ao amanhecer de sexta-feira, dia 16 de maio de 1738. Teresa ia completar, em novembro seguinte, 80 anos de idade.

A devoção que Teresa da Anunciada tão intensamente sentiu por Cristo no passo do "Ecce Homo" foi dando, através dos séculos, novas ressonâncias ao culto do Senhor, a ponto de ter chegado aos nossos dias, com notável influência na espiritualidade do nosso Povo. A 16 de maio de 1954, foi colocada uma lápide comemorativa na casa onde nasceu a Madre Teresa, sítio à Rua do Torninho, na Ribeira Seca. A 12 de maio de 1963, foi inaugurado, junto à igreja da Ribeira Seca, um busto da Madre Teresa, da autoria do escultor Numídico Bessone. Em dezembro de 1992, Madre Teresa da Anunciada foi oficialmente designada Patrona da escola n.º 5 da Ribeira Seca. A grande estátua da Madre Teresa, junto ao Santuário do Santo Cristo, em Ponta Delgada, foi inaugurada em 26 de maio de 1984.

Por haver discrepância quanto à data da primeira procissão se transcreve o que o autor Daniel de Sá longamente escreveu sobre o tema:

1698 – Primeira procissão

Naquela que é considerada a primeira procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, embora a intenção fosse apenas a visita da imagem aos outros conventos de Ponta Delgada, as ruas foram atapetadas com flores de um modo algo espontâneo, tendo participado muitas pessoas do clero, da nobreza e do povo. No entanto têm persistido opiniões diferentes acerca do ano em que teria acontecido este cortejo. A maior parte, seguindo Urbano de Mendonça Dias, aponta o ano de 1700 como aquele em que esta manifestação de fé teria ocorrido. Outros, e conforme investigação de Luciano da Mota Vieira, aceitam que a mesma tenha acontecido em 1698.

Há um claro erro na conclusão a que chegou o ilustre investigador Mendonça Dias. E isto deveu-se, sem dúvida, a que a cronologia fornecida pelo padre José Clemente é caótica ou inexistente, porque Madre Teresa raramente situou no tempo os acontecimentos que recordou nas suas memórias. Mas, não tendo nós informação explícita sobre o dia da semana nem quanto ao ano, sabemos, no entanto, que o cortejo foi a onze de abril. Eis, porém, o que a certa altura diz o biógrafo de Madre Teresa: "Em último lugar ia o púlpito com o Santo Lenho, a que acompanhava uma tão numerosa multidão de povo, que os oficiais deixaram o trabalho, os mercadores as lojas e os forasteiros as vilas e lugares circunvizinhos."

Esta descrição anula claramente a hipótese de que essa procissão se tivesse realizado num domingo. Era impensável em 1700 que os "oficiais" estivessem no seu trabalho ou os mercadores com as lojas abertas. ("Oficial" era aquele que tinha um ofício manual, um artífice. Ainda em meados do século XX uma testemunha idosa, num julgamento na Ribeira Grande, ao identificar-se declarou a profissão como sendo "oficial campónio".) E onze de abril de 1700 foi um domingo, e nem sequer um domingo vulgar, mas o da Páscoa. O erro de Mendonça Dias ter-se-á devido ao facto de o padre José Clemente misturar o anúncio da procissão e a descrição da mesma a outros acontecimentos claramente datados. Um é o da morte da rainha Maria Sofia, segunda mulher de D. Pedro II, em 4 de agosto de 1699; o outro é o de um barco de carga (charrua), que partira para Lisboa em outubro desse mesmo ano e só regressou a Ponta Delgada em março do seguinte. A conclusão aparentemente lógica seria a de julgar que esse onze de abril era, pois, o de 1700. Mas se Urbano de Mendonça Dias tivesse notado que se tratava de um domingo, de certeza que haveria corrigido a sua opinião.

No entanto, não deverá haver grandes dúvidas de que a procissão terá sido numa 6ª-feira. E isto porque Madre Teresa honrava sempre a sexta-feira, o dia da Paixão do Senhor, de um modo muito especial, inclusivamente quando começava alguma obra para o Senhor Santo Cristo. Foi o que aconteceu por exemplo com o lançamento da primeira pedra e início da construção da segunda capela. E eis o que diz José Clemente, a propósito da morte de Madre Teresa: "Era o dia de sexta-feira, dia dedicado ao Senhor e de tanta devoção para a venerável Madre, que sempre nele recebia de Deus algum favor especial, e justo era que nele alcançasse o último como coroa dos seus merecimentos." E em outro passo escrevera: "Era o dia de sexta-feira e deste dia em diante sempre em semelhantes dias recebia Teresa algum favor especial." E ainda, transcrevendo uma conversa da Madre com o Senhor, diz a certa altura: "Até sexta-feira, que é dia Vosso, espero que há de chegar a este porto."

Desde que Madre Teresa da Anunciada foi admitida no convento da Esperança, em 20 de junho de 1682, onze de abril foi em 6ª-feira nos seguintes anos: 1687, 1692, 1698, 1704, 1710, 1721, 1727, 1732 e no ano da sua morte, 1738.

A primeira referência a este dia é feita a propósito de algo difícil de explicar para o entendimento da religiosa. Havendo percebido falta de pão para o jantar dos catorze "oficiais" que trabalhavam na capela do Senhor, depois de uma fervorosa oração terá dado com o armário cheio dele e da melhor qualidade. E de certeza quase absoluta que tal não aconteceu em 1687, menos de cinco anos depois de Madre Teresa ter sido admitida como noviça, pois ainda não teria havido tempo de se impor ao respeito das demais religiosas e da comunidade leiga, de modo a que já se atrevesse a obra tão dispendiosa como aquela em que estava empenhada. E o tempo para chegar a esse ponto da sua atividade abrevia-se muito mais, se tomarmos em conta que foi sua irmã Joana que a entusiasmou a promover o culto da sagrada imagem. Ora D. Joana terá entrado no convento em 1685, morrendo um ano e meio depois, em doze de dezembro, numa quinta-feira, parecendo que todas as principais diligências na dignificação do culto por parte de Madre Teresa aconteceram estando a irmã já morta. Por outro lado, e depois de narrar a procissão, há cerca de trinta páginas dedicadas pelo padre José Clemente a outros acontecimentos, até chegarmos a um que volta a situar-nos na história desse tempo. Trata-se do envio à corte de uma carta do conde da Ribeira Grande, pedindo uma tença de doze mil réis para o azeite da lâmpada do Senhor Santo Cristo. Foi portador dessa carta "um sargento-mor da obrigação do Conde" "que passava à Espanha como militar na guerra que oprimia toda a Europa". Era essa a guerra da Sucessão de Espanha, pelo o que o episódio terá acontecido entre 1704 e 1706, uma vez que a Espanha declarou guerra a Portugal em 30 de maio de 1704, tendo D. Pedro II avançado em direção à fronteira logo nesse ano. O exército português acabou por invadir o país vizinho em 1706, e proclamou em Madrid como rei o arquiduque da Áustria, filho do imperador Leopoldo da Alemanha, com o nome de Carlos III... o qual, no entanto não figura na lista dos reis de Espanha.

Perante isto, teremos de concluir que a primeira procissão do Senhor Santo Cristo foi antes de 1704, restando-nos as datas de 1692 e 1698. E, como a sexta-feira, onze de abril, em que aconteceu aquilo que é considerado o milagre do pão, foi anterior à procissão, encontramos deste modo as datas de onze de abril de 1682 como o dia do dito milagre, e a sexta-feira, onze de abril de 1698, o da primeira procissão. E faz todo sentido que Madre Teresa, segundo o que ela disse ter sido inspiração do Senhor, houvesse escolhido o primeiro aniversário daquele milagre a coincidir com 6ª-feira para realizar a procissão. Tanto mais que ela sempre associou a Paixão à Ressurreição, e essa sexta-feira foi a que se seguiu ao domingo de Pascoela.

Houve também quem julgasse possível ter havido uma segunda procissão em 1700, o que parece tratar-se apenas de uma tentativa de harmonização de ambas as teses, mas que não tem qualquer fundamento na tradição ou suporte documental. Para além da procissão de penitência de 1713, por causa dos tremores de terra que houve na ilha, não há o menor indício de outras.

Daniel de Sá.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança foi o primeiro Convento de Freiras que se erigiu em Ponta Delgada. A sua construção foi iniciada em vida do seu fundador, o Capitão Donatário Rui Gonçalves da Câmara (Rui II) que, depois do terramoto de 20 de outubro de 1522, que arrasou Vila Franca do Campo, passou a residir em Ponta Delgada que já era vila desde 1499. Sua mulher, D. Filipa Coutinho coadjuvada por vários fidalgos, conseguiu concluir as obras, interrompidas ao tempo da morte do fundador, ocorrida em 20 de outubro de 1535. Foi em 23 de abril de 1540 que as freiras deixaram o Convento da Caloura, trazendo a Imagem do Senhor Santo Cristo, e vieram habitar o Mosteiro da Esperança.

Na segunda metade do séc. XVII, o Convento da Esperança começou a beneficiar de grandes melhoramentos: os célebres azulejos que ainda hoje se encontram no coro baixo, são da autoria de António de Oliveira Bernardes; a talha da Capela do coro baixo é atribuída a Miguel Romeiro que, em sonhos, a ideara; a decoração do teto da igreja e da primitiva talha da Capela-mor e dos altares laterais foi realizada, em 1658, pelo pintor micalense Manuel Pinheiro Moreira, irmão da Ordem Terceira de S. Francisco, em Ponta Delgada, e professor de pintura de suas próprias filhas.

No ano de 1723, havia na Esperança 102 freiras e 57 noviças, pupilas e servas. Em 1821, a população do Mosteiro era de 108 senhoras - 42 freiras professoras, 36 seculares sem dispensa e 30 fâmulas. Em 1865, havia 72 senhoras, sendo 9 religiosas da Esperança, 11 do Convento da Conceição, uma do Convento de S. João, uma do Convento do Bom Jesus da Ribeira Grande, uma do Convento de Santo André de Vila Franca, 16 meninas que serviam no coro, uma secular, duas senhoras que não faziam serviço, vinte e uma servas da comunidade e onze servas particulares. As Religiosas de Maria Imaculada foram o quarto instituto a ocupar o Convento da Esperança.

A última religiosa clarissa, a Madre Abadessa Maria Vicência Cabral, faleceu em dezembro de 1894. Já então havia recolhidas que vestiam hábito e continuavam os usos conventuais, não obstante os reparos da imprensa periódica, ainda presa aos decretos antimonásticos de maio de 1832. Com o Bispo D. António Meireles, na terceira década do presente séc., vieram as Visitandinas, a que sucedeu a Congregação de São José de Cluny. Constituído o seu colégio,

conforme risco do arquiteto micalense João Rebelo, na Rua Agostinho Pacheco, coube às Religiosas de Maria imaculada ocupar o Convento, em cuja recuperação trabalharam como operárias.

Tinham as Clunícenses confiado à Madre Maria do Carmo o cuidado da Capela do Santo Cristo, dizendo a sua superiora que ninguém melhor do que uma açoriana saberia ocupar-se daquele recinto. A Madre Maria do Carmo era micalense, sobrinha de Mariano Victor Cabral, notável redator do "Diário dos Açores". As Religiosas de Maria imaculada, que ocupam, atualmente, o lugar das antigas Clarissas, ali presentes de 1541 a 1894, têm sido extremamente atentas ao significado espiritual do Convento e têm dado aos reitores do Santuário uma excelente cooperação.

Em abril de 1959, o então Bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho, declarou Santuário Diocesano a Igreja do Santo Cristo. Eis um extrato desse decreto episcopal:

"Dom Manuel Afonso de Carvalho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo de Angra e Ilhas dos Açores:

(...). Para que este culto de Jesus Cristo Rei não esmoreça e a Paixão do Senhor absorva plenamente as almas, sem que surja qualquer vislumbre de prática ou ato menos conforme com o espírito e orientação da Santa Igreja, havemos por bem:

- 1) Declarar a Igreja do Santo Cristo dos Milagres Santuário Diocesano e confiar a sua administração a um sacerdote especialmente designado por Nós;
- 2) Recomendar a todos os reverendos párocos e Sacerdotes que incutem nos fiéis o verdadeiro espírito de piedade e fervor para com o Santo Cristo, prevenindo-os dos perigos por ocasião da festa anual, a fim de que todas as suas ações sejam para a maior glória do Senhor;
- 3) Exortar todos os Açorianos, de qualquer categoria que sejam, a que, nas horas de tribulação como nas de bonança, invoquem, com verdadeiro espírito de fé, o Senhor Santo Cristo e Lhe peçam que Lhes conserve a pureza do coração, a resignação nos infortúnios e, dum modo especial, a graça para levarem uma vida conforme com a vontade do mesmo Senhor, a fim de um dia O poderem aclamar no seu Reino de glória.

Dado em Angra e Paço Episcopal, aos 22 de abril de 1959."

O Convento da Esperança foi edificado, na primeira metade do séc. XVI, por iniciativa de Filipa Coutinho, viúva do Capitão Donatário Rui Gonçalves da Câmara. Os terrenos necessários para a Igreja e para a cerca haviam sido doados por Fernando Quental e sua mulher, Margarida de Matos. A linha nascente do Campo de S. Francisco, já na segunda metade do séc. XVI, teve a orientação atual, porque Cristóvão de Matos Quental, descendente de Fernando de Quental, mandara construir, por volta de 1609, nas suas casas, daquele lado, a Ermida de Nossa Senhora da Ressurreição, também conhecida por Senhora da Soledade.

No lado poente, no início do séc. XVI, já havia uma Ermida de Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Câmara Municipal. No local dessa Ermida, foi erguido o primeiro Convento de franciscanos, como se lê na "Crônica da Província de S. João Evangelista", de Frei Agostinho de Mont'Alverne. As obras para o atual Convento e igreja dos franciscanos começaram em 1709. A parte do Convento estendia-se para o lado sul, com um adro mais alto do que a rua. Com a extinção das ordens religiosas, foi instalado nesta parte sul, o hospital da Santa Casa da Misericórdia, em 1834.

O Campo de São Francisco foi, em tempos antigos, teatro de grandes festas. No final do séc. XVIII, quando ali já existiam as casas da Família Marques Moreira, então pertencentes a Dr. António Francisco de Carvalho, realizaram-se grandes festejos para comemorar o nascimento de uma princesa, filha de D. João VI. Houve, então, um "brinco militar" - paródia guerreira - e um "brinco de touros" e uma "encamisada" - cavalgada de 200 homens, vindos de S. Roque.

A parte sul do campo era limitada, em parte, pelo Castelo de S. Brás e, em parte, por casas cujas traseiras davam para o Corpo Santo. O aspeto do Campo de S. Francisco mais próximo do atual foi dado, por volta de 1825, pelo Governador Militar Brederode que o mandou arborizar, e colocar banquetas em redor. Até então, era o Campo do Dízimo, passando, a partir dessas obras, a ser local de recreio e de exercícios e paradas militares. A sul do mesmo campo, havia uma fonte monumental. As armas da cidade, esculpidas em mármore e que havia na parte central dessa fonte, vieram de Lisboa e foram colocadas em fins de 1849.

Em 9 de setembro de 1868, o Campo foi aterrado e nivelado de novo, sendo então cortado o adro do Convento dos Franciscanos, para aí ser rasgada uma rua que ligaria diretamente com a Praça. Ainda em 1870, houve, no Campo de S. Francisco, uma exposição de gado. Neste mesmo ano, e na esplanada rente ao Castelo, José Lopes do Rosário (popularmente conhecido por "Rei dos Tambores"), deu ali espetáculos de circo, com macacos e ursos. No sábado, 2 de julho de 1870, houve, no Campo, exercícios de fogo de peça e de espingarda, pelos marinheiros da corveta "Duque de Palmela". Em março de 1871, houve uma subscrição pública para alindar o Campo, iluminá-lo a petróleo e dotá-lo com um quiosque, ao centro. As obras de alinhamento começaram no mês seguinte, tendo a Câmara plantado novas árvores.

O coreto - uma construção leve, rendilhada, de madeira, imitando um pagode chinês - foi inaugurado no dia 12 de maio de 1871. Segundo Bretão Ribeira (pseudónimo de Joaquim Maria Cabral, in "Açores", 1951), o coreto seria da autoria de Pedro Paulo que também foi autor do edifício da Agência do Banco de Portugal, em Ponta Delgada, de que foi diretor. Outros afirmam que o quiosque foi projeto dos irmãos José e Ernesto do Canto. Este belo coreto foi pasto de um incêndio, ao meio-dia de 24 de maio de 1957. Estava já todo ornamentado e com a respetiva instalação elétrica, pronto para as festas, quando uma roqueira, lançada perto, caiu na cúpula. O fogo propagou-se rapidamente às centenas de flores de papel de cera que revestiam completamente o coreto. Os bombeiros conseguiram salvar apenas a estrutura que, coberta apressadamente de verduras, serviu nas festas daquele ano. O antigo coreto foi substituído, anos depois, pelo atual, uma pesada estrutura de cimento, muito longe da graciosidade, leveza e harmonia daquele que ardeu. O primeiro carrossel que apareceu no Campo de S. Francisco, pelas Festas do Senhor, foi em 1884, e pertencia a Manuel Coelho Lourenço, da Ilha Terceira, donde o trouxera. Vendera-o a Cândido José Xavier Jr., que o vendeu, por sua vez, a João Diogo, por 60\$000 réis insulanos, ficando conhecido, por isso, pelo nome de "cavalinhos de mestre João Diogo".

A 7 de abril de 1886, começou a demolição de parte da cerca do Convento da Esperança, para a abertura da Avenida do Coliseu, hoje denominada de Roberto Ivens. Por esse motivo, em junho desse ano, procedeu-se à exumação de 80 cadáveres de freiras, que foram depositados no Cemitério de S. Joaquim, construído em 1846. A 26 de outubro de 1886, ficaram concluídas as três escadas, mandadas construir pela Câmara Municipal, em frente dos pórticos da Igreja de S. José. O lajeamento em frente do hospital e da igreja começou a 10 de novembro de 1886. Na segunda-feira, 15 de novembro de 1886, começaram as obras do atual pórtico do hospital.

Numa ilha de vulcões em atividade constante e de sismos frequentes, a devoção era o único refúgio do povo, através do culto do Divino Espírito Santo e ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. A devoção que Teresa da Anunciada, venerável religiosa do Convento de Nossa Senhora da Esperança, tão intensamente sentiu por Cristo, marcou profundamente a alma do povo, de tal modo que o culto ao Senhor, através da procissão com a imagem, se expandiu e fortaleceu ao longo dos séculos.

É, hoje em dia, a maior procissão, a mais grandiosa e a de maior devoção que se realiza em terras portuguesas. No coração de cada açoriano, disperso pelo mundo, há um altar de culto eterno ao Senhor Santo Cristo, onde as suas preces mantêm permanentemente acesas místicas velas de imperecível devoção e saudade. Daí a presença de milhares de açorianos que vêm participar, todos os anos, de Portugal, dos Estados Unidos da América, do Canadá e, naturalmente, das outras ilhas, nas grandes Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, numa autêntica e profunda manifestação de fé e devoção. Semanas antes da procissão, o Mosteiro da Esperança e a Praça 5 de Outubro são preparados e enfeitados festivamente com milhares de lâmpadas multicores, mastros e bandeiras, flores de todas as espécies e cores que conferem ao recinto um deslumbrante ar de festa.

As Festas duram vários dias. Sucedem-se os serviços religiosos e os concertos. Na tarde de sábado, há pessoas que andam à volta da Praça, de joelhos, sobre as pedras do pavimento ou, então, carregadas de círios de cera, num agradecimento pela graça recebida do Senhor numa hora de aflição e sofrimento. Depois, no domingo, milhares de pessoas incorporam-se na procissão. A abrir, o guião, com a coroa de espinhos dourada, depois duas longas filas de homens com opas, muitos com grossos círios votivos, outros descalços, no cumprimento de promessas, interrompidos por grupos de filarmónicas. Seguem-se associações juvenis transportando guiões de cores garridas, crianças vestidas de anjos, alunos do seminário, o clero micalense e alguns sacerdotes convidados, todos eles a precederem a veneranda imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, transportada sob um dossel de veludo e ouro, num trono de lindíssimas flores de seda e pano, tecidas no séc. XVIII.

Após a veneranda imagem, seguem-se os dignatários da Igreja Católica, representantes das congregações religiosas sediadas em S. Miguel e muitos milhares de senhoras, no cumprimento de promessas. A fechar o extenso cortejo, seguem-se as mais altas autoridades militares e civis, representações e associações sociais e desportivas. A grande procissão recolhe, já quase noite, após cinco horas de circulação pelas principais ruas de Ponta Delgada. O corpo principal do Tesouro do Senhor Santo Cristo dos Milagres é constituído pelas seguintes joias: o Resplendor, a Coroa, o Relicário, o Cetro e as Cordas.

Frutos dos mistérios da Fé, sinais da gratidão dos mortais pelos milagres que os ajudam a caminhar pela vida, o Ex-líbris do Tesouro, o RESPLENDOR é a peça mais rica do espólio. Fotografado e documentado por especialistas internacionais em arte, foi recentemente considerado, num congresso em Valladolid, Espanha, a peça mais valiosa do seu género em toda a Península Ibérica. O RESPLENDOR, em platina cromada de ouro, pesa 4,850 gramas e está incrustado de 6.842 pedras preciosas de todas as qualidades: topázios, rubis, ametistas, safiras, etc.

Além do valor artístico, esta joia está carregada de elementos simbólicos ligados à teologia.

O primeiro é a da Santíssima Trindade, representada por um triângulo no centro que contém três caracteres com o seguinte significado: "Sou o que Sou" e também "Pai, Filho e Espírito Santo". Deste triângulo irradiam os resplendores para as extremidades da peça.

O segundo elemento é a Redenção de Cristo, representada pelo cordeiro sobre a cruz e pelo livro dos Sete Selos do Apocalipse. Um terceiro é a Eucaristia, simbolizada por uma ave, o pelicano, pelo cálice e pelo cibório. O último elemento simbólico do RESPLENDOR é a Paixão de Cristo passando pela coroa representada em pormenor: desde a túnica ao galo da Paixão, passando pela coroa de espinhos integralmente feita de esmeraldas.

Se o Resplendor é a joia mais rica do Tesouro, a COROA é a sua peça mais delicada. Em ouro, pesando apenas 800 gramas, possui 1.082 pedras preciosas, todas elas trabalhadas com minúcia, onde os próprios espinhos são pequeníssimas pedras que diminuem de tamanho nas extremidades.

O RELICÁRIO é, por outro lado, a peça mais enigmática do Tesouro. É a única que está permanentemente colocada no peito da imagem e serve para guardar o Santo Lenho, que se crê ser uma farpa da verdadeira cruz em que Jesus foi crucificado.

O CETRO, a quarta peça do Tesouro, é constituído por 2.000 pérolas que formam uma maçaroca de cana, 993 pedras preciosas ao longo do tronco e no conjunto de brilhantes com renda de ouro na base, onde está colocada a Cruz de Cristo.

Finalmente, as CORDAS, com 5,20 metros de comprimento, constituem a quinta peça do corpo principal do Tesouro. São duas voltas de pérolas e pedras preciosas enroladas em fio de ouro. Estas joias possuem um valor incalculável, que ainda não está devidamente avaliado.

Os "REGISTOS" são a mais antiga forma de arte dedicada ao Senhor dos Milagres. As suas origens são incertas. Reza a história que esta arte começou nos conventos, quando a Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres estava na Caloura. Os primeiros cunhos alusivos à Imagem datam do séc. XVIII. Foram adquirindo ao longo dos anos as formas e as cores que hoje apresentam.

Datada de 1843, a primeira capa foi encomendada e oferecida ao Senhor Santo Cristo pelo coronel Nicolau Maria Raposo de Amaral, homem de fé e devoção. O rigor do bordado realça o fervor e fé depositados na mão de quem a bordou. Desde sempre que o culto pela Imagem ultrapassou as barreiras socioeconómicas de uma comunidade movida pela fé. O manto mais recente do Senhor Santo Cristo foi oferecido, em 2000, por um cidadão norte-americano.

Ornamentado com belíssimas joias, a capa revela um pouco do Tesouro do Ecce Homo. Pedras preciosas e diamantes encastrados no manto vermelho representam ofertas de inúmeros crentes que, não olhando ao valor, são capazes de se despojar das suas peças mais valiosas. Uma vez mais o culto ultrapassa os limites da nacionalidade e da geografia

As Joias do Senhor Santo Cristo dos Milagres, como também a coleção de capas usadas pela imagem, podem ser admiradas no Convento de Nossa Senhora da Esperança.

21.2. UMA TRADIÇÃO COM MAIS DE 300 ANOS. 21 maio 200

Olhar para a Imagem de Cristo faz-nos crer, faz-nos procurar o nosso interior, porque o Seu olhar parece que penetra na nossa alma...e dá-nos confiança para desabafarmos, mesmo em silêncio. In O EXPRESSO DAS 9'

Nos corações dos açorianos, dispersos pelo mundo, há um altar de culto eterno ao Senhor Santo Cristo, onde as suas preces mantêm permanentemente acesas as velas da devoção e da saudade. Semanas antes da procissão, a Praça 5 de Outubro e o Convento da Esperança são preparados e enfeitados com milhares de lâmpadas multicolores. Mastros, bandeiras e flores de todas as espécies conferem ao recinto um ar deslumbrante. As Festas duram oito dias. Sucodem-se os serviços religiosos e os concertos.

Na tarde de sábado, centenas de pessoas dão a volta à Praça de joelhos. Outras carregam círios de cera, num gesto de agradecimento pela graça recebida do Senhor em hora de aflição e dor. O domingo começa com a alvorada: uma banda filarmónica toca, defronte da igreja da Esperança, o hino do Senhor Santo Cristo. Em simultâneo deflagra uma salva de 21 tiros. De manhã tem lugar a tradicional missa campal, no adro da mesma igreja, à qual assistem numerosos fiéis. Pouco tempo depois de terminar esta tocante cerimónia começa a organizar-se a procissão - o ponto alto das Festas -, a qual abre com o estandarte armado em cruz. Seguem-se duas filas de homens com opas, intercalados por bandas filarmónicas. As associações juvenis transportam guiões de cores garridas.

Crianças vestidas de anjos precedem a Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, transportada num trono com lindíssimas flores de seda e pano, tecidas no séc. XVIII. Atrás da Imagem, seguem os dignitários da Igreja Católica, representantes das congregações religiosas sediadas em S. Miguel e muitos milhares de mulheres e de homens cumprindo promessas. A fechar o cortejo estão as autoridades militares e civis, para além de representações desportivas e sociais. A procissão recolhe após cinco longas horas de peregrinação pelas principais artérias de Ponta Delgada.

Os festejos profanos prolongam-se por toda a noite. Em Fall River, o culto ao Senhor Santo Cristo está bem vivo. A Imagem, que percorre algumas ruas da mãe das paróquias portuguesas da cidade, transmite a mesma mensagem de dor, mas também de paz. A provar tudo isto está o mar de gente com promessas que, em manifestação de fé, reza e agradece, ano após ano, as dádivas recebidas.... Os milagres acontecem quando as pessoas se transformam ao terem as graças e o consolo nas horas de aflição.

Esta devoção, que emigrou no coração de tantos e tantos micalenses, é tão importante que faz parte da história de Fall River, da Igreja Católica local e da comunidade portuguesa em geral.

No Canadá, as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres já são consideradas as maiores do género no país. Elas realizam-se este ano em Toronto, a 15 e 16 de maio, ou seja, a mesma data em que se celebram em Ponta Delgada. Trazidas para o Canadá pelos primeiros emigrantes açorianos, as Festas são celebradas em Toronto desde 1966, reunindo na Igreja de Santa Maria muitos milhares de fiéis, alguns vindos de terras distantes dos Estados Unidos, Canadá e Bermudas. O padre Libório Tavares, há mais de 20 anos à frente da paróquia, confia na "fé e religiosidade" do povo. Diz mesmo ter a certeza de que "as Festas serão uma homenagem ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, a exemplo do que se passa desde 1700 na Ilha de São Miguel".

O sacerdote referiu que há muitos jovens lusodescendentes que continuam agarrados à tradição e à devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Este ano acompanharão a procissão do dia 16 de maio, que percorre diversas ruas da baixa de Toronto, cinco bandas, sendo três de Toronto - Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Fátima e Senhor Santo Cristo - uma banda de Brampton e outra de London.

Por altura das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em São Miguel, deslocam-se a Ponta Delgada milhares de peregrinos que vêm pagar as suas promessas. As oferendas são acumuladas durante anos e constituem um tesouro de valor incalculável.

É do conhecimento geral que desde a instituição do culto, há trezentos anos, muitos fiéis têm oferecido joias de grande valor, real e estimativo, como tributo por graças recebidas, por intenção de intervenções milagrosas ou simplesmente por pura devoção.

Considerado por muitos como um dos mais valiosos, para a irmã Beatriz o Tesouro do Senhor Santo Cristo não tem preço. "Porque o que está representado nestas peças é o coração do Senhor e o coração de todos os açorianos", realça.

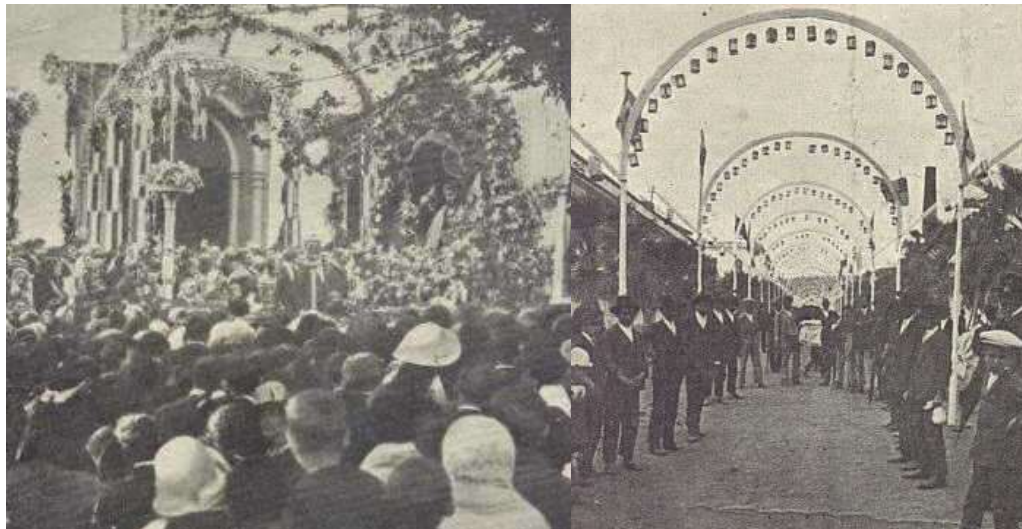
Tudo começou com Madre Teresa da Anunciada que, no silêncio do Convento, recebeu um apelo especial para honrar e desagrar o Senhor na Sua Flagelação, representado na Imagem do Ecce Homo. A devoção que esta religiosa do Convento de Nossa Senhora da Esperança tão intensamente sentiu por Cristo marcou profundamente a alma do povo. De tal modo que o culto ao Senhor, através da procissão com a Imagem, se expandiu e fortaleceu ao longo dos séculos. É, hoje em dia, a segunda maior procissão que se realiza em Portugal.

21.3. FESTAS DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES RELATADAS NUMA CRÓNICA DA REVISTA «OS AÇORES» julho 1922. SANTO CRISTO - Texto do PADRE ERNESTO FERREIRA. Fotos de JOSÉ GOMES e JACINTO DIAS REGO - 21 maio 2006

Entre as tradições que mais fielmente retratam a alma do povo micalense, ocupa lugar principal a devoção à Imagem do Senhor santo Cristo, que se venera no Convento da esperança de Ponta Delgada. Que representa esta imagem, que tem um altar em cada coração e cujo culto, longe de esfriar ao contacto do gelo dos séculos, se afervorou de ano para ano com os ardores de uma fé sempre crescente? Qual a sua origem? Donde como veio? Porque desperta tanto entusiasmo e tanta piedade na alma popular?

São perguntas a que não é difícil responder. Por um lado, a Imagem fala com a eloquência do seu silêncio; por outro as crónicas locais projetam luz sobre as noites dos tempos, desde a colonização da Ilha até aos dias que agora correm iluminados pelo sol da imprensa que vai registando todos os factos da vida social.

A Imagem do Senhor Santo Cristo representa o divino Jesus no momento em que o apresentou às turbas ululantes de Jerusalém o pusilânime procônsul, que governava a Judeia em nome do César romano. Após o horrendo suplício da flagelação, a soldadesca em delírio desprende o Mártir da coluna, a que estivera amarrado, e pôs-lhe nos ombros um farrapo de púrpura - uma clâmide de lã carmesim dos legionários - para fingir o manto, de que se revestiam os monarcas no dia da sua aclamação. Como lhe faltava uma coroa, fizeram um círculo de junco, em que plantaram ramos de espinheiro, obtendo assim uma espécie de diadema, que colocaram na cabeça divina. Agudos e cortantes espinhos saíam de todas as partes, tanto no interior como no exterior, perfurando o crânio e a fronte da Víctima adorável. Por uma ironia cruel, foi no momento em que floresciam, e algumas flores brancas, que tinham desabrochado, fingiam pérolas, em que em breve se entremearam os rubis formados pelas gotas coalhadas do sangue. Assim coroado, puseram-lhe nas mãos amarradas uma cana, como cetro de irrisão.



Mas a devoção do povo micalense transformou completamente a obra do ódio dos judeus e da brutalidade dos soldados de Roma. Aos ombros da veneranda Imagem pôs um rico manto recamado de ouro; na cabeça um diadema real cravejado de pedras preciosas; e nas mãos um cetro, que simboliza bem o poder e a majestade. E, quando o Senhor aparece no seu andor suntuosa e artisticamente adornado, a multidão, que se comprime no campo fronteiro à Esperança, solta baixinho uma interjeição de amor e comoção, que compensa o grito sedicioso da população da Judeia.

Dizem as crónicas que, indo duas religiosas a Roma a impetrar do Sumo Pontífice permissão para erigirem o Convento da Caloura, o primeiro que houve nesta Ilha de São Miguel, o papa não só lhes concedeu o que pediam, mas ainda lhes ofereceu ao devota Imagem, que trouxeram como preciosíssima dádiva. Mas, porque o Convento ficava muito próximo do mar, em sítio despovoado e muito exposto às incursões dos corsários, que então frequentemente assaltavam as costas açorianas, resolveram as freiras abandoná-lo e recolher-se em outros mosteiros, onde estivessem seguras de qualquer insulto dos invasores.

Para isso se fundaram os conventos de Santo André de Vila Franca do Campo e da Esperança de Ponta Delgada. Em 1541 estava concluída a fábrica deste último e para ele se mudou, neste mesmo ano, a Madre Inês de Santa Iria com mais oito companheiras, levando a veneranda Imagem, que a princípio serviu de custódia e mais tarde foi posta na Ermida da Senhora da Paz, que fica na cerca do Mosteiro.

Ali esteve algum tempo, até que factos extraordinários fizeram que as religiosas a levassem processionalmente para um nicho do coro de baixo. Não condizia este aposento com a devoção que já então cercava a Santa imagem e as freiras, por indicação de Madre Teresa da Anunciada, a quem o Senhor comunicava a sua vontade, prepararam-lhe a rica Capela em que atualmente se acha.

Narrar os prodígios, que se acham consignados nas crônicas, prodígios operados por intermédio ou por intercessão daquela boa Serva, a cujo nome está indissolúvelmente ligado o culto da veneranda Imagem, seria tarefa demorada. Basta dizer que deles deriva a ardente fé popular, que ao Senhor conferiu o título de Santo Cristo dos Milagres e que anualmente, no quinto domingo depois da Páscoa e na véspera deste dia, arrasta de todos os lugares da Ilha, ainda os mais afastados, inúmeros peregrinos, que vão apresentar as homenagens do ser reconhecimento ou cumprir as promessas que fizeram em horas de angústia, em momentos de aflição.

As Festas do Senhor Santo Cristo são a mais nítida manifestação da religiosidade do povo micalense. Brilhantes pelo aparato que revestem, se nelas há reflexos de mundanidades, é ainda o sentimento da piedade o que mais as caracteriza. Se a multidão dos forasteiros percorre a cidade, admirando o que esta apresenta de estranho às imaginações de aldeões habituados à paz e ao remanso das aldeias, é para o Senhor, que sempre se dirigem os olhares mais ternos e comovidos.

Eis o programa das Festas nas suas linhas gerais: no sábado de tarde mudança da Santa Imagem do coro de baixo para a Capela-mor da igreja, onde fica exposta à veneração dos fiéis; à noite vistoso arraial, com iluminações, fogo preso e do ar, música e ainda outros atrativos. No domingo de manhã, missa solene e sermão; de tarde sai a procissão, imponente cortejo, que percorre várias ruas, regressando depois ao Convento.

E, à maneira que o Senhor passa, vão os corações estremecendo. Um frémito de fé e de devoto entusiasmo se comunica a todos os peitos. Os olhos marejam lágrimas de ternura e os lábios balbuciam preces. Quantas mães, quantas esposas oram fervorosamente pelos filhos, pelos esposos, que estão longe, em terras do Brasil ou da América do Norte, para onde levaram, como rico tesouro, o quadro do Senhor Santo Cristo!

21.4. FESTA DO SENHOR SANTO CRISTO IN JORNAL DOS AÇORES. 21 maio 2006. RADIANTE POR PISAR SOLO AÇORIANO



VIAJARAM MILHARES DE KM POR DEVOÇÃO



O SANTO CRISTO

Foram centenas de emigrantes que chegaram ontem ao aeroporto JOÃO PAULO II com o intuito de assistirem à festa do Santo Cristo e para matar saudades.

Um cenário de emoção e alegria invadiu ontem de manhã o aeroporto João Paulo II, em Ponta Delgada.

Chegaram centenas de passageiros nos voos vindos de Boston e de Toronto, a maioria para assistir à festa em honra do senhor Santo Cristo dos Milagres, mas também para matar as saudades da família e da terra onde nasceram.

Entre os emigrantes acabados de aterrar, estava Catarina Pimentel que vive há sete anos na América e que, desde então, nunca mais veio a esta festa. "decidi vir este ano porque é uma festa muito importante para mim, sinto muita alegria por estar na minha terra".

Luísa Tavares é outra das passageiras vindas de Boston que tem uma história de vida bem mais ligada à sua terra. A micalense não dispensa vir a São Miguel duas vezes por ano, uma no verão, outra por esta altura. A emigrante está há quarenta anos na América e diz que é sempre importante ver a família e matar as muitas saudades de São Miguel.

José Chaves mora no Canadá há trinta e três anos e divide a vida e o coração entre os Açores e o Canadá. O entrevistado passa seis meses cá e seis meses no Canadá onde tem os filhos e netos. A paixão entre a terra onde nasceu e a terra onde viveu grande parte da sua vida levou-o a comprar casa nos Açores e outra no Canadá.

Já de partida, José Chaves lamenta não ter marcado a sua passagem para uma data que lhe proporcionasse estar presente na Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres. "Tenho pena de não ter reparado bem nas datas, mas fica para a próxima".

Zulmira como chegou ontem a ponta delgada no voo das 9h50 vinda de Boston. A micalense estava radiante por pisar solo açoriano depois de trinta e dois anos afastada da sua terra natal. A emigrante revelou ao Jornal dos Açores que veio mostrar a terra onde nasceu aos seus filhos e ao marido, que ainda não conheciam São Miguel. Zulmira como revelou ainda estar acompanhada pela sua irmã, também micalense, que vinha aos açores precisamente para dar a mostrar a sua terra natal à família.

Com um "linguajar" próprio de quem há muito não pratica o português, lá foi dizendo que sente muitas saudades da sua terra e que não escolheu em vão esta altura para trazer a família a São Miguel.

"... escolhi precisamente a festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres porque tenho muito gosto que os meus filhos vejam a festa da nossa terra, do local onde nasci".

Questionada acerca de voltar para São Miguel definitivamente, a entrevistada coloca a ideia de parte e afirma, em tom de brincadeira, que "gostava de começar a vir mais vezes à minha terra, mas todos lá em casa têm medo de andar de avião, principalmente a minha filha. Mas desta vez consegui convencer todos".

21.5. COMÉRCIO CONTINUA NEGRO, ANIMAÇÃO AO RUBRO NO CAMPO DE SÃO FRANCISCO

As ruas de Ponta Delgada encheram-se de turistas, emigrantes e visitantes que chegam para a Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres. As principais ruas do comércio na baixa estavam "pilhadas" de gente e o Jornal dos Açores foi falar com alguns comerciantes para tentar averiguar se melhores dias regressaram ao comércio tradicional. Há alguns anos atrás, a época festiva trazia bastante lucro para os estabelecimentos onde os emigrantes se destacavam como os maiores consumidores.

Hoje em dia, o cenário é bem diferente, e a ideia que transparece reside nas saudades de um tempo em que tudo era diferente, em que não havia mãos a medir para atender tanta gente. Um comerciante de uma loja de artesanato na baixa de Ponta Delgada, que prefere manter o anonimato, revela que "o comércio continua negro, mesmo com as ruas cheias de gente".

Questionado acerca de um maior otimismo para o fim de semana, o comerciante que tinha a loja completamente vazia responde que "a esperança é a última a morrer, mas estamos sempre a ver se as coisas melhoram e não há meio". Outros comerciantes com quem o JORNAL DOS AÇORES falou, revelaram um pouco mais de otimismo e estavam não só satisfeitos com as vendas de ontem, como crentes que melhores dias virão para o comércio tradicional.

Artesanato, música e gastronomia são alguns dos ingredientes do programa sociocultural das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, no Campo de São Francisco. A Feira Lar, Campo e Mar, que teve início nesta sexta-feira, apresenta recordes absolutos. Senão, vejamos: há 160 expositores, agrupados pelas áreas do comércio, indústria, serviços e artesanato. A própria tenda apresenta-se maior do que nunca. São 4.500 metros quadrados, cuja localização se situa no saco da doca, devido à falta de espaço próprio para exposições na maior cidade açoriana. A segurança vai ser bastante reforçada. Todos os efetivos disponíveis da PSP de Ponta Delgada vão convergir para o epicentro das Festas. Objetivo: evitar ou, pelo menos, controlar os descatos que costumam acontecer nas barraquinhas envoltentes.

Berta Cabral, Presidente da Câmara de Ponta Delgada, destaca a atuação de dois conjuntos musicais, num palco montado junto ao Forte de São Brás. A autarca anunciou, também, que no feriado municipal, celebrado na segunda-feira do Santo Cristo, atuarão, nas portas da cidade, todos os artistas do programa da RTP 1 Operação Triunfo 2. O programa municipal das Festas inclui um evento dedicado aos emigrantes, uma exposição coletiva de registos do Santo Cristo e o lançamento do volume III do livro "História dos Açores", da autoria de Melo Bento. A Presidente realçou a "aposta" da edilidade no "reforço" do programa sociocultural das Festas.

Deslocam-se até São Miguel milhares de peregrinos, provenientes das ilhas, do Continente e das comunidades emigrantes dos Estados Unidos e do Canadá. Eles vêm "carregados de fé e esperança, com uma profunda devoção ao Senhor Santo Cristo". Falar das Festas é falar ainda das tradicionais barraquinhas de comes e bebes. Já se sabe que o terrado é cedido pela autarquia à Irmandade do Senhor Santo Cristo. Cabe a esta última concessionar o espaço a particulares, com o objetivo de obter receitas. Esse espaço, que vai desde o Largo da Alfândega até ao Canto da Vila Nova de Baixo, transforma-se no período das Festas numa verdadeira enchente humana. Mas, tradições à parte, as condições higienossanitárias deixam muito a desejar. A respetiva inspeção é feita, segundo o provedor da Irmandade, pelas entidades competentes: a Inspeção das Atividades Económicas e a Delegação de Saúde. Costa Santos garante que, de ano para ano, "a qualidade da higiene das barraquinhas tem vindo a melhorar". O responsável sublinha mesmo que desde "há já muito tempo que não temos recebido queixas relacionadas com a falta de higiene das mesmas".

21.6.1. SÃO MIGUEL OU ILHA VERDE. 21 maio 2006

É a maior ilha do Arquipélago, situada a oriente, juntamente com Santa Maria, formando o Grupo Oriental do Arquipélago dos Açores. Possui uma superfície de 759,41 km², comprimento de 65 km e largura de 14 km.

A sua descoberta deu-se por volta de séc. XIV.

O seu povoamento teve início a 1439, depois de D. Henrique ter mandado lançar gado em sete das ilhas do Arquipélago, aqui chegaram colonos portugueses vindos da Estremadura, Algarve, Alto Alentejo e estrangeiros oriundos da França (tradição presente no nome da freguesia da Bretanha).

Graças à fertilidade do seu solo e à sua posição geográfica, a ilha de São Miguel desde cedo, desenvolveu-se economicamente.

Aqui se produziam enormes quantidades de trigo, pastel, urzela, vinho, laticínios, batata-doce, milho, inhame, linho e laranja.

A laranja, exportada para Inglaterra, traz para a ilha de São Miguel, nos finais do séc. XVIII, uma grande prosperidade e enriquecimento.

No entanto essa prosperidade é abalada em 1860, quando uma doença extermina por completo todos os laranjais, que sustentavam a ilha.

Mas, graças à força de vontade dos seus habitantes, essa fase acaba com a introdução de novas culturas — tabaco, chá, espadana, chicória, beterraba sacarina e ananás que garantem a sobrevivência económica e a que vêm juntar-se, com o passar dos anos indústrias dos mais diversos setores, incluindo a pesca e a pecuária.

Hoje, São Miguel, é o centro das decisões políticas e administrativas, uma ilha em franco desenvolvimento, com museus e monumentos, locais históricos com restaurantes, lojas, hotéis. Um local de visita obrigatória.

21.6.2. FESTIVIDADES

São diversas as Festas realizadas na ilha de São Miguel, no entanto, é a festa do Senhor Santo Cristo a que mobiliza milhares de pessoas de todas as ilhas e de todo o mundo, principalmente emigrantes. Esta festa tem lugar em Ponta Delgada e é comemorada anualmente no quinto domingo (A Quinta Dominga) depois da Páscoa.

A imagem do Senhor Santo Cristo, percorre em procissão as ruas de Ponta Delgada, sendo de seguida levada para o Convento da Esperança. Estas Festas possuem, não só, uma componente religiosa, mas também profana, com feiras, exposições, e as tradicionais tasquinhas com comes e bebes.

São Miguel, celebra todos os anos as suas semanas culturais, festas em homenagem ao seu padroeiro, festas animadas com filarmónicas, folclore e agrupamentos locais. No entanto, e para os mais exigentes, temos ainda para oferecer diversos museus e casas etnográficas existente um pouco por toda a ilha.

De abril a junho, também aqui se comemoram as mais tradicionais festas conhecidas nos Açores, as Festas do Espírito Santo, em que a fé pelo Espírito Santo se mistura com a azáfama e onde se pode desfrutar de magnífica paisagem enriquecida pelo aroma das flores que nesta altura do ano florescem.

A procissão do Senhor dos Enfermos, com os seus belos tapetes de flores, que ornamentam as ruas da cidade. As festas realizadas na Ribeira Grande com homens montados a cavalo a desfilar pelas ruas, onde em versos saudam o santo padroeiro, ou mesmo os Romeiros, grupos de homens, que rezando, percorrendo a ilha a pé.

São certamente manifestações religiosas que não querera perder.

Por fim e não menos importante, temos o folclore, extremamente bem preservado pelos diversos grupos existentes na ilha. Rico, quer nos trajes, quer nas danças e cantares típicos, o folclore de São Miguel é um exemplo perfeito de força de vontade para preservar os costumes da terra.

Aqui se realizam as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

21.6.3. GASTRONOMIA

Pratos como caldo azedo, os torresmos de molho de fígado, a linguíça com inhames, o assado misto, o polvo guisado ou assado, o arroz de lapas, as lapas de molho Afonso, as caldeiradas de peixe, os chicharrinhos com molho vilão, a morcela com ananás, e o cozido da caldeira, são algumas das especialidades que pode provar e que decerto não o deixará indiferente.

Nos mariscos, temos, as lapas, as cracas, lagostas, cavacos e caranguejos.

Na doçaria temos, a massa sovada, os bolos lêvedos, as malassadas, as queijadas de Vila Franca, as fofas da Povoação e as barrigas de freira, doces tipicamente micalenses.

Há uma enorme diversidade de queijos na ilha, que vão desde os amanteigados aos mais secos, dos mais frescos, produzido de leite de vaca ou de cabra, aos mais antigos em que é necessário um período de várias semanas ou meses para fermentar e ganhar o tão característico paladar.

O ananás de São Miguel, é já uma referência a todos os que por lá passam que não deixem de o saborear. O ananás de São Miguel é exportado para todas as ilhas, bem como para o Continente.

Produz-se nesta ilha o vinho de cheiro, tipo morangueiro, sendo o mais conhecido, aquele que se produz na região da Caloura. Nos licores uma referência especial para os de maracujá e ananás. O chá, produzido na Gorreana e Porto Formoso é uma bebida a apreciar.

21.7. COMENTÁRIO DO AUTOR às festas. 21 maio 2006

Foram as minhas primeiras Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres. No sábado desloquei-me a Ponta Delgada sob tempo nublado e chuvoso para poder presenciar algo que me diziam não ter paralelo noutras paragens e ser o momento alto de todas as festividades religiosas da ilha de S. Miguel.

Apesar da chuva miudinha havia milhares de pessoas nas ruas circundantes à Igreja da Esperança ou do Santo Cristo, umas poucas cumpriam as suas promessas de joelhos desnudos na calçada, outras levavam pesados círios ou vários de uma só vez, consoante as promessas feitas. Em tudo havia um misto de catolicismo, paganismo e era notório que a população sentia bem arreigada esta tradição centenária.

Depois dum programa televisivo especial dedicado às festividades (onde tomei parte a propósito do colóquio da lusofonia que acabara há dias), foi a vez da imagem ricamente ornada de pérolas e joias preciosas dar uma volta à Praça antes de se quedar à porta da Igreja onde ficou aguardando que a procissão de crentes a pudesse observar. Durante mais de duas horas as pessoas desfilaram em quase silêncio perante a rica imagem.

Não pude deixar de escapar o comentário de que esta homenagem e a riqueza do ícone eram contrárias aos ensinamentos de Jesus que desprezava as riquezas materiais e a idolatria.

Toda a gente e os comentários televisivos me alertavam para a necessidade de ali ver a mensagem do Senhor Santo Cristo: O verdadeiro rosto do Deus vivo e verdadeiro, revelado por Jesus Cristo, é o Amor: amor que se faz próximo, que partilha a dor e se faz serviço gratuito e solidário.

A Paixão de Jesus é a paixão de Deus pela humanidade. Lamento, mas nada disso consegui ver: o que vi foi a autoflagelação de crentes a arrastarem-se pela calçada em cumprimento de promessas. Lembrou-me a autoflagelação muçulmana no Iraque. Resquílios da Idade Média em pleno séc. XXI.

Contaram-me que as pessoas compram fatos e vestidos novos para levarem na procissão, também isso me pareceu menos religioso do que me queriam fazer crer. Se a fé é assim tão grande para quê os fatos novos, para os outros verem? O dinheiro das joias, 2.000 pérolas que formam uma maçaroca de cana, 993 pedras preciosas ao longo do tronco e no conjunto de brilhantes com renda de ouro na base, onde está colocada a Cruz de Cristo e a quinta peça do corpo principal do Tesouro, duas voltas de pérolas e pedras preciosas enroladas em fio de ouro, parecem-me que seriam melhor empregues a aliviar o sofrimento dos pobres e carenciados do que nesta exibição de riqueza.

Mas enfim são estes os meus valores e certamente não serão os propugnados pela Santa Igreja. Aliás nunca concordei com as riquezas imensas do Vaticano e com os bens materiais acumulados pela Igreja ao longo dos séculos.

Só muito levemente se falou nisto quando o Vaticano esteve envolvido no caos da queda do Banco Ambrosiano.

Em 1982, personalidades do Vaticano são envolvidas no escândalo da falência fraudulenta do Banco Ambrosiano. As relações do Vaticano com o Estado italiano pioram em 1987, quando a Justiça da Itália ordena a prisão do cardeal Paul Marcinkus, secretário de Estado do Vaticano e diretor do Instituto de Obras Religiosas (IOR), instituição financeira envolvida no escândalo Ambrosiano.

Baseando-se nos termos da concordata – pela qual a Itália não tem jurisdição sobre o Vaticano –, a Suprema Corte italiana absolve o cardeal Marcinkus.

21.8.1. CITAÇÕES CRISTÃS ANTIDINHEIRO. 21 maio 2006

"Ora, aconteceu que o pobre morreu e ele foi levado pelos anjos para o seio de Abraão. O rico morreu também e foi amortilhado no inferno". - Evangelho de Lucas, 16

"Todo o homem rico é, ou injusto na sua pessoa, ou herdeiro da injustiça e da injustiça de outros" (Omnis dives aut iniquus est, aut heres iniqui) - São Jerónimo.

"Quem quer se tornar rico tomba nas armadilhas do demónio, e se entrega a mil desejos não apenas vãos mas perniciosos, que o precipitam por fim no abismo da perdição e da condenação eterna" São Timóteo, 6

"Ou tu és rico e tens o supérfluo, e nesse caso o supérfluo não é para ti mas para os pobres; ou então tu estás numa fortuna medíocre, e então que importa a ti procurar aquilo que não podes guardar?" São Bernardo

"Mas a moral do Evangelho vai ainda mais longe; porque ela nos ensina que quanto mais um cristão é rico, mais ele deve ser penitente; ou seja, mais ele se deve deduzir das doçuras da vida; e que estas grandes máximas de renúncia, de escrutínio, de desapego, de crucificação, tão necessárias à salvação, são muito maiores para ele do que para o pobre". "E não podemos dizer também que quase todos os ricos são homens corruptos, ou antes, perdidos pela intemperança das paixões carnis que os dominam? Porquê? Porque têm todos os meios do ser, e que não usam as suas riquezas que não seja para saciar as suas brutais avarices. Vítimas reservadas à cólera de Deus, engordados dos seus próprios bens! Quantos é que conheceis que não sejam assim? Quantos são que vós conheceis que, na opulência, tenham aprendido a dominar o seu corpo e a o limitar em restrição? Um rico Contigente ou penitente não será uma espécie de milagre?", Louis Bourdaloue, jesuíta francês do séc. XVII.

"Uma virgem pode conceber, uma estéril pode dar à luz, um rico pode ser salvo: estes são três milagres nos quais as escrituras sagradas não nos ensinam outra coisa que não seja que Deus é onnipotente. Pois é verdade, ó rico do mundo, que a tua salvação não é nada fácil, ela seria impossível se Deus não fosse onnipotente.

Consequentemente, esta dificuldade passa bem distante dos nossos pensamentos, já que é necessário, para a ultrapassar uma potência infinita. E não me digas que estas palavras não te dizem respeito porque talvez não sejas rico.

Se não és rico, tu tens vontade de o ser; e estas maldições sobre a riqueza devem cair não tanto sobre os ricos, mas sobretudo sobre aqueles que o desejam ser. É para esses que o apóstolo pronuncia, que eles caem na armadilha do diabo e de muitos desejos malvados, que precipitam o homem na perdição. Também o apóstolo tem razão quando diz que o desejo de riqueza é a raiz de todos os males; Radix omnium malorum est cupiditas".

Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704), bispo, teólogo e escritor francês, sermão em Metz a 4 de outubro de 1652.

Encontramos também um interessante trecho de Bertrand Russel, em "Filosofia do Mundo Ocidental", no capítulo "A política de Aristóteles":

Desde o tempo dos gregos até hoje, a Humanidade, ou pelo menos a parte economicamente mais desenvolvida dela se divide entre devedores e credores; os devedores são contra os juros e os credores são a favor.

Quase sempre, os detentores de terras são devedores, enquanto os comerciantes são credores.

Os filósofos, com poucas exceções, concordam com os interesses financeiros da sua classe. Os filósofos Gregos pertencem à classe dos proprietários de terra ou trabalhavam ao seu serviço.

Por isso, eles recusavam os juros.

Os filósofos da Idade Média eram homens da Igreja; o património da Igreja constituía-se sobretudo de terras; eles não viam, pois, razão para rever as ideias de Aristóteles.

A sua antipatia contra a usura foi ainda reforçada pelo Antissemitismo, já que o capital fluido (ou seja, em dinheiro, facilmente transmissível) estava em grande parte na posse de Judeus...

Com a Reforma Protestante, a situação muda.

Muitos dos protestantes mais convictos eram comerciantes, para quem o empréstimo de dinheiro a juros era muito importante...

Por isso, os juros foram aceites, primeiro por Calvino e depois por outros protestantes.

Finalmente, a Igreja Católica viu-se forçada a seguir o exemplo deles, já que as velhas proibições já não se enquadram no mundo moderno.

21.8.2. ECKHART, IRMÃOS DO ESPÍRITO LIVRE. 21 maio 2006

Quando São Francisco fundou a sua ordem visava formar um pequeno grupo de camaradas totalmente dedicados, um grupo pequeno o bastante para uma comunhão perfeita, base de acordos e objetivos comuns. Tratava-se apenas de doze irmãos quando o Papa Inocêncio III aprovou a ordem e os seus primeiros regulamentos em 1209. [Eckhart, Irmãos do Espírito Livre. Copyright 1974. Versão inglesa reproduzida com permissão de Kenneth Rexroth Trust.]

Dez anos depois alargou-se a toda a Europa e pela Terra Santa. O conjunto integral não mais se restringia à minúscula Igreja da Portiúncula de Assis, mas estava representado por delegados, funcionários administrativos centrais, e autoridades provincianas. Os espirituais, os béguines de Provença, e os fraticellis, não acreditavam que Cristo e os apóstolos mantinham os seus bens em comum; acreditavam que eles não possuíam bem algum. A pobreza daqueles mendicantes franciscanos era absoluta. Dia após dia viviam de esmolas.

O uso da riqueza papal por parte de fiduciários e de ordens escolhidas pelo papa significava que dispunha do crédito através da imensa riqueza de um fundo de reserva. No seu exílio em Avinhão o papado continuamente pedia dinheiro emprestado. No ápice da controvérsia, João XXII rompeu as conexões com a Igreja e com o Evangelho e promulgou a doutrina da sacralização da propriedade. A Igreja foi alinhada ao lado da propriedade, do poder, do domínio, explicitamente e com estas mesmas palavras, como nunca tinha sido determinado antes.

No curso do debate entre João XXII, o filósofo William de Occam, e o ex-líder da ordem, Michael de Cesena, originalmente um conventual, vieram à tona algumas questões fundamentais. Se o uso e não a posse da propriedade eram permitidos, como ficava a questão do dinheiro? E a bolsa de Judas?

Os debatedores atingiram em cheio as implicações do significado do dinheiro e da propriedade, na sua mais pura essência.

Novamente, se a propriedade é uma coisa ruim, quem detém a propriedade e permite o seu uso é, por conseguinte, um não-cristão.

Então uma sociedade verdadeiramente cristã aboliria completamente a propriedade.

Ao posicionar-se contra a criação de uma ordem religiosa devotada à pobreza total, ao autossacrifício, ao evangelismo, à crescente popularidade do misticismo, à exigência de uma vida laica em uma comunidade dedicada a tais objetivos, a Igreja viu-se diante de um impasse.

21.8.3. O EXEMPLO DE D. HÉLDER DA CÂMARA - 21 maio 2006



DOM HELDER DA CÂMARA

A trajetória de vida do 'arcebispo dos pobres', não se afastou da meta de levar os pobres e miseráveis à categoria de cidadãos. Os quatro anos do Concílio Vaticano II (1962 a 1965) o transformariam, do relativamente pouco conhecido arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, num dos personagens mais influentes na cena internacional da igreja contemporânea. A sua trajetória de vida não se afastou da meta de levar os pobres e miseráveis à categoria de cidadãos. Os quatro anos do Concílio Vaticano II (1962-1965) transformá-lo-iam, do relativamente pouco conhecido arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, num dos personagens mais influentes na cena internacional da igreja contemporânea. Durante o Concílio, o brasileiro Dom Helder Câmara surpreendeu e movimentou cardeais e bispos de todo o mundo numa articulação a favor da inserção da Igreja nos setores populares. Fez mais: propôs ao papa João XXIII entregar o Vaticano e suas obras de arte aos cuidados da UNESCO, como património cultural da humanidade, enquanto o papa passaria a morar, na qualidade de bispo de Roma, numa paróquia da capital italiana. Este era o "arcebispo dos pobres", como ficou conhecido no Brasil e no exterior. Sonhava com uma Igreja menos imperial e mais parecida com a comunidade dos pescadores da Galileia

Isto para mim representa mais aquilo que eu gostaria de ter visto nas Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres e que não vi. Esta afinal é a terra que sempre aceitou a escravatura nas ilhas com um feudalismo atroz e a Inquisição e mais recentemente se deitou na cama do alegado fascismo «soft» português do séc. XX. Todos, pois, no Campo de São Francisco, em silêncio à espera do Senhor Santo Cristo dos Milagres, o Espírito Santo ou Nossa Senhora de Fátima. Talvez

ainda no inconsciente, de umas sacas de roupa da América, agora em versão Bruxelas. A mesma que faz manifestações e abaixo-assinados a favor de alegados criminosos violadores de crianças. Tudo sabiam e tudo era em silêncio. Talvez seja por isso o atraso que ninguém fala. Talvez cada povo tenha o que mereça. Pode ser que estas tradições encerrem nelas algo de mais sinistro que aquilo que numa primeira abordagem não nos é dado observar. Quando nos confrontamos com a preservação de tradições centenárias podemos deparar-nos com situações antagónicas como esta. A extrema religiosidade deste povo açoriano assenta afinal nas mesmas premissas que tantas outras de que enferma a sociedade portuguesa em geral: a religião é também o ópio do povo. Já António de Oliveira Salazar dizia "quanto mais ignorantes mais felizes" e assim é, de facto, se nada se contestar pode-se obter uma aparência de felicidade. A tradição é, afinal, quem mais ordena, seja ela, ou não, a tradição da sujeição à superstição e à escravatura, exigindo-se, ao mesmo tempo que essa tradição seja aceite pelo obscurantista e opressor como parte do sistema que lhe permite obscurecer a verdade e, desse modo, perpetuar a opressão.

Embora muitos autores clássicos tenham pesquisado e escrito sobre religião, o seu estudo, como o das festas populares, não é considerado prioritário, especialmente em regiões subdesenvolvidas, onde diante da escassez de recursos disponíveis, há outros temas considerados mais urgentes.

Religiosidade e festas populares parecem a muitos como tema de menor importância.

Para o povo, entretanto, religião e festas, são temas importantes na vida diária, como podemos constatar na realidade quotidiana das camadas populares. Nos locais mais remotos do Portugal continental e aqui nas ilhas, religião e festas constituem assunto fundamental na vida de muitas pessoas.

A rotina diária é interrompida muitas vezes ao longo do ano, pela organização ou a participação em diversas festas, que assinalam a quebra periódica desta rotina. Para os que as organizam, as festas não representam propriamente momentos de lazer, mas de trabalho, intenso e prazeroso, no seu preparo e na sua realização.

A relação estreita entre religião e festas foi apontada por Durkheim, para quem (1989: 372), "nos dias de festa, a vida religiosa atinge grau de excepcional intensidade".

Para Durkheim, as festas teriam surgido da necessidade de separar o tempo em dias sagrados e profanos (1989: 373).

Referindo-se ao descanso religioso, lembra Durkheim (1989: 372/273) que "o carácter distintivo dos dias de festa corresponde, em todas as religiões conhecidas, à pausa no trabalho, suspensão da vida pública e privada à medida que estas não apresentam objetivo religioso".

Para Durkheim, as festas surgiram pela necessidade de separar o tempo, "dias ou períodos determinados dos quais todas as ocupações profanas sejam eliminadas" (Id. 373). Adiante afirma: "O que constitui essencialmente o culto é o ciclo das festas que voltam regularmente em épocas determinadas". (Id. 419). Assim repetição do ciclo das festas constitui, para Durkheim, elemento essencial do culto religioso.

O mesmo autor também salienta (1989: 452), a importância dos elementos recreativos e estéticos para a religião, comparando-os a representações dramáticas e mostrando (1989: 453), que às vezes é difícil assinalar com precisão as fronteiras entre rito religioso e divertimento público.

Este autor estabelece, portanto, relações íntimas entre religião e festas, entre recreação e estética, mostrando o parentesco ou a proximidade entre o estado religioso e a efervescência, o delírio, os excessos ou exageros das festas.

Como escrevia, há pouco tempo, o Padre Mário de Oliveira, meu professor de Religião e Moral nos 6º e 7º anos do Liceu Normal D. Manuel II:

"De Jesus, o de Nazaré, sim, a Igreja católica afastou-se quase cem por cento.

Também se afastou quase cem por cento de Cristo, mas apenas daquele Cristo Crucificado pelo Império e pelo Templo, que era, afinal, o próprio Jesus de Nazaré, pelo menos, no desassombroso testemunhar das suas discípulas e dos seus discípulos, que não hesitaram em colar para sempre esse título messiânico, libertador, ao seu nome histórico.

Jesus, como testemunha o Evangelho, resistiu até ao sangue contra o Império e as suas seduções.

A Igreja, ao contrário, acabou por cair nos braços do Império e disse sim a todas as suas seduções.

Felizmente, sempre houve, através dos tempos, Igreja que resistiu até ao sangue contra o Império, concretamente a Igreja dos mártires assassinados e de muitos outros mártires incruentos, alguns deles, martirizados como "hereges" pela perseguição assassina da própria Igreja oficial, amancebada com o Império e que, numa postura de manifesta traição, aceitou transformar-se de via ou caminho de libertação para a liberdade, que inicialmente era, em religião, e, depois, pior ainda, em religião oficial do Império.

Foi uma Igreja assim, em estado de completa traição ao Evangelho, que acabou a identificar Jesus, o Crucificado pelo Império, com o Cristo divinizado pelo Império.

É por isso que o que hoje chamamos Cristianismo é sobretudo Paganismo, melhor, Cristianismo paganizado.

Quase não tem nada a ver com Jesus, o de Nazaré, que o Templo e o Império mataram, depois de o terem prendido e julgado sumariamente. É neste ponto que estamos ainda hoje."

Terminemos assim: a arquidiocese de Braga, o baluarte do catolicismo mais jurássico, que se distinguiu pela fé explosiva do cônego Eduardo Melo, volta a ser notícia pelos pecados dos seus padres. E uma diocese que não comprova a virtude dos seus clérigos não convence os paroquianos da bondade do seu Deus.

Segundo o «Correio da Manhã» há sacerdotes afastados devido ao envolvimento com mulheres, um caso de dependência da droga e, agora, um jovem padre que se afundou em dívidas. O Pe. Nuno Melo, de 29 anos, gosta de carros de luxo, jantaradas e diversões noturnas. A gula, a vaidade e a luxúria são três pecados capitais que qualquer confissão benfeita aliviaria, mas o dinheiro esportulado pelos paroquianos não é dívida que se possa remir com padressinhos e ave-marias. O promissor apóstolo do Senhor está num retiro em Santo Tirso, aguardando o regresso ao múnus enquanto «algumas dívidas já começaram a ser pagas, por intermédio do arcebispo de Amares e também pelos conselhos económicos das paróquias».

Enquanto a Igreja for isto continuarei não sendo cristão, embora tenha tido uma educação cristã. Católica. Por opção própria, desisti. Ninguém me obrigou a continuá-la, no momento em que concluí que a religião institucional tende a suportar-se no obscurantismo e no seguidismo acrítico. Mas retirei algumas lições muito positivas dessa experiência. Nomeadamente, alguns valores cristãos que retive como a compaixão e o respeito pelo próximo ou a noção de igualdade entre todos os homens.

E se me foi tão fácil descrever do Cristianismo, isso em muito se deveu à gritante discrepância entre a teoria e a prática do mundo cristão. Cristo era um pacifista e, provavelmente, um «comunista». Os seus seguidores não. Não sendo cristão, também não tenho grandes problemas em discordar e afastar-me de algumas das suas ideias. Não sou pessoa para dar a outra face. Quando me sinto agredido, sinto-me também no direito de me defender. Ripostando, se for caso disso, ou por outros meios se eles forem mais vantajosos. O que parece inaceitável é que, quem a todo o momento se socorre dos valores cristãos para sustentar uma suposta «superioridade moral», se afaste tão grosseiramente de uma das sentenças mais paradigmáticas do Cristianismo. Não me recordo de ler que Cristo tenha incitado os seus discípulos a matarem os que o não seguissem.

No longínquo dia 15 de maio de 1252, o Papa Inocêncio IV editou a Bula "Ad Extirpanda", que possibilitou a criação do Tribunal da Santa Inquisição. A partir deste momento passou a ser autorizado o uso da tortura para se conseguir declarações verdadeiras ou falsas. Mas NUNCA irei deixar de dizer o que penso e sinto e por isso escrevo. Sei que muitos dos meus leitores e familiares se sentirão incomodados por estes escritos, mas peço-lhes a mesma tolerância que eu tenho para com eles: chama-se aceitação e compreensão. Não podemos ser todos iguais nem acreditar todos nas mesmas coisas.

Viva o direito à diferença!

⁹ <https://www.scribd.com/document/85374174/Sociologia-Durkheim>

Em Durkheim, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Paulus, 1989.

em Durkheim, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totémico na Austrália... São Paulo: Paulinas, 1989.

Reza a história que quando os portugueses chegaram a Timor encontraram uns que ficaram calados quando os viram eram os timorenses ocidentais ou kaladi enquanto os da Ponta Leste lhes viraram o cu daí serem os firaku. Posteriormente esta noção passou a distinguir os Lorosae do Leste e os Loromonu do Oeste. Mais recentemente surgiram designações como maubere que Ramos Horta tanto gostava e que viria a ser abolido em 1998. Para entendermos melhor o que se passou no séc. XX debruçemo-nos no livro da Coleção Fórum "Ocupação e Colonização Branca de Timor" da autoria de Teófilo Duarte, ex-Governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial da Editora Educação Nacional, Estudos Coloniais nº 2 datado de 1944 (manteve-se a ortografia original)

22.2. CELESTINO DA SILVA...

... 1894 ANO EM QUE ASSUMIU O SEU GOVERNO....

A nossa ação de presença efetuava-se em Dily, por intermédio do funcionalismo e duma companhia de guerra com um efetivo de setenta praças, que durante quási todo o ano permaneciam no hospital ou nos presídios para onde os arrastavam os seus vícios e o seu caráter de incorrigíveis vindos de Macau.

Em todo o litoral norte, havia os comandos de Pante Makassar em Okussi e os de Batugadé, Maubara, Liquiçá, Aipelo, Manatuto, Baucau, Lautém; e no sul apenas os de Viqueque, Alas e Fatumeia. Estes comandos reduziam-se a uma paliçada, quási sempre de palapa, sem consistência nem condições defensivas de valor... A sua ação limitava-se à área contígua ao forte, e quando os ventos corriam desfavoráveis, desaparecia com a fuga no vapor, de todo esse pessoal escapo às represálias dos reinos e que vinha refugiar-se em Dily, à espera que as habituais operações de reocupação lhe permitissem voltar aos seus postos. O interior encontrava-se assim sem um comando...

Certamente que a eleição dos régulos era sancionada pelo governo; também é facto que eles vinham prestar vassalagem a Dily, formalidade que pouco lhes custava cumprir, e que os interessava pelo espetaculoso de que era revestido tal ato; ainda é certo que expedições compostas de "moradores" e de reinos inimigos batiam umas vezes por outras, os povos mais insubmissos, mas os resultados práticos eram nulos, pois que vencedoras as colunas, logo que elas retiravam, os povos continuavam as suas vidas com umas centenas de búfalos e cavalos a menos, com a perda de luas de ouro, de panos, etc. e com uns milhares de habitantes mortos ou foragidos, e vivendo os restantes no mesmo estado de selvajaria e insubmissão que dantes.

.... As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras. Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhar de timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Esta introdução permite esclarecer - recuando cem anos no tempo - porque existem hoje em pleno ano de 2006 confrontos que se chamam de étnicos e que alegadamente assentam na discriminação das tropas entre Lorosae e Loromonu. São centenas de anos de guerras tribais (das quais falaremos em próximos capítulos) que nunca foram resolvidas de forma satisfatória muito por culpa da colonização branca dos portugueses, caracterizada sempre pela omissão em todos os quatro cantos do Império. Durante todo o séc. XX houve revoltas e guerras tribais sendo as mais célebres as de Manu-Fahi e a de Uato-Lari, mas foram centenas delas embora se tivessem diluído após a II Grande Guerra. Queremos com isto deixar bem claro que a pretensa unidade timorense contra o invasor indonésio colocou de parte estes conflitos tribais nunca resolvidos. Quando o inimigo era só um e se chamava Indonésia as guerras tribais ficaram esquecidas. Depois de conquistada a independência e dados os primeiros passos duma democracia que não tem fundamentos históricos ou tribais onde assentar é chegada a altura de se acertarem as contas. Se não houver uma intervenção firme que permita sentar todos os intervenientes tribais de todo o território a situação ficará decerto fora de controlo, para gáudio da Indonésia e da Austrália que assim melhor partido podem tirar da sua exploração das riquezas de Timor. Ainda será possível evitar mais confrontos, mas terá de se criar um Conselho de Sábios como propunha Castro Seixas em "Pública" no jornal Público de 21 de maio de 2006 e "criar mais do que uma rai-klaran¹⁰ e torná-las património nacional. Regiões onde as pessoas afluem duas ou três vezes por ano. Sem esses rituais de nacionalidade será mais difícil construir adequadamente a nação". É apenas preciso que a elite dominante burguesa e educada em português entenda esta realidade raramente estudada e tenha a coragem de não entrar em vinganças, mas antes crie uma atmosfera de conciliação que dê razão a uma nação para todos os timorenses e não apenas para as tribos que agora estão na mó de cima. ©2006 CHRYS CHRYSTELLO

22.3. OS TIMORENSES NA AUSTRÁLIA, UM PERCURSO DE 22 ANOS¹¹

Vinte e dois anos se completaram em 07 dezembro 1997 sobre a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, e a maioria dos cerca de 10 mil timorenses e seus descendentes, em Sydney, acredita que o governo australiano - depois de silenciosamente ter assistido à destruição da ex-colónia portuguesa - ignora os problemas sociais que diariamente se acumulam e quotidianamente são enfrentados pelos timorenses.

As dúvidas, a distância e o tempo não ajudam a sarar as feridas de que enfermam os timorenses aqui residentes. O futuro pode ser ainda mais sombrio do que o passado e o presente se a independência não vier depressa para este povo esquecido que tantos mártires deram. Para muitos dos imigrados deste país, as barreiras culturais que se lhes deparam à chegada são incomensuráveis. Para os timorenses elas são ainda maiores do que qualquer outro emigrado poderia esperar.

Consideremos primeiramente o estrato socioeconómico de base rural colonial e neocolonial de que provêm. Um nível educacional muito baixo, nalguns casos grassando o mero analfabetismo da sua língua natal, e o muito reduzido contacto com a cultura dita ocidental que era apanágio dos timorenses provenientes das zonas mais recônditas da antiga colónia, foi gradualmente substituído por uma geração mais nova com uma educação básica indonésia que aniquilou todos os traços culturais do seu passado.

Manteve-se constante, entre os refugiados dos anos 70 e os dos anos 90 um estrato sociocultural de origem tribal, regulado anteriormente (ao longo de séculos) por uma hierarquia estabelecida sob os poderes dos régulos, liurais e chefes de suco, que sobreviveu aos quatro séculos e meio de colonização portuguesa, à invasão e ocupação japonesa durante a 2ª Grande Guerra e se mantém ainda hoje sob a ditadura do invasor javanês. As ordens emanando do topo dessa hierarquia tradicional não davam lugar nem a diálogo nem a contestação.

Convirá referir que a reintrodução hierárquica data do pós-guerra e se deve a fatores coloniais de simpatia para a potência colonizadora à data (Portugal) e não os verdadeiramente tradicionais laços de sangue e família tribal que dominavam a estrutura timorense até à primeira metade deste século. A receita está assim completa para um coquetel (ou cocktail para os anglicizados) explosivo. Consideremos a seguir que em termos quantitativos a comunidade timorense, hoje estabelecida na Austrália duma forma geral e em Sydney em particular, é em termos práticos irrelevantes. Os timorenses representam aproximadamente 0,2% da população de Sydney e 0,1% da população deste Continente-ilha.

Todos estes fatores permitem a manutenção de divisões naturais entre os vários núcleos timorenses. Excluímos à partida as divisões ou fações políticas entre simpatizantes da UDT (União Democrática Timorense), FRETILIN (Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste), que ora estão unidas numa frente conjunta ou divergem e em um outro simpatizante da APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) ou até mesmo dos mais recentes grupos como a AST (Associação Socialista de Timor) ou MRUPTL (Movimento de Reunificação de Unidade de Timor-Leste).

Existem ainda outras diferenciações de ordem étnica, entre os timorenses melanésios, os de origem chinesa, os mistos destes e de outros grupos étnicos (incluindo os portugueses) Em Sydney pouco mais de um quarto dos timorenses é de origem chinesa (em 1989 dentre 6500 haviam 1800 chineses), facto que deverá talvez identificar-se com razões de ordem económica.

Já em Timor, durante os anos coloniais portugueses, os chineses eram minoritários, mas desfrutavam de uma superioridade económica em relação aos outros grupos. Durante a ocupação indonésia eles estão a seguir aos javaneses e militares indonésios. Para os chineses de Timor a integração no modus vivendi australiano não foi feita através de manifestações de solidariedade com os restantes timorenses, mas sobretudo com as restantes comunidades étnicas chinesas já aqui radicadas.

Dos restantes, consideremos dois subgrupos de timorenses: os mais ligados à língua e cultura de Camões e os restantes servindo-se predominantemente da língua franca, Tétum, elemento de unificação das mesclas variegadas da população da metade oriental da ilha. Outras divisões existiam ainda à data da eclosão da guerra civil, mais baseadas em relações sociopolíticas que dicotomizaram a população entre a UDT e FRETILIN. Hoje em dia com as múltiplas aproximações e separações entre os dois grupos, e a necessidade premente de encontrar soluções para o problema de Timor, essas divisões esfumaram-se aqui.

Na Austrália ao longo dos anos vários foram aqueles que se revelaram líderes comunitários de segmentos timorenses. Salientarei João Carrascalão em Sydney (o homem da UDT, que acabou de ser reeleito líder do Partido no 3º Congresso daquela organização em Perth em novembro 1997). Outros líderes

10 Terra do meio ou mundo

11 Originalmente publicado na revista Macau, #15 de fevereiro 1989. (in Crónica 21 de 1989 da invasão indonésia até à Austrália)

atuais ou passados são Ágio Pereira (durante muitos anos o fiel representante da FRETILIN em Darwin e atualmente a residir em Sydney), Lola Reis e Estanislau da Silva ambos da FRETILIN em Sydney, Inês Almeida, Alfredo Borges Ferreira (Darwin, FRETILIN), Abel Guterres (FRETILIN; Melbourne) dentre muitos outros.

A razão por que não menciono outros também ativos é por os considerar ótimos seguidistas, mas incapazes de gerarem por si mesmos qualquer liderança, embora possam atrair hordas de fiéis dos partidos políticos a que pertencem. Ao nível de João Carrascalão e atualmente residente na Austrália desde 1989 apenas existe o Nobel da Paz de 1996, José Ramos Horta.

Isto, longe de ser depreciativo para novos valores como o de Inês Almeida (a eterna candidata a terminar um curso superior de jornalismo) revela apenas a pesada herança colonial que os Portugueses deixaram e que séculos de valores tribais inculcaram. Se bem que haja jovens dissidentes e representantes da RENITIL (o movimento de estudantes timorenses em Timor-Leste e na Indonésia) e outros jovens estes não conseguiram desalojar o peso enorme de figuras carismáticas e veneradas como Carrascalão e Horta. Talvez que o séc. XXI venha a trazer novos valores a toda a resistência, que continua centrada em torno de clássicos e tradicionais.

Carrascalão afirma: "Timor era conservador e calmo antes da saída portuguesa. A política foi uma invenção recente a que parte da população não prestava a atenção devida. A UDT queria então a independência num período dilatado de dez a quinze anos. Na Austrália a FRETILIN tem sido mais vocal e aliada a organizações de esquerda ..., mas atualmente o que interessa é a libertação do jugo indonésio."

Distanciando-se de seu irmão Mário Viegas Carrascalão (então Governador da 27ª província indonésia de Timor Timur) João sempre acreditou que havia motivo para esperança. A timorização limitada dos quadros locais e a pressão internacional, além da pressão quer da guerrilha nas montanhas quer da oposição civil nas cidades, aliada à visibilidade que o Nobel da Paz para dois timorenses (Horta e Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo) pode contribuir para a resolução do problema em especial depois da crise econômica iniciada em dezembro 1997 na Indonésia.

Nunca negando as suas visitas a Timor-Leste, João Carrascalão foi sempre bastante vocal nas suas inúmeras presenças na ONU, no Comité de descolonização embora se distanciasse sempre das posições do seu cunhado (José Ramos Horta), mas manteve sempre uma posição de confrontação contra a posição oficial indonésia a favor da autodeterminação de Timor-Leste. Este timorense, com estudos feitos na Suíça durante a era salazarista, diz que a FRETILIN teve alguns excessos pelos quais parte da comunidade ainda se ressentia, mas admite que se não fosse a presença militar, a resistência passiva civil e eclesiástica nunca teria sido suficiente para alterar o balanço da situação.

A comunidade timorense de origem chinesa não dispõe de porta-vozes nem de associações específicas (à exceção de Darwin no Território Norte, onde tem um clube), estando mais unida em torno de grupos ligados por vínculos fraternos e familiares ou regionais, que se reúnem quer em Chinatown, na baixa de Sydney, quer em Cabramatta (a mini-Chinatown da subúrbia).

Uma coisa, porém, continua a unir todos os timorenses de qualquer conotação política: essa herança inegável do jugo colonial – o futebol, que é jogado com uma paixão e entusiasmo que fariam inveja a qualquer adepto do desporto.

Para Ágio Pereira (ex Darwin, ora Sydney) ou Alfredo Ferreira (em Darwin) onde se localiza a outra metade dos timorenses da Austrália que não vivem em Sydney ou Melbourne, "a luta continua e de Timor chega sempre a vontade de um povo que quer ser independente". Nunca ao longo destes vinte e dois anos, os timorenses deixaram a sua posição aguerrida de recusa ao jugo indonésio e à supremacia do javanês. Apenas o silêncio durante mais de uma década dos meios de comunicação social internacionais impediram publicitar a ação de guerrilha armada e resistência civil. Recorde-se que a guerrilha em Timor-Leste foi a única em todo o mundo que nunca dispôs de apoios do exterior. A situação mudou só a partir do massacre de Santa Cruz em 11 de novembro de 1991 e da atribuição do Nobel da Paz em 1996. Portugal começou a fazer-se ouvir a partir de 1989 pois até então o seu semissilêncio era quase cúmplice.

Aqui na Austrália a sociedade timorense defronta-se (de acordo com Carrascalão e Ágio) com a intolerância australiana, a sua falta de conhecimento dos problemas específicos da comunidade, a falta de apoio das entidades governamentais a níveis de subsídios e estruturas sociais de apoio, a falta de apoio das entidades consulares e da embaixada, salvo raras e honrosas exceções como foi o período de 1988 a 1992, do embaixador José Luís Gomes.

Há quem cite casos de doenças mentais que são também comuns a casos de refugiados do Camboja e Laos vítimas do regime de Pol Pot. A Austrália aceitou sempre refugiados até um determinado montante numérico ou quota, para dele obter reconhecimento mundial, alheando-se depois das consequências e traumas que essa vinda de refugiados provoca.

O caso de Timor foi durante muito tempo uma espécie de tabu semiencoberto na comunicação social¹², e durante os anos do governo trabalhista (1983-1996) e a era Howard (depois de março de 1996) era quase crime atacar a Indonésia ou expor a invasão e genocídio em Timor. Curiosamente, em finais de 1997 o Partido Trabalhista, então na oposição alterou o seu programa para passar a incluir uma cláusula sobre o direito à autodeterminação do povo de Timor.

Em jornais durante a década de 80 e início de 90 era vulgar ler na secção de 'cartas à redação' depoimentos de veteranos australianos da 2ª Grande Guerra, indignados com o pouco que estava a ser feito em relação a Timor, citando eles a valentia e bravura dos 40 mil timorenses que morreram durante a guerra para defenderem os ideais ocidentais e australianos durante a sangrenta ocupação japonesa da ilha. Um deles, Paddy Kennelly ainda recentemente (julho 1997) se deslocou ao Porto para tomar parte nas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, essa instituição respeitável que, primeiro que todas em Portugal, pela mão do professor Barbedo de Magalhães soube trazer o nome de Timor à academia e à vida dos portugueses.

Ao longo dos anos lidamos na Austrália com muitos timorenses, desde os que nunca tinham visto um 'patas de aço' ou 'cacatua bote' (nomes dados ao avião) àqueles que foram educados pelo sistema colonial português terminando ou não os seus estudos em Portugal, àqueles que apenas estudaram aqui e mesmo àqueles que estudaram sob o regime indonésio. Apenas uma coisa é comum a todos: o desejo de verem Timor independente e livre do jugo javanês.

Nota-se, porém uma erosão do poder e da cultura tradicionais que ameaça degenerar numa erosão futura daqueles valores ancestrais, capazes de resistirem a tudo e a todas as colonizações, mas em risco de serem vencidos e alienados pela permissividade cultural e social australiana. Nos mais idosos e os da minha geração de meio séc. nota-se, de uma forma geral, a nostalgia, a tristeza de provavelmente jamais poderem pisar solo pátrio. Sente-se o amor e a saudade àquela terra. Nuns casos esses amor saudosista reveste-se de características e valores bem portugueses, próprios daqueles que estavam culturalmente mais próximos do colonizador e/ou faziam parte das suas estruturas administrativas. Noutros casos, porém, Timor é a Nação que deixou de o ser antes de realmente atingir a sua plenitude, mas que, não obstante, perdurará como Pátria enquanto uma gota de sangue e lágrimas puderem continuar a ser derramadas pelos antepassados mauberes.

Para um terceiro grupo, Timor representa uma etapa na conquista material, fortunas amealhadas do nada, reduzidas ao nada, recomeçadas de novo. Etapa essa marcada por fugazes, mas recompensadoras amizades com portugueses das quatro partes do mundo, sempre prontos a regressar ao oriente exótico dos Macaus e Austrálias deste mundo. Amizades também marcadas pelos indonésios ocupantes brutais, mas tolerantes de minorias que servem de tampão e de bode expiatório de ódios coloniais.

Nos refugiados de Timor, ainda de lá emigrados quando era outro tempo, e noutros recém-chegados depois da experiência sob o domínio indonésio, algumas noções basilares se podem aprender. Uma delas será, faça-se o que se fizer vinte e dois anos se passaram já. Muitos dos mais novos eram demasiado novos para se recordarem e não mantêm os proibidos dialetos Tétum e a língua portuguesa, para além do empirismo quotidiano de diálogos em família à revelia dos indonésios. Eles preferem o Inglês que os poderá alcandorar a posições mais propícias de futuro neste país onde vivem agora e quiçá para sempre.

Mas atenção TIMOR LOROSSAE é também isto: A língua não é só uma forma de comunicação inicial e iniciática vital para os povos, mas pode tornar-se, como no caso de Timor nestes últimos anos numa forma revolucionária. Quando se pensa que as gerações hoje opostas à neocolonização indonésia, não eram, na sua maioria, nascidas quando os Indonésios proibiram o uso do Português, teremos de analisar que elas se vão aproveitar dessa mesma língua proibida para comunicar entre si, fazer oposição ao regime político e para serem ouvidas no mundo exterior. Poderiam, mais facilmente ter-se servido do Inglês, mas escolheram o Português, por este não ser dominado pelos Indonésios, mas ser compreendido pela maioria da geração mais velha, aquela que ainda se lembra da diferença de vida. É assim como língua da revolução e da resistência que o Português se mantém hoje em Timor ou na prisão de Cipinang de onde Xanana escreve.

De formas contrárias, o Português em África serviu para aglutinar populações divididas por etnias e dialetos diferentes, sendo hoje a língua oficial que absorvendo neologismos e ataques de línguas estrangeiras (Francês na Guiné Bissau, Inglês em Moçambique, etc.) vai enriquecendo as línguas crioulas ou Pidgin, desta forma se perpetuando e vitalizando, tal como acontecera há uns séculos no Brasil. Em Goa, Malaca e Macau, persistem hoje pequenos redutos de formas de português, que estão em vias de extinção, pois que com o fim da presença portuguesa não se vislumbraram vantagens - nem culturais nem políticas - para ser mantido de direito próprio, ao contrário do que aconteceu no Sri-Lanka (Ceilão) onde a mudança para apelidos portugueses era uma promoção de casta social. Mas em Timor houve quem reinventasse a própria língua colonizadora para dela se aproveitar e lutar contra os neocolonizadores. Outra noção é a de quando os portugueses 'saíram' (detesto esta palavra neste contexto, pelo que o melhor é substituí-la por 'desertarem'), Timor tinha apenas dezasseis quilómetros de estradas asfaltadas e pouco mais a que se pudesse chamar estrada. A rádio era um luxo para poucos para além da messe militar e do Q.G. em Taibesse. Além disso quem ouvia não tinha sequer uma dezena de horas semanais. Jornais? Havia a conturbada e única 'A Voz de Timor' feita de muito esforço e boa vontade, mas sem meios técnicos, humanos ou financeiros capazes.

Eu, o Cristóvão Santos, o Ramos-Horta, o Dr. (Alberto Trindade) Martinho e o Lopes da Cruz nos últimos tempos da presença portuguesa fomos alguns dos que tentaram converter a 'V.T.' num jornal. A televisão ainda não havia sido inventada para Timor, aviões e barcos eram quase meteóricos dada a sua frequente ausência e/ou falta de capacidade de transporte. Hoje Timor Timur tem mais de 250 quilómetros de estradas asfaltadas por onde se deslocam as viaturas militares indonésias e as viaturas comerciais dos monopólios javanenses que continuam a espoliar os timorenses daquilo que é seu. Existem várias estações de rádio, TV a cores (um luxo em muitas outras ilhas na Indonésia), em vez das 47 escolas primárias que os portugueses ali deixaram existem hoje mais de 500, o analfabetismo baixou de 92 para 40 por cento, existem Hospitais Regionais e Centros Médicos de Díli ao interior, paramédicos nas aldeias, uma universidade e sei lá que mais que os indonésios não param de apregoar. Há quem diga que apesar da invasão a Indonésia fez mais por Timor do que Portugal em quatrocentos e cinquenta anos. Isto afetou aqueles - que descontentes ou não - ali viveram estes doze anos. Como conceber assim, neste cenário o regresso daqueles que aqui na Austrália, em Macau ou Portugal se radicaram depois de 1975? Qual o vínculo que os seus filhos têm com Timor, com os seus familiares (e não há família alguma que não tenha tido mortes) e amigos dos pais que sobreviveram a estes vinte e dois anos de ocupação? Mesmo que a Indonésia, fruto de uma qualquer crise causada pelo desaparecimento de Suharto (e nada nos faz imaginar esta hipótese) abandonasse a ex-colónia tal regresso seria marcado por profundas diferenças. Os refugiados da Austrália aceitariam de forma pacífica os colaboracionistas que ali permaneceram, voluntária ou involuntariamente?

Que conexão terão os filhos desses que colaborando ou não, forçosamente ali ficaram com os que falam inglês ou português? Nenhuma, pois provavelmente apenas poderão comunicar através de Bahasa Indonesia.

12 Lembro-me de em 1989 em Camberra a conhecida jornalista e apresentadora de rádio e TV, Pru Goward perguntar a Ramos Horta sobre a religião muçulmana em Timor e ele responder que em 1974 havia cerca de 500 muçulmanos, pelo que ela insistiu aludindo ao budismo... inexistente no território salvo exceções não-quantificadas.

Em tal contexto e partindo do princípio que a guerrilha e a oposição civil conseguiram libertar o país do jugo javanês, seriam poupados os milhares de pessoas que coabitaram com os indonésios, como forma de sobreviverem?

Por outro lado, pondo questões morais de parte, temos um 'fait accompli' na presença indonésia, por voluntária ausência dos portugueses e lutas internas naquilo que se designou a guerra civil e apenas durou de agosto a setembro 1975. Famílias separadas por três continentes sem hipóteses de reunião devem esperar o futuro confiantes de que o bom senso vai prevalecer, com a sua dose de realismo, para permitir àqueles que saíram de Timor se poderem reunir aos que labutam em Portugal, Macau e Austrália.

Para os outros há que continuar a insistir em que os organismos internacionais descubram uma fórmula para tornar a situação menos injusta e menos dolorosa. A alternativa da guerrilha e desobediência civil prolongada levou até agora que nenhuma das partes possa clamar vitória e continuará a ser a realidade da maioria dos timorenses.

Não esqueçamos que pode haver escolas, estradas, televisão, rádio e outros confortos materiais que os portugueses ali não plantaram, mas a política de transmigração, os monopólios e oligopólios ameaçam tornar os nativos numa minoria dentro do seu próprio país, como aliás já aconteceu em outras ilhas indonésias. Para além disto, vastos setores da população timorense foram inoculados, ou melhor esterilizados para não procriarem mais timorenses. Isto, aliado a uma aniquilação pela guerra e fome de cerca de 200 mil timorenses, um terço da população, faz prever que dentro de uma geração o problema possa ser ainda menos focado que o genocídio dos arménios no início do século XX.

Regressar parece difícil, não obstante recentes aberturas oficiais a missões diplomáticas, parlamentares e turistas. Como jornalista, cidadão australiano, português por nascimento, as minhas hipóteses de poder regressar são ainda mais remotas. Sempre que tentei levou com uma educada recusa, sempre acrescida de que se não tratava de motivos políticos. Quanto mais não fosse para descrever a beleza paradisíaca que nem os indonésios conseguirão destruir, gostava de rever as praias, o som dos 'tokés' e as faces amigas dos mauberes, naquela que há muito considero a minha pátria, se bem que poucos conhecidos possam ainda estar sobreviventes. Timor, 'a terra que em nascendo o sol vê primeiro' tal como me ensinaram nos velhos compêndios de geografia colonial, os mesmos que teimavam em chamar Vila Salazar à Baucau que perdura ainda hoje.

Aqui na Austrália, os timorenses repetem o ciclo natural da luta pela sobrevivência, tal como o haviam feito durante séculos, marcados por fomes, guerras tribais, por uma colonização portuguesa nem sempre benevolente, por uma violenta e sangrenta invasão e ocupação japonesa e mais recentemente pela ameaça de aniquilação total provocada pela presença indonésia. A sobrevivência do povo maubere depende apenas dele e da sua adaptação, do seu querer, do seu saber manter a cultura tradicional em atmosferas humanas modernísticas – como as de Portugal e da Austrália. Para os restantes é a lei da sobrevivência de um povo animista e redescoberto católico no meio do islamismo indonésio. Entretanto em Sydney, 22 anos depois, os timorenses de uma forma geral, começam a sentir-se integrados no panorama humano e social, mas falam da sua pátria com orgulho, o mesmo com que eu descrevo a descoberta de novas plagas e mundos pelos aventureiros portugueses dos séculos XV e XVI.

Novas guerras, guerrilhas e outros problemas mundiais vão mantendo o problema de Timor afastado das manchetes dos jornais, relegando para o olvido a causa e a brava saga do povo timorense.

22. 4. "ENTERRADOS VIVOS" FILME SOBRE A SAGA DE TIMOR¹³

As primeiras imagens dão um retrato a preto e branco sobre a Lisboa dos anos 50, com percursos pela baixa citadina e curtas incursões às cenas terceiro-mundistas do Bairro Alto, contrastando com o ar imponente do Marechal Carmona, sob o olhar aquilo e atento de Salazar. Entremeados de discursos narrativos de jornalistas, políticos e sob a potente dialética de Noam Chomsky que perdura ao longo de sessenta minutos, passa-se então para o mapa da Europa com o Império Colonial sobreposto, dando a noção da vastidão do Império.

Cenas de uma África Negra dominada pelos colonos brancos sucedem-se até ao dealbar das lutas nacionalistas, cenas do mato, soldados portugueses feridos e mortos sendo evacuados, os discursos patéticos do velho regime, acompanhados de discursos condenadores na ONU e noutros órgãos, da velha política colonial portuguesa. Uma passagem suave a uma ilha aparentemente desabitada, praticamente virgem, de uma beleza inenarrável, dá-nos conta que existia algures, perdida no tempo e no espaço, uma parcela colonial esquecida. Sim, era de facto, Timor-Leste então denominado Timor Português. A pompa da guarda nativa ao Palácio do Governo, o ritmo lento das ruas vazias, centradas no núcleo comercial de Díli, dois quarteirões apenas de ruas asfaltadas. Danças tradicionais e a rica cor das 'lipas'¹⁴ perdendo-se no branco e preto das imagens do ecrã.

Cena do Mercado Municipal de Díli, da célebre luta de galos, e a película passa a colorida. Um aparte curioso de um filme de divulgação turística (anos 60) dedicado ao mercado australiano, incitando as pessoas a visitar um dos paraísos perdidos do Pacífico, descrevendo Timor como uma terra onde há sempre alguém que fala inglês, onde as mulheres são de uma extrema beleza e o povo afável. Uma paródia superficial, descritiva de um Timor que só existia na mente dos produtores do anúncio turístico, da qual perduram na retina as brancas areias das praias e o colorido das lipas.

A narrativa assume agora um corte abrupto, ao passar do idílico Timor para o som e visual das cenas sangrentas da resistência australiana e timorense contra a ocupação japonesa da 2ª Guerra Mundial. O comentário oportuno surge pela voz de veteranos australianos, no sentido de que a Austrália talvez fosse hoje japonesa se não tivessem morrido quase 40 mil timorenses a auxiliar os australianos.

Uma dívida de gratidão totalmente esquecida porque incómoda - alguém comentava. Cenas pungentes de um documentário australiano da época (1943) mostrando a resistência antinipónica. Desta sequência passamos de uma guerra esquecida para uma revolução inesquecível, com a emocionada voz de um locutor de rádio, narrando os acontecimentos do 25 de abril de 1974, algures na baixa lisboeta.

O filme segue então o percurso da Revolução dos Cravos, dos seus ideais e dos seus resultados imediatos. O 'gonçalvismo' é visitado sumariamente para nos explicar como do dia para a noite, os maiores anseios de independência foram oferecidos de mão beijada a Moçambique e às outras colónias de África. Os africanos nas ruas celebrando a sua independência e o comentador a acrescentar que foram momentos de pouca dura, dado o conturbado período que viria a seguir. Como nota positiva, apenas o facto de a bandeira colonial ter sido substituída pelos estandartes de povos independentes.

De novo a câmara se volta para os orientes exóticos, lembrando algo que ficara por fazer. Timor, uma vez mais, ficara esquecido. As imagens acompanham a formação dos principais partidos políticos em Timor, as 'maniãs' de rua, a primeira campanha de alfabetização na Ponta Leste e a primeira eleição democrática de um Chefe de Suco. Curiosamente, é mostrado o detalhe de uma urna de voto: um saco de palha com cerca de um metro de altura, dentro do qual estão dois sacos mais pequenos, os quais só podem ser vistos pelos votantes, que se aproximam e deitam no respetivo saco a pedrinha de voto. Resultado da eleição: o chefe tradicional desde 1959 é substituído por outro de maior apoio popular.

João Carrascalão, antigo comandante militar da UDT faz a sua análise da situação ao som dos arrulhos do pombal que tem no seu jardim australiano. A partir desse momento o filme começa a centrar-se em torno do futuro Nobel da Paz, José Ramos Horta, que relata as aspirações dos timorenses à data.

É a partir desta altura que o filme muda, uma vez mais, de velocidade. Passa-se para as cenas da guerra civil, seguida pela evacuação do governo de Lemos Pires, o qual é posteriormente entrevistado já na ilha do Ataúro.

As imagens sucedem-se, Carrascalão conta a sua viagem a Jacarta e as falsas declarações dos indonésios. As tropas da FRETILIN preparam-se então para pegar em armas (que os portugueses deixaram). A vacuidade dos pedidos de auxílio internacional, a hipocrisia australiana com a visita do então primeiro-ministro trabalhista, Gough Whitlam a Suharto, a promessa de que a Indonésia jamais interviria no processo de Timor, os americanos a aumentarem as suas vendas de armamento ao regime javanês.

As imagens mostram que já não há guerra civil, trata-se de escaramuças nítidas das forças armadas da FRETILIN contra milícias indonésias. Os preparativos da invasão, a preparação para a impossível defesa, os votos de luta até à morte contra o invasor indonésio. O filme percorre as manchetes dos jornais, as declarações políticas em várias capitais do mundo, depoimentos vários de testemunhas, à data ainda em Timor. A inoperância do regime português, a indiferença cúmplice do regime de Camberra, a campanha indonésia denegrida dos timorenses como perigosos comunistas (que nunca foram nem seriam), os últimos retoques para a invasão, até à morte dos cinco jornalistas australianos que testemunhavam em reportagem televisiva as forças invasoras antes de elas terem, oficialmente, declarado a sua intervenção.

Segue-se a declaração fugaz de independência a 28 de novembro de 1975 para o que seriam apenas nove dias de libertação do jugo colonial. O hastear da bandeira colonial, pela primeira vez em mais de 460 anos de colonização. Depois passa-se para a visita a Suharto, do então Presidente norte-americano Gerald Ford, em plena véspera da invasão, documentos secretos mostrando o conhecimento e o aval dado pelos americanos a essa invasão.

A película percorre depois as imagens terríveis da invasão, a mortandade, as campanhas no estrangeiro, dos líderes nacionalistas, tentando alertar o mundo mudo para o que se estava a passar fora dos circuitos visuais de um Ocidente preocupado com o efeito dominó do comunismo na Ásia. Entrevistas com governantes e diplomatas tentando, agora depois de todos estes anos, explicar que as suas atitudes de então eram justificadas face aos dados existentes à data.

Depoimentos vários de sobreviventes, a outra face da miséria no Jamor, e os percursos infundáveis de Ramos Horta nas Nações Unidas e no Comité de Descolonização, de Nova Iorque a Genebra. As forças nacionalistas a tentarem o apoio dos países lusófonos africanos (PALOP's) mantendo a sua voz para que esta fosse ouvida nos corredores do poder mundial. Do outro lado da imagem, a segunda colonização, mostrando Suharto a inaugurar a televisão em Timor Timur, a pompa militarista e opressora dos novos colonos, dispostos a tudo destruir e matar para justificar a sua injustificável invasão.

As imagens mostram as cerimónias de rua com mais bandeiras indonésias do que povo, caras indonésias (que não timorenses) aclamando o opressor. A pretensa melhoria de condições de vida proclamada por Jacarta. As câmaras confrontando políticos, nacionalistas e diplomatas em Nova Iorque, Genebra, Lisboa, Camberra, Harare e Maputo. A falta de meios humanos e materiais para os nacionalistas manterem a sua pressão para que o problema não caia no esquecimento. As comparações da cobertura jornalística mundial ao Camboja e a quase ignorância total sobre Timor. A incongruência do Presidente Carter se ter momentaneamente esquecido dos direitos humanos para aprovar nova venda de armamento à Indonésia, para que esta pudesse aumentar a sua repressão a Timor.

As votações da ONU, as pressões sobre pequenos países para não votarem contra a Indonésia sob ameaças de cortes de auxílio económico. Horta perambulando entre a ONU e o seu humilde apartamento em Nova Iorque. Imagens potentes entremeadas de entrevistas e depoimentos de dezenas de personalidades. O filme termina com Ramos Horta a sair uma vez mais em busca de nova missão para que a voz do povo de Timor-Leste possa ser ouvida e não caia no esquecimento fácil dos fazedores de notícias.

13 Originalmente publicado na revista Macau, #19 de fevereiro 1990. Timorenses. Parte IIª - Crónica 22-1989

14 Tecido tipo 'sari indiano' enrolado à cintura, semelhante ao sarong.

As imagens bem entrelaçadas com depoimentos de inúmeras personalidades mostram bem o porquê do título 'Buried Alive / Enterrados Vivos'. Um povo traído que se recusou a ser vencido e que jamais deixou de lutar mantendo e querendo a sua voz forte para que um dia a ouçam.

Falamos com Gil Scrine relativamente a este documentário narrativo da saga dos timorenses. Gil apaixonou-se pela causa de Timor em 1986 quando se encontrou com Horta nas Nações Unidas. Daí surgiu a ideia deste filme mais do que um documentário. Depois, sem apoios financeiros foi a luta constante e o gasto de várias dezenas de milhares de dólares (milhares de contos) para concretizar o plano de filmagens decorrendo de Lisboa a Nova Iorque, Genebra, Sydney, Harare, Maputo, Washington, Camberra, Perth e Darwin. A apatia das autoridades portuguesas que até ao último momento não haviam autorizado a utilização do tema 'Grândola, Vila Morena' para tema das imagens da Revolução, foram alguns dos milhares problemas encontrados por Gil.

Para ele "não se compreende o silêncio e apatia dos australianos face ao problema de Timor" salientando, no entanto, que obteve bastante apoio de jornalistas portugueses e de refugiados timorenses para a filmagem e narração. "Todos os povos podem beneficiar desta lição exemplar que o filme retrata, pois ela simboliza não só o termo do Grande Império Colonial Português, como a invasão, e as manipulações das grandes potências contra a vontade soberana de um povo", assim comentava na altura Ramos Horta, manifestando-se "satisfeito com o filme" e anunciava então que iniciava uma nova meta da sua carreira por ter sido nomeado Diretor Executivo do programa de Estudos Diplomáticos da Faculdade de Direito da Universidade de Nova Gales do Sul.

Com efeito, nomeado em 1 de julho de 1989, Ramos Horta iria passar os anos seguintes a lecionar preparação e treino em diplomacia e política internacional aos povos indígenas da região, às minorias étnicas e aos timorenses em particular, em área tão distintas como Direito Internacional, Direitos Humanos, Prática Diplomática e de Negociações. O programa recebeu o apoio unânime da academia estadual e visa perspetivar os âmbitos de ação daqueles grupos nos meandros da política internacional. Ramos Horta é licenciado em Relações Internacionais com especialização em Direito Público Internacional pela Universidade de Colúmbia. Anteriormente havia sido investigador e conferencista na Universidade de Oxford em 1988, tendo sido leitor visitante no Instituto Superior Universitário de Relações Internacionais do Maputo, especializado em política externa a partir de 1980. Em outubro 1990 lançou o seu livro 'Timor – Amanhã em Díli' uma versão atualizada do livro em inglês 'FUNU – a saga inacabada do povo de Timor-Leste', publicado em Nova Jersey em janeiro de 1987. Depois de muitas andanças internacionais acabou por ser agraciado em 1996, juntamente com D. Carlos Filipe Ximenes Belo, Bispo de Timor, com o Prémio Nobel da Paz. Relativamente ao filme, afirmava então Horta que este projeto fílmico de Gil Scrine não podia nem devia ser considerado como uma autobiografia inacabada, mas antes como um retrato incompleto que só terminará quando os timorenses puderem regressar à sua pátria. Até lá e como João Carrascalão nos afirmava então. "A luta continua e o inimigo é só um: a Indonésia".

O então Secretário de Estado da Imigração e das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus afirmava com o embaixador de Portugal, José Luís Gomes "a minha casa é a vossa casa até que possam regressar à vossa". A data era incerta, mas a vontade de muitos portugueses e australianos era já então a de os timorenses terem direito ao seu lar. Essa também uma das fortes mensagens do filme, que foi o segundo sobre a saga dos timorenses. Ambos realizados por australianos e nunca exibidos comercialmente em Portugal.

O que motiva a falta de interesse dos cineastas e produtores portugueses naquela saga? Será que, tal como os políticos portugueses, serão os últimos a acordar e a darem conta que o problema de Timor existe?

Outra questão que se podia por é a de aqueles filmes não terem sido exibidos em Portugal, mas decerto os diretores das cadeias de televisão sabem mais do que aquilo que não dizem.

Os anos passaram desde que inicialmente escrevemos todas estas crônicas, mas apesar de todas as mudanças mundiais desde a queda do 'Muro de Berlim', ao fim da Guerra Fria uma coisa, porém, se mantém imutável: a vontade dos timorenses se autodeterminarem e terem a independência a que têm direito, a intransigência dos indonésios durante os 32 anos do regime Suharto e a inoperância das instâncias internacionais em encontrar uma solução justa para o problema.

CRÓNICA 23. POR QUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – II, 23-31 MAIO 2006

Reza a história que quando os portugueses chegaram a Timor encontraram uns que ficaram calados quando os viram eram os timorenses ocidentais ou kaladi enquanto os da Ponta Leste lhes viraram o cu daí serem os Firaku. Posteriormente esta noção passou a distinguir os do Leste, Lorosae, e os do Oeste, Loromonu. Mais recentemente surgiram designações como maubere que Ramos Horta tanto gostava e que viria a ser abolido em 1998. Para entendermos melhor o que se passou no séc. XX debruçemo-nos no livro da Coleção Fórum "Ocupação e Colonização Branca de Timor" da autoria de Teófilo Duarte, ex-Governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial da Editora Educação Nacional Lda, in Estudos Coloniais nº 2, datado de 1944.

23.1. 1894 ANO EM QUE ASSUMIU O SEU GOVERNO... CELESTINO DA SILVA ESCREVE...

A nossa ação de presença efetuava-se em Dily, por intermédio do funcionalismo e duma companhia de guerra com um efetivo de setenta praças, que durante quasi todo o ano permaneciam no hospital ou nos presídios para onde os arrastavam os seus vícios e o seu caráter de incorrigíveis vindos de Macau.

Em todo o litoral norte, havia os comandos de Pante Makassar em Okussi e os de Batugadé, Maubara, Liquiçá, Aipelo, Manatuto, Baucau, Lautém; e no sul apenas os de Viqueque, Alas e Fatumeia. Estes comandos reduziam-se a uma paliçada, quasi sempre de palapa, sem consistência nem condições defensivas de valor... A sua ação limitava-se à área contígua ao forte, e quando os ventos corriam desfavoráveis, desaparecia com a fuga no vapor, de todo esse pessoal escapo às represálias dos reinos e que vinha refugiar-se em Dily, à espera que as habituais operações de reocupação lhe permitissem voltar aos seus postos. O interior encontrava-se assim sem um comando...

Certamente que a eleição dos régulos era sancionada pelo governo; também é facto que eles vinham prestar vassalagem a Dily, formalidade que pouco lhes custava cumprir, e que os interessava pelo espetaculoso de que era revestido tal ato; ainda é certo que expedições compostas de "moradores" e de reinos inimigos batiam umas vezes por outras, os povos mais insubmissos, mas os resultados práticos eram nulos, pois que vencedoras as colunas, logo que elas retiravam, os povos continuavam as suas vidas com umas centenas de búfalos e cavalos a menos, com a perda de luas de ouro, de panos, etc. e com uns milhares de habitantes mortos ou foragidos, e vivendo os restantes no mesmo estado de selvajaria e insubmissão que dantes.

.... As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras. Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhares de timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Esta introdução permite esclarecer porque existem hoje em pleno ano de 2006 confrontos que se chamam de étnicos e que alegadamente assentam na discriminação das tropas entre Lorosae e Loromonu. Durante todo o séc. XX houve revoltas e guerras tribais sendo as mais célebres as de Manufahi e a de Uato-Lari, mas foram centenas delas embora se tivessem diluído após a II Grande Guerra. Queremos com isto deixar bem claro que a pretensa unidade timorense contra o invasor indonésio colocou de parte estes conflitos tribais nunca resolvidos. Quando o inimigo era só um e se chamava Indonésia as guerras tribais ficaram esquecidas. Depois de conquistada a independência e dados os primeiros passos duma democracia que não tem fundamentos históricos ou tribais onde assentar é chegada a altura de se acertarem as contas. Se não houver uma intervenção firme que permita sentar todos os intervenientes tribais de todo o território a situação ficará decerto fora de controlo, para gáudio da Indonésia e da Austrália que assim melhor partido podem tirar da sua exploração das riquezas de Timor.

Ainda será possível evitar mais confrontos, mas terá de se criar, por exemplo, um Conselho de Sábios como propunha Castro Seixas em "Pública" (jornal Público de 21 de maio de 2006) e "criar mais do que uma rai-klaran (Terra do Meio ou Mundo) e torná-las património nacional. Regiões onde as pessoas afluem duas ou três vezes por ano. Sem esses rituais de nacionalidade será mais difícil construir adequadamente a nação".

"É apenas preciso que a elite dominante burguesa e educada em português entenda esta realidade raramente estudada e tenha a coragem de não entrar em vinganças, mas antes crie uma atmosfera de conciliação que dê razão a uma nação para todos os timorenses e não apenas para as tribos que agora estão na mó de cima" (J. Chrys Chrystello, maio 2006).

Continuemos com a obra atrás citada:

.... As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras. Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhares de timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Para o comerciante, tal estado de coisas era lucrativo, pois que o consumo de pólvora e de armas permitia-lhe auferir largos proventos; para o Timor, tal ocupação era agradável, visto que dotado de índole guerreira preferia os frutos das razias, àquêles que pudesse arrancar à terra, mas mantinha-o selvagem; para Portugal esta situação embora vergonhosa, era inevitável, visto que uma ocupação imediata e sólida só se conseguiria à custa de pesados sacrifícios com expedições, e com a permanência de quadros e efetivos que pudessem colher os frutos, sempre tardios de tais processos.

Por isso os nossos governadores consideravam-se muito felizes, quando as ditas guerras entre os reis timores não se apresentavam com o caráter de francamente rebeldes contra a nossa soberania, e quando os régulos se prontificavam a aceitar a fórmula, embora platónica do preito de vassalagem. Muitas

vezes, um ou outro pedia o nosso auxílio, o qual quasi sempre se procurava negar, ou a nossa intervenção como medianeiros, e numerosos eram os casos em que Portugal aparecia como árbitro entre as partes, que ou se conformavam com a solução proposta, ou preferiam recorrer às armas, e neste caso, o nosso papel limitava-se ao de espectador impotente para se impor aos milhares de contendores.

Bem cedo, Celestino da Silva nomeado Governador reconheceu que antes de ensaiar e levar a efeito, tentativas de desenvolvimento económico, se impunha o terminar de contendas, quer de povos para povos, quer de rebeldias contra a nossa soberania, e por isso começou uma obra de ocupação, morosa sim, porque os seus recursos lho impunham, mas contínua e segura. Não se sentiu com fôrças para entrar logo numa campanha franca e aberta contra todos aqueles que não acatavam a nossa autoridade; e assim é que tendo desembarcado em maio, manda em sete de julho, o alferes Duarte com cem moradores, a fim de procurar conciliar os reinos do Piço e de Liquiçá, que se encontravam em guerra.

A diplomacia do oficial, os presentes aos régulos intermediários, e ainda a força de cem espingardas, fizeram com que terminasse a luta sangrenta, e é de notar o trabalho do referido comandante, que antes de recolher a Dily, entendeu que devia completar a sua missão de mediano, com a solicitação, de resto atendida pelos povos, para uma limpeza geral às plantações de café, contíguas ao seu acampamento, e que eram propriedade dos referidos indígenas. Este simples episódio é o despontar de uma nova política em Timor, que mais tarde haverá de ser generalizada com um grande sucesso, não só ali, como em outras colónias... o oficial deixava de ser o severo comandante de tropas e colunas, tudo raziando, devastando, e fazendo consistir a sua glória no número de vítimas caídas, para se transformar no colonizador, que após os rudes combates a que obrigava a índole insubmissa dos povos que lhe mandavam bater, procurava encaminhá-los no sentido da riqueza e civilização.

Ampliações de plantações, aberturas de estradas, limpezas de caminhos, etc., tudo isso eram trabalhos que faziam do Comandante Militar ou de Posto, o guia de todos aqueles que na véspera tratara com a severidade de um dominador. As instruções dadas por Celestino a tal respeito eram as seguintes:

"É absolutamente indispensável que os comandantes militares subalternos se instrua sobre a língua dos indígenas, seus usos e costumes; que conheçam dentro da área da sua jurisdição, todos os caminhos ainda os mais recônditos, todas as povoações, todos os habitantes, os chefes indígenas e suas famílias; que lhes não passe despercebida a saída para fora, ou a entrada de qualquer; que tenham perfeito conhecimento de todos os casamentos, óbitos e nascimentos; que façam um arrolamento exato da população; que não deixem derrubar florestas cuja destruição possa exercer influência nas condições climáticas; que não deixem despir de arvoredo, as nascentes de água; que conservem sempre em bom estado de limpeza as suas plantações de café, e se fazem cultivos suficientes para a sua alimentação; se há transgressão dos regulamentos de polícia rural dos mercados; se o contrabando se exerce; se são respeitados os regulamentos que regem a venda do sal; e enfim se há quaisquer causas que possam vir a alterar o sossego público. É isto que os Senhores comandantes militares têm o dever de exigir dos seus subalternos, além do mais que especialmente lhes determinem, por isso que das faltas, dos desleixos, da incúria deles, são os primeiros responsáveis."

Vejamos agora qual foi a sequência dos seus trabalhos de ocupação militar e administrativa; à medida que se ia sentindo com força suficiente para os por em prática.

Em agosto, Celestino cria o comando do Remexio, a pouca distância de Díli, de onde podia ser socorrido com facilidade. Significava este facto, dada a situação da localidade no interior, a intenção firme de realizar a penetração; e tal comando é uma lança apontada contra Aileu e Manufahi. Em outubro vale-se do pedido de auxílio feito pelos povos de Ermera, Atsabe e Bobonaro contra os Lamaquitos que os atacavam, para lançar uma expedição contra estes rebeldes, a qual comandada por um major que levava dois oficiais, doze europeus e duzentos e sessenta moradores de Díli, os bate após vinte dias de lutas; aproveita-se então desta vitória, e em dezembro estabelece o comando de Ailéu, a meio da ilha, guarda avançada da do Remexio, criado cinco meses antes.

Manufahi sente-se cada vez ameaçado, mas o prudente e astuto Governador não julga ainda azado o momento de dar o golpe de massa que aquele reino, o mais poderoso de Timor e cronicamente rebelde, precisava. Mete-se a época das chuvas que dificultam as operações militares, mas o balanço guerreiro daqueles seis meses de governo da colónia é bem lisonjeiro, pois traduz-se numa campanha vitoriosa, e na criação de dois comandos militares no interior.

23.2. março 1895,

... isto é, no ano seguinte, uma nova coluna de um Capitão, quatro oficiais, dezasseis praças de primeira linha e duas companhias de moradores, é lançada contra os reinos de Oeste, os mesmos batidos no ano anterior, e o seu bom resultado no fim de vinte-e-quatro dias, permite em junho, a criação dos comandos de Cailaco e Ermera, e em agosto, a do comando-geral da contracosta, que é uma nova cunha que se vem juntar à de Aileu cravada em pleno coração de Timor.

É neste mesmo ano, que se lança contra Manufahi, uma poderosa expedição comandada em pessoa por Celestino e composta de três alas: a de oeste chefiada pelo Capitão Câmara, tendo como base de abastecimento e operações o comando de Fatumeia; a de leste apoiando-se em Alas; e a do centro dependente diretamente do Governador, com base em Aileu. Como traço de união entre o centro e a ala direita muito destacada, há os arraiais do alferes Duarte que se apoiam em Ermera e Cailaco. São ao todo doze mil homens, dentre os quais apenas umas dúzias de soldados europeus, e uns centos de moradores, sendo o resto arraiais armados e combatendo à maneira indígena.

O plano de operações é de envergadura, e dele devia resultar a asfixia dos rebeldes, estrangulados pelo abraço mortal das três colunas. Infelizmente o comandante da ala direita, dado o seu papel de relevo na colónia, aonde era secretário do governo, julgando-se por isso autorizado a proceder com certa independência, em lugar de se limitar ao papel de efetuar a demonstração de força que lhe fora recomendada, de modo a conter os reinos de Oeste em respeito, para que estes não pudessem prestar auxílio a Manufahi, e seguir então a colaborar nas operações contra este povo, avança para o sul, em vez de o fazer para Leste, prende, vexe, espanca régulos, e bombardeia a povoação de Forem, num estado de irritação e orgulho enormes, pela resistência passiva oposta ao fornecimento de carregadores.

É certo que o estado de espírito daqueles povos não permitia depositar neles grandes esperanças para exigir uma possível colaboração, mas segundo as conclusões formuladas no inquérito ao desastre, isso devia ser mais uma razão para não se usarem meios violentos e para procurar que ao menos se não manifestassem ostensivamente.

A não-observância de tal atitude teve como resultado um ataque formidável por parte de todos aqueles povos, uma luta desesperada que durou um dia e uma noite, e uma retirada de Forem sobre Fatumeia quando começaram escasseando as munições. Ao chegarem, porém, aqui, encontraram o forte incendiado e a guarnição trucidada; o desânimo apoderou-se de todos, e fazendo fogo aqueles a quem restavam cartuchos e fugindo os restantes num salve-se quem puder indescritível, são na sua quasi totalidade, vítimas de uma chacina implacável.

As cabeças cortadas de quatro oficiais, de alguns sargentos, e de várias praças europeias e indígenas, são troféus que fazem delirar os rebeldes; as peças de artilharia, algumas centenas de espingardas e de munições servem-lhes-ão para a campanha do próximo ano contra as nossas forças, e o forte de Batugadé abandonado pela guarnição espantada do morticínio é pasto das chamas.

A repercussão em Díli de tal desastre é enorme, e exige o regresso imediato do Governador, então em operações na baliza de Manufahi; os europeus julgam voltados os velhos tempos em que a capital era ameaçada de perto pelas hordas selvagens e anteveem as cabeças de todos constituindo já ornamento das cubatas dos vencedores. A serenidade volta, embora a muito custo, mas da parte do governo há que por de parte o plano esboçado do envolvimento de Manufahi, e as operações limitam-se a ataques feitos pelas duas colunas subsistentes, a do centro e a da esquerda, que queimam povoações, cortam cabeças, e fazem as presas habituais, sem que, entretanto, os resultados fossem os que se almejavam, quando se concebera e planeara a campanha. Em outubro criou-se, porém, o posto de Comoro, e assim Díli fica cingida por três comandos: o do Remexio, o de Aileu, e o de Comoro, que a põem a coberto de qualquer surpresa e eventualidade.

23.3. PRINCÍPIOS DE 1896

Passam-se meses na preparação da campanha de desforra do desastre de Cova e Fatumeia; entretanto em junho desse ano, estabelece-se o posto de Buibau, a doze quilómetros de Liquiçá, e que representa nesta região, a flecha de penetração no interior; nesse mesmo mês se inicia a reconstrução de Batugadé base permanente de ataque aos reinos de Oeste, sob a proteção duma forte coluna de desembarque e de outras duas manobrando a leste de Lois, cuja missão era não deixar efetuar a concentração de toda a região rebelde contra Batugadé, o que se conseguiu. Uma delas, a do comando do alferes Duarte empenhou-se a fundo contra Cotubaba, Sanir e Cova, e em trinta dias faz uma colheita abundantíssima de cabeças.

Em agosto, a coberto destes sucessos, cria-se o comando de Balibó, a quinze quilómetros para o interior de Batugadé; em setembro ataca-se Deribate, o qual é batido pelos quatro mil e setecentos auxiliares do alferes Duarte, e em outubro Fatumeia. Estas vitórias para a obtenção das quais muito contribuiu uma companhia de duzentos e cinquenta africanos, chegada nos meados desse ano, constituíram uma expiação tremenda para aqueles povos, pois a preocupação de dar um exemplo severíssimo levava a não conceder quartel e a não poupar sexo nem idade. Regiões houve como Cova que ficaram, despovoadas, pois os habitantes que escaparam dos furores da carnificina fugiam para o holandês, e temerosos das represálias impostas não só pelas colunas como pelos postos, não se aventuravam a voltar às suas terras.

Em janeiro de 1897, cria-se o comando de Bobonaro, o qual com Batugadé e Balibó consolida cada vez mais o nosso domínio entre aqueles povos. Em maio desse ano monta-se o posto de Laivai e em julho o de Laleia. Em setembro, numa expedição de sete dias bate-se Lolotoi e Camenasse, a sul de Bobonaro, e como consequência cria-se o comando do Sudoeste, abrangendo Bobonaro, Lolotoi, Suai e Raimea.

O ano de 1898 é consagrado a recolher os frutos das vitórias alcançadas em 1896 e 1897, e a beneficiar do labor guerreiro que tinha caracterizado estes dois anos, e assim em março cria-se o posto de Ossú, em julho o de Laclubar; em outubro o de Cotubaba, e em abril seguinte o de Guguleuro. Em julho 1899 dominam-se as veleidades de revolta da gente de Cailaco e de Atsabe, numa campanha de noventa dias na qual perdeu a vida o bravíssimo alferes Duarte, que em Timor deixou um nome aureolado de glória.

O seu prestígio entre o indígena era de tal natureza que a lenda da sua invulnerabilidade às balas vulgares passou a ter foros de coisa assente, e a superstição Timor fez correr que só uma bala de ouro podia matar o terror das suas falanges. Algumas se fabricaram com tal fim, mas o destino, caprichoso

como uma mulher, fez cair morto o bravo "arbiru" num parapeito que acabara de saltar com a sua temeridade habitual. Foi uma perda importante para a colônia, porque oficiais como esse denodado batalhador não apareciam com frequência, pois realizava o protótipo perfeito do chefe de guerra de tropas irregulares. Este simples subalterno saído dos quadros inferiores do exército, tinha a centelha guerreira e comandava cinco e seis mil guerreiros com um "sans façon" e uma naturalidade estupendos. Adaptara-se de tal maneira ao seu papel de chefe de horda, que para animar as suas tropas em combate, não raras vezes marchava à sua frente, bailando e entoando os hinos de guerra Timores, desprezando as balas que prostravam os seus companheiros e que o poupavam a ele durante tantos anos. Morreu porém da morte dos heróis, em plena batalha e com a consciência do dever cumprido. Honra à sua memória!

Como consequência destas vitórias, cria-se o comando da Hatolia e o posto de Leimea, e em agosto o de Barique. Assim em cinco anos, instalam-se várias linhas de postos de ocupação permanente, em direções perpendiculares às costas norte e sul, e dominando as regiões entre Batugadé e Bobonaro, Liquiçá e Hatolia, Díli e Maubisse, Manatuto e contracosta, Baucau e Ossú, o que juntamente com Viqueque e Alas significava o estabelecimento em toda a ilha de postos militares agrupados em comandos.

De quarenta em quarenta quilômetros, estava-se seguro de encontrar um posto de oficial, sargento ou régulo fiel, com a sua guarnição, pequena é verdade, mas a que emprestava uma enorme força, moral e material, a proximidade de outros postos, e o apoio das repetidas colunas expedicionárias.

O Timor dia após dia, sentia-se apertado numa rede cada vez mais densa de comandos e postos, não desfrutando já daquela liberdade guerreira, a que estava habituado.

Então manifesta-se aqui, ali, por toda a parte, o estremecer dos reinos, dos sucros, das povoações ilaqueadas e embaraçadas numa malha flexível cedendo um momento, para recuperar a sua primitiva posição. É um explodir não já de revoltas importantes, mas sim de distúrbios sucessivos de pequena intensidade, visto que a ação política dos comandantes, orientada no sentido de aproveitar as rixas e inimizades ancestrais impedia as grandes combinações.

Em outubro de 1900, como exceção há ainda a revolta de Manufahi dominada, porém, a breve trecho. A título de esclarecimento, para se poder fazer ideia dos recursos militares com que dominávamos tais rebeliões e da intensidade que revestiam os combates...

Oficiais superiores 15, oficiais inferiores 18, oficiais de 1ª linha 45, 2 voluntários, 24 régulos, 54 cabos, soldados e corneteiros, 25 oficiais superiores comandantes das forças irregulares, 1096 forças da 2ª linha, 12 333 forças irregulares, 649 auxiliares carregadores, 30 maqueiros....

23.4. dezembro 1901

...há a rebelião de Nunomerque, em julho 1902 bate-se o Suro, em agosto Lautém e Lolotoi, em janeiro 1903 Letefoho e finalmente em julho, Aileu.

Em março 1904 Kelikay sofre o ímpeto de duzentos moradores e dois mil auxiliares armados de espingardas de pedemeira, e deixa em poder dos vencedores trezentas cabeças e duzentos búfalos, tendo-se consumido oitenta e duas granadas e cinco mil e oitocentos cartuchos, além de dezoito barricas de pólvora.

Em outubro de 1904 cria-se o posto de Iliomar ao sul de Lautém, que por ser o comando mais remoto, não prendera tanto a atenção dos governos. Em março desse ano há o sobressalto de Funar, em julho de 1905 o de Aituto e em janeiro de 1906 estende-se cada vez mais a ocupação para o sul de Lolotoi, atingindo-se Memo.

Em maio de 1907 o eterno irrequieto e o adversário de mais peso, aquele contra o qual as nossas armas nunca tinham alcançado uma vitória de tal maneira decisiva que lhe tirasse, de todo, as veleidades de instigador de rebeliões, lança fora a máscara com que fora iludindo as nossas desconfianças, e lança-se na guerra, o que nos obriga à mobilização de todos os nossos recursos, mas que teve por consequência, o ministrar-se-lhe uma lição tão severa que o levou a ficar sossegado durante alguns anos.

Do exposto se vê que desde meados de 1894 a 1900, a nossa ocupação se estendeu a quase todo o interior, e que as últimas revoltas anuais quasi sempre insignificantes, e dominadas pelos recursos locais de cada comando, eram estremeções epiléticos de um povo sufocando nas malhas apertadíssimas de uma organização administrativa que lhe paralisava os movimentos desordenados e atrabiliários. E tal resultado conseguiu-se sem o auxílio de expedições do exterior, pois tirante a companhia desembarcada após o desastre de 1895, sempre as campanhas se fizeram com moradores de Díli e Manatuto armados de espingardas Remington e principalmente com arraiais usando azagaia e catana, pois as quinhentas espingardas não chegavam para os milhares de timores que combatiam a nosso lado hoje, para serem batidos amanhã pelos seus adversários de véspera, agora nossos aliados.

Lutar nestas condições era para nós uma empresa perigosíssima, por termos não só de nos precaver contra traições, como também por não possuímos a superioridade esmagadora que na maioria das lutas travadas pelos povos civilizados nas colônias, lhes é assegurada por uma maior eficiência de armamento.

Os nossos moradores usando a Remington, certamente combatiam em melhores condições que o inimigo, mas não só o seu número era pequeno, como também a ausência de disciplina e espírito militar que os caracterizava, não faziam deles uma tropa segura. As dificuldades eram tremendas pois para nós que sempre tínhamos o papel de atacantes, e é inconcebível como indígenas de civilização rudimentar, armados na sua quasi totalidade de azagaias e catanas, tinham, entretanto, atingido uma perfeição espantosa na maneira de prepararem os seus entrincheiramentos.

Não havia combate que não se traduzisse da nossa parte em demorados bombardeamentos de posições inimigas, no ataque e conquista feitos palmo a palmo das linhas sucessivas de trincheiras, na destruição de abatizes, de covas de lobo, de traveses e de parapeitos feitos de terra, de plantas espinhosas, de bambuais enfim. E isto num terreno acidentadíssimo de que em Portugal não há similar, no meio dum arvoredo traiçoeiro que permitia os fuzilamentos à queimadura e contra um povo que nos acessos de desespero lutava por vezes com uma bravura tão heroica que ela poderá sofrer com a de qualquer outro.

Melhor que qualquer descrição pode dar uma ideia do que se passava, a seguinte transcrição do diário de campanha do Chefe de Estado-Maior da coluna de operações contra Manufahi, de 1900, o qual abrange o período que decorre de 17 de outubro a 25 de novembro:

A marcha para Aileu efetuou-se pela seguinte forma, no dia determinado:

Na frente, com intervalo de uma hora, o comboio devidamente escoltado por forças de Viqueque, Vemasse, Laleia e Laga;

Guarda avançada, o arraial de Viqueque;

Corpo principal, moradores de Batugadé, de Baucau e o arraial de Vemasse;

Guarda da retaguarda, os arraiais de Laleia e Laga;

Na testa do corpo principal seguia S. Ex.º o Conselheiro Governador e o seu Estado-Maior, o serviço de saúde, capelão e outros oficiais que iam assumir o comando das suas respectivas unidades;

Escolta do quartel-general, moradores de Manatuto;

As bagagens do quartel-general seguiam entre a guarda avançada e o corpo principal.

A marcha para Aileu, em terreno amigo fez-se em condições regulares, podendo reputar-se boas, se se atender às deficiências e péssimas circunstâncias dos caminhos mal traçados e construídos, quando não se limitavam aos trilhos dos indígenas, com declives exageradíssimos, muito estreitos, maus pisos, argilosos geralmente, o que os tornava escorregadios à menor umidade que recebiam, de cotovelos apertadíssimos, trepando e descendo elevadíssimas montanhas. Estas condições, porém, eram de sobra conhecidas, e absolutamente impossíveis de remediar na estreiteza do tempo, em que urgia realizar as operações de guerra, por se aproximar com brevidade a época das chuvas, época doentia em que as marchas são impossíveis, pelas numerosas ribeiras e linhas de água que é forçoso atravessar e que são impraticáveis nesta época.

Durante a marcha e à ordem de S. Ex.º o Governador, fez-se o primeiro alto em Comoro às 7,15 horas, a.m. e o primeiro grande alto em Vessaca, onde se preparou a refeição da manhã, às 10,15 a.m. em uma portela da montanha de Mano-Udo, que dá passagem para a sua vertente sul, tendo antes havido um pequeno alto a meio da vertente que olha para o norte. No primeiro grande alto, em Vessaca, cuja altitude é de 1:082 metros, reconheceu-se mais uma vez, para os que não se estreavam nesta campanha, o grande inconveniente dos maus e estreitos caminhos, e do transporte de carga por indígenas, dando um extraordinário alongamento à coluna de marcha, impossibilitando num dado momento e em determinado ponto a concentração de todas as forças, e retardando de bastantes horas as marchas, obrigando a andamento muito moroso, tornando-as por isso muito fatigantes e incómodas, para o que também em grande parte contribui a falta de disciplina que os seus chefes naturais não sabem manter, salvo raras exceções, consentindo nas constantes paragens e descansos que logo aproveitam para comer ou mascar e que à sua vontade fazem durante as marchas, se não são vistos dos oficiais e oficiais inferiores de primeira linha.

Estes factos, porém, que noto no meu diário por cumprimento rigoroso do meu dever, nem me surpreenderam nem causaram estranheza, por os conhecer de experiência, por serem irregulares as forças às quais me estou referindo, e por não haver meio que completamente remedeie os inconvenientes apontados, embora a generalização do uso já estabelecido do transporte de cargas a dorso de cavalos, com arreios apropriados, melhora muito as condições das marchas em tempo de guerra.

Saída de Ve-Saca às 12H,15 do dia, chegada ao Comando militar de Aileu às 12,30, p.m. sendo o caminho depois da descida da montanha de Mano-Udo, feita pelo leito da Ribeira a que uns dão o nome de Lacló e outros de Aileu, esta afluente da de Lacló e que passa a duzentos metros do reduto do comando militar.

Estabeleceu-se o "acampamento" entre duas povoações abandonadas, ambas denominadas Uro-Buli, altitude 1:250 metros, e entre as ribeiras de Era-Meta; à retaguarda e Maubisse à frente.

O sistema seguido no serviço de vigilância e segurança de noite nos acampamentos, durante toda a campanha foi sensivelmente aconselhado por Peroz no seu livro "La Tatiq au Landan", adotado já em muitas expedições em África, como em 1894 na Guiné, na campanha contra os papuas e grumetes da ilha de Bissau, contra o poderoso chefe Vátua, o Gungunhana, com resultados muito seguros.

A linha de desenvolvimento do acampamento, moldando-se à crista militar do terreno, e apropriando-lhe todas as ondulações e vantagens militares, era contínua e de traçado irregular e por vezes caprichoso, devido ao acidentado do terreno e à natureza das forças irregulares de que se compunha a coluna de ataque, sendo impossível por falta de instrução militar, ainda que o terreno o permitisse, impor-lhes formações regulares de batalha, em ordem unida além da linha geral e exterior de defesa ocupada pelos diferentes arraiais conservarem estes a mui próxima distância as suas reservas, que em caso de ataque reforçariam a primeira linha, pondo-a ao abrigo de qualquer ímpeto atrevido do inimigo em massa.

Além destas disposições, mantiveram-se sempre, apesar do preconizado por Peroz, os postos de observação nos altos que dominavam os caminhos e passagens, que mais facilmente podiam dar acesso a quaisquer tentativas do inimigo, obtendo-se sempre os melhores resultados e maior segurança nos acampamentos, tendo sido sempre frustradas todas as tentativas feitas pelo inimigo de dia ou de noite, de ataque às nossas posições.

Dia 6. Por determinação de S. Ex.º o Conselheiro Governador, foi o Chefe de Estado-Maior, o seu ajudante e pessoal respetivo, dirigir um "reconhecimento ofensivo" a Leolaco, empregando as forças do centro, da esquerda, da direita e reserva, conforme as circunstâncias e necessidades da ocasião; começou o reconhecimento pelo ataque de artilharia à povoação da direita de Leolaco, simulando com forças de infantaria, ataques em diferentes pontos do monte em direção à povoação do régulo.

A princípio, o inimigo inteiramente a coberto pelas suas trincheiras e espesso arvoredo, conservou-se silencioso, sem denunciar os seus postos defensivos, mas apertado pelo avançar das forças de infantaria, calado o fogo da artilharia, em toda a linha das nossas posições de ataque, rompeu em grande aclamação, respondendo em toda a sua linha defensiva que circundava o monte de Leolaco, aos fogos das nossas forças, reconhecendo-se então que além de alguns postos avançados bem fortificados, para guarda dos currais de búfalos, abastecimento de água e quaisquer outros fins, tinha o inimigo uma extensa trincheira de terra, revestida de bambu grosso, cingindo a crista militar do monte Leolaco., toda seteirada com três ordens de seteiras, sendo estas formadas na espessura das trincheiras, por tubos de bambu.

O inimigo embora bem distribuído com ordem e disciplina em toda a sua linha defensiva não me pareceu numeroso, calculando-o em oitocentos a mil homens. Reconheci mais que estava bem fornecido de pólvora, pelo uso frequente que fazia dos seus fogos, respondendo aos nossos, o que não é dos costumes desses povos quando lhes não abunda a pólvora, porque só empregam então os tiros quasi a queima-roupa.

A povoação era dominante, muito arborizada, regularmente fortificada, separada por uma ribeira funda e estreita, - Tato-Besse - das nossas posições a norte, as quais ocupavam as cumeadas de um contraforte cujo nó, ocupado pela ala direita estabelecia a ligação de Leolaco com Riak; a E. e a N.E. descia em rampa suave o caminho descoberto até à ribeira de que já falamos, Tato-Besse, ficando-lhes sobranceiros os montes de Bandeira e Husso, célebre este último por ali ter sido ferido em 1895 o valente e malgrado alferes Duarte; pelo lado sul era inacessível, e as melhores informações diziam que não havia água em Leolaco, abastecendo-se o inimigo da pequena ribeira de Tato-Besse. Recolhidas estas informações que foram presentes a S. Ex.^a o Conselheiro Governador, determinou o mesmo Ex.^{mo} Senhor "ataque geral" para o dia imediato, conforme o determinado na ordem número vinte. Neste reconhecimento sofreram as nossas forças algumas baixas, sendo mortalmente ferido o soldado da companhia de Timor, N.^o 40/173 Froádio Bonifácio.

Durante a noite, não houve novidade alguma. Continuou a varíola a atacar o nosso posto.

Dia 7. Efetuou-se o combate geral de Leolaco, iniciado pela artilharia como estava determinado. O ataque demorou desde as 6 horas a.m. às 5,30 p.m. resistindo sempre o inimigo com bastante valor e tenacidade. Tomaram-se-lhe alguns postos, mas vencido um entrincheiramento, outro aparecia resolutamente defendido pelo inimigo; em todos os pontos tomados, foram-lhe destruídos os abrigos.

As nossas forças sofreram algumas baixas, devendo o inimigo ter sofrido grandes perdas, que não puderam ser avaliadas, por se ter conservado sempre abrigado e encoberto e ser espesso o arvoredo. Não houve novidade durante a noite. Começaram a aparecer diarreias e febres nos arraiais e a da varíola.

Dia 8. Como se tivesse esgotado a reserva geral de munições de guerra e não tivessem chegado as que a todo o momento se esperavam de Alas, para onde tinham já partido os carregadores necessários, e expedidas todas as ordens, determinou S. Ex.^a o Conselheiro Governador que houvesse hoje descanso geral às forças, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo saísse dos seus entrincheiramentos. Pela 1 hora p.m., saiu o inimigo das suas trincheiras com algum gado para se abastecer de água na ribeira, foi batido e repellido com grandes perdas pelas forças do centro e da esquerda. De noite não houve novidade.

Dia 9. Efetuou-se de novo o ataque geral a Leolaco como foi determinado em ordem número vinte e dois. Tomaram-se mais alguns postos ao inimigo que defendia palmo a palmo a sua posição, não chegando, porém, a alcançar-se em parte alguma, a trincheira grande. As nossas forças tiveram as baixas que constam do relatório do serviço de saúde. Durante a noite não ocorreu incidente algum; as munições de guerra começaram a escassear e a desenvolver-se a varíola.

Dia 10. Realizou-se o ataque determinado na ordem respetiva, tomando-se com bastante dificuldade alguns postos inimigos; este vendo aproximar-se a artilharia para lhes bater com maior certeza as trincheiras, fez uma sortida por E. pretendendo tomar uma boca-de-fogo B.E.M. 75 às forças do centro, sendo repellido com grandes perdas entre mortos e feridos. A boca-de-fogo foi defendida com toda a energia, pela sua respetiva guarnição e apoio dos moradores de Díli e Lacló, sendo gravemente ferido numa ocasião, o Capitão de moradores de Díli, Marçal Sequeira, que se houve com toda a valentia. Às 4,30 p.m. conseguiu a artilharia demolir uma parte da trincheira do mesmo lado E. dando o centro e ala esquerda, investida às trincheiras que transpuseram, e foi queimada uma povoação, dependência do régulo, sofrendo o inimigo numerosas baixas. Como fosse adiantada a hora e o inimigo tivesse recuado para outros entrincheiramentos, onde mantinha com tenacidade a defensiva, retiraram as forças do centro e ala esquerda para os seus acampamentos, conservando intercetado ao inimigo o abastecimento de água. Durante a noite no houve novidade; continuaram os ataques de varíola nos arraiais, algumas febres e diarreias.

Dia 11. Continuação do ataque à povoação do régulo em Leolaco que não pode ser tomada, mostrando as nossas forças grande cansaço e fadiga pelo serviço aturado de tão repetidos ataques e algum desânimo, por se baterem a peito descoberto contra o inimigo bem fortificado e fortemente entrincheirado e a coberto. Ainda assim, foi o inimigo repellido de alguns dos seus postos, sofrendo perdas consideráveis, tomando-se-lhes as últimas nascentes de água de que poderia abastecer-se, e que ficaram ocupadas e defendidas por postos das forças do centro e ala esquerda. A noite decorreu sem novidade. Tomaram-se como nos dias anteriores, alguns búfalos ao inimigo.

Dia 12. Descanso geral para todas as forças da coluna, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo se forneça de água e saia dos seus últimos entrincheiramentos.

Dia 13. Ataque a Fenan, povoação grande de Manufahi, a S.E. de Leolaco, pela ala esquerda, sob o comando do senhor alferes Antunes, e pelo centro comandado pelo Sr. Capitão Vasconcelos, ficando em Leolaco o inimigo cercado pelas restantes forças da reserva e ala direita, ocupando a primeira e segunda unidade do comando dos senhores alferes Andrade e tenente Reveredo, respetivamente as posições da ala esquerda e centro.

Na noite de 12 para 13, foi feita uma investida de surpresa, às trincheiras inimigas, pelos arraiais de Ulmera, Fatomassi e pico da reserva, coadjuvados pelos de Irléo, Atabai e Balibó da ala direita, que não deu resultado. Às 2,30 horas da noite de treze, o inimigo surpreendeu um dos nossos postos de primeira linha, constituído pelo arraial de Vemasse, matando-nos à arma branca quatro homens, e ferindo-nos nove, tendo causado um princípio de pânico que brevemente se desvaneceu, sendo o inimigo repellido e perseguido com bastantes baixas. Não houve qualquer outra novidade.

Dia 14. Continuação do ataque a Fuan, conservando-se em volta de Leolaco a mesma vigilância e atitude, trocando-se algum tiroteio com o inimigo, conseguindo os arraiais de Fatomassi, Ulmera e Pico, aproximarem-se das últimas trincheiras inimigas, lançando fogo ao revestimento exterior de bambu. A ala direita destacou uma coluna volante em perseguição do inimigo e apreendeu-lhes bastantes animais. Não houve novidade alguma durante a noite.

Dia 15. Prossegue com vantagem para as nossas forças o ataque a Fuan. Em volta de Leolaco continua o inimigo a ser incomodado com repetidas investidas dos nossos, que todos os dias lhe matam gente, apreendendo-lhes búfalos, cavalos e outros animais, a maior parte mortos a tiro e que são consumidos na alimentação das diferentes forças. Mantém-se a proibição do consumo de munições para armas retrocargas, por estar esgotada a reserva geral da coluna, ser reduzida a das diferentes unidades, e não poder contar-se senão com a remessa que se requisitara ao depósito geral, esperada hoje ou amanhã, por não haver no depósito de material de guerra do distrito. Durante a noite, não houve novidade.

Dia 16. Tomada de Tuan, perdendo o inimigo cinquenta e nove prisioneiros, oitenta e cinco cabeças, e muitos mortos e feridos, alguns deles atacados de varíola; as presas em milho foram abundantes; as nossas forças tiveram trinta e dois feridos e sete mortos. As forças que tomaram Tuan efetuaram o avanço em Manufahi, até o mar do sul; às 10 horas a.m. o inimigo de Riak e Babulo que se refugiara na Serra de Cablac atacou pela retaguarda a ala direita, fazendo ao mesmo tempo deste lado uma sortida o inimigo concentrado em Leolaco com o fim talvez de dar fuga aos seus chefes e famílias, sendo porém repellidos com grandes perdas e cortada a cabeça ao chefe de Riak. A noite decorreu sem novidade. Apresentaram-se os chefes de Rotuto pedindo perdão.

Dia 17 e 18. Descanso geral às forças da coluna, conservando-se cercado o inimigo em Leolaco. Chegaram as munições de guerra esperadas. A epidemia de varíola continua a sua marcha progressivamente assustadora; o inimigo em Leolaco promete apresentar-se às autoridades, se S. Ex.^a o Governador lhe levantar o cerco, não o fazendo na ocasião porque teme as represálias das nossas forças. Estas noites passam-se sem incidente algum, sendo profundo o silêncio das posições inimigas.

Dia 19. Último ataque a Leolaco pelas razões aduzidas na respetiva ordem; S. Ex.^a o Conselheiro Governador assistiu e dirigiu pessoalmente este ataque estabelecendo-se no centro da linha geral de investimento em Turu, mandando o seu Chefe de Estado-Maior e adjunto para o flanco direito. A artilharia iniciou o ataque, dirigindo muito regularmente os seus fogos, e aproximando-se a quatrocentos metros da posição mais forte do inimigo. A primeira investida das forças de infantaria sob a proteção dos tiros de artilharia, que eram feitos com bastante precisão, foi arrojada e valente, aproximando-se a cinco metros da trincheira mais alta e forte do inimigo, onde caíram os primeiros feridos das nossas forças do flanco direito, e entre eles o régulo de Atabai, Dossi Lelo, o que causou um certo desânimo.

Restabelecido o primitivo entusiasmo, deu-se uma investida que poderia ter sido coroada de melhor êxito se uma bala não prostrasse gloriosamente no campo de batalha, ferindo-o no coração, o 2º sargento Ernesto da Conceição, número 65/512 da Companhia de Guerra de Timor, e que comandava uma boca-de-fogo B.E.M. 75. Este 2º sargento que com tanto valor se tinha distinguido em outros combates, já na campanha de 1896, já durante esta, terminado o fogo de artilharia, terminado o fogo de artilharia e tendo recebido ordem do chefe do Estado-Maior, de mandar avançar sobre a trincheira, um troço de forças irregulares que abrigadas sob uma grande árvore, ali se achavam há já bastante tempo, como visse cumprida a ordem, e o senhor tenente Borges e o primeiro-sargento Gomes que com alguns moradores de Manatuto e Pico tentavam o assalto à trincheira inimiga, para ali se dirigiu também com alguns moradores, que na ocasião tinham sido mandados de reforço ao senhor tenente Borges como tinha pedido; ali chegado, tão teimosamente se expos a tão curta distância da trincheira inimiga, trezentos a quatrocentos metros, que em breves minutos caía nos braços do senhor tenente Borges, fulminado por uma bala no coração.

Imediatamente reanimei o ataque, mandando fazer repetidos toques de avançar, insistindo em novos assaltos, no extremo do flanco direito, enquanto era removido para o hospital de sangue o cadáver do valente segundo sargento, para evitar o desânimo que a morte de um europeu sempre produz entre as forças amigas.

O ataque prosseguiu, rompendo de novo a artilharia fogo, contra as posições inimigas, sem que fosse possível levar as forças indígenas a um assalto decisivo à trincheira inimiga, porque apenas lhe caía um homem morto ou ferido, logo recuavam, empenhando-se exclusivamente em defender o morto ou ferido do corte de cabeça, trazendo-o consigo, conforme é dos seus usos e tradições guerreiras, para não cair em poder do inimigo que não lhe perdoaria o corte de cabeça. Em virtude das ordens de S. Ex.^a o Conselheiro Governador sustentou-se o ataque até às cinco horas p.m. Caiu depois das 2,30 p.m. alguma chuva constante, mas miúda. Durante a noite, não houve incidente algum.

Dia 20. Descanso geral às forças da coluna, mantendo-se as guarnições em volta de Leolaco. Foi comunicado aos rebeldes, por ordem de S. Ex.^a o Governador, que a gente do povo que se apresentasse em certo prazo, seria perdoada, podendo desde hoje vir abastecer-se de água à ribeira, desarmada, impondo algumas condições ao régulo de Manufahi para obter perdão e ser reconhecido oficialmente como chefe do reino. A noite decorreu sem novidade alguma.

As guerras em Timor, como acabamos de ver, exigiam um enorme dispêndio de energia e a adoção de precauções especiais; e se as marchas, os estacionamentos e os combates se não faziam com os cuidados adotados pelos exércitos combatendo na Europa, eles eram, entretanto, rodeados de complicações desconhecidas à maioria das expedições das nossas outras colônias.

Como explicar, pois, a eficiência de tais trabalhos de ocupação, realizados num lapso de tempo relativamente curto, usando de meios tão rudimentares, e contra povos que se sabiam defender? Quando em todas as outras colônias se tornava necessária a remessa periódica de expedições metropolitanas, a fim de se dominarem revoltas e fazer a ocupação, como conceber a adoção de processos tão diferentes em Timor, com uma população superior à da Guiné, e com tradições não menos belicosas que as dos povos dessa colônia?

É que essas medidas eram o fruto da concepção dum espírito genialmente organizador e dotado dum tato administrativo como é raro encontrar-se. Celestino valia-se das rivalidades dos diferentes povos para os enfraquecer e dominar. Uma vez não intervinha nas suas lutas senão por baixo de mão, como se depreende das seguintes notas enviadas aos comandantes militares de Aileu e Alas:

"Ao Sr. Comandante militar de Aileu se comunica para os devidos efeitos e por ordem de S. Ex.^a o Governador que é muito provável que o reino de Alas ataque a jurisdição de Tutuluro pertencente a esse Comando: em tal caso deverá V. conservar-se inteiramente estranho, porque ao governo convém que Tutuluro seja derrotado, e a todos os que lhe falarem em tal assunto responderá que o governo nada tem com tal guerra, que são questões entre povos que eles resolverão como entenderem e puderem, mas ao mesmo tempo proibirá, publicando os bandos do costume, que em toda a área do seu comando se venda pólvora e mais munições de guerra, e ensinará aos maiores da sua jurisdição que lhes é inteiramente vedado o interferirem na guerra que se der entre Alas e Tutuluro..."

"Ao Sr. Comandante militar de Alas se comunica para os devidos efeitos por ordem de S. Ex.^a o Governador e em resposta à sua nota n.º 57 de 26 de corrente, que pode permitir ao sr. Régulo de Alas que junte os seus arraiais e castigue a jurisdição de Tutuluro pelos latrocínios e crimes a que se refere; mas faça-lhe saber que a guerra não pode prolongar-se além de 20 de agosto próximo, pois que os arraiais do seu reino deverão estar já reunidos e à disposição do governo depois de tal dia; far-lhe-á também saber que a guerra não pode ser feita como é costume fazê-las em Timor, e que é indispensável que ele coloque a gente de Tutuluro na impossibilidade de inquietar o reino de Alas durante alguns anos. Esse levantamento de arraiais por parte do reino de Alas pode favorecer e encobrir os projetos do governo relativamente a Manufahi, Raimea e Suai.

Nesta data se previne o comandante de Aileu para que fique impassível perante a guerra que Alas vai fazer a Tutuluro e que evite que mais gente da sua jurisdição se junte a tal reino, mas V. não tomará alguma ostensiva em tal guerra para que não se diga que é feita pelo Governo, e limitar-se-á particularmente a aconselhar o D. Januário e o D. Félix sobre a maneira de a fazerem, deixando-lhes ver que o Governo não terá dúvidas em lhes emprestar a pólvora que necessitem, responsabilizando-se eles pelo pagamento dela, para os ajudar; nesta data se dá ordem ao Comandante de Alas para proibir desde já a venda de pólvora na área de toda a sua circunscrição, a que também pertence Tutuluro".

Estas duas notas são uns modelos perfeitos duma política indígena habilíssima em que se destacam os seguintes aspetos fundamentais: enfraquecimento duma tribo à qual se criam dificuldades de municionamento, através da atuação duma outra a que se dão facilidades de toda a espécie que vão desde o empréstimo de pólvora até aos conselhos militares; dignificação da função dos chefes indígenas aos quais se refere com cortesia, tratando-os de senhores régulos; existência duma curiosa tradição de valorização dos mesmos régulos que adotavam nomes portugueses dignificados pelo uso de dons; utilização destes dissídios para adormecer desconfianças das tribos que se pensa castigar, fazendo uma mobilização de arraiais a favor do governo disfarçada sob o véu de puras questões indígenas.

Mas quando Celestino se sentia com força, era ele quem como Governador organizava a repressão contra tribos mal sujeitas, jogando com os fatores militares e políticos como nunca ninguém fez com tanta habilidade. Não havia combinações políticas de régulos inimigos, que lhe não fossem denunciadas, e para isso muito contribuía o maravilhoso serviço de espionagem exercido pelas suas numerosas amantes (?) indígenas que sendo filhas, mulheres, ou parentes dos chefes lhe comunicavam tudo o que se passava, a começar pelas prepotências e abusos dos comandantes.

Nunca houve um Governador nem possivelmente tornará a haver nenhum que com Celestino possa rivalizar em conhecimento dos usos e costumes timoreses, que estivesse mais ao facto de tudo quanto se passava na colônia que administrava, e que melhor partido soubesse tirar das rivalidades dos povos e das intrigas que promovia entre eles. Por isso a sua ação era sempre oportuna, e fazia-se sentir quando menos os seus inimigos o esperavam. Quantas e quantas vezes, uma estafeta vinda dos confins da colônia aonde Celestino se encontrava nos seus contínuos deslocamentos, levava a Díli a ordem de concentração para as companhias de moradores, deixando perplexos até aos seus mais íntimos, desconhecedores do que se passava!

Aquele atlético transmontano, cuja alma parecia talhada no granito das penedias que o tinham visto nascer, gostava por política e temperamento, de se rodear de mistério, e comprazia-se em correr os riscos de laços romanescos, que ao espírito do Timor selvagem apareciam rodeados de qualquer coisa de sobrenatural. Quantas vezes pelo negrume da noite, o aparecimento repentino e imprevisto da sua figura hercúlea, em plena reunião de régulos conspiradores, fazia cair estes de joelhos implorando o perdão para uma falta, que tão longe estavam de julgar ser suspeitada do "catua", nome porque designavam o Governador!

Quantas vezes o velho vapor Díli levantava ferro com rumo desconhecido levando a bordo o enigmático Governador, e voltava dias depois, com alguns cativos que tinham estado prestes a revoltar-se e que ao irem a bordo prestar uma fingida homenagem ao "embote" aí ficavam retidos! Por isso, Celestino da Silva ficou sempre para o indígena, o homem cujos olhos perscrutavam tudo e todos, aquele para quem não havia segredos por mais bem guardados que fossem; e significativo de tal estado de espírito é o episódio de na revolta de 1912, isto é, quatro anos após a sua exoneração, os chefes principais terem voltado às avessas o retrato que pendia das paredes da sala dum comando que acabavam de assaltar, a fim de que os seus olhos os não incomodassem nas resoluções que iam tomar!

Terminava uma campanha, e logo se erguiam os muros dum pequeno forte; um comando militar ou posto se estabelecia nele, e os povos das imediações ficavam sob a fiscalização e direção das autoridades que, como dissemos, os obrigavam a abrir caminhos, a construir pontes, a cuidar das suas plantações, a ampliar as zonas culturais, e os impediam de fazer as guerras que tanto tinham sido do seu agrado. Era um trabalho insano esse, que se executava nos intervalos das campanhas, para o qual se tornava necessária uma energia de ferro, de modo a reprimirem-se abusos constantes da autoridade, a canalizar energias num sentido inteiramente novo para os elementos administrativos, e a convencer os régulos a tornarem-se não os espoliadores do seu povo, mas sim os seus dirigentes no novo caminho a trilhar, que era indicado nos seguintes termos: "...Além disso, sendo a cafeicultura uma importantíssima fonte de riqueza, e indiscutível a natural indolência dos indígenas, é indispensável que os comandos militares incitem o povo ao trabalho e forcem os régulos a cuidarem das plantações existentes improdutivas por falta de granjeio, e a fazerem outras. Se não obrigarmos estes povos ao trabalho, e os não ensinarmos, esta colônia permanecerá ainda por muito tempo no estado de atraso agrícola em que atualmente se encontra. Os régulos são em geral tão indolentes como os homens que governam, mas obedecem logo que se lhes ordena qualquer serviço, embora não seja para o Estado, mas só em proveito deles mesmos. Eu tenho mandado um oficial que tem as aptidões necessárias a diversos reinos, para ordenar a limpeza das plantações de café, bem como o amanho do terreno para novas plantações, e em nenhuma parte ainda, esteve a lutar com a resistência dos povos. Tenho também fornecido, a título de empréstimo, enxadas, alavancas e pás que têm de ser restituídas ou pagas na próxima colheita; só assim poderei conseguir que a cafeicultura se desenvolva e prospere..."

A situação atual (incidentes em maio de 2006) é bem complexa e eu limitei-me aqui a alertar para uma história bélica que toda a gente parece esquecer. Os Timorenses são aquele povo bonzinho que sofreu a invasão indonésia, cujas crianças em fuga para a montanha durante a noite nem choravam, mas são também estes que aqui retrato e lá conheci entre 1973 e 1975...

O que importa é que os alegados líderes da rebelião dos 591 soldados (+- uns tantos que se lhes juntaram) não têm no seu passado nenhuma história de luta anticolonial e são uma vez mais títeres às mãos dos seus instrumentalizadores, sejam eles de Camberra ou de Jacarta ou até do próprio clero de Díli...

A história do petróleo e a prisão de Eurico Guterres podem ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem agora sentir contra Mari Alkatiri. Depois, temos de juntar os interesses geoestratégicos que já estiveram no cerne da invasão de 7 dezembro de 1975, e o petróleo. Houve 21,5% de apoiantes da integração na Indonésia e esses estão insatisfeitos com a independência, com a política de Alkatiri que (eles nunca viram como seu, já o não viam como seu em 1973...) apesar de ser elogiado por Paul Wolfowitz (que não é nenhum santo...embora também não seja como Kissinger ou Ford em 7 Dez 75). Estes 21,5% da população reveem-se mais em Eurico Guterres e não é coincidência estes ataques surgirem logo após aquele ir para a cadeia. Há ainda militares e uma pequena franja política indonésia que apoia Guterres e não perdoa a independência e há muitos timorenses desejosos de os ajudar.

Foi pena que os líderes Alkatiri, Horta, Xanana e Roque Rodrigues) não tivessem visto isto a aproximar-se como um maremoto e pensassem que eram apenas umas ondas que a nova democracia resolveria...

Foi pena que à semelhança desse Governador colonial (Celestino da Silva) eles não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desempregados das Falintil. Foi pena que com a mudança dos tempos e dos costumes mais ocidentais, eles não tenham "nonas" (amantes) que lhes possam contar o que se passa nos quatro cantos de Timor e tenham sido apanhados "desprevenidos" por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália, por alguns insatisfeitos que nunca lutaram por Timor durante a ocupação indonésia (estavam na Indonésia e na Austrália) e por uma pequena proporção de elementos jovens insatisfeitos manipulados por Guterres e outros acima deste.

É pena que Xanana esteja a ser ouvido pela voz de Kirsty Sword e não falasse enquanto era tempo, ele afinal escolheu entre os seus os homens do exército timorense que comanda, enquanto para a polícia foram os outros, muitos deles envolvidos com a Indonésia durante a ocupação desta. Esta linha de clivagem pode ter ajudado os estrategas de Camberra a vingarem-se de terem de ceder 50% do Timor Gap a Timor-Leste, fruto das boas capacidades de negociação de Mari Alkatiri. Já todos se esqueceram que a Austrália começou por oferecer 20% a Timor. O petróleo esteve sempre por

detrás disto e outorgar novos contratos à ENI italiana e concessões à Republica Popular da China (odiada em Jacarta) não aumentaram a reduzida popularidade de Mari Alkatiri face a Camberra e à vizinha Indonésia.

Mari Alkatiri tem sido um David contra Golias. Agora, a seguir, virá a fatura do "apoio" australiano que tentará colocar um governo fantoche ou mais maleável no trono em Díli e para isso a ambição de Ramos Horta pode ajudar, seja para Secretário-geral da ONU seja para primeiro-ministro timorense. Que promessas terá recebido do governo de Camberra? Quem se não lembra já do anunciado apoio que (Horta) recebeu de Gough Whitlam em 1975 quando este já dera luz verde a Suharto para invadir?

Por outro lado, ninguém esqueça que o embaixador americano se deu ao trabalho de ir ter com o Reinaldo, um desertor, um fora-da-lei para saber quais as suas reivindicações. Esta preocupação dos norte-americanos com a democracia é de louvar, eles devem-se ter recordado do MFA em Portugal e das reivindicações dos militares. Quando desertei porque o 25 de abril tardava a chegar a Díli ninguém me quis ouvir, nem australianos, nem norte-americanos. Os australianos também já entrevistaram o Reinaldo e já sabem o que ele quer pois foram eles que o treinaram e se ele diz que precisam de tirar o Alkatiri eles dão uma ajuda. Isto começa a lembrar o Chile em 1973.

Aliás se formos atrás na história recente podemos recordar (com muitas semelhanças) o que a Austrália fez nas Fiji em 1987 ao democraticamente eleito Temoci Bavadra (pronunciado bavandra): ajudou o golpista coronel (depois major-general) Sitiveni Ligamamada Rabuka (pronunciado rambuka) a depô-lo depois dum Golpe de Estado em 14 de maio de 1987 a que se sucedeu outro em outubro. Rabuka foi um mero instrumento nas mãos dos senhores feudais que se insurgiam com o domínio das ilhas pelos indianos introduzidos ali no início do séc. XX: crise étnica e devolver a Fiji aos Fijianos e não aos Indianos era o grito da altura. Demorou dez anos à democracia para regressar às Fiji.

Veremos o que vem a seguir, mas enquanto se não dedicarem esforços à formação duma tropa, duma força policial eficaz e sem se cindir sob os fortes laços centenários da etnicidade tribal, enquanto se não ocupar a população jovem e desiludida em formas de trabalho remunerado que lhes augure qualquer futuro (até agora nem presente nem futuro lhes era prometido), enquanto não se explicar à população porque é importante que falem Português em vez de Bahasa ou de Inglês, enquanto isso não for feito, não há doações internacionais que cheguem nem fundos do petróleo que aguentem a instabilidade. Há genes tradicionais e centenários que têm de ser estudados conjuntamente com a influência que a ocupação indonésia e a sua lavagem ao cérebro causaram. É apenas preciso que a elite dominante burguesa e educada em português entenda esta realidade raramente estudada e tenha a coragem de não entrar em vinganças ou num aproveitamento pessoal tão tipicamente timorense (herdado dos portugueses?) mas antes crie uma atmosfera de conciliação que dê razão a uma nação para todos os timorenses e não apenas para as tribos que agora estão na mó de cima.

Eu sempre escrevi para os timores e não para as elites que os dominam.

(© J. CHRYS CHRYSTELLO MAIO 2006).

CRÓNICA 24. POR QUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – III, 30 MAIO – 1 DE JUNHO 2006

Para entendermos melhor o que se passou no séc. XX em Timor, debrucemo-nos no livro da Coleção Fórum "Ocupação e Colonização Branca de Timor" da autoria de Teófilo Duarte¹⁵, da Editora Educação Nacional Lda, Estudos Coloniais nº 2, datado de 1944.

Em 1929, ano em que deixamos o governo da colónia, alem dos trezentos e quarenta funcionários públicos brancos, dos seiscentos e noventa mestiços e dos quatrocentos e sessenta mil indígenas havia:

Uma forte sociedade agrícola e comercial pertencente aos herdeiros do ex-Governador Celestino da Silva, dispondo de milhares de hectares ocupados por plantações de café, de borracha, de cacau, de produtos pobres, e incultos. Neles se colhiam cerca de duzentas toneladas de café, quinze de cacau e cinquenta de borracha que eram exportadas para as Índias Holandesas... era dirigida por um português, nove empregados brancos e os restantes indígenas.

Uma Sociedade Agrícola, a Companhia de Timor, dispondo de enormes extensões de terrenos quase todos incultos e com dois europeus apenas, Doze plantadores brancos portugueses, cultivando o café de que colhiam uma quantidade insignificante, que para o mais importante dentre elas andava por quatro toneladas.

Dois comerciantes que mal podiam concorrer com os restantes chinas e árabes.

85 Deportados da Legião Vermelha, idos uma não antes da Guiné, para onde tinham sido enviados primitivamente da Metrópole.

Julgamos que tal situação não se deve ter modificado quase nada, até à data dos lamentáveis acontecimentos que se deram na colónia em 1941, a não ser no referente à existência de deportados, pois aquele número foi posteriormente aumentado com mais umas dezenas, medida essa adotada não por motivos sociais, mas sim políticos.

...Timor é a colónia portuguesa que se encontra mais afastada da Metrópole... Ainda hoje uma viagem normal para aquela nossa colónia da Insulíndia demora quarenta e cinco dias, enquanto para a Guiné se faz em oito, e para Angola em vinte... uma ida a Timor, ainda antes da Guerra¹⁶, representava qualquer coisa de complicado, com a utilização sucessiva de carreiras francesas, inglesas e holandesas, e com demoras de cinco e seis dias em Génova, Singapura, Batávia¹⁷, Surabaia, etc.

Depois a tradição ligada ao nome de Timor, sinónimo de terra de clima horrível, que matava ou inutilizava fatalmente, o que provinha do desconhecimento quase absoluto do interior que era magnífico; o estado de permanente insubmissão das populações nativas, com as consequentes e periódicas chacinas dos raros europeus a quem o dever do ofício impunha a permanência num ou noutro porto afastado da capital; a falta, enfim, de toda a espécie de comodidades próprias duma colónia quase toda por ocupar; tudo isso criava uma lenda em volta de Timor, que fazia com que a colocação ali de qualquer funcionário fosse considerada como o pior castigo que se lhe podia aplicar

A Holanda apesar de ter valorizado intensamente a ilha de Java, habitada por quarenta milhões de malaios, conservava em estado de desenvolvimento económico bastante primitivo a colossal Sumatra, quase toda por aproveitar, Bornéu e Nova Guiné que passam por terem ainda tribos antropófagas, e dezenas de ilhas naqueles mares, entre as quais a sua metade de Timor, incomparavelmente muito mais atrasada que a nossa.

A característica da obra de Celestino foi a ocupação militar e administrativa. Alguns anos depois, aparece em Timor um homem que fará igualmente um governo brilhante, embora sob outro aspeto: o de fomento. Queremo-nos referir a Filomeno da Câmara. Este foi desde a exoneração de Celestino da Silva até hoje¹⁸, o único Governador de Timor que marcou uma posição de grande relevo, não só devido às circunstâncias que o caracterizavam, como à circunstância bem fortuita de ter permanecido seis anos à frente da colónia. Logo no início do seu governo, teve de dominar a mais temerosa revolta indígena de que ali havia memória. Os chefes timorenses libertos da goliha que a saída de Celestino quebrara, aproveitaram-se do pretexto da elevação do imposto de capitação, para tentarem sacudir o jugo a que mal se podiam acomodar.

Um oficial e vários sargentos que permaneciam no interior foram trucidados; a primeira coluna comandada pelo Governador teve um desastre sério em Aituto, vendo-se obrigada a abandonar uma peça de artilharia, vário material, e a retirar precipitadamente para Aileu. O pavor em Díli, perto do local do combate foi enorme, pois os factos avolumaram-se de tal modo, que davam o Governador como chacinado, e os rebeldes avançando sobre a capital. A população branca embarcou no vapor "Díli", num salve-se quem puder, e só a comunicação telefónica do próprio Filomeno conseguiu fazer desaparecer a atmosfera que uma notícia intempestiva e falsa criara. A chegada, porém, de algumas companhias de soldados africanos e da Índia, fez entrar as coisas num caminho favorável para as nossas armas, e assim é que, após seis meses de luta intensa, Manufahi, o eterno fulcro de rebeliões, o histórico ninho de rebeldias foi batido e obrigado a submeter-se, sendo a mortandade tão grande, e a lição de tal maneira dura, que ela lhe serviu até agora. Apenas Oecússi se manteve rebelde e foi dominado no ano seguinte, após uma campanha rápida e sem grandes lances.

15 ex-Governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial

16 IIª Grande Guerra

17 Atual Jacarta

18 1944, data da publicação deste livro



Foi nesta guerra que Filomeno se viu obrigado a desenvolver uma energia formidável, para neutralizar incompetências, pusilanimidades e más vontades, que se criou a fama de bárbaro e de homem de pelos no coração. Ele não só consentira às tribos que combatiam a favor do governo, a sua usança tradicional de decapitarem os vencidos, mas inclusivamente iniciara a cerimónia adstrita ao canto de guerra Timor, dando o histórico pontapé num dos crânios que se encontravam numa lúgubre pira, no campo de batalha. O indígena nas suas guerras não prescindia de exercer o direito que lhe vinha de costumes seculares, de cortar as cabeças dos desgraçados que no ardor da luta lhe vinham às mãos, de com elas formar um trágico amontoado perante o qual entoava o "lorçá" (hino guerreiro que aos brancos causam calafrios) e de as correr em seguida a pontapé.

O valor e a fama de cada guerreiro avaliavam-se entre eles, pelo número de crânios que tinham suspenso à porta da sua palhota; e os milhares de vozes que num soturno e lúgubre concerto infernal entoavam a célebre canção de guerra, série infinda de insultos para os vencidos, certamente exerciam na sensibilidade efetiva do Timor, a mesma impressão que os nossos cânticos patrióticos têm sobre nós.

Filomeno no início da campanha tentou coibir tal usança, mas ao ver-se na perspectiva de ser abandonado pelos seus arraiais, irritados com a proibição de raziarem, roubarem e massacrarem, não teve remédio senão condescender com tais costumes. Por isso, ele foi alvo, na Metrópole, convulsionada pelas ideias de falsos humanitarismos que nela imperavam após 1910, de verrinosas campanhas dos seus inimigos políticos e pessoais.

Mas aquela tormenta passou, e Filomeno pode-se lançar rasgadamente na execução dum longo plano de fomento, que pena foi não ser seguido pelos governadores que lhe sucederam.

As ideias de Celestino sobre a necessidade de expansão da cultura do café, foram postas em prática, duma maneira ampla e colossal. Adotando o princípio de cultura forçada, executada em Java por Van den Bosch, e que em vinte anos faria passar a produção, de duzentos e cinquenta mil picos, no valor de cinco milhões e quinhentos e cinquenta mil florins, para um milhão e oitenta e dois mil picos, valendo trinta milhões de florins, Filomeno afastou-se, porém, dos pormenores que aos olhos do mundo civilizado tinham merecido ao governo holandês, os ápodos de sistema espoliador e ressuscitador dos velhos tempos da escravidão. Enviveiram-se milhões de pés de café durante os últimos quatro anos do seu governo; fizeram-se transplantações colossais dos mesmos, para matas que hoje são a riqueza de inúmeros povos; experimentou-se a sua adaptação a terrenos no resto da colónia em que ele era desconhecido, umas vezes com êxito e outras sem ele, como no "Mundo Perdido" de Viqueque. Houve a fúria do café, e todo o comandante militar ou de posto fazia consistir o seu melhor título de funcionário cumpridor, executando viveiros e plantações o mais gigantescas possíveis.

Outrotanto se deu com a cultura do coqueiro, e a tudo presidia Filomeno, sem um agrónomo, sem um prático sequer, estudando, escrevendo artigos doutrinários, discutindo e debatendo pontos de vista às vezes meramente técnicos. Sem exagero se pode ainda dizer que o Governador palmilhou a colónia, e onde quer que houvesse uma mata a aprobeitar e a encher de café, aonde quer que lhe dissessem ser apropriado o terreno para um palmar, era certa a sua presença.

Por isso, passados dez anos, as estatísticas aduaneiras registaram o fruto de tal labor, traduzido num aumento de exportação de cinquenta por cento em relação às quantidades anteriores, e assim é que, se a riqueza da colónia aumentou em tão larguíssimas proporções, a Filomeno o ficou devendo.

A produção não correspondeu ao que se disse ter-se plantado? Os coqueiros produzem ali não aos sete anos, como se escreveu, mas sim aos catorze? Muitas plantações morreram por terem sido feitas em terrenos calcários e por conseguinte impróprios? Foi infeliz a ideia das plantações comunais, partilhadas entre o Estado e indígenas, por inculcarem no espírito destes a ideia de que elas eram do governo, só as tratando obrigados, e abandonando-as logo que lho permitiam?

É certo que em todas estas observações há uma grande parte de verdade, e que tais circunstâncias fizeram com que logo após a sua exoneração se perdessem as plantações mais recentes por falta de cuidados; que o tratamento das antigas fosse muito descuidado, e que o produto das novas passasse a ser umas vezes o quinhão mais ou menos integral dos povos, e outras o exclusivo dos chefes, conforme a maior ou menos consciência destes, e a fiscalização mais ou menos intensa dos comandos.

Por isso, o resultado da sua obra que teria sido colossal, se Filomeno tem permanecido mais meia dúzia de anos à frente de Timor, ou se os seus sucessores a tivessem tratado com carinho, foi de frutos relativamente modestos para o esforço desenvolvido, e teria sido de efeitos quase nulos, se ele, à semelhança do que sucede com quase todos os governadores, ali tivesse permanecido apenas os dois anos que eram então da praxe. Entretanto Filomeno foi o único Administrador a valer que a colónia teve nos últimos trinta anos, e as deficiências apontadas não conseguem empanar o brilho duma obra que há de ficar sempre considerada extraordinária. Nunca em Timor se trabalhou com tanto entusiasmo e tenacidade, e nunca tanta charrua arou os campos até então virgens; estes trabalhos conjugados com outros pertencentes a diversos ramos de atividade económica e social, tais como a criação da Caixa Económica, a reforma do ensino, etc., constituem um honroso programa de realizações para qualquer Governador.

Filomeno teve sempre uma predileção especial pela atuação económica do indígena, nunca tendo dado importância de maior às possibilidades de povoamento europeu. Ou porque as dificuldades com que deparava para a vinda de colonos se lhe antolhassem irremovíveis, a avaliar pelo insucesso das negociações entabuladas para a fixação de açorianos residentes em Hawaii que chegaram a mandar a Timor um seu delegado a estudar o caso, ou por quaisquer outras razões, o certo é que ele nunca esboçou qualquer iniciativa no sentido de intensificar a política iniciada por Celestino, e durante o seu governo nenhum outro colono aportou a Timor. Entretanto, a proteção dispensada às atividades brancas colonizadoras instaladas por Celestino através da companhia a que já nos referimos, fizeram com que as más vontades que ameaçavam a existência do incipiente núcleo branco existente não fossem por diante. Assim, tal companhia foi singrando através dos anos, constituindo um elemento de progresso na colónia, devido às suas iniciativas em montar oficinas de descasque de café, de melhorar a sua preparação, de tratar culturas desconhecidas como o cacau e a borracha, e de concorrer com o chinês e o árabe nas transações comerciais. Aquela companhia é o único elemento económico branco nacional de valor na colónia, e mesmo os outros que se ali foram instalando, saíram dos seus

empregados, os quais se foram fazendo, um pouco, mercê das facilidades por ela dadas. As próprias numerosas concessões de terrenos, feitas no seu tempo, a funcionários redundaram quase todas em insucessos, em virtude destes as não poderem dirigir pessoalmente, por causa dos seus afazeres profissionais.

Filomeno, como não podia deixar de ser, teve a sorte de todos os governadores que se marcam situações de excepcional relevo, e por isso à semelhança do que sucedera com Celestino, deixou o governo da colônia, mercê do trabalho de sapa que os seus inimigos realizaram junto de qualquer mediocridade governamental, que os acasos da política tinham feito passar pelo ministério das colônias. E assim, Timor viu perdidas as largas possibilidades de valorização que lhe poderia ter valido a manutenção daquele homem de governo em tal posto.

.... Os anos passaram e nem os boletins oficiais nem a tradição apontam a efetivação de medidas de grande relevo no referente ao desenvolvimento económico da colônia, principalmente no aspeto do povoamento branco... Apenas em 1927 o "Boletim Oficial" publica uma série de disposições legislativas que, integradas num plano de conjunto, visam a robustecer as incipientes atividades económicas existentes

... A política de Celestino e de Filomeno das culturas feitas pelo indígena, do café, da copra, do tabaco, do sândalo, do chá e da borracha, receberam um incremento enorme. Ele é traduzido na execução de viveiros monstros, totalizando 26 milhões de pés de café, de cem mil cocos, de um milhão de árvores, borracha, etc. Em lugar, porém, de se repetir o processo de Filomeno, da criação de plantações comunais, envereda-se pela distribuição individual de centos ou de milhares de plantas a cada indígena, que as transplantará para os seus terrenos, ficando delas proprietário. Ao mesmo tempo o incremento dado às culturas pobres do milho e do arroz, faz com que os preços destes artigos se vendam a preços excepcionalmente baixo em relação aos anos anteriores, tal é a sua abundância.

... Apesar da balança comercial de Timor acusar nos últimos anos, um saldo positivo, a saída porém de numerário para pagamento de fretes, juros de capitais, transferências, etc., faz com que a sua balança económica seja bastante desfavorável, donde resulta que a situação da Colônia é medíocre e está longe da prosperidade que os seus recursos lhe permitem atingir... Timor desde sempre que vem vivendo de subvenções e empréstimos, ora da Metrópole ora de outras colônias, donde se vê que tanto no antigo regime de centralização administrativa como no moderno de autonomia, as mesmas dificuldades têm-se repetido sincronicamente, criando uma atmosfera de asfixia intolerável....

.... As perspetivas de aproveitamento e da fixação como colonos, de alguns elementos locais, foram ampliadas, mercê de circunstâncias fortuitas, por outras de colonização branca, de características mais ou menos penais. A Metrópole ia enviar como deportados oitenta e cinco filiações da célebre Legião Vermelha, que durante anos tinha trazido o país aterrado com as suas bombas, com os seus tiros, com as suas violências enfim contra autoridades e figuras em destaque no comércio, na indústria e nas profissões conservadoras... e embora a matéria-prima não fosse a ideal para trabalhos de colonização, resolve-se tentar a chance do aproveitamento de alguns desses elementos. Uma dúzia deles que se conseguisse fazer vingar como colonos, numa colônia em que, como dissemos, apenas existiam doze, já era interessante....

... Além do estado de abatimento físico e moral em que chegavam, e de virem desprevenidos de quaisquer meios financeiros, eles não conheciam o meio, e a sua quase totalidade não fazia a menor ideia do que fosse a agricultura. Organizada, pois, uma lista das suas profissões providenciou-se da seguinte maneira: levantou-se-lhes o moral, pondo-os em liberdade, dias após a sua chegada, prometendo aqueles que se comportassem corretamente, toda a espécie de ajudas para ganharem a sua vida, e fazendo surgir na sua mente a perspetiva de virem a ser colonos pura e simplesmente, em lugar de deportados sujeitos a um severo regime de vigilância e repressão.

Cuidou-se do seu revigoramento físico fortemente abalado por uma longa e depressiva viagem por mar, fornecendo-se-lhes uma habitação razoável, mosquiteiros, quinino e roupas de que todos eles vinham bem necessitados. Empregou-se cada um conforme as suas aptidões ou as possibilidades de trabalho que oferecia a colônia, de modo a que o subsídio mensal que lhes foi atribuído – dois terços do vencimento dum soldado branco -, lhes pudesse ser retirado dentro dum prazo relativamente curto, a fim de que eles se não convencessem de que tinham vindo na situação de funcionários, embora modestos, do Estado.

... Durante um ano que com eles lidamos, nunca constituíram, para nós, qualquer grave preocupação. Apesar das draconianas e tremendas instruções dadas às autoridades, no sentido de reprimirem pela força, desmandos que fizessem perigar o sossego público, o que era do conhecimento dos deportados, e que até certo ponto contribuíram para que mantivessem sempre uma linha de conduta razoável, todos eles tinham o sentimento de generosidade com que eram tratados, eles, pobres farrapos humanos para quem a visão infernal de Timor constituía um pesadelo durante a viagem...

Trechos da carta da mãe dum deportado, Maria Viegas, enviada ao "Diário de Lisboa" "Oxalá que a obra do Sr. Teófilo Duarte no referente aos deportados seja seguida pelo seu sucessor, fornecendo-lhes créditos por um fundo de colonização ... Oxalá que seja seguido o exemplo do Sr. Teófilo Duarte que minorou muitas lágrimas e sofrimentos físicos e morais."

... A substituição, porém, do Governador levou o seu substituto a não querer continuar com um sistema em que o Governo central lhe podia pedir severas contas, pelo menos no aspeto do reembolso de capitais, visto que os mencionados financiamentos se vinham fazendo à margem de qualquer autorização ministerial, pois o Governo central sempre se desinteressara da sorte dos indivíduos em questão.

Despejou-os para Timor, e o Governador que se arranjasse como pudesse, não lhe dando quaisquer instruções sobre o regime de liberdade ou de reclusão que haveria a adotar, sobre subsídios para alimentação e vestuário, sobre competência disciplinar a exercer, etc. Não há que culpar o novo Governador da criação da nova situação, visto que ao Governo central cabe apenas a culpa de nunca ter encarado a valer o problema.

Por isso, a suspensão das regalias provocou o estiolamento das incipientes atividades que vinham de há apenas um ano, e os deportados passaram a viver miseravelmente do subsídio de alimentação que lhes fora fixado, a envolverem-se em desordens, e a ... morrerem lentamente, devido ao clima, à inércia e ao esgotamento físico e moral provenientes duma vida desregrada e sem objetivos. Poucos foram os que conseguiram singrar. Algumas centenas de crianças mulatas devem ser a única reminiscência que daqui a anos se encontre da estadia daqueles oitenta e cinco deportados da Legião Vermelha.

Anos depois, em 1931, nova leva de deportados chega a Timor, mas desta vez não eram eles simples operários bombistas, mas sim gente de entre a qual se destacavam figuras do maior relevo na política portuguesa. Antigos ministros como Helder Ribeiro e Utra Machado, acamaradavam com estudantes das escolas superiores, com funcionários categorizados, com muita gente, enfim, exercendo profissões de bastante tomo.

Embora não se pudesse contar com a maioria de tais elementos para ali se fixarem, visto que eles não perdiam a esperança de que uma reviravolta política os pudesse restituir ao país, não há dúvida que muitos se poderiam aproveitar, embora a título provisório, e que de entre estes, bastantes se poderiam deixar seduzir com novas perspetivas de vida, quando se desiludissem da queda da atual situação política. Porém, também desta vez o problema não foi encarado pela Metrópole e por isso, eles por lá por lá continuaram vegetando, vivendo do magro subsídio governamental e pouco fazendo de útil para si ou para a colônia, em comparação do que se teria podido conseguir.

Mais uns centos de mulatitos a acrescentar aos provenientes dos legionários, deverá ser também o principal resultado do balanço dado à permanência de tantos elementos brancos em Timor, que pela primeira vez, desde que é portuguesa, viu um tão numeroso contingente de metropolitanos, o que lhe teria permitido sair da deficiente situação em que se encontrava, no referente principalmente à colonização portuguesa.

Entretanto dos quarenta que não foram amnistiados e que lá ficaram, alguns foram singrando como se verifica da seguinte relação, porventura incompleta, e que mostra, se a conjugarmos com as mencionadas quando tratamos dos reformados e dos deportados sociais, o que se poderia ter conseguido...

O Dr. Leal Brandão, dedicou-se à profissão de advogado, José Moreira Júnior à de solicitador, 1º sargento Granadeiro à de professor particular; Álvaro Freire meteu-se a dirigir uma fábrica de tijolo em Balide, José Horta, fez-se comerciante¹⁹, Costa Alves, idem.... (seguem-se mais 14 nomes) ... é pouco, mas verdade seja, que o holandês no seu Timor, ainda tem menos brancos!

Vejamos agora como é tratado este capítulo - aqui descrito por um ex-Governador português - num livro em inglês do Dr. John G. Taylor, sociólogo em Inglaterra e autor do livro "Indonesia's Forgotten War, the hidden history of East Timor" publicado pela Zed Books e Pluto Press Australia em 1991 pp. 11-13²⁰:

Entre 1884 e 1890, organizou-se um programa de construção de estradas usando trabalho escravo. Em 1889 criou-se uma companhia a SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho) que introduziu plantações de café em Ermera, no Noroeste.

A partir de 1908 uma taxa individual foi aplicada a todos os indivíduos Timorenses de idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos. A única forma de as famílias de camponeses pagarem esta taxa era através da produção e venda de bens nos mercados para além dos que criavam para consumo próprio e subsistência. De 1911 a 1917 foi introduzida uma nova taxa sobre a produção de copra.

A introdução destas medidas, em especial a utilização de trabalho escravo criou um grande ressentimento entre os timorenses. Houve reinos que se uniram sob a liderança dum "Liurai" do distrito de Manufahi (Same) chamado Dom Boaventura.

A rebelião durou dezasseis anos culminando numa revolta que abarcou toda a colônia durante dois anos, de 1910 a 1912. Os portugueses foram forçados a trazer tropas de Moçambique e uma lancha canhoneira de Macau. As forças de Dom Boaventura foram destroçadas em agosto de 1912. Um jornal australiano, o Angus de Melbourne escrevia que mais de três mil timorenses foram mortos e quatro mil capturados.

Com a resistência esmorecida, os Portugueses introduziram a sua política para minar o sistema tradicional de alianças políticas entre tribos e famílias. A posição dos liurais foi enfraquecida pela abolição dos seus Reinados. A colônia foi dividida em unidades administrativas, numa forma geral baseadas em

¹⁹ Pai de Ramos Horta que membro dum grupo progressista se apoderou de uma canhoneira portuguesa para com ela tomar parte na guerra civil em Espanha contra Franco.

²⁰ (os excertos foram traduzidos pelo autor)

"sucos" (uma espécie de principados). Um pouco do poder administrativo foi assim entregue à unidade abaixo do reino na hierarquia indígena. Isto veio dar novos poderes aos chefes de suco, embora a sua eleição como administradores estivesse sujeita à aprovação dos portugueses.

Os portugueses criaram duas circunscrições administrativas: o posto que abarcava vários sucos e o Concelho que controlava os postos através dum Administrador português. Desta forma, os portugueses tentavam substituir o sistema político timorense com uma estrutura e hierarquia independente das alianças tribais e de reinos. O essencial desta campanha de "pacificação" era a tentativa de destruição dum aspeto crucial do sistema social de Timor, cuja reprodução limitava a influência do controlo português. Idênticas campanhas de pacificação ocorriam neste período na metade holandesa da ilha. Foi após esta "pacificação" que se chegou à Sentença Arbitral acordada em 1913 e firmada em 1915 sobre as fronteiras.

...
Embora os reinos fossem abolidos formalmente as ideologias legitimando a hierarquia política tradicional e os rituais de intercâmbio foram mantidos. Os chefes de suco tinham de garantir o apoio dos liurais, desta forma os dois sistemas acabavam por coexistir. Um sancionado através da coerção e uso de força e o outro por uma forte tradição cultural. Quando os dois sistemas se tocavam a nível de chefe de suco ou de aldeia, a tradição timorense dava alguma legitimidade à hierarquia colonial, mas, de facto, ambos coexistiam numa trégua nem sempre fácil.

O Estado Novo de António Salazar estabelecido após o golpe militar de 1926 começou a formalizar a missão civilizacional dos portugueses nas suas colónias através da criação duma nova relação institucional entre estas e a Metrópole.

O Ato Colonial de 1930 centralizava o poder político sobre as colónias, colocando-as sob a direta dependência de Lisboa. Assembleias ou Conselhos Legislativos foram criados para representar os interesses coloniais locais das elites: a administração, a igreja, os donos de plantações e o exército. Os seus poderes eram, porém, limitados e limitavam-se a consultas com o Governador duas vezes ao ano.

Mas mais importante para o futuro de Timor era a criação através dessa lei de duas categorias de pessoas: os indígenas (nativos não assimilados) e os não-indígenas incluindo mestiços e assimilados (nativos assimilados).

Para se obter este estatuto de assimilado e a sua correspondente nacionalidade portuguesa um Timorense tinha de falar a língua e ganhar o suficiente para manter a sua família além de ter de provar que tinha um bom carácter. Este critério era dispensado para aqueles que trabalhavam na administração e no comércio.

Ao contrário da maioria da população, os assimilados podiam votar nas eleições para a Assembleia Nacional e para os órgãos legislativos locais.

Esta distinção entre indígenas e não-indígenas e uma limitada admissão de timorenses para o sistema político colonial português teria uma importante ação na criação duma elite política indígena durante o período pós-guerra e durante a luta pela independência.

Por outro lado, Geoffrey C. Gunn em "Timor Loro Sae 500 anos" ed. Livros do Oriente, 1999 afirma (pp. 16-17, 176-189),

Na verdade, o carácter excepcional e ritualizado que a guerra assume em Timor – o FUNU timorense - foi reconhecido por autores portugueses como o Governador Afonso de Castro, que na década de 1860 escrevia "... as rebeliões em Timor têm sido sucessivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excepcional".

É de assinalar que, um ano após o Tratado de Lisboa de 1859, a colónia foi dividida em dez distritos pelo Governador Afonso de Castro. Com esta finalidade foram estabelecidos, inicialmente, dez e depois onze comandos militares para gerirem os distritos...

Em 1861, quase imediatamente após entrar em vigor a nova reorganização de Afonso de Castro, os pequenos reinos de Lacló e Ulmera, ambos perto de Díli revoltaram-se. O Governador Castro enfrentou esta rebelião pela força. Acontece também que, graças à tendência de Castro para registar os factos corretamente, a revolta de 1861 é uma das mais bem documentadas, embora seja também verdade que, no que se refere às causas, ele é menos explícito.

... (em março 1861) soube-se em Díli que havia movimentos de preparação de guerra no reino de Lacló, situado a cerca de 40 km a leste de Díli, dominando as comunicações estratégicas entre a capital e Manatuto. ... Cabreira, um soldado veterano na colónia ... foi enviado a Manatuto para ali estabelecer a base das operações contra Lacló, enquanto o Governador tentava levar o reino leal de Liquiçá a marchar contra Ulmera, o principal centro da insurreição, localizado a cerca de 15 km a oeste de Díli. Mas mesmo quando Cabreira se instalou em Manatuto, um mês e meio mais tarde, apenas podia confiar nas forças de Vemasse. As simpatias de Manatuto iam para Lacló e, a oeste, um certo número de reinos - incluindo, em particular, Maubara, recentemente recuperado aos Holandeses - fizeram causa comum com Ulmera.

A 10 de junho o Governador declarou o estado de emergência em Díli e distribuiu armas aos cidadãos enquanto preparava a defesa da cidade. A situação era tão grave que até mesmo o Capitão China foi convocado para "armar todos os chineses, seus filhos e os escravos". O Governador podia contar também com o apoio de 40 "fundus", ou soldados indianos, exilados em Timor em consequência da sua deserção das forças armadas britânicas depois da Revolta dos Cipaiois em 1857. Embora Castro tenha tomado a precaução de pedir reforços a Goa, em tropas e mantimentos, sabia que estes demorariam a chegar.

... A batalha contra Lacló, que se iniciou em abril, não terminou senão a 26 de agosto, depois de uma série de ataques efetuados pelas forças coloniais e de uma continuada guerrilha por parte de Lacló. Embora o regente de Lacló tenha pedido a paz, Castro quis fazer um exemplo desta rebelião, reduzindo o acampamento a cinzas e dando carta-branca aos seus auxiliares para queimar, pilhar e caçar cabeças.

...
Em junho 1863, Laga, a região de Macassae, revoltou-se ...
Mais tarde foi a vez de Fatomassi se revoltar e de, por sua vez, ser dominado com as forças coloniais auxiliadas pelo régulo de Ermera...

Em agosto de 1867, o povo de Vemasse, um reino na costa nordeste que incluía Laga, na região Macassae revoltou-se contra Laleia, sitiando-a. O Governador com uma força de soldados regulares e "guardas" fornecidos pelos reinos amigos de Motael, Hera; Lacló e Manatuto rompeu o cerco e acabou com a situação.

...
Naquilo que foi descrito num relatório oficial português como uma revolta contra os impostos, o reino de Lermean, sob o comando militar de Maubara e de idioma Kémak revoltou-se contra a autoridade portuguesa ...

Em 1868 os portugueses enviaram uma força militar a Sanir cujo rei se recusava a pagar impostos. Os Sanor também de língua Kémak eram tributários de Balibó e estavam sob o comando militar de Batugadé...

Em Cova, a revolta estava, evidentemente, a fermentar havia vários anos... o forte de Batugadé, localizado nos domínios de Cova foi transformado em quartel-general das operações militares. ...

No mesmo mês as forças portuguesas foram obrigadas a bater em retirada para a segurança de Batugadé ...

O Governador enviou duas Howitzer e duas peças de artilharia de campanha e um reforço de 1 200 homens, entre "moradores" leais e a gente dos reinos de Batik, Laleia, Ermera, Cailaco e Alas...

Um mês mais tarde a operação foi declarada "inacabada".

Forças adicionais vindas de Oecússi, Ambeno, Cailaco e Ermera reuniram em Batugadé...

Em maio de 1871, o então Governador João Clímaco de Carvalho, chegou a Batugadé com um grande séquito para um encontro com a Rainha de Cova e com a Rainha de Balibó... mas a Rainha de Cova não compareceu...

Foi só em princípios de 1881 que o Governador pode informar categoricamente Macau que o reino de Cova se tinha "submetido" à autoridade portuguesa.

Em 1887, o infeliz Governador Alfredo de Lacerda e Maia foi assassinado por um grupo de "moradores" numa emboscada na estrada de Díli para Lahane...

Este assassinio marcou o início de uma insurreição dirigida conjuntamente por diversos liurais chefiados por D. Duarte e seu filho D. Boaventura de Manufahi.

A revolta de Maubara teve início em 1893 durante o mandato do Governador Cipriano Forjaz, atacando os postos de Dare e Fatuboro e oferecendo o território capturado aos Holandeses...

De 1893 a 1896 houve várias rebeliões em Lamaquitos, Agassa, Volguno, Luor-Bote, Fatumane, Fohorem, Lalaba, Cassabau, Calalo, Obulo, Marobo, Manufahi que se consubstanciaram sob o governo de Celestino da Silva (1894-1908) em termos de vassalagem para os reinos rebeldes de Maubara (1893), Hera e Dailor (1894), Fatumane (1895) e Buibau e Luca (1896), Manufahi resistiu até 1900 depois de ter estado a ser atacado por três frentes por forças coloniais e mais de 12 mil timorenses.

Em 1902 houve insurreições em Letefoho, depois foi Aileu (1903), Quelicai (1904) e novamente Manufahi em 1907. Deve notar-se que nem toda a guerrilha em Timor era anticolonial, dadas as raízes de hostilidade histórica, os conflitos de fronteiras e comerciais (agrícolas ou de gado).

Depois de 1911 a 1912 de novo Manufahi chefiada por Dom Boaventura.

Curiosamente a 8 dezembro 1911 no Suai foi toda a população evacuada incluindo prospectores de petróleo ingleses (Pélissier, René, Timor en guerre: Le Crocodile et les Portugais 1847-1913" Pélissier, Orgeval, France, 1996, pp. 257-258). Mais tarde por Decreto 30:004 de 27 de outubro de 1939 seria criada a Companhia Ultramarina de Petróleos para pesquisar jazidas de petróleo a oriente do meridiano 125° 50' E GW.

Já Geoffrey C. Gunn afirma

"... a pacificação colonial da guerra de Manufahi ou das várias revoltas de 1894-1901, 1907-1908 e 1910-1913, causou a perda de 90 000 vidas."

As célebres companhias de moradores tiveram a sua última participação em guerra no ano de 1912, e foram reabilitados simbolicamente em 1937 no consulado do Governador Álvaro Fontoura²¹ que os deixava desfilar nos seus bizarros fardamentos armados de paus em forma de espingarda, coberturas coloridas e penas na cabeça e uma minúscula bandeirinha verde-rubra presa a estas hipotéticas espingardas. O comandante empunha geralmente uma espada curva a que chamam espada de Macassar. Nalguns regulados os moradores organizaram pequenas formações de cavaleiros-lanceiros usando as lanças embandeiradas. Deve aproveitar-se este entusiasmo para organizar as forças voluntárias de moradores e estabelecer-se a sua colaboração com as forças militares da colónia é o que está naturalmente indicado; mas essa organização requer um prévio e demorado estudo de cada regulado para não se ir destruir a hierarquia indígena evitando também reacender rivalidades muito antigas entre regulados de que ainda existem sinais palpáveis.

Por seu turno James Dunn (Timor: A people betrayed, Jacaranda Press, 1983, pp. 19-20) afirma:

"... Em 1983 a revolta de Maubara, um dos mais importantes reinos nativos a ocidente de Díli, foi a primeira duma série de rebeliões que devastaram muito do setor económico da colónia. Assim quando o Governador Celestino da Silva tomou posse em 1894 a sua colónia estava num estado lastimável. Foi recebido com uma ampla rebelião, guerra intertribais, depressão económica e anarquia.

21 (Fontoura, A., 1942, O Trabalho dos indígenas de Timor, ed. Agência Geral das Colónias, pp. 105-107),

Nalgumas áreas a agricultura tinha sido totalmente abandonada e a produção anual de café, sempre o índice da prosperidade de Timor, tinha baixado para 800 toneladas.

Em 1895, depois de duas campanhas contra os rebeldes e um sucesso reduzido, Celestino da Silva montou um exército de 28 europeus e mais de 12 mil outras tropas, na sua maior parte guerreiros timorenses, fornecidos pelos liurais, e foi tentar aniquilar aquilo que se tornara numa imensa revolta liderada por Dom Boaventura de Same.

Seguiram-se meses de intensas lutas, e massacres de ambos os lados, antes do Governador poder clamar vitória e começar a reestruturar a sua administração civil e militar. Como resultado destas vitórias militares, Timor tornou-se independente da autoridade da colónia portuguesa de Macau e o Governador passou a ser diretamente responsável perante o governo central em Lisboa.

Mas a resistência estava longe de ter esmorecido, e por mais de uma vez, pegou em armas contra as forças portuguesas. No início de 1912 uma imensa campanha contra Dom Boaventura na área de Same causou a morte, de acordo com os próprios portugueses, de 3424 rebeldes e ferimentos em 12567, com 289 baixas portuguesas e 600 feridos.

Aos olhos dos portugueses, o Governador Celestino da Silva foi um dos melhores governadores de Timor. Decerto que ele foi um dos grandes responsáveis pela "pacificação" de Timor numa longa campanha prosseguida sem mercê durante um período de doze anos, mas o custo em sofrimento humano foi enorme.

Nos períodos de paz melhorou a administração criando 11 distritos militares de comando e 48 postos militares. É-lhe igualmente atribuído o crédito pela melhoria substancial da produção agrícola, introdução de novas colheitas e melhoria das técnicas agrícolas, mas tais melhorias visavam beneficiar sobretudo os portugueses e os mestiços (Celestino foi um dos fundadores da SAPT) muitos dos quais se tornaram prósperos cultivadores, e beneficiou ainda os chineses que já se estavam a notabilizar como mercadores e intermediários na colónia.

Até à invasão japonesa de Timor durante a guerra não se registaram mais rebeliões tribais. A colónia dividida em nove concelhos passou a ter treze compostos por 60 Postos Administrativos e uma Câmara Municipal (Díli). As circunscrições eram chefiadas por um Administrador e dividiam-se em postos, liderados por um chefe de posto, subdivididas em sucus (grupos de aldeias) com um chefe de suco, e mais adiante estavam as povoações também com um chefe embora este fosse honorífico. Os chefes de posto podiam ser recrutados localmente, mas os administradores tinham de ser de carreira.

A última revolta ocorreu em 1959 e segundo escrevi em 1999²²:

"Se as tropas aliadas tivessem deixado Timor neutral, pode ser que 60 mil timorenses tivessem sobrevivido à brutal invasão japonesa e aos bombardeamentos aliados.

Depois do Armistício, a Administração Portuguesa escolhe como novos "Régulos" pessoas nas quais poderia confiar, embora, a sua maioria, carecesse de legitimidade real capaz de os impor às tribos e comunidades locais.

A administração portuguesa continua a utilizar os mesmos métodos brutais e de trabalhos forçados com que experimentara antes de a Guerra eclodir. Isto provoca a infame rebelião de 1959 em Uato-Lari (na costa leste) em que milhares de guerreiros indígenas marcham para lutarem contra os Portugueses.

Para alguns historiadores a rebelião foi provocada por agitadores indonésios, mas não deixou sombras de dúvidas que se tratava de uma situação temível. Eventualmente uma "Bére - Bi²³" trai o seu próprio povo e lança o alarme no Sporting, um clube em Díli²⁴. Reforços são imediatamente enviados de Goa (uma então colónia portuguesa na Índia) e acaba por não se derramar sangue. Centenas de patriotas timorenses são deportados para as colónias africanas de Moçambique, Angola, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe. Para o povo de Timor-Leste a guerra só voltará 16 anos mais tarde.

Entre 1945 e junho 1974, o governo indonésio cumprindo as leis internacionais assevera nas Nações Unidas e fora dela "não ter ambições territoriais sobre o território de Timor".

Em 1960, Timor era considerado um território não autónomo sob administração portuguesa de acordo com a Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro 1960.

Entre 1962 e até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprova várias Resoluções que apoiam o direito à autodeterminação de Timor-Leste e das restantes colónias portuguesas, então eufemisticamente denominadas Províncias Ultramarinas, em sintonia com a França que designava os seus territórios coloniais como 'Territoires d'outre Mer'.

A rebelião começou a 7 de junho de 1959 na povoação de Uato-Lari e estendeu-se até Viqueque e de acordo com Bruce Juddery do Camberra Times combinava elementos anticoloniais, antiportugueses e tribais. O Governador português exacerbou os ânimos ao formar uma milícia em Lospalos na ponta leste a fim de combater a rebelião.

Numa semana morreram entre 500 a mil pessoas. Segundo Juddery, a Indonésia tinha infiltrado oficiais seus, meses antes, para semearem sentimentos dissidentes no litoral norte até Baucau, mas Bill Nicoll, (The stillborn nation, Visa, Melbourne, 1978) explica que os indonésios eram dissidentes da Permesta (rebelião das ilhas exteriores da Indonésia, Molucas do Sul), apoiados pela CIA para lançarem uma guerra secessionista mais ampla na Indonésia.

Aparentemente não tinham o apoio de Jacarta embora o cônsul indonésio fosse demitido em 3 junho 1959. Os indonésios tinham obtido asilo português, mas foram expulsos enquanto os dirigentes locais do movimento de Uato-Lari foram deportados para Angola e só foram autorizados a regressar a Timor em 1968.

Nesse ano abriu a delegação da PIDE em Díli que além de vigiar timorenses também se preocupava com a Timor Oil Company e outras ameaças como os sindicalistas australianos.

Abílio de Araújo liga a PIDE a uma resposta à insurreição de junho 1959. Nesse mesmo ano, a sua equivalente australiana, ASIS (Australian Secret Intelligence Service) abre uma delegação em Díli.

A comunidade árabe de Timor situava-se em Alor a oeste de Díli e quando tentou naturalizar-se indonésia no Consulado em Díli, os portugueses ofereceram-lhe a nacionalidade portuguesa (Kompas, 15 agosto 1977).

Já Themudo Barata²⁵ narra assim a sublevação de 1959:

"As primeiras notícias de que algo de preocupante se passa no Leste chegam ao Administrador de Baucau nos primeiros dias de junho, através duma informação do encarregado do posto de Bagaia: dois dos indonésios de Viqueque ter-se-iam reunido com alguns chefes nativos de Uato-Lari e Uato-Carbau para planear uma revolta. As reuniões efetuaram-se de noite e naqueles próprios postos. ...

Nesse mesmo dia o Administrador de Baucau é instruído para "ter os indonésios preparados para, se necessário, serem transportados para Díli."

O Administrador – então em Díli – transmite estas instruções para Baucau, com o pedido de as comunicarem também para Viqueque. Porém, já em 3 de junho aquele Administrador havia sido chamado pelo Encarregado do Governo, que o incumbiu de regressar de avião a Baucau para prender dois timorenses tidos como implicados no movimento (um deles o encarregado da estação postal).

O Administrador de Viqueque foi informado, em princípios de junho, por carta da administração vizinha (Baucau) dos acontecimentos de Díli e das movimentações dos asilados de Viqueque até Uato-Lari e Uato-Carbau. Pareceu-lhe, porém "que tais notícias não correspondiam à verdade", pois todos os dias se avistava com os indonésios. E além disso, quatro deles tinham acabado de assinar uma declaração em papel selado pedindo para regressar à Indonésia. É provável que, pressentindo que as coisas não estariam a correr-lhe de feição, isto fosse uma simples tentativa de se escaparem.

Todavia, pela meia-noite de domingo, dia 7, a residência do Administrador estava a ser assaltada e ele a ver-se obrigado a retirar sob fogo dos sublevados!

Nas vésperas, o secretário da administração de Baucau havia-lhe transmitido instruções do governo para que os indonésios fossem avisados que uma viatura os viria buscar "a fim de regularizarem assuntos do seu interesse". Santa ingenuidade!

Os indonésios apercebem-se que o cerco se aperta. Na manhã desse domingo, o Administrador ouve alguns dos indigitados na presença dum velho colono. Todos garantem que nada fizeram e nada sabem.

Contudo, apesar disso, determina que um dos apontados como mais ativo aguarde a conclusão das averiguações no quartel dos "sipaios". Este finge obedecer, vai buscar a sua roupa a casa dum amigo, mas no percurso encontra-se com o tenente Gerson que o manda seguir imediatamente para Uato-Lari para sublevar esse posto. Ele cumpre.

O Administrador só a posteriori descobre tudo isto. Na ocasião continuava a confiar, considerando que "algum perigo que porventura pudesse existir havia passado". Tanto assim que – como confessa no seu relatório – na tarde desse domingo jogou tranquilamente futebol com os indonésios "quando já arriavam abandeira nacional em Uato-Lari".

De facto, pelas cinco da tarde, Uato-Lari é assaltado pelo chefe atrás referido com apoio de alguns sipaios, tendo o cuidado de cortar logo as ligações telefónicas com Viqueque. Convoca o povo e manda emissários a Uato-Carbau para falarem com dois chefes de suco desse posto e com instruções para fazerem o mesmo. O plano prossegue com êxito!

Pelas oito e meia dessa noite, três indonésios (Gerson, Jeremias Pello e Moniaga) reúnem-se em casa dum funcionário aposentado com mais três ou quatro timorenses de certo nível cultural e umas dezenas de outros mandados vir de localidades próximas. Moniaga havia procurado contacto telefónico com os asilados de Baucau. Ou não o conseguiu ou não foi convincente, pois estes nove indonésios foram presos na manhã seguinte sem qualquer dificuldade: estavam todos pacatamente dormindo.

Sentindo-se descobertos, os asilados políticos de Viqueque decidem assaltar a secretaria da administração e apropriar-se de todas as armas e munições, o que fizeram cerca das onze e meia da noite, regressando com esse espólio à casa onde se haviam reunido. Entretanto Gerson mandou cortar as ligações telefónicas com Ossú²⁶ e interceptar a estrada com árvores para impedir o trânsito

Nessa noite – num novo gesto bem revelador do seu estado de espírito de uma extrema confiança para além dos limites da prudência – o Administrador dispensou um dos dois sipaios armados que, com os "moradores", fariam a guarda à secretaria "porque o ambiente era calmo", "porque o movimento tinha sido já descoberto em Díli e efetuadas prisões e porque já os indonésios estavam prontos a seguir para Díli nessa manhã (...) aparentemente satisfeitos (...)". A guarnição era pequena obrigando-os a perder por vezes noites sucessivas. Quis poupá-los.

Grande decepção iria ter! Poucas horas depois dá-se o assalto à secretaria. Há guardas que resistem e são feridos.

22 Contemporânea Editora, 1999, J. Chrys Chrystello, Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975

23 Designação dada à mulher timorense.

24 Filipe Themudo Barata, ex governador 1959-1963, em 'Timor Contemporâneo', ed. Equilíbrio Editorial, Lisboa 1998, apresenta a versão oficial da rebelião, que difere desta, e que ocorreu enquanto ele estava em trânsito para tomar posse como Governador.

25 'Timor Contemporâneo', ed. Equilíbrio Editorial, Lisboa 1998

26 No caminho de Baucau - Viqueque

O Administrador só dá conta do que se passa, quando os sublevados se decidem a assaltar a sua casa. Pouco deve passar da meia-noite. É cercada pelos indonésios, que arregimentaram também uns timorenses que dormiam por ali para receberem salários e pagamentos de cocos que tinham vendido ao Estado. Surpreendido pelo tiroteio, reage como pode. O tenente Gerson comanda o grupo que ataca a residência, enquanto outro asilado, acompanhado por um timorense dos que estiveram na reunião, toma posições junto à ponte da estrada para Ossú, no intuito de impedir a retirada.

O Administrador consegue meter-se num jipe com a família e com um aspirante administrativo (timorense) que o coadjuvava e, debaixo de fogo, com o jipe varado pelas balas, felizmente sem danos pessoais, chega a Ossú, tendo logrado passar sobre os troncos que pretendiam barrar-lhe a estrada.

Telefona para o seu colega de Baucau pedindo 50 "moradores" para o acompanharem no seu regresso a Viqueque., logo que deixasse a família em segurança. Pelas três da madrugada telefona também para Díli (para o chefe de gabinete) a dar conta desta grave ocorrência, o qual lhe determina que peça o jipe da missão local e se dirija a Baucau, para onde lhe serão dadas diretivas.

Os sublevados não ficam inativos. Apropriam-se da camioneta da administração de Viqueque e seguem para Uato-Lari. Chegam pela manhã sendo recebidos pelos amotinados que tinham ao peito tiras de pano com as cores da bandeira indonésia.

O tenente Gerson, com dois timorenses mais evoluídos, prossegue para Uato-Carbau, onde são igualmente bem-recebidos.

Em Díli, o chefe de gabinete, após o dramático relato do Administrador Ramos, telefona ao chefe da polícia. Dão umas voltas rápidas pela cidade para esclarecer uma perseguição suspeita (ou fantasiosa?) que haveria sofrido o radiotelegrafista que aquela hora entrava de serviço, segundo participação que acabara de fazer à polícia.

Dirigem-se à residência do Encarregado de Governo que dá ao tenente Braga instruções para informar o Chefe de Estado-Maior acerca da situação e para lhe dizer que deve mandar imediatamente preparar duas secções de atiradores reforçadas, sob o comando dum subalterno para seguirem para Baucau logo ao alvorecer. Isto para além, claro está, de outras providências como: controlo de comunicações telefónicas, alerta das unidades militares e imediata detenção dos restantes asilados indonésios.

Pelas seis da manhã, o Encarregado de Governo assiste no campo de aviação de Díli à partida daquela pequena força para Baucau, onde haviam sido mandadas requisitar camionetas e convocados alguns civis (timorenses, europeus e chineses) a quem foram distribuídas armas e munições. Recomenda-se aos chefes nativos da circunscrição de Baucau que reúnam os seus homens e patrulhem a sua área com os meios tradicionais.

Pouco depois do meio-dia de segunda-feira, o Administrador Ramos regressa a Viqueque apoiado por essa pequena força (um oficial, um sargento e nove praças), estando ele próprio armado apenas com uma simples espingarda calibre 22, cedida por um particular.

Pelo fim da tarde sabe-se que havia regressado o motorista da camioneta de um comerciante chinês, que os sublevados coagiram a ir a Uato-Lari e que dá notícias preocupantes: os revoltosos foram recebidos por bastantes chefes nativos com os seus arraiais.

Decide-se então promover também o levantamento de arraiais fiéis. Na zona de Viqueque, com exceção de Lacluta, a população reagiu mais lentamente. Em Lautém a reação foi muito viva e muito rápida: poucas horas depois todo o povo se mostrava disponível e, nessa noite, o respetivo Administrador tinha já à sua volta centenas de homens.

Nessa agitada manhã de segunda-feira, dois dos restantes asilados de Viqueque são detidos a caminho de Ossú, prova que os revoltosos apenas haviam encontrado algum apoio na região a leste da estrada Baucau – Viqueque, nas áreas de Uato-Lari e Uato-Carbau.

Segundo as últimas informações chegadas ao gabinete, os rebeldes haviam deixado em Uato-Lari gente sua chefiada pelo António Metan e pelo indonésio Moniaga e tinham reunido a norte de Uato-Carbau três grupos relativamente numerosos. Suspeitava-se que tivessem – ou que pensassem ter – apoios em Laga, fundeadouro no estreito de Wetar (na costa norte), onde a presença demasiado frequente de cõrcoras indonésias causava certa desconfiança.

Os arraiais de Lautém, coordenados pelo Administrador Serra Frasão e apoiados por uma parte da pequena diligência militar estacionada em Lospalos, formam o cerco por leste, mantendo-se também atentos à zona de Laga.

Em Díli há preocupação e um certo nervosismo: são poucas as informações sobre o que realmente se passa nas áreas sublevadas e são muito poucos os meios. Na terça-feira, dia 9, decide-se enviar um reforço de mais alguns soldados e designa-se o Capitão Manuel João Fajardo para dirigir localmente as operações. Este destacamento iria de avião, mas, afinal, à última hora, vai em alguns Unimogs militares.

É manifesta uma certa tensão no relacionamento entre o Estado-Maior do comando militar e a repartição do gabinete do Encarregado do Governo, ainda que o responsável máximo seja, em ambos os caos, a mesma pessoa.

Uma divergência importante surge quanto ao plano a seguir para dominar a sublevação. O chefe de gabinete (que, na prática, vinha coordenando tudo, em ligação com os administradores) discorda da orientação seguida pelo Capitão que passou a comandar as tropas enviadas para o leste, o qual centra as suas forças e preocupações em Viqueque, para onde faz seguir também todo o pessoal civil disponível em Baucau, incluindo médicos e enfermeiros.

Ao contrário, entendia o gabinete ser fundamental impedir o acesso dos revoltosos à costa norte e dar, portanto, toda a atenção à zona de Baguia para barrar o caminho para Laga. O Capitão era apoiado pelo Chefe do Estado-Maior. O tenente Braga coloca o assunto ao Encarregado do Governo (e Comandante Militar) que concorda com as suas preocupações, mandando imediatamente reforçar a guarnição de Baguia com parte de um destacamento militar que guardava a estação de rádio de Baucau.

O tempo corria. Estava-se já a 10 de junho. As comunicações com Viqueque continuam difíceis. Desde há dois dias nada se sabe da coluna militar. A diligência de Baucau seguiu na noite de 10, quarta-feira, para Baguia e na madrugada seguinte segue de Díli uma nova secção de atiradores para a substituir.

E - atente-se na pobreza dos meios - envia-se mais um cabo e duas praças timorenses com uma Bazuka para reforçar Baguia.

Pelas 11 horas de 11 de junho, efetivamente os insurretos estão à vista de Baguia e pelo meio-dia tentam um primeiro assalto à tranqueira²⁷. Nesse preciso momento estava a chegar um jipe com o tal lança-granadas Bazuka, que nem sequer houve tempo de recolher dentro da tranqueira. Só num pequeno intervalo entre os assaltos isto se consegue. Os sublevados retrocedem com algumas baixas, recompõem-se e, por mais de uma vez, repetem a tentativa. Felizmente, para nós, as armas e munições que tinham roubado eram de fraca qualidade (muitos cartuchos não disparavam).

Iniciam a debandada em direção a Uato-Carbau. Na circunscrição de Baucau, apenas dois chefes nativos do posto de Baguia tinham apoiado os revoltosos, mas não conseguiram sublevar os seus povos e foram mortos pelos seus próprios homens.

No final da tarde, quando o gabinete procurava ainda obter notícias da coluna do Capitão Fajardo, surge inesperadamente na linha a voz de um guarda-fios que procurava restabelecer as ligações telefónicas com Ossú. Estava escondido no mato e não ocultava o medo bem natural que sentia naquela situação. Já havia podido contactar com o seu colega de Uato-Carbau, que o informou que os rebeldes já tinham regressado após o ataque a Baguia, fugindo para as suas terras ou procurando esconder-se.

Pouco depois, o mesmo guarda-fios informa que esse seu colega lhe diz que se ouviam grandes estrondos para os lados de Uato-Lari. Vem depois a saber-se que eram as nossas forças que, antes de entrarem em Uato-Lari, haviam disparado granadas de morteiro.

Este pequeno incidente é bem revelador das enormes dificuldades técnicas no domínio das comunicações e, também, da falta de ligação entre as pessoas. Somente pelas 10 da manhã do dia 12, sexta-feira, o Encarregado do Governo (e Comandante Militar) entra em contacto com o Capitão Fajardo. Estava já em Uato-Lari. Procedia a averiguações que retardavam o seu avanço para Uato-Carbau. Segundo ele, os rebeldes estariam concentrados na foz da ribeira de Irabere, preparando-se para atacar Uato-Lari. Todavia, nesse momento a coluna com os arraiais do Administrador de Lautém atacava Uato-Carbau, depois de ter atravessado a vau aquela ribeira.

Continuavam a ser diferentes as perspetivas do gabinete e do comando das operações militares: o primeiro considerava urgente que a coluna se ligasse aos arraiais no ataque a Uato-Carbau: o segundo entendia que o essencial seria conter a ameaça da presumida concentração na foz da Irabere.

O Comandante Militar chama imediatamente o Chefe de Estado-Maior e determina que, na manhã seguinte, o Capitão Barreiros (acompanhado dum antigo funcionário civil que conhecia bem aquela região) fosse assumir o comando da coluna, enquanto o anterior prosseguia as suas averiguações em Uato-Lari. Parte de avião para Baucau no dia 13. Na véspera, os arraiais de Lautém ocupam Uato-Carbau. A rebelião desmantela-se. Os rebeldes espalham-se. É o "salve-se quem puder".

Mais uma semana e, dos principais responsáveis apenas havia por capturar um dos indonésios, que foi detido na manhã do dia 20 e um ajudante de observador dos serviços meteorológicos, detido quatro ou cinco dias depois.

Precisamente nesta ocasião (22 de junho) chegava eu²⁸ a Timor."

...

O instrutor do processo pensa que foi tudo iniciativa do próprio cônsul Nazwar Jacob, solidário com rebeldes de Sumatra, que via no êxito da sublevação em Timor um reforço para o seu partido. Talvez isso tenha uma grande parcela de verdade, mas o facto é que o novo cônsul (Teng Ku Hussim) continuou a dar apoio aos implicados e, inclusive a sugerir-lhes o recurso ao asilo político. E mais ainda. As ameaças da Indonésia não pararam. As atividades suspeitas do novo cônsul prosseguiram e, poucas semanas após o meu regresso à Metrópole, na fronteira terrestre (região de Covalima), há mesmo infiltrações declaradas de grupos de cerca de 200 indonésios acompanhados de polícias com pistolas metralhadoras e espingardas, que deram origem a sérios confrontos e a firme reação das nossas tropas de 2ª linha.

John Taylor, no seu livro "Timor - A História Oculta", p. 59, explica o seu ponto de vista, citando José Martins (líder do Kota):

"Relatórios sobre o grau de envolvimento indonésio na rebelião variam consideravelmente, alguns argumentando mesmo, que os catorze oficiais eram agentes diretos do governo indonésio, enviados certamente para organizar o derrube da administração colonial.

O que parece mais provável é eles terem sido líderes locais, verdadeiros dissidentes, que tentaram mobilizar o descontentamento local como meio de refazerem a sua base, em Timor-Leste. O que é inquestionável é que eles foram ajudados tanto pelo cônsul indonésio em Díli, como por apoiantes em Kupang, no Timor indonésio, os quais tinham concordado em fornecer armas. Estes factos indicam, no mínimo, que já existia um lóbi integracionista que tinha o apoio, a certo nível, do governo indonésio."

Aliás, as consequências desta "aventura" foram mínimas para os instigadores indonésios, que foram apenas expulsos. Como sempre aconteceu e pelos vistos continua assim ainda hoje, os timorenses envolvidos é que foram carne para canhão, tendo sido mortos, deportados, presos e sido "premiados" com a presença da PIDE em Timor a partir desse momento.

Por seu turno, James Dunn (Timor: A people betrayed, The Jacaranda Press, 1983, pp. 33-34) declara enfaticamente

27 Recinto de proteção a antigas instalações militares em Timor onde depois se instalaram os postos administrativos
28 Filipe Themudo Barata, governador 1959-1963

"É altamente improvável que o governo indonésio esteja implicado, ou que soubesse mesmo o que se estava a passar. Tudo começou com um barco carregado catorze sobreviventes indonésios do movimento "Permesta", um dos grupos da chamada "Revolta dos Coronéis" contra o Presidente Sukarno e o governo central, comandada pelos Coronéis Lubis, Kawilarang, Simbolon, Hussein, Warouw e Sumual.

Os refugiados aportaram a Timor Português provavelmente vindos do sudeste das Celebes (Sulawesi) onde a força principal da resistência militar tinha sido aniquilada pelas forças do governo central. Buscaram asilo político em Timor Português e, a seu tempo, foi-lhes autorizada a permanência na zona de Baucau.

Contudo, os indonésios rapidamente se aperceberam de que o sistema colonial português não lhes agradava, e começaram a semear intriga a dissidentes timorenses na zona de Viqueque – Ossú, Baucau, Uatolari, e mesmo em Díli, numa tentativa de destronarem o poder colonial.

Os asilados obtiveram também o apoio do cônsul indonésio em Díli, que, parece ter agido sem o conhecimento o consentimento de Jacarta. O que se passou foi que a amante rejeitada dum dos principais conspiradores divulgou o planeado golpe à polícia em Díli e foram tomadas as devidas contramedidas.

Contudo, registaram-se violentos confrontos nos distritos de Ossu, Viqueque e Uatolari., nos quais cinicamente os portugueses utilizaram tropas de 2ª linha de reinos vizinhos que eram tradicionalmente hostis aos rebeldes timorenses, tendo a oposição sido prontamente aniquilada numa forma sangrenta.

Mais de 150 foram mortos e centenas feitos prisioneiros. Sessenta timorenses foram exilados para Angola e Moçambique e, a seu tempo, os dissidentes indonésios expulsos de Timor. O cônsul foi chamado e repreendido pelo seu envolvimento.

Os Indonésios reclamaram a sua inocência ou qualquer envolvimento no conluio de 1959, mas os portugueses que pouco ou nada sabiam da insurreição em Sulawesi desconfiaram. Parece, no entanto, haver poucas dúvidas de que se tratou dum iniciativa local dos fugitivos da Indonésia Oriental que foram capazes de explorar o descontentamento com a administração local.

O conluio foi provavelmente demasiado amador e, mesmo que não tivesse sido descoberto, provavelmente não teria tido sucesso em desalojar os portugueses.

Contudo, o incidente teve profundas implicações nas autoridades locais e nos Portugueses em geral, dado coincidir com uma intensificação da campanha do Presidente Sukarno contra o imperialismo e colonialismo.

Os portugueses reagiram com um aumento da sua capacidade de segurança na província e na fronteira e com o aumento da delegação da PIDE. Contudo o incidente não se repetiu.

Havia disputas fronteiriças de tempos a tempos, normalmente causando algumas baixas ou perda de vida, mas normalmente tratava-se de confrontos derivados de roubo de gado, ou de disputas tribais envolvendo os dois lados da fronteira.

Sempre que um incidente desses ocorreu, causava tremenda inquietação em Díli e especulação dum intervenção indonésia.

Um dos pontos mais alto desse nervosismo ocorreu em 1962 quando os holandeses finalmente cederam a Irian [Papua] ocidental à Indonésia.

Era temido que Timor-Leste fosse o próximo alvo de libertação, mas a campanha "ganyang malaysia (esmagar a Malásia)" veio trazer uma nova dimensão e proporcionando o alívio à administração colonial [portuguesa]."

Esta também a versão dos eventos de que me servi no meu livro Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975, mas que, como se vê, é bem diferente da do ex-Governador Themudo Barata.

Depois desta longa visita ao passado, do fim do séc. XIX a meados do séc. XX, e consabidos estes factos históricos parece difícil atribuir os incidentes de abril 2006 a conflitos tribais, dado que eles parecem ter-se esgotado em junho 1959, sem qualquer registo posterior de lutas intertribais. O poderio dos régulos e liurais esmoreceu e já em 1975 era pouco mais do que simbólico. A divisão administrativa colonial portuguesa fizera esbater esta tradicional divisão dos povos de Timor, e, posteriormente, com a ocupação indonésia parece ter-se esfumado de vez.

O que não desapareceu, porém, foi a animosidade ancestral entre o oeste e o leste, tanto mais que agora surge enriquecida pela dicotomia de resistência ativa contra a Indonésia representada pela Falintil e pelos povos de leste contra os povos de oeste, associados ao colaboracionismo com o invasor. Desde a proclamação da independência que se ouvem queixas dos antigos guerrilheiros e aqui cremos que o Estado falhou totalmente por minorizar estas queixas e deixá-las latentes nos milhares de soldados guerrilheiros compulsivamente passados a uma reforma sem benefícios fiscais ou económicos e sem ocupação ou treino para ocuparem a sua posição dentro da nova sociedade democrática timorense.

A má divisão da atribuição dos postos de comando e chefia militares a pessoas Loromonu em detrimento dos Lorosae tem ab initio um certo fundamento nas queixas que motivaram os incidentes que levaram em fevereiro à saída de mais de 500 militares, prontamente demitidos por abandono do cargo. Cremos que o governo subestimou a real dimensão do problema e se serviu dum legitimação legalista para a levar a cabo sem se aperceber da caixa de Pandora que poderia estar a abrir. Houve inação e incúria e até uma certa forma sobranceira de tratar o problema.

O Presidente Xanana depois de ouvir os descontentes mostrou que estava a favor doutro tipo de solução, mas o governo permaneceu mudo e firme na sua decisão de não os reintegrar. Até aqui verificaram-se dois factos apenas: descontentamento por origem étnica e por motivos de privilégio aos Loromonu.

Não havia ainda de facto nenhuma tentativa de Golpe de Estado. Só quando os autoproclamados líderes militares rebeldes (ou meramente desertores?) intensificam as suas exigências, após a criação dum Comissão de Inquérito, e pedem a cabeça do governo ou a demissão do mesmo, obviamente com o apoio de forças externas como foi dito por Mari Alkatiri, se pode começar a falar de tentativa de Golpe de Estado.

O plano B certamente apoiado pelos EUA, Austrália e outros confiava que a candidatura do embaixador José Luís Guterres tivesse um amplo apoio das bases da FRETILIN, o que não aconteceu. Foi um fracasso total e veio reforçar ainda mais a liderança do primeiro-ministro (sempre tão odiado pela Austrália que jamais lhe perdoa as duras negociações para a exploração do petróleo e a sua firmeza em não abdicar dum linha de crescimento económico lenta, mas segura).

Nesta altura já as tropas australianas estavam em fase adiantada de preparativos para uma "invasão pacífica" de Timor a pedido deste jovem país. Não se contesta que as coisas chegaram a um ponto em que era forçoso pedir a ajuda do exterior para terminar com os conflitos entre exército e polícia, ao longo das mesmas margens de divisão que atrás se mencionaram. A rapidez da chegada das tropas australianas só veio comprovar que o seu estado de alerta para intervir se tinha precipitado com a vitória esmagadora de Mari Alkatiri no Congresso da FRETILIN.

Nesta ocasião esperava-se muito mais do sábio Xanana que se limitou a uma ou outra pálida intervenção e preferiu manter-se na sombra, em vez de vir a terreiro clarificar as águas. Sei que muitos em Portugal atribuem a Xanana qualidades mais próprias dum santo do que dum ex-guerrilheiro, mas decerto a maioria não estava preparada para o ver apenas como um homem como ele veio a demonstrar ao longo desta fase do conflito.

Por seu turno, quem não perdera tempo a demarcar-se e a criticar o governo foi Ramos Horta, esse sempre ambicioso líder timorense para quem o cargo de Secretário-Geral da ONU é o mínimo a que se acha com direito. Manobrando os bastidores, e, posteriormente avistando-se com os militares revoltosos e traidores ao seu juramento perante o Estado viria a preencher o vácuo de Xanana e a intransigência do governo.

Nessa altura já toda a máquina da desinformação da comunicação social australiana cujo interesse no petróleo não pode ser descurado, aliados à sua velha antipatia por Mari Alkatiri, estava pronta a levar a tentativa de Golpe de Estado a uma fase mais avançada. E aqui entra o elemento indonésio até então silencioso: os jovens armados de catanas e armas ligeiras a repetirem as façanhas de 1999, pegando fogo a casas, roubando documentos das repartições (sabendo bem o que queriam como por exemplo as provas que implicavam o general Wiranto nas atrocidades de então) e criando o pânico em vários bairros da cidade de Díli.

A história do petróleo e a prisão de Eurico Guterres podem ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem agora sentir contra Mari Alkatiri.

Depois, temos de juntar os interesses geoestratégicos que já estiveram no cerne da invasão de 7 dezembro de 1975, e o petróleo. Houve 21,5% de apoiantes da integração na Indonésia e esses estão insatisfeitos com a independência, com a política de Alkatiri que (eles nunca viram como seu, já o não viam como seu em 1973...) apesar desta ser elogiada por Paul Wolfowitz (que não é nenhum santo...embora também não seja como Kissinger ou Ford em 7 Dez 75).

Estes 21,5% da população reveem-se mais em Eurico Guterres e não é coincidência estes ataques surgirem logo após aquele ir para a cadeia. Há ainda militares e uma pequena franja política indonésia que apoia Guterres e não perdoa a independência e há muitos timorenses desejosos de os ajudar. Foi pena que os líderes (Alkatiri, Horta, Xanana e Roque Rodrigues) não tivessem visto isto a aproximar-se como um tsunami e pensassem que eram apenas umas ondas que a nova democracia resolveria...

Como escrevia Henrique Correia em 31 de maio de 2006:

"Estes senhores, Reinaldo e Salsinha, foram eleitos por quem? Qual é a autoridade deles para exigirem a demissão do 1º Ministro? O País não pode ser governado na rua. Espero que os líderes timorenses não cedam a estas pretensões absurdas. Estamos a assistir à repetição da novela "CPD-RDTL". Se esses senhores não gostam do Mari Alkatiri, então formem um novo partido para concorrer às próximas eleições, daqui a um ano, ou votem num dos partidos já existentes que se opõem à FRETILIN. Assim é que se faz num país democrático. Se eles preferem outro tipo de regime em que sejam eles a mandar, então vão para outro país, que há por aí muitos assim, ou mudem-se para a ilha Fatu Sinaí e declarem a independência. O rei seria D. Alfredo I, o "almirante".

Quem é este comandante (almirante) Reinaldo?

Foi capturado pelas tropas indonésias em 1975, e foi colocado como servente ou carregador no exército indonésio nas Celebes (Sulawesi) e Kalimantan antes de escapar para a Austrália. Arranjou emprego como estivador nas docas da Austrália Ocidental onde esteve durante nove anos, antes de regressar a Timor depois do histórico referendo de 1999.

As suas "proezas náuticas" foram rapidamente postas a funcionar nas novas forças de defesa de Timor (F-FDTL) tendo sido nomeado Comandante dos dois barcos de patrulha que constituem a marinha do novo país. Mas a sua carreira rapidamente esmoreceu e o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak, transferiu-o para o quartel-general em Díli. Foi uma desfeita que ele jamais perdoou ou esqueceu.

Mais tarde foi nomeado comandante dum pelotão de polícia militar com 33 homens após ter estado a ser Reinaldo no Australian Defence Force College em Canberra em finais de 2005. Forjou também um passeio operacional num barco patrulha da Real Marinha Australiana (RAN) a pensar um dia tomar conta da estação naval em Hera nas proximidades de Díli.

A crise começou em 28 de abril 2006, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército. A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados.

Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999. Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Rodrigues, aliado ao primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar seu poder político perto das eleições de 2007.

Além disso, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno novo no país: o confronto violento entre os habitantes do Oeste e a minoria do Leste que controla o Governo e as Forças Armadas. O major Alfredo Reinaldo, anteriormente comandante da Componente Naval das Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), abandonou a hierarquia de comando das forças armadas a 4 de maio 2006, acompanhado de mais 15 efetivos da Polícia Militar, unidade que comandava até então.

O outro autoproclamado líder dos rebeldes é Gastão Salsinha, nascido em Ermera (oeste) e que representa os interesses dos rebeldes Loromonu. Consta que terá sido detido no ano passado por contrabando de sândalo e foi-lhe cancelado o curso para Capitão que estava a frequentar. Há quem adiante que Salsinha é um amigo muito chegado de Rogério Lobato, o qual parece ter estado envolvido noutra caso misterioso dum apreensão de sândalo em 2002 e a qual nunca foi totalmente explicada.

O nome da família Lobato é sinónimo com a longa guerra de autodeterminação do povo. O seu irmão e líder da Resistência, Nicolau foi morto num combate com forças especiais da Indonésia em 1978. A sua mulher tinha sido executada no porto de Díli, logo após a invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975. Um dos cinco membros do Comité Central da FRETILIN enviados para o estrangeiro em 1975 (juntamente com Mari Alkatiri, Ramos Horta e Roque Rodrigues), Lobato tinha ordens para obter apoio para a recém-anunciada independência de Timor.

Em 1978, esteve a ser treinado durante um curto período pelos famigerados Khmer Rouge antes de ir para Angola, onde foi preso em 1983 por abuso dos poderes diplomáticos, tráfico de diamantes e solicitar os serviços de prostitutas. Depois, esteve envolvido num grupo de "conciliadores" promovido pela Indonésia no início da década de 1990, tendo regressado a Timor em novembro de 2000 sem uma base de apoio popular forte. Esta situação não durou muito.

Excluído do governo de transição da ONU foi atraído pela defesa dos direitos dos veteranos guerrilheiros, tendo desafiado a legitimidade da recém-criada F-FDTL. As ameaças ao governo e a sua provocação acabariam por dar frutos, quando em 2002 foi nomeado Ministro da Administração Interna. Não perdeu tempo a criar uma força nacional de Polícia capaz de rivalizar com os F-FDTL, um corpo de 30 mil homens com três ramos paramilitares.

É pena que Xanana continue a ser ouvido mais pela voz de Kirsty Sword (que não para de exigir a demissão de Alkatiri) do que pela sua própria voz, que até agora se limitou a um ou dois apelos à calma e à deposição de armas. Esta linha de clivagem com Xanana e Horta dum lado e Alkatiri do outro pode ter ajudado os estrategas de Camberra a vingarem-se de terem de ceder 50% do Timor Gap a Timor-Leste, fruto das boas capacidades de negociação de Mari Alkatiri. Já todos se esqueceram que a Austrália começou por oferecer 20% a Timor? O petróleo esteve sempre por detrás disto e outorgar novos contratos à ENI italiana e concessões à Republica Popular da China (odiada em Jacarta) não aumentaram a reduzida popularidade de Mari Alkatiri face a Camberra e à vizinha Indonésia.

Já Henrique Sales da Fonseca escrevia em 29 maio 2006:

Aqui para quem mais ninguém nos lê, temo que tenha eclodido uma "guerra" luso-portuguesa com os italianos e os australianos de permeio por causa do petróleo.

Repare: a italiana ENI é sócia da portuguesa GALP em 30% e daí pode-se inferir que o Governo de Timor adjudicou o petróleo aos "amigos" dos portugueses excluindo os australianos que já se consideravam donos daquelas jazidas.

Mas do lado australiano estará, creio, a Fundação Gulbenkian que tem uma empresa petrolífera de direito australiano destinada a entrar no negócio da extração em Timor. Ou seja, pode-se admitir que a "guerra" seja entre a GALP e a Fundação Gulbenkian com os ditos intermediários dando a cara internacional e oficialmente. Será?

É claro que se trata de uma mera especulação, mas ... nunca se sabe. Vejamos o que se segue.

Depois desta intervenção australiana com 2 mil homens, à data em que escrevo, virá a fatura do "apoio" australiano que tentará colocar um governo fantoche ou mais maleável no trono em Díli. Uma espécie de protetorado de Camberra que é o novo xerife na região. Para isso, a ambição desmesurada de Ramos Horta, pode ajudar, seja para Secretário-geral da ONU seja para primeiro-ministro timorense. Que promessas terá ele recebido agora do governo de Camberra? Quem se não lembra já do anunciado apoio que (Horta) disse ter recebido de Gough Whitlam em 1975, quando este já dera luz verde a Suharto para invadir com a promessa de não-intervenção australiana?

Por outro lado, ninguém esqueça que o embaixador americano se deu ao trabalho de ir ter com o Reinaldo, um desertor, um fora-da-lei para saber quais as suas reivindicações. Depois disso e logo após a sua chegada foi a vez dos comandantes militares australianos fazerem o mesmo.

Esta preocupação dos norte-americanos e australianos é de louvar. Quando desertei (porque o 25 de abril tardava a chegar a Díli) ninguém me quis ouvir, nem australianos, nem norte-americanos. Mas agora os desertores são tratados melhor que um Chefe de Estado.... Como os australianos já entrevistaram o Reinaldo e já sabem o que ele quer, pois foram eles que o treinaram e se ele continua a repetir que precisam de tirar o Alkatiri para haver paz na região, o mais certo é que eles irão dar uma ajuda. Isto começa a lembrar o Chile em 1973.

Aliás se formos atrás na história recente podemos recordar o que a Austrália fez nas Fiji em 1987 ao democraticamente eleito Temoci Bavadra (pronunciado bavandra): ajudou o golpista coronel (depois major-general) Sitiveni Ligamamada Rabuka (pronunciado rambuka) a depô-lo depois dum Golpe de Estado em 14 de maio de 1987 a que se sucedeu outro em outubro. Rabuka foi um mero instrumento nas mãos dos senhores feudais que se insurgiam com o domínio das ilhas pelos indianos introduzidos ali no início do séc. XX: crise étnica e devolver a Fiji aos Fijianos e não aos Indianos era o grito da altura. Demorou dez anos à democracia para regressar às Fiji.

Mais recentemente temos a intervenção nas ilhas Salomão que deixaram de ser independentes para terem parte dos seus ministérios geridos por Camberra. Em finais de maio de 2006, o primeiro-ministro das Ilhas Salomão aplaudiu a retirada das tropas australianas, depois do ministro da Defesa australiano, Brendan Nelson, ter anunciado que iria retirar parte das tropas ali estacionadas, depois dos confrontos do mês passado. Chegaram a estar mais de 400 tropas australianas e esse número irá baixar para pouco mais de uma centena. As tropas tinham sido enviadas após a eleição de Snyder Rini para primeiro-ministro, mas devido aos motins populares e à situação de crise acabou por ser substituído por Manessah Sogavare com o apoio das tropas australianas. O programa "The World Today" em 30 maio 2006 12:21:00, (Repórter Toni Hassan e Edmond Roy) entrevistava Damien Kingsbury, do International Development Studies na Universidade Deakin University, que afirmou

"Um exército de apenas 1500 homens é demasiado pequeno para ter qualquer capacidade prática de defesa. Serve uma função simbólica, mas causa mais mal do que bem... ocasionalmente interfere na política, está dividido dentre as suas fileiras.

...
Outro problema que é ridículo e é um erro, é a escolha da língua portuguesa que é oficial conjuntamente com o Tétum, e em resultado disso números significativos da população não fala nenhuma delas porque foram educados em Bahasa Indonesia, além de haver mais 15 idiomas locais.

O Primeiro-ministro que passou décadas em Portugal durante a luta de independência fala Português – uma língua que o povo que ele governa não entende nem fala. Isto só vem aumentar as críticas da sua arrogância e do seu desprendimento. A maior parte da população fala indonésio e existe uma falta de comunicação entre o governo e o povo, em especial nos tribunais e na burocracia. Penso que isso deve ser reconsiderado".

Mais uma achega a dizer que o problema de Timor é devido à língua portuguesa quando alega que em Timor eles falam todos Bahasa para se entenderem. Segundo estes analistas 1º a FRETILIN, 2º a falta de razão para a existência dum exército e 3º a língua portuguesa são os culpados deste falhanço que não teria ocorrido se falassem todos Bahasa (indonésio aqui para nós). Ninguém se deu conta que em qualquer democracia o povo é quem escolhe em quem vota e neste caso a FRETILIN, goste-se ou deteste-se, teve mais votos que todos os outros juntos ... E foi a FRETILIN com o apoio dos restantes partidos que decidiram sobre a língua portuguesa e o Tétum.

Eu como cidadão australiano também estou farto de dizer que os problemas da Austrália se devem a termos uma Rainha longínqua, inoperante e ridícula, mas nas urnas, o meu voto não chegou para tornar o meu país numa República. Achem que devo arranjar uns contestatários para criar conflitos como em Timor e mandar a democracia às urtigas?

O Presidente Xanana Gusmão renovou o seu apelo à reconciliação e à união nacional, num dia em que foram anunciadas oficialmente as mudanças nos Ministérios da Defesa e do Interior. "Vamos esquecer o que passou. É nossa obrigação perdoar e reconstruir nossa amada nação", disse Gusmão, num discurso no quartel da polícia em Díli. Gusmão assumiu, no início da semana, o controle do Exército e da polícia para deter o confronto entre as duas forças, que receberam a ordem de se recolher aos quartéis. A nação recebeu o anúncio oficial de que o ministro de Relações Exteriores, José Ramos Horta, vai assumir a Defesa, no lugar de Roque Rodrigues, e que o vice-ministro do Interior, Alcino Baris, foi promovido a ministro.

Rogério Lobato e Roque Rodrigues apresentaram a sua demissão (para evitarem serem destituídos?) em consequência da crise que começou em 28 de abril, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército. A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados. Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999. Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Roque Rodrigues, aliado ao primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar o seu poder político perto das eleições de 2007. Além disso, como atrás se disse, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno até agora novo no país: o confronto violento entre os habitantes do Oeste e a minoria do Leste que controla o Governo e as Forças Armadas. O levantamento também evidenciou os atritos entre o Presidente timorense, Xanana Gusmão, o político mais apreciado do país, e Alkatiri, muito impopular por professar a religião muçulmana - credo minoritário em Timor-Leste -, onde 90% da população é católica. Alkatiri declarou há dias à televisão australiana que não existe um conflito de poder entre ele e Gusmão.

Os confrontos entre ex-militares e ataques de grupos de civis armados deixaram cerca de 20 mortos na capital. Por não conseguir controlar a situação, as autoridades timorenses solicitaram ajuda militar à Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal. Mais de 2 mil militares e policiais australianos, neozelandeses e malaios já estão no país. A polícia está desaparecida há um mês, a população faz filas durante horas para receber arroz e o pânico dos ataques já produziu 60 mil refugiados e deslocados que ontem não se moveram de seus esconderijos, apesar de já estarem em vigor as medidas especiais de segurança.

Timor-Leste, um dos países mais pobres, queridos e pequenos do mundo. Tem 857 mil habitantes e a extensão do Alentejo. Um país muito bonito, amado por muita gente - o ex-Presidente americano Bill Clinton e o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan -, mas talvez bem situado demais: desde o início dos tempos foi invadido por viajantes - chineses, portugueses -, muitas vezes espancado e assassinado por seus vizinhos - chineses, japoneses, indonésios, malaios. Timor tem a maior taxa de fertilidade do mundo - 7,8 filhos por mulher -, um solo árido e muito pobre que mal chega para alimentar a população, uma idade média de 20 anos, nenhuma indústria digna desse nome e um desemprego galopante e sem subsídios que o compensem.

"O Estado está em transição e construção, a metade da ajuda externa é dedicada a pagar os assessores estrangeiros, ainda não há aposentadorias nem lei eleitoral, nem quadros técnicos bem formados, e Alkatiri (o primeiro-ministro) prefere guardar as receitas do petróleo, cujo fundo de reserva já soma mais de US\$ 600 milhões, a distribuí-lo demagogicamente entre as pessoas", diz um diplomata europeu que se não identifica.

"Os três são amigos desde a adolescência, por isso não se levam muito a sério", diz uma fonte próxima a Gusmão. "Alkatiri e Gusmão respeitam-se e temem-se igualmente, mas acabam sempre se entendendo", diz um assessor do Presidente.

A dupla Alkatiri - Horta é que cedeu. A Igreja, a Austrália, os EUA, o petróleo e a ambição de poder surgem como as questões chaves de uma rixa que começou discreta e começa a se agravar diante da legítima recusa de Alkatiri a demitir-se dado ter sido democraticamente eleito pela maioria da população. Mas Ramos Horta quer mais que o Ministério da Defesa. Sabe que tem todo o apoio e a influência internacional de uma Igreja Católica que presume contar com 98% de católicos no país e que não hesitou em catalogar o primeiro-ministro como muçulmano e comunista. Os padres criticaram ferozmente a aposta em separar a Igreja do Estado - há religião opcional nas escolas - e criticam as suas políticas sociais como próprias "do Terceiro Mundo mais retrógrado". Alkatiri mandou estudantes com bolsa de estudo para Cuba e em troca contratou 500 médicos cubanos para os hospitais públicos. Segundo indica uma fonte da cooperação europeia, trata-se de uma luta sem quartel: *"O partido de Alkatiri, a FRETILIN, é a única organização, com a Igreja, que está implantada em todo o território. Para os padres locais, é um partido de Marx contra Deus".* Há exatamente um ano, em abril de 2005, os bispos de Díli e Baucau, com a colaboração do embaixador americano, John Rees, homem de confiança de Bush e que ajudou a distribuir comida entre os manifestantes, lançaram o primeiro desafio de rua ao governo "infidel" de

Alkatiri. "Ofereceram transporte em autocarros e sanduíches e organizaram um acampamento no centro de Díli. Foi muita gente que gritava: 'Viva Cristo, morte a Alkatiri'", lembra um funcionário da ONU.

A indústria de café do Timor-Leste sofreu um sério golpe com o aumento da violência, que paralisou as operações no meio da temporada da colheita. "A colheita (da nova safra) começou em maio, e seu pico deve ser atingido neste mês. Mas, com todas as estradas fechadas, não há meio de transportar os grãos do interior para as fábricas processadoras", disse o diretor de café e de outras safras do Ministério da Agricultura, Caetano Cristóvão.

Os participantes do mercado estimam que a produção atingirá entre 15 e 18 mil toneladas, em comparação com a safra de 2005, apontada entre 10 e 11 mil toneladas. Apenas os pequenos fazendeiros estão colhendo e processando os grãos em máquinas pequenas ou secando-os ao sol, disse Cristóvão. Em termos globais, Timor-Leste, com uma produção média anual de 7.000 a 10.000 toneladas, é um produtor pequeno entre gigantes, como Brasil e Vietnã, contribuindo com cerca de 1% da produção global. No entanto, o café não é pouca coisa para a economia desta República de apenas quatro anos de idade, sendo a sua principal fonte de divisas estrangeiras. Um quarto da população²⁹ (de 947 mil habitantes, em 2005) depende do café para subsistir.

Veremos o que vem a seguir, mas enquanto se não dedicarem esforços à formação duma tropa, duma força policial eficaz e sem se cindir sob os fortes laços centenários da etnicidade tribal; enquanto se não ocupar a população jovem e desiludida em formas de trabalho remunerado que lhes augure qualquer futuro (até agora nem presente nem futuro lhes era prometido); enquanto não se explica à população porque é importante que falem Português em vez de Bahasa ou de Inglês; enquanto isso não for feito, não há doações internacionais que cheguem nem fundos do petróleo que aguentem a instabilidade.

Há genes tradicionais e centenários que têm de ser estudados conjuntamente com a influência que a ocupação indonésia e a sua lavagem ao cérebro causaram.

Há que ter em conta o recente exemplo das ilhas Salomão a fim de evitar que Camberra passe a gerir os ministérios mais problemáticos de Timor e a decidir o que é melhor para este jovem país.

Há que deixar os Timorenses governarem-se e a criarem condições para o fazerem. Uma boa medida seria darem-lhes de volta os recursos marítimos roubados por pactos leoninos firmados pelo governo de Camberra, isso permitiria sem que o país contraísse empréstimos ou ficasse dependente de outros, dividir a riqueza por todos os timorenses, e criar empregos para os milhares de jovens sem futuro.

Há que criar uma unidade nacional que nunca existiu e não tem tradições (antes pelo contrário existe uma herança de guerras intertribais) para que Timor seja para todos os Timorenses e não para alguns, todos os que lutaram fora pela autonomia, os que lutaram dentro contra a ocupação indonésia e os que se acomodaram à ocupação indonésia. Só quando se criarem condições para este entendimento nacional e global terá valido a pena lutar durante mais de duas décadas e meia. A comunidade internacional pode ajudar a facilitar o desenvolvimento destas noções, mas sem os interesses demasiado óbvios dos lóbis do petróleo e sem a desculpa esfarrapada de que a língua portuguesa é que é a culpada.

Se a CPLP existisse para lá do papel seria uma ótima oportunidade das ex-colónias de Portugal (incluindo o Brasil) mostrarem o que é a solidariedade, mas isso é pedir demais. Se a ONU tivesse mais força poderia ajudar a construir o que nunca construiu mais interessada em criar negócios milionários para os seus conselheiros do que em construir um país novo pela raiz. Sobretudo ajudem os timorenses a criar a sua nação e aprender o que é viver em democracia.

© 1 JUNHO 2006 CHRYS CHRYSTELLO

CRÓNICA 25. A SITUAÇÃO EM TIMOR - UMA OPINIÃO SOBRE AS MINHAS OPINIÕES. 1-11 JUNHO 2006:

Escreve de Sidney o amigo Nuno Pinto do Souto:

Sem dúvidas que estás a bater em muitos pontos certos. A corrente situação quanto a mim é anormal e tem muito a ver também com o facto de o Alkatiri ter sido o único até agora a fazer finca-pé à Austrália na questão dos royalties do petróleo. Portanto, tornou-se "inconveniente".

A Austrália está a explorar as tensões internas da FRETILIN para se desfazer dos elementos incomodativos. E claro, daí a exploração do papão das "lutas internas" e do "Leste vs Oeste" e outras coisas do género. Se bem que historicamente verdadeiras, nunca causaram ataques a Díli ou tentativas de derrubar o governo, nem nos tempos da outra senhora.

Note-se que as revoltas desses tempos NUNCA causaram distúrbios destes em Díli ou ameaças à autoridade.

É bem de notar por exemplo que o ACA ("A Current Affair", Canal 9), um programa de notícias aqui de Sydney, mandou ontem dois repórteres para filmarem os desmandos e saques em Díli. Fizeram-no, sem o mais pequeno problema, a falarem com os saqueantes DURANTE os ataques.

No entanto, a tropa Australiana encarregada de manter a ordem, queixa-se de que quando chega aos locais da desordem já é "muito tarde" para apanhar alguém.

Ora bem: os repórteres, conseguem filmar os desmandos. Mas a tropa chega muito tarde? Como?

Enfim. Nuno Souto

25.1. GENERAL AUSTRALIANO VAI SE REUNIR COM LÍDER TIMORENSE REBELDE. INACREDITÁVEL. A AUSTRÁLIA É UM DOS POUCOS PAÍSES DEMOCRÁTICOS NO MUNDO QUE ENTREVISTA OS DESERTORES DOUTROS PAÍSES. 2 junho 2006 UOL/EFE -

Se fosse noutra sítio, e dado que em Timor o governo foi democraticamente eleito (a ONU disse e eu acredito), prendia-se o Reinaldo e o Salsinha por terem incitado à violência, causado homicídios a forças policiais, criado o caos e tentarem deitar abaixo um governo democrático.

Ainda me parece que um destes homens pode aparecer como futuro ministro do interior num governo fantoche criado pela Austrália como já fizeram nas ilhas Salomão. Pode ser que me engane, mas só eu é que vejo isto ou todos têm medo de falar? Ninguém estudou as táticas de desestabilização?

Imaginem que isto tudo se passava na Austrália, onde há um senhor primeiro-ministro (de quem não gosto) que tratou mal os refugiados e candidatos a imigrante, trata mal e porcamente os aborígenes (pior que os seus antecessores) e que penso que deve ser demitido e responder por tais crimes.

Sabem o que me acontece? Vou de cana, vou dentro em menos dum segundo por atacar o senhor líder dum país, democraticamente eleito por uma maioria. Ninguém me entrevista nem quer saber a minha opinião. Porque é que em Timor TEM DE SER DIFERENTE?

25.2. AUSTRALIAN PRESS COUNCIL 3 junho 2006

Dado que os ataques continuam na imprensa australiana vou sugerir a todos que escrevam (eu não posso fazê-lo sem me demitir da AJA - Associação Australiana de Jornalistas...) para o Australian Press Council a fazerem queixa dos artigos mal-intencionados e difamadores de Timor que têm aparecido.

Para isso serve o Press Council: info@presscouncil.org.au ou complaints@presscouncil.org.au Phone: (02) 9261 1930 or 1800 025712 Fax: (02) 9267 6826 Mail: Suite 10.02, 117 York Street, Sydney 2000. Qualquer pessoa pode escrever, juntar o artigo que ofende e contestar o que está escrito e a cópia dum pedido de publicação de contestação ao artigo que ofende. A página de acesso HTTP://WWW.PRESSCOUNCIL.ORG.AU/

25.3. TIMOR-LESTE: DETENÇÃO DE SUSPEITOS VIOLÊNCIA CAUSA TENSÃO ENTRE CAMBERRA E DÍLI ANTÓNIO SAMPAIO, DA AGÊNCIA Lusa 7 junho

Díli, 07 jun (Lusa) - A detenção de suspeitos pela violência em Díli está a causar tensão entre Camberra e Díli, com a Austrália a defender alterações na legislação de Timor-Leste e o governo timorense a rejeitar categoricamente tal proposta. A posição do governo australiano foi hoje divulgada pelo respetivo ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, que afirmou que o Parlamento de Timor-Leste tem que mudar a lei para permitir que polícias internacionais detenham suspeitos de violência.

"Enviar mais polícias para Timor-Leste não vai, automaticamente, resolver o problema. Para que o trabalho diário da polícia possa ser feito, terá certa mente que haver uma mudança na lei de Timor-Leste e isso terá que se fazer no Parlamento", afirmou. Uma ideia que foi hoje liminarmente rejeitada pela ministra de Estado e da Administração Estatal, Ana Pessoa, que em declarações à Lusa acusou Downer "Ele não conhece a lei em Timor-Leste, nem sabe que a lei não se muda assim. Não sei se no país dele é assim que se faz, mas quero acreditar que não", afirmou Ana Pessoa.

Fontes do governo da Austrália explicaram à Lusa que Camberra insiste em assumir o controlo dos "elementos associados ao processamento de detidos" visto que grande parte dos 106 agentes policiais australianos já em Timor-Leste trabalha na área de investigação criminal. No entanto, o governo e as autoridades judiciais timorenses insistem que a lei em vigor em Timor-Leste já prevê todo o enquadramento para detenção e tratamento de suspeitos, vincando que a opção é a de firmar protocolos "técnicos" com as forças internacionais no terreno. Não é cordial chegarem a que país for e dizerem: 'vamos lá agora fazer a investigação criminal à nossa maneira'. Isto não é feito à revelia do Governo de Timor-Leste", considerou Ana Pessoa. "O que se está a procurar fazer é ter protocolos de trabalho com cada uma das polícias, para tornar muito claro em que áreas é que atuam", disse a governante timorense.

"No caso da investigação criminal está claro que há um sistema judicial a funcionar, há uma Procuradoria, a direção das investigações cabe à Procuradoria e as polícias têm que seguir os procedimentos e a lei em vigor" em Timor-Leste, sublinhou.

A polémica surge numa altura em que já foi criado um centro temporário de detenção - a funcionar no antigo comando distrital de Díli da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) - para onde são transportados os detidos por soldados australianos.

Segundo fontes judiciais, cerca de uma dezena de pessoas foram já detidas, tendo um deles sido ouvido por um juiz que lhe decretou prisão preventiva. No caso da GNR, que atua com base na legislação em vigor em Timor-Leste, os efetivos portugueses detiveram já três pessoas, das quais pelo menos uma foi igualmente ouvida por um juiz, que também decretou a prisão preventiva. As mesmas fontes explicaram à Lusa que o diferendo se deve ao facto do acordo que gere a entrada das forças internacionais em Díli "ser vago" em alguns destes aspetos e ainda às diferenças entre o sistema legislativo anglo-saxónico, da Austrália, e o sistema continental, que se aplica em Timor-Leste. Lusa / FIM

25.4. Vergonha. Shame on you. (1) BLOGUE MALAI AZUL QUINTA-FEIRA, junho 08, 2006

Os seguranças do Presidente da República entregaram as armas a militares australianos, que os desarmaram. Mas na Pousada de Maubisse, os soldados australianos nunca tentaram desarmar o Alfredo Reinado nem o seu gangue, com os quais convivem alegremente. E hoje, puseram nas mãos de um dos desertores uma M16, para...lhe tirem uma fotografia. E hoje, também, não permitiram que elementos da GNR fossem à prisão de Bécora entregar os detidos, sob ameaça de abrirem fogo, se não aceitassem ir desarmados. Não foram.

25.5. TIMOR-LESTE: GNR CONFINADA A QUARTEL, EM CAUSA PERMANÊNCIA NO TERRENO 7 junho

Díli, 07 jun (Lusa) - A GNR está confinado ao seu quartel improvisado em Díli com ordens do governo português para não sair a rua devido a um bloqueio diplomático nas negociações com a Austrália sobre as cadeias de comando, disse fonte governamental. A decisão foi tomada depois de um incidente a meio da tarde de quarta-feira (hora local), quando a GNR transportava dois detidos para o novo centro de detenção temporária guardado pelas tropas australianas. Os militares australianos negaram-se a receber os detidos, questionando a legitimidade da GNR para proceder às detenções. De acordo com a fonte, o governo português decidiu suspender todas as negociações técnicas no terreno sobre a atuação da GNR e as formas de coordenação com outras polícias e os militares australianos. Neste momento decorrem negociações urgentes em Nova Iorque, disse ainda a fonte à Lusa, confirmando estar atualmente em causa a permanência da GNR em Díli, a não ser que Xanana Gusmão e o governo timorense clarifiquem a atuação da força portuguesa no quadro do acordo bilateral assinado ente Lisboa e Díli que garante à GNR autonomia operacional. PR/ASP Lusa / fim

25.6. QUARTA-FEIRA, 7 de junho de 2006 20:18

Mais um opinador que se cobre de ridículo. Por azar, escreveu estas linhas pouco antes do gravíssimo incidente ocorrido hoje entre militares australianos e elementos da GNR. Mas não deve haver motivo para preocupação, porque, segundo ele, tudo se resume a "uma certa arrogância australiana". Nada mais. E, também segundo ele, "Timor-Leste não é uma prioridade para a política externa australiana." O que faria se fosse...

Hoje, uma patrulha da GNR deslocou-se ao centro de detenção provisória de Bécora, para entregar dois detidos ao juiz de serviço. Inexplicavelmente, foram impedidos de o fazer pelos militares australianos responsáveis pela segurança das instalações, alegando que eles não tinham autoridade para fazer detenções e inclusive ameaçaram abrir fogo se eles não se desarmassem ou fossem embora.

Recordo que há uns dias os australianos tiveram um conflito semelhante com os malaios, embora não com estas proporções, exigindo que eles se desarmassem à entrada do Parlamento.

Espero desta vez ter ficado claro para os mais cétricos (ou ingénuos) quais as verdadeiras intenções da Austrália quanto a Timor.

Tinha visto na TV, poucas horas antes, um desertor que ameaça o Estado com total liberdade de movimentos e proteção das forças australianas, bem armado, enquanto agora os mesmos que protegem esse traidor viram os canos das armas para os portugueses, talvez por eles terem começado a fazer em 2 dias o que os australianos não fizeram em semanas - começar a fazer detenções e impor a ordem pública.

Razão tinha o ministro dos Negócios Estrangeiros português quando recusou a subordinação dos militares portugueses aos australianos. Por isso eu aplaudi essa posição. Acho que ficou agora claro de que lado os australianos estão e quais são os seus planos para Timor.

Ameaçam abrir fogo contra forças de um país amigo, se estas se opuserem aos seus desígnios, enquanto por outro lado não dispararam um único tiro desde que chegaram a Díli, para evitar as pilhagens, os incêndios ou as mortes. E a receção eufórica que o povo dedicou aos portugueses também terá contribuído para a atitude desesperada dos australianos, mais própria de uma quadrilha de salteadores do que de militares disciplinados "de elite". Dir-se-ia que estão a ficar parecidos com os marginais que estão protegendo.

Aguardo com ansiedade qual a reação de Ramos Horta e Xanana Gusmão, que tanta graxa têm dado à Austrália nos últimos dias. Quero ver até que ponto têm um resto de orgulho e dignidade. Até que ponto é que deixam que uns badamecos armados mandem no seu país, só porque falam Inglês. Dessa reação vai depender muita coisa daqui para a frente.

O Estado português ameaça retirar a GNR e com razão. Se foi para isso que pediram ajuda a Portugal, então poderíamos ter poupado uns milhõezitos e eles nem chegavam a sair daqui. Portugal não é um país rico e não admite brincadeiras deste tipo. Timor-Leste arrisca-se a perder um amigo, um aliado e então restar-lhe-á a alternativa de se entregar definitivamente nos braços do seu novo colonialista de expressão inglesa.

Espero um protesto enérgico do governo português e que a Austrália arrepie caminho. Senão, as consequências serão muito mais graves ainda e muito sangue irá correr em solo timorense.

Henrique Correia

25.7. DIÁRIO DE NOTÍCIAS TIMOR-LESTE PELO PRISMA DA AUSTRÁLIA - ARMANDO RAFAEL

http://dn.sapo.pt/2006/06/07/internacional/timorleste_pelo_prisma_australia.html

Ao contrário do que muitos portugueses - e até timorenses - tenderão a pensar, Timor-Leste não é uma prioridade para a política externa australiana. É certo que alguns editoriais e até artigos de opinião que têm saído recentemente na imprensa australiana poderão induzir o contrário, deixando deprender que Camberra gostaria de poder determinar (ou pelo menos influenciar) o que se passa em Díli.

Mas não: Timor-Leste e a crise timorense só são determinantes para a Austrália na medida em que isso pode pôr em causa o equilíbrio das suas relações com a Indonésia e a estabilidade na região. Só isso. E nem mesmo a disputa em torno do petróleo parece ser tão relevante para os padrões de segurança locais. Quer se queira quer não, é isto que resulta da doutrina que domina a política externa e a política de defesa e de segurança da Austrália. Sem que se registem neste domínio grandes discrepâncias entre conservadores, como o primeiro-ministro, John Howard, e os trabalhistas que o antecederam, um dos quais até incentivou a Indonésia e o regime do Presidente Suharto a invadirem Timor-Leste, em 1975. Em nome da estabilidade, a verdadeira obsessão de Camberra.

E percebe-se porquê. Até ao final da década de 60, a Austrália pouco ou nada se interessou pela Ásia e pelos seus problemas, alinhando pela batuta dos EUA durante a Guerra Fria. O que só contribuiu para que a Ásia olhasse para Austrália como um "infiltrado" ocidental. Com tudo o que isso representa ou pode significar. Depois, tudo mudou. Designadamente com a queda do Muro de Berlim e com a derrocada do comunismo. A Austrália passou a assumir-se gradualmente como potência regional, tentando, como se tem visto nos últimos meses, estreitar relações com a China, Coreia do Sul, Índia ou Filipinas, sem que isso altere a geografia ou as relações de vizinhança com o gigante indonésio, que é quatro vezes mais pequeno do que a Austrália, tendo, contudo, uma população 12 vezes maior que arrasta consigo diversas incompatibilidades e rivalidades.

O que explica que instituições como o Australian Strategic Policy Institute [www.aspi.org.au] ou documentos como o Defence White Paper insistam na necessidade de Camberra ter uma política pró-ativa na região, evitando que os conflitos da Papua Nova Guiné, das ilhas Fiji ou das ilhas Salomão "contaminem" a unidade indonésia, fazendo, por efeito de dominó, recrudescer as reivindicações independentistas de Aceh, Ambon, Bornéu ou Irian Jaya, território que reproduz uma situação idêntica à de Timor-Leste. Com a pequena particularidade de o lado ocidental da Papua Nova Guiné representar quase 20% do território indonésio e apenas um por cento da sua população. É sob este prisma que deve ser encarado o "interesse" da Austrália perante Timor-Leste. Para os australianos, o que conta não é Timor-Leste, mas a Indonésia e a estabilidade num arco geoestratégico que separa o país do Continente asiático, numa altura em que a defesa e a segurança passaram a contemplar capítulos sobre a sida e o branqueamento de capitais.

Daí que a Austrália não queira que Timor-Leste (ou a Papua Nova Guiné, as Fiji ou as ilhas Salomão) tenha forças armadas ou militares, preferindo apostar numa espécie de gendarmerie. Ou que Camberra tenha a noção de que não pode dar-se ao luxo de recorrer sistematicamente às suas tropas para pôr termo aos conflitos que se registam nestes Estados. Sob pena de isso só prejudicar as relações com a Indonésia, tida como a segunda das três principais prioridades da política externa australiana, num contexto em que a primeira incide sobre o relacionamento entre EUA e China e a terceira assenta na Papua Nova Guiné. O resto, incluindo algumas opiniões que têm sido publicadas, deve ser descontado no capítulo de uma certa arrogância australiana.

25.8. TIMOR-LESTE: ANTÓNIO COSTA DESMENTE ORDEM DE ACANTONAMENTO DA GNR 8 junho

Lisboa, 08 jun (Lusa) - O ministro da Administração Interna, António Costa, desmentiu hoje que tenha sido dada ordem de acantonamento à companhia da GNR enviada para Timor-Leste e desvalorizou um incidente com tropas australianas ocorrido quarta-feira em Díli.

"A GNR não está acantonada, não houve instruções nesse sentido", disse António Costa, adiantando que é "natural" que durante a noite as ações de patrulhamento diminuam. Uma fonte governamental contactada pela Lusa tinha afirmado anteriormente que o contingente da GNR em Timor-Leste estava confinado ao quartel improvisado do em Díli, com ordens do governo português para não sair devido a um alegado bloqueio diplomático nas negociações com a Austrália sobre as cadeias de comando. António Costa sublinhou que não foi dada qualquer ordem de acantonamento ao contingente da GNR, que, disse, está a cumprir a sua missão, e desvalorizou o incidente ocorrido a meio da tarde de quarta-feira (hora local). O incidente registou-se quando a GNR transportava dois detidos para o novo centro de detenção temporária instalado no antigo comando distrital de Díli da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e guardado pelas tropas australianas. Os militares australianos negaram-se a receber os detidos e ameaçaram desarmar os efetivos portugueses, questionando a legitimidade da GNR para proceder às detenções. "O governo português não quer valorizar este incidente. A GNR está em Timor para prestar auxílio aos timorenses e não para ter conflitos com outras forças no terreno", disse o ministro que reconheceu ainda a necessidade de melhorar os mecanismos de coordenação das diferentes forças no terreno. António Costa disse à Lusa ter já estabelecido contactos com as autoridades timorenses e australianas, a quem reafirmou a necessidade de "tão breve quanto possível" se encontrar a melhor forma de assegurar a coordenação, considerando que "é fundamental" para o bom desempenho da GNR e para evitar incidentes com o de quarta-feira. Segundo o ministro da Administração Interna, realiza-se hoje de manhã (hora local) em Díli uma reunião em que participam o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa timorense, Ramos Horta, representantes da GNR e das tropas australianas para analisar os acontecimentos de quarta-feira. A tensão entre a companhia da GNR e o contingente militar australiano é o mais recente incidente num ambiente de falta de coordenação entre as forças internacionais no terreno, evidenciada segunda-feira no Parlamento Nacional. Soldados australianos tentaram impedir a escolta malaia do Presidente do Parlamento, Francisco Lu-Olo, de entrar no local, o que, segundo uma fonte do gabinete do responsável parlamentar, demonstra "uma descoordenação total". Uma situação idêntica tinha já ocorrido no domingo quando efetivos da Malásia tentaram ir ao complexo parlamentar recolher uma viatura da presidência do Parlamento. CFF/ASP/PR. Lusa

25.9. TRIBUNA Lusa 8 junho 2006

Normalmente nunca costumo ler os e-mails vindos da Tribuna da Língua Lusa, matando a notícia logo na nascença. Hoje porque o título me aguçou a curiosidade, li. E pareceu-me interessante.

José Gomes

Os soldados da GNR em Timor foram bloqueados no quartel-general, como era previsível. Estamos perante uma situação perigosíssima. Ou Portugal toma uma posição clara e inequívoca perante a Comunidade das Nações ou corremos o sério risco de os nossos rapazes serem chacinados em Timor. A verdade é que Timor foi invadida pelos australianos, que estão para ficar e declarar a falência do Estado timorense.

Portugal tem a obrigação de alertar a comunidade internacional para isso, que já é demasiado evidente. No dia 25 de maio, reproduzi neste blogue um interessante artigo que me chegou de fonte muito bem informada. Segundo essa fonte, estava em curso um Golpe de Estado em Timor, comandado pelo Presidente do Banco Mundial, o falcão Paul Wolfowitz e pelos seus links indonésios e australianos.

Wolfowitz foi embaixador dos Estados Unidos na Indonésia e tem relações privilegiadas com os serviços de inteligência de Jacarta, que, recentemente conseguiram penetrar no Departamento Australiano de Negócios Estrangeiros nos serviços secretos australianos (ASIS), usando esquemas de blackmail [chantagem] para descredibilizar pessoas importantes por alegado envolvimento em casos de pedofilia.

Segundo esse artigo, a Woodside, a maior companhia de petróleo e gás natural da Austrália, teve recentemente uma disputa árdua com o governo de Timor. Aconteceu algo de semelhante, recentemente, no Curdistão, o que justificou um envolvimento de tropas australianas na região.

O major Alfredo Reinaldo terá sido o homem contratado pelos australianos para lançar a confusão em Timor, visando a alteração dos contratos com a Woodside. Há informações que indicam que ele recebeu apoio e treino da parte de negociantes de armamento australianos, com ligações à administração Bush e a John Howard.

Bush e Howard encontraram-se em Washington antes do início da rebelião, ao que parece para adaptar a Timor o modelo adotado nas Solomons, depois de ali se ter provocado uma guerra civil. O modelo consiste em provocar uma rebelião, para depois oferecer assistência militar e deixar permanecer essa assistência até à exaustão dos recursos e à declaração de falência do Estado. Seria, a propósito, muito interessante saber quanto custa por dia a Timor a assistência fornecida pela Austrália.

Sintomático é o facto de o primeiro-ministro australiano ter aparecido na televisão, logo num dos primeiros dias a pedir a demissão de Mário Alkatiri.

E ainda mais sintomático é o facto de a mulher de Xanana o ter acompanhado, quando o marido guardava o mais veemente silêncio.

Outra informação relevante é a de que Xanana Gusmão terá pedido apoio à Malásia depois de ter recusado uma oferta de «ajuda» pela Austrália. Ao que parece a reação dos australianos foi a de forçarem a «ajuda» entrando no território contra a vontade do Presidente timorense. Depois de terem entrado no território os australianos forçaram a aceitação da «ajuda» e condicionaram a entrada de outras ajudas, nomeadamente da Malásia e da Nova Zelândia.

O que está a acontecer com a GNR era de todo previsível. Na lógica dos australianos, ou a GNR se coloca sob o comando australiano ou será considerada uma força hostil. O governo português deveria ter previsto isto mesmo. E deveria ter tido a sensibilidade para perceber que o que se passa em Timor-Leste é uma disputa pelo petróleo, em que participam, de forma ativa e concertada a Woodside e diversas firmas do universo do ex-Presidente Suharto, a ela aliadas e aliadas ao Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz.

Num pequeno país como Timor o custo de uma rebelião é baixíssimo e altamente lucrativo, tomando em consideração o valor das reservas petrolíferas.

Estamos, pela primeira vez no séc. XXI, perante um Golpe de Estado à velha maneira americana. Tenho poucas dúvidas de que os nossos GNR apoiados pelas tropas fiéis ao governo conseguiriam por termo a rebelião e garantir a ordem constitucional. Mas nada podem fazer contra o exército australiano que os chacinará se tentarem bloquear os rebeldes que a Austrália financiou. Hoje foi o primeiro aviso. Portugal Global.

25.10. DO MALAI AZUL, UM LEITOR ESCREVE SOS AUSTRÁLIA ESTÁ A SUFOCAR DEMOCRACIA DE TIMOR. 8 junho 2006

Salvem Timor dos australianos. Tal como este espaço escrevia na noite de ontem, eis que o evoluir da situação vem confirmar as nossas fontes. A GNR está a ser alvo desde a primeira hora de ameaças veladas das incompetentes tropas australianas. Este já é um cenário recorrente na estratégia de destruição de Timor-Leste por parte da vizinha Austrália. Em 1999 os soldados tinham ordens expressas para não afrontarem os indonésios. Com ele em Díli arderam mais de 20 edifícios fundamentais. Foi igual ao que hoje se passa.

Estamos em 2006 e os australianos estão numa política desesperada para fazer cair o primeiro-ministro de Timor, de preferência até deixar que o matem. Entraram e não deram segurança ao primeiro-ministro e ao Presidente do Parlamento. Uma vergonha de uma premeditação.

Só baixaram as orelhas quando as FALINTIL/FDTL mostraram estar ao lado das instituições democráticas, não deixando de mostrar a sua lealdade ao Governo e ao Estado. Só aí os australianos perceberam que não era bem como pretendiam...e mandaram então segurança aos pilares do Estado de Direito.

Foi para isso que lá entraram..., mas não! O mundo sabe hoje quem é a Austrália, qual o seu papel. O mundo sabe hoje quem é a mulher australiana de Xanana Gusmão. Todos sabem, em especial os que em 1999 andavam com ela em Jacarta. Todos sabemos quem são os tipos e tipas dos serviços secretos australianos que se introduzem no seio da população timorense - trajando vergonhosamente, mas dormindo no Hotel Turismo e no Hotel Timor.

A Austrália desde sempre tentou influenciar o rumo dos acontecimentos em Timor-Leste. Hoje fá-lo de forma armada.

Protegem os rebeldes contra o Estado de Direito. Mas a culpa será só e apenas deles? Onde está o apelo de Ramos Horta e de Xanana Gusmão para que os australianos desarmem os rebeldes? Ainda não foi ouvido...

Mas todos falam de queda e resignação de Mari Alkatiri. Mas ninguém fala de regresso à normalidade? Será que ninguém admite que as pessoas deslocadas ou refugiadas o continuam a ser por medo dos homens armados que estão em Maubisse e em Gleno / Ermera?

A comunidade internacional tem de agir e acabar com esta palhaçada. Timor está ocupado militarmente pelos australianos, querem até alterar as leis para terem poderes. Timor-Leste está em perigo com a presença australiana.

Salvem Timor-Leste dos australianos, eles são verdadeiramente os maus da fita, desde sempre! # posted by Malai Azul: 15:32 0 comments

25.11. ENTREVISTA COM GASTÃO SALSINHA: "SE OS VETERANOS CONTINUAREM NO EXÉRCITO, HAVERÁ MAIS PROBLEMAS" PÚBLICO QUINTA-FEIRA, junho 08, 2006

Recebe-nos na área de Gleno, numa casa fora das estradas principais, onde chegamos levados por um contacto que nos esperou, de telemóvel em punho, num cruzamento depois da ponte. Dez minutos depois, avistamos um grupo de homens, todos com ar de menos de 30 anos, em volta de um murete que rodeia uma árvore de grosso porte. Cadeiras de plástico, azuis, já se encontram dispostas em semicírculo, no pátio da casa, para a entrevista. Respostas breves, parte em tétum, parte em português, que percebe, mas no qual não consegue exprimir-se bem. Gastão Salsinha, 32 anos, casado, quatro filhos, tenente das F-FDTL, porta-voz de 594 militares (num total de cerca de 1400), que se queixam de discriminação étnica.

Entrevista dada a 72 horas de um encontro com o ministro da Defesa, José Ramos Horta, que precederá um diálogo alargado entre militares, políticos, Igreja católica e sociedade civil com vista à resolução da crise.

PÚBLICO - É o único [dos militares envolvidos no conflito que devasta Timor-Leste] que ainda não se encontrou com o ministro da Defesa. Quando o fará?
GASTÃO SALSINHA - No próximo sábado.

P. Qual a relação que há entre o senhor, com os seus homens, e os outros grupos, ligados aos majores Reinaldo, Tara, Tilman?

GS. Nós, petionários, não falamos da parte política. O caso do major Alfredo tem a ver com os disparos das FDTL sobre os manifestantes, em 28 de abril. Se não tivesse acontecido aquilo, ele e os outros majores não teriam vindo juntar-se aos petionários. Mas vamos tentar encontrar uma só solução.

P. Qual deve ser ela?

GS. - Uma reestruturação total das FDTL. Se os veteranos continuarem, haverá mais problemas. Continuamos a respeitá-los. Foi com eles que chegámos à independência. Mas eles não aceitam nenhuma ideia vinda de nós.

P. Não seria preferível juntar a experiência dos veteranos com a juventude dos mais novos?
 GS. Só aprendemos com os veteranos como cortar um pé de palapeira ou o melhor local para cavar uma fruta no mato. O ministro Ramos Horta já prometeu ir arranjar soluções para os veteranos. O Exército deve continuar a existir com duas unidades: uma de engenharia, para desenvolver ações cívicas; a outra para missões de paz. Assim não haverá confusões.

P. Como é que vai ser feito o recrutamento, para evitar discriminações Lorosae Loromonu?
 GS. Primeiro resolve-se o problema inicial. Depois veremos a forma de voltar a unir.
 P. Mas o critério principal não deve ser o da capacidade dos candidatos?
 GS. Não só. Também por um perfil que assegure a unidade nacional.
 P. E quanto ao futuro do atual comando - brigadeiro Taur, Coronéis Lere, Falur?
 GS. Não podem continuar à frente das FDTL. O Governo devia colocá-los em função das respetivas capacidades.
 P. No último mês, o Estado desmoronou-se. Pensou alguma vez que podiam perder a soberania?
 GS. Depois de o brigadeiro responder à nossa petição e decidir expulsar-nos, respondi que, se o Governo não resolvesse o problema, um dia haveriam de surgir coisas piores do que aquela. É muito triste, porque eles pensaram que éramos pequeninos e não inteligentes. Há quem acuse alguns dos peticionários de falta de disciplina e que terão usado o argumento da discriminação como pretexto. Acho que não é justo. Temos provas concretas da discriminação. Ações desse tipo surgiram ainda nós estávamos em Aileu (cerca de 2000). Muitos - entre eles o major Tara - podem dar disso testemunho. Fomos, entretanto, expulsos, mas não há qualquer base legal para isso.

P. Está otimista quanto à resolução do problema?
 GS. Estou. Tenho a certeza de que pode ser resolvido. Mas penso que só através do Presidente da República.
 P. Também defende que o primeiro-ministro deve ser demitido?
 GS. Seria melhor ele demitir-se para alguém ir, por ele, resolver o problema.
 P. Quanto tempo dá a Xanana para isso?
 GS. Está nas medidas de emergência: 30 dias.
 P. Já teve contactos com a Comissão de Notáveis [nomeada pelo Presidente para resolver o problema dos peticionários]? Que resultados?
 GS. Encontrámo-nos com o seu porta-voz, o padre António. Fiz uma carta com seis propostas. Levaram-na, mas até hoje continuo sem resposta.
 P. Esta crise está em vias de ser solucionada?
 GS. O único problema são as armas. Há civis armados que estão a recuar para as montanhas.
 P. Armados por quem?
 GS. Pelo Comité Central da FRETILIN. Temos indicações de que foram distribuídas armas a civis.
 P. Deixaram de receber os vencimentos enquanto militares. Como sobrevivem?
 GS. É o povo que ajuda.
 P. Há quem diga que Timor-Leste se tornou um Estado falhado. Com todos estes grupos, a guerra Lorosae-Loromonu, etc., será que ainda é possível uma solução?

GS. O exemplo do Iraque, onde a situação é mais dura, mostra que há soluções. Nós temos cedido. Tudo aquilo que o Presidente Xanana e José Ramos Horta disserem, este povo, de Manatuto até Oecússi, obedecerá. Mas duvido no que respeita à parte de Lorosae.

P. Há então um problema Loromonu-Lorosae, em Timor-Leste? Consiste em quê?
 GS. É um castigo de Deus.
 P. Não pode ser um pouco mais concreto? Onde é que está, hoje, em Timor-Leste, essa diferença entre uns e outros?
 GS. Pergunto o que é que os governantes fizeram desde a independência. Pergunto por que é que o povo continua a sofrer.
 P. Já começaram a arrecadar receitas do petróleo.
 GS. É verdade que temos riquezas, mas a realidade é que, desde Tutuala até ao Oecússi, o povo continua a sofrer e quem fica a saborear a riqueza é a cúpula. Já vamos em cinco anos de governo. As estradas que tinham buracos continuam a ter buracos. As casas queimadas continuam a ser queimadas. O Governo não fez nada de novo. A preocupação deste Governo é comprar armas para distribuir pelos seus militantes [da FRETILIN]. São constantes os elogios do Banco Mundial à gestão do Governo. Timor independente tem sido apresentado internacionalmente como um caso de sucesso. São análises feitas só em Díli. A vida no interior não condiz.
 P. Insistimos na questão Lorosae-Loromonu. Há dois Timores?
 GS. Timor é só um. Resolvido o caso da discriminação [contra os militares Loromonu], acaba o problema.
 Adelino Gomes, em Díli. Texto publicado na edição do PÚBLICO de 8-6-2006

25.12. TELEVISÃO AUSTRALIANA DENUNCIA «ESQUADRÃO DA MORTE» EM TIMOR-LESTE. RAMOS HORTA PEDE INVESTIGAÇÃO - 9 junho 2006

O ministro timorense dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, José Ramos Horta, pediu hoje uma investigação urgente sobre um alegado «esquadrão da morte» que teria sido formado para intimidar e eliminar opositores do primeiro-ministro e líder da FRETILIN, Mari Alkatiri.

A denúncia da existência do «esquadrão da morte» foi feita pelo canal televisivo australiano ABC, segundo o qual 30 antigos membros das Falintil (guerrilha timorense) terão sido recrutados e armados no início de maio, pelo então ministro do Interior, Rogério Lobato, sob instruções de Mari Alkatiri.

Em declarações à ABC, o primeiro-ministro rejeitou que a FRETILIN tenha um grupo armado clandestino e que tenha ordenado a distribuição de armas a civis, afirmando que se trata de mais uma tentativa para o desacreditar. «Estão a tentar diabolizar a minha imagem. É a única coisa que posso dizer», comentou Alkatiri. Ramos Horta admitiu ter ouvido rumores sobre a existência do grupo na semana passada, mas considerou-os «inacreditáveis». Em declarações ao canal australiano, afirmou: «É-me muito difícil acreditar que o nosso primeiro-ministro armaria civis, e em particular que lhes daria ordens para assassinar outros, independentemente de quem fossem». Mas considera que estes rumores devem ser alvo de uma investigação independente, conduzida por timorenses e peritos internacionais, por iniciativa do Presidente da República, Xanana Gusmão.

A ABC mostrou imagens do grupo recolhidas durante a noite num local não identificado fora de Díli, vendo-se indivíduos com uniformes e armados. O alegado chefe do grupo, identificado como comandante Raylos, afirma que lhes foram dadas 18 armas e 6.000 cartuchos de munições, bem como veículos e uniformes. Segundo a autora da reportagem, jornalista Liz Jackson, os homens alegaram ter sido recrutados por Rogério Lobato, entretanto afastado do cargo de ministro, eleito recentemente Vice-presidente da FRETILIN pelo Comité Central do partido.

Na lista de alvos, adiantou a ABC, estariam elementos dos militares rebeldes que se encontram na zona de Ermera e Maubisse e até militantes da FRETILIN descontentes com a liderança de Alkatiri. 20:14 9 junho 2006

25.13. PREMIÊ DE TIMOR-LESTE NEGA QUE CRISE TENHA RAÍZES ÉTNICAS - 9 junho 2006 MARCELO NINIO DA FOLHA DE S. PAULO.

Há quatro anos a comunidade internacional - o mundo lusófono em particular - saudou a independência de Timor-Leste como uma vitória da liberdade, após os 27 anos de brutal ocupação indonésia que se seguiram à colonização portuguesa. Nas últimas semanas o minúsculo país, pior colocado no ranking do FMI (PIB per capita de US\$ 400, último colocado entre 192 nações), mergulhou em uma crise que parecia empurrá-lo para a beira da guerra civil e da desintegração.

O estopim foi uma rebelião de militares demitidos por indisciplina, mas em poucos dias a violência iniciada por eles tomou conta do país, principalmente da capital, Díli, convertendo-se em caos generalizado e dando margem a ataques de gangues que levaram o governo a pedir a intervenção de tropas estrangeiras. No centro do confronto está o premiê Mari Alkatiri, que aprovou a expulsão dos soldados em março, e cuja demissão é exigida pelos rebeldes para suspender os ataques. Em entrevista concedida à Folha em português irretocável Alkatiri, 55, descartou a renúncia, rejeitou as alegações de que a crise atual tem raízes étnicas e reconheceu que a herança institucional deixada pela ONU originou alguns dos problemas atuais.

A seguir, trechos da entrevista, concedida por telefone, de Díli.
 Folha - Muitos culpam o sr. pela atual crise. Há dois dias uma multidão pediu sua saída em Díli. O sr. aceitaria renunciar se disso dependesse a volta à calma em Timor?

Mari Alkatiri - Eu já ignoro essas exigências. Já respondi várias vezes a isso e não vou voltar a responder sempre que um grupo aparece fazendo exigências.

Folha - Mas o que o sr. responde àqueles que o acusam pela crise?

Alkatiri - Para fazer exigências as pessoas têm que fazer acusações. E essas acusações contra mim, me culpando pelos problemas do país, não são novas, vêm desde 2002. Primeiro depois de eu ser nomeado primeiro-ministro, por grupos que estavam à espera de participar do governo de unidade nacional. Se um pequeno grupo aparece com algumas centenas de pessoas em qualquer lugar do mundo e faz uma exigência e tem eco, a culpa não é minha. É daqueles que dão eco a essas exigências de grupos que nada representam.

Folha - A demissão de 590 militares aprovada pelo sr. que foi o estopim da crise, foi um erro?
 Alkatiri - Em qualquer parte do mundo quem abandona o quartel tem que ser demitido. Aqui há um fenômeno político que se misturou com essa questão disciplinar. Aí, sim, podemos dizer que se tratou de uma forma demasiadamente superficial da questão. Em termos disciplinares a decisão não poderia ter sido mais correta. Em termos políticos tratou-se de forma pouco profunda da questão.

Folha - E qual seria a análise certa?
 Alkatiri - A razão [da crise] é sempre a mesma. Aproximam-se as eleições de 2007 e ninguém tem dúvida de que o partido do governo voltará a ganhar, por uma margem ainda mais larga, então todos aqueles que continuam com ambições de mudar o governo perderam suas esperanças. Então, a violência é o caminho. Primeiro, para manchar a imagem do governo e ao mesmo tempo do partido. E a partir daí tentar a última chance para derrotar o governo.

Folha - No auge da violência, o sr. disse que havia uma tentativa de golpe em movimento. Quem estaria por trás desse movimento?
 Alkatiri - As caras visíveis, não vale a pena eu dizer quem, todos sabem quem são. As invisíveis vamos ver se conseguimos descortinar daqui para a frente.

Folha - As visíveis são os militares rebeldes. E as invisíveis?
 Alkatiri - As visíveis são muitas, desde os ex-militares até os políticos que se escondem atrás deles. As invisíveis nós vamos descortinar.

Folha - Uma outra queixa contra o seu governo é que o grupo formado em torno do sr., que permaneceu boa parte do período da ocupação indonésia fora do país, defende um projeto que não atende aos anseios de quem ficou no país, gerando ressentimentos. Há essa discrepância?

Alkatiri - É uma queixa falsa, pois no meu governo só 20% estiveram fora do país. E se esse ressentimento existe, as pessoas insatisfeitas com meu governo não deveriam ter o receio de ir às urnas em 2007 para derrubar o governo por vias democráticas, não com violência.

Folha - Há também alegações de entre as raízes da crise estão divergências étnicas entre o leste e o oeste.

Alkatiri - Tenho certeza de que a crise é profundamente política. Uma tentativa de mudar o governo sem levar em consideração o que diz a Constituição, o que dizem as leis, porque não se tem coragem de respeitar o Estado de Direito e esperar as eleições. Se o problema fosse étnico já teríamos tido um banho de sangue, porque seriam centenas de milhares de pessoas em confronto, como na região dos grandes lagos, na África.

Folha - Em artigo publicado no "caderno Mais!" no último domingo dois pesquisadores brasileiros afirmam que a adoção do português como língua oficial, apesar de ser falado por menos de 5% da população de Timor-Leste, também gerou ressentimentos. Como o sr. vê a questão?

Alkatiri - Quando se adotou o português em Angola e Moçambique também não era falado por mais de 5% ou 6% da população e nunca foi fonte de problemas. A verdade é que se realmente isso se tornou um problema é porque outros interesses que são estranhos ao país tentaram usar isso para criar problemas.

Folha - Há quatro anos o mundo saudou a fundação de Timor-Leste como uma vitória da liberdade. Agora o país parece estar se desintegrando em seu próprio caldo de divergências. A guerra civil ainda é um risco?

Alkatiri - Eu nunca acreditei na possibilidade de guerra civil em Timor-Leste. O povo não quer mais guerras. Para evitar isso é que nós pedimos a intervenção de forças internacionais. Agora muito menos acredito que possa haver uma guerra civil. Há uma disciplina no seio do partido do governo, a liderança conseguiu conter que os simpatizantes do governo saíssem às ruas e se confrontassem com as minorias. E continuamos a conter isso. Ainda ontem (terça-feira) houve uma manifestação com poucas centenas de pessoas. Se não tivéssemos contido os apoiadores do governo teríamos no mínimo 5, 10 mil pessoas nas ruas para fazer contramanifestação. Até aqui temos conseguido fazer isso e evitar um derramamento de sangue.

Folha - E uma possível guerra civil.

Alkatiri - Claro.

Folha - O chanceler de Portugal disse que divergências entre o sr. e o Presidente Xanana Gusmão estavam ajudando a piorar a crise. Como estão suas relações?

Alkatiri - Como se sabe, hoje em dia a informação pode criar fantasmas. Esse é um dos fantasmas que a mídia criou: na base da crise estavam divergências entre o Presidente Xanana e eu. Nada é mais falso. O que se pretende é criar uma razão política profunda para a crise e a melhor forma é colocar o Presidente contra o primeiro-ministro. Isso é falso, desminto categoricamente.

Folha - O Presidente Xanana assumiu atribuições que eram do sr., como a segurança. Isso não teria reforçado a suspeita de divisão?

Alkatiri - O Presidente Xanana Gusmão, em conjunto comigo, com o governo e com o Parlamento, definiu o mecanismo de coordenação mais estreito entre os órgãos de soberania para a área de Defesa. Isso é constitucional. Não tem nada a ver com retirar poderes. Naturalmente que alguns círculos preferem ver isso como parte de uma luta de poder. Mas seu eu parto do princípio de que não há luta de poder entre nós, eu sou o primeiro a defender maior coordenação entre as instituições, não me sinto reduzido em nada.

Folha - A fragilidade institucional deixada pela administração da ONU facilita o surgimento de crises? Olhando para trás o sr. acha que a reconstrução do país deveria ter sido diferente?

Alkatiri - De modo alguma. Acho que aqui e acolá [a reconstrução] poderia ter sido melhor. É preciso não esquecer que este país teve um conflito bastante longo e embarcou numa política de reconstrução nacional extremamente ousada e abrangente. Nossa polícia foi constituída pelas Nações Unidas, com toda a filosofia da ONU, em que todos são cidadãos, todos devem ter a possibilidade de ser recrutados. Não importa se lutaram contra a independência ou a favor da independência no passado, todos têm os mesmos direitos. E foi essa instituição que nós herdamos. Naturalmente que todos os cidadãos têm direitos, mas em qualquer parte do mundo há critérios para definir a escolha dos membros para as forças de defesa e segurança, e mesmo para os quadros diplomáticos. São três setores onde os critérios são geralmente mais rigorosos, para poder garantir a solidez do Estado. Aqui não, nós optamos pela reconciliação, pela pacificação do território, e avançamos com critérios mais abertos. Mas isso foi a herança que nós recebemos das Nações Unidas e nós procuramos trabalhar da melhor forma possível com ela. Há espaço para mudanças. As Nações Unidas falharam e nós falhamos por termos respeitado a liderança [da ONU].

Folha - Hoje o sr. acha que seria melhor não ter respeitado a liderança da ONU?

Alkatiri - Se tivéssemos mudado algo teríamos sido imediatamente condenados por violação dos direitos humanos.

Folha - A pressão para que o sr. renuncie continua. Em que circunstâncias o sr. aceitaria deixar o cargo?

Alkatiri - Esqueça essa pressão, porque eu ignoro-a. Renúncia eu não aceito. Ir para as eleições e meu partido perder tudo bem. Isso eu aceito porque sou um democrata.

Folha - O sr. tem mantido contato com o governo brasileiro, gostaria que o Brasil ajudasse de alguma forma?

Alkatiri - Mantemos contato através do embaixador aqui e da CPLP. O Brasil é um país irmão, um país amigo, com história comum e identidade cultural, por isso uma participação do Brasil em situações difíceis como esta seria ótimo. Temos que encontrar o formato legal para isso.

Folha - Tropas brasileiras seriam bem-vindas?

Alkatiri - Neste momento achamos que tropas talvez já não sejam necessárias. Estamos pensando em uma polícia robusta, forte, para a segunda fase da estabilização. Nisso o Brasil talvez possa ajudar.

Folha - O sr. fará um pedido formal ao Brasil?

Alkatiri - Estamos em contato com a ONU para ver qual o melhor formato para isso.

Folha - O comandante das tropas australianas enviadas a Timor disse que alguns dos ataques foram orquestrados. Quem estaria por trás? A Indonésia?

Alkatiri - Seria preciso perguntar a ele, mas não há dúvida de que as ações foram muito bem planejadas e muito bem executadas. Mas não acredito que o governo da Indonésia esteja por trás disso. A Indonésia tem sido solidária com Timor-Leste.

Folha - Quais as lições desta crise?

Alkatiri - Todos nós aprendemos muito com essa crise e eu espero que possamos fazer o melhor com esse aprendizado. A governação nesses quatro anos tem sido saudada de forma unânime pela comunidade internacional, por instituições como Banco Mundial e FMI, uma governação transparente, competente. No entanto, falhamos em alguma coisa para isso ter acontecido. Precisamos ter modéstia suficiente para ver onde falhamos e corrigir.

Folha - Qual foi a principal falha?

Alkatiri - Minhas ideias são minhas, prefiro partilhar com outros para que não pensem que a minha é a única verdade.

25.14. EXPRESSO 10.06.2006

Os números de telemóvel dos três juízes, dos dois procuradores e do defensor público que nunca chegaram a ser evacuados de Díli foram entregues pessoalmente no dia 29 de maio ao major australiano responsável em Timor-Leste pelos assuntos judiciais. Todavia, a força de 1900 militares que o Governo de Camberra enviou para o território esteve seis dias sem fazer uma única detenção nas ruas, naquela que foi a semana mais crítica em Díli, com incêndios, tiros e batalhas campais de pedras em vários bairros da cidade. De acordo com um dos procuradores, os magistrados deslocaram-se naquele dia ao quartel-general das tropas australianas para informarem o oficial da sua disponibilidade para trabalhar 24 horas por dia. Disseram-se disponíveis para se deslocarem em equipa a qualquer lugar, assegurando sempre que fosse necessária a presença de um juiz, de um procurador e de um defensor, de modo a procederem ao auto de notícia, ao inquérito e à elaboração do mandado de captura no momento das detenções.

Mas a primeira detenção acabaria por ser feita apenas no dia 5 de manhã pela GNR, menos de 24 horas após a chegada do contingente português a Díli e ainda sem as suas viaturas de intervenção. Já depois, nessa tarde, os australianos fizeram também a sua primeira detenção. Alguns magistrados que decidiram ficar, apesar de lhes ter sido dada ordem de evacuação pela ONU, manifestaram-se «revoltados» pelo facto de terem sido ignorados durante tanto tempo, considerando que a posição australiana durante a primeira semana de intervenção pôs em causa a imagem e a solidez do Estado de Direito em Timor-Leste. Um sentimento agravado pela proposta australiana de alterar a lei timorense, de modo a adaptar os procedimentos legais das detenções à realidade judicial australiana e que acabou por ser afastada pelas autoridades timorenses.

Também a falta de apoio dada pelas forças internacionais na segurança aos edifícios dos tribunais e da Procuradoria-Geral é encarada com perplexidade nos meios judiciais de Díli. O Tribunal de Recurso (equivalente ao nosso Supremo Tribunal de Justiça) foi vandalizado, tendo sido destruídos os gabinetes do Presidente e do legislador e roubados todos os computadores e mesmo os frigoríficos.

A Procuradoria-Geral da República também foi assaltada, sendo que o caso se tornou mais grave: foram levados ficheiros relativos aos processos-crime das milícias pró-Indonésias de 1999. E nem o Ministério de Justiça escapou. O único edifício que ainda se mantém intacto é o Tribunal Administrativo de Díli, onde tem sido a própria ONU a pagar a uma empresa privada (Maubere) a vigilância. Quando o EXPRESSO passou por lá, na quinta-feira, havia um único jovem, franzino e desarmado, a guardar a porta.

Cláudio Ximenes, Presidente do Tribunal de Recurso, confirmou ao EXPRESSO que foi feito um pedido às forças internacionais para assegurarem a proteção dos edifícios ligados ao aparelho judicial, mas a resposta foi de que não havia meios suficientes em Díli para o fazer. Um dos magistrados que continua em funções não quis identificar-se para evitar uma escalada ainda maior da tensão institucional, mas acabou por desabafar: «Parece-me que a ocupação australiana de Timor vai ser tranquila, fatal e definitiva».

25.15. AUSTRÁLIA ENTREGA À ONU JUSTIÇA E POLÍCIA EM TIMOR, ARMANDO RAFAEL. 10 junho 2006 DN

A Austrália entende que o Estado timorense falhou e que as autoridades de Díli não estão em condições de recuperar o controlo do país. Pelo que deveria ser a ONU a liderar o processo de reconciliação, ajudando a credibilizar as principais funções do Estado, de forma a poderem ser convocadas eleições para maio do próximo ano. O que pressupõe, entre outros aspetos, que a polícia timorense pudesse ser comandada por um oficial estrangeiro, à semelhança do que sucederia com o aparelho judiciário do país, mesmo que fosse necessário recorrer à nomeação de juízes, procuradores, defensores públicos e até oficiais de justiça internacionais. Já quanto à estabilização, Camberra entende que as forças envolvidas nesse esforço deveriam manter-se sob comando e controlo do contingente internacional, recusando o chapéu da ONU. É isto que resulta de um documento confidencial australiano a que o DN teve acesso - East Timor: A Future UN Mission - e que deverá servir como documento-guia para Camberra no âmbito da definição de uma nova missão da ONU para Timor-Leste. Esse

debate deverá começar na próxima terça-feira, quando o Conselho de Segurança se reunir, em Nova Iorque, para apreciar as recomendações que o Secretário-geral da ONU se prepara para fazer. Sendo certo que Kofi Annan irá basear as suas opiniões no relatório que Ian Martin, o seu enviado especial a Timor-Leste, lhe fará chegar.

Isto, independentemente das consultas que vier a fazer a países como Portugal, Austrália, Malásia e Nova Zelândia (que responderam ao apelo de Díli, enviando contingentes militares e policiais), além dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Sobre tudo os EUA, sobre os quais recairá grande parte dos custos de uma eventual nova missão. É neste quadro que surge o documento australiano, que terá sido entregue às autoridades timorenses no decurso da visita que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, fez recentemente a Díli.

Um exercício que tem tanto de diplomacia como de realismo, já que as autoridades de Díli terão sempre uma palavra a dizer sobre o grau de intervenção da ONU. Salvo uma situação extrema em que os principais responsáveis do país (Presidente da República, Governo e Parlamento) não se entendessem entre si.

No documento a que o DN teve acesso, a Austrália resume o essencial das suas posições a três prioridades, que, no entender de Camberra, deveriam nortear a nova missão da ONU: reconciliação política e comunitária, sistema de justiça e estrutura governativa. No que respeita à reconciliação política, Camberra defende, por exemplo, que a nova missão deveria prever um esforço especial no domínio das relações intertimorenses, insistindo na necessidade de serem investigados os distúrbios que ocorreram em Díli, no final de abril, e as queixas que provocaram "deserções em massa" nas forças armadas. Por sinal, duas das principais reivindicações dos majores Alfredo Reinaldo, Marcos Tilman e Alves Tara e dos "peticionários" liderados pelo tenente Salsinha, que passaram a insistir também na demissão do primeiro-ministro, Mari Alkatiri.

Quanto às Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), comandadas por Taur Matan Ruak, só há uma referência: a que prevê a hipótese de a nova polícia poder ser formada com aquilo que resta das forças armadas e de uma estrutura policial que, segundo os australianos, entrou e em colapso. O que parece ser verdade em Díli e Ermera, mas não no resto do país.

A polícia, as leis, a justiça, tudo nas mãos de estrangeiros... só? Não querem mais nada? Isto vai bem...

Henrique Correia 11 junho 2006

25.16. BLOGUE AZUL 11 junho 2006

Dos leitores

Se aí nevasse fazia-se aí ski. Aí não neva, mas há tropas estrangeiras a protegerem bandidos armados, desertores e golpistas que aberrantemente advogam a dissolução do Parlamento Nacional e a demissão do Governo.

É preciso que as tropas estrangeiras regressem para a sua terra e que seja uma força da ONU a zelar para que a normalidade constitucional e a vontade dos cidadãos se mantenha e o povo possa com normalidade manifestar-se como previsto em 2007.

posted by Malai Azul: 00:36 0 comments

Porque se dá importância a um deputado de um grupo parlamentar que tem 2 deputados e que exige uma revisão constitucional?

Porque é que todos os dias aparecem estes rebeldes hollywoodescos?

Porque é que não se desarmam estes senhores e se desarmam os seguranças do Chefe de Estado?

Porque é que o Reinaldo tem uma escolta de SAS australianos?

Porquê? E já agora, que intelectuais? # posted by Malai Azul: 00:27 1 comments

25.17. TIMOR-LESTE: XANANA GUSMÃO ENCONTRA-SE HOJE COM GASTÃO SALSINHA - MARCOS TILMAN

Díli, 11 jun (Lusa) - O Presidente Xanana Gusmão deverá falar hoje com o porta-voz dos 595 subscritores da petição que espoletou a atual crise político-militar em Timor-Leste, disse à Agência Lusa o major Marcos Tilman, um dos militares rebeldes. Contactado telefonicamente a partir de Díli, o major confirmou que o encontro se deverá realizar em Balibar, na residência particular de Xanana Gusmão. "Estivemos reunidos sábado, eu, o major Alves Tara e o tenente Gastão Salsinha a preparar este encontro", precisou.

A Agência Lusa contactou o gabinete do Presidente da República, que se escusou a confirmar a realização do encontro.

Xanana Gusmão já se tinha encontrado a 13 de maio com o major Alfredo Reinaldo, líder dos militares rebeldes e, na sequência da manifestação organizada pelo major Alves Tara, falou com este último a 06 de junho. Na ocasião, o major Tara entregou ao Chefe de Estado um documento em que os manifestantes, reclamando representar os 10 distritos "Loromonu" (da parte ocidental do país), exigiam no prazo de 48 horas a dissolução do Parlamento e a demissão do primeiro-ministro Mari Alkatiri, com a formação de um governo de transição, a quem caberia a organização de eleições antecipadas no prazo de seis meses.

Hoje, nas declarações que fez à Agência Lusa, Marcos Tilman salientou que decidiram "esperar o tempo que o Presidente precisa para tentar resolver a situação".

Questionado sobre quanto tempo mais vão esperar, respondeu que "não há uma data precisa. Ele (Xanana Gusmão) não deu um prazo, pelo que aguardamos pelas suas indicações". Entretanto, Marcos Tilman confirmou ainda que militares australianos se mantêm junto dos seus homens, e desmentiu que esteja em curso qualquer processo de entrega de armas. "Nós não vamos entregar as nossas armas. Quanto aos australianos, eles estão a coordenar connosco os nossos movimentos", acrescentou.

A reunião de Xanana Gusmão com Gastão Salsinha, e as anteriores que o ministro da Defesa (pasta que acumula com a dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação), José Ramos Horta, manteve com os militares rebeldes visa preparar a realização de um "encontro de todas as partes envolvidas" para a resolução da crise político-militar, disse à Agência Lusa outra fonte ligada ao processo.

"Este processo é liderado pelo Presidente e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros", frisou fonte do gabinete de Ramos Horta. Questionada sobre quando se realizará o encontro com representantes de todas as partes militares envolvidas, a mesma fonte salientou "que têm que ser dados mais uns passos", não se querendo comprometer com datas.

Entretanto, a situação em Díli continua a ser marcada pela ausência de incidentes. De acordo com números divulgados no final da semana pelo governo timorense, entre 70 e 80.000 pessoas continuam refugiadas nos 55 campos de alojamento transitórios distribuídos pelo distrito. O país vive uma situação de instabilidade e violência desde o final de abril, que já provocou mais de 20 mortos e de 100 feridos, o que levou as autoridades timorenses a solicitarem a Portugal, Austrália, Nova Zelândia e Malásia o envio de forças militares e policiais para restabelecer a segurança no país.

A crise começou a desenhar-se quando uma manifestação convocada por 595 elementos das forças armadas, subscritores da petição a alegar práticas discriminatórias no seio da instituição militar, degenerou a 28 de abril passado em confrontos violentos. Portugal mantém 127 efetivos da GNR, que iniciaram este fim de semana a sua missão de manutenção da ordem pública no bairro de Comoro, que será progressivamente alargada a toda a capital timorense. EL. Lusa / FIM

25.18. BLOGUE PAULO GORJÃO 11 junho 2006 BLOCO DE NOTAS [855] ATUALIZADO AO LONGO DO DIA.

O que é que aconteceu ao enviado especial do DN a Timor-Leste que há dois dias que desapareceu? Como o jornal - aliás como todos os jornais - não tem o hábito de explicar aos leitores determinadas decisões da sua vida interna resta-nos especular sobre o que é que terá acontecido. [12:28]

Começa a tornar-se difícil seguir os acontecimentos em Timor-Leste. Não há dia em que Mari Alkatiri e José Ramos Horta não concedam pelo menos duas ou três entrevistas a diferentes órgãos de comunicação social.... Quem disse que os timorenses não sabem utilizar de forma perfeita os media? É sobretudo nesse plano que atualmente a batalha política se está a travar. [12:33] # posted by PG: 02:38

25.19. BLOCO DE NOTAS [851] -- Atualizado ao longo do dia.

Relativamente aos acontecimentos de Timor-Leste, tem sido largamente ignorado pela comunicação social portuguesa que, para além da Austrália, há outros atores a seguir tudo com muita atenção. É o caso da Indonésia (ANTARA, 7.6.2006) e da ASEAN em geral. Importa seguir com atenção a questão deste prisma, até porque poderá haver novidades em breve. [00:49]

Outra coisa que a comunicação social portuguesa tem esquecido - e não devia - é os motins de 4 de dezembro de 2002 em Díli. Houve, supostamente, pelo menos dois relatórios sobre os acontecimentos - um do Governo de Timor-Leste e outro da ONU. Nunca foram divulgadas, que eu saiba, as conclusões. Talvez agora se possa saber alguma coisa? [00:52]

A Austrália, evidentemente, não vê com bons olhos a presença da GNR em Timor-Leste. A estratégia australiana é muito clara: depois desta fase inicial de atrito, Camberra vai aumentar significativamente o seu contingente policial para diluir o peso da GNR e, de seguida, enquadrar a componente policial da intervenção -- mas não a militar -- ao abrigo de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Será uma questão de tempo até que a GNR, ao serviço da ONU, fique sob comando unificado...australiano! [00:59]

Já disse e volto a repetir: não fala grosso quem quer, fala grosso quem pode. Quando um ministro esquece este princípio elementar está aberto o caminho para uma humilhação. [02:05]

Nos países a sério, os militares e os diplomatas na reforma costumam desempenhar o papel de consciência crítica. Na prática dizem aquilo que os seus colegas no ativo não podem nem devem dizer. Em Portugal, na área da defesa, Loureiro dos Santos desempenha parcialmente esse papel. Na área diplomática, infelizmente, ninguém tem uma função semelhante. [02:09]

Caro João Morgado Fernandes (FRENCH KISSIN', 8.6.2006), pensava que era assim que deveria ser em qualquer espaço de análise (blogue, coluna de jornal, ou o que quer que seja), i.e., criticar quando se entende que existe alguma coisa para criticar e elogiar quando se entende que há alguma coisa para elogiar. Pelos vistos, tal surpreende-o. A mim surpreende-me que o surpreenda. Adiante. O tal não-acontecimento a que se refere são os inúmeros incêndios que ocorreram esta semana, muitos deles totalmente fora do controlo dos bombeiros durante horas a fio. Incêndios, pelo menos alguns, onde foi nítida a falta de meios. Enfim, coisas que não era suposto acontecer este ano, prometia o discurso oficial.

O tal não-acontecimento - embora não tenha tido direito a grande destaque na capa ou direito a editorial - curiosamente teve direito às duas páginas nobres do DN de ontem. Leu o jornal, presumo? [10:43]

Caro João Morgado Fernandes (FRENCH KISSIN', 8.6.2006), vamos lá ver se conseguimos trocar pontos de vista sem nos chatearmos. Sim, na minha opinião, António Costa tem sistematicamente boa imprensa. Sim, Freitas do Amaral sempre teve mau acolhimento entre os blogues, salvo raras exceções. Dito isto, não me coloque palavras no teclado que não escrevi. Acho muito bem que faça de watchdog em relação aos blogues se lhe apetecer. Mas se não lhe apetecer tal não me retira o direito de o fazer em relação à imprensa. Umas vezes bem, outras vezes mal, certamente. Mais. Sobre as insinuações, caro João, peço desculpa, mas não lhe reconheço especial autoridade para falar sobre o assunto, até porque, porventura, as insinuações estão nos olhos de quem lê e não nas intenções de quem as escreve. Adiante. Quer um exemplo? # posted by PG: 00:49

25.20. BLOGUE MALAI AZUL # posted by Malai Azul: 11 junho 00:27

Dos leitores

"Time is the most dangerous weapon, that can kill people. We need that decision now". O rapaz está a ficar nervoso e farto do retiro em Maubisse. Anda abertamente há pelo menos mês e meio nestas fitas, cometendo crimes hediondos, inclusive contra os seus camaradas de armas, sente agora que o "time" lhe está a faltar... Receia ele agora que o Conselho de Segurança da ONU pode retirar-lhe o tapete que os australianos lhe providenciam? # posted by Malai Azul: 00:09 1 comments

Dos leitores

"Nós não vamos entregar as nossas armas. Quanto aos australianos, eles estão a coordenar connosco os nossos movimentos" - Marcos Tilman (movimento dos petionários). E estão bem "coordenados" não temos dúvidas. # posted by Malai Azul: 16:05 0 comments

Dos leitores

Poderão dizer o que quiserem. Disseram que os GNR são "pontapeadores de cabeças". Poderão sentir que - realmente - não fizemos muito pelas colónias. Escrevi que apenas tínhamos uma estrada em Timor. É verdade. Só esqueceram um pequeno pormenor - é que as estradas que tínhamos em Portugal nem eram melhores nem muitas mais comparadas às necessidades.

Não apoiámos a invasão Indonésia. Não fizemos acordos petrolíferos com eles enquanto os Timorenses morriam pela independência.

Sentem os Timorenses esta aversão para com os ex-colonizadores? Sentem distância relativamente aos Malai de 20.000 km mais além? Ou sentem distância relativamente aos Malai do lado?

Agora. Quando se montou evacuação, quando se pretendia pôr toda a gente para fora. sabem quantos Portugueses abandonaram voluntariamente o famoso Díli em conflito?...

Nenhum. Enquanto se passeava nas ruas assistindo ao queimar de casas, óculos de sol e automáticas em mão vendo algo que não diz respeito durante uma semana - os GNR (os famosos pontapeadores) começam a fazer o seu trabalho.

Prender quem queima e destrói em falta de uma polícia efetiva.

Não se pinta o português com intenções de boa vontade e de companheirismo - obviamente, estados não fazem favores nem aos seus próprios cidadãos. Contudo - um visto para nacionalidade entre as duas nações - marca a diferença de distância. Quem está realmente mais longe?

As distâncias - meus queridos Aussie - medem-se por dentro.

Não é só que se apostem carros e motos em Díli pela seleção portuguesa durante o Europeu. Não é só que se encontrem gentes de idade que - orgulhosos - mostram os documentos antigos de nacionalidade Portuguesa como mostra de orgulho durante uma ocupação ignorada pela Austrália.

É que - no fundo - as distâncias veem-se por dentro.

As impressões de Luís Costa Ribas, enviado especial da SIC a Timor. # posted by Malai Azul: 06:23 0 comments

25.21. TIMOR-LESTE: GNR EM PATRULHA EM COMORO, PRIMEIROS CONTACTOS COM POPULAÇÃO 11 junho

António Sampaio (Texto) e Manuel de Almeida (Fotos), da agência Lusa Díli, 11 jun (Lusa) - Cláudio Marçal sai de casa, no labiríntico bairro de Manleuana, arredores de Díli, e ao lado dos quatro filhos vê parar duas viaturas da GNR, saírem os homens e removerem a barreira de pedras e paus.

"A GNR vem um pouco tarde, mas vai recuperar a situação aqui em Díli", comenta, saudando os efetivos portugueses que hoje começaram a efetuar patrulhas na zona exclusiva que controlam, a extensa freguesia de Comoro, na parte ocidental da capital.

Nas últimas horas, as viaturas têm percorrido o que é o bairro mais extenso da capital - que se estende do mar ao sopé da montanha e é marcado por uma malha de pequenas ruas estreitas e esburacadas, onde as casas se escondem entre bananeiras e palmeiras.

Nas estradas principais, a presença dos efetivos portugueses tem sido reduzida, já que é no interior, em zonas que há muito não são visitados por qualquer agente de segurança, que as primeiras operações de patrulha e reconhecimento estão a decorrer.

A equipa de 12 homens, liderada pelo sargento Carvalhais, quer apostar no policiamento de proximidade e percorre, quase sem exceção, todas as ruas da zona, parando sempre que um grupo de timorenses se aproxima.

Então, mantém-se uma curta conversa, tenta-se saber quando foi o último incidente, onde pode haver problemas e procura-se, como explicou à Lusa o responsável da equipa, "fazer um mapa de incidentes", detetar as zonas mais problemáticas.

"Estamos a contactar as pessoas, a conversar com elas, a mostrar que estamos cá, num exercício de confiança", explicou.

Aqui e ali, os efetivos portugueses saem dos carros e retiram da estrada as barreiras improvisadas, feitas com paus, pedras, ramos e ferros, que os habitantes montaram, nas últimas semanas, para evitar a progressão dos que destruíram e saquearam dezenas de casas.

"A situação está mais calma, mas a população ainda está preocupada com os outros, os que fugiram. São quase todos da parte leste", explica Marçal, funcionário da Timor Telecom, admitindo que muitos ainda têm medo de vinganças e mais problemas.

Domingo, que vive numa das ruas de terra batida do subdistrito de Dom Aleixo, também garante que a situação está melhor, ainda que lembre que, diariamente, os moradores do bairro apostam na segurança.

"Todos juntos temos feito patrulhas, com familiares, de qualquer maneira, tentamos garantir a segurança aqui. Todas as noites estamos aqui a guardar, porque isto ainda não está seguro", assinala.

"Agradecemos à GNR, que é bem-vinda e que agora pode ajudar na segurança", disse, lembrando que os boatos ainda continuam e que, por isso, "as pessoas não voltam" para as suas casas.

As quatro viaturas da GNR separam-se em grupos de duas. Estão a efetuar turnos de seis horas, marcando passo a passo todo o extenso bairro, um dos mais problemáticos da cidade e de onde, diariamente, continuam a chegar notícias de pequenos incidentes.

Só visitam a estrada principal para avançarem, mais rapidamente, para outra zona, para outro aglomerado de casas.

Num cruzamento, voltam a sair dos carros e retiram, com a ajuda de vários jovens timorenses, um amontoado de paus e pedras.

Joanila Magno Araújo, sai do portão alto da entrada da casa e, com os filhos, saúda a GNR. Aqui, na zona Delta III, de Comoro, foi o chefe de aldeia que mandou montar a barreira. Agora, "com a ajuda de Deus e com a ajuda da GNR", já não é precisa. Lusa / FIM

25.22. EXPRESSO 10.06.2006 JORNAL DE NOTÍCIAS MAUBERE -OS NOVOS REBELDES DA MONTANHA

Estão quietos, à espera. Argumentam que não querem uma guerra civil, mas não aceitam outra condição para voltarem das montanhas senão a demissão e o julgamento do primeiro-ministro Mari Alkatiri, que acusam de ter mandado matar civis inocentes.

Timor é um território tortuoso. As distâncias são mais longas do que parecem e basta sair de Díli para perceber que só há um caminho de ida e volta para chegar a qualquer lugar. As estradas serpenteiam montanhas atrás de montanhas, numa rotina extenuante pela floresta contínua de palmeiras e árvores gigantes com as suas copas em forma de nuvens chatas, fazendo sombra às plantações de café. Foi esta barreira sobre-humana que salvou os timorenses de uma chacina total pelos indonésios, mantendo acesa a luta dos guerrilheiros das Falintil. Agora que voltou a ser usada, quatro anos depois da independência, a montanha está a tentar salvar novamente os timorenses. Desta vez, deles próprios.

É uma história complexa, que exige um prólogo: a 28 de abril, os militares leais ao general Taur Matan Ruak e à hierarquia das FDTL (as Forças Armadas criadas em 2001 com a incorporação de antigos guerrilheiros das Falintil e de novos recrutas) envolveram-se em confrontos com 600 desertores do Exército e centenas de apoiantes civis que se manifestaram ao longo de toda essa semana em frente ao Palácio do Governo.

Os desertores exigiam que fossem investigadas algumas altas patentes do Exército (os Coronéis Lere Anan e Falur), acusadas de discriminar os soldados Loromonu, oriundos dos concelhos mais ocidentais do país, por nem eles nem ninguém das suas famílias terem pegado em armas para lutar contra o regime de Jacarta. Nessa sexta-feira à tarde, com a intervenção das FDTL sobre os manifestantes desarmados, começou a revolta. Desde então, vários grupos de militares Loromonu e também de polícias rebeldes foram refugiar-se em locais considerados seguros, no interior do país, perto das terras onde nasceram.

Outros incidentes, ao longo do mês de maio, agravaram o clima de tensão. E aquilo que durante os últimos três anos parecia apenas um atrito interno dentro dos quartéis extravasou por todos os lados, numa animosidade agressiva que corre o risco de se transformar num ódio difícil de sanar entre vizinhos - não importa se civis ou militares. Na capital, os soldados das FDTL estão retidos nos quartéis, sob a vigilância das forças internacionais, mas os conflitos entre os civis nos bairros são inevitáveis. Na prática, é a única cidade no país onde Lorosae (oriundos dos distritos de leste: Baucau, Lospalos e Viqueque) e Loromonu (oriundos dos outros distritos, representando dois terços da população) coabitam. Estão demasiado próximos para não se agredirem. E é por isso que as coisas estão tão calmas nas montanhas: lá, eles não se misturam. O que não quer dizer que, à distância, não sintam o conflito.

São precisas quase duas horas de carro para ir até Gleno, no Concelho de Ermera, a 40 quilómetros de Díli. De vez em quando há patrulhas de soldados australianos e a esquadra local continua a funcionar, mas os australianos não estão a deter ninguém e os polícias são todos Loromonu. Não se metem, é gente amiga. Ou família. No mercado ao ar livre qualquer vendedor diz onde está o cabecilha dos 600 desertores conhecidos por petionários (por terem feito uma petição em janeiro a Xanana Gusmão, exigindo a investigação dos tais dois Coronéis e do próprio general Matan Ruak). O tenente Salsinha e duas ou três dezenas dos seus homens ocuparam um antigo orfanato abandonado. É ali que dormem, sem vidros nas janelas, sem luz ou água. Vestem-se à civil e, aparentemente, não têm armas.

Nas paredes do orfanato, alguns soldados reproduziram o que chamam «massacre de Raikotu», desenhando militares armados das Falintil a disparar sobre mulheres e crianças.

Todos os rebeldes falam desse momento: a tarde de sexta-feira, dia 28 de abril, quando ao voltarem da manifestação no Palácio do Governo para Raikotu, no limite ocidental da cidade, já depois do Aeroporto e muito perto do quartel-general de Matan Ruak, os petionários dizem ter sido atacados pelas costas por um batalhão de 105 homens do coronel Lere Anan, o número dois das Forças Armadas.

Em Díli, nos bairros Loromonu, fala-se de 50 a 60 mortos civis. Os petionários confessam que não sabem quantos poderão ter sido. «Começamos a dispersar e perdemos-nos de vista uns dos outros», recorda um dos petionários, Augusto Soares, de 24 anos. «Mas vimos muitos inocentes a serem baleados». Os desertores que se concentraram em Gleno com o tenente Salsinha levaram três dias para fazer o caminho a pé. Sabem apenas que as outras centenas de colegas militares foram para as suas terras, espalhando-se pelos concelhos Loromonu do país, mas ainda não têm notícias deles.

No hospital nacional de Díli, e de acordo com o diretor António Caleres Júnior, nesse dia e no dia seguinte deram entrada nas urgências quatro mortos (que foram devidamente identificados ao EXPRESSO, sendo que houve uma quinta vítima internada que viria a falecer duas semanas depois) e mais de 60 feridos.

Todos eles civis e todos eles baleados. «Era suposto terem ficado hospitalizados uma ou duas semanas pelo menos, mas naquele fim de semana as famílias vieram buscá-los à pressa». Estavam com medo dos militares das Falintil. Metade dos feridos encontrava-se em estado grave. «É possível que, por falta de assistência, parte deles tenha morrido. Não sabemos».

A dois quilómetros do orfanato ocupado pelos petionários, um outro grupo de militares acantonou-se numa casa modesta com dois ou três quartos e alguns anexos. Ao contrário dos petionários, estão armados e não se consideram desertores. «Eu e o major Tara saímos dos quartéis no dia 3 de maio e viemos com 32 homens para as montanhas por solidariedade, para defender o povo e os nossos colegas loromonos», explica o major Marcos Tilman.

Mais tarde chegaram também 21 polícias civis loromonos, assim que os conflitos dentro da Polícia Nacional de Timor-Leste estalaram entre etnias, num contágio em cadeia. Reunidos em Ermera, reorganizaram-se e estão agora a viver como uma unidade militar normal, com o organograma hierárquico pendurado na porta da casa, postos de vigia montados e uma escala de turnos. Sentem-se tranquilos e, de facto, não parecem correr grandes riscos no seu aquartelamento improvisado. A população está do lado deles e a entrada em Ermera é detetada com muita antecedência, dando-lhes tempo de reação para se esconderem no mato. Sabem das notícias sobre a remodelação do Governo em Díli, depois do chefe da diplomacia Ramos Horta ter também assumido a pasta da Defesa, mas isso é manifestamente pouco para os rebeldes. «O primeiro-ministro tem de se demitir e de se submeter ao Tribunal internacional. Ele é um criminoso porque deu ordens para disparar sobre pessoas inocentes», argumenta o major Marcos.

No dia 7 de maio, um terceiro grupo ainda veio reforçar as forças rebeldes: o major Alfredo Reinado, comandante da polícia militar, com mais 17 homens, também armados e também não se assumindo como desertores. A coordenação operacional dos três grupos foi-lhe passada para as mãos. Colega de carteira dos majores Marcos e Tara no curso para graduados das Forças Armadas em 2001, é o oficial com maior experiência de comando.

Um novo episódio obrigou, no entanto, Alfredo a mudar de poiso para a Pousada de Maubisse. No dia 23 de maio, na mesma altura em que os majores Marcos e Tara reuniam com o ministro Ramos Horta em Suai, não muito longe de Ermera, acertando com ele as condições mínimas para começar um diálogo com o general Matan Ruak, o major Alfredo atacou uma coluna das FDTL, matando dois militares. E a conversa parou ali. Dois dias depois, alguns elementos das Falintil retaliariam, matando em Díli nove polícias loromonos desarmados.

Em Maubisse, onde está vigiado por um posto de controlo das tropas australianas, Alfredo continua a ser o líder militar máximo dos rebeldes e está rodeado pelo seu pequeno séquito de homens armados.

O EXPRESSO viu-o reunido no domingo passado com Ian Martin, o enviado especial do Secretário-geral da ONU para mediar o conflito, com quem trocou sorrisos. Mas as suas certezas, meia hora depois, pareciam continuar inabaláveis: «Não acredito em nada do que Alkatiri diz. Não há diálogo enquanto ele for primeiro-ministro». Muitos jornalistas estrangeiros vêm desiludidos de Ermera e Maubisse com a falta de aparato dos rebeldes, sem imagens que encham o olho na televisão, mas foi precisamente assim que as montanhas enganaram os indonésios. Os caminhos sinuosos pelas florestas altas de Timor parecem esconder sempre mais do que mostram. Reportagem de Micael Pereira (texto e fotografias), enviado a Timor

25.23. WASHINGTON, 11 jun. (Lusa) - AS NAÇÕES UNIDAS SÓ VÃO DECIDIR SOBRE O FUTURO DA SUA PRESENÇA EM TIMOR-LESTE NO DIA 20, INFORMARAM HOJE FONTES DIPLOMÁTICAS NA ONU.

O Conselho de Segurança vai reunir-se esta terça-feira, dia 13, para discutir a situação em Timor-Leste, mas as fontes frisaram que uma decisão sobre a presença da ONU no país só será tomada numa segunda reunião, dia 20.

Precisamente nesse dia expira o mandato da atual missão em Timor-Leste, UNOTIL.

Um porta-voz da ONU observou, este fim de semana, ser agora "bastante claro" que a ONU terá de aumentar a sua presença em Timor.

O enviado especial da ONU, Ian Martin, reuniu-se no sábado com o Secretário-Geral, Kofi Annan, para o informar sobre a situação e o futuro da presença da ONU no país. Segundo o porta-voz, compete ao Conselho de Segurança decidir sobre essa questão, mas "obviamente" Annan vai fazer recomendações.

"É, no entanto, óbvio que a ONU terá de reconsiderar e provavelmente terá de ampliar a sua posição em Timor", acrescentou. Ao deixar Timor-Leste na semana passada, no final de uma visita de avaliação de nove dias Martin declarou que todos no país acreditam ser necessária uma maior presença da ONU.

As Nações Unidas têm vindo a reduzir a sua presença em Timor e no mês passado Annan propôs que a UNOTIL fosse substituída por uma "pequena representação integrada" por um período de 12 meses.

Essa missão teria apenas 25 "conselheiros policiais" e 10 "oficiais militares de ligação".

A eclosão da violência pouco depois de essa proposta ter sido apresentada levou a que o Conselho de Segurança prolongasse por um mês o mandato da UNOTIL, aguardando um relatório de Annan sobre a situação em Timor para decidir sobre o futuro envolvimento no território.

Depois de 25 de maio o Conselho de Segurança "saudou" a decisão da Austrália, Portugal e Malásia de enviarem forças para Timor-Leste a pedido do governo deste país, não se comprometendo, contudo, diretamente, com a presença militar ou policial no território.

Antes da eclosão da violência, alguns países membros do Conselho de Segurança tinham manifestado a sua oposição à contínua presença de uma missão especial da ONU em Timor. No entanto, analistas consideram que o Conselho de Segurança não terá agora alternativa senão apoiar o fortalecimento da missão com forças militares e policiais. JP. Lusa / fim

25.24. TIMOR-LESTE: CRISE SÓ ACABA COM SUSPENSÃO DO PARLAMENTO - DEPUTADO MANUEL TILMAN. 11 junho

Maubisse, Timor-Leste, 11 jun (Lusa) - Um grupo de timorenses, em coordenação com militares rebeldes, está a preparar um documento que convença o Presidente Xanana Gusmão a formar um governo de transição, para preparar eleições, disse hoje o deputado Manuel Tilman à Lusa.

Contactado telefonicamente pela Agência Lusa em Maubisse, a 75 quilómetros a sul de Díli, Manuel Tilman, um dos promotores da iniciativa, salientou que "o estado de calamidade social que se vive no país justifica a suspensão temporária do Parlamento Nacional através de um decreto presidencial".

"O Parlamento Nacional já não corresponde à realidade política de Timor-Leste", frisou. Eleito pelo partido Klibur Oan Timor Asuain (Kota, que obteve 2,13% nas eleições de 2001, tendo eleito dois dos 88 deputados do Parlamento Nacional), Tilman recusa nomear "os intelectuais que estão a colaborar nesta iniciativa", de quem diz apenas "representarem os 13 distritos timorenses, e provirem de vários partidos, incluindo a FRETILIN", no poder.

"Não me peça para revelar os nomes, porque muitos deles são amigos de (primeiro-ministro) Mari Alkatiri e são da parte leste do país. Muitos ficaram com as casas queimadas e recebem pela sua vida", disse.

O documento que está a ser preparado em Maubisse, para onde Manuel Tilman diz ter-se mudado desde o passado dia 22, visa conceder a Xanana Gusmão os fundamentos políticos que conduzam à suspensão do Parlamento e à formação de um governo de transição, com a missão de preparar eleições.

O texto deverá ser finalizado num encontro de dois dias a realizar até ao final da próxima semana, em local a determinar, e na sua elaboração estão alegadamente a colaborar "leitores e professores universitários, padres e intelectuais".

"Queremos ajudar o Presidente a decidir", vincou.

Questionado sobre a legitimidade de Mari Alkatiri e da FRETILIN, que venceu as primeiras eleições gerais, em 2001, com 57,37% cento dos votos, Manuel Tilman respondeu com uma pergunta: "Acha que Mari Alkatiri considera que tem condições para continuar a governar?"

"Esta iniciativa (dos intelectuais) é minha e conta com o apoio do major Alfredo Reinado", adiantou.

A Lusa falou também com o major Alfredo Reinado, que lidera as forças militares rebeldes e que salientou "ser tempo dos políticos e dos intelectuais tentarem encontrar uma solução". "A força não é a solução", reconheceu.

O major Alfredo Reinado abordou ainda os incidentes registados hoje em Maubisse, que atribuiu a "grupos de jovens que se envolveram em confrontos depois de terem bebido". "Os meus homens não estiveram envolvidos", assegurou. EL. Lusa

25.25. CHRYS CHRYSTELLO COMENTA

Aliás como venho dizendo há tempos, tudo isto já os australianos ensaiaram e fizeram nas ilhas Fiji há uma década e mais recentemente nas ilhas Salomão e só desta forma podem ter todo o poder para desfrutarem à vontade do rico negócio do petróleo. Não lhes convém que um governo como o de Mari Alkatiri exija tanta coisa para os timorenses. Mais conveniente seria manipular Xanana e utilizar Ramos Horta, num novo governo em que as decisões difíceis ficariam a cargo destes "Protetores" australianos, como é óbvio. Timor a 1ª nação do séc. XXI está prestes a tornar-se (se a ONU aprovar este plano) no 2º protetorado do século.... Aliás, se virmos bem são estas as exigências dos revoltosos na montanha, dalguns líderes de partidos minoritários e pouco representativos (se bem que vocais nestas ocasiões) que temem repetir os resultados das últimas eleições e agora se dizem ameaçados, e de todos os que são facilmente manipulados em troca duns pequenos nada.

Se recuarmos a 1975 veremos que já na altura se compravam votos com sacos de arroz e transístores, se recuarmos mais vemos sempre como foram os acordos entre as tribos quer contra Portugal quer entre si e contra outras tribos. O que poucos parecem ver é que Timor - que caiu por causa da política do dominó de Kissinger em 1975 - está em risco de cair outra vez e o porta-voz que atualmente domina a cena da comunicação social internacional aparece sempre sendo Ramos Horta, talvez por saber que já não tem margem para chegar a Secretário-geral da ONU e contenta-se com as migalhas de futuro

líder de Timor (com ou sem Xanana, porque este é ainda uma incógnita, depois de ter levado ao extremo a sua leitura dos poderes presidenciais na atual Constituição...

As pressões para que ele continue com todos os poderes atuais mais alguns é um ótimo remédio para um regime semidemocrático, ou se quiserem um regime presidencialista que nas mãos dum bom títere dominado pelos interesses de Camberra poderia ser um ótimo autocrata dum ditadura mais ou menos benévola suportada pelas forças internacionais lideradas pela Austrália. Os interesses do petróleo em jogo são de tal forma elevados que a maioria das pessoas nem se apercebe destas boas intenções e da repetição de que o governo atual falhou.

Reparem que o governo que diz isto tudo "a bem de Timor" é o mesmo que acaba de reconhecer ter preso dezenas de cidadãos seus ilegítimamente por pensar que eram ilegais a tentarem imigrar... Agora que nos massacram todos os dias com a história dos esquadrões de morte (novo acelerar do Plano B, para a deposição do governo), com as reivindicações de soldados desertores e traidores (em férias na Pousada de Maubisse e em Gleno), com as pseudo-ameaças contra a vida de líderes de partidos da oposição de quem mal ouvimos uma palavra nos últimos anos, quando se fala em mortos que ninguém viu e cujas famílias não os choram, quando se confinam as forças da GNR ao canto mais problemático de Díli com a ameaça de serem desarmados se não obedecerem ao xerife australiano, quando não se ouvem vozes para a reposição da legalidade constitucional democrática e só se fala num governo de transição que obviamente não terá poderes para fazer nada a não ser o que o xerife mandar, assistimos incrédulos a uma guerra em que os jovens mais cedo ou mais tarde vão deixar de ter o Português como uma das línguas oficiais e depois só arranjarão emprego se falarem o inglês dos seus novos amos.

Creio importante lembrar que nenhum dos políticos timorenses está neste momento a pensar naquilo que seria melhor para o povo timorense. Eles sabem a história de desuniões e de intrigas ancestrais que os caracterizam, mas preocupam-se mais em estabelecer as suas áreas de influência e manter velhos feudos em vez de se unirem a favor da reconciliação nacional.

Lembro-me bem, durante os anos em que fui *Correspondente no Estrangeiro* para a Lusa, RDP e Público, noticiava de Sydney, o que se passava em Timor sob ocupação indonésia. As reuniões infintas com Ramos Horta, João Carrascalão, e esporádicas com Roque Rodrigues, Ágio Pereira e outros porta-vozes da Resistência Timorense, eram caracterizadas por desinteligências profundas e ancestrais ódios mal dissimulados, uma espécie de revanchismo pelas atitudes que cada um tomara no passado. Lembro que em mais de uma ocasião ameacei deixei de reportar a luta clandestina até que eles se entendessem e se unisse, alertando-os que o beneficiário direto daqueles desencontros era a Indonésia.

Por vezes, foi difícil chegar a um consenso, mas conseguiu-se, por isso nada do que se está a passar me surpreende. Como já escrevi antes em 1997:

"O regresso [dos Timorenses a Timor independente] seria marcado por profundas diferenças. Os refugiados da Austrália aceitarão de forma pacífica os colaboracionistas que ali permaneceram, voluntária ou involuntariamente?

Que conexão terão os filhos desses que colaborando ou não, forçosamente ali ficaram com os que falam inglês ou português? Nenhuma, pois provavelmente apenas poderão comunicar através de Bahasa Indonesia.

Em tal contexto e partindo do princípio que a guerrilha e a oposição civil conseguiram libertar o país do jugo javanês, seriam poupados os milhares de pessoas que coabitaram com os indonésios, como forma de sobreviverem?

Por outro lado, pondo questões morais de parte, temos um 'fait accompli' na presença indonésia, por voluntária ausência dos portugueses e lutas internas naquilo que se designou a guerra civil e apenas durou de agosto a setembro 1975.

Famílias separadas por três continentes sem hipóteses de reunião devem esperar o futuro confiantes de que o bom senso vai prevalecer, com a sua dose de realismo, para permitir àqueles que saíram de Timor se poderem reunir dos que labutam em Portugal, Macau e Austrália.

Para os outros há que continuar a insistir em que os organismos internacionais descubram uma fórmula para tornar a situação menos injusta e menos dolorosa.

A SOBREVIVÊNCIA DO POVO MAUBERE DEPENDE APENAS DELE E DA SUA ADAPTAÇÃO, DO SEU QUERER, DO SEU SABER MANTER A CULTURA TRADICIONAL EM ATMOSFERAS HUMANAS MODERNÍSTICAS.

... O governo australiano - depois de silenciosamente ter assistido à destruição da ex-colónia portuguesa - ignora os problemas sociais que diariamente se acumulam e quotidianamente são enfrentados pelos timorenses. As dúvidas, a distância e o tempo não ajudam a sarar as feridas de que enfermam os timorenses aqui residentes. O futuro pode ser ainda mais sombrio do que o passado e o presente..."

Hoje mais do que nunca era importante sabermos que ainda existe um governo a funcionar em Díli. Parece que ainda funciona na maior parte do território. Seria importante saber que medidas Xanana pode implementar sem aprofundar mais as feridas por sarar de tantos timorenses, apoiando-se no ambicioso Ramos Horta cujo limite parece ser o infinito desde que alguém o apoie porque acredita que vai chegar lá, seja lá onde for...

A política dos meios de comunicação social australianos seguindo a política governamental (cada vez há menos vozes discordantes nos mass media australianos) tem até à exaustão criado conflitos e denegrado a posição de Mari Alkatiri que querem à força substituir para que as concessões de petróleo e as disputas sobre as fronteiras marítimas sejam resolvidas a favor de Camberra.

Todos os dias surgem novidades "Alkatiri criou esquadrões da morte", "Alkatiri armou a FRETILIN", "Alkatiri mandou matar a oposição", "o governo de Alkatiri não sabe governar nem tem condições para governar", "os revoltosos exigem a demissão de Alkatiri" e tantos outros títulos repetidos até à exaustão (que até os mais incautos acreditam) em tantas e tantas notícias dos jornais e televisões de todo o mundo.

Os EUA (estes EUA de Bush nada têm a ver com os EUA de Clinton) têm uma dívida para com a Austrália e o seu apoio à ação norte-americana no Iraque e por isso irão votar a favor de qualquer proposta australiana que surja na ONU. A Grã-Bretanha também tem a sua agenda ligada aos EUA e Austrália e desconhecemos quantos países poderiam apoiar iniciativas portuguesas que contrabalançassem a posição do xerife australiano. Por outro lado, a ASEAN liderada pela Indonésia aproveitará para se vingar da independência de Timor, por mais maturidade que alguns dos seus líderes clamem ter. Não se vislumbra assim nenhum cenário favorável a evitar que Timor se torne num protetorado australiano, de acordo com uma política delineada e premeditada há muito. Será que Timor ainda pode dizer BASTA depois de ter pedido a intervenção estrangeira? E quem o vai fazer se não for Alkatiri?

Xanana pode estar tentado a ceder às inúmeras pressões dos seus amigos australianos e apaziguar os revoltosos deixando cair o atual governo, criando um vácuo constitucional conducente a futuros Golpes-de-Estado. A Igreja ajudará a dar o apoio de vastos setores representativos da sociedade timorense se bem que não referendados pelas urnas. Ramos Horta todos os dias se diz disponível para ficar primeiro-ministro e criticar Alkatiri ou exigir mais um inquérito às alegações sobre este por mais disparatadas que sejam... A ONU só decidirá dia 20 de junho e até lá continuam a mandar os australianos sem imporem a ordem que isso não lhes convém e por isso queriam a GNR confinada a Comoro Vão também proteger os revoltosos e todos os que atacarem Alkatiri ou se digam vítimas deste. Vão surgir mais deputados e membros da sociedade timorense a clamar a destituição do governo sempre apoiados por pedidos de inquérito e de várias notícias dos meios de comunicação australianos.

Vai haver mais casas ardidas e uns tantos atos de vingança nas casas e propriedades duns tantos para ajuste de contas antigas, e o governo em Díli totalmente manietado vai-se mostrar impotente e logo, incapaz de governar, o que fará erguer ainda mais alto o clamor para a sua substituição em nome dum alegado governo de unidade nacional que só vai fragmentar ainda mais a sociedade entre FRETILIN e o resto do país: não era esta a receita da guerra civil em agosto de

1975? Era, mas foi orquestrada pela Indonésia enquanto agora está a ser orquestrada pela Austrália com a conviência e colaboração ativa de nomes sonantes da vida política timorense. E desculpem a pergunta, mas quem é que se vai lixar outra vez? O desgraçado do timorense, desempregado, pobre, inculto que vai continuar a ser manipulado como sempre foi. Irá fazer o que os líderes lhes mandarem, tal como antigamente fazia quando os régulos e liurais os mandavam. A história repete-se, mas como ninguém lhes ensinou a ler nem lhes deu livros para ler, não sabem que essa tem sido a sua vocação ao longo de cinco séculos de colonialismos e parecem fadados a repetirem esse ciclo autofágico. O que parece certo é que vai haver paz em Timor, mesmo que seja a paz podre que já antecipo. O campeonato mundial de futebol vai ajudar a que aquilo que lá se passa fique despercebido por entre os interesses nacionalísticos das equipas de vários países a sonharem com a Taça. As pessoas interessadas irão manter-se interessadas, mas os leitores de jornais irão desmotivar e encolher os ombros. Sabe-se bem que Portugal não tem cotação nos mercados diplomáticos internacionais para ombrear com a Austrália e EUA, e limitar-se-á a erguer a sua voz isolada. A CPLP não existe e não se fará ouvir ou será despicienda como é costume, e o Brasil está longe e anda preocupado com os mensalões e outras corrupções.

CRÓNICA 26. MAIS SOBRE A SITUAÇÃO EM TIMOR. 26 JUNHO 2006

Desde abril que as minhas CRÓNICAÇORES têm sido dominadas por eventos internacionais que a mim me tocam bastante, já que passei parte enorme da minha vida dedicada a eles. Refiro-me como é óbvio a Timor-Leste para onde havia sido convidado a ir em agosto 2006 para um Fórum Internacional sobre a Língua Portuguesa. Seria a minha primeira visita depois de 31 anos de ausência e andava todo entusiasmado com a perspetiva desse retorno histórico. Quis o destino que tudo ficasse sem efeito. Uma vez mais os políticos se encarregaram de evitar o meu regresso, assim como não se preocuparam em convidar-me quando se tornaram independentes. Dividi esta Crónica em duas: uma ainda dedicada a Timor, com pequenos comentários a notícias que foram surgindo ao longo da crise e outra dedicada à realidade onde vivo e que é menos conturbada.

26.1. REGISTO CIVIL DESTRUÍDO. MORADORES ATRIBUÍRAM CULPA À INAÇÃO DAS TROPAS AUSTRALIANAS. 21 junho de 06 PORTUGAL DIÁRIO -

Um incêndio de origem criminosa destruiu hoje o Registo Civil de Comoro, na zona ocidental de Díli, cujos moradores atribuíram a ocorrência do sinistro à inação das tropas australianas presentes na capital de Timor-Leste. Um morador em Comoro, que pediu para não ser identificado, contou à Lusa que, há quatro dias, já se tinha registado um incêndio no edifício, que foi «rapidamente combatido pelos bombeiros».

«Depois esteve aqui a GNR, mas hoje, com a chegada dos australianos, e porque esta é a zona deles, os portugueses foram-se embora», disse a mesma fonte, referindo-se às zonas de atuação das forças internacionais presentes em Timor-Leste. «Poucas horas depois, foi a vez de os australianos abandonarem o local e o resultado foi este. Perderam-se os poucos documentos que não foi possível tirar antes do local», acrescentou. O incidente registou-se durante a tarde (hora local) e os responsáveis pelo incêndio não foram identificados pelos moradores. A área onde se situava o Registo Civil fica em Comoro, cujo bairro está sob jurisdição da GNR, mas dentro da zona de intervenção das forças militares australianas. Apesar disso, efetivos da GNR mantiveram-se três dias no local, devido à ausência dos australianos e correspondendo a um pedido do ministro da Justiça timorense, Domingos Sarmiento, devido à existência de «informação vital», conforme disse à Lusa fonte oficial. No edifício encontravam-se documentos referentes a registos de pessoas e de propriedades. A Lusa contactou o comandante operacional da GNR, Capitão Gonçalo Carvalho, que apenas confirmou que efetivos portugueses se mantiveram três dias na área para garantir a segurança do edifício, que fica ao lado de uma esquadra da Polícia Nacional de Timor-Leste. Segundo os Bombeiros de Díli, além deste incêndio, registou-se mais um sinistro da parte da tarde, no bairro de Bécora, onde arderam três casas, junto ao terminal rodoviário. Não se registaram vítimas nos dois incêndios.

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

Logo que a GNR sai de Comoro os australianos deixam mais um fogo atear...não há ninguém que fale sobre isto, que peça a saída das tropas australianas?

26.2. XANANA GUSMÃO EXIGE DEMISSÃO MARI ALKATIRI POR "PERDA DE CONFIANÇA" Fonte Lusa. Notícia SIR-8101468. 21-06-2006 9:39:00.

Lisboa, 21 jun (Lusa) - O Presidente timorense, Xanana Gusmão, exigiu a demissão do primeiro-ministro, Mari Alkatiri, por considerar já não merecer a sua confiança, numa carta enviada terça-feira ao chefe do governo e a que a Lusa teve hoje acesso. Na carta, Xanana Gusmão refere-se a um programa da série "Four Corners" transmitido pelo canal televisivo australiano ABC, explicando a Mari Alkatiri que no documentário são feitas "graves denúncias sobre o seu envolvimento na distribuição de armas a civis".

"Tendo visto o programa 'Four Corners', que me chocou imensamente, só me resta dar-lhe oportunidade para decidir: ou resigna ou, depois de ouvido o Conselho de Estado, o demitirei, porque deixou de merecer a minha confiança, enquanto Presidente da República", escreve Xanana Gusmão.

"Espero uma resposta sua até às 17h00 de hoje, 20 de junho de 2006", lê-se na missiva assinada por Xanana Gusmão e que tem como assunto "envio de um documentário do programa 'Four Corners'". ASP. Lusa / FIM

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

A crise já era surrealista, mas assume contornos inequívocos. Agora temos um ex-conceituado programa de televisão australiana a demitir o primeiro-ministro de Timor.

Sempre pensei que Mari Alkatiri perdera já a confiança de Xanana, mas nunca por causa dum programa de televisão, cujos argumentos já foram refutados nesta lista ou postos em dúvida. Isto parece-me que é demais. Espero ansioso que a televisão australiana indique quem será o novo primeiro-ministro.

26.3. PR QUESTIONA LEGITIMIDADE DA DECISÃO DA FRETILIN, DENUNCIA COMPRA DE VOTOS. junho 22, Lusa -

Díli, 22 jun (Lusa) - O Presidente timorense, Xanana Gusmão, acusou hoje a direção da FRETILIN de ter comprado os votos dos delegados ao recente congresso do partido no poder, questionando a sua legitimidade. Numa mensagem ao país, em tétum, Xanana Gusmão lembrou que a direção da FRETILIN, liderada por Mari Alkatiri, saída do congresso realizado em Díli de 17 a 20 de maio passado, foi eleita por braço no ar, em vez de voto secreto. A este propósito, Xanana Gusmão invocou a lei dos partidos políticos para questionar a legitimidade da direção da FRETILIN. No congresso, Mari Alkatiri foi eleito Secretário-geral do partido com 97,1 por cento dos votos dos delegados. EL/PNG. Lusa / FIM

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

É pena que tenha demorado um mês para formular estas acusações e será que as pode provar ou espera que a ABC e Four Corners façam um programa sobre o assunto?

Este Xanana é diferente daquele que nós conhecíamos ou está a ser manipulado? Xanana não tem poderes constitucionais para exigir a demissão do primeiro-ministro de acordo com o Artigo 112º:

(Demissão do Governo)

Implicam a demissão do Governo:

O início da nova legislatura;

A aceitação pelo Presidente da República do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro;

A morte ou impossibilidade física permanente do Primeiro-Ministro;

A rejeição do programa do Governo pela segunda vez consecutiva;

A não-aprovação de um voto de confiança;

A aprovação de uma moção de censura por uma maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções. O Presidente da República só pode demitir o Primeiro-Ministro nos casos previstos no número anterior e quando se mostre necessário para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, ouvido o Conselho de Estado.

26.4. PREMIÊ TIMORENSE DEVE RENUNCIAR, DEFENDEM PARTIDÁRIOS 22 junho de 06

Díli, 21 jun (Lusa) - A oposição interna na FRETILIN, partido no poder no Timor-Leste, defendeu hoje em coletiva de imprensa em Díli a demissão de Mari Alkatiri dos cargos de primeiro-ministro e de Secretário-geral do partido.

Segundo Vicente Ximenes "Maubosy", antigo membro do Comité Central da FRETILIN, Alkatiri deve "poupar o partido e o país de mais danos". "Quanto maior a demora (na demissão de Alkatiri), maior será o sofrimento do povo", disse. Maubosy estava acompanhado do secretário de Estado para a Coordenação da Região III, Egídio de Jesus, e do ex-embaixador do Timor-Leste em Canberra, Jorge Teme.

Na convenção realizada em maio, a oposição interna apresentou-se unida em torno da candidatura do embaixador nos Estados Unidos e nas Nações Unidas, José Luís Guterres. No entanto, Guterres desistiu de concorrer porque o voto não seria secreto, deixando Alkatiri se reeleger como Secretário-geral do partido, com 97,1% dos votos. Em carta enviada ontem ao primeiro-ministro, o Presidente timorense, Xanana Gusmão, exigiu sua renúncia, afirmando ter perdido a confiança em Alkatiri. O chefe de Governo é acusado de ter montado um grupo, com armas e fardas da Polícia Nacional, para exterminar adversários políticos. O Ministério Público iniciou a investigação sobre o envolvimento do ex-ministro Rogério Lobato, que, segundo as denúncias, fez a distribuição das armas.

A crise no Timor-Leste começou em abril, quando 600 militares exonerados das Forças Armadas pelo governo de Alkatiri realizaram violentos protestos, acusando o comando de discriminação étnica. Em maio, o conflito se agravou, envolvendo policiais e grupos de civis armados e deixando, segundo as Nações Unidas, 37 mortos e 133 mil deslocados internos. Forças militares e policiais da Austrália, Portugal, Nova Zelândia e Malásia atuam na capital Díli a pedido das autoridades timorenses para estabilizar a situação.

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

A Lusa (Brasil) "esqueceu-se" de dizer que esta oposição interna de Maubosy, Teme, José Luís Guterres foi esmagada no último congresso da FRETILIN em maio. De repente aparece o número de 37 mortos em vez de 21, onde estão os corpos? Quem fez a contagem?

26.5. COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO 23 junho de 06

Sei que as democracias ocidentais nem sempre podem ser exportadas para nações onde a mera noção do cumprimento da lei é estranha, mas sou a favor do primado da lei e não das emoções. Creio que Lobato, Alkatiri e tantos outros (a começar pelos oficiais revoltosos) devem ser julgados pelos códigos civis, penais e militares existentes e aplicáveis em vez de o serem pelos jornais e pelos interesses mal dissimulados do governo do meu país (em Canberra).

O problema a que se assiste agora, uma vez mais, é que as feridas de agosto 1975 nunca sararam (ao contrário da tentativa de reconciliação de Xanana com os indonésios) e estão agora todas à tona, entre FRETILIN e não-FRETILIN (lideradas por Xanana e alguma oposição no seio do Parlamento) e neste momento todos os timorenses estão de novo a ser joguetes entre estas duas forças, sabiamente manipulados pelos australianos, norte-americanos, peões todos dos jogos de influência e ânsia de poder de Ramos Horta (para mencionar apenas o mais vocal e visível) e tantos outros. Por isso era fundamental que a lei fosse respeitada e cumprida e os seus prevaricadores ouvidos, julgados e condenados, se for caso disso. A demissão dum governo democraticamente eleito é um péssimo serviço à futura democracia do jovem país.

Claro que a Austrália não se importa, já que decidiu que tipo de protetorado ali vai implantar com a complacência do mundo ocidental e o beneplácito dos americanos (perdão, europeus). No fundo será a solução deste país que prevalecerá e os milhares de refugiados vão regressar a suas terras pois casas já não terão, a acreditar nas promessas dos novos messias que irão surgir desta embrulhada, chamem-se eles o que se chamarem. Uma vez mais foi o pobre e martirizado povo de Timor quem se lixou e os mandantes ficam a rir-se da sua esperteza saloia e das suas vitórias e do seu poder adquirido. É para isto que venho a alertar, não defendo Xanana, nem Alkatiri nem qualquer outro mero eleito por mais autocrático ou menos democrático que seja. A história repete-se e ninguém a leu, nem mesmo depois de eu ter aqui colocado longos extratos. O povo sairá mais pobre e alguns sairão mais ricos como sempre aconteceu ao longo da história dos tempos.

Viva a descolonização exemplar de Portugal, a história de sucesso da ONU em Timor e a ajuda imprescindível da Austrália para por ordem em tudo isto. Daqui a uns anos vamos ter guerrilhas em Timor a lutar contra a exploração colonial australiana, mas isso fica para outra conversa...

26.6. PRESIDENTE NÃO SE DEMITA. DEMITA-O! ANA GOMES-- NÃO SE DEMITA. DEMITA-O! Domingo, junho 25 blogue causa nossa:

É o teor de um SMS que acabo de enviar ao Presidente Xanana!

Interferência nos assuntos internos, acusar-me-ão.

Eu não sou governo, sou deputada, cidadã portuguesa e amiga de Timor-Leste.

Trabalhei muito por ver o povo de Timor-Leste livre e independente e não vou assistir impávida a que um punhado de casmurros de matriz totalitária precipite de novo o país no caos. "Interferi" muito, antes, por Timor-Leste e não me arrependo.

É preciso que em Portugal se entenda que Mari Alkatiri até hoje não juntou os milhares de manifestantes da FRETILIN, que diz estar a reter para não provocar mais perturbações, pura e simplesmente porque não os tem.

Os militantes de base da FRETILIN são quem está mais desapontado com os falhanços deste governo. Alguns membros do governo também o sabem - e por isso se estão a demitir. Vejam o que disse a Micató, Domingas Alves, uma militante da FRETILIN que se destacou na resistência no interior durante a opressão indonésia, quando se demitiu ontem do cargo de conselheira do PM para a igualdade das mulheres.

Os militantes da FRETILIN que estão próximos do povo sabem bem que o povo - por justas e injustas razões - odeia Mari Alkatiri e outros membros do seu governo. Sabem bem que muitos e graves erros foram cometidos, que inviabilizam que Mari Alkatiri continue à frente da governação. Eles não podem deixar que a obstinação de um punhado de gente arrogante e desligada da realidade arraste mais o país para o caos.

[ANA GOMES] [publicado por AG] 25.6.06

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

Exmo. Senhor Presidente Aníbal Cavaco e Silva

Por favor demita esta deputada portuguesa. Pode ter sido uma boa embaixadora de Portugal em Jacarta, mas passou-se, de vez. Sei que não tem poderes para o fazer na Constituição e que ela foi livremente eleita, mas depois do arrazoado abaixo e doutros anteriores nada mais lhe resta se não demiti-la. Se ela não se demitir ameace o senhor demitir-se. A ficção - cada vez mais - imita a realidade, seria cómico se não fosse trágico.

26.7. ANÓNIMO SÉC. XXI Sábado, junho 24, 2006

<http://anonimosecxi.blogspot.com/2006/06/seria-de-antologia.html>

Seria de antologia...

A cozinha no centro da política internacional.

No editorial de hoje do DN, Eduardo Dâmaso critica a influência da mulher Kirsty sobre o Presidente Xanana. Eu também achei desbocada a entrevista dada há algumas semanas a uma rádio australiana, mas, o que hoje me despertou a atenção, foi o facto de Dâmaso achar que Kirsty só fala na cozinha.

Xanana Gusmão "pôs o país em alvoroço dizendo em papel timbrado e com a solenidade das declarações de Estado o que a sua mulher diz habitualmente na cozinha lá de casa".

E por que não na sala? Ou no quarto? Ou mesmo na casa de banho? Enquanto um toma duche, o outro lava a cara e conversam...

Ou será que Kirsty só tem lugar na cozinha como todas as mulheres? Dâmaso admite que Kirsty, além da cozinha, também fala "em incursões pelos bairros pobres de Díli". É aquela costela social que elas também têm...

posted by Susana at 22.6.06

Este texto - para que o albergue dos danados me chamou a atenção, e está num outro blogue em que Susana (a)postou - seria de antologia, sobre o machismo ideológico que nos envenena, se não fosse, também, antológico de como batalhas nossas nos podem distrair ou despriorizar o que, no momento, é fundamental.

Falo de Timor.

Não quero saber se Kirsty é lady ou lord, se falou na cozinha, no salão ou sentada na sanita enquanto Xanana fazia a barba, quero é sublinhar que falou e o que disse, não por ser uma desbocada mas por ter sido muito grave - e elucidativo -, embora com a grande vantagem de também ter sido uma verdadeira denúncia anunciada do que o presidencial esposo viria a dizer, depois do que, outros e eles, têm vindo a fazer contra um governo que foi eleito pelos timorenses contra suas excelsas vontades e que contra seus interesses vem governando.

E se é certo que o Eduardo Dâmaso revelou que ainda não teria exorcizado o que temos (ou tivemos) dentro de nós e do berço trouxemos, veja-se que não menos machista é a função distribuída às "primeiras damas" de fazerem incursões pelos bairros pobres e degradados enquanto os "primeiros damos" concretizam as políticas que criam os pobres dos bairros e os degradam.

O que me choca, e de forma em que a angústia se imiscui e só pode ser vencida com a certeza de que as esperanças renascem nas lutas que continuam depois de cada assassinio das esperanças aparentemente concretizadas, é o que têm sido as traições a este povo de Timor. Mas a vitória final não será a dos não vêm lágrimas, mas apenas petróleo. posted by Sérgio Ribeiro at 10:32 AM

Comments: GR said...

Penso que o caso é sério demais, para que se possa fazer uma crítica sobre atitudes machistas ou se há debates políticos entre a australiana e o marido timorense, numa das dependências da casa!

Na vida política de um país os seus representantes, não têm família, mas sim uma nação para governar! Todo o resto não interessa à população, muito menos ao resto do mundo. Que interessa que um PR esteja (atualmente) a viver com uma senhora estrangeira e que tenha dois filhos? É irrelevante para a política interna e externa de um país! Há quanto a mim uma interferência política, entre uma estrangeira e o Governo de Timor. Esta ex-jornalista australiana fez, críticas sobre a política interna, pronunciou-se sobre posições (não difundidas até à altura) do PR de Timor. Criou maior instabilidade com as suas afirmações, quer nacional como internacionalmente. É triste que a senhora Kirsty Sword, não passe de uma moça de recados do PR timorense. Mas só se confirma o tipo de Presidente que Timor tem. Em que país um PR manda a esposa dar recados, preparar a população, para dias depois ele vir dizer a mesma coisa?

Ou será Kirsty Sword, uma agente australiana e Xanana anda sob as suas ordens! Seja a situação qual for, o povo de Timor não merecia tal sorte! Quantos irão morrer, por não quererem estar sob jurisdição da Austrália? GR

26.8. JOSÉ RAMOS HORTA ENCONTRA-SE DEMISSIÁRIO. FRETILIN NÃO ACEITA QUE MARI ALKATIRI SE DEMITA. 24 PARA 25 de junho de 2006 JORGE HEITOR PÚBLICO.

José Manuel Ramos Horta demitiu-se ontem de ministro timorense dos Negócios Estrangeiros e da defesa, depois de o Comité Central (CC) da FRETILIN, reunido em sessão extraordinária, não haver aceitado a saída do primeiro-ministro Mari Alkatiri; ao contrário do que ele havia antecipado como a solução mais adequada para a presente crise.

O chefe da diplomacia australiana, Alexander Downer, lamentou profundamente a partida daquele a quem se referiu como "um bom amigo".

Houve mais tiros na capital, Díli, na altura em que se conhecia a demissão tanto de Ramos Horta como do ministro dos transportes, comunicações e obras públicas, Ovídio de Jesus Amaral, noticiou a ABC NEWS online.

Também o vice-ministro da saúde, Luís Lobato, comunicou ter apresentado a demissão. A FRETILIN continuou a dizer que, "a qualquer momento", poderá fazer entrar na cidade dezenas de milhares de pessoas afetadas ao Presidente do partido, Francisco Guterres, "Lu-Olo", e a Alkatiri.

O comandante das forças australianas destacadas em Timor-Leste, brigadeiro Michael Slater, declarou que os seus homens estavam preparados para a possibilidade de um confronto entre partidários e adversários do primeiro-ministro.

Maria Ângela Carrascalão, militante da união democrática timorense (UDT), afirmou ao público que o que grande parte das pessoas que se têm manifestado nos últimos dias pretendem - algumas delas defensoras de uma "FRETILIN renovada" - é que à frente do governo não fique "ninguém da linha dura", seja Alkatiri ou algum dos elementos a ele mais chegados, como a ministra de estado Ana Pessoa, cujo nome chegara a ser alvitado.

26.9. PEDIDO O APOIO DA IGREJA CATÓLICA

O CC reafirmou que "a FRETILIN tem total disponibilidade para tudo fazer no sentido de encontrar uma solução duradoura respeitando a Constituição e as leis; com base no diálogo e no consenso nacional". Apelou a Xanana e ao primeiro-ministro "para não se demitirem das suas responsabilidades constitucionais". Propôs o diálogo com o Chefe de Estado, que na semana passada ameaçara demitir-se se Alkatiri o não fizesse. E solicitou apoio tanto à "igreja católica como a outras confissões religiosas, com vista à solução da crise".

Os dirigentes do partido maioritário exigiram "o desarmamento de todos os grupos irregulares e das pessoas armadas", depois de no mês passado os incidentes terem levado à morte de três dezenas de pessoas e ao afastamento do ministro do interior, Rogério Lobato, agora suscetível de vir a ser condenado a uma pena de 15 anos.

Quanto a Ramos Horta, que a AFP ontem apresentava como "o delfim natural" de Xanana, "ficará em funções até à formação de novo governo"; mas ninguém sabe ainda dizer que espécie de governo é que será este.

Os grupos da oposição têm vindo a defender a dissolução do Parlamento e a existência de um "gabinete de crise" até que se possam realizar legislativas antecipadas.

"Os ânimos estão muito exaltados. Há bairros completamente vazios. Os timorenses encontram-se muito aflitos", disse Maria Ângela Carrascalão, enquanto o correspondente da antena 1, Francisco Piedade, mantinha a expectativa: "vamos a ver se Xanana estará disposto ao diálogo".

Estanislau da Silva, membro da comissão política nacional da FRETILIN, declarou ontem à noite em conferência de imprensa que Alkatiri chegou a colocar à disposição do partido o lugar de primeiro-ministro, mas que isto foi recusado.

Como alternativa, pretende-se que Xanana receba uma delegação chefiada por "Lu-Olo" e de que fariam parte tanto Ana Pessoa como José Lobato, filho de Nicolau Lobato, que foi primeiro-ministro no efémero Governo formado após a proclamação unilateral da independência, em 1975, antes da invasão indonésia; que mais tarde viria a morrer em combate.

Diplomatas ocidentais citados pela Reuters declararam em privado que gostariam de ver Ramos Horta como chefe do Governo, enquanto os críticos do atual detentor do cargo alegam ter sido este muito influenciado pela linha socialista da Frelimo e do MPLA, durante os seus anos de exílio.

O desemprego é de cerca de 70 por cento, num país de um milhão de habitantes, e a oposição argumenta que Alkatiri não foi capaz de criar postos de trabalho, apesar de Timor-Leste poder dispor dos direitos de exploração de petróleo e gás natural.

JORGE HEITOR 24 PARA 25 DE JUNHO DE 2006

26.10. EX-CONSULTOR DO GRUPO AMORIM ASSESSORA JOSÉ RAMOS HORTA - 26 JUNHO 2006 BLOGUE CACAU BRANCO

CRISTÓVÃO SANTOS

É português, tem 55 anos e chegou à Austrália em 1975. Jornalista, iniciou a sua carreira no jornal «Norte Desportivo», passando depois pelo «Novidades» e, finalmente, escreveu para o «Diário de Lisboa».

Em 1969 partiu para Timor, onde se tornou amigo de Ramos Horta e lutou ao lado dos guerrilheiros da FRETILIN quando a Indonésia invadiu o território.

Depois de a sua casa ter sido bombardeada e de a filha ter ficado gravemente ferida, a família foi retirada de emergência para Darwin.

Uma vez na Austrália, Cristóvão Santos continuou a luta por Timor-Leste, como porta-voz da FRETILIN, e reiniciou a carreira de jornalista, tendo chegado a redator-chefe do matutino «Sun News Pictorial».

Mais recentemente, trocou a profissão de jornalista pela de consultor, sendo relações públicas da maior empresa portuguesa a operar na Austrália, o grupo Amorim.

Na qualidade de consultor, Cristóvão Santos foi ainda um dos principais mediadores entre a Philips Petroleum Australia e o governo timorense, que resultou na assinatura do novo tratado de exploração de gás no mar de Timor.

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

sobre este Cris [Santos] escrevia eu em "Timor-Leste - o dossier secreto 1973-1975" (ed. Contemporânea):

Entretanto, em Portugal, o semanário "Expresso" de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: "TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo..."

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Major Garcia Leandro e Major Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um governo revolucionário, as pessoas constataam que as velhas formas de esquecimento a que a colónia foi votada no passado se iriam manter. Há quem anseie por Salles Grade, anterior Chefe de Estado-maior em Timor, até 1973. Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz algumas declarações bem ambíguas e nebulosas:

" Que o MFA (Movimento das Forças Armadas e espinha dorsal da Junta) sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas em Timor se preocuparem.

Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).

Que o MFA não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários."

Estas declarações ambíguas e dúbias levaram muita gente a pensar que tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do MFA.

Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que "se o Governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local."

Criticamente afirmamos no jornal local que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado.

Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da Revolução o então Major Leandro proclama que o semanário "Expresso" é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor. Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das "notícias alarmistas que obviamente conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha."

Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o "Expresso": Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional³⁰ e/ou o autor deste livro. Ambos fizeram parte das revelações do "Aldeigate" quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no governo. De facto, uma cópia do discurso de [Governador Alves] Aldeia foi escamoteada para fora do território utilizando hippies australianos rumo ao Cupão (Kupang), outra cópia foi enviada sob nome falso para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores.

Quando a PM (Polícia Militar) veio sem mandatos fazer buscas a casa daqueles dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já iam rumo a Lisboa.

Aquele material queima como ácido, pelo que não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe. Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar.

A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do discurso.

Um último detalhe da sessão no Ginásio: Garcia Leandro manda sair algumas pessoas por terem cartazes "contra o governo marcelista ainda no poder em Timor".

Muita gente não conseguia entender esta democracia guiada, pois centenas de pessoas haviam passado pelos cartazes, respeitando-os, quer concordando ou não com os mesmos. O representante da Junta e do Governo Provisório no poder em Portugal não puderam nem quiseram respeitar aqueles cartazes. Depois de Leandro e Maia Gonçalves saírem do território ficou um certo vazio.

Mesmo antes de sair, Garcia Leandro autentica a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que haveria se a população ficasse sem o Governador Aldeia. De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida colónia do Império Português que ora se desmoronava."

...

Com efeito trabalhei com Cristóvão Santos ao longo do tempo em que dirigi o jornal A Voz de Timor, tendo posteriormente restabelecido contacto com ele na altura da sua saída do Sun News Pictorial para o grupo Amorim, antes do trágico falecimento da sua mulher Sofia há cerca de 3 ou 4 anos. Era um bom profissional e, ao fim de algum tempo, afastou-se da FRETILIN depois de ir para a Austrália em novembro 1974 como membro do 1º governo declarado a 28 de novembro 1975 e porta-voz da Fretilin. Esteve sempre silencioso sobre Timor mesmo quando o interroguei a esse respeito. João Carrascalão nunca gostara dele e não o escondia chamando-lhe oportunista. Tive uma boa relação profissional e de amizade com ele enquanto estive em Timor de 1973 a 1975, mas atualmente correspondia-me apenas muito ocasionalmente. Quando vi o nome dele surgir como porta-voz de Ramos Horta pouco após os incidentes de abril 2006 interroguei-me que interesses ocultos australianos estariam por detrás da sua mudança da Austrália para Timor. Naturalizado australiano já sem grandes laços a Portugal nem familiares com Timor, Cris Santos jamais iria para Timor trabalhar a menos que...claro que não era por idealismo, nem por devoção. O facto de ser OU de ter sido consultor da Phillips Petroleum Australia nas negociações com o governo de Díli só vem cabalmente responder à minha interrogação. Como se ainda alguém duvidasse que o petróleo comanda todos os incidentes de Timor desde abril e o resto são figurantes.

26.11. MARI ALKATIRI VAI SER OUVIDO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE ARMAS, Díli, 26 jun (Lusa) Timor-Leste:

Díli, 26 jun (Lusa) - Mari Alkatiri, que hoje anunciou a intenção de se demitir da chefia do governo timorense, foi convocado para prestar declarações sexta-feira no processo de distribuição de armas a civis, disse à Lusa fonte judicial. A carta de notificação do Ministério Público vai ser entregue durante a tarde (hora local), precisou a fonte, que solicitou o anonimato. A audição de Mari Alkatiri foi justificada com as declarações feitas na semana passada pelo ex-ministro do Interior, Rogério Lobato, "que confirmou todas as alegações feitas por Vicente da Conceição "Railos", veterano da luta da resistência. O comandante Railos acusara Mari Alkatiri e Rogério Lobato de terem ordenado a distribuição de armas a civis. Na sequência dessas acusações, o ex-ministro do Interior encontra-se presentemente em prisão domiciliária a aguardar o fim da instrução do processo. Nas declarações que prestou à juíza, Rogério Lobato "não negou nenhuma" das quatro acusações que sobre ele impendem, de conspiração, tentativa de revolta, posse ilegal de armas e associação criminosa, pelas quais arrisca uma pena de 15 anos de cadeia. Mari Alkatiri tem negado repetidamente as acusações de que é alvo, considerando que se trata de uma campanha para fragilizar o governo e a FRETILIN para as eleições de 2007. EL. Lusa / FIM

26.12. TIMOR-LESTE: TEXTO INTEGRAL DA DECLARAÇÃO DE DEMISSÃO DE MARI ALKATIRI - DÍLI, 26 jun. (Lusa)

DÍLI, 26 jun. (Lusa) - o primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, anunciou hoje estar pronto a demitir-se do cargo para evitar a resignação de Xanana Gusmão, assumindo as funções de deputado até final do mandato. Numa conferência de imprensa sem direito a perguntas, Alkatiri assumiu a sua quota-parte nas responsabilidades pela crise em que o país se encontra e disse estar pronto a contribuir para a formação de um governo interino, em diálogo com Xanana Gusmão. Falando em tétum, português e inglês, Alkatiri, que apelou à compreensão dos militantes da FRETILIN para esta sua decisão, disse ainda estar disponível para contribuir para a apresentação de um Orçamento no Parlamento. O texto integral da declaração lida hoje em Díli aos jornalistas pelo primeiro-ministro Mari Alkatiri é o seguinte:

"Tendo refletido com a profundidade necessária sobre a situação vivida no país;

Considerando que acima de todos os interesses estão os interesses da nossa nação;

Assumindo a minha parte das responsabilidades pela crise por que mergulhou o país;

Recusando-me terminantemente a contribuir para o aprofundamento da crise;

Reconhecendo que todo o povo merece viver num clima de tranquilidade e de paz;

Esperando de todos os militantes e simpatizantes da FRETILIN toda a compreensão;

Declaro:

Pronto a resignar do cargo de primeiro-ministro do governo da República Democrática de Timor-Leste para evitar a eventual resignação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República;

Pronto a manter com o Senhor Presidente da República diálogo no sentido de contribuir, se necessário, para a formação de um governo interino;

Pronto a contribuir para a apresentação de um Orçamento de Estado no Parlamento Nacional;

Mais declaro que passo a assumir as minhas funções de deputado no Parlamento Nacional até ao fim do meu mandato". EL. Lusa / FIM

26.13. TIMOR-LESTE: XANANA ACEITA DEMISSÃO ALKATIRI E CONVOCA CONSELHO ESTADO - 26 junho 06

Díli, 26 jun (Lusa) - O Presidente da República de Timor-Leste anunciou hoje que aceitou a demissão do primeiro-ministro, Mari Alkatiri, com efeitos imediatos e convocou uma reunião do Conselho de Estado para terça-feira.

"A Presidência da República informa que hoje, dia 26 de junho de 2006, S.E. o Presidente da República recebeu a carta de resignação do Dr. Mari Alkatiri das suas funções de primeiro-ministro do governo da República Democrática de Timor-Leste", lê-se num comunicado de três parágrafos divulgado pelo gabinete Xanana Gusmão. O Presidente timorense, segundo o comunicado, informou Mari Alkatiri de que o seu pedido de resignação "toma efeito a partir do dia de hoje". "A fim de garantir o bom funcionamento das instituições democráticas e uma gestão eficaz da crise nacional enfrentada pelo país", Xanana Gusmão convocou o Conselho de Estado para terça-feira, às 09:30 locais (01:30 de Lisboa), adianta ainda o gabinete do Presidente timorense.

Xanana Gusmão saiu ao fim da tarde (hora local) do seu gabinete no Palácio das Cinzas, em Díli, para a sua residência em Balibar, arredores da capital, sem fazer declarações aos jornalistas. EL/PNG. Lusa / FIM

26.14. SOBRE A DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DO DIA 22 DE JUNHO: ADELINO GOMES, DO JORNAL PÚBLICO, AFIRMA: "DISCURSO POLÍTICO INIMAGINÁVEL". 25 junho 2006

Sem dúvida que o é.

Lamentavelmente para Timor-Leste, o Presidente Xanana Gusmão revela que é tão-somente um homem!

O mito, o herói, o semideus que tantas pessoas 'viam' nele, afinal é apenas um homem...que revela todas as fraquezas de qualquer outro homem...que não é 'mito', não é 'herói' nem um 'semideus'.

Lamentavelmente, muitos necessitam de um 'D. Sebastião', dizem-se democratas, mas têm uma enorme necessidade de serem conduzidos por personalidades dirigentes com características e instintos ditatoriais.

Xanana Gusmão, revela e surge perante todos, como um D. Sebastião com aquelas características e aqueles instintos e expõe publicamente o que tem de pior e de estrutural na sua personalidade:

A falta de respeito pelos outros - se não forem 'yes men', ou não se deixarem 'cativar' pelo ou enrolar no seu charme;

O autismo - perante a realidade existente, aquela que existe para além do grupo que o envolve;

A incapacidade de lidar com o conflito pessoal - opta habitualmente por duas vias alternativas: fingir que o conflito não existe, deixando-o avolumar com a passagem do tempo ou, criando a dependência afetiva para 'agarrar' as pessoas, muito usado nos seus atos de reconciliação, através de um dom que possui: carisma! e, por último, mas de importância equiparável aos traços anteriores;

A necessidade irrefreável de tudo dirigir, de tudo controlar. Xanana Gusmão tentou genuinamente fazer a transição de Comandante da Luta de Libertação e de um grupo de guerrilha para Chefe de Estado...não conseguiu.

Acima de tudo, porque não conseguiu viver/conviver/aceitar a divisão de poderes que qualquer Estado democrático de Direito define como elemento essencial/central de um sistema democrático. Xanana Gusmão revela-nos que levou o seu 'autismo' político ao limite do inimaginável, porque:

Resume e reduz a Constituição ao seu art.º 1º, nº 1: "A República Democrática de Timor-Leste é um Estado [...] baseado na vontade popular..." - a parte que lhe interessa para, demagógica e populistamente, exercer o poder, porque "o Povo quer e eu oiço o Povo" - leia-se "L'Etat c'est moi!"

Despiu-se definitivamente do seu papel de Chefe de Estado para se deixar enrolar na teia da animosidade, do ressaibo, do rancor, da aversão, do ódio, e do ressentimento de que resultou uma Declaração 'Presidencial' à Nação em que o Chefe do Estado de Timor-Leste se 'abstrai' da existência do Estado, sai da esfera do Estado, para se concentrar e para limitar-se à esfera do pessoal e do mesquinho

Apela emocionalmente ao fim da violência...para se dirigir ao 'Povo' afirmando com voz trémula que "ganhámos a guerra!".

Por tudo isto, receio pelo futuro de Timor-Leste.

26.15. UM LUGAR PARA ARQUIVAR PENSAMENTOS OPORTUNOS E POLITICAMENTE INCORRETOS Blogue Portugal Global 25 junho <http://portugalglobal.blogspot.com/2006/06/desmentido.html>

Desmentido

Não é verdade que a sociedade de advogados em que trabalho, a MRA, tenha patrocinado num passado recente, qualquer das partes envolvidas na disputa de interesses no Timor Gap.

É verdade que, a pedido de um cliente, elaboramos um pequeno estudo sobre riscos de investimento em Timor-Leste, relevando nesse estudo, de forma muito específica as perspetivas decorrentes da evolução das negociações sobre as reservas petrolíferas.

É verdade que previmos a hipótese de a situação interna de Timor ser instabilizada se o governo timorense mantivesse uma posição dura nas negociações com a Austrália e que a situação se poderia tornar insustentável se o mesmo governo ousasse procurar alternativas, como efetivamente ocorreu.

Tomando-se em consideração os parâmetros do sistema de segurança de Timor e os interesses em jogo, era absolutamente previsível o que vem ocorrendo nos últimos dois meses e que não põe em causa apenas os negócios do petróleo, mas o de toda a influência que países estrangeiros à região pretendam ter em Timor.

Hoje é a própria imprensa australiana a reconhecer a consistência de tais previsões. A queda de Alkatiri é inevitável, atentos os interesses em jogo e a debilidade do pequeno país.

Há situações em que o direito não tem nenhuma relevância, sendo certo que o direito internacional é o parente mais frágil da família.

Continua a ser de uma acutilante atualidade a discussão da problemática dos riscos dos contratos petrolíferos, sobretudo em quadros de soberania débil.

No caso de Timor é muito interessante para todas as partes envolvidas que se esclareça se é verdade ou mentira que a mulher do Presidente é um agente encoberto da inteligência australiana.

posted by Miguel Reis @ 1:13 AM

COMENTÁRIO CHRYS CHRYSTELLO:

Assim quase dois meses depois dos primeiros incidentes a Austrália obtém a sua primeira vitória: a saída do incontornável Mari Alkatiri que tantos milhões de dólares custaram aos cofres da indústria petrolífera e tanto trabalho deu aos negociadores e dezenas de advogados por parte do governo australiano. Agora tudo será mais fácil com um poeta (como Xanana, temporariamente controlado ou sob a influência de Kirsty Sword) e de um grande pragmático oportunista como Ramos Horta. Como atrás escrevi espera-se agora que a TV australiana anuncie o novo primeiro-ministro e as coisas se comecem a compor, com a polícia gerida diretamente pela Austrália e mais uns ministérios nas mãos de gestores sabiamente colocados pela sua docilidade ao governo de Camberra. Esqueci-me de mencionar o povo que dorme na rua e ficou sem casa, sem emprego ainda à espera dos dólares do petróleo, mas estou certo que a Caritas Australiana lhes vai dar uma esmola como sempre deu aos aborígenes australianos.

Com a desculpa de que as leis não se fizeram para serem cumpridas porque a vontade do povo (que minoria falamos aqui? os 4 mil manifestantes numa população de perto de um milhão? A Igreja Católica?) é soberana, temos um primeiro-ministro demissionário depois de ter sido julgado e condenado na Praça pública com um advogado de acusação chamado Austrália ou petróleo (a tradução do nome não deu para entender).

Xanana declara que "ganhámos a guerra" e continua idolatrado por todos e considerado ao nível dos deuses, mas veio para a rua lavar a roupa suja utilizando linguagem inadmissível num Chefe de Estado e deixou ao seu Príncipe Perfeito (Ramos Horta) o trabalho de estar sempre pronto a sacrificar-se pela Nação, com a ajuda duma comunicação social australiana e de alguma portuguesa que não se coibiram de dizer que Timor era um projeto falhado enquanto Mari Alkatiri estivesse no poder.

Veremos o que virá a seguir, se guerrilhas nas montanhas a lutar contra a ocupação colonialista australiana e seus fíteres, se uma guerra civil, se um banho de sangue, ou se a calma aparentemente podre voltará a pairar sobre Timor até que ecluda – de novo – um problema que obviamente se não vai resolver agora, apesar da demissão do primeiro-ministro. As tensões, as fraturas e a discórdia ancestral continuam por sarar e enquanto essas não forem abordadas e resolvidas, estas cenas irão repetir-se com outros intervenientes e alguns dos mesmos que esses só desaparecerão com a morte. É bem provável que outra das vítimas destes incidentes de abril 2006 acabe por ser a língua portuguesa, mas quanto a essa mantenho felizmente algumas esperanças de que a Austrália não será capaz de se ver livre dela tão facilmente quanto pensa. Mais uma vez o povo timorense é a única vítima de um conflito gerado pelo petróleo. Já o tinha sido aquando do acordo de Timor Gap entre a Austrália e a Indonésia e agora volta a sê-lo. Nós limitar-nos-emos a assistir impotentes e em breve o tema desaparecerá das páginas dos jornais.

Mas como sempre acontece toda a gente fala, mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História. E para aqueles que me têm escrito e insultado, entre outras coisas por denegrir o bom nome da minha compatriota australiana e Primeira-dama, Kirsty Sword Gusmão, queria apenas lembrar que a hipótese de a Austrália ter uma mulher infiltrada na política de Timor já não é virgem.

Alegadamente o mesmo se passou em 1975 com uma agente da ASIO (Serviços Secretos) quando ela viveu com Ramos Horta. Apesar dos desmentidos todos que este fez, aquela (alegada) ... espia - antes de morrer de MS (esclerose múltipla) - acabou por publicar vários escritos nos quais contava como foi a sua ida para Timor para acabar a viver com Horta, mas isto fica para outra Crónica.

Na véspera de um jogo de futebol que é vital para a maioria dos portugueses que gostam de futebol, para se saber se se vai repetir ou não a proeza de há 40 anos, nada mais útil do que levar-vos a divagar pela ilha de S. Miguel e pelas atividades do último mês. Decidimos perguntar ao nosso senhorio se nos queria vender esta casa, mas ele disse que nos alugava para sempre e que se alguma vez a vendesse seria para nós. Assim, não há venda à vista e continuaremos a ser rendeiros (ou inquilinos arrendatários como se diz no Continente).

Fomos convidados para uma comunhão e para um almoço neste último mês. A comunhão era da filha mais nova da nossa empregada, e a comida para as mais de vinte pessoas foi toda feita ao forno, daqueles antigos que se acendem com madeira de manhã e ficam em brasa até à noite. Havia carne assada, batatas, frango, saladas e um sem número de doçarias e sobremesas bem saborosas. Tivemos a presença de metade da família deles ao almoço e a outra metade só viria ao jantar. Trata-se de gente simples do campo, lavradores e vaqueiros (têm cerca de 30 vacas) em que toda a gente ajuda nas lides, e os rapazes andam nas vacas com o pai das seis da manhã até à noite. Cada vaca chega a dar 750 litros de leite. É uma vida dura, sem feriados nem dias santos, com horários rigorosos, seja qual for o clima do dia ou da noite, sendo esta muito usada para andar com os tratores a arar a terra e plantar o que a casa vai gastar em vegetais.

O meu filho João já lá foi com eles uma vez e tem ido com outros a tratar das vacas e acha uma atividade interessante, mas isto decerto se deve ao facto de não o ter de fazer diariamente. De qualquer forma os filhos deste casal mostram-se entusiasmados e parecem gostar da atividade, não se arrependendo de não terem prosseguido os estudos. A filha mais velha anda em cursos de estética capilar pois o seu destino está (destinado, em princípio) na grande urbe que é Ponta Delgada já que na freguesia não haverá negócio suficiente para duas cabeleireiras. A outra é a mulher do nosso senhorio que só trabalha quarta à tarde e sábado de manhã e nos outros dias não tem clientela. Se a minha mãe vivesse aqui já teria uma cliente todas as sextas feiras de manhã.

Quinze dias depois fomos convidados para ir almoçar com a cunhada e irmão daquela mesma nossa funcionária, a casa da mãe deles mesmo sobre as arribas a caminho da nossa local Praia da Viola. Trata-se duma construção (ainda clandestina, não-legalizada apesar de ter sido construída há dez anos) sobranceira ao mar com uma vista estupenda sobre toda a costa norte da ilha em direção a oeste. Uma casa com um piso, externamente, mas internamente são dois. Toda em madeira, sem luz elétrica instalada, água da nascente, com uma ampla varanda coberta em cima e aberta dos lados para a imensa vista do mar. No rés-do-chão existe uma sala comum com cozinha e dois quartos e depois uma escada de madeira leva para uma “falsa” no andar de cima com um dormitório de beliches. Havia no menu caranguejos frescos, carne assada, frango, batatas e salada além de várias sobremesas. Para comer éramos apenas 14 ou 15 pessoas, o nosso filho João entreteve-se a brincar e a chafurdar e estava pronto para ser pendurado no chuveiro quando chegamos a casa. Desta vez não aceitamos o convite para o jantar apesar de já terem chegado mais pessoas para o mesmo. As vistas e o ar simples daquela casa de praia ou casa de fim de semana como nós lhe chamaríamos eram de facto soberbos. Soubemos depois numa notícia do jornal desse dia que a Câmara Municipal fez o levantamento das casas na orla costeira e algumas delas seriam legalizadas em breve. Em termos de localização seria difícil obter melhor. A casa fica a um quilómetro depois da Lomba de Baixo, no fim da nossa aldeia numa estrada recentemente (2004) aberta para a Praia da Viola, com uma inclinação de 15% seguida dum caminho tortuoso com mais de 137 degraus até se chegar à orla marítima. Por trás da casa há um terraço de agricultura e a seguir as altas escarpas direitas ao mar a umas largas dezenas de metros abaixo. A praia bem protegida do vento e embelezada por três cascatas naturais imponentes é das melhores e das poucas da costa norte de S. Miguel. Eu bem que fazia dali um restaurante em vez de casa de fim de semana... com aquela localização era um sucesso garantido desde que se fizesse uma baixada de luz elétrica.

O ano escolar aproxima-se do fim cheio de reuniões infundáveis e de atividades de encerramento que dão imenso trabalho à professora cá de casa, enquanto o filho mais novo se vai enchendo de prémios como um dos melhores alunos o que sempre serve para recheiar o ego dum pai babado.

Entretanto a minha filha veio da Austrália, dia 19 de junho, ficou com amigos e um dos irmãos mais velhos em Lisboa uns dias, depois foi para o Porto diretamente na noite de S. João onde andou pelas ruas do velho burgo até às sete da manhã. Ficará no Porto até dia 3 julho data em que rumará ao Arquipélago, acompanhada do Boris, seu namorado de origem sérvia e croata, mas, claro está, de nacionalidade australiana... existe uma certa expectativa em vê-la a completar 20 anos. Da última vez que cá esteve tinha 12...

Eu continuo a debruçar-me com o problema da falta de trabalho de tradução que se agravou desde março com um cliente inglês renitente em pagar o trabalho já efetuado e sem conseguir arranjar clientes novos para incrementar o rendimento. Creio que estamos todos a precisar de férias e para isso iremos passar 11 dias na Ilha de Santa Maria na segunda quinzena de agosto.

Por aqui já houve não sei quantas procissões, fogo-de-artifício e demais celebrações não só pelo São João, como pelo Espírito Santo, Corpo de Deus e sei lá que mais (é demasiada cerimónia religiosa para a minha camioneta) e agora vão continuar. Não são tantas como as da ilha Terceira, mas também há muitas procissões e festas religiosas. Ainda neste fim de semana o meu filho João vai entrar - pela primeira vez - numa procissão e está todo entusiasmado pois vai com alguns dos seus amigos aqui da freguesia que já se tornaram indispensáveis para o seu quotidiano. Quando chega da escola já cá estão eles à espera aqui na rua, sentados num degrau, na soleira duma casa fronteira à nossa. Depois de fazer os trabalhos de casa, é vê-lo meter-se na sua bicicleta e ir por essa rua abaixo com o pneu de trás todo careca, devido ao uso excessivo dos travões por estas ruas íngremes que vão desde o centro da aldeia até ao miradouro antes da Praia da Viola.

Depois pelas 18 horas vai tomar o seu banho, pôr a mesa (que faz parte da sua ajuda nas lides domésticas, assim como levantar a mesa depois das refeições) e vai-se deitar descansado ou melhor dizendo cansado pelas 21.15. Nas manhãs de aulas nem é preciso ser eu a acordá-lo, está sempre pronto antes de eu subir as escadas e aproveita para brincar com a PlayStation até a mãe se arranjar e irem para a escola.

27.2. POLÍTICOS. julho 2006

É por isso que notícias surgidas aqui esta semana vindas do mundo exterior nos surpreendem:

Fernando Ruas, o bigodação que é Presidente da Câmara Municipal de Viseu em pleno coração do Cavaquistão e Presidente da Associação Nacional de Municípios incitou as juntas de freguesia a correrem à pedrada os fiscais do Ministério do Ambiente. Para mim isto parece configurar um ato criminoso além de ilegal, mas o governo disse apenas que ele tinha de pedir desculpas o que obviamente não fez.

Alberto João Jardim, esse dinossauro autárquico autonomista do paraíso fiscal da Madeira, continua impune apesar de todos os desrespeitos a leis constitucionais e outras.

Luís Filipe Menezes o sempre adiado eterno candidato (a qualquer coisa), acaba de assinar um protocolo com sete jornais onde irá colocar a sua publicidade institucional a troco de acompanharem as suas políticas camarárias.

Rui Rio, esse que se tornou Presidente da Câmara Municipal do Porto por descuido dos eleitores que voltaram a reelegê-lo, acaba de promulgar em tons de édito romano, que para atribuição de subsídios da CMP qualquer entidade subsidiada fica proibida de "expressar críticas que ponham em causa o bom nome e a imagem do município" do Porto...

Aqui na freguesia e em tantas outras (apesar da proibição contra o fogo de artifício e os foguetes, a cada momento, seja dia, tarde ou noite (até mesmo pela uma e meia da manhã) há sempre alguém a enviar para o ar uns foguetes ruidosos que não se veem durante o dia mas fazem imenso barulho e à noite só servem para porem os cães a ladrar e assustar os pacatos cidadãos endormidos como eu... Aliás há décadas que decidi que o melhor para estes foguetórios era que os foguetes fossem colocados no assento dos que os lançam para irem todos ao ar e assim não tornavam a atirar foguetes.

Os deputados sistematicamente andam em excesso de velocidade, mas não são multados, porque estão acima da lei

As firmas cometem ilegalidades, mas nada lhes acontece porque todos estão acima da lei exceto um ou outro pobre de espírito e sem dinheiro que acaba por ser condenado a penas exemplares...

Todo este desrespeito continua a dar razão ao meu velho ditado de que Portugal é o país da UE com melhores leis: são decerto as mais completas e rebuscadas, mas não servem para nada visto que ninguém as aplica, ninguém se interessa pela sua fiscalização ou aplicação e os poucos que se importam como eu são como as vozes de cegos que não chegam aos céus da administração. Mas o momento é de euforia pois quarenta anos depois Portugal chega às meias-finais do campeonato de mundo de futebol e isso é que faz realçar a alma do povo lusitano segundo dizem os entusiasmados comentadores esquecendo as tristezas do país. Ainda me recordo de há quarenta anos estar a ouvir na rádio, enquanto trabalhava no meu primeiro emprego de férias de verão, o relato de futebol quando Portugal perdia 3-0 com a Coreia e o Eusébio se chateou e deu a volta para virar o resultado em 5-3 a favor de Portugal.

De julho a agosto 1965 e 1966 estive dois meses em Valença como Intérprete para a Mobil Oil, a dar material de propaganda turística e a vender cadernetas de compra de gasolina a preços reduzidos para turistas. Éramos contratados em grupos de dois e estávamos albergados no já demolido Hotel Valenciano.

Tinha-nos sido prometido que aos que conseguissem maiores vendas seria atribuída uma viagem paga aos EUA. Eu e o Salinas de Moura vencemos esse prémio num dos anos, mas até hoje nunca recebemos a viagem. (percebem agora como eu desde então desgosto imenso dos americanês, perdão, americanos).

A forma que encontramos para vencer os outros, que estavam nas fronteiras de Vilar Formoso e (Vila Real de Santo António) no Algarve, foi a de trabalharmos em turnos duplos nas horas de maior movimento, pois assim tínhamos tempo para dar o material a mais turistas. Descansávamos à vez e cumpríamos vendas enormes todos os dias. Claro que ao almoçar e ao jantar uma dose só não chegava para a imensa fome que tínhamos nessa época. O vencimento era enorme para um jovem de 15-16 anos: 1500\$00 com casa, cama e roupa lavada.

Foi a primeira experiência laboral da minha vida e fazia aquilo de que gostava: contactar gente e culturas diferentes falando-lhes nas próprias línguas deles.

Foi ali que ouvi os relatos do célebre campeonato do mundo de futebol em que Portugal chegou às meias-finais e foi batido injustamente pela Inglaterra por 2-1, depois de antes ter derrotado a Coreia por 5-3 após ter estado a perder por 3-0 e Eusébio ter salvo a honra do convento.

Hoje ainda falo línguas e culturas diferentes, mas continuo a pensar que o país continua muito parecido na sua pequenez e atraso mental dos seus dirigentes, com a grande e inolvidável diferença de ser uma dita democracia e de ter liberdade de expressão. Como vimos atrás naqueles exemplos autárquicos, a liberdade de expressão compra-se se os municípios tiverem dinheiro para comprar a consciência da imprensa dita livre. Continuo cansado de lutar contra os mais poderosos, corruptos e outros déspotas, mas não desisti de ser uma espécie de paladino das verdades que ninguém cuida de ouvir nem se interessa, mas não vou desistir, lá terei de ir para a cova com este peso às costas.

CRÓNICA 28. A VISITA DA FILHA AUSTRALIANA 16 JULHO 2006

Houve uma curta pausa na minha escrita por motivos que me encheram de alegria, a alegria que só um pai pode sentir quando uma filha ausente na terra natal resolve estar um ano a trabalhar e a amealhar dinheiro para vir ver o seu pai. Assim foi e tive comigo a Vanessa Ingrid durante uns curtos dez dias acompanhada do seu namorado australiano de origem croata e sérvia, o Boris Kresic, que se encheu de brincar com o meu mais novo, o João, e este aproveitou para desemburrar o seu Inglês com o qual se tinha de desvencilhar para se entender com o Boris.

A Vanessa essa continua a falar o seu Português suave com aquele sotaque deleitoso, de vez em quando misturando um anglicismo, e perguntando quando não sabe alguma palavra em qualquer das línguas em que se tornou proficiente. Passaram quase sete anos desde a última vez que veio a Portugal depois de cá ter vindo quatro anos seguidos, logo no começo da minha nova vida neste país.

É sempre difícil a um pai criar uma relação com um filho do qual está há muito afastado e que acaba por ser um estranho da família, mas desta vez as coisas correram melhor do que alguém podia ter antecipado. Deixei a liberdade e o espaço suficiente para a Vanessa se poder relacionar connosco como o fazia quando era menina e isso permitiu que saíssem reforçados os laços entre pai e filha. Não fiz demasiadas perguntas e deixei-a ser ela mesma, impondo um mínimo de obrigações para que fosse possível desfrutar destes dias no melhor dos convívios.

Estabeleceu uma relação quase maternal com o irmão, dez anos mais novo e irrequieto como sempre, e levou bem a sério essa tarefa estando sempre a dizer-lhe para comer menos "lollies" (doces) e insistindo para que ele lavasse mais vezes os dentes. De resto era uma brincadeira pegada entre eles e até parecia - por vezes - que eram da mesma idade. Por seu turno, quer ela, quer o Boris não se cansaram nunca dos pedidos dele para ir jogar futebol no imenso quintal que temos, ou para se entreterem com jogos de consola, fossem eles na PlayStation, no GameBoy ou no computador. Uma convivência saudável e agradável, entretanto, picotada aqui e ali pelos ciúmes do João que sentia eu dava demasiada atenção à irmã, o que é apenas natural numa criança ciumenta por se ter tornado nestes últimos anos quase um filho único...

Nos primeiros dias que coincidiram com os primeiros dias de calor de verão andamos a passear pela ilha, com a limitação das horas de ir buscar a minha mulher afadigada numa ação de formação pós-ano escolar e que terminava pelas 16 horas. Mesmo assim fomos a quase toda a ilha. Logo que chegaram levei-os a dar uma volta pela cidade, com especial incidência pela parte velha de Ponta Delgada marcada pelas suas inúmeras igrejas e ruas estreitas. Seguimos depois pela marginal sempre cheia de bulício, e fomos até Vila Franca do Campo para que conhecessem um pouco mais da costa sul antes de se estabelecerem na nossa costa norte da ilha.

Apesar do regime vegetariano fundamentalista da Vanessa ela lá se desenvencilhou nesta casa de carnívoros e o Boris adaptou-se bem pois come de tudo e mais alguma coisa. Depois levamo-los a conhecer as regiões mais próximas de casa como a Lagoa do Fogo e fomos até às Sete Cidades, aos Mosteiros percorrendo no regresso a costa oeste e sul, pela Candelária, Ginetes, Feteiras, e regressando pela Ribeira Grande. Estivemos na Lagoa das Furnas e vimos as Furnas, bebemos a água ferrosa e a água naturalmente gaseificada que ali corre por entre a água quente e fria que brota das paredes sobre aquele enorme caldeirão cheio de fumarolas e géisers. Levámo-los à praia local, a Praia da Viola com as suas três monumentais cascatas e 137 (cento e trinta sete) degraus em escadas de pedra ao lado de moinhos de água abandonados até às areias negras de basalto e onde pouca gente vai.

No primeiro dia só o Boris e o João se aventuraram, mas no segundo a Vanessa quis ir com eles. Em casa estava faladora e extrovertida e os três pareciam crianças de dez anos com as suas brincadeiras.

Na sexta-feira à noite tínhamos os anos do nosso primo Artur que aqui está desde o 25 de abril, depois de ter sido obrigado a abandonar a Angola, onde a mulher dele cresceu e onde ele trabalhou grande parte da vida. Lá estavam inúmeros primos e primas que desconheciam a existência da Vanessa e vice-versa, para além dos convidados habituais e de amigos da família radicada há muito em Ponta Delgada.



NA RIBEIRA DOS CALDEIRÕES NA ACHADINHA (NORDESTE)

NAS SETE CIDADES

SETE CIDADES

Temí que a Vanessa e em especial o Boris (pelo seu isolamento linguístico) se aborrecessem e se fartassem de estar lá, mas comeram, falaram com inúmeras pessoas e eu troquei impressões com vários convidados num bom ambiente. No fim antes de nos retirarmos perguntei à Vanessa se ela queria ir almoçar com o Artur e filho e netas ao restaurante chinês e ela disse logo que sim, porque eles tinham sido umas pessoas bem simpáticas. Com efeito, convém aqui referir que eles foram ter connosco ao Aeroporto à chegada dos viajantes como é costume fazerem, para poderem conhecer a Vanessa e o Boris antes da festa de anos.

Pequenos gestos de cortesia, que só fica bem aqui registar, pela elevada consideração que nos merecem. Os dias passaram a correr, e ainda tivemos oportunidade de ir jantar fora ao Ala Bote na Ribeira Grande onde fomos presenteados com um magnífico pôr-do-sol. Depois nos dias seguintes fomos para a melhor praia da ilha, a Praia dos Moinhos em Porto Formoso, onde ficamos até ao fim da tarde quando ia buscar a minha mulher à escola para ela poder arejar um pouco. Não podíamos deixar a oportunidade de lhes ir mostrar a Cascata da Ribeira dos Caldeirões entre a Achada e a Achadinha embora tenhamos tido pouco tempo para eles verem tudo. Fomos igualmente tomar café ao Hotel Terra Nostra com a sua piscina interior aquecida e uma piscina de águas lamacentas que é um local curioso pela construção labiríntica do hotel ao estilo de 1920 e no qual se ouvem sempre falar inúmeras línguas estrangeiras. Creio que ela saiu daqui satisfeita depois destes dias pois já perto da partida ouvi-os dizer que foi pena terem desperdiçado tanto tempo no Continente. Ainda estivemos uma tarde no Centro Atlântico o maior shopping da cidade capital da ilha a fazer umas compras e escolhendo lembranças para ela levar.

Claro que se poderia considerar um sucesso a vinda desta minha filha cá, não fossem os percalços que a perseguiram no Continente. Chegada a 19 de junho a Lisboa ficou com um dos irmãos gémeos, o Rodrigo em Lisboa e ainda teve tempo para ver alguma coisa da cidade e rever amigos de velha data da Austrália, como a Jane Placé, e o Jacko e a Lisa.



O CENTRO E O LADO OESTE DA ILHA



O CENTRO E O LADO LESTE DA ILHA



NA LAGOA DAS EMPADADAS

PÔR-DO-SOL NA RIBEIRA GRANDE



NA LAGOA DA RAZA



NAS FURNAS, UMA FONTE DE ÁGUA TERMAL QUENTE



NAS FURNAS



Depois veio para o Porto no dia de S. João com o Rodrigo e andou nas festividades até de manhã, embora não tenha gostado muito de levar com o martelo na cabeça. Na noite seguinte foi ficar a casa da avó, onde acabaria por ficar os restantes 6 dias até 30 de junho.

Excetuando uma vez que o irmão Nuno a deixou no El Corte Inglés em Vila Nova de Gaia, nada mais fez de relevante a não ser acompanhar a avó ao café onde passou horas intermináveis. Falei com ela quase todos os dias e notava-a calada e introspetiva, enquanto a minha irmã me fazia o seu relatório das impressões dela. Estava tudo naquela modorra típica e que eu bem recordava das minhas vindas a Portugal, que tantas vezes me levou a pensar para que é que eu vinha cá.

Quando o Boris chegou, a Vanessa foi apanhar um autocarro para ir a Lisboa esperá-lo e ali ficou dois dias em casa do irmão Rodrigo. Mal regressou ao Porto, contra a minha opinião anteriormente expressa, a minha mãe e a minha irmã decidiram pô-los numa Residencial. Eu havia avisado para não o fazerem, até porque não havia necessidade, dado haver lugar na nossa casa onde está a Bebé, a filha Mariana e o marido Ricardo e como eram gente nova iriam dar-se bem. A desculpa era de que a miúda não ia ficar com o namorado em casa da minha mãe. Não parecia bem diziam-me, além disso a minha mãe já tem 83 anos e não é assim tão liberal como isso. Eu sugeri então que ficassem em casa da minha irmã Cuca que tem espaço e condições, mas ela dizia que não. Não compreendia porque quando os amigos e amigas da Cuca fazem uma nova conquista e não têm para onde ir costumam ficar lá em casa dela, ou pelo menos ela assim nos conta. Daí eu não perceber as dificuldades que ela punha a que eles ficassem lá em casa e insistisse na ideia ridícula de os colocar numa Residencial. Para quem não sabe a Residencial Classis em Bragança onde nós ficamos se bem que não tendo luxos, é decente e apresentável enquanto as Residenciais - em cidades como no Porto ou em Lisboa - além de serem associadas ao tráfego noturno de encontros furtivos de homens e mulheres não têm uma reputação por aí além.

Fazia-me impressão a insistência da minha mãe e da minha irmã neste ponto. Tornei a dizer que era melhor eles ficarem em nossa casa, mas com aquelas não há discussão possível pois quando tomam uma decisão sem consultarem os outros consideram-se ofendidas se alguém não respeitar a sua decisão arbitrária. Outro argumento falacioso era o da idade da minha mãe e o facto de não admitir que eles dormissem juntos. Ora tanto quanto eu sei a minha irmã nunca casou com o pai do filho dela e quando teve a criança ficou com o pai da dita criança um mês, alapada em casa da minha mãe, sem que daí caísse o Carmo e a Trindade por eles não serem casados. O fator idade que foi adiantado parece-me irrelevante porque a maneira de ser da minha mãe foi sempre igual ao que é hoje e não me parece que seja mais casmurra agora do que era há 40 anos. Enfim, desculpas que acabaram mal. A miúda foi obrigada a ir buscar a mala e ir com o Boris para dita Pensão ou Residencial onde torceram o nariz ao cheiro nas palavras da minha irmã, e pouco depois foram lá de novo buscar as malas e acabaram por ficar em casa da Marta, uma prima direita dos meus filhos gémeos, que não conheciam até então.

Telefona-me a minha irmã, ofendíssima a dizer que a sobrinha ia ficar com estranhos depois de todo o trabalho que ela tivera em arranjar-lhes um quarto na Residencial (o trabalho deve ter sido enorme pois a dita fica a 20 metros de casa dela e devia estar cheia de turistas naquela época...).

O meu filho gémeo Nuno queixou-se de a irmã ser uma miúda mimada e mal-educada com a qual se chateara por ela não ter obedecido à avó e à tia. Compreendo-o, apesar de revoltado (sempre dirigiu essa revolta contra mim) ele vê a avó e a tia como as minhas substitutas na sua educação e crescimento e deve-lhes fidelidade, não entendendo que as pessoas não são todas iguais e são todas diferentes. Espero que um dia venha a perceber quando crescer, pois, apesar dos seus 30 anos ainda está muito verde e imaturo.

A Cuca queixava-se de a Vanessa não lhe responder pelo telemóvel e de ter ficado com estranhos, pois ela e a mãe tinham decidido que era melhor a Vanessa e o Boris ficarem na Residencial. O que nenhuma delas me disse e eu vim a saber mais tarde é que se esqueceram de perguntar ou informar a Vanessa sobre este arranjo, antes de ela ir a Lisboa buscar o Boris. Ou seja, ela chega de Lisboa toda contente para apresentar o Boris à família do pai e metem-na à força numa espelunca qualquer, sem a avisarem, nem consultarem...o costume, habituadas que sempre estiveram para porem e disporem da vida dos outros (e eu que o diga). Depois telefona a minha mãe também ofendidíssima a dizer que não via a minha filha desde sexta-feira dia 30 de junho, e nem sabia se ela ia acordar a tempo porque dormia até tarde todas as manhãs e ia perder o avião de certeza... Como disse atrás, parece que se esqueceram de perguntar à miúda se ela estava de acordo com os planos dela, tal como costumavam fazer comigo e com toda a gente, e decidiram pelos outros sem lhes perguntarem. Depois ficam sem saberem porquê, todas ofendidas se alguém se revolta contra as decisões delas.

Ora a filha deste pai, deve ter noções estritas de família que implicam o seguinte pensamento, se eu tenho família num sítio, bem ou mal vou ficar com a família, nem que tenha de dormir no chão e não vou para uma espelunca qualquer. Para isso serve a família como eu sempre ensinei, e como o meu pai me ensinara, mas parece que essas noções de família não se transmitiram à minha mãe e irmã que estão há quinze dias amuadas comigo por eu não ter tomado o partido delas numa coisa que não me dizia respeito e para a qual eu alertara.

Com efeito, nenhuma delas me telefonou desde então. Ofendidíssimas, por eu não ter aceitado aquela guerra que elas começaram, e que culminou com queixas de que a Vanessa era uma egoísta, uma garota mimada e mal-educada com manias de grandeza (esta piada devia ser para mim) que nem sequer fazia a cama dela de manhã quando se levantava já pela hora do almoço. Como ela aqui ajudou em tudo, e sempre fez a cama dela devo concluir que se levantava às horas que entendia e não às horas que a avó ou a tia Cuca entendiam, ia arranjar-se para a casa de banho onde demorava o seu tempo (tal como a mãe e o pai dela sempre fizeram) e a avó impaciente via a cama por fazer e fazia-a ela, tal como sempre acontecera quando eu vinha a férias e deixava a cama a arejar. Mal saía da casa de banho a cama já estava feita, pelo que acabo de descobrir que devo ter fama de não fazer a cama... apesar de as fazer ininterruptamente há mais de 33 anos. Quanto a ser mimada e mal-educada, as notícias que tenho daqui dos Açores, são opostas pois quer ela quer o Boris fartavam-se de perguntar o que podiam fazer, ajudavam no que era preciso e ainda agradeciam por tudo e mais alguma coisa. Trata-se decerto dum mal-entendido de origem multicultural que me separa a mim e à minha filha da minha mãe e irmã.

Uma miúda de 20 anos incompletos que passa um ano a trabalhar para vir à custa dela visitar a avó, a tia e o pai e irmãos merecia talvez uma palavra de agradecimento como decerto teve do pai que ao despedir-se dela disse apenas

"Lamento ser frio e reservado como teu avô paterno, e não saber expressar os sentimentos e emoções, mas não vou cometer o mesmo erro do meu pai e vou-te dizer que te estou muito grato pelo que fizeste e por me teres vindo ver.

Só queria que soubesses que essa alegria é comprável à do teu nascimento, e a maior alegria que algum filho alguma vez me deu, mas queria também que soubesses que tenho pena de ninguém me ter dito estas palavras numa das 64 viagens intercontinentais que fiz para visitar os meus pais e os meus filhos gémeos. Bem hajas filha minha por assim teres procedido e espero que possas repetir esta viagem mais vezes, pois esta é e será sempre também a tua casa".

Agora entendo porque dizia muitas vezes depois de ter vindo da Austrália que a casa dos meus pais já não era a minha casa, eu não era bem-vindo nem me sentia bem, sentia-me um estranho e ninguém me fazia sentir em casa, como dantes. Percebo, pois, o que a minha filha deve ter sentido com a sua memória mítica do avô e da avó paternos, tão subitamente confrontada com uma realidade tão diferente. Ainda bem que aqui pude compensá-la de algum modo do egoísmo autoritário com que foi recebida no Continente. Foi mais bem-recebida e tratada aqui pelo Artur e Milú, pelo filho Luís e mulher do que havia sido no Continente.

Tudo isto me faz lembrar queixas antigas que eu sempre desculpara ao matar saudades nas vindas cá. Trata-se apenas da incapacidade de qualquer uma delas poder mudar seja o que for dos seus hábitos e rotinas pois todos se têm de sujeitar à vontade delas e aí de quem o não fizer que merece logo a excomunhão, pelo menos. Daí a incapacidade de alguma vez terem ido visitar o filho nas longínquas paragens por onde andou, nem mesmo quando este lhe comprara bilhetes de avião. Afinal nem quando eu andava a estudar me foram ver quando se estreou a peça em que eu representava no Teatro de S. João no Porto a 22 de abril de 1969. Tenho a certeza de que a minha filha gostou de cá estar pois já me ligou do Porto onde acabou por ficar na sua última noite em Portugal, na nossa casa com a Bebé e o Ricardo a levarem-na a jantar fora a uma casa especializada em massas, a passear pela Ribeira, depois de a terem ido buscar ao Aeroporto e a terem levado ao Aeroporto. Depois ligou-me de Paris a agradecer a estadia no Porto e já falei com ela outra vez. Afinal o pai sempre lhe ligou todos os anos no aniversário dela enquanto a avó e a tia sempre se esqueceram a menos que eu lhes lembrasse. É por isto que creio que não falhei totalmente a minha missão de pai, embora decerto tenha a fama de ser um péssimo pai para os gémeos. Como muitas vezes afirmei, em tom de brincadeira, com o que gastei nas vindas a Portugal podia ter comprado casas ou podia ter acabado de ver a Australásia e o Pacífico Sul, mas não me arrependo de o ter feito e tê-lo-ia feito de igual modo hoje, mas há coisas que ficam a doer para uma vida inteira. Estes incidentes no Porto seguidos do ostracismo e do silêncio a que me votaram irão ter resultados. Faz-me lembrar os ACORDOS DE NATAL: desde que regressei todos os anos ficara acordado que o Natal um ano seria em minha casa e o outro ano em casa da mãe ou da Cuca conforme elas decidissem. Até hoje foram sempre todos em casa delas, exceto em 2004-2005 que decidimos ir para a aldeia de França em Bragança.

Em 2005-2006 depois de muita chantagem e acabados de emigrar para aqui em 31 de julho, de termos estado no Continente para os Colóquios da Lusofonia em outubro, lá fomos nós passar o Natal. Agora tenho a certeza de que os Natais são nos Açores, sei que as férias serão nos Açores e as idas ao Continente restringir-se-ão aos Colóquios.

Anda uma pessoa metade da vida sozinho sempre a sonhar com a família que deixou e quando um dia regressa essa família já não é o que se pensava que ela fosse, ou aliás é aquilo que sempre foi, mas que nós com a saudade a distância não queríamos ver. Feliz ou infelizmente, a minha família é agora a minha e não aquela em que cresci. É nela que vou concentrar as minhas energias e nada me garante que não continue a propagar os valores que julgava serem os da minha família de nascimento porque esses continuo a considerá-los essenciais e vão continuar a fazer parte de mim. Por isso ditoso pai que tem uma filha destas, capaz de correr mundo para vir visitar o pai.

CRÓNICA 29. AS FÉRIAS EM SANTA MARIA DOS AÇORES. 20 SETEMBRO 2006



Passaram-se quase dois meses sem me dedicar a esta escrevinhadora veia habitual. Com efeito depois da vinda da minha filha, mal tivemos tempo para respirar porque veio o mais velho da Nini, o Miguel que já não víamos há mais de um ano desde Bragança. Chegou com bom tempo e quis ver todos os cantos da ilha. Fizemos mais de 1500 km nesta pequena ilha, mas saiu daqui a conhecer isto em detalhe. Foi a festas típicas locais como a 2ª Festa Anual da Praia da Viola.

Fomos jantar a uma casa (da mãe da nossa empregada) que fica sobre a praia, depois descemos aquela íngreme descida e custou-nos a subir. A inclinação é superior a 15% e as pernas não estão habituadas. Havia cerca de duas centenas de pessoas a ouvirem uma banda abrasileirada e outra banda mais hip hop...o Miguel acabou por querer ficar lá até ao fim e foi dormir na praia numa tenda das dezenas que por lá havia cheia de gente nova. Isto é a maior festa da aldeia durante o ano e as diversões para a gente nova são poucas sendo esta a válvula de escape anual das pessoas locais. Velhos e novos, crianças e adolescentes todos dançavam, pulavam e bebiam ao som da música numa noite amena.

Resumidamente, andamos numa roda-viva até o Miguel se ir embora, falando já em vir viver para cá e a querer saber das hipóteses de empregabilidade locais. Depois de se ir embora tivemos apenas 48 horas de descanso para por as coisas em ordem e fazer as malas para as merecidas férias que nos esperavam desde 2004.

Na noite de 14 de agosto uma violenta tempestade abateu-se sobre a ilha com ventos ciclônicos e chuva. Perdemos - por ter ficado totalmente destruída - a tenda tão bonita que acabáramos de comprar e mal utilizáramos, pois, o vento partiu as hastes que a seguravam. Deve ter sido pouco forte esse vento pois também se partiu em dois o toldo que cobria o balouço de jardim onde nos sentávamos a ler e a ver o pôr-do-sol. Felizmente só viríamos a saber disto quando já estávamos de férias longe daqui. As pedras com dezenas de quilos que tínhamos colocado em círculo a fazerem de bancos, à espera de uma mó para o centro foram todas parar ao chão, e eu nem as conseguia mover sozinho.

Ainda chovia bastante quando saímos daqui, mas ao arribarmos a Ponta Delgada a chuva amainara e embora estivesse mais fresco que o habitual, os prognósticos eram de melhoria. O voo foi num bimotor a hélice da British Aerospace ATP e a viagem demorou menos de vinte minutos mal dando tempo para seja o que for. A abordagem à enorme pista construída em 1944 fez-se bem e mostrou o lado seco da Ilha de Santa Maria. Fomos para o Hotel e durante as primeiras 36 horas esteve enevoadado e chuvoso pelo que não deu para grandes viagens de descoberta. Só no segundo dia nos levaram o carro que alugáramos e era um satisfatório Hyundai Matrix Pininfarina que nos levou ao longo de 11 dias a todos os cantos da pequena ilha, fossem em estrada de asfalto ou de terra. A partir do segundo dia o tempo esteve sempre bom, bem mais quente e húmido do que em São Miguel. A primeira coisa que nos chamou a atenção foi a falta de gente na ilha. Em especial à noite, vista do Hotel, Vila do Porto só mostrava os postes de iluminação pública acesos, as casas estavam (na sua maioria) às escuras. Para perceberem porque é que nos sentimos numa ilha temos de perceber a dimensão da ilha e da sua pequena população... A capital, Vila do Porto é a mais antiga das vilas açorianas, onde se podem ainda observar vestígios de velhas casas, que pertenciam ao Capitão Donatário com janelas do séc. XV. Santa Maria foi a primeira ilha do Arquipélago dos Açores a ser descoberta. Foi Diogo Silves quem a descobriu, aquando de uma viagem de regresso da Madeira, decorria o ano de 1427. É a única ilha dos Açores com grandes proporções de terra de origem sedimentar, onde se podem encontrar fosséis marinhos. As casas estão espalhadas por toda a ilha fazendo as suas chaminés lembrar o Algarve, com as suas chaminés. As terras são muito férteis e a paisagem rural é de grande beleza. Ilha de formas irregulares, com uma área de 97,42 km², tendo o comprimento de 17 km e de largura 9,5 km, é a ilha que se encontra mais a sul e a oriente do Arquipélago, com uma população de 6 500 habitantes. Foi a primeira ilha dos Açores a ser povoada, vê desembarcar das caravelas em 1439, o punhado de pioneiros que se fixaram na Praia dos Lobos, ao longo da ribeira do Capitão. João Soares de Albergaria, sobrinho do primeiro Capitão Donatário e seu herdeiro, deu um novo impulso ao povoamento de Santa Maria trazendo famílias do Continente, sobretudo algarvias.

Até final do séc. XV, Santa Maria regista grande desenvolvimento, o que leva a que o primeiro foral de vila nos Açores seja concedido à localidade do Porto, desde então denominada Vila do Porto. A prosperidade da ilha assentou, até final do séc. XVIII, no pastel, que era considerado o melhor do Arquipélago e existia em abundância, e na urzela, exportados para as tinturarias da Flandres, e na cultura do trigo, que tinha procura no Continente e abastecia as praças-fortes portuguesas do norte de África. Em 1493, alegadamente recebe a visita de Cristóvão Colombo, no regresso da primeira viagem à América. Considerado um vulgar pirata, foi preso, às ordens do Governador da ilha, até completo esclarecimento das razões da sua vinda. Os verdadeiros piratas vieram, nos sécs. XVI e XVII, com os ataques de corsários ingleses, franceses, turcos e argelinos, que apesar da valentia do povo, efetuavam razias, incendiavam, pilhavam e levavam os habitantes prisioneiros como escravos e reféns. Dedicando-se à agricultura, em que predominam vinhedos, trigo, milho, batata, inhame, pomares, à pecuária e aos laticínios, Santa Maria atravessou, sem sobressaltos, os sécs. XVIII e XIX, se exceções a presença de um contingente de jovens da ilha entre as tropas que participam no desembarque do Mindelo em plenas guerras liberais. O séc. XX traz-lhe uma nova dinâmica e progresso, com a construção do Aeroporto em 1944, de grande valor estratégico durante a Segunda Guerra Mundial e ponto de escala obrigatório nas travessias atlânticas, até finais da década de 60.

Quando estive pela primeira vez em Santa Maria, viajei de volta à minha adolescência tendo fascinado prédios e instalações antigas, em especial as instalações do enorme aeroporto, daquela que não é cidade, mas apenas a Vila do Porto. Tudo ali me remete ao passado glorioso e azafamado da Segunda Guerra. Ali tudo que me remete ao passado, quase coetâneo do meu nascimento, me encanta. Até pensei em tentar fazer um projeto ou algo assim de recuperação das instalações. Nessa data - e já lá vão uns seis anos - ainda não era a Câmara Municipal responsável por muitos desses equipamentos urbanos. Imaginem só, a vila quase não possui pontos turísticos e se fosse possível das instalações desativadas construir um verdadeiro museu vivo em homenagem ao esforço da Segunda Guerra, seria possível reproduzir artesanalmente dentro daquele espaço incrível a vida no tempo da guerra. Haveria lugar para o artesanato que os visitantes poderiam levar de lembrança, criando oportunidades e revitalizando a Vila do Porto. Até agora nestes sessenta anos deixaram acabar quase tudo o que era importante preservar. Assim se reporia a verdade sobre um povo maravilhoso que merecia um maior respeito com a sua história e o seu património, realmente uma pena... Agora só falta converter aquilo tudo num Museu vivo e recolher exemplares que andem para aí espalhados de relíquias da guerra.

29.1. FESTIVIDADES

O Festival Maré de agosto, uma das maiores e afamadas festividades realizadas nos Açores engloba diversas atividades culturais, entre as quais se destacam os concertos musicais que se realizam na pequena Praia Formosa e que normalmente é visitada com nomes sonantes do meio musical, nacional e internacional, atraindo à pacata Ilha de Santa Maria milhares de jovens que (este ano) durante os dias 23 a 26 de agosto, vibram de alegria e vivacidade. As maiores festas com características tradicionais e religiosas, realizam-se na Vila do Porto a 15 de agosto em honra da sua padroeira Nossa Senhora da Assunção. Ao contrário do que os jornais noticiavam havia mais gente nas festas da nossa aldeia ou freguesia (Lomba da Maia) do que na Maré de agosto. Ali, à semelhança das outras ilhas, também se realizam as Festas do Espírito Santo, que decorrem de abril a junho. Juntando devotos de toda a ilha, para presidir à coroação do Imperador e o tradicional cortejo, seguidas, das sopas do Império, únicas no Arquipélago. Quem quiser pode juntar-se na azáfama tão característica das Festas do Espírito Santo, desfrutando a bela paisagem e saboreando a deliciosa sopa. Com origens na música popular portuguesa, mais especificamente das regiões da Beira e Alentejo, o folclore de Santa Maria é único na sua forma de ser e estar, isto porque, com o passar dos tempos e com o isolamento, as músicas foram moldadas, adquirindo formas próprias. Atualmente existem vários grupos folclóricos que dão vida, quer às músicas e danças de outros tempos, mas também aos trajes, rigorosamente preservados pelos habitantes da ilha.

29.2. GASTRONOMIA –

À semelhança das restantes ilhas dos Açores, também aqui se encontram as típicas sopas de Império, feitas em grandes panelas de ferro e acompanhada por pão de milho. Santa Maria oferece, ainda, o caldo de nabos, o bolo na panela, a caçoila, o molho de fígado, a sopa e caldeirada de peixe. Para os apreciadores de mariscos, temos o cavaco, a lagosta, a lapa e cracas, verdadeiras iguarias a não perder. Por fim, temos a doçaria de Santa Maria, rica pelos seus biscoitos, nomeadamente os biscoitos encanelados, biscoitos de orelha, biscoitos brancos, biscoitos de aguardente e as típicas cavacas. Proveniente das vinhas de S. Lourenço, temos o vinho de cheiro, conhecido em toda a região. O vinho abafado, o abafadinho, o licor e a aguardente, produzidos de forma artesanal, são sinónimos da enorme diversidade de produtos.

29.3. PARA VER

29.3.1. PRAIA FORMOSA e FÁTIMA

Magnífica praia de areias claras e cristalinas, aqui se realiza o Festival Maré de agosto, a maior festa da ilha, numa maravilhosa baía, onde abunda a alegria e boa disposição a todos os visitantes que por lá passam. Uma das primeiras capelas a serem construídas em honra de N. Sra. de Fátima, tem a particularidade de ter, em degraus, o mesmo número de contas do rosário, sendo necessário subir cento e cinquenta degraus para se chegar à Ermida.

29.3.2. BAÍA DE SÃO LOURENÇO:

Estância balnear com praia e piscinas naturais, e a possibilidade de praticar desportos aquáticos ou de visitar o ilhéu único na sua riqueza subaquática. Das muitas vinhas que cobrem toda a costa, provém o apreciado vinho de São Lourenço, consumido pelos grandes apreciadores de um bom vinho. A Baía de São Lourenço, situada a noroeste, é – sem dúvida – um local magnífico. Com as encostas plantadas de vinhedos em típicos “currais” orlando uma praia de areia clara, no extremo da qual se situa o Ilhéu do Romeiro, ali se encontra uma gruta com estalactites e estalagmites, que é acessível de barco e com um cais natural no seu interior.



PRAIA FORMOSA

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA BAÍA DE SÃO LOURENÇO

29.3.3. ANJOS:

Pequena localidade, a norte da Ilha de Santa Maria, onde ainda hoje se mantém maravilhosamente preservada a pequena Capela onde Cristóvão Colombo mandou celebrar uma missa após o seu regresso da América. Tem praia e piscina natural com temperaturas de água convidativas a um banho relaxante com vista para a Ponta dos Frades.



MONUMENTO A COLOMBO E CAPELA ONDE ALEGADAMENTE COLOMBO REZOU

29.3.4. GUIA TURÍSTICO

Coberta de vinha, a Ilha de Santa Maria assemelha-se a um quadro, que não o deixará indiferente. As elegantes chaminés brancas, que muitos alegam terem sido trazidas pelos primeiros povoadores do sul do Continente, fazem lembrar o Algarve.

Nesta ilha distinguem-se os inúmeros jardins e plantações de flores em vez das hortas mais tradicionais em S. Miguel.

Há páginas de história que merecem ser revisitadas em Vila do Porto e nos Anjos, que viu chegar Colombo na sua primeira viagem à América. Vila do Porto, Santo Espírito, Anjos e São Pedro são pontos de um roteiro que também leva a conhecer igrejas, conventos, fortalezas que recordam tempos passados.

Recortada por baías, Santa Maria tem das mais belas praias dos Açores, com areias brancas e águas cristalinas onde as suas ondas desafiam os “surfers”, convidando ao windsurf, à vela, ao mergulho, à pesca desportiva de alto mar....enfim, inúmeras atividades para os verdadeiros apreciadores de férias desportivas.

Os apreciadores de férias tranquilas e revigorantes encontram à sua disposição uma paisagem bucólica. Contraste entre os montes verdejantes e as planuras despidas de vegetação primitiva.

O Barreiro da Faneca consiste numa vasta área de solo árido conhecido pelo “Deserto Vermelho dos Açores”, onde outrora se extraía o barro, que serviu de base a uma atividade económica importante da Ilha de Santa Maria, sendo também exportado para outras ilhas dos Açores. É uma paisagem singular e única no Arquipélago, advinda principalmente de uma forte erosão, e composição físico-química do solo, resultando num “ex-líbris” paisagístico de Santa Maria, que urge preservar, combatendo a expansão de vegetação invasora e o controle da prática de desportos motorizados que destroem as dunas”

Aquando da nossa visita faltavam placas pois não há indicações em como ir para este local, ao qual acabamos por ir parar na nossa incessante descoberta de caminhos e vias secundárias e terciárias. Posteriormente, noutra senda descobridora acabamos por encontrar um acesso melhor ao Barreiro da Faneca. Sentimo-nos numa verdadeira paisagem do outro mundo, rodeados pelas dunas.

O movimento do Aeroporto é reduzido e como há pouco fazer na ilha resolvemos ir até lá um dia e vimos isto:

A este propósito uma das coisas mais impressionantes da ilha é a zona das velhas instalações norte-americanas na zona aeroportuária.





BARREIRO DA FANECA **CARGUEIRO ILYUSHIN DE FABRICO RUSSO CUJA TRIPULAÇÃO DE NOVE MEMBROS (TODOS VESTIDOS DE IGUAL) SE DIRIGIU EM FILA INDIANA, PORTE ALTIVO, MILITAR, PARA O HOTEL SANTA MARIA (ONDE TINHAM SIDO AS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA MESSE MILITAR NORTE-AMERICANA) E QUE DESCOLOU PELA MEIA-NOITE**

Devido à sua posição estratégica no Atlântico, em 1944, as Forças Aéreas Americanas construíram um Aeroporto e base militar na costa ocidental de Santa Maria. Durante um longo período, até que não precisassem de reabastecimento para a travessia do Atlântico, todos os aviões transatlânticos tinham que fazer uma paragem obrigatória em Santa Maria. Desde que a base foi desativada, o Aeroporto perdeu a sua importância, e hoje, serve os voos Interilhas da SATA, assegurando assim a ligação diária com São Miguel. Durante os meses de verão, pode-se chegar à ilha através do serviço regular de ferry, duas vezes por semana, que vai de São Miguel. Em 1944 a construção do Aeroporto em Santa Maria fez com que esta se tornasse de grande valor estratégico durante a Segunda Guerra Mundial e uma paragem obrigatória no Atlântico até ao fim dos anos 60. A introdução de novos tipos de aviões com uma maior autonomia de voo tem vindo a reduzir o tráfego no Aeroporto de Santa Maria, mas, no entanto, este continua a ser um dos dois aeroportos mais bem equipados dos Açores. O controlo de tráfego aéreo da Região de Informação Aérea (FIR) Oceânica de Santa Maria também se situa na ilha. Também na Ilha de Santa Maria, que irá seguir o lançamento do primeiro Automated Transfer Vehicle (ATV) europeu para a Estação Espacial Internacional (ISS) e planeado para ajudar no reabastecimento para os astronautas em órbita.

A 28 de novembro de 1944 foi assinado um acordo entre os governos de Portugal e dos Estados Unidos concedendo a este último, autorização para construir e utilizar uma base naval e aérea na Ilha de Santa Maria, no Arquipélago dos Açores.

Tratava-se de uma primeira presença norte-americana nos Açores, antes mesmo da sua transferência para a base das Lajes, já depois do final da Segunda Guerra Mundial. Assinado na fase final da Segunda Guerra Mundial, o acordo luso-americano não pode deixar de ser entendido no contexto da política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial, nomeadamente da inflexão dessa mesma política no sentido de uma "neutralidade colaborante" com as potências aliadas.

Recorde-se que este acordo foi precedido de um outro, assinado em agosto de 1943, entre os governos de Portugal e do Reino Unido, concedendo ao governo britânico autorização para criar nas Lajes uma base naval e aérea durante o período de guerra.

Os Estados Unidos, sobretudo as autoridades militares, não ficaram satisfeitos com o teor do acordo luso-britânico de 1943, uma vez que este não previa a possibilidade de as forças norte-americanas terem acesso direto à base inglesa.

Esta era cedida unicamente à Inglaterra e, apesar de estar previsto o seu uso "para o reabastecimento de aviões e navios das Nações Unidas", a "manutenção de unidades americanas em permanência" não era contemplada.³¹

Para os americanos esta situação tinha um duplo inconveniente: por um lado, continuava a faltar uma escala fundamental no transporte das tropas americanas para os continentes europeu e africano; por outro lado, sendo a base dos Açores um estabelecimento britânico, não assegurava os direitos de longa duração que os americanos pretendiam já adquirir.

29.4. URBANIZAÇÃO



Coexiste em Santa Maria um antigo aglomerado urbano, datando dos inícios do povoamento insular - Vila do Porto - com um recente núcleo de características mais modernas -- o Bairro do Aeroporto.

Mas esta situação é talvez ainda mais interessante, pois o povoado antigo é o primeiro em data de fundação, em todo o Arquipélago, possui uma clara originalidade de traçado, e constituiu, até ao séc. XX, o único da ilha mais oriental. Posteriormente na década de 1950 o bairro moderno assumiu um carácter mais inovador, do ponto de vista urbanístico e arquitetónico. Vila do Porto, com o seu troço mais antigo, a sul, de desenho claramente linear, implantou-se ao longo da crista de uma elevação junto à costa, no sentido norte-sul, entre dois vales escavados por ribeiras, e apresenta uma estrutura de feição medievo-renascentista, transicional, que recorda na forma as vilas de fundação real e medieval (embora sem as muralhas). De facto, uma rua principal, acompanhada de outra via paralela, ambas grosseiramente

31 http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=138#_ftn1#_ftn1

retilíneas, formam o essencial da antiga povoação, completadas por terceira rua secundária, e por algumas curtas transversais. Assim descreveu Gaspar Frutuoso a vila mariense em finais de Quinhentos, depois de séc. e meio de consolidação:

"Tem esta Vila do Porto três ruas compridas, que correm direitas a esta Ermida de Nossa Senhora da Conceição e ao porto, as quais começam no adro da igreja principal. A rua do meio, muito larga e formosa e de boa casaria (...). As outras duas ruas não são tão povoadas por se entremeterem nelas paredes de muitas hortas e quintais e serrados; divididas estas três ruas com outras azinhagas e travessas." (in Saudades da Terra, volume III, capítulo VI, pág. 47).

Esta "primeira fase" do povoado talvez ainda tenha tido um núcleo primevo e prévio, de tipo "povoação-Praça", ainda mais concentrado (antes de crescer pelas três ruas), junto ao forte e à Ermida da Conceição, considerada a primeira Matriz. Também as analogias desta estrutura com fundações iniciais nas outras ilhas são evidentes: veja-se a comparação de Vila do Porto com o traçado da vila da Povoação em São Miguel ou mesmo com o Machico na Madeira (apenas nestes casos a implantação fez-se em vale, ao longo da margem da ribeira, embora igualmente perpendicular à costa). No caso de Vila do Porto, o assentamento sobre a longa elevação só contribuiu para a sua expressão e silhueta mais medievalista.

Hoje, em planta atual da capital mariense, podemos reconhecer efetivamente as três ruas fundacionais, que se desenvolvem entre a Ermida da Conceição e a Matriz de Nossa Senhora da Assunção: são elas a rua principal (de Frei Gonçalo Velho), a via que a acompanha a nascente (Rua Dr. João de Deus Vieira / Rua da Boa Nova / Rua da Misericórdia), e a mais secundária, quase de "traseiras", a Rua do Livramento / Rua José Inácio de Andrade.³² Mesmo as arquiteturas residenciais que as definem (ou definiam até há poucos anos) ainda em muitos casos proveem dos primeiros séculos do povoamento. Destaquem-se, na rua principal, a tradicional Casa do Capitão Brás Soares de Sousa, (nº 14 da Rua Frei Gonçalo Velho), notável solar de resqúicio medieval, com a Capela do Livramento, exemplar de solar antigo dos Açores (preciosidade que caiu em ruína nos últimos vinte anos, e finalmente, em 2003-2004, desapareceu por demolição altamente lamentável); e a fachada térrea da Casa do Donatário, de feição quatrocentista, com arcos góticos e manuelinos (outro "caco", só fachada).

É também neste troço que se situa a Misericórdia (na rua homónima), com a tradicional Capela do Senhor dos Passos, dedicada ao Santo Espírito e à procissão dos Passos, como se presume uma vez mais pelo texto de Frutuoso: "(...) há mais duas igrejas nesta vila [além da Matriz], muito boas casas: uma, nomeada Espírito Santo e Misericórdia, onde se fazem muitas obras de caridade; outra de Nossa Senhora da Conceição, que está sobre a rocha e o porto.

Num quadro fundacional, onde apenas se edificavam as funções essenciais, estaria completa a vila, com Forte, Casa do Capitão, Matriz e Misericórdia, se lhe acrescentássemos a Câmara e Cadeia, que devem ter tido lugar aqui, e só mais tarde terão passado para o atual sítio, no Convento franciscano. De facto, as três ruas atrás referidas convergem junto à Matriz, e o seu prolongamento para norte faz-se por uma típica "rua nova", mais larga que as anteriores, mais reta e de traçado claramente já atribuível aos sécs. XVII-XVIII (atual eixo da R. Teófilo Braga / R. Dr. Luís Bettencourt / R. José Leandres Chaves) – o que se comprova novamente pela descrição de Frutuoso, que em 1590 referia a área como ainda por urbanizar, embora com a direção norte já definida: "Acima da igreja principal, para dentro da terra, ficam algumas casas, as mais delas de palha, em um caminho a modo de rua muito larga, quer vai correndo entre serrados, e acabar antes que cheguem a uma Ermida de Santo Antão, que está em um alto (...)" (idem, pág. 47). A Ermida é hoje a Igreja de Santo Antão, que culmina a rua longa e larga que referimos antes, e com ela o núcleo urbano linear como ele se definiu até aos sécs. XIX-XX. Foi nesta rua que se instalaram os sucessivos conventos da vila, em típica instalação arrabaldina. De sul para norte, implantaram-se: o Recolhimento de Santa Maria Madalena, com Capela (logo acima da Matriz, num largo lateral), de 1594-1600, melhorada em 1691 e 1841; o Convento de São Francisco, com a Igreja de Nossa Senhora da Vitória (a "Igreja dos Frades", de 1607-09, reconstruída em 1725), sede atual da Câmara Municipal, deitando para um amplo largo ajardinado, e a mais erudita destas instalações em Vila do Porto, com um elegante claustro; e, do outro lado da rua, o Convento de Santo António, de expressão mais vernácula, atual Biblioteca Municipal.

Por tudo o que atrás se afirmou, se depreende a persistência notável deste traçado urbano de Vila do Porto, que chegou quase intacto até ao séc. XX. Mais para norte, a vila apenas se desenvolveu lenta e secularmente, pelo prolongamento, natural e gradual, da via direita que nasce no cabeço fortificado junto ao porto. No séc. XX algumas construções recentes, em desenho moderno, foram lentamente renovando o ambiente urbano desta "vila-rua", embora de modo muito pontual: refiram-se, a título de exemplo, os Correios (pelo arquiteto João Rebelo, dos anos 1958-63) e a sede da Polícia (pelo arquiteto Jorge Kol de Carvalho, de 1988-95). Este conjunto urbano foi reconhecido oficialmente no seu alto valor histórico arquitetónico, há alguns anos. O chamado "Centro Histórico de Vila do Porto", classificado pelo Governo como "Valor Regional" em 1992 (com plano de salvaguarda e regulamentação em 1993), permanece, porém, atualmente meio abandonado e pouco a pouco transformado num "caco", sobretudo do lado do mar, o mais antigo, pois não recebe há anos investimento governamental ou municipal digno desse nome. Sendo o exemplar único de uma vila medieval, ensaiada pela primeira vez fora da Europa nos idos de 1450, aventurosamente sem recorrer à muralha habitual, o qual singrou e persistiu até hoje, merece por certo melhor apoio, destino e futuro.

O Bairro do Aeroporto constitui uma pequena "cidade-jardim" característica do urbanismo moderno internacional dos meados do séc. XX, fruto da instalação aeroportuária de emergência que, entre 1944 e 1946, foi edificada pelos norte-americanos para apoio à vasta pista de aviação e à escala do trânsito militar por ar, destinado a terminar com a guerra no Pacífico. Curiosamente, a sua forma urbana implantou-se de um modo relativamente análogo ao da provecta Vila do Porto, em orientação sensivelmente nor-noroeste (enquanto a implantação de Vila do Porto é parecida, mas de nor-nordeste), e com uma estrutura também essencialmente linear, embora mais complexa que a da antiga vila mariense, como veremos. Por esta via, e fruto dos "ventos da história", surgiu deste modo em Santa Maria uma inesperada vertente moderna, com obras de arquitetura coerente e servindo as funções mais diversas. O bairro representou uma profunda inovação, mesmo uma rutura no quadro do urbanismo tradicional insular, "(...), porém em sintonia com a grande escala do urbanismo americano: ruas largas, curvilíneas (para evitar as velocidades excessivas), edifícios simples, prefabricados (com estrutura metálica, trazida dos Estados Unidos), espaços arborizados entre os imóveis. Verdadeiro bairro-jardim, a base americana revolucionou o quotidiano da população mariense, que depressa a ela se habituou. Incluía equipamentos, todos prefabricados, como o Cinema 'Atlântida Cine', inaugurado em 1946; o clube 'Asas do Atlântico', de 1950; e ainda igreja, ginásio e residências, estas isoladas e em blocos coletivos (estas últimas foram depois transformadas no original Hotel do Aeroporto). " 33

(in História da Expansão Portuguesa, vol. 5, pág. 336).

O conjunto do Bairro do Aeroporto, retomado pela Aeronáutica Portuguesa em junho de 1946, teve uma sequente intervenção de desenho moderno por Keil do Amaral (em 1950). Este autor deve ter trabalhado no plano geral (com a rede viária e as suas placas de sinalização de trânsito, idênticas na forma e no lettering às do Parque do Monsanto, em Lisboa, do mesmo arquiteto), na adaptação da aerogare a uso civil, na habitação do diretor e na fiada de habitações contíguas, tudo dentro da estética dos anos 1950.

Em termos urbanos, o desenho do bairro é bastante simples (uma representação geral em planta, que existia no antigo Hotel do Aeroporto nos anos de 1980, e que, entretanto, ardeu com o Hotel, há vários anos): uma via de serviço, mais a poente, liga as instalações da aerogare à antiga vila ou diretamente ao porto, pela famosa "Estrada da Birmânia"; uma outra via destina-se às áreas mais residenciais, a nascente. Estas áreas estão agrupadas em sequências de largos quarteirões abertos, muito arborizados e com afastamentos entre todas as edificações. De sul para norte, passa-se por uma série de habitações "em lata" (os prefabricados); uma via transversal de equipamentos (igreja, ginásio, cinema, etc.), com um espaço livre e amplo fronteiro; uma nova série de habitações metálicas, até se atingir o extremo norte do conjunto, onde fica o Hotel (entretanto reconstruído com outro projeto) e o Clube Asas do Atlântico, para além de algumas habitações mais individualizadas destinadas aos dirigentes do Aeroporto.³⁴



ESTA TINHA 3 PARABÓLICAS...UMA PARA CADA CANAL??

ESTAS COM MAIS REQUINTADO JARDIM E SEBES.

As imagens das casas prefabricadas deram-me que pensar que os norte-americanos gostariam de ver como são preservadas estas relíquias da 2ª Guerra, só é pena que hoje muitas estejam abandonadas, embora grande parte delas disponha de jardins arranjados e de parabólicas para a televisão

Legendas das imagens

- 1 Vista da Matriz sobre Vila do Porto, 2000.
- 2 Carta com a implantação de Vila do Porto e do Bairro do Aeroporto (S.C.E.), 1968.

³² <http://www.inventario.iacultura.pt/smaria/vilaporto/vila-porto.html>

³³ O cinema em ruínas foi reabilitado a partir de 2017 e está pronto em 2019

³⁴ <http://www.inventario.iacultura.pt/smaria/vilaporto/vila-porto.html>

Bibliografia

AA VV, Arquitetura Popular dos Açores. Ordem dos Arquitetos, Lisboa, 2000, Fernandes, José Manuel, "Arquitetura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português", in História da Expansão Portuguesa, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, vol. 5, pp. 334-383, Fernandes, José Manuel, Cidades e Casas da Macaronésia, FAUP, Porto, 1996, Ferreira, Adriano, Era uma Vez... Santa Maria, Câmara Municipal de Vila do Porto, 1996, Figueiredo, Jaime de, Ilha de Gonçalo Velho, C. de Oliveira Lda, Lisboa, 1954, Fotografia Aérea de Vila do Porto, in "Arquivo Fotográfico da Base Aérea nº 1 de Sintra", Voo 12-B de 3/5/1978; Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros e 8 volumes, Ilha de Santa Maria - Açores, Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folha 35, de 1968; João Correia Rebelo. Um Arquiteto Moderno nos Açores, coord. João Vieira Caldas, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2002. Monterey, Guido de, Santa Maria e São Miguel. As Duas Ilhas do Oriente, ed. Autor, Porto, 1981. Planta do Bairro do Aeroporto, existente no Hotel do Aeroporto em 1984

- 3 Fotografia aérea de Vila do Porto (A.F.B.A.), 1978.
- 4 Planta da vila com os arruamentos atuais.
- 5 Vista geral de Vila do Porto, do lado do mar, anos 1980.
- 6 Vista geral de Vila do Porto, do lado de terra, 2000.
- 7 Recolhimento de Santa Maria Madalena, 2000.
- 8 Igreja de Nossa Senhora da Vitória.
- 9 Antigo Convento de Santo António, atual Biblioteca Municipal, 2000.
- 10 Sede da Polícia de Segurança Pública de Vila do Porto, 2000.
- 11 Planta do Bairro do Aeroporto (adaptada), anos 1980.
- 12 Vista da aerogare de Santa Maria, 2000.
- 13 Cinema do Bairro do Aeroporto, 2000.
- 14 Ginásio do Bairro do Aeroporto, 2000.
- 15 Igreja do Bairro do Aeroporto, anos 1980.
- 16 Casas prefabricadas dos anos 1940, 2000..

29.5. SANTO ESPÍRITO



Durante os doze dias de estadia andamos mais de mil quilómetros, mas, frequentemente, tivemos a sensação preocupante de estar numa ilha. Convém aqui ainda realçar o notável monumento do Santo Espírito: uma igreja notável que, contudo, tem o seu altar preenchido com uma talha retirada do antigo Convento de Santo António que não é coevo da igreja nem a ela se adapta. Largamente aberta para o mar do que a zona que lhe fica a norte e com uma maior extensão de terras agricultáveis, a freguesia de Nossa Senhora da Purificação, vulgarmente chamada de Santo Espírito, beneficiou ainda com a proximidade da sede concelhia; e, nos finais de Quinhentos, contava 413 almas de confissão em 102 fogos.

Largamente aberta para o mar, com uma maior extensão de terras agrícolas, a freguesia de Nossa Senhora da Purificação, vulgarmente chamada de Santo Espírito, beneficiou com a proximidade da sede concelhia. Nos finais de Quinhentos, contava 413 almas de confissão em 102 fogos. A população congregava-se a sul e a Sudeste. As marcas da presença humana atenuam-se à medida que se caminha para o interior.

O maior peso demográfico das zonas sul e sueste explica a mudança da sede da freguesia da primitiva paróquia, hoje Ermida de Santo António, para a Igreja de Nossa Senhora da Purificação. Data do séc. XVII/XVIII. Tem um corpo principal, três naves, torre sineira, adossada à direita das naves na continuidade da fachada, uma capela saliente do lado do evangelho, outra capela com a pia batismal e a sacristia salientes do lado da epístola. A fachada, tripartida, tem dois vãos ao eixo da secção central, a porta principal encimada por janela, enquadrados por uma decoração barroca exuberante e popular em cantaria.

No eixo de cada secção lateral existe uma janela encimada por cornija, grandes volutas e uma concha. A secção central da fachada é encimada por um frontão contracurvado formado por duas volutas que elevam uma cruz. As secções laterais mais baixas, são encimadas por aletas definidas por grandes volutas que amparam a parte superior da secção central. As três secções estão divididas por pilastras encimadas por pináculos e separadas das aletas e do frontão por um forte cordão moldurado como uma cornija quebrada. A torre sineira tem, na parte superior, um vão de sino em cada face rematado em arco de volta perfeita.

Os cunhais da torre sineira são encimados por pináculos. A inscrição na torre sob o campanário marca 1779. A igreja está envolvida por um adro, limitado por um murete com remates de cantaria, com degraus a toda a largura da fachada, escadas laterais e uma rampa posterior. No interior, as naves estão separadas por quatro arcos de volta inteira assentes em pilares de secção quadrada com grandes bases sobre plintos.

Os tetos são de madeira de três esteiras. Sobre a entrada existe um coro alto à largura das três naves. A capela-mor e as colaterais têm retábulos, sendo o da capela-mor e o da colateral do lado da epístola de talha barroca de estilo nacional. No pilar central do lado da epístola está um púlpito com base de pedra, em consola e uma guarda de madeira torneada. O edifício é em alvenaria de pedra rebocada e caiada, com exceção do soco, de volumetria densa e bojuda, dos cunhais, das molduras dos vãos, das bordaduras e restantes elementos decorativos da fachada, dos arcos e dos pilares do interior que são em cantaria. Alguns dos blocos de pedra das faces das torres deveriam estar rebocadas, mas estão à vista. A cobertura é de duas águas em telha de meia-cana tradicional rematada por beiral duplo. A torre sineira culmina em cúpula apontada revestida a azulejo.

Note-se, todavia, que a população se congregava sobretudo a sul e a SE e que as marcas da presença humana se tornavam mais ténues à medida que se caminhava para o interior e se desvaneciam os tons de meridionalidade. Saliente-se, aliás, que o maior peso demográfico das zonas sul e sueste explica, certamente, a decisão de se ter mudado a sede da freguesia da primitiva paroquial – o templo que é hoje a Ermida de Santo António – para a atual Igreja de Nossa Senhora da Purificação.

29.6. MUSEU DE SANTA MARIA

Junto à notável igreja da freguesia de Santo Espírito, encontra-se o Museu da Ilha de Santa Maria, reorganizado e reaberto ao público no verão de 1996.

A visita ao Museu inicia-se pela descoberta de alguns ambientes tradicionais como a cozinha, espaço da maior importância na casa mariense. Aqui, dão-se a conhecer no seu contexto os objetos utilizados nos afazeres quotidianos, quase todos de fabrico local e alguns, os de faiança, oriundos da vizinha Ilha de S. Miguel. Depois de subirmos a escada de acesso ao primeiro piso, surge o quarto, com a alta cama de estado, coberta de mantas e de colchas regionais. Sobre a cómoda, "o oratório, velha herança familiar onde se veneram os santos de maior devoção", como escreveu Jaime de Figueiredo ainda na década de 1950.



A SALA DE JANTAR DE UMA CASA DA VILA (NO MUSEU).



Entramos agora na zona da exposição permanente temática sobre "O Barro, a Cerâmica e a Vida Quotidiana".

Num primeiro núcleo é abordada a importância que o barro teve ao longo dos séculos para a Ilha de Santa Maria – desde a sua extração e preparação para exportação até ao trabalho nas olarias locais, florescente e diversificado em tempos. São as peças saídas das tendas de alguns célebres mestres oleiros, completadas por outros objetos, que vão contar um pouco da história e do quotidiano mariense.

O talhão de Santa Maria, para reserva de água ou de cereais, é a peça mais emblemática e também a mais conhecida e utilizada nas outras ilhas dos Açores... Mas de fabrico marcadamente local são ainda a escoadeira de torresmos, o cuscuzeiro, para a confeção de cuscuz, e a cabouca para servir as sopas do Espírito Santo. De seguida, outros objetos cerâmicos pertencentes ao interior da casa evocam a preparação, o consumo e a conservação dos alimentos, quer nos meios humildes quer nos extratos mais ricos da sociedade mariense, com todas as influências vindas do mundo exterior – as faianças e porcelanas, as garrafas de vinho do Porto...objetos ligados à higiene do corpo... À decoração da casa... À criação de animais.... As fábricas de telha e os materiais de construção.

Tão antigos como o povoamento da Ilha, são os trabalhos nos campos. Ao lado das alfaias agrícolas, a bilha da água ou do vinho e o talhão para armazenagem de cereais. A dorna, das adegas. Os têxteis e o traje tradicional de Santa Maria. Os brinquedos de barro das crianças. Testemunhos do culto e das festas religiosas da Ilha.

No enquadramento desta cozinha, como nas copeiras de Santa Maria, apresenta-se a parafernália usada ainda hoje na feitura e no serviço da "função" em honra do Divino Espírito Santo, cujas festas são as maiores em todas as Ilhas dos Açores.

Os aspetos multifacetados da cultura atual têm lugar nas duas salas de exposições temporárias.

Foi aqui no Museu e com o nosso guia e seu Diretor, Dr. João Manuel Trindade Reis dos Santos, que tivemos uma longa conversa e em vez de fechar o Museu pelas 12:30 acabamos a sair de lá pelas 14 horas e cheios de fome. Recebi aqui um convite para levar a Santa Maria os Colóquios da Lusofonia, mas os problemas da insularidade parecem-me difíceis de ultrapassar.

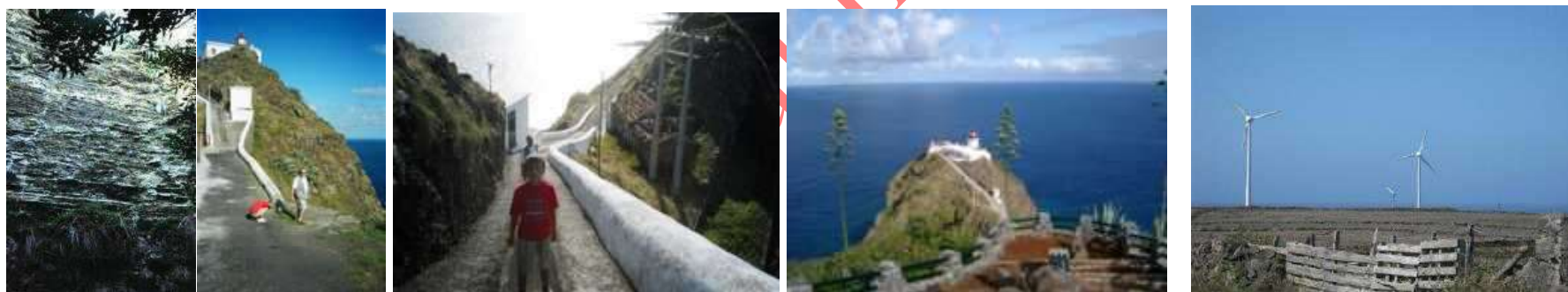
Antes de terminar este roteiro reconstruído de 12 dias na Ilha de Santa Maria convém referir que além dos Anjos celebrizada pela sua ligação a Cristóvão Colombo, e a merecer visita, há duas praias notáveis pela sua envolvente de socalcos cheios de vinhedo:

São Lourenço (de nenhuma das vezes que lá fomos conseguimos descortinar o areal das imagens publicitárias) e a outra (mais pequena) Maia.



DUAS CASCATAS MONUMENTAIS, UMA ESTAVA SECA E A OUTRA É A DO AVEIRO (PARTE FINAL DA RIBEIRA GRANDE) OS SOCALCOS (MAIA) A ESTRADA A PISCINA NATURAL.

A Maia também é conhecida pelo seu Farol a que nós trepamos e cuja jovem faroleira nós conhecemos tendo dela ouvido as palavras que a "solidão dos faroleiros é muito relativa" e ali pretendia continuar. Natural da ilha, confessou que quando esteve no Continente a tirar o seu curso, não tinha gostado do que tinha visto e se sentia melhor ali que em qualquer outro lugar.



FAROL NA MAIA

VISTA DO LADO DA VILA DO PORTO

Lá viemos a conhecer uma jovem faroleira que colocada há dois anos num dos poucos faróis ainda manejados por seres humanos, se mostrou sem medos nem temores declarando que ali pretendia ficar.

Ainda por cima os telemóveis não funcionavam naquela parte da ilha nem mesmo no topo do farol.

As atividades vulcânicas que deram origem à ilha, deixaram profundas fendas e túneis, conhecidos por furnas.

Merecem visita a Furna das Pombas com 337 metros de comprimento, e a Furna dos Anjos com 118 metros de comprimento. A visita às furnas exige a presença de um guia e o uso de equipamento adequado. Foi tendo isto em vista que resolvemos contactar a Márcia, organizadora de Passeios Pedestres para nos levar a uma das grutas com fósseis.

E fomos, só que me esqueci de lhe perguntar onde íamos e ela pensando que éramos os três (eu, a Nini e o Johnny Boy) experientes andarilhos meteu-nos por vales e montes, íngremes, por caminhos de cabras (se cabras aí houvesse), por trilhos que ela mesmo ia desbravando com uma faca (aqui não é Timor e não há catanas).

Uma viagem que era para demorar quatro horas, mas dado o nosso estado de esgotamento (à exceção do João que até carregava a mochila da guia) terminou ao fim de três horas.

Desde o SMO³⁵ que eu não andava tanto..., mas valeu a pena, a gruta estava cheia de exemplos de fósseis



GOSTAVA QUE ME TIVESSEM FILMADO A SUBIR AO MONTE ONDE ESTÁ O PARQUE EÓLICO, O PRIMEIRO DE PORTUGAL EM 1989. COMEÇO DA SUBIDA E DESFECHO COM VISTA PARA A PRAIA PRAIA FORMOSA



Hoje acordei estremunhado, havia mais um engarrafamento na CRIL, um desastre no Fogueteiro, trânsito lento na VCI. O meteorologista disse que o tufão Helene tinha mudado para depressão tropical e ia passar ao largo do grupo ocidental do Arquipélago dos Açores a mais de 600 km, mas as lufadas de vento forte lá fora diziam-me que isto ia ser um dia mau. Abri a janela e olhei, ainda não chovia, mas o céu estava cinzento e sopravam rajadas fortes, a temperatura andava nos 22° C e a humidade nos 89%. Não havia engarrafamentos à porta de minha casa, raramente acontecem, a não ser que as carrinhas de distribuição de pão, de fruta, de carne ou doutros bens alimentares aqui parem. Porque é que a TV nacional me há de impingir os problemas dos que vivem em Lisboa ou no Porto. Já em Bragança quando me levantava tinha de ouvir os engarrafamentos e desastres na segunda circular e nós conseguíamos ir de um extremo a outro da cidade – em horas de ponta – em sete minutos. Na semana passada quando passou por aqui o tufão Gordon a TV só mostrava as ondas minúsculas em Ponta Delgada, esquecendo que a costa norte tem vagas bem maiores e sofre mais as ventanias que a costa sul. Aliás já tivemos temporais em fevereiro, abril e agosto bem maiores do que as causadas por estes tufões que tanto deliciam os nossos locutores no Continente. O vento hoje está mais forte do que aquando do Gordon e isto apesar de o Helene ter passado a 600 km de distância do grupo ocidental que está a centenas de quilómetros deste grupo oriental onde vivo. Agora chove e quero ir buscar o jornal ao café da esquina e estou à espera de que a chuva abrande, disso não falam os locutores da televisão.

No sábado queria comprar uns sapatos para o miúdo e no minimercado cá da aldeia não havia e na Maia as lojas estavam fechadas. Assim teria de ir às cidades da Ribeira Grande ou de Ponta Delgada fazer compras.

O problema que mais me preocupa tem a ver com a saúde pública. A recolha do lixo é só pela terça e quinta-feira o que me deixa um ror de sacos de lixo entre quinta-feira e a terça-feira seguinte. Não os posso deixar no quintal porque os gatos vadios vão aos sacos, rebentam-nos todos em busca de comida, e eu depois tenho de limpar o lixo outra vez. Falei com as autoridades, aqui representadas pelo emérito Presidente da Junta, nosso amigo e senhorio, e ele, gentil, ofereceu-se para levar o lixo para casa dele. Não era isto que queria. Dantes havia um contentor em frente ao cemitério onde íamos ao sábado deitar o lixo, mas devem-nos ter visto fazer isso e agora retiraram o contentor.³⁶ Como hei de explicar a esta gente que fazemos mais lixo do que os outros e pretendemos desfazer-nos desse lixo no mais curto prazo possível e não ter de o partilhar? Ainda hei de descobrir uma solução para isto.

Os noticiários continuam a falar de não-eventos como outro furacão, será para abafarem as mudanças que o governo está a introduzir na nossa vida? Continuo a dizer que se vier para aqui um tufão a série sobre esta ilha, vai ficar pouca casa em pé inteira e haverá danos que cheguem para encher as manchetes dos jornais por um mês. Lembro-me que na semana passada era assim no dia 19 enquanto todos me ligavam da Austrália, da Europa e do Continente a perguntar como estávamos:

16.30 horas: está um calor de rachar 26 °C bom para ir para a praia, mas a Nini tinha uma reunião esta tarde e não deu. Só agora surgem no horizonte umas nuvens... Está abafado e se fosse no Continente iria dar trovoadas.... Aqui por cima o vento ainda está de norte e o tufão vem de sudoeste... A ameaça é para o grupo central lá para as 20.00-22.00 e para aqui devem chegar em forma de tempestade e não tufão / furacão só para as 03.00-05.00 da manhã...

Tivemos ventos ciclónicos na véspera de irmos para Sta Maria com 120 km/h que nos deram cabo da tenda que tínhamos no imenso quintal e partiu o toldo do baloiço de jardim apesar de ser bem grosso (2,5 cm). Depois dos 6,5 anos em Macau com tufões de grau 5 este Gordon (nome do celebrante matrimonial meu e da Ni) é só de grau 2 e não deverá ser nada de grave para aqui se não piorar, mas vai ser mau para as ilhas do grupo central onde as ondas devem atingir 12 metros...e rajadas a 170 km/h....com médias de 120 km/h. Yupee! Amanhã não há escola toda a gente pode dormir até mais tarde....

Lembro-me que o meu primeiro tufão teve direito a discurso poético.

vês tu
my dear
é um tufão
e se aproxima

o mundo acontece sempre lá fora

as revoluções dão-se apenas
em cada um
de nós.

26 junho de 1977 Macau

25 setembro 2006 – Afinal o malandro do tufão virou para os nossos lados e andou por entre S. Miguel e Santa Maria, mas não acertou (felizmente) em nenhuma das ilhas e nada digno de registo se verificou.

As coisas parecem ter um impacto maior nos telejornais do que na realidade, mas ainda bem, assim passou ao largo e não fez estragos pois decerto seriam bem graves se nos tivesse atingido.

A Proteção Civil aqui funciona bem, mas a falta de estruturas, de preparação das pessoas, de cultura e um certo fatalismo irremediável não as predispõem a segurarem os seus bens. A construção é duma forma geral fraca e não leva em conta os problemas da ilha nomeadamente a proteção sísmica.

Entretanto estou na fase final de preparação do 5º Colóquio Anual da Lusofonia. Uma tarefa hercúlea a que meti mãos há cinco anos e que começa a dar alguns frutos limitados no reconhecimento dum evento que já se impôs pela sua persistência.

30.2.1. O REGRESSO A BRAGANÇA 29 setembro – 6 outubro 2006

«Deus criou o mar e a água para que o homem pudesse viver e criou o deserto para que o homem pudesse descobrir a sua alma.» provérbio Tuaregue

Saímos na sexta-feira dia 29 depois das aulas e havia inúmeros professores no avião, aproveitando para um fim de semana no Continente, além do nosso gerente do Banco Comercial dos Açores e da sua mulher que é a chefe de secretaria da escola. Nunca pensei que tanta gente se deslocasse assim....uma colega da escola da Maia que tinha assistido aos Encontros Açorianos da Lusofonia, em maio na Ribeira Grande, resolveu juntar-se a nós e foi mais cedo via

³⁶ Passadas umas semanas já o repuseram.

Lisboa. Aterrámos no Porto com a habitual receção chuvosa que caracteriza bem o tom cinzento daquela urbe suja e escura.

Fomos buscar a colega a Campanhã vinda num Alfa Pendular. No dia seguinte, depois de revermos a família, seguimos para Bragança, logo que o motorista da Câmara Municipal de Bragança nos veio buscar. Chegamos ao fim da tarde. Arrumámos as coisas nos quartos, desta vez o mais novo (o João) foi connosco para rever amigos e a cidade.

No segundo dia de trabalhos, depois de na véspera termos tido uma chuvada em Rio de Onor, levou-nos a Miranda do Douro uma terra sempre bonita e limpa, bem recuperada e interessante. Fomos recebidos com a Capa de Honras na Câmara Municipal, e depois visitámos o Museu e a Biblioteca e o Centro Cultural fora de horas, mas uma velha empregada do clero não nos deixou visitar a Catedral (faltavam 20 minutos para as 18 horas do fecho).

Encheram-nos de explicações e partilharam connosco esse orgulho de ser transmontano e mirandês que bem falta ao resto do país. Os membros do clero por vezes conseguem ter destas coisas simpáticas. Ou eu me engano ou foi esta megera que há uns três anos atrás nos fez a mesma coisa ...

Adiante, todos gostaram muito e aprenderam (entre inúmeras outras coisas) a existência duma segunda língua oficial portuguesa, e prometeram voltar a esta terra. Também nós, no próximo ano iremos incluir esta visita com um passeio de barco (se o tempo o permitir) pelo Douro...

Nos dois primeiros dias tínhamos concertos à noite, na primeira noite, um sarau de guitarra de Isabel Rei com música clássica renascentista bem agradável de ouvir e aplaudir, e a seguir um de piano com obras menos atraentes para mim (autores contemporâneos galegos) com ótimo desempenho, mas menos sentida pelos presentes. No último dia de sessões nada havia de atividades organizadas. Era chegada a hora de fazer as malas, entrar no carro e voltar aos locais de origem com a consciência de que valera a pena este exercício. Por motivo de uma chamada telefónica de última hora, tive de ir à Rádio Brigantia gravar um programa de 45 minutos, com outros conferencistas e acabei por ir jantar perto das dez da noite. O programa correu muito bem e está disponível para audição na nossa página juntamente com a entrevista dada à RDP Antena 1. Do programa de televisão sei que muitos viram, mas não tenho registo. Nessa altura já o nosso filho João estava de volta delirando de alegria pois além de rever o seu melhor amigo, logo que chegara fora à aldeia dele almoçar. A aldeia deles é Babe e aposto que poucos sabem o que se passou ali de relevo para Portugal há muitos anos...



30.2.2. BABE - BRAGANÇA E A SUA HISTÓRIA

Situada a 800 metros de altitude, a leste de Bragança, constitui a porta de entrada do planalto de Lombada. No séc. XVIII ainda eram visíveis os restos da antiga igreja de S. Pedro, localizada perto de Castrogosa a sul. Por este mesmo local e a sul o Castro da Sapeira, passava a estrada romana que de Braga se dirigia a Astorga. Algumas estelas funerárias e um marco milenário documentam a romanização desta aldeia. Tem uma Capela dedicada a S. Sebastião e outra que foi recuperada em 1991, dedicada a S. José. Babe ficou célebre pelo Tratado de Babe, realizado em 26 de março de 1387, entre D. João I e o Duque de Alencastre. Babe, freguesia do Concelho de Bragança, situa-se a nordeste da sede de Concelho, no denominado alto da Lombada e dista de Bragança 12 km. Com os seus 398 habitantes, distribuídos por 131 famílias e 168 alojamentos, Babe remonta a épocas ainda pouco definidas. Em todo o caso, podemos afirmar, com toda a segurança, que a sua existência é muito antiga, como aliás havemos de referir mais adiante. Mas a sua importância afirma-se pela Comenda, trazida por Domingos de Morais Madureira Pimentel, fidalgo da Casa-Real que casou em Bragança com D. Luísa Caetana de Mesquita, seu 1º Comendador. E tal era o seu tamanho territorial, que El-Rei D. Sebastião por sua ordem mandou dividir em duas:

- a de S. Pedro de Babe e

- a de Nossa Senhora de Gimonde, como pedra o Duque D. Teodósio, em obediência a uma Bula do Papa, com data de 4 de maio de 1561.

E se é verdade que este comendador terá sido um dos notáveis desta terra, outros houve como Júlio Pires de Castro, nascido nesta povoação a 11 novembro 1814. Escreveu várias obras e lecionou latim em Bragança com grandes créditos de competência, enquanto aqui viveu. Recuando no tempo, convém dizer que a Comenda de S. Pedro de Babe tinha um rendimento de 250.000 réis, conforme Diogo Nunes. Quanto à reitoria que também foi, o seu rendimento era de 44.000 réis, posto à disposição da Sua Alteza Real, durante a Restauração de Portugal, como adiante havemos de referir. Durante a fase posterior à guerra de Aclamação, muitos foram os contributos para restaurar o país, pelo que Babe, na pessoa de António Alurez [Alvarez] de Magalhães, ofereceu, para as presentes necessidades de Sua Majestade, 20.000 réis, que era o salário que obteria pelo dia de S. João, bem como ainda deu poder bastante para cobrar dos comendados ou rendeiros das Comendas de Babe, e se necessário tudo o que tenho venderei e darei de salário todos os anos, enquanto viver, já que eu, António Alurez³⁷, me sustentarei com o pé do altar, feito nesta terra.

Mas Babe está ligada à nacionalidade através do Tratado de Babe. Em dada altura da nossa história, D. João, Rei de Portugal, ofereceu auxílio ao Duque de Alencastre, João de Gaudi, para provocar a divisão das forças e tropas de Castela. É assim que o Inglês desembarca na Corunha, seguindo depois para Melgaço, onde se avistou com D. João. Nesse encontro estipularam as condições do auxílio que, à boa maneira inglesa, comportava o casamento de uma das suas filhas, de nome Filipa com o nosso rei D. João, (já que com ele trouxe duas, vindo a casar a última em Espanha, para firmar outro acordo). Enquanto as tropas do Duque Inglês seguem para Bragança, consuma-se na cidade do Porto o dito casamento, após o qual o nosso rei haveria de juntar as suas tropas às de Alencastre, hospedado no Mosteiro de Castro de Avelãs. Mas esta demora foi tal que se diz que o Duque resolveu seguir com o seu exército, no momento em que chega a boa nova da chegada do Rei. Com as tropas do Duque em marcha, seguem na direção de Babe, onde aguardam pelas do Rei D. João. É então que, durante esta pausa, o refinado Duque negocia aquele que seria o Tratado de Babe, que obrigava o dito Duque a abdicar de quaisquer direitos que pudesse vir a ter sobre a Coroa portuguesa. Diz-se que a Lombada nunca teria estado tão engalanada, já que foram milhares os homens que por ali acamparam, distinguindo-se de entre eles, o Santo Condestável. Deste acordo, mais uma vez Portugal pouco lucrou, já que o Duque inglês, após ter casado as filhas como já referimos, mais nada aconteceu e muito menos a tal divisão das forças castelhanas, há por isso quem afirme até que outra coisa não queria o Duque, que não fora casar as filhas.

Chegados aqui, é tempo de falarmos das origens desta bonita e maravilhosa aldeia a quem chamam de "Varanda da cidade". O Castro de Babe ou Castro da Sapeira, nome ainda hoje usado, fica a 2,5 km a sudoeste da povoação e situa-se no cume de um outeiro inacessível a nordeste. Tem de área 350 x 150 metros, é cercado por muro de pedra solta e nas partes falhas de defesa natural por três parapeitos e respetivos fossos, distanciados entre si 54 x 150 x 320 metros. Tinha duas portas, uma a sul e outra a sueste.

Mas no extremo do seu termo, outro Castro há, a raia com Milhão, a Castragosa, assim se chama, e perto dele as ruínas da igreja de S. Pedro, onde apareceram lápides funerárias que se encontram no Museu Abade de Baçal em Bragança. Uma delas apareceu debaixo do altar da Capela, que só depois de várias peripécias e das diligências do Reitor de Babe, Padre Francisco Manuel Pires, veio para o museu na sede de Concelho.

À semelhança da maioria das aldeias de Bragança, Babe foi terra de minérios, tais como, as pirites de ferro, uma mina de chumbo e uma mina de manganês, situada entre o termo de Babe e Caravela, criada por dec.º de 8 abril 1880, DG de 6 outubro 1876.

Comercialmente e industrialmente, Babe foi conhecida por todo o Trás-os-Montes, entre outros, pela fama das suas facas de bolso e cozinha, feitas por ferreiro com altos conhecimentos, segundo afirma o Abade de Baçal na sua obra do mesmo nome. E ainda segundo este autor vamos à origem etimológica de Babe.

Babe, Babi nas inquirições, tiradas pelo ano de 1258, quer dizer em árabe "portinha", mas porta, também pode derivar de Babon. Por sua vez, Babius, foi nome de poeta romano, donde também podia provir Babe. Já sob o ponto de vista militar, Babe é realmente uma portinha, relativamente ao lado de Bragança, enquanto pelo lado de Miranda, Babe apresenta fácil entrada ao invasor. O toponímico Babão é frequente, enquanto Babilon é apelido de uma família portuguesa do séc. XIII. Deste modo, não é fácil dizer qual a origem do nome, embora não custe acreditar na origem romana do seu topónimo.

Para terminar e dado que a sua etnografia é rica, aqui lhes deixamos o convite para visitar o Museu Etnográfico de Babe.

Quanto ao término deste apontamento, porque não fazê-lo com a quadra que se segue:

Adeus, ó fonte da Praça,

Bica do chafariz;

Onde deitei o meu laço,

Não me quis vir a perdiz!...

Nota: apontamento feito com a ajuda da obra do Abade de Baçal.

<http://www.bragancanet.pt/braganca/babe.html> em setº2006

O meu filho mais novo é assim, adora aldeias e coisas velhas como igrejas, castelos, etc. Não sei a quem sai assim tão anti-urbano e pró-rural... Adorei ter estado em Bragança e ter descoberto as minhas verdadeiras raízes e só para o ano devo regressar, já que as hipóteses de ali voltarmos a viver são profissionalmente impossíveis na atual conjuntura.

30.2.3. O 5º COLÓQUIO ANUAL DA Lusofonia. 25 setembro 2006,

E para aqueles que não seguiram o Colóquio aqui vai primeiro, o discurso de abertura e a seguir, as minhas conclusões:

Senhor Don Xosé Carlos Sierra, Delegado em Orense da Consellaria de Cultura da Xunta de Galicia; Sr. Vice-Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Caseiro; Sr. Presidente do IPB (Instituto Politécnico de Bragança) Dr Sobrinho Teixeira; Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Fátima Fernandes, demais entidades, Ilustres Conferencistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero dar graças ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara por continuar a dar o seu patrocínio a este raro evento cultural do panorama português. Pelo quarto ano apoia, sem hesitações, esta iniciativa com caráter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é atualmente proporcionada aos habitantes de Bragança. Agradecimentos são igualmente merecidos ao Dr. Eleutério Alves, diretor do Departamento Sociocultural e ao Dr. Alexandre Castro do mesmo serviço. É igualmente devido o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Miranda do Douro que todos os anos se associa a nós promovendo livros e cultura mirandesa. O nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respetivamente, Marco Paz, Alexandra Machado Reis, Ana Botelho.

Por fim, os nossos agradecimentos para o Dr Ângelo Cristóvão que conseguiu reunir este importante leque de oradores que nos vão falar do tema principal: a Galiza, durante dois dos três dias do Colóquio sem esquecer uma palavra de lembrança pelo nosso patrono desde o início, o Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra que nos deixou há pouco mais de dois anos e a cuja memória dedicamos sempre o primeiro dia de trabalhos destinados aos Estudos de Tradução. Todos os anos tem sido norma minha evocar a história, e falar um pouco da Bragança ancestral. Sem o conhecimento da História de nada serve o saber contemporâneo e devemos servir-nos daquilo que a História nos deixou para não repetirmos erros do passado que deram lugar à extinção de grandes civilizações as quais não souberam aprender os ensinamentos dessa mesma história que se repete e perpetua.

Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por milhares estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário.

A atmosfera está cheia de contrastes decorrentes da sua rica história, e a sua modernização está bem patente. Do Teatro ao Centro Cultural Municipal, Bragança dispõe já dum apreciável leque de oferta cultural. Vamos, pois, partilhar convosco um pouco da História desta terra. A antiga Cidade de origem neolítica foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona atual da Sé. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que podem ser observados em mostra na sala de exposições aqui neste piso. Mais se sabe que ao avizinhar de meados do séc. X, - contemporaneamente, portanto, ao repovoamento da região vimaranense pelo Conde Ermenegildo Gonçalves e por sua consorte, a célebre Mumadona - as terras de Bragança eram senhoriadas por um irmão daquele, o Conde Paio Gonçalves. Com o andar dos tempos, essa tenência veio a encabeçar-se num dos ramos dos Mendes, e em julho de 1128 senhoriava-a aquele Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento de 7 de julho desse ano mostra integrado na corrente política de apoio ao movimento de independência que se afirmava sob a égide do moço Infante. Ainda no mesmo século, mas já nos seus fins, em 1199, as desavenças de D. Sancho I com o rei de Leão Afonso IX - motivadas por razões políticas e acentuadas por ter este repudiado sua esposa, a infanta D. Teresa, filha do monarca português - estenderam a luta a Bragança, sofrendo a terra, e as fortificações então porventura existentes, os efeitos do cerco posto pelo rei leonês, até serem disso libertadas pela ação de D. Sancho. Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, o Rei D. Sancho I³⁸ no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo no lugar de Benquerença, pertencente aos Frades beneditinos do Mosteiro de Castro de Avelãs.

No reinado de D. Afonso IV (1325-57), são atribuídas à vila as terças das igrejas da região "para reparamento dos muros". Este facto é confirmado numa carta escrita por D. Fernando, onde afirma que a cerca está deteriorada e a requerer muitos trabalhos, finalmente levados a cabo em finais desse século. A Torre de Menagem é então construída tendo demorado 30 anos a concluir. De arquitetura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras, as suas linhas apresentam semelhanças com alguns castelos ingleses, do mesmo período.

Em 1464, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade a pedido do 2º Duque, D. Fernando de Bragança, e a partir daí cresceu depressa. Em 1560 construí-se o colégio dos Jesuítas. Bragança desenvolveu-se ao abrigo do seu castelo, aninhada num terreiro de quase três hectares, defendido por uma linha de muralhas com o vértice orientado a oeste, sentido em que cresceu o arrabalde, depois incorporado na Vila. Aí, entre dois dos torreões que lhe servem de reforço, rasga-se a Porta chamada de Santo António, defendida por uma barbacã, na qual se situa, a Porta da Vila, denominação que deve ter sido anterior aquela - pois a barbacã é de construção posterior à muralha, como sugere a diversidade de estilos das referidas entradas, de volta redonda a primeira e ogival a segunda. Na face oposta a esse lado, abria-se a Porta da Traição, habitual saída de recurso de volta para os campos, porta esta que, conjuntamente com a adjacente muralha, foi há pouco reconstruída. Adossada exteriormente à muralha, na sua face norte, acha-se a Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do Paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Destas tragédias sobressaem a da infanta D. Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de D. Leonor, infeliz esposa, e injusta vítima, do muito ciumento D. Jaime, Duque de Bragança. Na face sul, um saliente quadrangular termina pelo chamado Poço d'el-rei, construção de defesa duma cisterna, da qual lhe adveio o nome. Aqui se viria a edificar a famosa Domus Municipalis com uma forma de pentágono irregular, a sua singularidade não se limita à arquitetura, de que é exemplar único em toda a Península Ibérica. De origem misteriosa, os historiadores não conseguem datar com precisão a época da sua construção. Enquanto alguns autores a situam no séc. XII, outros defendem a teoria de que terá sido erguida no séc. XV, sendo o seu estilo românico civil tardio. Outras teses chegam a atribuir-lhe uma raiz romana ou grega. Ao certo, sabe-se que foi sobretudo um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada - a "Sala d'Água" -, tendo o piso térreo sem divisões e com uma bancada de granito ao longo das paredes - a Casa da Câmara - servido como lugar de reunião dos "homens bons" do Concelho, a partir do séc. XVI. Poderá igualmente ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, já que a cidade era um importante ponto de passagem.

Ultrapassado o séc. XIII, e falecido D. Dinis, cuja ação se fizera sentir no incremento dos trabalhos construtivos do castelo, novamente esteve este em estado de alarme. Com efeito, D. Afonso IV, subindo ao trono em 1325, logo moveu perseguição contra o mais idoso dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches, confiscando-lhe os bens que possuía em Portugal; e este, em defesa dos seus interesses, moveu guerra ao monarca, vindo da vila de Albuquerque, onde então residia, invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo, até que, por intervenção da Rainha Santa, se fez a paz.

Um século e meio depois, no decurso da campanha de 1369, movida contra D. Fernando por Henrique I de Castela, a resistência de Bragança e seu castelo foi dominada pelas tropas castelhanas, que se assenhorearam da vila, tudo voltando, porém, à posse portuguesa ao assentar-se a paz de Alcoutim (1371).

Nos anos de crise dinástica e de guerra que se seguiram à morte de D. Fernando, a versatilidade política do alcaide João Afonso Pimentel fez mudar de mão, por mais de uma vez, o castelo de Bragança. Partidário da herdeira do trono, D. Beatriz, e de seu marido, o rei de Castela, só em 1386, e por diligências do condestável reconheceu a autoridade de D. João I; porém, doze anos depois, tendo o rei deixado sem castigo o assassinato de sua filha, D. Brites, praticado pelo marido, alcaide de Évora, Martim Afonso de Melo, resolveu, como represália, voltar ao partido do monarca castelhano, e, emigrando para Castela, fez-lhe menagem do seu castelo, o qual, com a povoação, só em 1400 foi restituído a Portugal, pelo assentamento de tréguas negociado em Segóvia.

Nos séculos seguintes ainda se mantiveram as vicissitudes de Bragança e de seu castelo inseridas na história geral da Nação. Em 1580, por ocasião da segunda crise dinástica portuguesa, subsequente à morte do cardeal-rei D. Henrique, foi aquela terra uma das primeiras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, D. António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas, enviadas pelo Marquês de Sarria à invasão de Trás-os-Montes, em 1808, ergueu-se valorosamente contra o invasor napoleónico.

Situada no alto da colina da Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal. Extinto em 1958, o Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, alberga atualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Percorrê-los é ficar a conhecer um pouco mais da nossa História e ter oportunidade de refletir como todo o equipamento bélico usado era afinal tão inofensivo, se comparado com as novas armas de destruição maciça.

Vale a pena começar pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. O primeiro piso, além da cisterna, apresenta, na Sala do Gungunhana, interessantes artefactos utilizados por diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial

38 D. Sancho I (O Povoador) -Nasceu em Coimbra a 11 de novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar ativamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de conquistar pelos Mouros, já que não havia neles qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D. Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao surgimento de um diferendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de março 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

em África. A partir do segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, num total de 14 divisões, desde a Sala D. Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, estando patente em cada, o armamento utilizado na época correspondente.

Assim, às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do séc. XVII, as carabinas e sabres do séc. seguinte. O primeiro conflito mundial termina a extensa coleção, com uma série de fotografias e postais mostrando soldados portugueses na frente da batalha.

No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas rodeadas de muros baixos crescem figueiras, cerejeiras e legumes, mas a ânsia de verdura dos seus moradores não parece satisfeita pelos extensos contornos do Parque Natural de Montesinho que se avista do cimo das muralhas. Os jardins prolongam-se nas vielas estreitas, em vasos muitas vezes improvisados onde crescem flores de todas as cores. Logo que chega a primavera, cada pedaço de solo bravo enche-se de papoilas e malmequeres, sobrevoados por bandos agitados de pardais.

Junto à fachada oeste do castelo, abrigado agora por uma alameda de grandes plátanos, encontra-se o velho pelourinho, onde eram castigados os criminosos da época medieval. Curiosamente, a coluna está assente sobre uma figura suíno-mórfica, a que os locais chamam de "Porca da Vila", e que representa um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, sendo o seu culto uma prática característica dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços, cujas extremidades são decoradas com carrancas.

Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fragedo. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência. A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica, mas sem jamais perder a sua raiz rural bem demonstrada pela presença ativa do Parque Natural de Montesinho. <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>³⁹.

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à Catedral Velha, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade. Da Rua Direita, subindo pela "Costa Grande" entramos no labirinto da Cidadela com ruas de aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa "A Porca da Vila," um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. Depois de admirada a Domus Municipalis devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar. Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do séc. XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre Museu Abade de Baçal⁴⁰, que aguarda a vossa prolongada visita <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?id=316&lg=pt>.

Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal.

Em 1906 chegou o comboio a Bragança. O Espaço Museológico de Bragança fica situado no centro da cidade, na área da antiga estação ferroviária e ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação terminus da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional e do Porto à Póvoa e Famalicão. Durante a década de 60 constroem-se a Escola Industrial e o Liceu Emídio Garcia. Em 2004 foi inaugurado o local onde hoje estamos. O novo Centro Cultural Municipal de Bragança veio dar uma nova vida ao antigo edifício, com cerca de 400 anos, onde funcionou a Escola Preparatória Augusto Moreno. O edifício reconstruído - que também foi um Colégio de Jesuítas até 1759 e Seminário Diocesano até 1766 - dá agora lugar a um espaço adaptado às novas valências "orientadas para a promoção de atividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras". Na Casa da Cultura de Bragança está instalada uma Biblioteca Municipal, um conservatório de música e um espaço dedicado à "memória da cidade". A Biblioteca Municipal ocupa uma área de 1 830 m². O conservatório de música ocupa uma área de 591 metros quadrados.

Já o espaço dedicado à "memória da cidade" é uma área onde se poderá ver, através de registos gráficos, documentação histórica, maquetas interativas e outras exposições, a "evolução" de Bragança enquanto cidade.

Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos caretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e aqui disponíveis como tiveram oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes.

*** **

Quando em 2001 preparamos o início destes COLÓQUIOS ANUAIS da Lusofonia - sob a égide do nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsídio-dependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante os Colóquios têm-se realizado em Bragança, graças ao apoio da CMB na sua aposta de combate à insularidade em termos culturais. Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; cada vez mais existe Lisboa e o resto progressivamente passou a ser apenas paisagem. É muito raro os locais do interior, os locais mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua.

Com a saída de serviços vitais à fixação de pessoas no interior, com todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que de Lisboa. Por outro lado, conseguiu-se que estes Colóquios se tornassem graças à nossa persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática. Os Colóquios caracterizam-se pela sua independência de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes contando com o apoio, ao nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual.

"O povo de Bragança tem ainda uma curiosidade. Neste distrito fala-se um português ainda mais vernáculo do que o português corrente. O certo é que em Bragança, fruto do seu isolamento ao longo de 400 anos - a via IP4 chegou a Bragança em 1991 - permitiu que se mantivesse um falar mais próximo do português originalmente correto do que aquele que se fala nas grandes urbes e que serve normalmente depois para padrão da língua portuguesa falada"

"A intenção destes Colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma ata cheia de boas intenções com as conclusões, estes Colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja, verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do Colóquio em que intervieram. Estes Colóquios podem ser ainda marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa.

Pelo quarto ano consecutivo teremos o apoio inequívoco da Câmara Municipal de Bragança que vai editar em livro as Atas dos quatro últimos Colóquios. Este ano, pela primeira vez teremos dois concertos (Piano e Guitarra) no seio dos Colóquios (hoje e amanhã, aqui mesmo pelas 21.00 horas) mostrando que a realidade da Lusofonia, tal qual a entendemos, não se restringe à mera discussão linguística. Igualmente se manteve uma pequena Mostra de Artesanato e haverá uma Mostra de Livros, o que só vem demonstrar a vitalidade e a - cada vez mais lata - abrangência destes Colóquios.

Por outro lado, a componente lúdica e cultural destes Colóquios tem permitido nos últimos anos, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços entre participantes e passeios culturais ao Parque

39 PARQUE NATURAL DE MONTESINHO - Com uma superfície de 75000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído.



O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais. A região é caracterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As altitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho. Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maçãs. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela. Os terrenos são predominantemente xistosos, tendo, no entanto, expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais.

Clima: sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspetos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental. O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a característica mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caracterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».

40 Museu do Abade de Baçal - Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as coleções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com coleções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

Natural de Monteseinho, a Rio de Onor e à Cidadela, em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se têm perpetuado a nível pessoal e profissional.

As pessoas conseguem dispor de tempo para trocarem impressões, falarem de projetos, partilharem ideias e metodologias, fazerem conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informal que são os Colóquios Anuais da Lusofonia que neste momento já movimentam cerca de duas mil pessoas através da sua rede. Este ano estão representadas as seguintes Universidades: Corunha, Vigo, Santiago de Compostela, Valhadolid, Salamanca, Coimbra, Minho, Évora, Madeira, Açores, Ljubljana (Eslovénia), Université Lumière Lyon 2 (França), Università Degli Studi Suor Orsola Benincasa de Nápoles (Itália), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) do Brasil e Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, e as seguintes Associações: MDL (Movimento de Defesa da Língua (Galiza), Associação de Amizade Galiza-Portugal, AGAL, Plataforma para a emissão das rádios e televisões portuguesas na Galiza, Confraria Queirosiana, Arte Tripharia (Galiza). Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que

"de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português". Por isso "não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países".

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre.

A nossa conformada indiferença não passa duma convicção. Detestamos o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado.

Nestes Colóquios alertámos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobramos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge, pois, apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Nas comunidades PALOP as novas gerações falam os dialetos locais e aprendem inglês relegando o Português para níveis residuais.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. O tão apregoado Acordo Ortográfico, ao contrário do que muitos defendem tem uma importância diminuta; até pelo próprio número de falantes o Português do Brasil será o mais importante. Devemos deixar que a língua siga o seu rumo natural e seja cada vez mais viva em vez de a amordaçarmos a Acordos Ortográficos. A língua não se decreta! Todos nos entendemos mesmo com grafias diferentes. A língua deve evoluir ao sabor de cada país com palavras distintas, grafias e vivências diferentes.

Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida enquanto franceses e ingleses estão bem ativos. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador Portugal.

A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc. Dos países onde está instituída que estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca há dias: "Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a Praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar. Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais".

O Professor António Damásio, autor do livro "O erro de Descartes" - demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos afirmar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Há 5 anos que sonho com este Colóquio dedicado a este tema tão especial. Desde o primeiro ano que temos tido uma representação da Galiza em todos os Colóquios. Porém, até hoje nunca os galegos se mostraram com forças para aceitarem o desafio. Estou convencido de que uma vez por todas serão capazes de deixarem de olhar para o próprio umbigo e pensarem no que é melhor para todos e participarem construtivamente neste evento.

Urge-me registar que pela primeira vez se conseguiram reunir debaixo dum mesmo teto, as correntes intelectuais divergentes da Galiza, que têm passado os anos de costas voltadas uns para os outros, sem conseguirem estabelecer uma união e convergência na luta comum que é a preservação da língua de todos nós. Para tal muito devemos ao incansável trabalho do Dr. Ângelo Cristóvão membro dos Comitês destes Colóquios e presença habitual em Colóquios anteriores.

Resta-me apelar aos presentes para que saibam escutar e debater de forma tolerante as opiniões divergentes que aqui se irão expor, na certeza de que só o compromisso, a concertação e a união de esforços poderá levar ao engrandecimento da grande pátria universal que é a língua portuguesa, independentemente da nacionalidade dos seus falantes, independentemente das suas convicções políticas ou religiosas.

É neste momento histórico de viragem que se espera surjam os grandes inspiradores, capazes de aglutinar sob uma plataforma comum vários pontos de vista divergentes. Sabemos que a divisão só favorece aqueles que não acreditam na vitalidade e no relevo da língua que falamos.

Ainda no ano passado aqui se discutiu como a língua do povo colonizador português serviu para aglutinar a resistência timorense contra os invasores indonésios e atualmente serve para enriquecer o próprio idioma local Tétum. Tal como os timorenses que lutaram durante mais de 24 anos pela sua independência podem os galegos aspirar a que a sua língua seja universalmente falada no seio da Comunidade Autónoma da Galiza como membros de pleno direito daquela Lusofonia em que acreditamos.

Espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar.

30.2.4. NOTAS SOBRE O V COLÓQUIO ANUAL DA Lusofonia - dias 2-4 outubro 2006.

30.2.4.1. LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA TEMA 1:

Como a sociolinguística tem mostrado nas últimas décadas as línguas não mudam em bloco. Uma língua, um dialeto, mesmo um idioleto, não são homogéneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Se o objeto da linguística histórica é a mudança linguística, o objeto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente.

Conhecer a situação na Galiza desde as origens, e a sua evolução. Conhecer as principais linhas de rumo da literatura galega no período pós-Franco, em defesa da cultura, dos valores solidários e dos direitos históricos da Galiza. O conflito entre reintegracionistas, normativos e os outros: um genocídio da língua? Compreender o papel histórico desempenhado pelos intelectuais e políticos galegos. Extrair conclusões sobre os conflitos e respetivos desenlaces da História. Permitir o debate aberto sobre a língua na Galiza; tanto sobre a sua forma gráfica, como sobre o conceito de língua (isolada ou parte ativa do tronco galaico-português), e a sua difícil situação atual. A situação do galego é paradoxal. Se atendermos a critérios linguísticos, é uma das formas do português e, neste sentido, é uma língua nacional - uma forma especial, pois foi na antiga Gallaecia que nasceu a língua de Camões. Mas conforme ao uso maioritário da população, quer no atinente à ortografia, a formalização da língua ou corpus, quer atendendo ao estatuto social ou status, em relação ao castelhano, a situação do galego mais se assemelha a um patuá (patois), apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

Como dizia Ângelo Cristóvão:

"A esperança de uma mudança de rumo na política linguística continua a estar longe dos âmbitos oficiais, nas mãos dos movimentos de normalização linguística, dependente do seu dinamismo e da capacidade de somar esforços numa mesma linha de trabalho: o fomento do galego como língua nacional e na defesa dos direitos dos utentes.

O trabalho das associações lusófonas galegas é fundamental. Uma das características mais felizes da geração da Lusofonia é a sua independência económica, organizativa e ideológica a respeito dos poderes estabelecidos na Galiza. O outro, não menos importante, é tratar-se de um movimento que nada tem a ver com saudosismos nem a defesa de privilégios adquiridos. Tem mais a ver com a aquisição de direitos - individuais e coletivos negados no dia-a-dia, roubados ao povo, negados à nação galega.

Questão importante, a ter em conta, é a sua articulação em várias associações culturais e cívicas cujo elo de união é colaborar numa mesma tarefa de dignificação da língua e cultura da Galiza, do português galego.

Isto é feito por diferentes vias, em resumo: a produção de textos (livros, revistas, jornais) e as diversas atividades culturais direta ou indiretamente relacionadas com o uso e promoção de um galego dignificado e, mais cada vez, implícita ou explicitamente, identificado com o português.

No V Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação presente, onde o genocídio linguístico atingiu uma forma nova e subtil, já não através da perseguição aberta e pública do galego, como em décadas passadas, mas pela promoção social, escolar e política de uma forma oral e escrita deturpada, castelhanizada, a par de uma política de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas ou lusistas).

Debateu-se uma Galiza que luta pela sua sobrevivência linguística, numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total nas próximas décadas. Falou-se de história, dos vários avanços e recuos e de vários movimentos a favor da língua portuguesa na Galiza, teceram-se críticas, comentários e apontaram-se soluções, sendo quase universalmente exigida a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios.

Existe aqui ampla oportunidade para as televisões portuguesas descobrirem aquele mercado de quase três milhões de pessoas. As oportunidades comerciais de penetração da Galiza podem ser uma porta importante para a consolidação da língua naquela região autónoma.

Foi sobejamente assinalada a quase generalizada apatia e desconhecimento do problema da língua na Galiza por parte dos portugueses e o seu esquecimento por parte das entidades oficiais sempre temerosas de ofenderem o poder central em Madrid. Faltam iniciativas como esta para alertar, um número cada vez maior, as pessoas para este genocídio linguístico, desconhecido e que mora mesmo aqui ao lado.

Por outro lado, constatou-se a necessidade de uma maior concertação e união entre as várias associações em campo que propugnam a língua portuguesa na Galiza. A sua presença regular em eventos semelhantes em Portugal pode alargar o número de académicos preocupados com o tratamento de polé dado à língua nossa antepassada num território que por mercê duma conquista histórica de há 500 anos teima em não perder a sua língua original, que é a nossa. O anúncio por Martinho Montero da criação duma Academia Galega da Língua Portuguesa é simultaneamente arriscado e ousado mas pode ser um passo em frente para a concretização do sonho de muitos galegos.

30.2.4.2. TRADUÇÃO TEMA 2:

Os problemas da tradução foram também debatidos como forma de perpetuar e manter a criatividade da língua portuguesa nos quatros cantos do mundo, algo que é importante realçar pois as pessoas não se apercebem muitas vezes desta vertente, sendo a mais surpreendente comunicação (Barbara Terseglav), uma referente à tradução de obras portuguesas (de Saramago a Mia Couto) na Eslovénia.

"Enquanto a tradução de obras portuguesas não estiver suficientemente difundida, a língua portuguesa não pode alcandorar-se ao nível de reconhecimento mundial doutras línguas."

Começa a haver um certo número de traduções de livros de autores portugueses, mas é altamente deficiente e deficitária. Uma das formas de preservar a língua é através da tradução. Só a tradução de obras permite a divulgação, algo muito importante na preservação da língua.

... Muitos eram os desafios que o 5º Colóquio lançava. Logo na cerimónia inaugural se assinalava um notável marco na História Galega da Língua Portuguesa: a presença dum representante da "Xunta de Galicia", o senhor Don Xosé Carlos Sierra, Delegado em Ourense da Consellaría de Cultura da Xunta de Galicia que disse não ter dúvidas de que galegos e portugueses falam afinal a mesma língua com evoluções históricas diferentes.

"É o mesmo que acontece com o espanhol da Península Ibérica e o da América do Sul, o inglês dos americanos e o das ilhas ou o português e o brasileiro", comparou Xosé Carlos Sierra, delegado de cultura da Junta da Galiza em Ourense.

Para este responsável, "é aceite científica e oficialmente que o galego e o português são da mesma família, o que se discute é se o galego atual ainda é o original ou se a evolução o tornou uma língua diferente do galaico-português".

O facto de o território berço da língua ter sido separado pela história e pelas fronteiras políticas em estados diferentes introduziu diferenças que alimentam esta discussão, assinalou o representante da Galiza. "Durante muitos anos, o galego foi uma língua proscrita e perseguida politicamente, mas mantém-se viva e falada", argumenta o mesmo responsável, embora admita que "não agrada muito ao poder político a reivindicação das suas origens". Apesar disso, entende que as semelhanças entre o galego e o português são tão visíveis como as diferenças entre o galego e o castelhano, que impera em Espanha.

O Vice-presidente da edilidade de Bragança, Eng.º Rui Caseiro anunciou na sessão de abertura que a Câmara Municipal de Bragança vai instituir um «Prémio Literário da Lusofonia» aberto a trabalhos oriundos de todo o mundo onde se fala português e que será atribuído pela primeira vez em 2007.

Segundo o autarca, o regulamento ainda está a ser ultimado, mas é já certo que será de natureza monetária, com um valor de 1500 euros para o melhor trabalho que posteriormente será publicado pela autarquia. A seleção será feita por um júri no âmbito do Colóquio da Lusofonia, uma iniciativa que a autarquia pretende continuar a apoiar, com o intuito de contribuir para a divulgação da língua portuguesa. O município vai também publicar as Atas destes Colóquios, realizados em Bragança com o objetivo de descentralizar este tipo de eventos.

Igualmente se assinala que, pela primeira vez, o Instituto Politécnico de Bragança se fez representar na sessão de abertura com a presença do seu novo Presidente Professor Sobrinho Teixeira que prometeu cooperar com as futuras edições do evento.

Lamentavelmente, mais de 150 entidades oficiais foram convidadas, mas os representantes do Instituto Camões, ILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), Ministério da Educação e da Cultura fizeram-se notar pela sua habitual ausência (motivos de agenda foi a desculpa sempre invocada quer pela CPLP, quer pelo MC, IPLB (Instituto Português do Livro e das Bibliotecas), quer ainda pelo representante de embaixada e consulado angolano, os únicos que se dignaram responder ao nosso convite).

Este alheamento completo das entidades responsáveis pela Língua em Portugal só nos pressagia o pior. Ninguém lhes ia pedir subsídios, mas apenas os queríamos presentes para compartilharem o que já conseguimos fazer ao longo destes cinco anos. Sem dúvida que este ambicioso projeto em debate este ano não teria sido possível sem o incansável empresário galego, Dr Ângelo Cristóvão que conseguiu reunir um importante leque de oradores que nos falaram do tema principal: a Galiza, durante dois dos três dias do Colóquio. Aliás ele é o único participante em todos os cinco Colóquios.

Quando em 2001 preparamos o início destes Colóquios Anuais da Lusofonia - sob a égide do nosso patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsídio-dependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante os Colóquios têm-se realizado em Bragança, graças ao apoio da CMB na sua aposta de combate à insularidade em termos culturais.

Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; cada vez mais existe Lisboa e o resto progressivamente passou a ser apenas paisagem. É muito raro os locais do interior, os locais mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua.

Com a saída de serviços vitais à fixação de pessoas no interior, com todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que de Lisboa. Por outro lado, conseguiu-se que estes Colóquios se tornassem graças à nossa persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática. Os Colóquios caracterizam-se pela sua independência de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes contando com o apoio, ao nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual. Isto só tem possível pela existência duma rede organizativa de voluntários que inclui para além da Comissão Organizadora, alunos e ex-alunos do IPB. Mostramos assim que havendo vontade, determinação e tempo disponível é possível levar a cabo um evento desta envergadura com custos mínimos e sem subserviências de dependência económica.

A intenção destes Colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma ata cheia de boas intenções com as conclusões, estes Colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja, verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do Colóquio em que intervieram.

Estes Colóquios podem ser ainda marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se acabou de ver na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa.

Outra das novidades em 2005 foi a realização de dois concertos (Piano e Guitarra) no seio dos Colóquios em sessões noturnas, mostrando que a realidade da Lusofonia - tal qual a entendemos - não se restringe à mera discussão linguística.

Igualmente se manteve uma pequena Mostra de Artesanato de Bragança e uma Mostra de Livros da Galiza e de Miranda do Douro, o que só demonstra a vitalidade e a - cada vez mais lata - abrangência destes Colóquios.

Por outro lado, a componente lúdica e cultural destes Colóquios tem permitido nos últimos anos, algo que não sucede em eventos deste tipo: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços entre participantes e passeios culturais ao Parque Natural de Montesinho, a Rio de Onor e à Cidadela, em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, elos esses que se têm perpetuado a nível pessoal e profissional.

As pessoas conseguem dispor de tempo para trocarem impressões, falarem de projetos, partilharem ideias e metodologias, fazerem conhecer as suas vivências e pontos de vista, alargando esta rede informal que são os Colóquios Anuais da Lusofonia que neste momento já movimentam cerca de duas mil pessoas através da sua rede.

Este ano para além de Rio de Onor, onde cerca de quatro dezenas de pessoas arrostaram com a chuva inclemente, tivemos uma visita soalheira a Miranda do Douro. Ali fomos recebidos com a Capa de Honra pelo Vereador da Cultura, professor Carção, que nos proporcionou visitas guiadas ao Museu, à Casa da Cultura, e à Biblioteca, onde a simpatia local ficou demonstrada pela boas-vontades demonstradas em servirem-nos de guia bem para lá das horas normais de funcionamento daquelas instituições.

Houve inclusive um fator curioso de um dos oradores ter descoberto uma possível origem etimológica para o seu apelido na visita ao Museu. Todos saímos mais enriquecidos destas duas visitas de turismo cultural.

No Colóquio deste ano estavam representadas as seguintes Universidades: Corunha, Vigo, Santiago de Compostela, Valhadolid, Salamanca, Coimbra, Minho, Évora, Madeira, Açores, Ljubljana (Eslovénia), Université Lumière Lyon2 (França), Università Degli Studi Suor Orsola Benincasa de Nápoles (Itália), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) do Brasil e a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, e as seguintes Associações: MDL (Movimento de Defesa da Língua (Galiza), Associação de Amizade Galiza-Portugal, AGAL, Plataforma para a emissão das rádios e televisões portuguesas na Galiza, Confraria Queirosiana, Arte Tripharia (Galiza).

Houve um número recorde de oradores (nada menos que 27 que se espartilharam nos seus 20 minutos de apresentação, o que permitiu (uma vez mais) o rigoroso cumprimento dos horários previamente anunciados.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. O tão apregoado Acordo Ortográfico, ao contrário do que muitos defendem tem uma importância diminuta; até pelo próprio número de falantes o Português do Brasil será o mais importante.

Devemos deixar que a língua siga o seu rumo natural e seja cada vez mais viva em vez de a amordarmos a Acordos Ortográficos. A língua não se decreta! Todos nos entendemos mesmo com grafias diferentes. A língua deve evoluir ao sabor de cada país com palavras distintas, grafias e vivências diferentes.

Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida enquanto franceses e ingleses estão bem ativos. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros.

A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos.

Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador Portugal.

A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc., dos países onde está instituída que estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca há dias: "Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a Praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar. Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais".

O Professor António Damásio, autor do livro "O erro de Descartes" - demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais.

Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos afirmar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Há 5 anos que sonhava com este Colóquio dedicado a este tema tão especial. Desde o primeiro ano que temos tido uma representação da Galiza em todos os Colóquios.

Porém, até hoje nunca os galegos se mostraram com forças para aceitarem o desafio.

Urge registar que pela primeira vez se conseguiram reunir debaixo dum mesmo teto, correntes intelectuais divergentes da Galiza, que têm passado os anos de costas voltadas uns para os outros, sem conseguirem estabelecer uma união e convergência na luta comum que é a preservação da língua de todos nós.

Para tal, muito se deveu ao incansável trabalho do Dr Ângelo Cristóvão membro dos Comités destes Colóquios e presença habitual em Colóquios anteriores.

Creio que podemos ao fim de três dias de trabalhos esperar que as sementes do compromisso, da concertação e da união de esforços possam levar ao engrandecimento da grande pátria universal que é a língua portuguesa, independentemente da nacionalidade dos seus falantes, independentemente das suas convicções políticas ou religiosas.

É neste momento histórico de viragem que se espera surjam os grandes inspiradores, capazes de aglutinar sob uma plataforma comum vários pontos de vista divergentes. Sabemos que a divisão só favorece aqueles que não acreditam na vitalidade e no relevo da língua que falamos.

Ainda no ano passado aqui se discutiu como a língua do povo colonizador português serviu para aglutinar a resistência timorense contra os invasores indonésios e atualmente serve para enriquecer o próprio idioma local Tétum.

Tal como os timorenses que lutaram durante mais de 24 anos pela sua independência podem os galegos aspirar a que a sua língua seja universalmente falada no seio da Comunidade Autónoma da Galiza como membros de pleno direito daquela Lusofonia em que acreditamos.

Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão que com a nossa podem coabitar. Para o ano avizinha-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate: "o português no séc. XXI, a variante brasileira rumo ao futuro.

O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas."

CRÓNICA 31 - DOS DIAS DE FINADOS DE VOLTA À MINHA INFÂNCIA, , 1 NOVEMBRO 2006

31.1. DIA DE FINADOS. ainda estou vivo

Entre no café, depois de percorrer estes vinte e cinco passos habituais e diários. Ao balcão do Eurobar, no Largo da Igreja da Lomba da Maia, os clientes do costume a beberem os seus bagaços, cervejas, vinho de cheiro ou qualquer outra variante alcoólica. Raramente reparo neles, depois de atirar os meus bons dias, tardes ou noites. Conheço-os a todos, embora desconheça os seus nomes, com todos já falei em momentos vários. Podia descrevê-los ou às suas profissões mesmo sem lhes saber os nomes. Muitas vezes nem os ouço, nem os entendo com o seu rápido sotaque cerrado micalense neles, depois de atirar mecanicamente os seus bons dias, tardes ou noites. Faces escalavradas pelo tempo, pelas horas sob este clima inclemente, ou meramente faces que eu não escrutino mais. Também não constato as pedras de basalto cinzento que orlam o passeio por onde sigo, nem tampouco me apoquento com as faces lavadas das casas que no verão são sempre pintadas de fresco como é hábito centenário antes das festas locais.

Nos montes ao longe lá estão as, sempre alpinistas, vacas, e os montes que na semana passada estavam castanhos já passaram, de novo a verde, com a chuva destes últimos dias. O mar confunde-se com o céu num horizonte que ora está cinzento ou azuláceo e que se perde para além do alcance da vista. A humidade escorre pelas paredes, pelas ruas, pelas casas, pelas faces e ninguém parece aperceber-se dela embora exista omnipresente e se note na camada de mildio que ocupa as faces de tudo o que é cabedal ou couro. Esta a realidade que me escapa e, no entanto, ela está lá. As pessoas continuam a levantar-se de noite embora a mudança da hora já traga os primeiros alvares da aurora pelas sete da manhã. Continuam a deitar-se cansadas depois de um dia, semana, ano de trabalho ininterrupto que apenas é entrecortado pelas festas da freguesia e por uma ou outra procissão ou evento de cariz religioso tradicional. Não as ouço queixarem-se da carestia de vida ou da má sorte que lhes repete destinos ingratos. Há uma certa resignação amargurada que se entrevê nas comissuras das peles rugosas e encarquilhadas. Os campos continuam a ser arados e as vacas mungidas, chova ou faça sol, seja feriado ou fim de semana.

A propriedade da terra é deveras sagrada embora sem os exageros transmontanos de se matarem uns aos outros por um metro de terra. A terra e as vacas são os únicos elementos mensuráveis da riqueza de cada um. Os filhos ainda são abundantes e vão à escola nos intervalos da ajuda nos campos, que não é opção, mas obrigação. Esta a realidade que não vejo, mas me rodeia porque ainda estou vivo.

O dia dos fiéis defuntos, dia dos mortos ou dia de finados é celebrado pela Igreja Católica no dia 2 de novembro, logo a seguir ao Dia de Todos-os-Santos. No séc. 1 os cristãos não rezavam pelos mortos. Essa nunca foi uma prática da chamada, "Igreja Primitiva". Pelo contrário, líderes como o apóstolo São Paulo orientavam o povo cristão a não se preocupar com a situação dos mortos, como os pagãos - os não cristãos - faziam (1Ts 4.13).⁴¹

Desde o séc. I, os cristãos rezavam pelos falecidos, visitando os túmulos dos mártires para rezar pelos que morreram. No séc. V, a igreja dedicava um dia do ano para rezar por todos os mortos, pelos quais ninguém rezava e dos quais ninguém lembrava. Também o abade Cluny, santo Odilon, em 998 pedia aos monges que orassem pelos mortos. Desde o séc. XI os papas Silvestre II (1009), João XVII (1009) e Leão IX (1015) obrigam a comunidade a dedicar um dia aos mortos. No séc. XIII esse dia anual passa a ser comemorado em 2 de novembro, porque 1 de novembro é a Festa de Todos os Santos.

Na cultura judaico-cristã que nos rodeia, esta recordação dos que já morreram assume uma grande importância, quanto mais não seja para pensarmos que outra vida melhor nos espera. Quem não se deu conta que aspiramos à eternidade e sentimos que essa aspiração se concretiza na memória dos que conviveram com cada um de nós. Há um dia expressamente dedicado a este fim, a essa saudade. Essa é a razão que motiva muitos dos que vivem longe dos locais onde nasceram, a visitá-los uma vez em cada ano, e isso torna-se bem mais visível no interior do país, onde, cada vez vive menos gente. O dia de finados é uma evidente expressão da cultura lusófona a que pertencemos e manifesta-se em todos os povos que se exprimem culturalmente em português.

Nota-se, pelo menos eu assim o observo empiricamente, um nítido decréscimo de participação comparativamente à minha infância, o que quer dizer uma de duas coisas, ou há menos gente a acreditar na vida além-túmulo ou isto parece estar destinado apenas aos mais velhos que eu. O decréscimo de crentes católicos em Portugal deve contar para isso pois apesar de no último censo serem 92,2% apenas 10% ia regularmente à missa... Eu tenho para mim que não é preciso haver um dia no calendário, propositadamente colocado a seguir ao Dia de Todos os Santos. Ora esta data tem ainda algum relevo para uma minoria, e obviamente um dia de Finados em dia de laboração normal não deixa grande margem de manobra para as pessoas irem aos cemitérios, depois de se levantarem cedo, deixarem os filhos na escola, voltarem do trabalho, irem buscar os filhos ao ATL (tempos livres), prepararem o jantar, etc.

Penso que cada um, na reclusão do seu lar, deve dedicar todos os momentos que quiser ou sentir necessidade a homenagear os seus mortos, da forma como melhor o entender. Por vezes, bastará um pensamento ou uma lembrança de como eles nos fazem falta num momento de dor, de alegria, de dúvida. Essa sim seria uma forma mais adequada de nos lembrarmos daqueles que nos deixaram e de quem sentimos a falta, porque - não o neguemos - há muitos que nos deixaram e de quem não sentimos falta nenhuma...esta coisa da religião, cria hipocrisias que nos levam a venerar todos os mortos mesmo aqueles que não queremos ou por quem nada sentimos, incluindo antepassados que nunca conhecemos.

Desde há muito que dedico momentos silenciosos de pausa na minha vida para me recordar daqueles que gostaria estivessem comigo em determinados momentos, para saborear com eles uma vitória pessoal ou profissional, para partilhar com eles um triunfo particularmente interessante ou apenas para eles nos darem uma palmada congratulatória nas costas. São meus companheiros de sempre mesmo que já não estejam no rol dos vivos, a sua memória perdura e dessa forma os homenageio, sem vasos nem flores, nem peregrinações ao sítio onde deixaram as ossadas terrenas. Talvez o faça por ser assim que gostaria me recordassem, tanto mais que desde 1974 decidi que iria ser cremado e com as cinzas lançadas ao mar. Na altura exigia o Oceano Pacífico, mas dada a distância a que estamos agora creio que terei de me satisfazer com o Atlântico Norte.

De repente, dei comigo a pensar que sou demasiado exigente com o meu filho mais novo, tal como o meu pai foi exigente comigo e creio estar errado. Vou tentar emendar-me. Fui bafejado com uma criança inteligente, ativa e dinâmica, sem dificuldades no ensino e continuo a exigir dele uma calma e uma atitude que - eu próprio - só tive em fase adiantada da minha vida. Repito afinal trajetos genéticos nesta ânsia de ter um filho que sofra menos do que sofri até encontrar esta estabilidade emocional e psíquica que atravesso. Quero inculcar-lhe esta ética de trabalho, de dedicação e respeito pelos outros que raramente se vê nos jovens hoje em dia e que caracterizaram a maior parte da minha vida. No resto não preciso de lhe inculcar nada pois ele sai ao pai e irá decerto beneficiar duma educação mais independente, destes tempos livre mais desacompanhados do que eu tive, andando por esta aldeia de bicicleta, a brincar com os amigos e a descobrir o que quer que ele ande a descobrir.

31.2. DE VOLTA À MINHA INFÂNCIA. O FIM DO FILHO ÚNICO E A ESCOLA – UMA DESGRAÇA NUNCA VEM SÓ. 1 novembro 2006

Convém aqui recordar um pouco como foram esses tempos. Aos quatro anos e meio, foi necessário mudar para uma casa maior (perto das Antas e do Marquês de Pombal) numa paralela à Rua de Costa Cabral com o pomposo nome de Rua de Maria Pia⁴². Desconheço a razão pela qual tão pacata rua mereceu um nome régio.

A minha avó (paterna) estranhou a mudança da casa no Bairro Garantia, na rua do Amial para esta vivenda de dois andares, mas continuou com a sua vida recatada, ocasionalmente entrecortada pela visita de primas e amigas ou convites para as visitar. Fazia os seus tricôs e crochês, jogava umas paciências de cartas e mantinha-se à margem da casa agora que a minha mãe mandava em tudo, ao contrário do que se tinha passado na casa do Amial. Era um casarão de três pisos (nós ocupávamos dois) e um longo quintal onde tinha o meu canteiro de flores do qual cuidava quando não andava no galinheiro a espantar as galinhas. No 1º andar duas salas para a frente e uma para trás, ao lado da cozinha, e uma varanda coberta com escadaria para o quintal, e nela havia um WC e despensa. Em cima, havia quatro quartos, uma casa de banho e um WC na outra varanda coberta, donde se avistava ao longe o Estádio Eng.º Vidal Pinheiro, do Sport Comércio e Salgueiros que deixou de ter futebol em 2005.



41 Retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_dos_fi%C3%A9is_defuntos

42 A rainha, Maria Pia de Saboia (1847-1911) era filha de Victor Emanuel II, rei da Itália e de Adelaide Habsburgo Lotaringiano. Casou em 1862 com Luís I, Saxe-Coburg-Gotha, Rei de Portugal

Em frente à nossa vivenda de dois andares havia uma "ilha" onde vivia o meu primeiro alfaiate e os seus dois filhos (Adalberto e Xico) com quem muito ocasionalmente podia brincar ao sair da escola. Ao lado da entrada para essa "ilha"⁴³ (a ilha é a favela à moda do Porto com várias habitações pobres) numa pequena e modesta moradia de porta, janela e sótão, morava o taxista lá da zona que tinha uma filha chamada Tina (provavelmente dois anos mais velha que eu) e a quem eu ia colocar pequenos bilhetes na caixa do correio, ficando depois à janela à espera dum sinal.

Creio que nunca veio nenhum sinal dela ou então (prefiro imaginar poeticamente) nunca recebeu essas primeiras missivas de amor. Ignoro por que razão me lembro tão vividamente deste episódio. A minha consciência social era ainda reduzida, apesar dos ensinamentos igualitários caseiros que propugnavam já uma igualdade sem discriminações. Carros na família ainda havia poucos além do meu avô materno, os meus três tios e alguns primos apenas. Era um bem ainda fora do alcance de muitas bolsas. Assim, a Tina atraía-me, pois, o pai podia andar sempre de carro como motorista de praça, que era a minha ambição máxima naquela idade. Ser taxista não me importunava desde que pudesse andar sempre de carro. Esta característica arrastou-se comigo, de certo modo, até esta data: ainda adoro conduzir. Quando vivia em Bragança, a luta contra possíveis estados depressivos ou negativos, fazia-se conduzindo centenas de quilómetros por estradas, aldeias, ou meramente nas planícies de Castela

No quintal - nas traseiras - ao lado da nossa casa havia uma cabana ridiculamente pequena, mais parecia uma arrecadação de vassouras, onde vivia a nossa empregada Emília, que tinha para aí umas 20 dioptrias, com os dois filhos sempre ranhosos e um marido bêbedo que lhe dava porrada de meia-noite, ainda antes desta hora. Esse barulho de violência doméstica, o choro dela e dos filhos, ficaram para sempre gravados no meu inconsciente de não-violência, pois, entre os meus 5 e os 9 anos, quase todas as noites se ouviam essas cenas de violência conjugal. Eram uns pobres miseráveis e esse foi um dos meus primeiros contactos com a pobreza que aliás podia também ser vista em ruas adjacentes.

A Escola Primária da Rua do Cunha, logo no início a 200 metros da Rua de Costa Cabral, ficava a uns escassos vinte metros da nossa Rua de Maria Pia nº 101.... Era um casarão senhorial adaptado (há muito vítima do camartelo e substituído por uns banais prédios de andares vulgares) com um recreio de dimensões suficientes para as quatro classes que a frequentavam, cheio de árvores centenárias e em terra batida. A minha mãe que já perdera duas gravidezes (abortara espontaneamente), finalmente deu à luz uns cinco anos e meio depois de eu nascer, uma linda menina com 4 kg e 56 cm. Se bem que a esperasse com ansiedade, havia um medo ancestral de que ela viesse a ocupar um certo espaço que até então tinha sido exclusivamente meu. As prerrogativas de filho único perderam a sua razão de ser no dia do nascimento dela. De qualquer forma fiquei satisfeito por ver aquele enorme bebé gorducho e cheio de cabelos alourados quando me chamaram pelas 8 e meia da manhã.

É bom não esquecer que, naquele já longínquo ano de 1955, a maior parte dos partos ocorria em casa, pois as pessoas não se deslocavam aos hospitais ou clínicas. Havia, normalmente, um médico, acompanhado de uma enfermeira-parteira que se deslocava à residência das pessoas e aí fazia o parto da criança. No caso vertente foi o mesmo médico (Dr Eugénio Franco) que me ajudara a ver a luz quem fez o parto. Ainda me lembro de o ver sorridente a sair do quarto dos meus pais.

Se houvesse problema chamava-se uma ambulância e ia-se para o hospital mais perto (na altura deste nascimento, no Porto, ainda só existia o vetusto Hospital de Santo António, onde viria a nascer o meu filho mais novo em 1996) já que os mais velhos - gémeos - nasceram na Venerável Ordem da Trindade em 1976 e a filha nasceu em Sidney no Royal Hospital for Women, Paddington em 1986. Raras eram as crianças a nascerem fora de suas casas.

O Hospital de São João foi criado pelo Decreto-Lei n.º 22917, de 31 de julho de 1943, com a designação de Hospital Escolar do Porto, ligado à Faculdade de Medicina do Porto, mas o projeto sofreu um atraso considerável, a que não foi alheia a II Guerra Mundial, pelo que a sua inauguração ocorreu a 24 de junho de 1959, já a minha irmã tinha quatro anos.

A minha irmã em breve iria enfrentar, esse trauma da mudança de casa que eu sentira uns anos antes. A minha avó estranhou bastante a mudança de zona, mas continuou com a sua vida recatada, ocasionalmente entrecortada pela visita de primas e amigas ou convites para as visitar. Lá fazia os seus tricôs e crochês, jogava umas paciências de cartas e mantinha-se à margem agora que a minha mãe, finalmente na "sua casa" mandava em tudo, ao contrário do que se tinha passado na casa anterior, que era da sogra. Seria talvez esta outra razão para a mudança além da do nascimento da minha irmã? Estas coisas nunca se sabem nem se discutem, não fica bem as famílias dizerem o porquê destas atitudes e eu, sempre interessado em autopsicanalisar o mundo que me rodeava, indagava-me sobre quais as verdadeiras razões destas mudanças.

As crianças sofrem muito mais com as mutações que os adultos, embora na aparência façam crer a toda a gente que gostam da novidade e de tudo o que é novo e diferente. Bem no meu íntimo, eu perdera uma primeira noção de estabilidade, que me era querida, sem perceber porquê. Havia vantagens e desvantagens nesta mudança inicial. Tudo tinha que ser reaprendido, desde os cantos escuros, às sombras, aos sons novos e desconhecidos. Cada casa tem o seu ranger de soalha característico, cada canto tem os seus segredos peculiares, as sombras são únicas e toda essa aprendizagem demora o seu tempo. Esses sons e sombras permeiam os minutos de vigília de todas as crianças antes de adormecerem. Enaltecem ou recalcam os seus medos e temores. Há sempre um mundo desconhecido em cada quintal e aquele era o primeiro em que eu me aventurava, onde imponentes mandavam as galinhas poedeiras, o galo e o peru

43 A ilha do Porto é um tipo de habitação operária muito diferente do de outras cidades industriais, como Lisboa, onde existem os pátios, ou as cidades industriais europeias. Surgiram inicialmente na zona oriental da cidade, mas rapidamente se estenderam ao centro e aos concelhos limítrofes. Para o aparecimento das ilhas acredita-se que tenha contribuído a grande influência inglesa na cidade. O esquema das ilhas é frequentemente associado às primeiras back-to-back houses em Leeds, quer em termos de morfologia, de promotores e em termos de intuito de construção. A origem das ilhas é desconhecida sendo certo que no século XVIII já eram relatadas casas a que se chamava de ilhas. Em inquirições de D. Afonso IV (1291-1357) faz-se referência também a conjuntos de habitações com apenas uma saída para a rua. Foi, no entanto, no final do século XIX, com o desenvolvimento industrial da cidade, e com a chegada de muitos migrantes das terras do norte do país, que este tipo de habitação se massificou. O lote almadino tinha, normalmente, 5,5 m de largura, de frente para a rua, por uns 100 m de comprimento. As casas burguesas eram construídas nos primeiros 30 m, sendo que ficavam a sobrar uns 70 m nas traseiras das casas. O proprietário abria uma ligação por baixo da casa por um corredor até ao fundo do quintal, de 1 a 2 metros de largura, e de um lado e de outro construía pequenas habitações precárias. Essas eram então pequenas habitações com áreas que não excediam os 16 m² (algumas apenas com 9 m²), construídas em fila (algumas vezes também costas com costas), nos quintais das casas da classe média que davam para a rua. As frentes dessas habitações tinham, regra geral, cerca de 4 metros, tinham uma porta e uma janela (que deitavam para o corredor central). A primeira divisão, que ocupava quase toda a casa, era a sala. Ao fundo existia um quarto, de 2,5 m por 1,5 m, e uma cozinha, de 1,5 m por 1,5 m. Por vezes, era improvisado um pequeno quarto no sótão. As retretes eram comuns, sendo que correspondiam, em média, 1 retrete para cada 5 casas. Na segunda metade do século XIX, o Porto vivia um clima de euforia industrial que atraiu à cidade populações rurais, vindas do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Alta, fugidas da crise rural que ali se vivia. A procura de alojamentos baratos fez então destes aglomerados de construções abarracadas, com uma única entrada, um atrativo negócio, principalmente explorado por pequenos proprietários que, dispendo de pouco capital, viram nas ilhas a garantia de uma rápida recuperação do capital investido e, a curto prazo, lucros significativos. Os interiores dessas casas, onde viviam famílias inteiras, facilmente de 10 ou mais pessoas, eram de madeira, não tinham esgotos, nem abastecimento de água, tinham ausência de ventilação e janelas pequenas que forneciam fraca iluminação. A juntar a estas condições a utilização comum de certos equipamentos, a convivência com animais (em um inquérito assinalam 709 porcos em 1124 casas visitadas) e a falta de educação dessas pessoas e a pobreza moral de alguns, deixam imaginar o ambiente desses espaços. Como o Código de Posturas Municipais de 1869 limitava a fiscalização camarária ao que era visível da rua (que neste caso eram as frentes de uma casa vulgar, normalmente a do promotor) e as ilhas acabavam por ser construídas no interior dos quarteirões, elas não estavam sujeitas ao controlo municipal, e à vista do cidadão. A uma primeira vista a cidade não mostrava aquela miséria. Entre 1878 e 1890 teriam sido construídas 5.100 habitações nas ilhas (metade das que existiriam em 1900), onde segundo Ricardo Jorge habitaria, em 1899, um terço da população da cidade! Segundo um inquérito realizado pela Câmara Municipal do Porto em 1939, havia então na cidade 1 152 ilhas abrigando 45 291 habitantes, ou seja, nessa altura, 17% da sua população total! Seguindo uma tentativa de higienização da cidade, de forma a prevenir a ocorrência de surtos epidémicos, a partir da década de 1940, as autoridades municipais empenharam-se na demolição progressiva das ilhas do Porto, realojando as famílias em grandes bairros sociais, afastados do centro. Cinquenta anos depois, as ilhas ainda não foram completamente erradicadas do Porto, e do Grande Porto. Muitas mantêm-se firmes "de pedra e cal" e tentam renovar-se numa perspetiva de contrariar o espírito frio e impessoal que cada vez mais define a vida nos bairros sociais. Dados recentes apontam para a persistência de 1.130 ilhas espalhadas pela cidade do Porto. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_\(bairro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_(bairro))

que aparecia e desaparecia entre novembro e dezembro. Ficava ao fundo dos pequenos talhões dedicados a uma pequena horta doméstica e outro mais virado para decoração floral que ia preencher os vasos e vasinhos daquele casarão.

Voltando a 1955, menos de dez meses decorridos sobre o nascimento da minha irmã, acabaram-se as férias eternas que os infantes gozavam nesses tempos. Sempre pensei que a vida era um estado natural de nada fazer, a não ser brincar e divertir-me. Lá fui para a Escola Primária da Rua do Cunha que, curiosamente, ficava quase ao lado de casa e onde a sua mãe lecionava naquela altura ou iria lecionar a seguir. Pensem agora no efeito traumatizante para uma criança da minha idade, a mudança de casa, seguida imediatamente do nascimento de uma irmã e o fim da vida de filho único com o começo da escola primária. A pré-escola e as creches não haviam ainda sido inventadas, e o mais que se assemelhava eram as “criadas de meninos” que havia lá em casa para tomarem conta de mim e da irmã. Naquela época não havia psicólogos infantis nem se estudava ainda a fundo a problemática da traumatologia infantil, a não ser alguns estudos então pouco conhecidos ou divulgados de Vygotsky que acredita que

“A evolução da consciência passa dum ordem menor a uma ordem maior do desenvolvimento da criança à medida que as funções mentais passam a ser socioculturais e não apenas biologicamente mentais. Parte assim dum requisito biológico para o transformar através da interação sociocultural numa forma de desenvolvimento, passando do estágio de dependência para o de independência e autorregulação. A criança inicia a sua aprendizagem através das atividades em que a sociedade colocou algum valor (trabalho, atividades lúdicas, educação, literacia). Socioculturalmente, a criança é confrontada com um ambiente recheado de tarefas e exigências que requerem da criança a utilização da linguagem como instrumento, enquanto ela se mantém dependente dos adultos que a rodeiam (normalmente os progenitores) para saber como fazer, o que fazer e não fazer”.

Rodeado por uns poucos adultos até então, com uns pais mais ausentes que presentes, as noções de vida haviam-me sido transmitidas através da avó paterna e de todas as suas visões adulteradas dum realidade a que ela nunca se habituaria nos seus mais de oitenta anos de vida. Iriam, pois, retirar-me desse círculo, onde a vida dos adultos se passava à minha banda e sem intervenção de maior, mas simultaneamente dependendo deles para aprender o ambiente que me rodeava, tendo que descobrir por mim mesmo, pela minha imaginação e investigação, próprias da idade, as soluções para os problemas e questões que se me punham. Os pais saindo bem cedo de casa e regressando já tarde, deixavam-me apenas o tempo, antes e durante o jantar, para interagir antes de me ir deitar pelas oito e pouco da noite, o que era manifestamente pouco para a construção do meu ego modelado em exemplos maduros paternos e maternos. Restava-me assim, uma vez mais e sempre, a imagem da avó, das suas lendas e contarelhos, das histórias de fadas e princesas que teria sido a vida da minha avó enquanto jovem, uma vida de gente rica e influente, de que eu nunca viria a desfrutar nem a partilhar, mas que criaria no meu imaginário um modelo conceitual de vida que pretendi ter a todo o custo. Assim, vi e revi imagens fotográficas e daguerreótipos do século XIX, de viagens ao estrangeiro, de tempos e locais distantes, sonhando sempre um dia poder ir e visitar tais locais de encantos tamanhos.

Esta época foi muito traumática porque durante grande parte da segunda e terceira classes estive doente com quase todas as doenças imagináveis e próprias da idade: sarampo, varicela, sarampelo, etc. Isto reduziu o meu rendimento escolar embora tivesse o apoio da minha mãe fora dos períodos escolares em casa. Na terceira classe, a minha professora, D. Júlia, adoeceu ou engravidou (já não me recordo) e foi substituída pela minha mãe, que um dia - embora ainda hoje ela o negue alegando não se recordar-me deu não sei quantas palmatoadas (provavelmente uma dúzia ou meia dúzia que eram as medidas standardizadas mais correntes à época). Ela pode não se lembrar, mas eu nunca o esqueci até hoje, pois deve ter sido dos castigos que mais me doeram em toda a vida. Estas classes, a terceira e a quarta, devem ter sido lecionadas pelo velho diretor da escola, um professor de apelido Guimarães, já avançado na idade e perto de atingir a sua reforma, mas ainda persistente nos seus métodos de ensino ancestrais, que haveriam de ter tanto sucesso que eu vencera um prémio de melhor aluno regional ou distrital. Embora me desgoste ainda hoje o título [Prémio Dr. Oliveira Salazar], devem aqueles diplomas estar guardados em casa dos meus pais. Dizia, por vezes, entre o embaçado e o orgulhoso, que se não fosse o título ainda os desembrulhava e emoldurava..., mas por mais que me tentem convencer que o 25 de abril foi um erro eu jamais esquecerei a Ditadura Nacional e os anos que se seguiram e preencheram a primeira parte da minha vida. Chegava já a admitir - nalguns casos - que a sociedade no tempo da ditadura era menos corrupta, a justiça funcionava melhor, e a educação (se bem que elitista) proporcionava muitos mais conhecimentos do que hoje em dia. Mas a falta de liberdade, a opressão política, a cegueira colonial e a falta de visão para o futuro, eram zonas negras dos anos de obscurantismo salazarista. A minha mãe bem se pode orgulhar de ter apertado a mão ao ditador (o meu pai gozava dizendo que ela andara dias sem a lavar) mas foram anos de obscurantismo e repressão.

Uma minoria de pessoas, que se julgavam importantes, bajulavam o velho ditador em troca dum pequenas benesses e lugares de proeminência, enquanto a polícia política, silenciosa e matreiramente, se encarregava de punir todos os que queriam pensar pela sua própria cabeça. Cuidando do país como se de uma mercearia se tratasse e escorreitas as contas, o ditador começara a amedilhar uma valiosa fortuna para o país, para a geração pós 25 de abril perdulariamente esbanjar. Tal como o ditador fazia com ele mesmo, na sua espartana e sovina maneira de ser, incorrupto, acabaria por nunca investir nem gastar essa fortuna. Nem para melhorar o país, nem para uso pessoal (honra lhe seja feita) pois o país não precisava de progresso que esse só traz a devassidão e maus costumes.

Era conhecido por “o botas” por jamais usar outro calçado que não botas. De igual forma imaginava um país, vestindo uniforme e cinzento, como ele mesmo. Queria uma massa de seguidores fiéis que nunca o questionassem, e uma população ignorante para poder continuar a dirigi-la sem que ela se inquietasse com o rumo seguido, numa visão paternalista e autocrática. Um bom dono de mercearia, mas sem ideias para o país, para além dos seus ideais sempre próximos do Eixo da 2ª Grande Guerra, por quem nunca escondeu a sua simpatia apesar de ter mantido Portugal “oficialmente” neutro na guerra (exceção feita à ocupação de Timor pelos japoneses e australianos). Emulava o seu vizinho da Espanha que vencera a guerra civil espanhola contra os comunistas e outros vermelhos, inimigos dos católicos e da pátria, mas jamais poria os pés fora do torrão continental do velho e decadente Império Colonial Português. Nunca se apercebera de que deveria ter melhorado a situação de pobreza extrema e de miséria da maioria da população.

O meu pai, que tinha nas suas estantes vários livros proibidos e no Índice, sempre se definira como **democrata da 1ª República**, com elevados ideais de justiça universal. Isto fazia parte de um conjunto de princípios inabaláveis e uma firmeza, singelamente desprovida de qualquer manifestação direta de afeto, mas tratou sempre o filho como se ele fosse filho único, muito protetor (demasiado!), com medo que eu atravessasse a rua, apesar de naquela época não haver movimento, e a Rua de Maria Pia (paralela a Costa Cabral) naquela época se poder bem denominar a Rua do Lá Vai Um. Fazia-o cheio de boas intenções e porque não sabia melhor. No entanto esse protecionismo era excessivo: temia, por tudo e por nada, que eu me debruçasse das janelas, que eu caísse no quintal, que me cortasse com os espinhos das rosas. O meu canteiro no quintal tinha jarros, ervilhas-de-cheiro, feijões, e uns quanto mais exemplares de flores e plantas inofensivas. Mesmo assim dizia cuidado que as ervilhas são venenosas... e aquelas pequenas bolas pretas intimidavam-me.

Havia um galinheiro ao fundo do quintal com umas galinhas e um galo, que além de porem ovos, serviam para a alimentação durante o ano, e acrescentava-se o inevitável peru pelo Natal, sem eu nunca ter percebido bem o fim que

os animais tinham e que estava intimamente relacionado com o que me punham na mesa para comer. No Natal aparecia o dito peru que tivera a malfadada sorte (?) de estar na engorda antes de ser degolado. Uma vez, um deles andou pela cozinha sem cabeça, aos saltos, para grande gáudio nosso e espanto da empregada que se calhar bebeu parte do brandi que era destinado ao peru... como era seu apanágio. Foi isso que se descobriu quando ela foi despedida logo após o natal.

Essa educação que tive e viria a durar toda a minha vida em casa dos pais, condicionou-me, criou-me medos quiçá injustificáveis, criou um espírito de iniciativa e de aventura embotado (mas vingar-me-ia, bem mais tarde) e aumentou uma timidez, seria mais acanhamento, que se arrastaria durante décadas. Depois tive de compensar isto com a minha vida profissional de jornalista o que permitiu dissimular os meus medos e temores para além da extrema timidez. Dito isto hoje, sei que dificilmente alguém acreditará, já que fui sempre aquilo que os britânicos chamam de "outspoken" e os portugueses de antanho podiam qualificar quase como desbragado ou desbocado. Mas a verdade é que sou ainda tímido e acanhado embora tenha aprendido os instrumentos sociais para o disfarçar sem que ninguém note. Pode até ter acontecido que esse aparente excesso e agressividade sejam formas camufladas dessa timidez.

As proibições nesse tempo eram muitas e raramente pude brincar com crianças da minha idade. Essa proibição iria manter-se durante a adolescência sem eu nunca ter entendido muito bem quais as razões para tal proibição. Foi sempre apanágio eu nunca sair, raramente era convidado e mais raramente ainda podia convidar fosse quem fosse. Creio que a minha mãe apesar de ter a casa esmeradamente limpa e apresentável não gostava de intrusos a observarem o seu conteúdo. Mesmo as amigas e colegas dela raramente a foram visitar. As poucas pessoas que passavam o umbral da porta eram normalmente familiares e apenas os mais chegados (avós maternos, tios, primos).

Lembrava-me também durante a fase da escola primária ter ido apenas a duas festas uma numa casa em frente à nossa (creio que a família tinha Cascais por apelido) e outra com um colega de escola chamado Matos. Recordo vários modelos de carros naquela rua, mas o mais impressionante era um *Nash Rambler Airflyte* de 1955 cujas rodas estavam tapadas num *design* original. Do pai do Matos recordava um *Renault 4CV* conhecido como "Joaninha" em Portugal ou o mais apropriado "Rabo Quente" no Brasil (em virtude do motor traseiro), ou "La motte de beurre" (pedaço de manteiga)" em França, devido ao tamanho e à cor amarela areia dos primeiros carros feitos para o exército ocupante alemão e para a sua campanha no norte de África. O motor de 748 cc tinha 17 cavalos e três velocidades. Continuou a ser produzido até 1961.



O *Renault 4CV* foi produzido entre 1946 e 1961. Era um carro do povo, muito económico, inspirado pelo *Volkswagen Carocha*, tendo sido a primeira viatura francesa a exceder um milhão de veículos vendidos. O protótipo ficou pronto durante a guerra em 1942, mas a versão final só seria apresentada em 1946 no *Salão Automóvel de Paris*. Era para ter sido substituído pelo *Renault Dauphine*, em 1956, mas continuou a ser produzido até 1961, um ano antes de terminar a produção do *Dauphine*. Facilmente artilhado o 4CV foi usado em corridas tendo ganho as *24 Horas de Le Mans* e as *Mille Miglia*, em parceria com a *Alpine* que mais tarde utilizaria a plataforma 4CV para criar o lendário *Alpine A-110* e o *Alpine A-106*. No Japão o carro foi produzido e comercializado pela *Hino Motors, Ltd.*

Traumático nessa época da Escola Primária parece ter sido o acidente que tive na terceira ou quarta classe no recreio da escola. Havia uns alunos enormes, de 14 anos, que andavam na quarta classe (aquilo a que se chamava gandulos) e como eu era filho de professora muitas vezes andavam atrás de mim, a ameaçar e outras coisas que se fazem nessa idade. Muitas décadas depois descobri que isso que eu temia na época, não era mais do que ser vítima de bullying nessa década de 1950. Não havia ainda pedopsicólogos para me aconselharem e ajudarem a recuperar dos traumas. Um dia ia a fugir deles, à saída da sala de aulas e com a pressa (talvez aflição) tropecei na escadaria de pedra que dava para o recreio, nas traseiras da escola. Caí desamparado e abri o sobrolho que borbilhava de sangue pela cara abaixo. Era o pânico e uma contínua (auxiliar de ação educativa) ia-me levar ao médico, mas eu só chamava o meu pai e a minha mãe (que nesse dia não estava na escola) e não queria ir sozinho com ela.

Lembro-me de ir agarrado à auxiliar aos berros, com um lenço molhado a tapar o "lanho" na testa, nessa curta viagem (que me pareceu uma eternidade) pela Rua de Maria Pia, Rua de Álvaro Castelões até à casa do Dr. Mota Torres, na Rua do Lindo Vale, do lado esquerdo da rua antes de chegar à Praça Marquês de Pombal... Lá me fizeram o curativo (nessa data ainda não havia *Enfermeiros Associados* ou coisa que o valha). Guardo até este dia uma sobancelha levemente diferente da outra e essa recordação do meu pranto pelas ruas de Maria Pia, de Álvaro Castelões e do Lindo Vale... até à casa do médico, um senhor de óculos grossos, baixo e atarracado, cujo filho em 2005 era dirigente regional de um partido político português.

Quando terminei, com sucesso, o exame da quarta classe tive de fazer o exame de admissão aos liceus como era costume nessa altura. Se o exame da quarta classe já era considerado difícil, o de admissão era encarado com muito temor por todos os infantes da minha idade. Era a passagem ao estádio seguinte do ensino em que deixávamos de ter o conforto de um só professor numa só sala, para termos de lidar com vários professores ao mesmo tempo, cada um deles dando a sua matéria específica em salas diferentes. Tudo isso metia medo aos meus nove anos.

Sabia que estava bem preparado, mas desde cedo revelei uma incapacidade natural em lidar com exames de qualquer tipo. O mais assustador era o facto de os exames, do Bairro Ocidental a que a minha freguesia de Paranhos pertencia, se realizarem apenas num local na cidade do Porto com professores que nunca tínhamos visto e não nas nossas bem conhecidas escolas. Ou seja, seria um exame num ambiente desconhecido, hostil e cheio de pessoas estranhas. A escola onde fiz esse exame ainda existe, ao contrário da minha Escola Primária, chama-se EB1 nº 18 na Rua dos Miosótis (Ramalde) e fica junto ao bairro de Santa Luzia (Prelada, Ramalde) muito perto de onde eu viria a viver no século seguinte e onde viria a andar uma neta nossa. Apesar dos nervos, lá fiz a prova numa sala do primeiro andar. Era um dia de sol e calor. Lembro-me da alegria que tive ao saber que tinha passado esse exame e da recompensa do meu pai que me deu o meu primeiro relógio, a corda, um *Cauny* dourado.

Outra recordação indelevelmente associada à infância passada na casa da Rua de Maria Pia, é a dos saltimbancos que apareciam, uma ou outra vez por ano, já não recordo exatamente quando, creio que na época do natal, para fazerem as suas acrobacias na rua em troco duns tostões. Eram em geral famélicos e escanzelados e divertiam-nos com as suas habilidades. Iam desde os palhaços a um outro a vomitar fogo, a outros marchando em cima dumas "andas" e outros números que a memória deixou escapar. Nunca excediam uma meia dúzia de artistas que assim ganhavam a vida e o que me espantava é que houvesse já mulheres naquele meio, numa era em que elas estavam quase totalmente apagadas da sociedade caseira que lhes era imposta.

Nas férias de verão íamos para a Póvoa do Varzim onde alugávamos uma casa em frente à velha estação dos caminhos-de-ferro, o que aconteceu, creio que até 1960. Para além do redondo e original Diana Bar na praia e da extensão do areal são poucas as recordações desses tempos. Desde o século 18 que havia a tradição de todas famílias transmontanas com algumas posses para fazerem férias (como a da minha mãe) irem a banhos para a Póvoa, enquanto o meu pai e a minha avó falavam de férias em Miramar e na Granja no início do século XX, como era tradição da sua família que tivera casas de praia em Matosinhos e na Foz. Por isso, passaríamos a ir para Espinho a partir de então.

Num dos anos em que fomos com as primas do Azinhoso para a Póvoa, a mais nova (Stella) namorou com um tipo que tinha um Karmann Ghia. Não me lembro do nome verdadeiro dele, mas chamava-lhe Agapito por razões que ora desconheço, nem sei se era alto ou baixo, mas apenas a memória do carro permaneceu. A outra prima, mais velha, já era casada com o Dr. Artur de Oliveira Pimentel (advogado, foi – várias vezes - Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Procurador à Câmara Corporativa na IX Legislatura, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Bragança (1969), Conservador dos Registos Cíveis e Prediais (1961-1969) e Deputado da Assembleia Nacional)⁴⁴.



KARMANN GHIA

Já nesta altura os carros tinham papel predominante e por isso estas memórias marcam, repetidas vezes, a sua presença no meu imaginário. Os meus avós e as tias-avós de Trás-os-Montes apareciam lá a visitar-nos dos fins de semana. Eram sempre visitas curtas acompanhando uma ou duas refeições. Fugazmente, poderiam ir até à praia, todos vestidos, sem se descalçarem, e colocando-se sempre na sombra abrigada do toldo ou barraca, alugados ao mês, para proteger a brancura das peles da família. Se fossem até à praia, as criadas teriam de ir lá, mais tarde, levar o lanche nas suas cestas de verga, todas aperaltadas nos seus vestidos pretos, com golas e mangas brancas, sob um calor estival. Os biquínis e fatos de banho mais ousados ainda não tinham chegado a esta região do país, e os homens e jovens ainda usavam maioritariamente fatos de banho com alças em vez de calções. Aliás, jamais esquecera que era ainda bem novo quando fui multado em dois mil e quinhentos [réis] (dois escudos e cinquenta centavos ou € 0,01) por andar descalço fora do perímetro do areal, por um “cabo-de-mar” zeloso (ainda não havia a famigerada ASAE nessa época) que me apanhara descalço numa passadeira para os lavabos. Eram sempre casas grandes estas casas de aluguer de férias, para os meus pais, a minha avó paterna, eu e a minha irmã, mais a empregada, quando não iam também as primas do Azinhoso.

Quer na Póvoa de Varzim, quer, mais tarde, em Espinho, estas casas eram disponibilizadas sempre com o recheio fundamental e equipamentos suficientes, para uma família viver naquele mês ou meses de aluguer, obrigando os donos das mesmas a refugiarem-se em cubículos que normalmente tinham construído nos seus quintais para poderem obter uma renda extra (provavelmente nunca declarada ao fisco) dos forasteiros que há décadas vinham a banhos. Nos primeiros anos lembrava-me da excitação que era sentar-me na camioneta das mudanças que levava as malas, o frigorífico, talheres, serviços de louça e roupa entre outras comodidades para preencher os vazios deixados pelos donos das casas no seu recheio. O transporte fora durante anos organizado por um polícia, que era oficial de diligências do meu avô no Tribunal do Porto e a viagem até Espinho nesses anos (em que não havia autoestrada até aos Carvalhos) demorava quase uma hora para os míseros dezassete quilómetros numa estrada concorridíssima, decerto bem mais lenta do que os comboios que seguiam paralelos à mesma.

Desde o século XVIII que havia a tradição de as famílias transmontanas (como a da minha mãe) irem a banhos para a Póvoa, enquanto a minha avó paterna e o meu pai falavam de férias na Foz, Matosinhos, em Miramar e na Granja, respetivamente, no início do século XX, como era tradição da família que, nesses tempos, tiveram casas de praia em Matosinhos e na Foz. Passariam a ir para Espinho a partir de então, tradição essa que a minha mãe manteria até depois dos 90 anos de idade, acompanhada pela filha e pelo neto. O curioso, porém, é que todos os anos se queixava do mau tempo, da nortada, do frio e apesar de todas estas queixas, com tantos locais mais amenos e aprazíveis no país inteiro onde poderia ir, mantinha-se firme a essa tradição espinhense. Bem a tentara convencer a ir a Macau, Austrália ou para Trás-os-Montes enquanto vivia em Bragança, ou mesmo depois aos Açores, quando para o arquipélago se deslocara, mas sem qualquer resultado. Há tradições que custa a quebrar e outras que custam a manter.

De qualquer modo, a mãe e eu tinham, finalmente, nos últimos anos conseguido um relacionamento amigável e pacífico que nunca existira antes. Haviam feito as pazes embora nunca se tivessem zangado. Tudo estava perdoado e compreendido entre ambos. Nem sequer havia razões para a mãe se lamuriar, como fizera recentemente, de ter errado ao não me deixar ir para Coimbra tirar Direito. Fora melhor assim, acabara por resultar melhor assim. Nem eu tinha já a certeza de alguma vez ter querido ir para Direito. Jornalismo ou Humanidades sim, e nessas vencera. Fui para Timor, Macau e Austrália e ali me enriquecera culturalmente mais do que se tivesse ido para Coimbra. Uma coisa eu aprendera, é a de que por mais força que faça, o destino nunca se verga às vontades do Homem, ou usando um lugar-comum, se há vontades que movem montanhas, há montes que se não deixam mover. Nesses casos, apenas resta o diálogo, conosco próprios e com os outros, para se criarem pontes suspensas sobre o abismo e evitar a queda abrupta. A ponte para o outro lado é o nosso passaporte, o livre conduto, a palavra passe que abrirá as fronteiras do entendimento. E essa ponte já eu a construíra havia anos, tinha apenas de a manter operacional. Por ser quem fora me tornara naquilo que hoje era. Dicotomias indissociáveis.

Voltemos a esta ilha de S. Miguel. Aqui existem ainda coisas positivas que são raras no resto do mundo. Por exemplo, a vizinha Maria da casa em frente (uma emigrada do Canadá) veio bater à nossa porta, já era noite alta, a dizer-me que podia colocar o carro no meu sítio preferido, em frente à porta de casa ... As outras viaturas que ocupavam o espaço favorito já tinham ido embora.... Ao chegar a casa, vindo de Ponta Delgada, estacionara quase ao fundo da rua pois havia tratores e vários carros à porta de casa. Isto fez-me lembrar uma outra cena, ora divertida para recordar mais adiante, passada algures em 1968 ou 1969.

Começo por descrever os vizinhos da nossa casa no Campo Lindo para onde mudamos em 1959 em mais pormenor. Começamos pelo nosso prédio, propriedade do arquiteto (falecido em 2015) Alfredo Nery Durão de Matos Ferreira, já conhecido da família e de origem transmontana, natural de Urrós, Mogadouro, junto à fronteira (depois de Bemposta e

⁴⁴ 8ª legislatura 1961-1965, 10ª legislatura 1969-1973, XI Legislatura 1973-1974

antes de Sendim de Miranda). Tinha construído este prédio para ele e família em 1958. No rés-do-chão viveu até falecer a sua mãe Berta Nery. Nós vivíamos no 1º andar, no 2º andar uma família fidalga, sem filhos, quase falida, de apelido Santa-Martha (o José Pedro e a Maria Cândida) e no 3º andar, o dono do prédio, a mulher e os três filhos.

Depois acrescentaram um outro andar, por cima, sem licença municipal. Aí, nesse novo andar a todo o comprimento da casa, tinha o arquiteto, um enorme salão preenchido com uma gigantesca rede de comboios elétricos que faziam as minhas delícias, bem como o seu estúdio de trabalho voltado para a frente, que também era a sua sala de música onde aprendi, bem novo, a gostar de Bob Dylan, Joan Baez e tantos outros logo no início da década de 60. Ele gostava que eu lhe fizesse companhia (o filho mais velho dos gémeos dele que era mais ou menos da minha idade, era retardado) e tocava as suas músicas favoritas que também passaram a ser as minhas favoritas... Por cima, no terraço havia de acrescentar uma pequena piscina onde também íamos sempre que podíamos. Claro que este acrescento do 4º andar e da piscina eram ilegais e o meu tio, arquiteto Almeida D'Eça, diretor de urbanismo na Câmara Municipal do Porto, estava sempre a ameaçar que ia mandar lá os fiscais (felizmente, nunca mandou).

A minha avó paterna continuava a sua infeliz vida sempre sem um queixume, remetida ao conforto do seu quarto onde tricotava ou crocheta, quando não jogava uma das muitas paciências de cartas que a entretinham. À medida que os anos passavam iam falhando amigas e primas e saía menos vezes ou vinham-na buscar menos vezes. Quando lhe apetecia tocar piano lá ia para o 150 da mesma rua para casa de meus tios tirar o pó à pianola embora há muito tivesse desistido de nos ensinar (aos netos) a conseguir algo mais que uma ou outra nota solta numa qualquer canção popular da época. Muitos anos depois da sua morte descobriu-se um livrinho no qual ela apontava todas as despesas que fazia com a escassa mesada que o filho lhe dava (provavelmente contra vontade da minha mãe que nunca parou de a recriminar e atacar), nesse livrinho até os poucos selos gastos em cartas para o Brasil para o filho mais velho (que nunca a veio ver e raras vezes lhe escreveu) estavam apontados, além dos romãs de lã e fio de tricotar. Tinha medo que alguém a acusasse de gastadora! Deve ter sofrido muito essas privações nesses anos derradeiros de vida, limitada a estar presente como estranha na casa do filho e da nora e com umas breves fugas até à casa das filhas para não ter de ouvir da minha mãe as bocas do costume "se está lá tão bem, e a tratam tão bem porque é que não se muda para lá?"

Pode ter tido os seus defeitos, nunca foi habituada a trabalhar nem a fazer nada, de repente perdeu o marido, a fortuna e viu-se dependente do segundo filho com quem foi viver, enquanto o resto da família se deleitava com os despojos da fortuna e a nora a torturava psicologicamente (tal como minha avó materna fizera à bisavó, mãe do meu avô materno). Pensei nisto ontem e achei que tinha o dever de acrescentar estas linhas pois nunca tinha tentado ver como devia ser difícil a vida dela sem autonomia, sem dinheiro, sem teto seu e sempre dependente dos outros e das suas vontades. Mesmo assim guardo dela a melhor das memórias e a forma como o pai conseguiu gerir a presença dela e a da minha mãe sob um mesmo teto. A minha irmã tem uma leitura diferente dos eventos, em parte por ter estado sempre na linha seguidista da minha mãe e por outro, era demasiado pequena à data da sua morte (11 anos) para que pudesse ter sido demasiado influenciada pela avó paterna.

O primeiro café da nossa zona, o Café Cenáculo, abriu - se a memória me não falha - em 1961. O nome evocava quer a Grécia Antiga quer os grandes debates filosóficos entre os escritores do final do século XIX. Era muito frequentado pelos estudantes de Medicina da zona e mais tarde por pessoas como eu. Criou-se ali uma verdadeira tertúlia de casais numa certa idade (como os meus pais) que criaram hábitos e mesas fixas. Curiosamente, e mau grado muitos dos originais membros da tertúlia já terem falecido, ainda se mantém essa rotina, quarenta e cinco anos mais tarde, conforme a minha mãe (83 anos) e irmã (51) bem atestam. Tomava-se um café depois do almoço e depois a tarde ia escorrendo e as pessoas iam ficando para o lanche. Eu durante muitos anos na fase final do liceu e na universidade passei ali muitas tardes a estudar, a ver quem entrava e saía ou ocasionalmente a jogar bilhar na cave sordidamente escura e insalubre. Por vezes, era este o sítio onde se trazia uma namorada nova para impressionar o pessoal. A minha mãe, um certo dia, dissera-me para não trazer mais nenhuma que já nem os nomes conseguia fixar quanto mais as caras delas.

Uma das habituais fugas a esta rotina era a de ir ensaiar um grupo de música rock muito soft que era inicialmente chamado "Fantasmas do Ritmo" constituído por mim na voz, pelo Jorge Alvarez na bateria e pelo primo deste o António Jorge Oliveira Martins no piano. Mais tarde acrescentaram-se as guitarras e violas elétricas, mas já então eu desistira de ser vocalista dada a minha total nulidade para a função. Fiz, isso sim com mais sucesso, a gestão doutros grupos musicais que levei a atuar na Igreja de Cristo-Rei, pedindo emprestada a aparelhagem de som ao primo Henrique Pinto Leite. A Babs & ... como era conhecida a banda que tinha uma vocalista feminina (coisa raríssima na época) era a principal atração desses concertos para jovens, apadrinhados pelos padres franciscanos de Cristo-Rei. Eu ficava por detrás dos cortinados do palco a movimentar o órgão de luzes e a consola sonora. A atração pelo espetáculo fazia-se sentir.

Do lado esquerdo da casa havia meia dúzia de prédios, mais antigos que o nosso, e habitados por pessoas de poucas posses, e no andar térreo desses havia uma droguaria (a filha do dono era bem conhecida pelo seu penteado à Madame Pompadour, um pouco fora da época), a mercearia do senhor José (que emigrou para a França) e depois foi do irmão, senhor Manuel, e uma confeitaria Brasília cujo dono era um inventor falhado que tinha acabado de inventar um ecrã para dar cor à televisão a preto e branco... o inventor já há muito desaparecido da região e dono da confeitaria seria substituído por uma outra confeitaria denominada Universal. A confeitaria deste nome nada tem a ver com o vizinho Cineteatro Vale Formoso (onde eu ia na década de 1960 ver filmes e ouvir bandas musicais) e que na década de 1990 foi adquirido pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e deixou de passar filmes pornográficos. Na esquina por cima da Brasília havia o alfaiate Sereno que nos vestiu durante largos anos. Do lado direito da casa (para quem está virado para a rua) havia melhor vizinhança. No r/c contíguo vivia a simpática família do Pinto de Almeida um fala-barato, vendedor de não-sei-o-quê, por cima havia não sei quem e os pais do João Cabeçudo assim denominado por ter uma cabeça desproporcionada em relação ao corpo, e no terceiro e último andar havia um engenheiro transmontano de Vila Real, de apelido Serôdio. E a recordação do caso da vizinha aqui da Lomba da Maia me vir chamar para estacionar o carro à porta de casa, sempre que os tratores se vão embora, trouxe-me este vizinho à memória. O engenheiro Serôdio seria notícia, em 1969, quando eu resolvera ir dar uma volta no Fiat 850, o carro dos meus pais (eles não estavam, obviamente) e ao regressar vi que ele tinha posto o seu BMW 600 Isetta no lugar em que deveria colocar o carro do meu pai. Já era quase meia-noite, os meus pais estavam quase a chegar e tive de pedir à minha irmã para ir lá a casa dele explicar-lhe a situação. E o desgraçado do senhor Serôdio lá veio, de roupão e chinelos de quarto, mudar o carro para eu estacionar... Nunca mais tive coragem de o olhar...

A irmã do meu tio Almeida D'Eça namorava, na época, com o atual marido que tinha um carro sensacional parecido a este. Era tão leve que quase se pegava nele ao colo.... Tratava-se também numa invenção germânica como a anterior. Era mais pequeno, menos potente e mais leve e surpreendia toda a gente porque até andava embora mais soasse a uma motorizada que um carro. Recordo esse carro de 2 cilindros e 15 CV pois também queria um igual quando fosse grande. O Goggomobil foi assim batizado em honra dum sobrinho do Presidente da companhia que os fabricava, Hans Glas, cujo

diminutivo era "Goggi". Daqui resultou Goggi's Mobile (minicarro) e Goggomobil. Era um pequeno veículo que acabou por ser um sucesso devido a ser um autêntico carro em miniatura, e não uma motorizada.



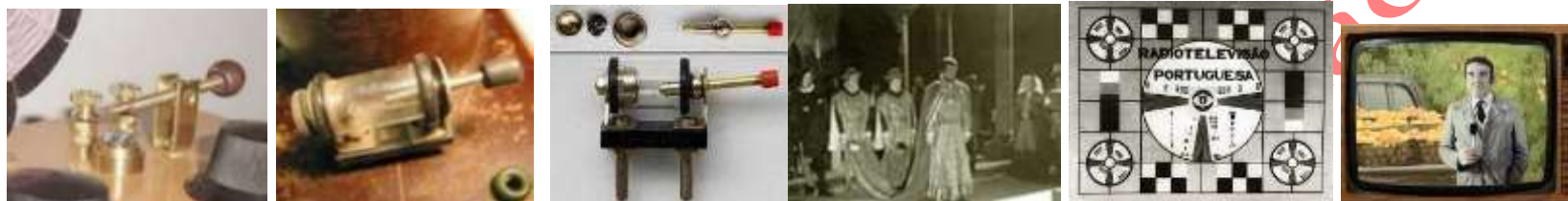
ISETTA 600

GOGGOMOBIL

Mudaram os tempos, as gentes, os carros, as casas e as ruas. Hoje é PROIBIDO parar à porta daquela casa no Porto e já nem sequer conheço os vizinhos, mudaram ou morreram todos, mas agora jamais esperaria deles algo que nem sequer um bom dia... mudam-se os tempos... creio que do meu tempo apenas restam (e ambas naquele prédio como moradoras) a minha mãe e a viúva do senhorio. Desses tempos infantojuvenis tenho outras recordações que aqui surgem em catadupa:

31.3. ENTRETENIMENTOS, JORNALISMO, XADREZ E RÁDIO

A rádio sem fios (TSF) era uma companhia habitual. Eu tinha um pequeno rádio galena com uns auscultadores do tempo da 2ª Grande Guerra quando o meu pai e a minha tia (irmã dele mais nova) eram locutores na Rádio Renascença. A galena era semelhante aos exemplares abaixo. Nele ouvia o programa 23ª hora na RR (Rádio Renascença) todas as noites antes de me deitar, realizado por Joaquim Pedro, Matos Maia, João Pedro Baptista (o trio criador), João Martins, Armando Marques Ferreira e Fernando Curado Ribeiro. Mais tarde com José Corte Real. Era nesse programa que em 1966 surgia o eterno "5 minutos de Jazz" do José Duarte... havia ainda o programa PBX de Carlos Cruz e Fialho Gouveia no RCP (Rádio Clube Português) em 1967.



ENG.º SOUSA VELOSO

Os entretenimentos eram poucos, jogar às cartas (King, canasta e paciências), dominó, Monopólio. Quando era pequeno, passava horas a olhar para esta merda. Não me perguntem porquê. A mira técnica até tinha um primo, que se chamava "Pedimos desculpa por esta interrupção. O programa segue dentro de momentos", que tinha o diminutivo de "Olha, partiu-se a fita outra vez!"

A TV era parca e insípida. Havia o Pedro Homem de Mello com a divulgação do folclore na sua voz afetada, companheiro de nascença do meu pai em Afife.

Recordo igualmente como durou trinta anos o programa do engenheiro Sousa Veloso da TV Rural, sempre sorridente com o seu capachinho pintado de preto, na cabeça. O programa nasceu a 6 de dezembro 1960, "TV Rural", e iria ficar "no ar" até 15 de setembro de 1990, marcando assim 30 anos da televisão e da vida do Eng.º. Sousa Veloso. Depois dos primeiros curtos filmes sobre agricultura, Sousa Veloso passou a conduzir o programa sozinho, e em pouco tempo foi dominando as várias técnicas de televisão. Muitas vezes, era ele quem produzia, realizava e montava, para além de apresentar. O seu estilo ficou para sempre ligado ao programa, e a sua voz reconhecia-se em qualquer sítio, tal era o hábito, carinho e interesse que os portugueses tinham adquirido em ver a TV Rural.

Em 1963 Sousa Veloso recebe mesmo o Prémio Imprensa, por TV Rural. Os pesadelos da minha infância são povoados por este senhor. Os desenhos animados na televisão eram depois da TV Rural, e tinha de assistir ao programa do Sr. Eng.º, desesperando pelo seu fim, à medida que ia desenvolvendo dentro de mim um sentimento que ainda não conhecia bem. Cheguei a odiar o Eng.º Sousa Veloso, desejava que ele desaparecesse para não haver mais TV Rural antes dos desenhos animados... Frase mítica: "Despeço-me com amizade até ao próximo programa."

As corridas de touros eram transmitidas na quinta-feira à noite, e lembro nomes como João Branco Núncio, Manuel Conde, José Mestre-Baptista, Alfredo Conde e os Forcados Amadores de Lisboa e de Montemor-o-Novo. Na altura, todos viam touradas e ainda não eram consideradas um entretenimento sangrento como eu hoje as considero.

Havia ainda um ou outro programa de variedades ao sábado vindo de Itália (ou era o Festival de San Remo?), filmes poucos e maus, muito teatro português à moda antiga, cheio de declamação e muita falsidade emproada.



JOSÉ GOMES FERREIRA E JOSÉ FIALHO GOUVEIA NO TELEJORNAL



ARTUR AGOSTINHO ERA PRESENCIA NOS

CONCURSOS

De 1960 a 1969, o Telejornal mantém-se como um dos programas com mais horas de emissão. O agravamento dos conflitos nas colónias portuguesas também para isso contribui. Mas são várias as reportagens ao longo de 10 anos: a visita papal, a chegada do homem à lua, as vitórias portuguesas no desporto europeu e mundial, e até a situação política nacional. Uma equipa sempre em conflito com a censura, cuja bitola nem sempre deixava uma margem muito grande para que os portugueses pudessem saber o que acontecia e qual a sua real dimensão para o contexto nacional, europeu ou mundial.

Durante esta década a programação infantil assumiu um papel mais forte na televisão e junto do público. A equipa que levou este projeto a bom porto tinha nomes que hoje são uma referência e que então fizeram maravilhas. Deles evoco João Lobo Antunes e Júlio Isidro. Foi com eles que aprendi a jogar melhor Xadrez...

(Tudo começou no dia 16 de janeiro de 1960. Num programa para crianças. Na altura eram os dois alunos do Liceu Camões e o João "ensinava xadrez em direto na televisão". Além disso o rapaz louro de olhos azuis recebia todas as "cartas das meninas" e "as cartas que eu (Júlio Isidro) recebia, vim a saber mais tarde, eram escritas pelas minhas irmãs").



Aparecem, entretanto, as séries míticas, como "Os Vingadores", a "Missão: Impossível", ou o favorito de todos: "Bonanza", que marcam profundamente os anos 60. Esta série Bonanza contava com Lorne Green a fazer de pai (Ben Cartwright com a sua máxima "Old fools make poor fathers."), Pernell Roberts no papel de Adam, Dan Blocker no de Eric "Hoss" e Joseph "Little Joe" desempenhado por Michael Landon. Havia ainda o cozinheiro Hop Sing desempenhado por Victor Sem Yung e Ray Teal no papel de Xerife Roy Cofee.



Quem não se lembra de Robin dos Bosques? com Richard Greene no papel principal de Robin Hood, com Archie Duncan como Little John, Alexander Gauge como Frei Tuck e Paul Eddington (o da série Yes Minister) como Will Scarlet? E Guilherme Tell com Conrad Phillips no papel principal e Jennifer Jayne como Hedda Tell, Nigel Green como o amigo gordo de Guilherme Tell's (O Urso/The Bear).

Havia ainda o "Santo" com um jovem Roger Moore, ou este a fazer "Maverick" (1957), um jogador de cartas no Oeste Bravio). A saga de "O Santo" durou sete anos (1962-1969 dos quais 71 a preto e branco e 47 a cores. Recordo igualmente "The Alaskans" (1959 a história de dois vigaristas durante a corrida ao ouro no Alasca). Melhor ainda era "Ivanhoe" (1958). O tema musical era:

"Ivanhoe, Ivanhoe to adventure, bold adventure, watch him go;
There's no power on earth can stop what he's begun;
With Bart and Gurth, he fights till he has won;
Ivanhoe..."



A série foi adaptada da obra de Sir Walter Scott, com um muito jovem Roger Moore no papel principal de Sir Wilfrid de Ivanhoe, filho de Sir Cedric de Rotherwood. Decorria no reinado de Ricardo I (vulgo Ricardo Coração-de-Leão). As Cruzadas tinham terminado em desastre para o jovem rei inglês que era presumido morto. O seu irmão, ambicioso e malévolo, Príncipe João (Andrew Keir) tornar-se-ia rei e retiraria os direitos e as terras ao povo. Mas Ivanhoe e os seus companheiros Bart (Andrew Pike) e Gurth (Robert Brown), eram ex-escravos libertos do sadístico e traiçoeiro Sir Maurice de Melensford (Anthony Dawson famoso pelo "Dial M For Murder" & "Dr. No"). Tudo isto girava em volta das tentativas do Príncipe João aceder ao trono britânico e as contramanobras de Ivanhoe em nome da justiça para as turbas num enredo complexo para uma duração de apenas trinta minutos.

Jamais olvidarei uma série australiana de 1960-1961 "Whiplash"

(Peter Graves o da Missão Impossível) no papel de Christopher Cobb no deserto. Contava a história do norte-americano Cobb e a sua criação na Austrália da primeira carreira de carruagens na Nova Gales do Sul, Austrália).



Nunca imaginaria que iria percorrer esses locais décadas depois. Mais tarde foi o "Skippy, the Bush Kangaroo" a estrela desta série era Skippy um Eastern Grey Kangaroo, num fictício Waratah National Park (baseado e rodado no real Ku-ring-gai Chase National Park a norte de Sydney), e as histórias eram centradas nas criaturas e nos perigos das suas aventuras no mato australiano, cuja música composta por by Eric Jupp é ainda hoje reconhecida mundialmente.

Bem longe estava eu de saber que o meu percurso me haveria de levar aquelas paragens... Algumas séries desse tempo virão mesmo a ser transpostas para a tela mágica do cinema nos anos 80 e 90. Gradualmente, as séries televisivas viriam mesmo a tornar-se um dos tipos de programas mais visto, e não era para menos.



ANTÓNIO LOPES RIBEIRO



E ANTÓNIO MELO

Estes dois eram os rostos de um programa mítico que ficou no coração de muitos portugueses: Museu do Cinema (1957-1975). Jornalista, produtor, realizador, homem de teatro e tantas outras coisas, António Lopes Ribeiro apoiou a primeira obra de Manoel de Oliveira "Aniki Bobó." Mítica era a sua frase do "diz Boa-Noite, António" e o António Melo lá balbuciava "boa noute".

Ao domingo havia a missa em direto.

Em 1963, surge TV Jazz,

um programa para os apaixonados do Jazz, que então não o perdiam por nada, e mais globalmente para todos os amantes de música e que era uma versão bem mais completa do que os 5 minutos de Jazz da rádio (então e hoje) apresentados pelo José Duarte que consegue, desde 1966, fazer o impensável: um programa radiofónico com apenas cinco minutos de duração. Ao longo das últimas quatro décadas foi escutado por três gerações de ouvintes.

Há 40 anos, um jovem dileitante era convidado para fazer um programa de jazz na Rádio Renascença. Esse jovem era José Duarte e o programa, "Cinco minutos de jazz", viria a tornar-se numa autêntica lenda da rádio nacional não há outro que tenha durado tanto tempo. "1, 2, 3, 4, 5 minutos de jazz", a frase com que José Duarte imortalizou o programa, esteve na Rádio Renascença até 1975, altura em que sofreu uma interrupção forçada para regressar na Rádio Comercial, em 1983. A partir de 1993, passou a integrar a programação da RDP Antena 1, onde hoje pode ser ouvido, de segunda a sexta, às 18.50, 22.50 e 1.50 horas.

Em 1964 é a estreia de "Riso e Ritmo", um programa de humor muito "nonsense", com 'gags' humorísticos entre o irónico e o absurdo. Idealizado e protagonizado por Francisco Nicholson e Armando Cortez, contava com a colaboração de José Mensurado.

2 de fevereiro 1964 estreia o "Grande Prémio TV da Canção Portuguesa".

Em Portugal, o evento passou depois a ganhar a imagem "glamorosa" e o estatuto de um verdadeiro espetáculo mediático a nível nacional. O vencedor dessa noite, António Calvário, representaria semanas mais tarde Portugal no "Concurso Eurovisão da Canção", em Copenhaga. A ele se seguiriam em 1965 Simone de Oliveira, 1966 Madalena Iglésias, Eduardo Nascimento, cantor negro de voz quente, é o primeiro entre os cantores portugueses no Grande Prémio TV da Canção Portuguesa. Lá fora Sandy Shaw é a grande vencedora da Europa. 1968 é a vez de Carlos Mendes, mas ainda não é desta que a vitória canta português. Ainda assim, 5 pontos são obtidos em Londres...em 1969 O ano da "Desfolhada", da segunda vitória de Simone de Oliveira e de um grande escritor e poeta: Ary dos Santos. Em 1969, no Eurofestival, acabam em 1º lugar Espanha, França, Holanda e Reino Unido. Como tal, vários países abandonam a competição. Portugal fá-lo em setembro de 1969. em 1971 Uma jovem e bonita promessa na canção portuguesa, Tonicha, dá voz às palavras de Ary dos Santos e representa Portugal no estrangeiro, 1972 Carlos Mendes vence, com "Festa da Vida", e vai representar Portugal a Edimburgo. 1973, um ano antes da "Revolução dos Cravos", Fernando Tordo canta "Tourada" e carimba assim o passaporte para o Festival da Eurovisão. 1974 a par com "Grândola, Vila Morena", Paulo de Carvalho canta "E Depois do Adeus", as duas músicas que iniciariam a Revolução de 25 de Abril. Esta última visita a Europa.

E os vencedores neste período foram

1956 - Refrain, Lys Assia (Suíça)

1957 - Net als toen, Corry Brokken (Holanda)

1958 - Dors mon amour, André Claveau (França)

1959 - Een beetje, Teddy Scholten (Holanda)

1960 - Tom Pillibi, Jacqueline Boyer (França)

1961 - Nous les amoureux, Jean-Claude Pascal (Luxemburgo)

1962 - Un premier amour, Isabelle Aubret (França)

1963 - Dansevise, Grethe & Jørgen Ingmann, (Dinamarca)

1964 - Non he l'età, Gigliola Cinquetti (Itália)

1965 - Poupée de cire, poupée de son, France Gall (Luxemburgo)

1966 - Merci chérie, Udo Jürgens (Áustria)

1967 - Puppet on a string, Sandie Shaw (Reino Unido)

1968 - La La La, Massiel (Espanha)

1969 - Viva cantando, Salomé (Espanha)

1969 - Bang a bang, Lulu (Reino Unido)

1969 - De troubadour, Lenny Kuhr (Holanda)

1969 - Un jour, un enfant, Boccara (França)

1970 - All kinds of eyerything, Dana (Irlanda)

1971 - Un banc, un arbre, une rue, Séverine (Mónaco)

1972 - Après toi Vicky Leandros (Luxemburgo)

1973 - Tu te reconnaîtras, Anne-Marie David (Luxemburgo)

1974 - Waterloo, Abba (Suécia)

E finalmente Portugal seria o vencedor em 2017 com Salvador Sobral e "Amar pelos dois"



A partir de 1965 a TV apresentou "Ao Serviço da Nação" Era um programa para mostrar aos portugueses o quotidiano das Forças Armadas pelas regiões de África. Da Guiné, Luís Miranda e António Silva trazem reportagens que não escondem a evidência de guerra. Depois, já com Jorge Teófilo e Alves da Silva, seguem para Moçambique, onde a realidade não diferia grandemente. O que então se dizia serem "missões de guerra e de paz" tornava visível, cada vez mais, que era a primeira que verdadeiramente correspondia à realidade. Apesar de mentirem abertamente ao mostrarem uma situação mais calma que na realidade isto atemorizava já os jovens que sabiam que, mais cedo ou mais tarde, iriam para lá lutar...



1966 "As Árvores Morrem de Pé", uma das peças de teatro que marcaram para sempre os espetadores e as noites de televisão. Gravada no Teatro Avenida, com público presente, esta foi a última peça com que Palmira Bastos apareceu nos ecrãs de televisão, mas foi igualmente uma das suas melhores atuações de sempre. Quanto ao tratamento televisivo, todo ele esteve a cargo de Fernando Frazão.

1967 - As transmissões de festivais, concertos, óperas e bailados assumem mais importância em cooperação com a rede Eurovisão. A transmissão dos concertos dirigidos por Leonard Bernstein, no Carnegie Hall, em Nova Iorque, é disso um exemplo.



1967 É o ano do "Discorama", um programa da responsabilidade de Carlos Cruz e Diniz de Abreu, com a realização a cargo de Luís Andrade. Falava-se de tudo o que estava relacionado com o mundo da música, numa linguagem nova, diferente, por vezes transigente com tudo menos com o bom gosto e a inovação. Um programa que criou os videoclips, quando ainda estes não existiam em parte alguma, tendo sido depois enviados para a Europa.



1964/1968 David Mourão-Ferreira foi uma presença constante na vida da RTP. Já em 1964 havia apresentado "Hospital das Letras"; e agora em 68 retomava o diálogo com o espetador, em "Imagens da Poesia Europeia".



1969 - Um homem apaixonado pela palavra, um homem culto e um comunicador nato, Vitorino Nemésio assina neste ano um programa mágico: "Se Bem Me Lembro". Um programa de conversas que o viria tornar bem popular junto do público. E a sua presença tão natural na televisão enganava mesmo - é que era uma absoluta estreia de Nemésio em frente às câmaras. Mas o tempo viria a torná-lo, com justiça, uma presença assídua e importante.



1969 - 8 de janeiro A conselho de Ramiro Valadão, o Prof. Dr. Marcello Caetano avança para a frente das câmaras, e surge em casa dos portugueses a falar na caixa mágica num programa com um absoluto mas dissimulado objetivo político. "Conversas em Família" foi o nome escolhido. Uma indigestão de propaganda, a primeira vez que a TV em Portugal foi usada para propaganda de Estado.



1969 - maio. Quando em Houston se preparavam para revolucionar a história do Homem no espaço, em Portugal a "revolução" era feita mesmo em frente às câmaras. Raul Solnado, Carlos Cruz e Fialho Gouveia, com Luís Andrade na realização, criavam o "Zip-Zip", absolutamente um dos programas mais influentes na história da televisão portuguesa, e mesmo na história do país. Nele tomei parte e fui colaborador - como adiante se verá - na sua versão radiofónica "Tempo ZIP" (1970: Carlos Cruz, Zé Fialho Gouveia, José Nuno Martins, João Paulo Guerra...).



Voltemos aos estudos, no quinto ano do liceu (1963-64) passei a Letras e chumbei a Ciências pois neste período de 13-15 anos já só pensava em mulheres, pensamento que me iria acompanhar durante grande parte da minha vida. Caso chumbasse nesse ano o meu pai prometera que me ia meter a marçano na mercearia do Sr. José e do Sr. Manuel (mesmo ao lado da nossa casa) mas acabou por não ter coragem tendo-me posto num colégio externo (o Grande Colégio Universal da Rua da Boavista).

Ainda tive a oportunidade de lhe dizer (25 anos mais tarde, em 1988) que tinha cometido um erro ao não ter a coragem de me mandar para marçano uns tempos. Teria aprendido humildade e trabalho. O Grande Colégio Universal era um colégio de rapazes (naquela época não havia colégios nem liceus mistos no Porto) bastante rígido e entregue nas mãos de padres com a fama de serem exigentes e isso ajudou e permitiu que eu passasse de ano. Raras são as recordações desse ano exceto ter-me estreado a jogar bilhar "snooker" no café da esquina da Rua da Boavista e da Praça da República hábito que se iria prolongar por mais dois ou três anos até terminar o liceu.

Foi durante esta fase que aconteceu outro facto traumático em 28 dezembro 1966 quando morreu a minha avó paterna a quem estava tão profundamente ligado. Senti um ruído de noite, mas pensei que fosse o vizinho de cima, o Zé Pedro Santa Martha, que atirara as botas de caça ao chão. Na manhã seguinte veríamos que tinha sido a minha avó a cair quando se tentou levantar e ali ficou inanimada a noite toda. Ainda hoje sinto remorsos por não ter ido ver.

Esta morte marcou-me de várias maneiras bem mais que outras que já tinham ocorrido no seio da família. Tornei-me ateu (agnóstico nunca!) e creio que para além de ter mantido vivas as recordações daquele namoro proibido preferi bloquear esta fase da minha vida e apagá-la da minha mente. Apetecia-me esquecer tudo aquilo. Senti que a vida era demasiado injusta. Perdera o meu primeiro baluarte sólido. Lembrava-me das vezes sem fim que estivera com a minha avó paterna a jogar às cartas (ela era perita em paciências). Doutras vezes víamos postais ilustrados do fim do século XIX e líamos postais que o meu avô lhe escrevera, escrevendo uma técnica que nunca mais vi repetida: escrevia no sentido horizontal e depois tornava a escrever sobreposto no sentido vertical... ouvi muitas fábulas da vida de ricos que tinham tido (e muito me influenciaram) mas raramente ouvi uma queixa.

Depois do enterro, o meu pai decretara uma semana (ou mais) de luto profundo. Nem as persianas se levantavam nem se podia ligar o rádio ao almoço para escutar os Parodiantes de Lisboa nos Emissores Associados de Lisboa, ou então o folhetim do Tide que vinha a seguir ao noticiário da hora do almoço e que a mãe gostava de ouvir. Parecia um velório dentro de casa, silêncio que não era entrecortado sequer por suspiros e ais, pois esses eram sinais de fraqueza e ali não havia fracos.

A avó quando se sentia mal em nossa casa ia para casa da filha que morava a uns metros de nós e onde tinha a sua pianola que gostava de tocar. Este enorme piano tinha um sistema mecânico que permitia tocar pautas pré-impresas em metal (tipo Braille) e como não cabia no apartamento para onde mudamos em 1959 acabou por ir para a casa da irmã do meu pai. Sei que era muito criticada pela minha mãe por não trabalhar nem saber fazer nada, mas fora assim que nascera e crescera, mantendo calado dentro de si o desgosto de nunca mais ter visto o filho que fora para o Brasil em férias e lá ficara para sempre, sem nunca a vir ver nem para ela conhecer os netos mais velhos.

Pensei nesta problemática um certo dia, já nos Açores. Decidi que tinha o dever de acrescentar estas linhas, mesmo que a minha mãe discordasse e apresentasse as suas razões, já sobejamente conhecidas. Sabia-se que deve igualmente ter sido um tormento para a minha mãe recém-casada ir viver com as picuinhas e manias de grandeza e de sangue-azul da sogra e das cunhadas. Também não deve ter sido pera doce. Nunca, antes, tentai ver como devia ser difícil a vida da minha avó sem autonomia, sem dinheiro, sem teto seu. Sempre dependente dos outros e das suas vontades. Mesmo assim

guardava dela a melhor das memórias e a forma como o meu pai conseguira dificilmente balançar e gerir a presença da avó e da mãe sob um mesmo teto.

Foi esta avó que me incutiu o orgulho na família, nas memórias coletivas que fazem da língua e da cultura esta herança que transporto. Sempre me apoiou e encobriu. Estava sempre lá ao passo que os meus pais raramente estavam lá ou falavam comigo, fruto da educação e do feito. Foi esta influência que foi decisiva na minha educação (e bem cara me havia de custar) que mais me marcou nos anos decisivos do crescimento, motivada sobretudo pela ausência dos meus pais sempre obcecados pró trabalharem mais e nos darem uma vida melhor, mas descurando toda a afetividade de que era tão carente.

A presença constante da minha avó nesses anos formativos foi essencial também para eu ter tantos desgostos como tive e para viver em busca do materialismo que caracterizou os meus primeiros quarenta e cinco anos de vida. Mas nem por isso deixo de ter por ela uma adoração ilimitada e recordar tantos momentos bons que me proporcionou na infância. Afinal são esses momentos bons que guardamos para idades mais maduras recordarmos como o faço agora.

As recordações do Colégio Universal podem ser poucas, mas passei à secção de Ciências do Curso Geral dos Liceus (antigo 5º ano). Fui para o sexto ano (primeiro ano e penúltimo do velho Curso Complementar dos Liceus) com 15 anos e mudei para outro liceu, o então denominado Liceu Normal de D. Manuel II (hoje Rodrigues de Freitas). Era lá que eram colocados em estágio os professores acabados de formar.

Aqui também tínhamos na vizinhança um liceu feminino, o Carolina Michaëlis que mais tarde a minha irmã iria frequentar com a atração de ter colegas bastante talentosas. Lembro-me bem de a ir buscar no carro do meu e aproveitar para trazer todas as colegas "giras" e depois levá-las a casa sempre na esperança de as convidar para uma festa ou um "convívio". Das eleitas algumas serviram muitas vezes para tapar furos ou tapas graças a essas boleias que eram normalmente ao sábado de manhã (sim, nessa época havia aulas aos sábados até ao meio-dia... os polícias bem nos mandavam circular e pediam para não estarmos parados, mas como era legitimo ir buscar uma pessoa de família nada podiam fazer mesmo sem comprovarem a família das pessoas que metíamos nos carros.

Era um divertimento sociocultural de relevo, esse de irmos buscar as pequenas à saída dos liceus. Houve uma fase em que íamos a correr da saída do Colégio Nossa Senhora da paz ao Marquês de Pombal ou ao Colégio do Rosário na Avenida da Boavista para depois irmos a tempo de ver a saída do Carolina Michaëlis. Costumávamos variar de carro indo pedir carros aos primos, amigos e outros familiares para irmos sempre em carros diferentes e impressionar mais as pequenas, pois sabíamos que estas primeiras impressões podiam ser muito positivas.

Claro que ser um pinga-amor bonito como eu me julgavam sempre ajudava, mas não o dizer era falsa humildade. Além do mais o facto de darmos boleias às colegas da mana sempre ajudavam a abrir a porta dos pais mais "caretas" quanto ao convívio entre sexos... eventualmente dava para uns convites para entrar ou jantar e nunca se sabia o que dali saía. Tive muitas mães que me convidavam assim para o pretexto de criar empatia com as filhas delas na mira de um bom casamento, mas nunca fui muito nessa cantiga para grande desgosto das ditas mães. Essas atividades casamenteiras para um jovem poeta sonhador estavam longe de qualquer tergiversação pois achava que o amor devia ser um sentimento entre jovens e não uma imposição de preferências paternas ou maternas.

Comecei a fumar às escondidas primeiro Ritz, depois Estoril ou Sintra (sempre gostei de cigarros de filtro branco). Era um fumador ocasional mais fruto da pressão dos pares e da idade do que de outra razão. Comecei com a minha mania dos isqueiros e um dia fui multado pela polícia que nessa altura tinha autoridade para apreender isqueiros sem licença de uso e porte de isqueiro.... Sabiam que, no Portugal Salazarista (especificamente entre 1937 e 1970), para ter um isqueiro era preciso ter licença de uso? Atuavam diversos "caçadores de multas" a tentar apanhar todos aqueles que acendiam o isqueirozito e não eram portadores da respetiva licença.

Em novembro de 1937, o Decreto-lei nº 28219 estabelecia que qualquer cidadão, para poder utilizar isqueiros (ou outro tipo de acendedores) em público, tinha que possuir uma licença. Esta era passada por uma Repartição de Finanças, era nominal, o que significava que um mesmo isqueiro não podia ser utilizado por outra pessoa sem que esta tivesse uma licença para o utilizar. E não era nada barata, pelo que se pode avaliar do imposto do documento e dos selos. O decreto (Decreto-lei 28219 de novembro de 1937 para proteção da Fosforeira, que tinha o monopólio da fabricação de fósforos) que regulamentava a licença de isqueiro foi abolido em maio de 1970.

Quanto ao regime político que criou leis tão extraordinárias como a licença de isqueiro, foi abolido a 25 de Abril de 1974. Se me lembro os caçadores de multas andavam à paisana, e tínhamos de estar sempre precavidos num café pois qualquer um podia ser fiscal e ganhar a sua "comissão". A licença (nunca a tive) era uma imponente cartolina que dizia: "República Portuguesa - Licença de Isqueiro"! Salazar queria proteger os fósforos, a "Fosforeira Nacional", os "amorfos", como constava da caixa de fina madeira onde eram vendidos. Se alguém não apresentasse a referida licença ao ser interpelado por um «fiscal de isqueiros» ou por um polícia, sujeitava-se ao pagamento de uma multa e à apreensão do acendedor. Note-se no verso do documento a referência aos «delinquentes». Portanto, todo o lume que escapasse ao monopólio da Fosforeira, pagava licença. Um tipo até podia ser abordado na rua por um fulano que, redobrando a aba do casaco, dizia: --- Fiscal! Ora venha de lá a licenciuzinha! Constava que a única solução para a multa era acender sempre o isqueiro "debaixo de telha".



Mais tarde, no dia em que fiz 21 anos de idade o meu pai ofereceu-me um cigarro SG-Ventil dizendo que eu já podia fumar, mas eu saquei do meu maço de Estoril do bolso e disse obrigado pai, mas prefiro dos meus.

Um dos professores que mais me marcou nesta fase foi exatamente o de Religião e Moral, Padre Mário de Oliveira, mais tarde conhecido como o Padre da Lixa, preso pela PIDE pouco depois e autor de vários livros contestatários da linha oficial do Vaticano. (na foto ao meu lado). Este padre não fazia sabatinas como o velho Padre Brochado do outro liceu. Falava de temas que compreendíamos e nos interessavam e estava sempre muita gente à porta do seu quarto num anexo do (atual) Hospital Infantil de Maria Pia a tentar falar com ele. As suas aulas eram partilhadas com interesse por muitos e nelas aprendi mais do que em muitas outras cadeiras escolares. É a ele talvez que devo o despertar duma consciência cívica e política que mais tarde viria a marcar a minha vida. Outro professor (Doutor Manuel Gomes da Torre, o careca da fotografia, era estagiário naquela época) viria a encontrá-lo em 2005 numa Conferência no ISAI (onde era diretor) como conto noutra crónica (Crónica 8.2.)



Foto 1 **JORGE ALVAREZ E J. CHRYSTELLO AO LADO DO PADRE MÁRIO, À ESQUERDA O PROFESSOR DE HISTÓRIA, AO CENTRO O DE INGLÊS, E NA DIREITA A DE FILOSOFIA E O DE GEOGRAFIA**

Foto 2 **TÓ PAIM, CHICO NAZARÉ, CARLOS MACEDO, MÁRIO DESSA NA PRIMEIRA FILA, ATRÁS JORGE ALVAREZ E J. CHRYSTELLO AO LADO DO PADRE MÁRIO, À DIREITA RUI TERRASSECA, AO LADO DA PROF.ª DE FILOSOFIA E DO DE INGLÊS (GOMES DA TORRE)**

Foto 3 **CARLOS VILLAS-BOAS TAVARES, O ??? (ERA UM RAPAZ TÃO PACATO E CALADO QUE ATÉ O NOME SE LHE PERDEU NA MEMÓRIA DOS TEMPOS), O FILHO DO DONO DA PAPELARIA PAPÉLIA (??), JORGE ALVAREZ E EU**

Foi nestes dois últimos anos de liceu que ocasionalmente comecei a beber o meu cálice de Vinho do Porto de produção familiar, para acompanhar um colega de liceu que comigo estudava e tinha a mania do vinho do Porto e fazia-se passar por bom apreciador. Foi nesta fase da minha vida que comecei a cobrar propinas em duplicado aos meus pais, facto que o meu pai mais tarde (1980's) admitiu saber, mas ter deixado passar. Tenho poucas recordações destes dois anos de liceu além do namoro. Ao terminar o liceu, em 12 maio 1967 apanhei o primeiro grande "pifo" da minha vida tal como os restantes colegas, alguns dos quais tiveram de me levar a casa. Lembro-me ainda de no ano anterior (1966) na Eucísia ter bebido a primeira e única cerveja em toda a vida que me levou à cama com uma hepatite A que me manteve de cama durante um período prolongado. Não sei se era das sopas de leite que me davam, mas fiquei igualmente alérgico ao leite e ao seu cheiro.

Ao contrário de muitos jovens de hoje eu nem sabia o que era beber. Em casa o meu pai autorizou-me a beber o equivalente a um dedal de vinho misturado com água durante uma refeição em cada dia. Esta seria a primeira de muitas experiências com o álcool. Nem recorde sequer se gostei ou não, pois acho que aquilo sabia apenas a água e nem tivesse notado a diferença, mas fazia-me sentir mais homem.

No exame da primeira época de admissão à faculdade tive 3 a Matemática que era uma das cadeiras nucleares. Tiveram de me meter com explicações e com alguma aplicação da minha parte acabei por tirar 19 valores na 2ª época, notas excelentes do exame de admissão à Faculdade de Economia. Aproveitei as férias para os habituais e inconsequentes "affaires" de Verão em Espinho para onde era costume irmos desde há anos.

(para quem não sabe a melhor descrição de Espinho é de José Pacheco Pereira em 5/12/2009 no jornal Público:

O mar em Espinho é o que sempre foi. Duro, áspero, alteroso, o mar que mata os pescadores. Esse mar é praticamente a única coisa viva que se via na viagem de comboio entre Lisboa e Porto. De repente, quando o comboio ia por cima da terra, via-se aquele bocado de mar, ao mesmo tempo luminoso e sombrio, que anunciava a chegada às pontes do Porto, ao Norte. Lembro-me bem desse mar, e dessa terra quando era cortada pela via-férrea que separava duas partes, a vila progressiva e burguesa a oriente, uma vez por semana moldada por uma das maiores feiras de Portugal. Tudo, abaixo da linha férrea, seria "comido" pelo mar, que já tinha "comido" uma antiga parte de Espinho de que restavam apenas as ruínas de uma igreja submersa que aparecia em marés muito baixas. Do lado de baixo da linha, junto ao mar, havia uma estranha combinação de gentes, a começar pelo Casino e a sua fauna, os restaurantes, os hotéis e as praias, vazios, grande parte do ano, até que, se se caminhasse para sul, encontrar-se-iam as ruínas de velhas fábricas e depois o bairro dos pescadores, um gueto social que pouco comunicava com o resto da cidade.)

Faltou ainda falar da minha segunda experiência radiofónica para a RAD (Rádio Alto Douro) entre 1966 e 1967.

A RAD acabaria sendo integrada na RDP em 1975 juntamente com a Rádio Graça; Emissora Nacional; Rádio Clube Português; Rádio Voz de Lisboa; Rádio Peninsular; Rádio Ribatejo; Rádio Alfabeto. A Rádio Alto Douro era propriedade do avô do meu primo João Pinto Leite de Oliveira. Em casa dele, o pai que era na época o Sr. Grundig da firma SGO montou um estúdio improvisado, com insonorização total a esferovite e eu e ele começámos a gravar programas com a ajuda do António Figueiredo (atualmente professor universitário e ilustre economista dum grande banco). Eu escrevera a várias estações piratas como a Radio Caroline e a Radio Luxembourg a pedir envio de discos e outro material. Escrevíamos os nossos textos e fazíamos a gravação, montagem e todos os arranjos para um programa semanal de uma hora que era transmitido (se a memória me não falha aos sábados). Transmitíamos músicas que raramente se ouviam nas rádios comerciais acompanhadas de textos esclarecedores sobre as grandes correntes musicais (isto foi pouco antes de Woodstock e estávamos profundamente influenciados pela cultural musical norte-americana e inglesa. Nunca cheguei a ir à Régua ver os estúdios do programa que se chamava "Estúdio-2". Era um programa patrocinado pela própria estação sem intervalos publicitários e com bastante audição na região. Ainda existe uma cópia em mau estado de um dos programas que emitimos em maio 1967.

Uma interessante experiência de juventude a que se juntavam artigos para a juventude escritos numa revista jovem em Lisboa chamada Musidisco. Isto tudo vinha na sequência da publicação entre 1963 e 1964 do jornal "Centaurio" propriedade dos alunos do Liceu Alexandre Herculano em oposição ao velho jornal "Prelúdio" que considerávamos deveras estático e formal. Eu e o Celso Ferrão decidimos meter mãos à obra, batemos todas as lojas das redondezas do Liceu em busca de apoios publicitários e através da mimeografia ou stencil lá conseguimos publicar uns tantos números desse jornaleco estudantil. Escrevíamos sobre tudo e todos num tom leve e mais juvenil que os colegas (mais velhos de "O Prelúdio" que era feito sob a orientação do Padre Brochado.

Este era o meu padre de Moral que me dava "santinhos" como prémio de eu vencer as muitas sabatinas que ele fazia nas aulas....

E que não deve ter ficado muito satisfeito com a concorrência que lhe fazíamos. Lembro-me de termos um colega tipo António Sala (apresentador televisivo) que tinha a mania de clamar e por isso aproveitámos o seu jeito para incluir uma secção de poesia, coisa que não era muito vulgar neste tipo de publicações. Havia uma secção de xadrez na qual eu colocava problemas de difícil solução dentre os livros que estudava.

Do 3º ao 5º ano eu passava a vida em casa do João Paulo Laje que era de Carrazedo de Montenegro ou Jales no planalto do mesmo nome perto de Vila Pouca de Aguiar. Além de jogar futebol num pequeno campo que eles (João Paulo, Eduardo e Carlos) tinham no quintal, jogava imenso xadrez com eles e com um vizinho com o qual fui à final do Torneio Académico de Xadrez Escolar... além disso passava horas com o meu primo Paulo Almeida D'Eça a jogar xadrez até altas horas da manhã. Fizemos centenas de jogos que se prolongavam por dias ou até mesmo semanas...

Desta primeira fase liceal recordava bem, apenas, mais dois ou três colegas como o João Pedro Menéres e o João Paulo Malafaia Baptista. Do segundo descobri um irmão mais velho, ao primeiro "redescobri-o" em 2008, como o responsável pela exploração agrícola de Romeu e do restaurante Maria Rita, ao pé de Mirandela. Escrevera-lhe e já lhe falara. Se ainda não o tinha reencontrado em pessoa ia sabendo dele pelos prémios de azeite ecológico que ganhava e pela obra que fizera na sua quinta, herdada do bisavô Clemente Menéres, um dos grandes personagens do início do século XX em Trás-os-Montes.

A Quinta do Romeu nasceu da visão de Clemente Guimarães Menéres, nascido em 1843 na Vila da Feira, com uma energia enorme. Foi para o Rio de Janeiro aos 15 anos onde então residiam parentes seus.

Regressou cinco anos depois, dedicou-se ao comércio e voltou lá mais tarde. Percorreu a Europa Central e de Leste e o Médio Oriente à procura de mercados.

Tinha um caminho novo a percorrer. Talvez por isso, acrescentou um nome, Menéres, ao Guimarães que já tinha.

Não cabia no País nem na família.

Fundou imensas sociedades para exportar produtos portugueses, nomeadamente vinhos, conservas e cortiça. Criou a primeira fábrica de conservas e a primeira fábrica de rolhas em Portugal. Aos 31 anos, em 1874, parte em carro de cavalos para Trás-os-Montes para comprar os sobreirais que ouviu dizer que por lá havia.

Cria uma propriedade, a Quinta do Romeu, com uns milhares de hectares dispersos por oito concelhos do distrito de Bragança. Refaz as vinhas que encontra dizimadas pela filoxera e alarga os olivais que existiam. Como a qualidade dos vinhos e o "terroir" o justificavam, na remodelação da Região do Douro de 1907 é autorizado a produzir Vinho do Porto.

Participou em muitas feiras na Europa e na América do Norte e do Sul. O diplomata Venceslau de Moraes no seu livro "Cartas do Japão" refere, com elogios, a sua presença na Feira de Osaca de 1903. Em 1902 funda, com os filhos, a atual Soc. Clemente Menéres Lda.

Depois de falecer, em 1916, sucedem-lhe os filhos, netos e bisnetos.

Um dos filhos, Manoel Menéres, na década de 60, pessoalmente restaura e renova três aldeias locais, cria infantários para as crianças e um restaurante para as sustentar com a sua receita, o Maria Rita, e faz também o Museu de Curiosidades.

Com o mesmo espírito, os seus descendentes continuam e aperfeiçoam a Quinta do Romeu, com carinho e dedicação. Também com persistência, muita.

Passou esta Sociedade os tempos da implantação da República, das duas grandes guerras, da revolução de abril, da integração europeia e atua agora no palco global.

Produce um dos melhores azeites do mundo e vinhos do Porto e de consumo de muita categoria. Vende para a Europa, América e Ásia.

Procura-se, no Romeu, uma harmonia entre as pessoas, as culturas agrícolas, o ambiente e a economia. Como se fosse música. Para lá da agricultura biológica, com alma. Eticamente empenhados.

Conscientes dos pés na terra e do Divino no "céu". Alimentados por Ambos.

31.4. A TRETA E INVERDADE

Hoje, estamos a viver obviamente numa sociedade de treta ou parafraseando Harry G. Frankfurt "On bullshit". Esta é a mais nova adjetivação da sociedade atual. A treta (bullshit) é mais perigosa e insidiosa do que as mentiras pois está-se nas tintas para a verdade, e está de tal modo generalizada e entrincheirada nos discursos dos políticos e dos fazedores de ideias que dificilmente a extirparão. Trata-se duma regra socialmente aceite por todos, escondendo dos destinatários aquilo que o autor ambiciona. Tendo sido inicialmente utilizada pelos responsáveis de marketing e de relações públicas para vender, passou a ser utilizada por toda a gente mesmo sem intenções de vendas.

Toda a gente tem opinião esclarecida sobre tudo mesmo que nada saiba sobre o assunto. Agora em todos os jornais e telejornais todos são comentadores e opinam sobre tudo e mais alguma coisa, mesmo que não detenham nenhuma formação específica sobre os assuntos. Começam por serem comentadores desportivos e acabam como comentadores políticos ou vice-versa, mas falam de defesa nacional, relações internacionais, terrorismo, gastronomia e o mais que for necessário. A hipocrisia passou a substituir a busca da verdade e a defesa dos interesses de Estado. Já não se ouvem ministros dizerem o que é melhor para o país, mas apenas o que pode servir os seus interesses e dos grupos que os alimentam. A verdade deixou de ser importante e foi substituída pela inverdade, para não lhe chamarmos abertamente, mentira. Cada vez mais o que se lê nos jornais tem de ser posto em causa, temos, como no tempo da ditadura, de buscar fontes alternativas ou subterrâneas. Assiste-se em todos os jogos de futebol televisionados a comentadores que não sabem disfarçar o seu sectarismo clubístico e interrogámo-nos sobre se estão a ver o mesmo jogo que nós. Num país em que a responsabilidade morreu solteira, ouvimos sempre dizer que se vai fazer um estudo, uma investigação, seja lá o que for para apurar responsabilidades que nunca serão apuradas em vez de os ouvirmos dizer a culpa é minha, a incompetência foi nossa, ou coisa desse jaez.

É a regra da treta aplicada a tudo, desde os professores doutores sem cursos que são apanhados a lecionar, sem quaisquer pruridos, em instituições do ensino universitário, a ministros corruptos e outros, envolvidos em negociatas resultantes dos seus anteriores lugares políticos. A vergonha parece ter desaparecido da face da terra ou então os valores educacionais que tenho foram deitados fora. Ministros a empregarem mulheres, filhos, cunhados, sobrinhos, primos, descaradamente sem concurso porque essas são as pessoas da sua confiança. Até que nem acho mal empregarem pessoas de confiança desde que tenham mérito, mas essa seria a exceção à regra... Acho melhor fazermos o mesmo com o nosso voto e só o darmos a pessoas da nossa inteira confiança e da nossa família...é a descrença total do sistema político, da saúde, da justiça, da educação, eu sei lá. Os alunos não passam e a taxa ou o ranking PISA indicam que Portugal está atrasado? Então vamos passar os alunos todos e a taxa melhorará...os alunos não aprendem? Vamos reduzir e simplificar os cursos ao denominador mínimo comum para que todos passem e possam ser doutores. Que interessa que os nossos licenciados não se empreguem, que os cursos nada tenham a ver com a realidade e com o mundo do emprego? Criem-se mais cursos, novos diplomas e façamos disto um país de doutores que a taxa ainda está baixa. Mais regra da treta.

A vida está cara?

Para quem? Para o professor Cavaco antes da reforma, ou depois de ser Presidente da República com reforma paga que mal pode viver com dez ou doze mil euros e tudo pago...? Para todos aqueles que fruto de arranjinhos vários depois de trabalharem x tempo no lugar y recebem compensações, pagamentos ou rendas vitalícias que podem acumular livremente com qualquer outro emprego sem jamais perderem as reformas anteriores?

Ou como aquele senhor que se reformou por incapacidade aos 45 anos e recebe salários de milhares?

Mas se pensam que isto está hoje bem pior do que há 25 ou 50 anos, então fiquem por cá mais uns 25 ou 50 anos e vamos a ver se ainda há reformas para alguém. Claro que o que me move é a inveja de não ter uma Fundação Soares ou outra Fundação qualquer a receber subsídios do Estado, inveja de já não ter ninguém da família no Governo ou no Parlamento, inveja de não pertencer ao bando dos que perpetuam a regra da treta. Ainda sou do tempo em que uma verdade bem contada podia arruinar a carreira de qualquer pessoa, hoje nem uma mentira bem contada afeta seja quem for...

A entrada para o Liceu foi traumática pela mudança total de ambiente e metodologias. Coincidiu com a mudança de casa para outra zona do Porto, ainda na hiperfreguesia de Paranhos. A vivenda onde vivíamos na Rua de Maria Pia era antiga e tinha algumas deficiências estruturais que o tempo acentuava. Há muito que a minha mãe vinha clamando que seria melhor mudar para uma casa mais pequena e mais fácil de lidar do que esta com tantos andares e um quintal. Assim, passamos para um apartamento num andar com quatro quartos, cozinha, quarto de criada como se chamava naquele tempo, e uma pequena varanda com um WC e vista para o quintal do andar de baixo e um enorme pátio interior cheio de garagens das casas das traseiras. A Rua chamava-se (e chama-se) bucolicamente do Campo Lindo embora os campos e quintas naquela época estivessem já a quinhentos metros nas imediações da Igreja de Paranhos à espera da construção da VCI (Via de Cintura Interna). Mais acima ficava a Rua de Vale Formoso que contrastava com a Rua de Lindo Vale, que era paralela à anterior Rua de Maria Pia e a de Costa Cabral. Os formosos e os lindos perseguiram-nos.

Eu teria pouco mais de nove anos quando mudámos em 1959 e a minha irmã andava pelos quatro. A princípio achei esta zona mais atrasada do que aquela em que vivíamos. Quase não havia lojas nem cafés nas imediações e a calma da nossa anterior rua tinha sido trocada pelo constante rodar metálico do elétrico n.º 8 que terminava a sua carreira ao fim da nossa rua. A linha era única e bifurcava ao cimo da rua onde um elétrico esperava pelo outro. Passava ali também o autocarro que seguia para a Maia. Ao contrário do que se passou durante muitos anos, em que funcionava como desvio da VCI, da Arca de Água e da Igreja de Paranhos, era uma rua secundária e sem trânsito. Em frente à nossa casa havia um Palacete da família Barbot que mais tarde seria convertido em Centro de Educação Especial, mas não sem que antes tenha sido usado como palco de sessões de fotografia que mandava às minhas correspondentes no estrangeiro para as impressionar. A mania das grandezas, fogo-fátuo das aparências já me contaminava então. Essas correspondentes chegaram a atingir várias dezenas com preferência pelas nórdicas (Suécia e Finlândia) embora posteriormente se tivessem acrescentado outros países da Espanha à Nova Zelândia. Era uma renda só em selos para o estrangeiro que me consumia grande parte da mesada.

Nunca tive muitos amigos nas redondezas, apenas alguns. Os nossos primos Almeida D'Eça viviam a uns 200 metros de distância perto do Palacete da avó deles que mais tarde o meu tio converteria num prédio de quatro andares de apartamentos. Entretanto haveriam de viver muitos anos no número 150 da mesma rua mesmo em frente ao Palacete do Dr. Vitorino Leão. Um dos filhos deste médico mais tarde seria um amigo, de longa data, tendo feito a tropa comigo em Timor enquanto outros irmãos foram alunos da minha mãe. Havia duas jovens atraentes que faziam trepidar-me, mas nunca tive sorte com nenhuma delas e ainda bem dado que a vida afetiva delas era algo que não se pode qualificar de propriamente proba. Uma (Gina) era filha dum advogado com fama de vigarista e a outra (Odete) filha duma colega da minha mãe. Não obstante esta mudança de casa e de zona residencial, fui um aluno acima da média nos dois primeiros anos (antigo ciclo preparatório dos liceus, ou 5º e 6º ano de escolaridade), do Liceu Alexandre Herculano na Avenida Camilo do Porto, notável desde que em 31 de janeiro de 1916, o Presidente da República, Bernardino Machado, presidiu à cerimónia do lançamento da primeira pedra do edifício concebido pelo Arquiteto Marques da Silva. O novo Liceu foi frequentado a partir do ano letivo de 1921/22.



O edifício concebido pelo Arqt.º Marques da Silva contemplava inicialmente 28 salas de aula, laboratórios, gabinetes e salas específicas para Física e Química; espaços especiais para aulas de Ciências, Geografia, Desenho e Música; Biblioteca, anfiteatro para espetáculos (Teatro e mais tarde Cinema). Havia ainda 5 pátios de recreio, um pátio de desporto, 3 ginásios, piscina, cozinha e refeitórios, sanitários, gabinetes médicos, sala de professores, gabinete do médico escolar e 3 "habitações" para o Reitor, para o chefe de secretaria e para o tarefeiro (cf. Relatório anual do Liceu 1934/35).

No início da década de 1960, por iniciativa do Reitor Martinho Vaz Pires, acrescentaram-se 8 salas de aulas para garantirem um aumento à previsão inicial de 800 alunos, distribuídos pelos cursos Geral e Complementar (Letras e Ciências). As únicas alterações verificaram-se nas salas que passaram de 28 para 36 e a construção de uma Capela destinada, nas palavras do Reitor, aos pais que acompanhavam os filhos aos exames. Desde a sua origem em 1906, até ao ano de 1933 a frequência é mista. A partir de 1933 passa a ser só masculina.

As memórias de professores são escassas, mas não posso deixar de referir aquilo que considerei sempre uma injustiça: o professor Morais Sarmiento de História obrigava os melhores alunos a terem explicações privativas, com ele, para subirem de nota. Eu já era um aluno acima da média em História e achava inacreditável ter de ir lá a casa dele para me subir a nota.

Outro professor que me deixou uma má impressão foi um Henrique (qualquer coisa) Sá que era da família das primas (da minha mãe) do Azinhoso e que um dia me expulsou da sala de aula de Matemática por qualquer razão que então achei injusta e da qual me não recordo.

O professor de Música (então chamava-se Canto Coral) até eu ter 12 anos achava que eu tinha uma ótima primeira voz. Daí eu ter gravado em 1961 um 45 rpm em casa do meu Tio Artur Mesquita Guimarães do qual me recordo apenas do principal tema "Et maintenant" (de Gilbert Bécaud) e de um cântico de natal. Escolheu-me como aluno modelo e ali estava eu em todas as aulas na primeira fila a mostrar aos outros que era melhor que eles nalguma coisa. Tremendamente frustrante foi a mudança de voz no ano seguinte que me impediu de ser o melhor em qualquer coisa...

Dos restantes profes pouco ou nada sobra no arquivo da memória.

Havia a professora de Português que era monstruosamente grande e gorda e que por esse motivo recebeu o cognome de "carro de assalto".

Da professora de Francês lembro-me apenas das filhas que ela transportava para o Liceu Rainha Santa Isabel e que por vezes me dava boleia no carro dela.

O professor de Moral era, salvo erro, o Padre Brochado que tinha a mania de fazer sabatinas e de dar "santinhos" aos melhores e mais rápidos a disparar os conhecimentos religiosos, além de colaborar no jornal "Prelúdio".

Dos profes de inglês, de Física e Química, Geografia e qualquer outra disciplina que possa ter havido, não guardo qualquer memória, assim como dos de Desenho (matéria tenebrosa para um mal-amanhado como eu).

A ida para o Liceu era demorada. Quando não apanhava um elétrico n.º 8 na Rua do Campo Lindo, ou um n.º 7 ou 7/ (ler sete com traço) na Rua de Vale Formoso, ia sozinho a pé até à Rua da Constituição (10-12 minutos) apanhando depois outro carro elétrico da linha 20 até à Praça do Marquês de Pombal (uns dez minutos mais) e aí tomava o n.º 15 até Silva Tapada ou 15/ Antas que me levava mesmo até ao Bonfim, só tendo de fazer uns 200 metros a pé até à Avenida Camilo. De elétrico a viagem demorava, em média, uma hora, se não houvesse atrasos e a coordenação de horários fosse esmerada, o que por vezes, era complicado.



JORNAL DO LICEU⁴⁵

Depois de algum tempo comecei a ter boleia regular numa viatura dos Bombeiros disponibilizada ao vice-presidente da Câmara Municipal do Porto (Eng.º Veiga de Faria) ou ao Vereador Barbot que eram pais de colegas meus. Eu ia a pé, ter a casa deles (eram só dez ou doze minutos) na Rua de Faria Guimarães (já ambas as casas foram demolidas) e depois apanhava, o carro dos Bombeiros que nos levava ao Liceu. O carro dava um salto, com as quatro rodas no ar, quando acelerava na descida da Avenida Fernão de Magalhães, mais ou menos onde há agora o Hotel Vila Galé Porto. Parecia que o estômago ia para o tejadilho do carro. Nunca se esquecera dessa sensação matinal tão agradável. Quase regurgitava o pequeno-almoço como se fosse herbívoro. Eram bem poucos os que eram transportados de carro, nessa época, apesar de haver naquele Liceu alguns nomes bem-soantes da nossa praça. Outras vezes apanhava boleia da citada professora de Francês, que morava na esquina das ruas de Faria Guimarães com António Cândido, acompanhada das suas filhas que frequentavam o Liceu Rainha Santa Isabel.

Em 1959 chegaram ao Porto os primeiros troleieiros. Foi uma loucura pois toda a gente queria experimentar aquele novo meio de transporte, bem silencioso em relação aos velhos, lentos e ruidosos carros elétricos. Eram pintados de vermelho escuro e com o tejadilho cinza, sendo fabricados em Inglaterra pela BUT - British United Trolley, com chassis Leyland e motor elétrico de 99 kW (135 CV) Metropolitan-Vickers; com duas portas e podiam transportar até 55 passageiros, dos quais 32 sentados. A primeira encomenda de 20 carros chega ao Porto durante os primeiros meses de 1959 e durariam até 1992. Acabaram de vez em 1997 quando se extinguiu a última linha (#49) entre o Mercado do Bolhão e o Hospital de S. João.



O Liceu feminino (Rainha Santa Isabel) ficava ao lado das traseiras do nosso (Alexandre Herculano) e era para lá que íamos ver a saída das meninas sempre que podíamos e a PSP (Polícia de Segurança Pública) não nos enxotava, pois para tal estava ali. Dizem que em Lisboa a cena era diferente, mas no Porto de brandos costumes, não se misturavam os jovens dos dois sexos em estabelecimentos de ensino até à Revolução de abril de 1974.

Eu havia sido o mais novo a entrar na Escola Primária com 6 anos e o mais novo ao entrar no Liceu ainda com 9 anos, o que para além de ser um recorde para a época me deixava bastante orgulhoso.

As turmas tinham então cerca de 30 alunos.

Aos 11 anos estava já no terceiro ano e desde então e até ao quinto ano do Liceu fui excelente em Francês e Inglês (o que não admira se tivermos em conta que frequentava um curso de línguas privado) e era bastante bom a História e a Geografia.

A Português curiosamente era um aluno que raramente recebia mais do que um 10... nas outras disciplinas mostrava dificuldades a Desenho, a Matemática, Física e Química.

Ora se voltarmos ao presente ano de 2006, o João entrou este ano no Liceu também a seguir a uma mudança de casa e de escola (também a terceira mudança dele) sem grandes traumas aparentes e com uma capacidade de adaptação ao meio bem melhor do que o pai. Frequenta a catequese local, tem inúmeros amigos aqui no sítio onde vivemos e não tem havido problemas na escola apesar da mudança de turma e de colegas. Aproveitamento acima da média, sem qualquer esforço (bem sei que a média aqui é baixa...) com uma rápida capacidade de absorção de conhecimentos e uma memória boa, enorme aptidão técnica e tecnológica, falta de capacidade de concentração e de atenção por períodos longos, pauta a sua vida por objetivos em jogos da PlayStation e diariamente nos comunica que ultrapassou as metas que tinha imposto a si mesmo em relação a esses jogos.

Uma nova geração desponta e a nós, mais velhos, nada mais resta do que isto que aqui fiz, reminiscências em retalhos da vida ...

⁴⁵ Com a ajuda dum colega de nome Celso fizemos uma versão concorrente deste jornal dos padres e obtivemos apoios para o manter durante dois anos.

32.1. DO PAÍS QUE ÉRAMOS...SOMOS. 27 novembro 2006

Nos primórdios do séc. passado, no jornal O Norte, em 1908, o médico e escritor Manuel Laranjeira⁴⁶ lamentava que Portugal fosse “um país onde a inteligência não é um capital e onde o único capital deveras produtivo é a falta de vergonha e a falta de escrúpulos”. Republicano, médico, poeta, escritor e filósofo, foi o retrato fiel do português pessimista e do pessimista português. Merecia realmente outra sorte. E merecia, por exemplo, que pelo menos na escola a que empresta, sem saber, o nome, alguém soubesse quem ele foi. Porque a maioria não sabe, ninguém explicou.

“Ando na ‘Manuel Laranjeira!’”

“Quem é esse?”

“Um poeta qualquer de Espinho...”

<http://boblog.adrianocastro.net/archives/2005/03/02/42/>

Miguel de Unamuno, com quem conviveu em Espinho, havia de escrever, em 1913 no prefácio ao volume de cartas organizado por Ramiro Mourão, que Laranjeira era um grande pensador, mas era um sentidor maior ainda. O artista sobrepujava o filósofo, o docente. Desde cedo, Manuel Laranjeira, médico no Porto, exerceu grande influência, no plano intelectual e humano, na evolução do jovem Amadeo, a quem via nos verões da praia de Espinho, onde seus pais tinham casa. As tertúlias no Café Chinês, os passeios e a troca de correspondência tornariam Amadeo seu confidente. Manuel Laranjeira tinha perante a arte um sentimento de raiz literária da Renascença Portuguesa, entre névoas e saudades.

Esta melancolia não afetava Amadeo, antes lhe provocava desgosto pela futilidade da vida que levava; O tédio das cópias a carvão no casarão do Largo da Biblioteca, as caricaturas de professores e colegas, fraca compensação da mediocridade que deixara em Lisboa e Porto. Fernando Pessoa chegava a Portugal e Almada Negreiros tinha dez anos de idade. Amadeo, a quem Manuel Laranjeira vaticinara que «haveria de vencer, haveria de triunfar», desenhava o corpo do amigo enrodilhado numa cadeira de café, abandonado, escorregando, um braço estirado sobre o tampo, outro torcido para as costas da cadeira, as pernas magras torcidas e a trunfa negra saindo do chapeirão enfiado pela cabeça abaixo, boneco desarticulado, só de costas e à deriva do destino...



Que diria hoje, Manuel Laranjeira deste país? Provavelmente concordaria que isto é um país de fachadas, de novo-riquismo republicano a imitar os fidalgos de antanho, falidos, mas vestidos com as suas melhores roupas a passearem na Baixa para inveja do povoléu. O país assiste, impávido e sereno a uma procissão de ministros com motoristas particulares, batedores da PSP, e uma grande parafernália e aparato de segurança, como se as ameaças aqui fossem as do dia-a-dia iraquiano.

Um excesso de funcionários dirigentes cuja missão nunca se descortina bem para além de assegurarem os seus “tachos” e os dos seus e assim poderem usufruir de chorudas reformas, conseguidas instantaneamente, em tempo recorde, sem esforço nem dedicação à “res publica” e enquanto isso, à gleba pedem - cada vez mais – sacrifícios, enquanto impõem mais cortes na segurança social, na saúde, aumentos nos impostos, nos transportes, no gás e gasolina, e mais esforços para o bem da nação. Simultaneamente, os noticiários televisivos avisavam em outubro que as excursões de férias exóticas no estrangeiro, em paragens paradisíacas, se haviam esgotado para o Natal de 2006... algo está mal e ninguém tem a coragem de dizer que o exemplo deve vir do topo, da hierarquia.

Povo de brandos costumes, come e cala, porque quem cala consente, sempre assim foi e neste país e continuará a ser. A revolução que falta fazer nunca mais chega.

O ensino que temos é uma lástima, mas, propositadamente, escolhem-se os professores para bodes expiatórios da crise, e se bem que muitos mereçam ser punidos, a maioria come por tabela. Em vez de se extirparem os culpados, aplicam-se as novas medidas draconianas para os incumpridores e para os outros, os que se esforçam e cumprem, mesmo sem ambiente de trabalho apropriado, sem condições físicas ou materiais para exercerem a sua profissão, e receberem de prémio a honra de serem vilipendiados como prémio da sua dedicação.

Entretanto como os miúdos não gostam de Filosofia, Matemática e outras coisas sem relevância, o melhor que há a fazer é cortar essas disciplinas e o seu peso curricular. Os editores agradecem, pois sempre são mais uns livritos a imprimir para os encarregados de educação comprarem. Depois, em vez de porem as crianças a gostar da língua e da gramática inventaram a TLEBS que é uma coisa muito fina, própria de doutores, esquecendo-se que a TLEBS é boa para os filólogos e estudantes do ensino superior que se dedicam àquela área específica da língua.

Vai haver uma certa dificuldade porque no ensino do Francês, Inglês e doutras línguas não se podem ensinar aqueles palavrões porque essas línguas se esqueceram de adotar a TLEBS, claro está que a França e a Inglaterra (como todos sabem) são países de analfabetos que não percebem nada de linguística e ninguém lhes disse que Portugal inventara a TLEBS.

...

Depois da caça ao funcionário público, que é uma figura muito odiada na sociedade, não pelas suas funções, mas pela inutilidade das mesmas, como sempre foi apanágio de décadas e décadas de governação desde o Estado Novo salazarista, surgem depois umas ameaças veladas de que se irá fazer cumprir a lei fiscal para a banca (que ano após ano

46 Manuel Laranjeira (1877-1912) nasceu em São Martinho de Moselos, conselho de Vila da Feira, de uma família modesta. É graças à herança recebida depois da morte de um tio brasileiro que Manuel Laranjeira prossegue estudos e consegue formar-se em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Dedicou-se desde novo à poesia e ao teatro, colaborando em diversas publicações periódicas, como a Revista Nova, A Arte e O Norte. Viaja, entretanto, até Madrid, visitando o Museu do Prado e mostra interesse em fixar-se em Paris onde se encontrava o pintor Amadeo de Souza-Cardoso, seu amigo. Em 1908 conhece Miguel de Unamuno na cidade de Espinho, trocando correspondência. Troca também correspondência com João de Barros, António Patrício, Afonso Lopes Vieira, entre outros. Em 1912, desesperado com a doença (uma sífilis nervosa), suicida-se com um tiro na cabeça. Obras: “Amanhã. (Prólogo Dramático), A Doença da Santidade (1907), Comigo. Versos dum Solitário (1912), Naquele Engano d’Alma, Cartas (1943), Diário Íntimo (1952), A Cartilha Maternal e a Fisiologia, Dor Surda (novela, 1957), Prosas Perdidas (1958), etc.

vem acumulando lucros fenomenais à custa de todos nós) mas acaba tudo em águas de bacalhau, como convém a um país que vai ter de deixar de comer bacalhau, agora em vias de extinção como as ovas de esturjão, ou o famoso caviar servido nos banquetes oficiais, em vez dos bem típicos e portugueses bolos de bacalhau.

No estrangeiro os nossos governantes impressionam todos com a sua fluência linguística em vez de falarem bom português. Os líderes franceses e ingleses promovem respetivamente a Francofonia e a Anglofonia e nós temos nesta pequenez mental que se assemelha ao tamanho pequeno do país lutar pela Lusofonia pois as ex-colónias podem ofender-se... Ninguém faz nada com o facto de o português ser a sexta língua mais falada no mundo. A figura do Zé Povinho aplica-se agora ao pacóvio do governante português quando vai à estranja. E de sabujice estamos ditos.

Ainda assim, temos um país que se pensa sempre ser pequeno, mas não se mede pelo seu tamanho territorial terrestre, pois é dos maiores se considerarmos a plataforma marinha das ilhas, dantes adjacentes e hoje regiões autónomas, da Madeira e Açores.

Além do mais já temos as maiores pontes, os melhores estádios de futebol, a maior pizza, a maior panela de assar castanhas, o maior bolo-rei e tanta outra coisa enorme, maravilhosamente grande, cara e inútil. No verão, por seu turno, chegam os incêndios porque não havia dinheiro para cortar o mato e desbravar caminhos corta-fogo, porque a mata cresceu incontrolavelmente, porque os velhos já não desmatam e os novos emigraram todos e ninguém se deu ao trabalho de tomar as precauções devidas. ano após ano. Depois, quando chove um pouco mais, o continente alaga-se e as pessoas perdem os seus haveres, porque se esqueceram de manter os níveis seguros das albufeiras, de limpar os esgotos pluviais, porque se emparedaram ribeiras, porque os patos bravos construíram e os terrenos passaram a estar impermeáveis. Um país de extremos e nenhum deles aconselhável.

Mudemos agora de assunto.

32.2. EXPULSÃO DOS JUDEUS. 27 novembro 2006

32.2.1. HISTÓRIA, JUDEUS

Mudemos de tema e de desgraças minorcas de viver na aldeia. A investigação em Portugal não é deficitária e existem muitas vezes estudos sobre determinadas épocas que permitem avaliações satisfatórias, a quem gosta de perceber melhor o nosso passado, mas poucos os conhecem ou não estão ao alcance de quem deles necessita. Não sendo precisamente o caso vertente, pois aqui o que falta é o ensino destas matérias, sabemos pouco e mal sobre a importância dos judeus na nossa história, esses mesmos judeus que fazem parte integrante da nossa herança genética (sabe-se agora que raro era o membro da Inquisição que não tinha sangue judaico). Uma das questões que sempre me atraiu e quis entender melhor foi a verdadeira razão que existiu para determinar a expulsão dos judeus de Portugal, que (1º) eram uma "mina" de ouro para a Coroa portuguesa em especial para D. João II, (2º) eram fundamentais para a economia portuguesa. O rei D. Manuel I não queria, tentou tudo para o evitar, cometeu atrocidades ao que julgo saber contra o seu carácter e acabou por fazê-lo. Porquê?

Para os açorianos, D. Manuel foi um divisor de águas. Como donatário, criou os senhorios (ou capitães) que dirigiam as ilhas, resguardando os direitos da Coroa (de vida ou morte sobre as pessoas) e da Ordem de Cristo (a jurisdição espiritual), fundou as vilas de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Água de Pau (na ilha de São Miguel) e a vila de São Sebastião (na ilha Terceira), organizou o foral alfundegário, criou Misericórdias no arquipélago, além de vários melhoramentos que alavancaram a economia das ilhas atlânticas.

E como hoje andam todos a celebrar o desastre de 1 de dezembro de 1640 eu resolvi recordar que o jovem Miguel da Paz nascido em 1499 tinha sido Rei de Portugal e de Espanha se não morresse ao fim de dois anos. É verdade amigos, como são interessantes os "pequenos detalhes" da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal em 1580, por morte sem descendência do herdeiro varão o cardeal D. Henrique com 68 anos, 9º filho do rei D. Manuel I. A candidatura de Filipe é fortíssima e praticamente indiscutível, já que resultava do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais do "nosso" Filipe.

Os tais detalhes da vida que determinam o curso da História... Paradoxalmente algum tempo antes desse acontecimento a situação poderia ter sido de certo modo invertida, unificando as coroas ibéricas "para o nosso lado" *, pois em 1499 um menino chamado Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis católicos, foi proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha. Só que morreu com 2 anos.

Há quem tenha saudades dos espanhóis, há quem tenha saudades do Salazar e ainda há quem tenha saudades do sonho chamado 25 de abril. Quem me garante que éramos melhor como província espanhola do que independentes?

Quem me garante que não seríamos hoje uma célula independentista como as da ETA? Quem me garante que teríamos aqueles magníficos jogadores de futebol? Eusébio nunca teria existido... Figo não era um "pesetero" e Deco não tinha necessidade de arranjar outra nacionalidade porque como o Brasil tinha ficado espanhol ele ia jogar pela Argentina... E se fosse ao contrário e a Espanha fosse hoje uma província de Portugal? Que aconteceria aos Bourbon?

Só tinham utilidade nos EUA onde eles bebem os Bourbons todos que podem, enquanto aqui no país ao lado entronam-nos e chamam-lhes Reis.

São conjecturas apropriadas de ler num dia destes, mas os jornais não especulam sobre estas coisas sérias, antes se comprazem em ridicularizar os candidatos à Presidência porque um Levanta-se e Não Ri e o outro Ri mas já não se levanta!

Com o advento do Cristianismo, logo começaram a ser aprovadas leis discriminatórias contra os judeus - primeiro, pelos romanos, e depois pelos bárbaros (Visigodos) que invadiram a península em 409 d.C... Entre outras coisas, foram proibidos os casamentos mistos entre judeus e cristãos e até mesmo instituída uma conversão forçada ao Cristianismo (a qual não parece ter surtido grande efeito, visto que outras conversões em massa se seguiram ao longo da História).

Em 711 d.C., tropas mouras invadem a Península Ibérica e derrotam os visigodos. Os mouros até foram inicialmente encarados como libertadores pelos judeus, uma visão até certo ponto correta, visto que Cristãos, Judeus e Sabeus (uma categoria nebulosa que incluía os hindus, por exemplo), eram incluídos pelos muçulmanos no grupo dos "Povos do Livro" (Bíblia, Torá, etc.). Os indivíduos que professavam tais crenças podiam continuar a praticá-las sob domínio islâmico, desde que pagassem uma taxa (a jizya) aos governantes e respeitassem as leis islâmicas. Com a Reconquista (cristã) da Península Ibérica, os judeus passaram novamente a temer pela sua sorte. Todavia, em Portugal gozavam de relativa liberdade e tinham grande destaque na vida pública, como

diplomatas, conselheiros reais, administradores, médicos⁴⁷, matemáticos⁴⁸, astrónomos⁴⁹, comerciantes e banqueiros (embora a maior parte da população judaica fosse composta de pessoas com profissões bem mais modestas: alfaiates, sapateiros, tecelões, pastores e pequenos comerciantes).

Isto criou descontentamento entre o povo, que sentia estar "a Cristandade submetida à jurisdição judaica". A insatisfação generalizou-se e os judeus começaram a ser vítimas de perseguições e violência por parte de populares. Mais ou menos como a situação de destaque económico dos chineses na sociedade timorense. Ressalvadas as devidas proporções.

Quando D. Afonso Henriques conquista Santarém, em 1147, serve-se (fazem sempre isso quando lhes convém) da comunidade judaica que aí vivia, como colonizadora e povoadora do novo reino que se formava. O conselheiro deste primeiro rei (no tempo de Salazar denominado apenas aio para não dar demasiada importância aos subalternos) chamava-se Egas Moniz e era um judeu sefardita português. Aliás, quando o primeiro rei entrega a Yahia Aben-Yaisch o controlo total da arrecadação das rendas públicas, inaugura a política protecionista que continuará, com maior ou menor significado, até D. Manuel I.

Os monarcas precisavam dos judeus, sobretudo por razões económicas. Estes não só possuíam largas fortunas pessoais que ajudavam a corte a sobreviver, como também estavam obrigados a pagar pesadíssimos impostos e tributos. Por isso ocupavam altos cargos públicos (normalmente associados com assuntos do Tesouro), contribuindo para manter baixa tensão entre a população cristã e a comunidade hebraica.

D. Diniz, filho e herdeiro de Afonso II e, como este, envolvido em questões com o clero ambicioso, em nada modificou a posição favorável em que se encontravam os judeus em Portugal e na qual se mantiveram até a época de D. Duarte. Não somente os dispensou do uso dos distintivos e do pagamento da dízima à Igreja, como também concedeu privilégios especiais a certos indivíduos e a comunidades inteiras.

Com os judeus de Bragança, naquele tempo em número de 19, assinou D. Diniz um tratado logo após a sua ascensão ao poder em 1279, o que nos fornece ampla visão das condições da época. Bragança tornou-se posteriormente um dos centros de maior efervescência judaica. Através desta cidade entraram em Portugal, em 1492, muitos fugitivos de Castela. Depois da conversão forçada em Portugal em 1497, aí predominaram os marranos, ou Cristãos-Novos.

Mas os judeus mais importantes na época não estavam em Bragança, mas sim na Guarda. Na época da expansão marítima, a judiaria da Guarda, uma das mais abastadas, graças ao labor artesanal e mercantil dos seus membros, foi das mais causticadas e das que mais contribuíram para o espírito de cruzada das expedições e também para a defesa do Reino. Infelizmente, a fanática pressão dos reis católicos de Castela junto de D. Manuel I (futuro genro) levou-o a decretar a expulsão ou a conversão forçada dos judeus, em 1496. Para se fazer uma pequena ideia do que foram as recolhidas de dinheiro junto da comunidade dos judeus na Guarda, num período de 40 anos, nessa época, bastara referir as seguintes:

Em 1438, a judiaria da Guarda pagou 30700 reais a pedido de D. Duarte para a expedição militar a Tânger.

Em 1440, a comuna da Guarda emprestava 97600 reais ao regente D. Pedro (irmão do Infante D. Henrique), para a expedição de D. Pedro de Castro às Canárias, disputadas pelos castelhanos.

Em 1479 os judeus da Guarda contribuíram para a defesa do reino com 170715 reais, emprestando ainda à Coroa, 80000 reais.

A Guarda conserva um bairro que mantém o aspeto geral da judiaria, os seus arruamentos e casas, não obstante de ter sofrido alterações, principalmente nos últimos decénios. Desde o repovoamento de D. Sancho I até à expulsão e conversão forçada, (1496), sempre aqui houve judeus. Sabemo-lo pelo foral sanchino, pelos costumes e pelo foral novo de D. Manuel I, de 1 de junho de 1510. As casas da judiaria são baixas, térreas ou de um só andar. As casas sobradadas da gente do Povo eram raras até ao séc. XIV, multiplicando-se a partir de então. As moradias dos mercadores apresentam, normalmente, uma porta estreita e uma larga e esta abria para a loja, para o estabelecimento comercial. A estreita dava para as escadas, que conduziam à residência assoalhada sobre a loja de comércio. Curiosamente, muitas têm as ombreiras e torsa trabalhadas em bisel, quer na porta de entrada da habitação, quer na do comércio.



CADA CASA TINHA DUAS PORTAS. UMA PARA A HABITAÇÃO E OUTRA PARA O COMÉRCIO.

RUA DA JUDIARIA NOVA

O largo da judiaria, apesar das adulterações, é um dos recantos mais castiços da Guarda primitiva, na modéstia dos seus edifícios. O comércio e o desenvolvimento agrícola incrementado ao longo dos séc. XVI e XVII, modificaram o ruralismo introduzindo na Guarda a arquitetura pesada quinhentista a que se seguiu a filipina, com cornijas salientes, gárgulas de canhão, pátios e amplas salas.

Havia um arrai-menor, o qual, entre outras funções, determinava os tributos que deveriam pagar os judeus daquela comarca, o que por vezes levantava protestos, como aconteceu nos tempos de D. Afonso IV. Os judeus tinham Sinagoga. Deles se regista a presença numerosa dos nomes mais clássicos (embora não exclusivos) de origem cristã-nova em muitos dos atuais habitantes da cidade (ex.: Mendes, Cardoso, Costa, Pereira, Henriques, Cruz, Dias, Baltazar, Vizinho, Gomes, Ramalho, Nunes, Flores, Franco, Vaz, Pinho, Teles, Faleiro, Elias, Mesquita, Oliveira, Ranito, Benjamim etc.).

A situação no séc. XIV em Espanha prenunciava o destino que esperava os judeus portugueses. 12 mil judeus morreram vítimas de perseguição religiosa em Toledo (1355) e 50 mil em Palma de Maiorca (1391).

A Inquisição data de 1478. Milhares converteram-se e outros procuraram refúgio em Portugal. 170 mil foram expulsos de Espanha em 1492 e desses, 120 mil refugiaram-se em Portugal.

Historiadores vários dizem que os judeus constituíam cerca de 25% (1/4) da população portuguesa. D. João II instituiu a cobrança de dois Escudos por cada imigrante, para permanecer em Portugal por oito meses. Ao fim daquele prazo, os judeus não conseguiram sair de Portugal (disse-se que não havia navios suficientes para transportá-los), o rei ordenou que fossem vendidos como escravos. As crianças entre dois e dez anos foram tiradas de seus pais, batizadas e levadas para colonizar as ilhas de S. Tomé e Príncipe (os seus descendentes, com extrema resistência cultural, conservam alguns costumes judaicos).

Antes da conversão forçada, com D. Manuel I, são bem identificáveis os judeus portugueses, que aqui nasceram e/ou viveram. Tinham um estatuto jurídico e fiscal distinto dos portugueses e aparecem na documentação do reino, com a indicação de judeus ou da nação judaica. São várias as cartas de privilégio passadas pelo rei a judeus, escusando-os por exemplo de usar o sinal, de pernoitar nas judiarias, permitindo-lhes andar por todo o reino, nalguns casos montados e armados. Podiam mesmo ter a qualidade de vizinhos, como é o caso de Isaque Abravanel, judeu, mercador, morador na cidade de Lisboa, que a 7/10/1472 o rei recebeu por vizinho da dita cidade, com todos os privilégios, liberdades e franquezas, como têm os cristãos vizinhos e moradores da dita cidade.

O casamento entre judeus e cristãos estava proibido, bem como todas as relações carnis, havendo mesmo alguns casos de condenação por isso. Na sua maioria, os judeus desta época eram mercadores, seguidos dos médicos (físicos e cirurgiões) e dos ourives.

Desempenhavam também ofícios variados, ferreiros, alfaiates e gibeteiros. Aparecem também bastantes tecelões, muitos eram rendeiros, alguns da criação do rei e seus servidores, tendo participado nas conquistas de Ceuta e Tânger, por exemplo. E muitos desempenhavam funções nas judiarias e respetivas câmaras, como vereadores, escrivães, ouvidores, etc. Globalmente pode dizer-se que a comunidade judaica era mais rica do que o povo e até do que muita nobreza. Sobretudo após o êxodo de Castela... O estatuto social e económico de algumas famílias judias era muito alto. Nestes casos, os homens chegavam a ter o tratamento de Dom e as mulheres de Dona. E podiam instituir e possuir morgadios, como é o caso, por exemplo, de Gabriel Ben Crespo, morador na cidade de Lisboa, que a 24/9/1450 teve confirmação real da doação de um morgadio, com todos os privilégios, honras, graças, mercês, liberdades, usos e

47 Abraão Zacuto foi médico do grande rei D. João II. Era também astrónomo e foi ele que como matemático escreveu o "Almanach Perpetuum" e fez as Tábuas de Navegação que, mais tarde, foram usadas por outro judeu sefardita português de nome Cristóvão Colón quando fez a viagem às Caraíbas em 1492 e também pelo navegador Vasco da Gama. Foi durante a estadia de Zacuto em Tomar - nome judaico que quer dizer montanha - que se construiu a Sinagoga do Arco ou do Zarco que está agora aberta ao público. Outro judeu que fez parte da armada de Cristóvão Colombo / Colón chamava-se Mestre Luís de Torres e além de ser poliglota era também judeu sefardita português. Isaac Abravanel foi médico do Conde de Bragança, mas como o Conde foi condenado à morte por estar envolvido numa conspiração contra o Rei D. João II, este sefardita português fugiu para a Turquia chegando a ser médico particular do Sultão Mahmud II, o Grande. José Vezinho (de Viseu) foi também médico do rei. Era matemático e astrónomo e trabalhou também nos projetos de navegação da Escola de Sagres. Este judeu sefardita português foi membro da Comissão que reviu o plano de Cristóvão Colombo para chegar à Índia indo pelo ocidente. Até à Inquisição (1497) TODOS os reis de Portugal foram tratados por médicos sefarditas portugueses! Duma maneira geral todos os reis de Portugal trataram bem os judeus sefarditas portugueses porque lhes reconheciam muita capacidade profissional, não só no campo da medicina e da cirurgia, mas também na matemática, nas finanças como banqueiros e no artesanato

48 Pedro Nunes (1492-1577) de família marrana e sefardita foi cosmógrafo, matemático e um dos mais destacados astrónomos náuticos portugueses. Foi professor do jovem D. Luís. Escreveu: a) "Tratado sobre a Esfera" (1537), dando início à moderna cartografia, b) "Tratado sobre a Carta de Marear", c) "De arte atque rationale navigandi" - Tratado sobre Dúvidas de Navegação - e d) "Annotationes", sobre a teoria planetária de Purbachio. Foi o primeiro observador do "Coração do Escorpião" em 1541. Foi o primeiro a traduzir parte do "Tratado de Geografia" de Ptolomeu, do latim para o português. Apesar de viver no auge da inquisição, conservou-se secretamente ligado ao judaísmo.

49 Abraão Cresques (? — 1387) — Nasceu em Palma de Maiorca, Espanha. Foi um dos maiores mestres cartógrafos, descendente de uma família antiga das Ilhas Baleares (Maiorca, Minorca e Ibiza). Recebeu do rei de Aragão o título de "Mestre dos Compassos e dos Mapas". Pode-se encontrar na Biblioteca Nacional de Paris, doado ao rei da França pelo de Portugal, o seu famoso "Atlas Catalão". Mais tarde ao serviço do rei de Portugal, seu filho Judá Cresques, auxiliou no desenvolvimento da ciência cartográfica. Tornou-se chefe do Observatório Náutico de Sagres usando o nome de Jácome de Maiorca.

costumes, feita a 31/1/1436 por Abraão Romeiro e Lidiça, sua mulher, que o haviam recebido por morte de D. Mousen Navarro, rabino-mor, que morrera sem herdeiros.

Já D. Pedro I tinha confirmado a Isaac Navarro a administração do morgado de Mousen Navarro e sua mulher, Salva, onde se transcreve a carta de instituição. Certos judeus ou Cristãos-Novos conseguiram mesmo chegar à nobreza portuguesa, como é o caso bem conhecido dos Castro do Rio.

É o caso, também, do rico mercador judeu Jacob Baru, falecido em 1471, cujo filho foi para primeiro para a Holanda e depois para Inglaterra, onde o rei Edward IV o batizou de pé com o nome de Edward Brampton, o armou cavaleiro (documenta-se como Sir) e lhe deu o governo da ilha de Guernsey. Com a morte deste rei, voltou a Portugal, adotando o nome de Duarte Brandão, tendo comprado a lezíria da Corte dos Cavalos, no termo de Azambuja, a D. João de Almeida, e a vila de Buarcos, com as marinas de Tavadre e a dízima nova de Montemor, a Martim de Sepúlveda, tudo bens da Coroa que D. João II lhe doou de juro e herdade a 14 de janeiro e 22 de maio de 1487, sendo então já do Conselho deste rei e continuando a sê-lo com D. Manuel.

Paradigmático também é o caso dos Espargosa e dos Alte, que foram nobilitados, não só eles, mas retroativamente os seus ascendentes. O doutor Cristóvão Esteves de Espargosa, desembargador dos feitos da fazenda de D. João III, e sua mulher Isabel da Pinta, foram senhores da quinta de Espargosa, no termo de Mértola, que instituíram em morgadio (7/6/1543), vinculando-lhe ainda a quinta de Vale da Pinta, no termo de Santarém, a herdade do Moutinho, no termo de Mértola, e casas e a quinta da Silveira, no termo de Évora. Cristóvão Esteves foi nobilitado, adotando no nome da sua quinta (Espargosa), que D. João III privilegiou como solar da família e a quem deu carta de armas novas. Era judeu e fora batizado de pé, sendo filho de Mestre Estêvão (Isaac antes do batismo), boticário em Beja, e sua mulher Branca Esteves. O Doutor Cristóvão Esteves, que a 29/8/1533 teve de D. João III carta de privilégio que supria o seu «defeito de nascimento», foi primeiro procurador dos feitos da fazenda, pelo menos desde 1518 até 14/9/1521. Deste Cristóvão Esteves foi irmão o licenciado Bernardim Esteves de Alte, desembargador do Paço, senhor da herdade de Alte, no termo de Serpa, de que tirou o nome e que também foi nobilitado por D. João III e confirmado por D. Filipe I em 1583, sendo pai do doutor Cristóvão Esteves de Alte, nascido na corte de Lisboa, doutorado em Leis pela Universidade de Coimbra a 9/6/1553, onde foi lente (16/11/1551), sendo também chanceler e desembargador da Casa da Suplicação, e do doutor Bernardim Esteves de Alte, lente de Vocações (1553) da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Suplicação e do Paço, etc. O rei fez o dito licenciado Bernardim Esteves «Fidalgo, e nobre como se toda sua avoenga o fora», e como «se o dito solar fora antigo, e os Pays, Avós, bisavós, e tresavós dos ditos L.dos Bernardim Esteves e Simão Gonçalves (Simão Gonçalves Preto, seu genro) fossem Fidalgos de solar conhecido».

32.2.2. OS NOMES. 27 novembro 2006⁵⁰

Nomes de família de "cripto-judeus", prevalentes, mas não de forma exclusiva, nas regiões da Beira-Baixa, Trás-os-Montes e Alentejo⁵¹:

Amorim; Azevedo; Alvares; Avelar; Almeida; Barros; Basto; Belmonte; Bravo; Cáceres; Caetano; Campos; Carneiro; Carvalho; Crespo; Cruz; Dias; Duarte; Elias; Estrela; Ferreira; Franco; Gaiola; Gonçalves; Guerreiro; Henriques; Josué; Leão; Lemos; Lobo; Lombroso; Lopes; Lousada; Macias; Machado; Martins; Mascarenhas; Mattos; Meira; Mello e Canto; Mendes da Costa; Miranda; Montesino; Morão; Moreno; Morões; Mota; Moucada; Negro; Nunes; Oliveira; Ozório; Paiva; Pardo; Pilão; Pina; Pinto; Pessoa; Preto; Pizarro; Ribeiro; Robles; Rodrigues; Rosa; Salvador; Souza; Torres; Vaz; Viana e Vargas.

Nomes de famílias judaicas portuguesas na Diáspora (Holanda, Reino Unido e Américas)⁵²

Abrantes; Aguilar; Andrade; Brandão; Brito; Bueno; Cardoso; Carvalho; Castro; Costa; Coutinho; Dourado; Fonseca; Furtado; Gomes; Gouveia; Granjo; Henriques; Lara; Marques; Melo e Prado; Mesquita; Mendes; Neto; Nunes; Pereira; Pinheiro; Rodrigues; Rosa; Sarmento; Silva; Soares; Teixeira e Teles (entre muitos outros).

Sobrenomes judaicos de origem portuguesa na América Latina⁵³:

Almeida; Avelar; Bravo; Carvajal; Crespo; Duarte; Ferreira; Franco; Gato; Gonçalves; Guerreiro; Léon; Leão; Lopes; Leiria; Lobo; Lousada; Machorro; Martins; Montesino; Moreno; Mota; Macias; Miranda; Oliveira; Osório; Pardo; Pina; Pinto; Pimentel; Pizarro; Querido; Rei; Ribeiro; Robles; Salvador; Solva; Torres e Viana

ADENDA: Nomes de família citados com maior frequência nos documentos da Inquisição, relativos a "relapsos" condenados pelo "crime de judaísmo":

Rodrigues	453 pessoas
Nunes	229 pessoas
Mendes	224 pessoas
Lopes	282 pessoas
Miranda	190 pessoas
Gomes	184 pessoas
Henriques	174 pessoas
Costa	138 pessoas
Fernandes	132 pessoas
Pereira	124 pessoas
Dias	124 pessoas

Segue uma listagem (reduzida) de nomes de famílias judias e cripto-judias retirada do Dicionário Sefaradi de Sobrenomes:

A
Abreu Abrunhosa Affonseca Affonso Aguiar Ayres Alam Alberto Albuquerque Alfaro Almeida Alonso Alvade Alvarado Alvarenga Álvares Alvarez Alvelos Alveres Alves Alvim Alvorada Alvres Amado Amaral Andrada Andrade Anta António Antunes Araújo Arrabaca Arroyo Arroja Aspalhão Assunção Athayde Ávila Avis Azeda Azeitado Azeredo Azevedo

B
Bacelar Balão Balboa Balleyro Baltiero Bandes Baptista Barata Barbalha Barboza Barbosa Bareda Barrajas Barreira Baretta Baretto Barros Bastos Bautista Beirão Belinque Belmonte Bello Bentes Bernal Bernardes Bezerra Bicudo Bispo Bivar Boccoro Boned Bonsucesso Borges Borrvalho Botelho Bragança Brandão Bravo Brites Brito Brum Bueno Bulhão

C
Cabaco Cabral Cabreira Caceres Caetano Calassa Caldas Caldeira Caldeyrao Callado Camacho Câmara Camejo Caminha Campo Campos Candeads Capote Cárceres Cardozo / Cardoso Carlos Carneiro Carranca Carnide Carreira Carrilho Carrollo Carvalho Casado Casqueiro Casseres Castenheda Castanho Castelo Castelo-Branco Castelhana Castilho Castro Cazado Cazales Ceya Cespedes Chacla Chacon Chaves Chito Cid Cobilhos Coche Coelho Collaço Contreiras Cordeiro Corgenaga Coronel Correa Cortez Corujo Costa Coutinho Couto Covilhã Crasto Cruz Cunha

D
Damas Daniel Datto Delgado Devet Diamante Dias Diniz Dionísio Dique Dória Dorta Dourado Drago Duarte Durães

E
Eliate Escobar Espadilha Espinhosa Espinoza Esteves Évora

F
Faisca Falcão Faria Farninha Faro Farto Fatexa Febos Feijao Feijo Fernandes Ferrao Ferraz Ferreira Ferro Fialho Fidalgo Figueira Figueiredo Figueiro Figueiroa Flores Fogaca Fonseca Fontes Forro Fraga Fragozo Franca Frances Francisco Franco Freire Freitas Froes/Frois Furtado

G
Gabriel Gago Galante Galego Galeno Gallo Galvão Gama Gamboa Gancoso Ganso Garcia Gasto Gavilão Gil Godinho Godins Goes Gomes Gonçalves Gouvea Gracia Gradis Gramacho Guadalupe Guedes Gueybara Gueiros Guerra Guerreiro Gusmão Guterres

H/I
Henriques Homem Idanha Iscol Isidro Jordão Jorge Jubim Julião

L
Lafaiá Lago Laguna Lamy Lara Lassa Leal Leão Ledesma Leitão Leite Lemos Lima Liz Lobo Lopes Loução Loureiro Lourenço Louzada Lucena Luiz Luna Luzarte

M
Macedo Machado Machuca Madeira Madureira Magalhães Maia Maioral Maj Maldonado Malheiro Manem Manganes Manhanas Manoel Manzona Marçal Marques Martins Mascarenhas Mattos Matoso Medalha Medeiros Medina Melão Mello Mendanha Mendes Mendonça Menezes Mesquita Mezas Milão Miles Miranda Moeda Mogadouro Mogo Molina Monforte Monguinho Moniz Monsanto Montearroyo Monteiro Montes Montezinhos Moraes Morales Morao Morato Moreas Moreira Moreno Motta Moura Mouzinho Munhoz

N
Nabo Nagera Navarro Negrão Neves Nicolao Nobre Nogueira Noronha Novaes Nunes

O
Oliva Olivares Oliveira Oróbio

P
Pacham/Pachão/ Paixão Pacheco Paes Paiva Palancho Palhano Pantoja Pardo Paredes Parra Páscoa Passos Paz Pedrozo Pegado Peinado Penalvo Penha Penso Penteado Peralta Perdigão Pereira Peres Pessoa Pestana Picanço Pilar Pimentel Pina Pineda Pinhão Pinheiro Pinto Pires Pisco Pissarro Piteyra Pizarro Pombeiro Ponte Porto Pouzado Prado Preto Proença

50 Genealogia Judaica Portuguesa, Nuno Guerreiro Josué, at 11/12/2003 in Judeus Portugueses e História. Recebi no Correio da Judaria várias mensagens de leitores que indagavam sobre as suas eventuais raízes judaicas. Por vezes os nomes de família e as terras de origem dizem tudo, e basta uma consulta rápida em dois ou três livros de história ou genealogia sefardita para confirmar uma conversão forçada ao catolicismo ou um julgamento perante os tribunais da Inquisição. Outras vezes é preciso trabalhar mais para conseguir desenterrar o que em muitas famílias portuguesas é o mais bem guardado dos segredos. Há uma extensa bibliografia que pode ajudar a traçar esta geografia da identidade pessoal de muitos descendentes de judeus portugueses. Aqui ficam alguns dos livros que considero fundamentais: "A History of the Marranos", Cecil Roth; "Sangre Judia", Pere Bonnin; "Secrecy and Deceit: The Religion of the Crypto-Jews", David Gitlitz; "Os Marranos em Portugal", Arnold Diesendruck; "A Origem Judaica dos Brasileiros", José Geraldo Rodrigues de Alckmin Filho; "Dicionário Sefaradi de Sobrenomes", Guilherme Faiguenboim, Anna Rosa Campagnano e Paulo Valadares (ver Folha Online - Dicionário viaja ao passado dos Sefaradi - 06/01/2004)

51 *in "Os Marranos em Portugal", Arnold Diesendruck

52 ** in "Raízes Judaicas no Brasil", Flávio Mendes de Carvalho

53 *** in "Os Nomes de Família dos Judeus Creolos", estudo de Arturo Rab, publicado na revista "Juedische Familien Forschung", Berlim, 1933

Q
 Quadros Quaresma Queiroz Quental
 R
 Rabelo Rabocho Raphael Ramalho Ramires Ramos Rangel Raposo Rasquete Rebello Rego Reis Rezende Ribeiro Rios Robles Rocha Rodriguez Roldão Romão
 Romeiro Rosário Rosa Rosas Rozado Ruivo Ruiz
 S
 Sá Salvador Samora Sampaio Samuda Sanches Sandoval Santarém Santiago Santos Saraiva Sarilho Saro Sarzedas Seixas Sena Semedo Sequeira Seralvo
 Serpa Serqueira Serra Serrano Serrão Serveira Silva Silveira Simão Simões Soares Siqueira Sodenha Sodré Soeiro Sueyro Soeiro Sola Solis Sondo Soutto Souza
 T/U
 Tagarro Tareu Tavares Taveira Teixeira Telles Thomas Toloza Torres Torrones Tota Tourinho Tovar Trigillos Trigueiros Trindade Uchôa
 V/X/Z
 Valladolid Vale Valle Valença Valente Varela Vargas Vasconcellos Vasques Vaz Veiga Veyga Velasco Velez Vellez Velho Veloso Vergueiro Viana Vicente
 Viegas Vieyra Viera Vigo Vilhalva Vilhegas Vilhena Villa Villalao Villa-Lobos Villanova Villar Villa Real Villella Vilela Vizeu Xavier Ximenez Zuriaga
 Fonte: <http://ruadajudaria.com/index.php?p=77>

Os judeus anteriores à conversão forçada são também facilmente reconhecíveis pelos nomes, não só pelos nomes próprios, mas também pelos apelidos ou nomes de família. Percorrendo a longa Chancelaria de D. Afonso V (1438-1481) é possível recolher um vasto conjunto de nomes de família tipicamente judeus, se bem que muitos deles apenas se documentem com os nomes próprios, geralmente antecédidos da designação mosse ou mestre.

Esses nomes de família são os seguintes, por ordem alfabética:

A - Abam, Abaya, Abaz, Abeçar/Abeça, Abençall, Abraçar, Abenzamorro, Abenazo, Abete, Abez, Abife, Aboa/a Boa, Abraão / Abraham (sobretudo nome próprio), Abravanel, Abroz, Abudente, Açaral, Adaroque, Adereos/Aderes, Adida, Aidara, Alarbom Albarrux, Albogalim, Albotene, Alcabaz, Alcalé, Alegria, Alfaquy/Alfaquem/Alfaquim, Alfeice/Alferce, Almalle/Almalee, Almusas Alzagal, Alravel, Alroz, Alvargo/Alvargii/Alvargy, Alvo, Am/Ham, Amalho, Amanilho, Amigo, Amyz, Anyneu, Arary/Arari, Arobas, Arte, Azeerim/Azecrim, Azenha;
 B - Bacoa, Bagally, Barnabé, Barrocas, Barrobe, Bari, Baru/Barru, de Barbova, Baquis, Beacar/Beaçar/Beatar, Bega, Beiçudo/Beyçudo, Beiro, Belacide, Belhamym, Benafull, Benafaçom, Benazo, Benjamim, Bemzamerro Benziza, Beuafaçom, Bichacho, Bicudo, Bixorda, Brafanez, Bono, Boyrn;
 C - Caçez, Cachado, Çaçom/Saçom/Sacam, Cadaley, Çadiz, Caldeirão, Calimy, Çalleicaa, Calvo, Camacas, Camarinha, Canana, Canfi, Capam, Capaya/Capayo, Catarribas, Catelaão/Catalão, Cardinel, Carrilho, Carraf, Caruchel, Castelão /Castelhão, Catam, Catiell, Cefim, Cerasady, Chaveirol, Cide / Cid, Codilho, Cofeiro, de Colhar, Çoleima, Colem, Colodro, Conciel, Cordilha, Coser, Cosfem, Cosim, do Crasto / de Castro, Crespim, Crescente, Crudo, Cudello, Curuto;
 D - Dano, Danom, Delhescas, Donhas, Douo;
 E - Eide, de Elhifes, Escalona, Espanom, Espantão, Erguas, Erudo;
 F - Falaz, Famiz, Famta, Faquom, Faquim, Faracho, Faravom, Fayham/Fayam, Focem, Folega, Frances, Franco/Franquo;
 G - Gabay, Gabriel, Gadim, Gaguim/Gaguy, Gaim, Galote/Galite, Galaje, Galante, Garçom, Gayos, Gedelha (sobretudo nomo próprio), Golete, Gota, Guaryto, Gualite, Graço;
 H - Husque;
 L - de Labymda, Latam / Latão, Lavanca, Lázaro, de Llescas, de Lestes, Levi, Liam, Lias, de Liscas, de Lixecas, Loquem, Lozora;
 M - Maalom, Macaz, Machosso, Maçon, Maconde, Martelo, Marracoxy, Mataro, Matrotel, Mayll, de Medina, Menafem, Mocatel, Mocato, Mofejo, Mosejo, Mollaão, Montam, Motaal, Motal, Muça;
 N - Nafas, Nanyas, Naniras, Natam;
 P - Papo, Palaçano, Palacho, Patteiro, Peço, Pello, Pernica, Pexeiro, Picorro, Piecho, Picho, Prateiro;
 R - Ribaro, Ricomem, Rodriga, de Rogos, Romano, Romão, Romdyem, Romeiro, Rondim, Rosall;
 S - Samaia/Çamaya, Sanamel, Saraya, Savarigo, Solega;
 T - Tarraz, Tavy/Tovy, Toby, Tolledam/Toledano, Tony, Torigo, Tristam;
 V - Vaca, Valency, Varmar, Vascos, Venyste, Viarcis, Vivas/Vivaz, Vidas, Vidos, Vivalaquero;
 Z - Zaaboca, Zabocas, Zaquim, Zaquem, Zarco.

Outros nomes usados por judeus desta época têm a aparência de alcunhas, como é o caso de Crespo, Dourado, Querido, Parente e Ruivo (nome usado por vários judeus de Évora, alguns pais e filhos), podendo também ser o caso de Branco e Preto, nomes que também se documentam em judeus, este último o nome de uma importante família de mercadores de Lisboa. Mas Crespo, que também aparece antecedido da partícula ben, seria por isso um nome próprio. E resta saber se alguns outros nomes de aparência portuguesa não são afinal palavras hebraicas homónimas ou pelo menos homógrafas. Documentam-se também famílias judias com nomes claramente tirados de cidades ou vilas portuguesas: Murça, de Faro, de Leiria, Coimbra, de Lamego, de Tomar, Penafiel, da Pedreneira, de Cea / Seia, da Vitória (uma família do Porto) e Cascais. Se bem que, quando se documentam, estas famílias vivessem em terras completamente distintas das que ostentavam no nome. Como característica geral, os nomes judeus nunca têm patronímicos à portuguesa, se bem que pelo menos os nomes antecédidos por ben o pareçam ser. Como é o caso, por exemplo, de Benafaçom, que significaria filho de Afaçom. Na verdade, só se encontram três judeus com nomes de família que podem ser patronímicos à portuguesa: Marcos, Vicente e Manuel, se bem que este último nome também apareça como Manueell.

Claramente patronímico português só um, aliás associado a um primeiro nome cristão. Trata-se de Álvaro Gonçalves, judeu, morador na cidade de Évora, que a 15/10/1454 teve perdão da justiça régia pela fuga da prisão, tratar-se-ia já de um converso (ou um dos vários que foram obrigados a converter-se), ou então um descendente de judeus de Castela, onde as conversões forçadas começaram em 1391 e desde 1449 estavam em vigor os estatutos de pureza de sangue.

Alguns documentos ainda mantêm registados os nomes originais dos judeus que, ao serem batizados, assumiram nomes tipicamente portugueses. Eis alguns exemplos:

Nome Original Judeu --> Nome Cristão Português
 Abraão ...? --> Gonçalo Dias
 Abraão Gatel --> Jerónimo Henriques
 Benyamim Beneviste --> Duarte Ramires de Leão
 Eliézer Toledano --> Manoel Toledano
 Isaac Catalan --> Rafael Dias
 Isaac Tunes --> Gabriel Velho
 Icer ...? --> Grácia Dias
 Luna Abravanel --> Leonor Fernandes
 Salomão aben Haim --> Luís Álvares
 Salomão Coleiria --> Gonçalo Rodrigues
 Salomão Molcho --> Diogo Pires
 Samuel Samaia --> Pero Francisco
 Santo Fidalgo --> Diogo Pires
 ...? Arame --> Francisco Martins
 ...? Cabanas --> Estevam Godinho
 ...? Cohen --> Luís Mendes Caldeirão
 ...? Gatel --> Francisco Pires

Costuma-se dizer que os judeus tomavam como apelidos nomes de árvores e animais. Mas, a bem da verdade, esses apelidos já apareciam na antroponímia portuguesa desde que se tornou usual a adoção de um nome de família, não sendo, portanto, de ocorrência exclusiva entre os hebreus. Muitos judeus modernos, descendentes dos expulsos da Espanha e Portugal, que hoje vivem principalmente na Holanda, Itália, EUA e Israel, preservam seus apelidos portugueses, às vezes

com grafia já deturpada. A verdade é que vários judeus se converteram ao Cristianismo muito antes da conversão obrigatória. E este batismo obrigou ao abandono do nome judeu e à adoção de um outro, normalmente o do padrinho. É certamente o caso de Simão Homem, judeu, convertido ao Cristianismo, que a 27/4/1473 teve perdão da justiça régia por ter ferido Yuda, judeu, e pela fuga da prisão, mediante o perdão das partes e tendo pago 400 reais para a Piedade. Isto leva à questão dos judeus, anteriores à conversão forçada, que ostentam nomes de famílias da nobreza portuguesa. Não são muitos, mas são alguns, sendo que esta adoção não pode estar relacionada com a conversão, pois usavam esses nomes como judeus.

É o caso típico de uma das mais importantes famílias judias de Portugal, os Navarro. Sendo certo, que no séc. XV existia o nome Navarro em cristãos, como é o caso de Gomes Martins Navarro, morador em Altares, que esteve em Alfarrobeira pelo Infante D. Pedro, bem como uma importante família de judeus alentejanos que usava o nome Pinto. Documentam-se ainda judeus com os nomes do Crasto / de Castro, Lobo, Marinho, Caldeira, Caldas, de Sá, Amado e Pereira. Em alguns destes casos apenas se encontrou um indivíduo com este nome, como é o caso de Isaque Pereira, judeu, morador na cidade de Évora, servidor de D. Afonso V, que a 9/7/1439 lhe confirma um privilégio D. Duarte de 9/4/1434 que o isentava do pagamento de qualquer imposto régio e concelhio, de qualquer encargo e servidões régias e concelhias, de pagar o serviço real novo em cabeças, do direito das sisas, de nenhum encargo na comuna dos judeus, bem como de trazer na roupa o sinal no peito, concedendo-lhe ainda licença para andar em besta muar de sela e freio.

32.2.3. D. MANUEL I, E OS JUDEUS. 27 novembro 2006

Com a ascensão de D. Manuel I ao trono, em 1495, os castelhanos escravizados foram libertados. Todavia, o casamento anunciado do rei com a princesa Isabel da Espanha colocou os judeus novamente em clima de tensão. Isto porque o contrato de casamento incluía uma cláusula que exigia a expulsão dos hereges (mouros e judeus) do território português. O rei tentou fazer com que a princesa reconsiderasse (já que precisava dos capitais e do conhecimento técnico dos judeus para o seu projeto de desenvolvimento de Portugal), mas foi tudo em vão. Em 5 de dezembro de 1496 assinou o decreto de expulsão dos hereges, concedendo-lhes prazo até 31 de outubro de 1497 para deixar Portugal. Aos judeus, o rei permitiu que optassem pela conversão ou desterro, esperando assim que muitos se batizassem.

Durante esse tempo, D. Manuel não faz preparativos para o embarque dos judeus; manda retirar as crianças judias às suas famílias e educá-las em famílias cristãs; isenta de inquérito ou perseguição religiosa todos os Cristãos-Novos durante vinte anos, o que na prática significava que mesmo depois de batizados poderiam continuar a ser judeus; e, finalmente, no momento do embarque, manda batizar à força os últimos renitentes. Assim, a maior parte dos judeus fica em Portugal como Cristãos-Novos. A comunidade judaica desaparece, enquanto entidade autônoma. Mas os judeus, as suas fortunas e as suas capacidades de trabalho, permanecem no país, ao serviço do reino. D. Manuel pode proclamar a "limpeza" de Portugal e ao mesmo tempo desfrutar do que sempre possuiu.

Os judeus, em grande maioria, resolvem, porém, abandonar o país. O rei, ao ver ir por terra sua estratégia, manda então fechar todos os portos de Portugal para impedir a fuga - menos o porto de Lisboa. Foi ali que se concentraram cerca de 20 mil judeus, que esperavam transporte. Em abril de 1497, o rei manda sequestrar as crianças judias menores de 14 anos, para serem criadas por famílias cristãs, o que foi feito com grande violência. Em outubro desse ano, os que ainda assim resistiram a conversão, foram arrastados à pia batismal pelo populacho, incitado por clérigos fanáticos e com a complacência das forças policiais.

D. Manuel, assustado com a ideia de que os judeus pudessem esconder as crianças e que a sua decisão tomada em Estremoz viesse a extravasar, determinou que a ação fosse executada no domingo de Páscoa. O país viu-se palco de grandes tragédias. Filhos arrancados dos pais, arrastados com violência, tendo-se constatado inúmeras mortes e suicídios. É de se notar a desigualdade embutida nessa ação, pois os mouros, como os judeus, eram passíveis do decreto de expulsão. Não lhes tiravam, porém, os filhos. Por que razão se haveriam de poupar os mouros?

A resposta a esta indagação encontra-se no comentário feito pelo cronista Damião de Goes a respeito do assunto, na sua obra Crônica de Dom Manuel:

"A causa foi porque de tomarem os filhos aos judeus, se não podia recrescer nenhum damno aos christãos, que andam espalhados pelo mundo, no qual os judeus por seus peccados não tem reinos, nem senhorios, cidades nem villas, mas antes em toda a parte onde vivem são peregrinos e tributários, sem terem poder nem authority para executar suas vontades contra as injurias e mal que lhes fazem. Mas aos mouros por nossos peccados e castigo permite Deus terem occupada a mór parte da Asia e Africa e boa da Europa, onde tem impérios e reinos e grandes senhorios, nos quaes vivem muitos christãos debaixo de seus tributos, além dos que muitos tem captivos e a todos estes fora mui prejudicial tomarem-se os filhos dos mouros porque aos que se este agravo fizera, é claro que se não houveram de esquecer de pedir vingança dos christãos... e sobretudo dos portugueses."

Assim é que os judeus não tinham quem os protegesse, enquanto os árabes possuíam príncipes e reinos poderosos que não só poderiam pôr em perigo a própria estabilidade portuguesa como vingar-se em eventuais súbditos do país que vivessem em seus territórios. Damião de Goes, dentro da concepção, na época universal, de que os judeus constituíam uma nação, pois sempre foram chamados "os da nação" ou "gente da nação", compreendeu que sem impérios, reinos, vilas ou poderosos príncipes que os defendessem, os judeus estariam à mercê de seus perseguidores, que poderiam fazer com eles o que bem entendessem. No séc. XVI, a visão de Damião de Goes já tornava clara a necessidade de que os judeus tivessem um estado ou um reino constituído. Damião de Goes, através da sua sensibilidade, talvez tenha sido um dos primeiros europeus que teve a visão do que mais tarde viria a ser o fulcro do movimento sionista.

Foram desses batismos em massa e à força que surgiram os marranos, ou criptojudeus, que praticavam o judaísmo em segredo, mas professavam publicamente a fé católica. Os "Cristãos-Novos" nunca foram realmente bem aceites pela população "cristã velha", que desconfiava (justificadamente) da sinceridade da fé dos conversos. Essa desconfiança evoluiu para a violência explícita: o Pogrom de Lisboa ocorreu em 1506. A peste grassava na cidade desde janeiro, fazendo dezenas de vítimas por dia, e em abril, insuflados por clérigos fanáticos que culpavam os "Cristãos-Novos" pela calamidade, o populacho investiu contra eles, matando mais de dois mil deles, entre homens, mulheres e crianças.

Assim se iniciava nova diáspora judaica, tendo rumado para o norte da Europa, onde fundaram comunidades nos Países Baixos, sul de França, e Médio Oriente. Após a expulsão dos judeus da Espanha (1492), o mundo árabe acolheu boa parte deles e deu-lhes - tal como aos cristãos - o estatuto de dhimmi, inferior ao dos muçulmanos, claramente mais favorável que o de seus correligionários na Europa, preservando-os das perseguições recorrentes que sofreram na Europa.

Judeus portugueses seguiram com os holandeses para Nova Amsterdão (posteriormente Nova Iorque), onde fundaram uma das mais antigas comunidades judaicas.

No Brasil, chegaram juntamente com os holandeses a Belém do Pará, embora houvesse judeus convertidos na expedição de (Pedro Álvares) Cabral que "descobriu" o Brasil em 22 abril de 1500. Muitos dos judeus sefarditas portugueses fugiram para as montanhas das Beiras Alta e da Beira Baixa tornando-se criptojudeus. Os que se converteram ao Cristianismo passaram a ser chamados "marranos" (de porcos) ou "conversos", ou Cristãos-Novos.

Só por ironia do destino, não se deixe de salientar, que os Cristãos-Novos portugueses, que se estabeleceram no sul da França nos séculos XVII e XVIII eram conhecidos por "Messieurs les portugais". Português como sinónimo de judeu.

Com a expulsão dos médicos sefarditas portugueses assim como dos vários eruditos judaicos, Portugal sofreu uma perda terrível de valores intelectuais e até à data ainda não conseguiu recuperar desse desespero, o que nos trás de volta à citação de início. Portugal arruinou-se (e muito) com a Inquisição, mas as outras nações ganharam com a inteligência e qualidades profissionais dos judeus sefarditas portugueses. É depois da Inquisição que passamos a ver nomes famosos de médicos sefarditas portugueses em todos os países da Europa, não só como professores das faculdades de medicina, mas até médicos privados dos reis e rainhas. Assim vemos nomes de médicos portugueses em lugares de destaque, como Costa, Da Costa, Bueno, Cardoso, De Castro, Da Silva, Fonseca e Nunes.

João Rodrigues Castelo Branco também conhecido por Amato Lusitano (Amatus Lusitanus) além de um bom médico foi botânico em Antuérpia e chegou a ser professor de medicina em Ferrare. Chegou a ser o médico que tratou do Papa Julius III.

Daniel Fonseca fugiu para França e depois foi médico do Príncipe de Budapeste. Judah Abravanel foi para Nápoles, Génova e Veneza tornando-se um médico famoso.

Filoteu Montalto depois de fugir de Portugal foi para Florença chegando a ser médico particular do Duque Frederico. Depois foi chamado para tratar da Rainha Catarina de Médicis, em Paris, França, que sofria de enxaquecas e ele receitou-lhe pó de tabaco que naquele tempo "eram as ervas milagrosas".

Jacob Martinho foi para a Itália onde chegou a ser professor de medicina na Universidade de Roma e médico do Papa Paulo III. Rodrigues da Fonseca foi professor de Medicina em Pisa e Pádua.

Fabrizio de Água Pendente foi professor de anatomia em Bolonha e descobriu as válvulas nas veias profundas das nossas pernas e coxas.

Rodrigo de Castro foi para Hamburgo (Alemanha), chegando depois a tratar da Rainha Cristina da Suécia.

Uma grande parte dos judeus sefarditas portugueses fugiu para Amsterdão, onde construíram a maior Sinagoga que há no mundo. É nesta cidade que encontramos muitos nomes de médicos sefarditas portugueses como Fernando Mendes, que depois foi para Londres chegando a ser médico particular da Rainha Catarina de Bragança, mulher do Rei Carlos II, que sofria de gota e este médico judaico sefardita português receitou-lhe, pela primeira vez na Inglaterra, a colquicina, medicamento que ainda se usa hoje no mundo inteiro para o tratamento do ataque de gota!

Foram os judeus sefarditas portugueses que ensinaram os ingleses a fritar peixe, porque levaram com eles o azeite português! Foi a Rainha Catarina de Bragança que ensinou os ingleses a beberem o "chá das cinco" e levou também com ela o uso do garfo para a Casa-Real Inglesa, e até as tangerinas! Foi esta Rainha que deu o nome ao maior Bairro da Cidade de Nova Iorque que se chama hoje "Queens" em sua honra!

A Primeira Rainha de Bristol era 100 % Portuguesa porque no primeiro mapa das ruas de Bristol (1680) aparecem ruas com o nome de "King" (em honra de Carlos II) de "Queen" (em honra da Rainha Catarina de Bragança) e ainda outra rua que dá seguimento a esta que tem o nome de "Catarine Street".

Os judeus sefarditas portugueses emigraram também para os Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné e Brasil, envolvendo-se na indústria (do açúcar) e nas outras profissões incluindo a medicina. Mesmo da Holanda deram o salto para o Recife, no norte do Brasil, porque os holandeses tinham roubado a Portugal este território. Seguiram depois para Curaçau e Nova Amsterdão que mais tarde mudou o nome para Nova Iorque, quando os ingleses a conquistaram.

Nas listas de processados pelo Santo Ofício, por serem judeus ou Cristãos-Novos, encontram-se milhares de nomes e apelidos genuinamente portugueses, causando mesmo estranheza que nomes hebraicos raramente sejam mencionados. Analisando essas listas, nota-se que qualquer apelido português poderá ter sido, em algum tempo ou lugar, usado por um judeu ou cristão-novo. Não escaparam ao uso apelidos bem cristãos, tais como "dos Santos", "de Jesus", "Santiago", etc. Certos apelidos, porém, aparecem com maior frequência, tais como "Mendes", "Pinheiro", "Cardoso", "Paredes", "Costa", "Pereira", "Henriques", etc. O de maior incidência, no entanto, foi "Rodrigues".

Os historiadores sempre assinalaram a nítida diferença com que a Inquisição tratava muçulmanos e judeus. Na verdade, o número de processos por conta de seguidores da religião de Maomé é diminuto e totalmente desproporcional ao do julgamento dos criptojudeus considerados apóstatas da igreja católica por retornarem à prática judaizante.

A maior comunidade judaica encontrava-se em Lisboa, onde havia diversas judiarias. A mais antiga situava-se no bairro da Pedreira, entre os conventos do Carmo e Santa Trindade, e uma mais nova no bairro da Conceição. Desde 1457 existiu uma terceira judiaria perto do Portão de Pedro, chamada judiaria da Alfama. Depois de Lisboa, as maiores comunidades e, portanto, as maiores judiarias, ficavam em Santarém, Lamego, Bragança, Guimarães, Évora, Alcácer, Coimbra, Viseu, Porto, Chaves, Leiria, Trancoso, Alvito, Guarda, Alenquer, Elvas, Estremoz, Faro, Covilhã, Beja, Penamacor, Vila Marim, Castro Marim, Miranda, Porches, Cacilhas, Mesão Frio, Barcelos e Vila Viçosa.

Além disso, parte dos judeus viviam dispersos por várias localidades, faltando-lhes os dez adultos necessários para o serviço divino regular. Esta situação explica a pergunta dirigida por judeus portugueses ao rabino de Barcelona, Salomon Adreth, sobre se dois meninos de 13 anos podiam completar o número de adultos necessários para o serviço divino. A resposta do rabino foi negativa. Os judeus em Portugal precisavam pagar muitos impostos ao Estado. O mais antigo foi provavelmente a juderenga, capitação fixada em 30 dinheiros, como em Castela, onde fora introduzida por Sancho II em 1295, era cobrada pelo fato de Judas ter denunciado Jesus aos romanos pela mesma soma.

Na mesma época, talvez simultaneamente com a introdução do rabinato, estabeleceu-se, sobre este uma taxa que revertia para a Coroa. Também a taxa corporal não era desconhecida em Portugal. Em Beja, por exemplo, cada judeu que nela ingressasse pagava um maravedi como tributo corporal. Além disso, estavam sujeitos a um tributo para o incremento da marinha. Desde o reinado de Sancho II, que fora o primeiro a favorecê-la, tiveram os judeus que fornecer, para cada nau que o rei equipasse, uma âncora e uma amarra com comprimento de 60 côvados ou pagar a soma equivalente de 60 libras.

Cada judeu ou judia recolhia anualmente um "serviço real". O rapaz de sete a 14 anos, cinco soldos. A menina de sete a 12 anos, dois soldos e meio. As moças maiores de 12 anos, enquanto fossem solteiras, pagavam meio maravedi. O dobro pagava o solteiro que vivesse na casa paterna. O homem ou a mulher, solteiros ou casados, eram taxados respetivamente em 20 e dez soldos. Colheitas agrícolas e transações comerciais também estavam sujeitas a taxações.

No reinado seguinte (Afonso V), a situação dos judeus em Portugal era extremamente favorável. Nenhum dos monarcas anteriores tanto os protegera, parecendo que todas as leis canónicas e restrições vigentes tivessem sido repentinamente suspensas. Viviam fora das judiarias, não usavam distintivos, pavoneavam-se sobre cavalos ricamente enfeitados com custosos arreios, envergando longas túnicas e finos capuzes, com coletes de seda e espadas douradas. Exerciam cargos públicos. Como burgueses livres, também negligenciavam muitos de seus deveres religiosos. Uma descrição contemporânea sobre o comportamento durante o culto, que condiz com as censuras de Abraão Saba (o qual viveu mais ou menos 80 anos depois), é-nos transmitida num pequeno livro por Salomão Alami, que viveu na mesma época do rabino Simão Duran.

As liberdades que Afonso V concedera aos judeus nunca foram bem vistas pela massa ignorante da população e pelo clero corrupto. Isso estimulou novamente, e agora em grau mais intenso, o ódio da plebe. Num auto-de-fé em Coimbra,

em 1718, saíram mais de 50 nativos de Bragança, continuando esta cidade a prover, nos anos seguintes, nove décimos do total das vítimas do Tribunal da Inquisição do Norte. Nos registos publicados do Santo Ofício, figuram 805 pessoas da cidade de Bragança.

Para Eduardo Mayonne Dias (Universidade of Califórnia, Los Angeles) na sua obra "O criptojudeus da Faixa Fronteiriça Portuguesa" na realidade D. Manuel não tinha qualquer interesse em expulsar esta comunidade, que então constituía um destacado elemento de progresso nos setores da economia e das profissões liberais. A sua esperança era que, retendo os judeus no país, os seus descendentes pudessem eventualmente, como cristãos, atingir um maior grau de aculturação.

Para os açorianos este rei, foi um divisor de águas. Como Donatário, criou os senhorios (ou capitães) que dirigiam as ilhas, resguardados os direitos da Coroa de vida ou morte sobre as pessoas e da Ordem de Cristo, fundou as vilas de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Água de Pau, organizou o foral alfandegário, criou as Misericórdias nas principais povoações do Arquipélago, além doutros melhoramentos que alavancaram a economia das ilhas atlânticas.

32.2.4. JUDEUS NO BRASIL

Marcelo Miranda Guimarães interroga quem foram os brancos portugueses que vieram colonizar o Brasil? Viriam eles atraídos só pelas riquezas e maravilhas da terra Pau-Brasil? A grande verdade é que muitos historiadores do Brasil colonial ocultaram uma casta étnica que havia em Portugal denominada por cristãos-novos, ou seja, os Judeus! Em 1499, já não havia judeus em Portugal só cristãos-novos. Naquele momento de crise, perseguição e desespero, uma porta se abriu quando uma grande esquadra descobre o Brasil em abril de 1500.

O judeu Fernando de Noronha, primeiro arrendatário do Brasil, demanda trazer um grande número de mão-de-obra para explorar seiscentas milhas da costa, construindo e guarnecendo fortalezas na obrigação de pagar uma taxa de arrendamento à coroa portuguesa a partir do terceiro ano. Assim, milhares de judeus fugindo da chamada "Santa Inquisição" e das perseguições do "Santo Ofício" começaram a colonizar o novo país.

Em 1531, Portugal obteve de Roma a indicação de um Inquisidor Oficial para o Reino, e em 1540, Lisboa promulgou o primeiro Auto-de-fé.

Daí em diante o Brasil passou a ser terra de exílio, dos réus de crimes comuns, bem como daqueles que se diziam cristãos-novos, mas continuavam a professar a fé judaica.

Em 1591 um oficial da Inquisição foi designado para a Bahia, então capital do Brasil. Em 1624, a Santa Inquisição processava 25 judaizantes brasileiros. Nomes extraídos do Livro: "Os Judeus no Brasil Colonial" de Arnold Wiznitzer, pp. 35, Pioneira Editora, Universidade de S. Paulo com base nos arquivos da Inquisição da Torre do Tombo, Lisboa:

Alcoforada, Ana; Antunes, Heitor; Antunes, Beatriz; Costa, Ana da; Dias, Manoel Espinosa; Duarte, Paula; Gonçalves, Diogo Lasso; Favella, Catarina; Fernandes, Beatriz; Lopes, Diogo; Franco, Lopes Matheus; Lopes, Guiomar; Maia, Salvador da; Mendes, Henrique; Miranda, Antônio de; Nunes, João; Reis, Ana; Souza, João Pereira de; Teixeira, Bento; Teixeira, Diogo; Souza, Beatriz de; Souza, João Pereira de; Souza, Jorge de; Ulhoa, André Lopes.

É importante ressaltar que nesses processos os sobrenomes abaixo receberam a qualificação de "judeus convictos" ou "judeus relapsos" em alguns casos.

Citam-se apelidos ou sobrenomes:

Abreu; Álvares; Azeredo; Ayres; Affonseca; Azevedo; Affonso; Aguiar; Almeida; Amaral; Andrade; Antunes; Araújo; Ávila; Azeda; Barbosa; Barros; Bastos; Borges; Bulhão; Bicudo; Cardoso; Campos; Casado; Chaves; Costa; Carvalho; Castanheda; Castro; Coelho; Cordeiro; Carneiro; Carnide; Castanho; Corrêa; Cunha, Diniz; Duarte; Delgado; Dias; Esteves; Évora; Febos; Fernandes; Flores; Franco; Ferreira; Figueira; Fonseca; Freire; Froes; Furtado; Freitas; Galvão, Garcia, Gonçalves, Guedes, Gomes, Gusmão, Henriques, Izidro, Jorge, Laguna; Lassa; Leão; Lemos; Lopes; Lucena; Luzaete; Liz; Lourenço; Macedo; Machado; Maldonado; Mascarenhas; Martins; Medina; Mendes; Mendonça; Mesquita; Miranda; Martins; Moniz; Monteiro; Morais; Morão; Moreno; Mota; Munhoz; Moura, Nagera; Navarro; Nogueira; Neves; Nunes, Oliveira; Oróbio; Oliva, Paes; Paiva; Paredes; Paz; Pereira; Perez; Pestana; Pina; Pinheiro; Pinto; Pires; Porto, Quesma; Quental, Ramos; Rebello; Rego; Reis; Ribeiro; Rios; Rodrigues; Rosa; Sá; Sequeira; Serqueira; Serra; Silva; Silveira; Simões; Siqueira; Soares; Souza, Tavares; Telles; Torrões; Tovar; Trigueiros; Trindade, Vale; Valença; Vargas; Vasques; Vaz; Veiga; Velez; Vergueiro; Vieira; Villela.

Todos esses judeus brasileiros, foram julgados e condenados pela Inquisição, sendo alguns foram deportados para Portugal e queimados, como por exemplo o judeu Antônio Félix de Miranda, o primeiro judeu a ser deportado do Brasil. Outros foram condenados a cárcere e hábito perpétuo. Os judeus desembarcavam na maioria das vezes na Bahia, por ser o principal porto. Grande parte deles dirigia-se para sul, fixando residência no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Outros preferiam Pernambuco e Pará. A influência histórica judaico-sefardita é inegável.⁵⁴

32.2.5. DOS JUDEUS DE VIMIOSO, ARGOZELO, BRAGANÇA, ETC., 27 novembro 2006.



CRUZ DE ARGOZELO ONDE SE PENSA QUE EXISTIU UM CEMITÉRIO JUDAICO.

Com uma população de cerca de 1000 habitantes, a freguesia de Argozelo pertence ao Concelho de Vimioso, distrito de Bragança. Presume-se que esta vila tenha sido criada numa data anterior a 1187. A origem da vila teve a sua génese numa troca entre os monges de Castro de Avelãs, que deram ao rei a sua herdade de Benquerença, no local que é atualmente Bragança e em troca a Coroa dava aos referidos monges a igreja de S. Mamede e as suas vilas de Santulhão, Pinelo e Argozelo, na época chamada Ulgusello. Cem anos depois, ainda os Frades de Castro de Avelãs e o arcebispo de Braga andavam às voltas sobre a real posse daqueles territórios.

Em 1290, D. Dinis dava carta de foro à freguesia, que a partir daí ganhava uma independência administrativa relativa. Só em 1319 um despacho do rei D. Dinis viria sanar o conflito e determinava os verdadeiros direitos sobre a posse da atual freguesia, integrando-o no Concelho de Miranda do Douro. A nível populacional, o crescimento maior deu-se, no entanto, a partir do séc. XVI. Com a expulsão dos Judeus de Espanha, e porque Argozelo se encontra perto da fronteira, centenas de pessoas desta religião acorreu à freguesia, aumentando em muito o seu número de habitantes. O traçado atual da povoação apresenta características nitidamente judaicas, com ruas muito estreitas e becos sem saída. Este facto comprova bem a sua importância no desenvolvimento da terra. Para saber mais consulte <http://eira.espigueiro.pt/gac-argoselo/>. Na igreja ainda hoje se mantêm os lugares fixos das famílias sendo alguns referidos como sendo dos Cristãos-Novos. Contou-nos alguém que a sua avó, muito em segredo, tão em segredo que nem ela saberia já porquê, sabia umas rezas diferentes que rezava

54 (Fontes Bibliográficas: Os Judeus no Brasil Colonial - Arnold Wiznitzer - Editora Pioneira - SP - 1996, Raízes judaicas no Brasil - Flávio Mendes Carvalho - Editora Nova Arcádia - SP - 1992, Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil - Nachman Falbel Fisesp - SP. Judaizantes e judeus no Brasil - Egon e Frieda Wolff - RJ.)

também em segredo.... Chamam peliqueiro àquele que prepara ou vende pelicas (peles, especialmente de cabrito, curtidas e preparadas). Chamam peliqueiros aos habitantes de Argozelo, localidade do Concelho de Vimioso, no distrito de Bragança. Ao que tudo indica, a tradição do negócio das pelicas em Argozelo tem raízes judaicas. Assim o fazem crer os relatos dos antigos e os vários documentos históricos escritos sobre as origens daquela terra.

A importância do legado judaico revela-se no símbolo da Junta de freguesia de Carção que tem no brasão um mezuzá⁵⁵ e uma menorá, o candelabro de sete braços, um dos mais antigos símbolos judaicos. Em Argozelo é comum dizer-se que foram os Judeus - "finos" para o negócio e com tradições de comerciantes - quem por aquelas bandas deixou a "semente" dos peliqueiros. Na verdade, na região, a compra de peles (bovinas, ovinas e caprinas) está estritamente ligada a Argozelo, daí que os seus habitantes tenham sido apelidados de peliqueiros. Mas, para além dos relatos populares, também o Abade de Baçal escreveu [no Tomo V da Enciclopédia "Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança", dedicado à presença dos Judeus na região] que "esses emigrantes [Judeus que no séc. XV vieram para o Nordeste de Portugal] estabeleceram-se nas povoações de Vimioso, Argozelo, Carção, Azinhoso, Chacim, Lagoaça e Moncorvo", acrescentando que "nos lugares de Argozelo e Carção exercem uns a indústria de surradores de peles"⁵⁶.

Luís (Francisco de Paula) Mina é também um profundo conhecedor dos usos e costumes de Carção, uma terra que ocupa um lugar especial em toda a História de Portugal e não apenas do Concelho de Vimioso ou do distrito de Bragança, porque ali se abrigaram muitos judeus perseguidos pelos reis portugueses e espanhóis do período da Inquisição. Segundo explicou Luís Mina e vem desenvolvido no livro em referência, a aldeia de Carção esteve dividida, ao longo dos anos, em dois grupos étnicos diferenciados: os judeus, de um lado, e os chamados "cabrões", do outro, sem que estas alcunhas tivessem a conotação negativa que se lhe dá nos nossos dias. Os primeiros, como se disse, foram ali abrigar-se das investidas inquisitoriais de alguns reis portugueses, dedicando-se sobretudo ao negócio e a algumas atividades de artífices. Os segundos dedicavam-se sobretudo à lavoura.

Apesar de viverem lado a lado, estes dois grupos não se misturavam no convívio nem no casamento, preservando cada um deles a pureza da sua identidade original. Muitos dos usos e costumes relatados na obra do Sr. Francisco Rodrigues já se foram perdendo ao longo dos tempos, mas sobretudo a partir da segunda metade do séc. XX. Por isso, este livro tem, entre outras, a grande virtude de ajudar a preservar na memória dos mais novos e das gerações futuras os usos e costumes dos seus antepassados. As fontes do autor foram a sua própria memória, porque nalguns casos ainda foi testemunha viva dos usos descritos, e o que ouviu aos seus avós, que lhe contaram muitas outras tradições que ele já não pôde testemunhar. (in Carção, suas gentes, usos e tradições Francisco Rodrigues, ed. CM Vimioso Abril 2001). Em 1497 em Bragança, predominam os Cristãos-Novos. A Sinagoga ainda existia no início do séc. XX como se lia na descrição duma procissão católica" ao subir a Rua Direita os meus olhos fixavam uma "lata" enrugada, d'ona de verdete, estampada na fachada de um prédio, no qual uma médica-dentista chumbava e arrancava dentes. A dita "lata" em tempo menos abafado e mais livre, indicava ali existir uma Sinagoga".

Ou então como se lê na atual página da Câmara Municipal de Bragança:

Com a expulsão dos judeus de Espanha pelos Reis Católicos em finais do séc. XV entra um grande contingente nesta região, calculando o Abade de Baçal (idem, XLVIII) em cerca de três mil os que deram entrada em Bragança.

Foi, com certeza, após esta entrada que o ritmo de desenvolvimento da cidade aumentou, alargando-se o leque das atividades.

O nome mais antigo que possuímos para a ponte d'Além do Rio é de Ponte das Tinarias ou Tenarias. Efetivamente, deve datar ainda do séc. XV ou inícios do seguinte o monopólio dos judeus sobre os curtumes, situando-se as várias unidades que existiam em Bragança ao longo do Fervença, e eram chamadas de tinarias ou pelames.

Diz-nos Bivar Guerra que envolviam «... Muito pessoal dado que as peles para serem curtidas tinham de passar por uma grande variedade de tratamentos oficinais que se praticavam em locais separados e por operários especializados em cada uma dessas operações» (1975: 480).

O tratamento das peles implicava operações em que tinham de se manusear excrementos canídeos que eram apanhados pelas ruas por um operário, fazendo com que esta operação fosse pouco cobiçada. As tinarias tinham de se situar obrigatoriamente à beira-rio, de maneira a poderem esvaziar-se e encher-se regularmente sem incomodar o resto da cidade com os maus cheiros.

Portanto, este «bairro» forma-se progressivamente neste local associado a um tipo específico de profissão ou atividade e não porque os judeus fossem empurrados para fora da cidade.

À volta desta operação floresceram a do calçado, a da selaria e a das solas, dando origem a que se mantivesse uma atividade comercial assinalável, tanto nas oficinas como nas feiras, tendente a fornecer a região de produtos acabados. Estas unidades serão arruinadas a partir de meados do séc. XIX, após a industrialização deste setor verificada no Porto e em Guimarães.

A sua Sinagoga, pelo menos até finais do séc. XV, situava-se no interior da Cidadela e aí se deve ter conservado durante muito tempo, mudando de edifício por vezes, até que se lhe perde a pista já no reinado de D. Manuel, com certeza devido à proibição da religião e culto respetivo, e as referências que por vezes aparecem aludem à «antiga casa da Sinagoga».

Já no primeiro quartel de Setecentos, José Cardoso Borges, no seu manuscrito, faz-lhes uma única referência dizendo que «em esta cidade havia antigamente judeus...» (op. cit.: fl. 208v)

Durante quanto tempo esteve Bragança sem Sinagoga? Simplesmente sabemos que no primeiro quartel do séc. XX recrudescer a atividade judaica a nível de todo o País. Assim, em Bragança, foi instalada uma escola judaica onde se ensinava hebraico em 1923 (Alves, 1975 -1989: XI, 348).

Pouco depois, a 22 de junho de 1928, foi inaugurada a nova Sinagoga de Bragança que funcionou num edifício da atual Avenida João da Cruz até à sua transferência para um segundo andar na Rua Direita, hoje com o n.º 23, após a vinda de um rabino do Porto. A este rabino ainda sucedeu outro de origem inglesa, mas a morte prematura do filho que o acompanhava, na década de 30, leva-o a afastar-se de Bragança. Julgamos nós ter sido este rabino o último a officiar em Bragança. Como já foi afirmado, relativamente cedo os judeus passam a controlar grande parte do comércio, das finanças (usura) e da indústria da nossa região. As listas inquisitoriais são elucidativas: segundo o Rol Dos Confessados De Santa Maria, de 1737, havia 21 penitenciados pela Inquisição, situando-se dois intramuros, cinco na Rua dos Oleiros (antiga Rua da Mesquita) e catorze na Rua Direita.

Por outro rol da mesma freguesia e do ano de 1744 ficamos a saber que existiam treze penitenciados na cidade e, salvo dois ou três que não indicam a profissão, eram todos comerciantes ou industriais, com certeza descendentes de Cristãos-Novos, morando um na Rua dos Oleiros, onze na Rua Direita e um no interior da Vila (Alves, 1975-1989: X, 338-340). Julgamos estes dados suficientes para definirmos a dinâmica funcional das ruas da cidade nesta altura. A Rua Direita era, de facto, a rua comercialmente mais dinâmica.

Teria sido aqui no distrito de Bragança, perto de Vimioso que teriam nascido as alheiras? Segundo o Abade Baçal, S. Joanico teve o seu princípio numa quinta que daquele lado da Ribeira "houve" a que se lhe deu o nome de S. Joane, a propagação de vizinhos a aumentou de "hua e outra parte, que chegou a ter Igreja Matriz e a poucos anos sacrário". (Ab Baç p.537).

O sufixo "ico" e não em "inho", aparece na região, por influência remota do mirandês como se nota em outras palavras toponímicas da mesma, por exemplo: Lagonica (Lhagonica), Colmenica... Todavia, antes teve o seu nome de San Joane. Observação que levou Leite da Vasconcelos a concluir que em São Joanico, bem como em Serapicos, Avelanoso e Campo de Víboras se tenha um dia falado o mirandês."

Faz ainda parte da história de S. Joanico, quase ignorada e, talvez um dos seus factos mais importantes - a presença dos Judeus em Cabanas "onde assentaram arraiais, durante três anos, aquando da sua expulsão de Espanha, até obterem autorização de El-Rei para se fixarem em Portugal".



- As "tabafeias" (alheiras) fazem o cartaz turístico e económico de Mirandela; mas, não teriam nos freixos de Cabanas as suas primeiras origens? O termo tabafeia, termo árabe, poderia ter sido trazido para Portugal pelos judeus, quando, no final do séc. XV são expulsos de Espanha pelos Reis Católicos.

Remonta a essa época a entrada em Portugal de certas comidas e respetiva designação." A "tabafeia" - a alheira - nasceu em Portugal, (em Cabanas?), como alternativa ao fumeiro de carne de porco que os judeus não faziam nem comiam porque tal comportamento os denunciava como sendo judeus, perante a Inquisição. Então, inventaram este tipo de fumeiro de quase todas as carnes, menos de porco.

55 Mezuzá (do hebraico מְזוּזָה "umbral") é o nome de um mandamento da Torá que ordena que seja afixado no umbral das portas um pequeno rolo de pergaminho (klaf) que contém as duas passagens da Torá que ordenam este mandamento, "Shemá" e "Vehaiá" (Deuteronómio 6:4-9 e 11:13-21). O mezuzá deve ser afixado no umbral direito de cada dependência do lar, sinagoga ou estabelecimento judaico como lembrança do criador. Deve ser posto a sete palmos de altura do chão, apontando para dentro do estabelecimento com a extremidade de cima. Os judeus costumam beijar a mezuzá toda a vez que se passa pela porta, para lembrar das orações que estão confididas ali dentro e os princípios do judaísmo que elas carregam. Na tradição, as mezuzot (plural de mezuzá) dos judeus asquenzitas são posicionadas a um ângulo, enquanto os judeus sefarditas posicionam as suas mezuzot verticalmente

56 Fátima Garcia in ST, 2005-05-11 <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complexa.php3?id=7006>

A terminar, passemos agora a uma data (que nada tem a ver com judeus) celebrada esta semana, sem que a maioria da população se dê conta dela ou do seu significado. O 1º de dezembro.

Restauração da independência de Portugal (1640)arreatados do generoso impulso, saíram todos das carroças e avançaram ao Paço. Neste tempo andava D. Miguel de Almeida, venerável e brioso, com a espada na mão gritando: — Liberdade, portugueses! Viva El-Rei D. João, o Quarto!" D. Luís de Meneses em História de Portugal Restaurado

Parece não haver dúvida de que a ideia de nacionalidade esteve por trás da Restauração da independência plena de Portugal após 60 anos de monarquia dualista.

Cinco séculos de governo próprio haviam forjado uma nação, fortalecendo-a até ao ponto de rejeitar qualquer espécie de união com o país vizinho. Para mais, a independência fora sempre um desafio a Castela e uma vontade de não ser confundido com ela. Entre os dois estados foram sucessivas e acerbadas as guerras, as únicas que Portugal realmente travou na Europa.

Para a maioria dos Portugueses, os monarcas Habsburgo não eram mais do que usurpadores, os Espanhóis, inimigos, e os seus partidários, traidores.

Mas a Restauração carece de ser explicada por grande número de outros elementos.

D. João foi aclamado como D. João IV, entrando em Lisboa alguns dias mais tarde. Por quase todo o Portugal metropolitano e ultramarino as notícias da mudança do regime e do novo juramento de fidelidade ao Bragança foram recebidas e obedecidas sem qualquer dúvida. Apenas Ceuta permaneceu fiel à causa de Filipe IV.

Como "governadores", para gerirem os negócios públicos até à chegada do novo rei, foram escolhidos o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, o de Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha, e o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima.

D. João IV entrou em Lisboa a 6 de dezembro, cessando nesta data as funções dos "governadores". Proclamar a separação fora coisa relativamente fácil. Mais difícil seria conseguir mantê-la.

Tal como em 1580, os portugueses de 1640 estavam longe de unidos. Se as classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista e aderiram a D. João IV sem sombra de dúvida, já a nobreza, muitas vezes com laços familiares em Espanha, hesitou e só parte dela alinhou firmemente com o Duque de Bragança.

O mesmo se poderia afirmar em relação ao clero.

O novo monarca português não gozava por certo de uma posição invejável. Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão: o novo monarca, longe de figurar como usurpador, reaveria simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia.

Abundante bibliografia produzida em Portugal e fora dele a partir de 1640 procurou demonstrar os direitos reais do Duque de Bragança.

Se o trono jamais estivera vago de direito, tanto em 1580 como em 1640, não havia razões para qualquer tipo de eleição em cortes, o que retirava ao povo a importância que ele porventura teria, fosse o trono declarado vacante.



Numerosa literatura de pendor autonomista proliferou visando a legitimação da subida ao trono de D. João IV.

Todo o reinado (1640-56) foi orientado por prioridades. Em primeiro lugar a reorganização do aparelho militar, com reparação de fortalezas das linhas defensivas fronteiriças, fortalecimento das guarnições e obtenção de material e reforços no estrangeiro. Paralelamente, uma intensa atividade diplomática junto das cortes da Europa – no sentido de obter apoio militar e financeiro, negociar tratados de paz ou de tréguas, e conseguir o reconhecimento da Restauração – e a reconquista do império ultramarino.

A nível interno, a estabilidade do regime dependeu, antes de mais, do aniquilamento de toda a dissensão a favor de Espanha. A guerra da Restauração mobilizou todos os esforços que Portugal podia despende e absorveu enormes somas de dinheiro.

Pior do que isso, impediu o governo de conceder ajuda às frequentemente atacadas possessões ultramarinas. Mas, se o cerne do Império, pelo menos na Ásia, teve de ser sacrificado, salvou pelo menos a Metrópole de uma ocupação pelas forças espanholas.

Portugal não dispunha de um exército moderno, as suas forças eram escassas – sobretudo na fronteira terrestre –, as suas coudelarias haviam sido extintas, os seus melhores generais lutavam pela Espanha algures na Europa.

Do lado português, tudo isto explica por que motivo a guerra se limitou em geral a operações fronteiriças de pouca envergadura. Do lado espanhol, é preciso lembrar que a Guerra dos Trinta Anos (prolongada em Espanha até 1659) e a questão da Catalunha (até 1652) demoraram quaisquer ofensivas de vulto. Regra geral, a guerra, que se prolongou por 28 anos, teve os seus altos e baixos para os dois contendores até ser assinado o Tratado de Lisboa, em 13 de fevereiro de 1668, entre Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha, em que este último reconhece a independência do nosso País.⁵⁷

Creemos que as páginas anteriores serviram para lembrar a muita gente algo que devem ter aprendido nos bancos de escola, desta ou doutra forma menos enfática, mas que com o passar dos anos se foi esbatendo e dela só restava uma longínqua memória. Esta semana poucos celebram o 1º de dezembro de 1640, mas recordo um personagem especial de quem muitos nunca ouviram falar. Em 24/8/1499 Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I e Isabel de Castela, filha dos Reis católicos, foi proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha, mas o jovem morreu com 2 anos.

D. Miguel da Paz de Trastâmara e Avis (Saraçoça, 24 de agosto de 1498 - Granada, 19 de julho de 1500) foi um Infante de Portugal, Castela e Aragão, filho do primeiro casamento do rei D. Manuel I com a infanta Isabel de Aragão, então Princesa das Astúrias e presumível herdeira das coroas de Castela e Aragão. Após a morte da sua mãe durante o parto, Miguel da Paz (como foi batizado, para selar a paz existente entre as três coroas peninsulares) tornou-se o herdeiro conjunto de Castela (onde foi de imediato reconhecido como Príncipe das Astúrias), de Aragão (e como tal jurado herdeiro nas Cortes reunidas em Saraçoça) e de Portugal. Permaneceu em Castela, em Granada, onde foi educado pelos avós maternos (os Reis Católicos) até atingir a idade de dois anos, data da sua morte precoce, que pôs fim ao sonho da União Ibérica na sua pessoa.

Foi enterrado no Convento de Santa Isabel, em Toledo.

Após a sua morte, tornou-se herdeira das coroas de Castela e Aragão a irmã mais nova da sua mãe, Joana, a qual, pelo casamento com Filipe, Duque da Borgonha, traria a Espanha para a alçada dos Habsburgos.

Em Portugal, o seu sucessor como herdeiro presuntivo viria a ser o filho que D. Manuel teve de uma outra irmã mais nova de Isabel, Maria, e que viria a ser o futuro D. João III. Interessantes estes "pequenos detalhes" da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal em 1580, por morte sem descendência do herdeiro varão, o cardeal D. Henrique com 68 anos, 9º filho do rei D. Manuel I.

A candidatura de Filipe é fortíssima e indiscutível, resultante do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais do "nosso" Filipe. A situação poderia ter sido de certo modo invertida, unificando as coroas ibéricas "para o nosso lado, se Miguel da Paz tivesse sobrevivido.

Para os saudosistas que pensam que 1640 foi um desastre histórico ouso perguntar:

- Quem me garante que estávamos melhor como província espanhola do que independentes?

Se fosse ao contrário e a Espanha fosse hoje uma província de Portugal? Falava-se Português em toda a América do Sul. Os Bourbon só tinham utilidade nos EUA onde bebem os Bourbons todos que podem em vez de serem entronizados Reis. São conjecturas apropriadas, mas os jornais não especulam sobre estas coisas sérias.

33.1. CONFRONTOS NA DINAMARCA. 19 dezembro 2006

A Dinamarca foi abalada nos últimos dias por confrontos de rua entre jovens, expulsos duma casa que ocupavam ilegalmente. Trata-se duma herança da era pós-maio 1968. Nessa época e posteriormente houve um bairro que ficou reservado a jovens (já entrados hoje). Copenhaga foi agora palco de violentos confrontos entre a polícia e jovens em protesto. A manifestação ocorreu dia 16 dezembro e originou mais de 300 detenções, o protesto ficou a dever-se ao projeto de encerramento de um centro juvenil, situado no centro da cidade de Copenhaga. A Polícia carregou e lançou garrafas de gás lacrimogéneo contra os manifestantes e estes, na sua maioria jovens, lançaram pedras e petardos contra os agentes, convertendo a zona envolvente da casa numa batalha campal. A manifestação, que não tinha autorização, convocou centenas de pessoas, muitas delas vindas de fora de Noerrebro (bairro multicultural da capital dinamarquesa) e do próprio país. Duas centenas de jovens permaneceram encerrados na casa, rodeada de forte dispositivo da Polícia, que pretendia desalojá-los. Os ocupantes pertencem ao grupo "Ungdomshuset", que nasceu em 1982, quando a autarquia de Copenhaga cedeu uma antiga casa aos jovens da cidade para a usarem como centro cultural e social. As autoridades municipais venderam a casa a uma comunidade religiosa há três anos, o que originou que os utilizadores do centro iniciassem uma luta pela sua sobrevivência, com um fracassado processo judicial, intenções de comprá-la e diversas iniciativas apoiadas por personalidades do mundo cultural dinamarquês.

Mas se estas notícias trouxeram aquele país à ribalta dos nossos pobres telejornais em todos os canais, sempre ávidos e mórbidos por tudo que seja desastre, acidente, morte, guerra, ou qualquer tipo de violência, não era por isso que vos queria falar da Dinamarca. Uma notícia em letra pequena que passou despercebida dos telejornais e demais fazedores de notícias anunciava há duas semanas que os doentes com cancro na Dinamarca, que não tenham sido tratados no prazo máximo definido por lei, irão ser indemnizados. Aos atrasos que podem ter custado a vida a algumas pessoas se irá dedicar agora uma comissão de investigação para definir tais indemnizações, fruto das falhas do sistema de saúde dinamarquês. O mínimo previsto é equivalente a quatro mil euros. O período de tratamento para os doentes com cancro é de quatro semanas, mas registaram-se atrasos até oito e dez semanas. Estando sempre Portugal ávido de copiar tudo o que lá fora se faz, interrogo-me para quando a introdução desta medida em Portugal.

33.2. TORNADO NA LAGOA. ATÉ OS TORNADOS ANDAM LOUCOS E DESVIADOS. 19 dezembro 2006

Entretanto houve, ontem, um pequeno tornado na Vila de Lagoa, na costa sul desta ilha de São Miguel, causando inúmeros danos e algum espanto aos residentes mais habituados a verem estas coisas na televisão norte-americana. Prontamente, como aliás é costume nesta ilha, a Proteção Civil e as diversas entidades regionais puseram mãos à obra e começaram a reparar os estragos. Já há uns três dias atrás quando houve outro temporal e chuvas inclementes, se haviam registado aluimentos de terras e bloqueio da estrada regional que aqui passa, entre a Ribeira Grande e o Nordeste. Saímos ao entardecer, e pudemos constatar como trabalham. Tinha acabado de aluir um talude, mesmo à saída da Lomba da Maia, estava lá um camião dos bombeiros a alertar para o perigo. Passado meia hora, ao regressarmos, estava lá um carro da polícia e um caterpillar da Proteção Civil a tirar a terra e pedras que bloqueava metade da estrada. As equipas de manutenção estão sempre prontas a atuar, de dia ou de noite, para além do trabalho que, regularmente fazem de podar árvores, desbastar canaviais que orlam as estradas ou meramente consolidar taludes em perigo de desabamento. Se aqui nos Açores (pelo menos nesta ilha, na costa norte) isto é possível, uma pessoa interroga-se quanto à demora que ocorrências similares sofrem (no Continente) até serem objeto de intervenção das autoridades.

Entretanto na Austrália continuam a arder casas, há mais duma quinzena, em fogos que nos estados de Vitória e da Tasmânia. Enquanto numa ponta da terra, a seca mais prolongada da história recente australiana se mantém, na outra inúmeras inundações e chuvadas continuam a fazer estragos em Portugal. Assim vai o mundo sem estações do ano, fixas ou previsíveis, cobrando a fatura da construção e destruição que os humanos têm vindo a impor a ritmo acelerado nos últimos cem anos.

33.3. UMA ALTERNADEIRA AUTORA DE BEST-SELLER. 19 dezembro 2006

Não posso deixar de mencionar aqui o caso da última semana, cujo protagonista agora denominada vítima é o Presidente do F.C. Porto que conseguiu por uma ex-mulher e ex-alternadeira escrever um best-seller. Rico país este em que até as putas escrevem obras que toda a gente lê. Ah! Eça de Queiroz se cá estivesse ainda irias rir-te disto como nós nos rimos. Isto do mundo do futebol tem muito que se lhe diga em todos os países, mas aqui parece pior porque até hoje toda agente sabe a corrupção que ali grassa, mas a justiça ainda não encontrou meio de o disciplinar. Claro que há magistrados (tem havido até agora) a coabitarem com dirigentes desportivos que aqueles magistrados investigam, mas quem pode dizer que há algum mal nisso. Claro que não há lepra no futebol português como dizia o iluminado Gilberto Madail, Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, antes se trata dum cancro alastrado a todos os níveis e quase todas as coletividades.

33.4. DA ECONOMIA E DA POLÍTICA. 19 dezembro 2006

Mas eu sou otimista e gostava de vos contar algo sobre aquilo que corre bem neste país, mas raramente leio notícias dessas para as reportar. Há uns cientistas aclamados internacionalmente, mas não estão cá, uma ou outra firma com contratos para a NASA, um ou outro personagem reconhecido mundialmente, mas eles são a exceção e não a norma, porque a norma aqui é o compadrio, o facilitismo, a cunha, os apregoados "jobs for the boys (que isto ainda é machista e não há ainda muitos lugares para as "girls")", as reformas milionárias daqueles que exortam o povo a apertar ainda mais o cinto.

Entretanto as fábricas que se vinham aproveitando, desde há décadas, da mão-de-obra barata e não-qualificada vão fechando pois já se esgotaram os subsídios a fundo perdido que em vez de requalificarem pessoal apenas serviram para aumentar a frota de carros de topo de gama para os seus patrões. Diariamente centenas de pessoas, vão para a rua e perdem os seus empregos, condenadas a viverem de expedientes, dado que não há programas de reabilitação profissional para elas. O cinto aperta-se e o país fica melhor, dirão os políticos, mas na realidade apenas se assiste ao aumento do fosso entre muito ricos e os outros, sendo Portugal um país de contrastes que ameaça assemelhar-se ao Brasil pelas suas desigualdades.

Alguns dos novos países da "Europa a 25" acabam de ultrapassar Portugal nalguns indicadores económicos.

Queria falar-vos de algo positivo, mas temo o que se venha a descobrir nos ossos de Afonso Henriques, primeiro rei do país, ou naquilo que pode vir a acontecer se autorizarem os exames de ADN aos restos alegadamente pertencentes ao Sebastião I. Há um livro maravilhoso “Império à deriva” de Patrick Wilken editado pela Civilização que retrata bem as aventuras e desventuras da Casa-Real nas suas perambulações pelo Rio de Janeiro antes do grito do Ipiranga. Devia fazer parte de todos os programas de História a todos os níveis liceais, mas infelizmente quem quer saber dela? Está condenada (tal como a Filosofia a desaparecer dos programas oficiais). Ali se pode apreciar bem o que constitui o espírito português, e se nos nobres da época era assim, imagine-se nos plebeus. Como se podia esperar que as coisas melhorassem em pouco mais de cento e oitenta anos? Leiam bem esse livro que vale a pena. Foi pena ter sido um estrangeiro a escrever, porque um português dificilmente se desinibiria o suficiente para o fazer.

Continuo a tentar encontrar uma boa razão além do clima, das paisagens, dos bons petiscos, da hospitalidade nalgumas regiões. Ainda há sapatos bons e baratos e há sempre as feiras (embora agora estejam na mira dos invejosos da ASAE ou lá como se chama a Inspeção das Atividades Económicas, que um dia resolveu começar a fechar uns restaurantes chineses e depois descobriu que tinha de fechar quase todos os restaurantes portugueses, incluindo o célebre Galeto).

Bom, pessoalmente não me posso queixar, vivo numa aldeia pacata onde a droga ainda não é a palavra de ordem nas conversas de café (só no largo do coreto da igreja e entre meia dúzia de janados), mas há outras coisas e a pedofilia é muitas vezes, atirada para debaixo do tapete. A segurança ainda não me levou a reforçar os cuidados que por exemplo tinha em Macau, onde, apesar de viver num 10º andar e haver dois portões de ferro com guarda, havia assaltos efetuados pelos algerozes e caleiras até ao 15º andar onde os assaltantes punham um “spray” para as pessoas não se incomodarem enquanto lhes limpavam a casa de aparelhagens, joias e outros bens. Aqui posso deixar o carro aberto que está seguro. Já o mesmo se não pode fazer em Ponta Delgada, dizem que por culpa dos repatriados dos EUA e do Canadá. Como se diz em Bragança “e eu que lá sei?”

Como é natal e já falei de futebol, vou abrir outra exceção e tagarelar sobre política. Quero apenas lembrar alguns factos importantes da governação Sócrates, que antes das eleições prometeu não subir o IVA, não se pagarem pelas SCUT, não haver cortes na saúde, nem na educação ou na cultura, criar 150 mil novos empregos. Ora vejamos bem o que estas promessas antes das eleições nos trouxeram na vida real:

O IVA subiu.

Os idosos (outra das bandeiras pré-eleitorais) vão pagar mais IRS, claro que são só aí uns cerca de quatrocentos mil reformados, mas francamente...

Depois as SCUT (sem custos para o utilizador) foram recalculadas e algumas (vá lá, podia ser pior e podiam ser todas) irão pagar taxas de utilização pelo utilizador e espera-se que mudem de nome para CUT...

Os desempregados que sonhavam com os 150 mil empregozitos socratinos aumentaram de 4,2 para 6,8% pelas últimas contagens e sempre a subir.

A cultura a quem tinha sido prometido um orçamento de 1% baixou para uns notáveis 0,1% do PIB, decerto com a ajuda de Rui Rio no Porto...sem Festa da Música e sem mais nada, claro que se tem de pagar a coleção Berardo que, ao contrário do que muitos pensam, não foi dada, mas sim emprestada a Portugal...

A educação assistiu impávida ao massacre desses inúteis párias da sociedade, os professores, e por isso o orçamento baixou mais de 4% na secundária e básica e mais de 8 por cento na terciária. Os professores qualquer dia passam a ter de acampar na escola para fazerem o que os pais não fazem e deixarem de ser uns malandros, pois – pelos vistos – eram os únicos que eram uns malandros privilegiados, no resto da função pública ninguém se lhes iguala.

A censura que se pensava estar encarcerada depois do 25 de abril voltou dissimulada pela entidade reguladora que se estreou em beleza contra o Público e um dos seus articulistas com admoestações ao seu diretor. Salazar aplaude...

Numa altura em que há falências em massa, em que todos apertam o cinto, os bancos batem os recordes de lucros e o governo apenas ameaça aumentar os seus impostos...

Este é o Sócrates que afinal foi eleito porque os outros fugiram e ele estava lá quando outros caíram. Um líder em confusões desde o seu curso tirado num domingo com professores amigos e colegas, numa universidade que já fechara. Um líder que com salário baixo comprara a pronto casa a um “offshore” por mais de 250 mil euros, e a mãe também, apesar da falta de rendimentos da senhora que fazia umas limpezas domésticas e outros biscates e mesmo assim recebia uma pensão maior do que o salário de professores universitários. O mesmo primeiro-ministro que aprovava o projeto do maior “outlet” do mundo, apenas três horas antes de deixar de ser ministro. Enfim, complicações que o mesmo atribuía a uma negra cabala urdida contra ele. Um primeiro-ministro anunciando como portugueses os computadores Magalhães feitos pela Intel com outro nome para os países subdesenvolvidos.

Esqueci, obviamente, de enumerar as medidas renovadoras revolucionárias deste governo que iriam tornar este país num país civilizado. Nem uma ocorria à mente. Para isso bastava ouvir a RTP e ler os jornais diários dedicando grandes parangonas aos seus sucessos.

Parecia que o país se assemelhava já a um país sul-americano. Já cá vinha amiúde o amigão Hugo Chávez. Com uma 3ª República destas, qualquer democrata anseia pela monarquia.

Quando não há democracia há ditadura! Lutou-se pela democratização e ganhou-se uma ditadura do capital sobre o trabalho. Dizem que a democracia é burguesa. Não pode ser conjuntamente um governo do povo e de uma elite privilegiada economicamente, que explora a classe trabalhadora. É a ditadura ideológica.

Não há liberdade de expressão! Não há liberdade para dizer a verdade! Há uma ditadura da classe economicamente dominante, que privatiza o Estado para extorquir impostos dos pobres, depois usados para defender os interesses dos lóbis que elegeram os políticos. Os restantes, a maioria, fica mais pobre, sem serviços de qualidade na educação, saúde, justiça, transporte, habitação, etc...

Direitos garantidos constitucionalmente. Na prática, nada significam. Obedientes, todos comem e calam sem nada dizerem, com o medo que é uma noção implantada desde há séculos na sociedade portuguesa. Já a Santa Inquisição fizera um bom trabalho na perpetuação desse temor, a que acrescentaram a delação como característica a preservar pelos bons cristãos. São estes traços o que distinguem os portugueses dos restantes europeus: a mediocridade, a delação e o medo, não por esta ordem hierárquica, mas como alicerces da sociedade.

Claro que vos ia falar do natal, da paz e daquelas coisas que as pessoas falam nesta época, porque no resto do ano andam muito deprimidos ou muito atarefados a tentar sobreviver para se lembrarem delas. Ia falar-vos do amor ao próximo e da necessidade de fazermos algo, mas como já não tenho 20 anos e os sonhos já se esvaem deixo antes o meu cinismo envelhecido. Afinal o natal de que eu me lembro não era do Pai Natal ou de Santa Klaus, mas sim do Menino Jesus e das prendinhas no sapatinho. Agora é demasiado consumista, lia hoje num jornal que em cada intervalo nos canais infantis há dez minutos de publicidade a condicionarem ou lavarem o cérebro aos jovens e levá-los a desejar mais esta e aquela prenda, obviamente eletrónica e moderna = cara. Ia falar de natal, mas prefiro fazê-lo à minha moda, em silêncio pelo que se passa em volta de nós neste momento.

Para quê todo este desperdício de dinheiro em coisas maioritariamente inúteis, quando seria bem mais salutar promover valores imateriais. Sei bem que estou a ficar aquilo que na minha juventude se chamava de bota-de-elástico, mas ainda creio nos valores da família e estes não se devem revelar apenas uma vez por ano na consoada. Devem ser alimentados e nutridos ao longo do ano, sem prendas nem comida especial apenas pela mera fruição da companhia, com a televisão (esse invasor alienígena) desligada e quando, no fim das refeições as pessoas ainda tinham tempo para falar, para sonhar, para trocar impressões e fazer correções ao seu percurso de vida.

Devo estar a ficar um senil saudosista, mas é disso que eu tenho saudades neste natal. As pessoas hoje andam demasiado ocupadas e não falam, quando o fazem é para comentar uma telenovela da TV, um escândalo público, ou qualquer outra trivialidade. Ou então deprimidas com a sua situação pessoal, profissional ou a do próprio país nem sequer têm tempo para pararem, e pensarem, onde estão, donde vieram e NÃO PARA ONDE VÃO, mas PARA ONDE QUEREM IR. Claro que há as mensalidades por pagar, os estudos dos filhos, e outras preocupações que quando o cansaço se instala e já deitadas mal lhes sobram energia para conversarem. É isto o ideal de vida que nos reservam os tempos atuais e – cada vez mais será pior daqui por diante – e não gosto dele, nem foi para isto que lutei na juventude em inúmeras discussões filosóficas que se prolongavam pela noite dentro.

Ainda mantenho sonhos e quero realizá-los partilhados, sem ser com uma série televisiva que nos anestesia e deixa num torpor onde não resta lugar para a inteligência ou para o pensamento crítico. Ainda não será neste natal que vou ter hipóteses de visitar este passado, embora se prepare uma reunião de família (descoberta aquando da minha chegada aos Açores em agosto de 2005) e seus amigos com cerca de quarenta pessoas.

Tenho a certeza de que algo mais produtivo que uma telenovela ou quejandos terá lugar nessa consoada que se avizinha e por isso me sinto satisfeito por não ir ao Continente passar a noite com a restante família. É que esta já há muito se deixou adormecer nessa modorra entediante televisiva e deixou de questionar o porquê de estarmos aqui. Falta-lhe uma centelha de inconformismo otimista, capaz de arrebatá-lo e pensar que a vida vale a pena. Se não for isso então para quê andar aqui? Se não inventamos uma desculpa para este curto percurso terreno não temos mais utilidade que qualquer outro animal insignificante ou inseto e eu quero acreditar que todos os meus sonhos e suores valeram a pena.

Por isso, ainda hoje creio que devo as graças por estar aqui e ter sido um privilegiado por ter vivido a minha vida nos quatro cantos do mundo, ter aprendido o que aprendi com familiares, amigos e desconhecidos, de línguas e culturas diferentes desde a minha juventude recatada aos meus anos "hippies" a uma falta de maturidade notória na idade do meio e uma certa tranquilidade nesta opção de assentar aos 45 e concentrar-me apenas em coisas que são de valor para os outros e me dão prazer imaterial. Sinto-me feliz e orgulhoso dos Colóquios Anuais da Lusofonia, a que dedico meses de trabalho todos os anos e, que são a minha forma de dar de volta algo a essa comunidade abstrata em que estou integrado e que nada me deu de palpável. Essa intangibilidade da minha dádiva permite-me por outro lado uma satisfação pessoal que não tem eco em mordomias ou benfeitorias materiais. Esta era afinal a minha mensagem de natal, para que todos, novos ou menos novos, disponham dum tempo do seu tempo neste percurso terreno para dar de volta à sociedade algo que tenham aprendido e se possa transmitir aos outros, sem ser por dinheiro, ou fama ou qualquer outro atributo egoísta ou materialista. Espero haver quem me ouça neste natal e faça suas as minhas palavras pois este era o presente que eu queria no meu sapatinho, mas esqueci-me de escrever a tempo ao Menino Jesus, pois nos CTT só sabiam o endereço do Pai Natal e esse eu não queria.

PS: continuo ateu, apesar de tudo. Graças a deus...

CRÓNICA 34. DO PRESTES JOÃO E DA ABISSÍNIA À TAILÂNDIA DEZEMBRO 2006

34.1. DO PRESTES JOÃO

Mais um ano se passou e pouco ou nada do que é verdadeiramente importante e vital, mudou. Num país de sebastianistas e de sonhadores convém recuperar algumas páginas importantes da História de Portugal que a rede da internet nos proporciona com pequeno esforço. Por isso hoje vamos viajar pela Net até ao Prestes João, figura imaginária que encheu de sonhos muitos jovens como eu.

A Abissínia é a Terra (Prometida) do Prestes João um suposto rei católico de pele tisonada que ali viveria, numa zona que mais tarde se alegou ser território da Rainha do Sabá... material fascinante para visitar a história portuguesa. As primeiras notícias sobre o Prestes João chegaram à Europa no ano de 1145, quando Hugo de Gebel, Bispo de uma colónia cristã no Líbano, informou o Papa da existência de um reino cristão situado "para lá da Pérsia e da Arménia", governado por um rei-sacerdote denominado Iohannes Presbyter (João, o Presbítero, i.e., sacerdote ou ancião) e que seria descendente de um dos Reis Magos.

34.1.1. PRESTES JOÃO

Se abriam as cortinas e subitamente vimos o Preste João, ricamente adornado sobre uma plataforma de seis degraus. Tinha em sua cabeça uma grande coroa de ouro e prata. Uma de suas mãos apoiava uma cruz de prata (...). À sua direita, um pajem apoiava uma cruz de prata bordada em forma de pétalas (...). O Preste João usava um belo vestido de seda com bordados de ouro e prata e uma camisa de seda com mangas largas. Era uma bela vestimenta, semelhante a uma batina de um bispo, e ia de seus joelhos até o chão (...). Sua postura e seus modos são inteiramente dignos do poderoso personagem que é.

(Francisco Alves, embaixador português enviado à Etiópia, séc. XVI)

A Etiópia (anteriormente conhecida como Abissínia, nome derivado das suas regiões montanhosas) foi sempre uma grande potência na África subsaariana desde o início da História. Um grande contingente de judeus existiu ali desde o séc. VIII AC, depois de ter emigrado através do Egito ou depois de cruzar o Mar Vermelho vindos da península Arábica. A Cristandade desceu do sul do Egito para a Abissínia no séc. IV. Após o período inicial de conversão, a Igreja Etíope ficou sob o domínio e autoridade da Igreja Copta do Egito com um Prelado nomeado pelo Patriarca do Cairo. Mais tarde, tornou-se na principal religião embora o país seja, desde há muito, uma manta de retalhos no que toca a religiões. O avanço dos conquistadores islâmicos, nos séculos VII e VIII, isolaram a Etiópia do resto da Cristandade. As Legiões do Profeta estenderam-se ao Egito e à Núbia (atual Sudão), ocupando o litoral do Mar Vermelho e do "Corno" de África, mas a escalada islâmica esbarrou contra as altas montanhas da Abissínia antes de retroceder.

Ao terminar a era medieval os marinheiros portugueses navegavam por África e pelo Oceano Índico, em busca do fabuloso reino cristão do Prestes João. Ao descobrirem os cristãos etíopes, pensaram que tinham encontrado o que buscavam. Na época, os etíopes estavam sob a constante ameaça das Legiões do Profeta, comandadas pelo Sultão do Império Otomano, e pediram ajuda dos Portugueses que, numa aliança com mais forças europeias e africanas entraram numa grande batalha contra as forças turcas em 1542. A princípio, foi perdida, mas no ano seguinte, venceram uma batalha decisiva e os (islâmicos) turcos foram obrigados a bater em retirada. Dum ponto de vista português, os abissínios praticavam uma forma estranha e aberrante de Cristianismo, embora os europeus achassem como sua obrigação corrigir a sua doutrina e trazê-los de volta à autoridade papal em Roma. Contudo, os etíopes não estavam interessados nisso e as relações entre etíopes e portugueses deterioraram-se. Os missionários Jesuítas permaneceram, primeiro, tolerados, depois indesejados e, finalmente expulsos.

A Etiópia permaneceu isolada do resto do mundo cristão até ao avanço das forças coloniais europeias nos finais do séc. XIX: franceses, italianos e britânicos a tentaram colonizar o país sem o conseguirem. Os ingleses acabaram por invadir e derrotar a Abissínia em 1868, sem a conseguirem ocupar efetivamente. Os italianos lutaram contra os etíopes em Adowa no ano de 1896, e foram surpreendidos e derrotados por um exército predominantemente nativo com equipamento bélico francês. Mussolini viria a vingar-se desta derrota militar e da afronta à dignidade italiana quando invadiu, ocupou e anexou a Etiópia em 1936. Este período (5 anos) até 1941 foi o único em toda a história em que a Etiópia esteve sob o jugo duma potência estrangeira.

O vírus comunista acabaria por infetar a Etiópia em 1974 quando o Imperador Hailé Selassié foi derrubado e substituído por uma ditadura marxista. Durante dezassete anos de jugo comunista a economia etíope foi destruída, a fome devastou toda a terra e os conflitos fronteiriços alastraram à Eritreia e Somália. A igreja sofreu perseguições sem conta durante o regime comunista - o Patriarca foi assassinado em 1974 - mas recuperou depois da criação dum governo representativo em 1991.

Ainda hoje a Etiópia é predominantemente cristã.

34.1.2. PONTES PORTUGUESAS

Uma Ponte Portuguesa ali construída há séculos foi recentemente reconstruída como se pode ver adiante. Durante a II Guerra Mundial, a Ponte Portuguesa na Etiópia, com 295 anos de idade - uma das quatro que atravessavam o Rio Nilo - foi seriamente danificada. Nas seis décadas seguintes, os esforços de reconstrução foram em vão. Em consequência, os utilizadores que quisessem ir da província de Gojam até à de Gondar, tinham que atravessar o trecho vazio suspensos por uma corda. Perdiam-se cinco vidas, em média, por ano. Inspirado pela fotografia de um homem que empreendia a perigosa travessia, Ken Frantz, um ex-rotário do RC (Rotary Club) de Gloucester-Point D.7610, EUA, criou a "Pontes para a Prosperidade." Frantz, proprietário de uma empresa de construção, sabia que a sua experiência seria valiosa para ajudar os 375 mil habitantes que viviam nos dois lados da Ponte Portuguesa. Com o apoio financeiro do RC de Gloucester-Point, dos rotários de Gloucester e os de Adis-Abeba, D 9200, Etiópia, Frantz, juntamente com sete outros voluntários dos EUA e da Etiópia, foram à luta.

A empreitada foi muito mais difícil do que o esperado. O vão da ponte, com um quilómetro de extensão, a mais de 40 km de distância da cidade mais próxima, requeria cerca de 12 toneladas de aço, cimento e equipamento para a execução do serviço, e tudo teve de ser transportado no lombo de mais de 350 burros.

Durante duas semanas, em fevereiro de 2002, os voluntários, assistidos por mais de 250 residentes, conseguiram reparar a ponte. Todo o trabalho foi executado à mão, e a maior ferramenta usada foi um martelo feito de pedra. Mais de mil residentes e autoridades governamentais estiveram presentes na cerimónia de reinauguração da ponte.

A Ponte Portuguesa fica em Debre Libanos a pouco mais de 100 quilómetros a norte de Adis-Abeba, tendo sido construída no séc. XVI ou VXII e (alegadadamente) os construtores usaram ovos de avestruz na sua construção. Há quem defenda que é de construção mais recente.



A Ponte Portuguesa fica à frente da grande garganta de Jemma, por cima de um pequeno tributário do Nilo Azul, perto do Mosteiro ortodoxo de Debre Libanos (Monte Líbano).

O Mosteiro foi construído no séc. XIII por Tekle Haimanot, um dos santos etíopes, mas foi bombardeado pelos Italianos durante a ocupação da Etiópia (1935-1941). É um dos maiores centros de espiritualidade do país. A segunda Ponte Portuguesa fica sobre o Nilo Azul - os Etíopes chamam-lhe Abbay -, a cerca de 35 km da cidade de Bahar Dar e a uns 400 km a norte de Adis-Abeba. Foi construída no séc. XVII a bem curta distância da Cascata de Tississat (literalmente «A água que fumega»).

No seu esplendor, a queda de água forma uma cortina de 400 metros de comprido e 35 de altura. Este espetáculo natural ficou seriamente comprometido com a recente construção de uma hidroelétrica. Os Chineses simplesmente desviaram o rio para alimentar a nova central. O preço do progresso...



<http://thumbs.dreamstime.com/x/ponte-portuguesa-50747823.jpg>

De acordo com a lenda da fundação de Gondar pelo rei Fasiladas, uma velha profecia proclamava que uma nova era para o Cristianismo na Etiópia se iniciaria quando um rei justo estabelecesse permanentemente a corte régia num local cujo nome começasse pela letra G. Por tentativas e erros, os reis que precederam Fasiladas construíram castelos de pedra em Gorgora, Gomangué, Guzara e Gânâtâ léssusse.

Esta profecia indica, à posteriori, que o conceito de acampamento real como centro político e cosmológico e, mais globalmente, o conceito de vida urbana na Etiópia se alterou profundamente com a substituição das tendas semi-itinerantes por castelos construídos em pedra e argamassa.

A lenda sublinha, também, a existência de conexões culturais e históricas entre Gondar e os complexos reais pré-gondarinos. Os primeiros castelos etíopes em pedra aparelhada foram construídos em Dambiá e no Gôdjame, após o estabelecimento da comunidade portuguesa naqueles territórios (depois de 1543), e a simultânea ocupação da costa da Eritreia pelas forças turcas (em 1557).

De local para local, as residências reais seguem os mesmos parâmetros arquitetônicos: castelos quadrados em pedra ou argamassa, com cisternas adjacentes, que mantêm um suplemento permanente de água, rodeados por complexos de paredes circulares encimados por torres cilíndricas.

É provável que a arquitetura defensiva portuguesa e turca tenham tido uma especial influência na arquitetura militar etíope.

Por exemplo, a torre central do castelo de Fasiladas em Gondar (meados do séc. XVII) evoca, algo anacronicamente, as torres telescópicas presentes na arquitetura militar portuguesa do início do séc. XVI.

Uma outra influência pode ser detetada num pavilhão real no centro de um tanque em Âzâzô. Parece ter sido inspirado na arquitetura dos pavilhões de lazer indianos: um sistema de condutas conduzia a água até ao felhado do pavilhão, a partir do qual descia como um ecrã pelas paredes, refrescando o pavilhão.

O desenho das igrejas e residências católicas etíopes do séc. XVII surge intimamente associado à presença, naquele país, de um conjunto de missionários Jesuítas que ali chegaram, enviados a partir de Goa e Diu.

Estes monumentos resultaram possivelmente, de influências e trocas de saberes técnicos entre etíopes, turcos, indianos e portugueses.

Para construírem as suas igrejas, os padres católicos recorriam a dois tipos alternativos de planta desenvolvidos pela Sociedade de Jesus na Europa para serem adotados nas suas missões pelo mundo:

- O modelo da igreja-salão (presente em Gorgora Nova e em Âzâzô), que responde a um conceito congregacional da comunidade religiosa;
- a igreja cruciforme latina, na qual o espaço interior é organizado de acordo com regras estritas codificadas no Concílio de Trento e iluminado por grandes janelas (a Catedral de Dancaze segue o mesmo projeto que a igreja de Jesus em Roma, do arquiteto Vignola). A planta arquitetónica favorece a decoração das paredes interiores e arcos, tal como em Mertula Mariame.

Vejamos o que Jorge Manuel Moreira Silva⁵⁸, Primeiro-Tenente escreveu:

A Abissínia é a Terra (Prometida) do Prestes João, um suposto rei católico de pele tsnada que ali viveria, numa zona que mais tarde se alegou ser território da Rainha do Sabá... material fascinante para visitar a história portuguesa.

As primeiras notícias sobre o Prestes João chegaram à Europa no ano de 1145, quando Hugo de Gebel, Bispo de uma colónia cristã no Líbano, informou o Papa da existência de um reino cristão situado "para lá da Pérsia e da Arménia", governado por um rei-sacerdote denominado Iohannes Presbyter (João, o Presbítero, i.e. sacerdote ou ancião) e que seria descendente de um dos Reis Magos.

Este soberano teria derrotado recentemente os reis dos Medos e dos Persas e avançado com o seu exército, a fim de levar auxílio a Jerusalém, ameaçada pelos muçulmanos, tendo, contudo, esbarado no rio Tigre, por falta de embarcações para a travessia e, por fim, forçado a regressar ao seu país.

Estas notícias lançaram grande entusiasmo na corte papal e causaram sensação entre os líderes europeus que, informados pela mesma via da queda de Edessa em poder dos muçulmanos, se preparavam para ir em socorro dos reinos cristãos no Oriente, no que viria a ser a 2ª Cruzada. Aquela expedição acabou, porém, num rotundo fracasso, não tendo sido registada a chegada de qualquer providencial auxílio aos cruzados.

Durante algum tempo não mais se ouviu falar no misterioso monarca, até que em 1165, chegou às mãos do Papa e dos imperadores Manuel Comneno (de Constantinopla), e Frederico Barba-Ruiva (da Alemanha), os três maiores governantes da Cristandade, uma carta dirigida simultaneamente aos imperadores romanos do Ocidente e do Oriente, cujo remetente se intitulava "João, Presbítero, pela Omnipotência Divina e pelo poder de Nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor dos Senhores".

Proclamava-se o autor da carta "Senhor das Três Índias" (no conceito geográfico medieval, as Três Índias subdividiam-se em Próxima Índia, Extrema Índia e Média Índia, correspondendo respetivamente às partes norte e sul do subcontinente indiano e à região africana hoje denominada Etiópia) e vangloriava-se de ser "superior em virtude, riquezas e poder a todos os que caminham sob os Céus", habitando um Palácio de ébano e cristal com teto de pedras preciosas e colunas de ouro, sendo servido por reis e por bispos.

Os seus guerreiros percorriam os céus cavalgando dragões selados e uma fonte da juventude estava acessível a todos os seus súbditos, contando, já, o rei 562 provectoros anos. Afirmava ainda que o seu reino era povoado, entre outras espécies, por "homens com cornos, homens com um só olho, homens com olhos à frente e atrás, centauros, faunos, sátiros, pigmeus, gigantes de 40 côvados de altura, ciclopes machos e fêmeas, o pássaro chamado Fénix e quase todas as espécies de animais que vivem sob o Sol".

Em 1177, o papa Alexandre III enviou, através do seu médico, Mestre Filipe (ou Philippus), uma resposta à suposta carta do Prestes, em que respeitosamente lhe reprovava a jactância e o convidava a reconhecer no papa de Roma o único e legítimo sucessor do apóstolo Pedro. Mestre Filipe partiu para o Oriente a fim de se encontrar com o rei-sacerdote, mas nunca regressou da sua viagem.

58 NOTAS

1) Não nos esqueçamos que a ideia de Cruzada entrava, já então, em franca decadência, após o fracasso da Segunda, pois começava a esbarrar no espírito de saque e na ambição de alguns nobres sem escrúpulos que não hesitavam, se necessário, em comprometer o sucesso da expedição, o oposto do que se passava entre os moralizados exércitos turcos que, sob a forte liderança de Saladino acabariam por, finalmente, tomar Jerusalém em 1187.

2) É provável que, entre os aliados de Gêngis Khan se encontrassem várias tribos nestorianas Kereitas, a cujo auxílio já o seu pai recorrera. Gêngis chegara mesmo, na sua juventude, a ser vassalo de Toghril, o chefe daquele povo que viria, mais tarde, a receber o título de Wang-Khan (rei do povo). Embora haja quem veja neste título outra origem para o nome João, a verdade é que havia, já, vários anos que a lenda do rei-sacerdote era conhecida.

3) Suposição do autor.

4) Para estes relatos podem ter contribuído as belas igrejas talhadas na rocha mandadas construir pelo imperador Lalibela, que reinou nos princípios do século XIII. Estas igrejas, esculpidas num só bloco rochoso (incluindo todo o seu interior - naves e altares), teriam, quando iluminadas pela luz solar, um aspeto dourado que tornaria ainda maior o seu esplendor.

5) No Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama pode ler-se: "Aquele dia que o Capitão-Mor foi andar nos batéis, por junto da vila, atiraram das naus dos cristãos índios muitas bombardadas; e alevantavam as mãos quando os viam passar, dizendo todos com muita alegria: Christe! Christe!"

6) Na realidade existem muitas semelhanças entre os relatos das vidas de Krishna e de Cristo que nos levam a especular se não se tratará de algo mais que uma simples coincidência. Se não, veja-se:

- Ambos terão nascido de uma virgem;
- Ambos nasceram numa gruta ou num estábulo;
- Ambos foram, enquanto crianças, alvo de tentativas de assassinio por parte de um rei cruel que ordenou uma matança de inocente;
- Ambos foram, pela mesma altura, obrigados a refugiar-se com a família num país estrangeiro;
- Ambos se transfiguraram perante os discípulos;
- Ambos perdoaram a pecadoras arrependidas que não mais os abandonaram;
- Ambos ensinaram a retribuir o mal com o bem;
- Ambos foram abandonados pelos discípulos na hora da morte;
- Ambos deram a vida pela verdade.

7) D. Estêvão enviou o seu irmão, D. Cristóvão da Gama, à frente de um pequeno exército que infligiu várias derrotas a um inimigo seis vezes mais numeroso. O bravo punhado de portugueses acabou, porém, por sucumbir à superioridade numérica dos somalis e dos seus aliados turcos, tendo sido completamente aniquilado. Capturado após ter sido ferido, D. Cristóvão foi torturado e degolado pelos seus inimigos, mas o seu auxílio foi determinante para dar ao soberano etíope tempo de reorganizar as suas forças.



Só se voltou a ouvir falar do mítico soberano em 1221, quando o bispo de Acre escreveu ao Papa acerca de um possível descendente, o rei David, da Índia, chamado Prestes João, que se encontrava em combate com poderosos exércitos muçulmanos.

PRESTE JOÃO, SEGUNDO UMA GRAVURA VENEZIANA DO SÉC. XVI

34.1.4. QUEM ERA O PRESTES JOÃO?

A lenda do Prestes João foi alimentada pela existência de dois grandes grupos cristãos primitivos isolados da Cristandade ocidental e jamais submetidos à autoridade papal: os coptas, na Abissínia (a atual Etiópia, cristianizada desde o séc. IV) e os nestorianos que se implantaram na Ásia, atingindo algumas zonas da Índia (os famosos "cristãos de S. Tomé", da costa do Malabar, cujas comunidades teriam, segundo a lenda, sido fundadas por aquele apóstolo, e da Tartária, onde foram convertidos os turcos Kereitas e algumas tribos mongóis). Em todas estas regiões o lendário rei foi procurado, tendo sido, na verdade, encontrado um pouco por todas elas.

À data das primeiras notícias do Prestes, uma tribo turco-mongólica - Kara Kitai - chefiada por um tal Ye-liu Ta-che conquistou Samarcanda (1137) e obteve uma grande vitória sobre o Sultão seljúcida do Irão Ocidental (1141). As notícias das vitórias destes inimigos do Islão poderiam facilmente levá-los a ser confundidos com um povo cristão, sendo até provável que tivessem combatido aliados a tribos cristianizadas (não está, aliás, posta de parte a possibilidade dos Kara Kitai serem, eles próprios, cristãos).

Reza a tradição que este Ye-liu Ta-che terá usado o título de Gur-Khan, nome que em árabe se pronunciaria Yuhanan e que poderia, mais tarde, ter sido latinizado para Iohannes. Na verdade, o título de Gur-Khan foi apenas utilizado pelos sucessores de Ye-liu Ta-che, mas é possível que a componente Khan (rei) figurasse em qualquer do título que lhe tenha sido atribuído. Ora Khan, além de poder ser, à mesma, deturpado para Yuhanan, pode também ser facilmente confundido com Kham (sacerdote). É, assim, plausível, que o nome do rei-sacerdote tenha tido aqui a sua origem.

Outra teoria refere a possibilidade de João derivar de Zan-hoy (meu senhor), tratamento que era dado ao imperador da Etiópia. Sob o domínio muçulmano, esta região, que até então mantivera o contacto com o restante mundo cristão, encontrava-se isolada da Europa desde o séc. XI. Poderia, então, aquela forma de tratamento ter-se mantido no imaginário coletivo ocidental, deturpada para Gianni, Giovanni ou Johannes e acabando por se misturar com as primeiras notícias das vitórias de Ye-liu Ta-che.

Seja como for, o mito surgiu quando a Europa se encontrava sitiada pelas forças do Islão (da Ásia Menor do Norte de África) e com uma boa parte da Península Ibérica ainda a servir de "ponta de lança" a um possível avanço dos "infiéis", pelo que se desejava ardentemente o surgimento de um aliado poderoso que atacasse o inimigo pela retaguarda e aliviasse, assim, um pouco a pressão. Mas as atenções começavam a deslocar-se para a Abissínia. A pretensa carta do Prestes, em 1165, tratava-se de uma mistificação, devido ao seu carácter extremamente fantástico (que não o era, porém, no pensamento do homem medieval). Não se sabe se era um embuste consciente, por alguém influente, para levantar o moral cristão. O importante da epístola, porém, é o facto de alargar o leque de possibilidades para a localização do mítico rei-sacerdote, uma vez que se refere às "Três Índias". Talvez por, numa peregrinação à Terra Santa, ter encontrado peregrinos abexins (etiopes) que lhe comunicaram o interesse do seu imperador em instruir-se no catolicismo romano, foi, provavelmente, à Abissínia que Mestre Filipe se dirigiu, em 1177 com a resposta do Papa. Mas eis que vieram, novamente, da Ásia notícias frescas, desta vez relacionadas com um suposto descendente do Prestes, o já anteriormente referido rei David que, de acordo com a carta do bispo de Acre (1221) tinha

"... três exércitos. Um deles foi mandado para a região pertencente a Colaph, irmão do Sultão do Egito, o outro contra Bagdade e o terceiro contra Mossul. E agora o rei (...) apressa-se para alcançar a Terra Prometida, a fim de visitar o sepulcro de Nosso Senhor e reconstruir a Cidade Santa. Mas, antes disso, é sua intenção (...) subjugar a terra do Sultão de Iconio, Caláfia e Damasco e ainda as regiões intermédias, a fim de não deixar um só inimigo atrás de si". De acordo com este relato estava-se, sem dúvida, em presença de um terrível flagelo dos "infiéis". Se não era o Prestes João, só poderia ser alguém com uma grandeza equivalente! E era, de facto: embora tenha realmente existido um rei georgiano chamado David que infligiu uma severa derrota a um numeroso exército muçulmano, as tropas que se aproximavam vindas do Oriente eram, na verdade, conduzidas por outro grande inimigo do Islão - Gêngis Khan, o conquistador mongol cujos domínios acabariam por se vir a estender até às franjas da Europa. Durante as suas viagens (1271-1295), o explorador Marco Polo viria, posteriormente, a identificar os tártaros como o povo do Prestes João, embora já em franca decadência, pois as fracas reminiscências do seu antigo esplendor eram, então, claramente ofuscadas pelo brilho da corte de Kublai Khan, a quem prestavam vassalagem.

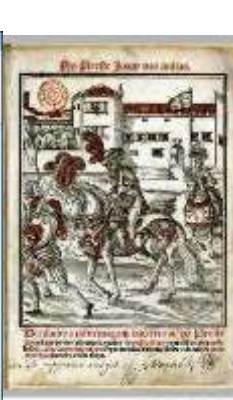
34.1.5. PRESTES JOÃO NA ABISSÍNIA

Tendo-se revelado infrutíferas as buscas do Prestes por terras da Ásia, as atenções da Europa começavam a voltar-se para a África, mais concretamente para a Abissínia (a "Média Índia"). Evangelizada no séc. IV, manteve-se cristã mesmo após as invasões árabes no séc. VII, embora acabasse por ficar isolada do mundo cristão ocidental.

Segundo uma lenda, talvez forjada pelos próprios, com o intuito de convencer os seus súbditos da nobreza da sua linhagem, os imperadores da dinastia que se estabeleceu a partir de 1270 eram descendentes do rei Salomão e da Rainha de Sabá (a Sabá bíblica situar-se-ia no território do atual Iémen, portanto logo do outro lado do Mar Vermelho) e usavam o título de Leão de Judá. É, assim, possível que, na Europa, a lenda acabasse distorcida e a salomónica ascendência transferida para um dos Reis Magos, adaptando-se, deste modo, à mítica origem do Prestes (cujo nome poderá ter derivado, do tratamento Zan-hoy dado aos soberanos etiopes).

O longo isolamento a que a Abissínia foi sujeita até se libertar finalmente do domínio muçulmano, nos finais do séc. XIII, terá alimentado fantasiosas especulações sobre aquele país misterioso situado nos confins do mundo conhecido de então. Tal não impediu, no entanto, que se estabelecessem contactos pontuais entre peregrinos europeus e etiopes, que os árabes ocasionalmente autorizavam a deslocar-se à Terra Santa, e se fizessem esporádicas visitas de missionários católicos à Abissínia (a primeira embaixada oficial, enviada pelo papa João XXII, chegaria apenas em 1316). Começam a chegar, a partir do séc. XIV, relatos fascinantes sobre a região, referida como "a terra do Prestes João". Falavam esses relatos de impressionantes basílicas chapeadas a ouro (4) e mesmo o túmulo do apóstolo Tomé, tradicionalmente localizado em Meliapor, na Índia, passa, muitas vezes a ser assinalado na região correspondente à "Média Índia".

Poderá, à primeira vista, não existir qualquer relação entre as localizações asiática e africana do reino do Prestes. Se tivermos, porém, em conta que a cartografia medieval não dispunha da capacidade de representar o Mundo como um todo, recorrendo muitas vezes a uma justaposição de levantamentos parciais em que o posicionamento relativo era grosseiramente distorcido devido a imprecisões de distância e de direcção (era frequente o engano quanto aos pontos cardeais), verificamos que a confusão tinha alguma razão de existir. De facto, ambas ficavam "para as bandas do Oriente", onde se situava o paraíso terreal, e para ambas era necessário atravessar um "grande deserto arenoso", fosse ele o Saara, o Arábico, o Negueve ou as grandes estepes asiáticas. Na primeira metade do séc. XV o imperador Yechak conseguiu estabelecer relações diplomáticas com soberanos europeus, entre os quais Afonso V de Aragão, propondo-lhes uma aliança contra os árabes, mas o interesse da Europa havia já, há muito, esmorecido, quanto mais não fosse pelo facto de se verificar um acentuado alívio da ameaça islâmica. Seria outro pequeno país, situado no extremo sudoeste do Continente europeu, a reacender o interesse na demanda do reino do Prestes João: Portugal.



TURCOS CONQUISTAM CONSTANTINOPLA. PÁGINA DE ROSTO DA 1ª EDIÇÃO DA VERDADEIRA INFORMAÇÃO DAS TERRAS DO PRESTE JOÃO, FRANCISCO ÁLVARES, ILUMINURA DO WAPPENBUCH DE CONRAD GRÜNENBERG (CONSTANCE, 1480). MÜNCHEN, BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK.

Embora não faça uma referência direta à figura do rei-sacerdote, Gomes Eanes de Zurara refere, na sua Crónica da Guiné, que um dos objetivos que nortearam a exploração portuguesa da costa africana foi o de procurar reinos cristãos naquele Continente. É natural que, durante a sua infância, o Infante D. Henrique tivesse escutado as narrativas sobre o reino do Prestes João (recordemos que a localização na Abissínia era, já, a concepção dominante da altura), posteriormente reavivadas, aquando da conquista de Ceuta (1415), pelos relatos de mercadores e prisioneiros mouros, que falavam de grandes reinos negros a Sul do Grande deserto. A riqueza da costa ocidental africana e as teorias geográficas da época, que davam aquele Continente como sendo menos extenso em longitude do que realmente era, criaram a esperança de se poder atingir o reino do Prestes por via fluvial, subindo os grandes rios que fluíam de Leste, dando assim possibilidade aos navios portugueses de navegarem diretamente para a Índia e participarem no lucrativo comércio das especiarias. Esta era uma das ideias que D. João II tinha em mente quando, em 1482, enviou Diogo Cão à foz do Congo. Tendo subido o rio, o navegador encontrou nativos amigáveis e permeáveis à fé cristã que lhe deram a entender serem governados por um poderoso rei que residia longe, numa cidade real para o interior que podia ser alcançada navegando ao longo daquele rio.

Tendo navegado mais para sul, Diogo Cão acabou por dar mais importância ao facto de atingir aquilo que julgou ser o extremo meridional de África (um erro que lhe valeria, mais tarde, cair em desgraça), mas ainda durante as suas viagens um tal João Afonso de Aveiro regressou de Benim, onde estabelecera uma feitoria comercial e encontrara pimenta de boa qualidade, e relatou que "a vinte meses de jornada a partir da costa vive um rei que é venerado pela sua gente de maneira igual àquela como o Papa é venerado pelos cristãos católicos". Esta jornada de vinte meses corresponderia a um percurso de cerca de 1800 km e conduzia diretamente ao reino da Abissínia. Mas D. João II pretendia saber mais acerca do poderio do rei-presbítero e aprender coisas sobre a Índia propriamente dita. Queria também saber se o mar da Índia era rodeado de terra, como julgava Ptolomeu, ou se estava ligado ao Atlântico. Desejava, por fim, saber onde terminava a África. Enviou, assim, vários "espiões", com o objetivo de conseguir tais informações. Entre eles seguiram, em 1490, Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã. Tendo chegado juntos a Adén, no Iémen, dali partiu Afonso de Paiva, com o objetivo de visitar o Prestes João, enquanto Pêro da Covilhã seguiu para a Índia. Visitou Cananor, Calecut e Goa e, ao considerar cumprida a sua missão regressou ao Cairo onde os dois exploradores tinham combinado encontrar-se. Ali soube, por dois mensageiros do rei D. João II, que Afonso de Paiva tinha morrido antes de atingir o seu objetivo, sendo agora sua a missão de visitar o Prestes na Abissínia. Tendo atingido aquele reino em 1493, ficou Pêro da Covilhã, à semelhança com o que antes sucedera com vários emissários europeus, detido pelo Negus (o soberano), sendo ainda impedido de enviar relatórios (dir-se-ia que o Prestes João temia que na Europa se soubesse que o seu reino não era, afinal, tão esplendoroso como se especulava). Não obstante, foi cumulado de honrarias e passou a gozar de uma grande influência na corte abissínia, tendo sido encontrado ainda vivo pela primeira embaixada oficial portuguesa a chegar àquele território, em 1520. Entretanto, o caminho marítimo para a Índia era finalmente descoberto por Vasco da Gama. Numa providencial escala em Melinde, na costa oriental africana, os portugueses foram muito bem-recebidos pelo Sultão local, cujo porte imponente os impressionou bastante. Quando, por engano, os indígenas se inclinaram e rezaram perante um altar existente num dos navios, os marinheiros concluíram que se encontravam perante um povo cristão (e os indígenas, por sua vez, devem ter julgado que os portugueses eram hindus). O entusiasmo cresceu quando Vasco da Gama foi saudado com os gritos "Krishna! Krishna!", que deve ter soado como "Cristo!"⁽⁵⁾ (6). Mais uma vez se encontravam sinais da existência do Prestes João, agora um pouco mais para sul. Seria o rei de Melinde um vassalo do rei-sacerdote?

As especulações viriam, por fim, a terminar quando, em 1520, uma embaixada chefiada por D. Rodrigo de Lima (que incluía o Padre Francisco Álvares, o cronista da missão), chegou à corte Etíope. Era o fim da lenda e o início das relações diplomáticas com aquele país, sempre acompanhadas de uma forte ação missionária destinada a trazer aquele povo de volta ao seio do catolicismo. Dali a pouco tempo, perante o ataque do chefe somali Ahmad Al-Ghazi, aliado aos turcos, o Negus solicitava auxílio militar aos portugueses, auxílio esse que viria a ser prontamente prestado por D. Estêvão da Gama, filho de Vasco da Gama e Governador da Índia. Ao contrário do que sempre fora esperado pelos monarcas europeus, era a vez do Prestes João pedir a ajuda do mundo ocidental.

34.1.7. MITO CHEGA AOS NOSSOS DIAS

Já no início deste século, alguns missionários portugueses estabelecidos na Etiópia encontraram antigas espadas e bandeiras cristãs transmitidas de geração em geração, acompanhadas da lenda de terem um dia pertencido a um monarca cristão de aparência divina. Seriam estes os mais recentes indícios da existência do Prestes? Em 1935 o imperador Hailé Selassié (que, tal como os seus antecessores usava o título de Leão de Judá) encabeçou a resistência etíope contra os invasores italianos de Mussolini, tendo sido reinstalado no trono com o auxílio britânico. No seu reinado a Etiópia afirmou-se, nas décadas de 50 e 60, como um dos principais estados neutrais africanos. No entanto, devido aos problemas sociais do seu país, aos quais não conseguiu dar resposta, foi deposto por um golpe militar em 1974. Em 1975 morria aquele que foi, provavelmente, o último descendente do Prestes João. Uma crença que considerava aquele imperador uma espécie de messias deu origem ao movimento pan-africanista rastafári (derivado do título Ras Tafari Makonnen atribuído em 1916 a Hailé Selassié), que influenciou muitos descendentes de africanos e jamaicanos de raça negra (de que o cantor Bob Marley foi um exemplo marcante), tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos. Em resumo, podemos afirmar que o mito do Prestes João surgiu em resposta à desesperada necessidade de uma Europa cercada pelas forças do Islão encontrar um aliado que, atrás das linhas inimigas, pudesse afrouxar a pressão. Esse aliado foi procurado e, de certo modo, encontrado nos vários grupos cristãos primitivos do Oriente isolados do mundo ocidental pelo "império" muçulmano. Esses grupos, por sua vez, deram origem a diferentes localizações do reino do Prestes, a que não foi alheio o contexto histórico de cada momento - na altura das Cruzadas, por exemplo, predominou a tendência para localizar o mítico reino por terras da Ásia -, enquanto na época das Descobertas se tornou mais conveniente a localização em África. Mas, tendo sido real ou um mero produto da imaginação medieval, o rei-sacerdote acabou por ser um verdadeiro aliado da Cristandade, pois a "busca do seu reino foi, sem dúvida, um incentivo e um catalisador da expansão europeia para Oriente."⁵⁹

Jorge Manuel Moreira Silva⁶⁰. Primeiro-Tenente

59 BIBLIOGRAFIA:

- Albuquerque, Luís de. Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses - séculos XV e XVI, s.l., Editorial Caminho, 1987
- Ao encontro do passado, 1ª edição, s.l., Seleções do Reader's Digest, setembro 1985
- Atlas do mundo e dos descobrimentos, s.l., Ediclube, 1992
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.
- História do mundo - Rumo a um mundo novo (vol. VII) - 1ª edição, Lisboa, Seleções do Reader's Digest, agosto de 1997
- Landström, Björn, A Caminho da Índia, 1ª edição, s.l., Publicações Europa-América, 1964
- Marques, António Gromicho P., Os Grandes Profetas, Almada, Gromicho, s.d.
- Mendanha, Victor, História Misteriosa de Portugal, Lisboa, 2ª edição, s.l., Editora Pergaminho, agosto de 1995
- O grande livro do maravilhoso e do fantástico, 2ª edição, Lisboa, Seleções do Reader's Digest, dezembro 1979
- os grandes exploradores de todos os tempos, 1ª edição, s.l., Seleções do Reader's Digest, maio 1980
- Santos, Frei João dos, Etiópia Oriental, Lisboa, Publicações Alfa, 1989
- Serrão, Joel, Dicionário da História de Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990
- Teles, Pe. Baltazar, História da Etiópia, Lisboa, Publicações Alfa, 1989
- Velho?, Álvaro?, Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama, edição 149501/4337, s.l., Publicações Europa-América, s.d.
- Zurara, Gomes Eanes de. Crónica da Guiné, s.l., Livraria Civilização, 20 de janeiro 1973

60 NOTAS

34.1.8. O NASCIMENTO DO MITO

A queda da cidade de Edessa, na Palestina (1144), após um cerco de vinte e oito dias efetuado por Imad ed-Din Zengi (general do Sultão Mahmud), foi o principal motivo da pregação da II Cruzada na Europa. O banho de sangue que se seguiu à conquista causou comoção nos líderes europeus como o cronista árabe Ibn al-Qalānisi relata:

Começaram então o saque e a matança, a captura e a pilhagem. As mãos dos vitoriosos se encheram de dinheiro e tesouro, cavalos e presas de guerra o suficiente para alegrar e fazer com que as almas se regozijassem (al-Qalānisi, 279-80) (Gabielli, 1984: p. 50).

Hugo, bispo de Jabala, foi enviado como embaixador do reino de Jerusalém e do principado de Antioquia para tratar com o papa Eugénio III (Pisano, 1145-1153) — que se encontrava em Viterbo, pois Roma estava em poder de um grupo hostil ao papa - a possibilidade de uma nova cruzada. Em Viterbo também se encontrava Oto Babenberger, alemão, bispo de Freising e tio de Frederico I Barba-Ruiva, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1152-1190). Oto registou na sua Crónica a notícia, mas estava na cúria papal com o objetivo de notificar Eugénio III da existência de um potentado cristão na Ásia, mais precisamente na fronteira com a Pérsia, que fazia então uma guerra vitoriosa contra o mundo árabe (Runciman, 1973: p. 229).

O rei deste reino maravilhoso, que triunfava numa segunda frente de batalha contra o Islão num momento em que todos fracassavam, chamava-se Preste (padre) João. Era nestoriano, portanto herético - a controvérsia nestoriana foi um cisma cristológico provocado pela culminação da escola antioquiana de teologia nas obras de Nestor (c. 381-451), Patriarca de Constantinopla em 428-31.

Nestor considerou que Cristo tinha duas naturezas (duo physeis) mas isso não fazia dele dois Filhos, pois as naturezas distintas estavam unidas numa conjugação voluntária. Essa conceção forçou Nestor a arguir contra a atribuição a Maria do título de "Mãe de Deus" (Theotokos, portadora de Deus). Para ele; o termo era impróprio porque ela tinha gerado apenas um homem a quem o Verbo de Deus estava unido (Loyn, 1990: p. 272).

Mas que importava? Um aliado, herético, mas cristão, vencendo em outra frente de batalha, minando o inimigo, o "outro", alimentando as esperanças de uma vitória final da verdadeira fé.

Seu exército era imenso: sua carta, destinada apenas a "Nossa Majestade", afirma que sua milícia levava "treze grandes e altas cruces, feitas de ouro e de pedras preciosas (...) e a cada uma delas seguem dez mil soldados e cem mil peões armados" (Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas, 1998: p. 82). Com este poderoso exército, Preste João teria conquistado Ectabana, capital persa, dirigindo-se então para o norte, quando então regressou a seu país.

Foi dessa forma que o mito de Preste João "entrou" na História, ou seja, pelas mãos de Oto de Freising. O bispo foi mais além: já na corte de Frederico I, Barba-Ruiva, provavelmente falsificou uma carta, que teria sido enviada em 1150 por Prestes João ao imperador bizantino Manuel I Comneno (1143-1180), ao papa e ao próprio Frederico I Barba-Ruiva. A notícia da suposta carta que contava as maravilhas do reino de Preste João espalhou-se pela Europa. Até ao séc. XV foram feitas várias traduções e cópias. As diferentes versões descrevem as maravilhas do seu reino.

"As joias corriam nos rios, o Palácio do Preste João abrigava 30.000 pessoas à mesa, todos os dias... não contando com os forasteiros que chegam ou partem. E todos eles recebem em cada dia, da nossa câmara, ajudas de custo quer em cavalos quer em outras espécies" (Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas, 1998: p. 82).

O seu Palácio era ricamente decorado. Tetos de cedro, cobertura de ébano, em seu cume dois pomos de ouro, portas de [pedra] sardónica, janelas de cristal, mesas de ouro e ametista com colunas de marfim. Além disso, existiam seres fantásticos:

"bois selvagens, sagitários, homens selvagens, homens com cornos, faunos, sátiros e mulheres da mesma raça, pigmeus, cinocéfalos, gigantes, cuja altura é de quarenta côvados, monóculos, ciclopes e uma ave que chamam Fénix e quase todo o género de animais que existem debaixo do céu." (Carta do Preste João das Índias, p. 56)

O Preste João tinha um aspeto jovem, "apesar de ter então 562 anos de idade" (Franco JR., 1992: p. 39-40), porque se banhava na própria Fonte da Juventude. A carta situa a Fonte num bosque, no sopé do monte Olimpo, não muito longe do Paraíso

"de onde Adão foi expulso": "Se alguém beber em jejum três vezes dessa fonte, a partir desse dia nunca mais sofrerá de qualquer doença e será sempre, enquanto viver, como se tivesse trinta e dois anos de idade" (Carta do Preste João das Índias, p. 64-66).

"Quando atingiam os cem anos de idade, os homens rejuvenesciam bebendo da água da Fonte, até completarem 500 anos, quando então morrem, e, por tradição, são enterrados juntos de árvores que possuem folhas que nunca caem e são duríssimas. A sombra dessas folhas é agradabilíssima e os frutos dessas árvores de suavíssimo odor" (Carta do Preste João das Índias, p. 68).

No seu reino estava também a Árvore da Vida, que fazia fronteira com o Paraíso, a apenas um dia de distância.

"Porém ela era guardada por uma serpente duas vezes maior que um cavalo, tendo ainda nove cabeças e duas asas. Vigilante o tempo todo, ela dormia apenas no dia de São João Batista, quando se podia recolher o bálsamo que a árvore produz e do qual se faz o crisma, o óleo sagrado" (Franco JR., 1992: p. 39-40). Ela representava o próprio Preste João porque "...tal como essa árvore ultrapassa as outras em fruto e aroma, do mesmo modo a nossa pessoa neste mundo não tem semelhante nem igual." (Carta do Preste João das Índias, p. 114-116).

Neste reino maravilhoso não havia corrupção, guerras ou violência, o mal inexistia:

"Entre nós não existem pobres. Não existe entre nós nem roubo nem rapina, nem o adúlador ou o avaro têm lugar aqui. Não há disputa entre nós. Os nossos homens abundam em todas as riquezas." (Carta do Preste João das Índias, p. 76).

Os seus súbditos eram abençoados por terem um rei tão maravilhoso. A similitude com Salomão é clara:

"A população de Judá e de Israel (...): comiam, bebiam e viviam felizes" (I Rs, 4,20).

Preste João proclamava-se imperador de 72 reis na Ásia - o número 72 era uma analogia a Isidoro de Sevilha: "De facto, segundo a autoridade de Isidoro de Sevilha, o mundo é formado por 72 povos (44: IX, 2, 2), e Preste João afirma na sua carta governar 72 províncias, cada uma delas tendo um rei que lhe é tributário (Franco JR., 1992: p. 39-40):

"Setenta e dois reis são nossos tributários (...) Setenta e duas províncias nos prestam vassalagem" (Carta do Preste João das Índias, p. 54).

Dessa maneira, não é de surpreender que, em 1177, o papa Alexandre III (nascido em Siena, 1159-1181) tenha enviado como embaixador para o reino de Preste João o seu médico particular, Felipe, solicitando ajuda contra os muçulmanos. A Igreja já nesse momento, também enxergava a possibilidade de se apropriar do mito. Ao que parece, Felipe terminou a missão na Abissínia sem nenhum resultado (Runciman, 1973: p. 382).

Mas qual o interesse do bispo Oto de Freising em divulgar um rei lendário, um reino fantástico e falsificar esta carta? Devemos buscar no contexto político germânico da época as causas da atitude do bispo alemão. Em primeiro lugar, as lutas internas no Império entre guelfos e gibelinos - guelfo - de Welf, ou Guelf, tio do Duque Henrique da Baviera, que se opôs à eleição de Conrado III da Suábia, o primeiro da dinastia dos Hohenstaufen; gibelino - de Waiblingen, aldeia pertencente aos Hohenstaufen. Mais tarde, na Itália, com as campanhas de Frederico contra a Liga Lombarda, guelfo passou a designar os partidários do papa, e gibelino os partidários do imperador.

1) Não nos esqueçamos que a ideia de Cruzada entrava, já então, em franca decadência, após o fracasso da Segunda, pois começava a esbarrar no espírito de saque e na ambição de alguns nobres sem escrúpulos que não hesitavam, se necessário, em comprometer o sucesso da expedição, o oposto do que se passava entre os moralizados exércitos turcos que, sob a forte liderança de Saladino acabariam por, finalmente, tomar Jerusalém em 1187.

2) É provável que, entre os aliados de Gêngis Khan se encontrassem várias tribos nestorianas Kereitas, a cujo auxílio já o seu pai recorreu. Gêngis chegara mesmo, na sua juventude, a ser vassalo de Toghril, o chefe daquele povo que viria, mais tarde, a receber o título de Wang-Khan (rei do povo). Embora haja quem veja neste título outra origem para o nome João, a verdade é que havia, já, vários anos que a lenda do rei-sacerdote era conhecida.

3) Suposição do autor.

4) Para estes relatos podem ter contribuído as belas igrejas talhadas na rocha mandadas construir pelo imperador Lalibela, que reinou nos princípios do século XIII. Estas igrejas, esculpidas num só bloco rochoso (incluindo todo o seu interior - naves e altares), teriam, quando iluminadas pela luz solar, um aspeto dourado que tornaria ainda maior o seu esplendor.

5) No Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama pode ler-se: "Aquele dia que o Capitão-Mor foi andar nos batéis, por junto da vila, atiraram das naus dos cristãos índios muitas bombardadas; e alevantavam as mãos quando os viam passar, dizendo todos com muita alegria: Christe! Christe!"

6) Na realidade existem muitas semelhanças entre os relatos das vidas de Krishna e de Cristo que nos levam a especular se não se tratará de algo mais que uma simples coincidência. Se não veja-se:

- Ambos terão nascido de uma virgem;

- Ambos nasceram numa gruta ou num estábulo;

- Ambos foram, enquanto crianças, alvo de tentativas de assassinio por parte de um rei cruel que ordenou uma matança de inocente;

- Ambos foram, pela mesma altura, obrigados a refugiar-se com a família num país estrangeiro;

- Ambos se transfiguraram perante os discípulos;

- Ambos perdoaram a pecadoras arrependidas que não mais os abandonaram;

- Ambos ensinaram a retribuir o mal com o bem;

- Ambos foram abandonados pelos discípulos na hora da morte;

- Ambos deram a vida pela verdade.

7) D. Estêvão enviou o seu irmão, D. Cristóvão da Gama, à frente de um pequeno exército que infligiu várias derrotas a um inimigo seis vezes mais numeroso. O bravo punhado de portugueses acabou, porém, por sucumbir à superioridade numérica dos somalis e dos seus aliados turcos, tendo sido completamente aniquilado. Capturado após ter sido ferido, D. Cristóvão foi torturado e degolado pelos seus inimigos, mas o seu auxílio foi determinante para dar ao soberano etíope tempo de reorganizar as suas forças.

Outra questão importante era a disputa entre Frederico e o papa Alexandre III (poder temporal vs poder espiritual) - que tinha suas origens na Questão das Investiduras - uma grande crise que assolou as relações entre o Império e o Papado, e, na verdade, entre a Igreja e as Monarquias europeias de um modo geral, no período de 1075 a 1122 (Investidura - ato físico de investir um clérigo com as insígnias do cargo). Todas estas questões faziam do mito de Preste João um importante instrumento político nas mãos de Frederico (Franco JR., 1994), como veremos. Como imperador, Frederico também detinha o título de rei da Lombardia. Resolvendo assumi-lo literalmente, enviou a cada uma das cidades lombardas italianas um podestàs - representante imperial - para governar em seu nome. O papa Alexandre III, com receio pelos direitos temporais do papado, excomungou-o (1160).

A Liga Lombarda (composta pelas cidades de Verona, Bolonha, Milão, Vicenza, Treviso, Pádua, Mântua, Bréscia, Cremona, Ferrara, Bérgamo, Parma, Módena e Piacenza), criada em 1167 após a tomada de Milão por Frederico (o imperador arrasou a cidade, incendiando-a totalmente), venceu o exército germânico em Legnano (1176), obrigando-o a reconciliar-se com o papa e a assinar um tratado restituindo o governo próprio das cidades italianas (Tratado de Constança, de 1183).

O imperador necessitava de um apoio espiritual superior ao papa, um suporte mental que desse legitimidade às suas pretensões de um grande Império contra o poder papal (Duffy, 1998: p. 108-109). Preste João era a oportunidade que Frederico estava esperando. Através de uma série de confluências mitológicas, o imperador construiu uma "ponte" com Preste João, que, por sua vez, desembocava em Cristo. De que forma? O Preste João tinha elementos que o projetavam até o nascimento de Cristo, mais especificamente na figura dos três Reis Magos, que, numa tradição oriental, seriam os seus ascendentes diretos (Franco JR., 1994). Devemos então observar a ligação dos magos com Cristo.

34.1.9. OS TRÊS REIS MAGOS E JESUS CRISTO

Na tradição bíblica, o encontro dos magos com Jesus está no Evangelho de Mateus:

"Tendo Jesus nascido em Belém da Judeia, no tempo do rei Herodes, eis que vieram magos do Oriente a Jerusalém, perguntando: "Onde está o rei dos judeus recém-nascido? Com efeito, vimos a sua estrela no céu surgir e viemos homenageá-lo" (Mt 2, 1-2).

O diálogo narrado deu-se entre os magos e Herodes. Alarmado, Herodes ordenou aos magos que se certificassem do nascimento. Maravilhosamente, a estrela os conduziu à casa de Jesus:

"Eles, revendo a estrela, alegraram-se imensamente. Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres e ofereceram-lhe presentes: ouro, incenso e mirra. Avisados em sonho que não voltassem a Herodes, regressaram por outro caminho para a sua região" (Mt. 2, 10-12). O onírico novamente interfere nas ações humanas. Os magos, "do Oriente", região por excelência "dos sábios astrólogos", ofereceram os presentes paradigmáticos do "outro" mundo: ouro, incenso e mirra. Para os Padres da Igreja, simbolizam respectivamente a realeza, a divindade e a paixão (A Bíblia de Jerusalém, 1991: p. 1.839).

É interessante observar que apenas Mateus descreve o encontro com os magos. Marcos e João nada dizem; Lucas fala na presença de pastores (Lc, 2, 1-20). Essas diferenças podem ser historicamente explicadas? (Meier, 1992: p. 205-230). Possivelmente não. Por exemplo, salta aos olhos que na sua obra Joseph Meier não comente ou tente explicar a ausência dos Três Magos nos outros Evangelhos sinópticos. Mas o mais importante neste ensaio é identificar o momento em que os magos entraram na casa de Jesus: simultaneamente. Esta tradição bíblica difere significativamente de outra tradição, oral, apócrifa, fixada por Marco Polo (1254-1324) em seu Livro das Maravilhas. Nele, Polo encontra seus túmulos, dá seus nomes (que não constam do Evangelho segundo São Mateus) - Baltazar, Gaspar e Belchior -; identifica a cidade de onde partiram para adorar o Menino Jesus ("Sava", atual Savelh, cem quilômetros a sudoeste de Teerão) (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 64). Por fim, narra o momento de encontro:

"Chegando ao local onde havia nascido o Menino, o mais novo daqueles reis saiu da caravana e foi sozinho vê-lo, e verificou que era parecido consigo próprio, pois tinha a sua idade e estava vestido como ele; ficou assombrado o Rei Mago. Logo a seguir foi o segundo Rei Mago, que era de meia-idade, e certificou-se do mesmo; aumentava a surpresa deles. Finalmente foi o terceiro rei, que era o mais velho dos três, e sucedeu-lhe aquilo que tinha sucedido aos outros. Ficaram muito pensativos. Quando se reuniram, contaram uns aos outros o que tinham visto e maravilharam-se todos. Decidiram, então, ir os três ao mesmo tempo, encontrando o Menino do tamanho e com a idade que lhe correspondia (pois não tinha mais do que três dias). Prostraram-se diante dele, oferecendo-lhe o ouro, o incenso e a mirra. O Menino aceitou tudo aquilo e em troca ofereceu-lhes um cofrezinho fechado. Os Reis Magos voltaram aos respectivos países" (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 58-59). Os Magos são o "Cristo tripartido". Nessa "genealogia mitificada e idealizada" da tradição oriental, eles são associados a Preste João, que assim descenderia do próprio Cristo (Franco JR., 1994). Mas e Frederico? Onde se insere nessa tradição mitológica que vai de Cristo a Preste João, passando pelos três Reis Magos? A sua ligação é de reconhecimento, diplomático, real e imperial. A ele, ao imperador bizantino e ao papa Preste João se dirige. Frederico, através de seu tio Oto de Freising, traz o mito para si, como os Reis Magos e Carlos Magno, como força espiritual na sua luta por um império à frente dos demais reinos da Europa. Assim, Frederico colocava-se na condição de maior representante da Cristandade, único digno de trocar correspondência com o descendente direto de Cristo. Estava dessa maneira acima de Alexandre III ou de qualquer outro que estivesse no cargo de Sumo Pontífice.

Frederico também se cercou de provas materiais. Aquando da tomada de Milão, o imperador apossou-se das relíquias dos Reis Magos, que se encontravam na cidade. Transferiu-as para Colônia, cidade alemã que também possuía muitas relíquias (Franco JR., 1994). Paralelamente, promoveu a canonização de Carlos Magno (embora Carlos Magno não tenha sido santificado, foi incluído no rol dos bem-aventurados em 1165, isto é, aquele que desfruta após a morte uma felicidade celestial eterna. De qualquer modo, é o primeiro passo para a sua canonização). Assim, isso não significa um fracasso nas intenções de Frederico: o seu projeto de ter um antepassado real "santo" foi realizado. Foi uma forma de aumentar seu prestígio e a sua aura sacrossanta, através de um antecessor glorioso alçado à santidade. Esse "processo santificatório" só pôde ser levado a cabo pela falsificação de Oto de Freising. No fim de sua vida reconciliou-se com Roma. A morte de Urbano III em 1187 facilitou as coisas; Gregório VIII (de Benevento, 1187) e Clemente III (romano, 1187-1191) mostraram-se amistosos com esse novo aliado na luta contra o Islão (Runciman, 1973: p. 23-24). A sua inesperada morte a caminho da Palestina para a Terceira Cruzada, afogado - um rude golpe tanto para seus seguidores cruzados quanto para todo o mundo franco (Runciman, 1973: p. 28) - aumentou as lendas que cercaram sua figura. Para muitos, Frederico não tinha morrido; estava adormecido na montanha Kyffhauser, na Turíngia, pronto para voltar e trazer a glória do Sacro Império de volta.

Uma lenda afirmava que podia-se ver a longa barba de Frederico crescendo através do mármore que o cobria. Um dia ele despertaria e faria de novo o Império ordeiro e poderoso. É interessante observar que a construção da imagem de Frederico como um unificador alemão não corresponde à realidade, pois o imperador fez grandes concessões senhoriais aos nobres alemães. Foi nesse contexto político que "surgiu" historicamente Preste João. A Europa recebeu-o de braços abertos; em pouquíssimo tempo o mito ultrapassou a corte germânica para assumir as mais variadas texturas, até se deslocar para a África.

34.1.10. MARCO POLO E O PRESTE JOÃO

Mas antes que passemos da Ásia para a África, é necessário mostrar por que o mito mudou geograficamente de posição. Consideramos o testemunho de Marco Polo essencial para delimitar esse marco. No seu livro já citado, Polo confirma a existência de Preste João na Ásia. Chegando a Karakorum, "cidade de três milhas de circunferência" na planície de Tangut, Polo relata que o povo que vivia nessa região, os tártaros, não tinham rei, mas pagavam tributo a um senhor (Cã): E era este o Prestes João, de quem falavam todos, no Grande Império.

Os tártaros davam-lhe uma renda de dez cabeças de gado (o dízimo). Mas o povo multiplicou-se, e, quando isto viu, o Prestes João decidiu dividi-lo por várias regiões, e enviar, para governá-las, alguns dos seus barões. (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 92).

Nesta narrativa, Preste João governava um império de muitos povos. Os tártaros recusaram-se a obedecer às suas determinações; declararam-se revoltados, emigraram "para outro deserto" e elegeram o seu próprio rei, Gêngis Khan. Quando se sentiu suficientemente fortalecido, Gêngis enviou emissários a Preste João, pedindo-lhe a sua filha como mulher. Este, ofendido, expulsou os mensageiros, dizendo-lhes:

"Dizei ao vosso povo que o condeno à morte por ser traidor e desleal, e por ter a audácia de pedir a filha do seu senhor para mulher, e que eu o farei morrer de morte afrontosa" (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 93).

Preste João considerava Gêngis Khan um vassalo e, portanto, indigno de ser seu genro. Gêngis organizou um exército para o combate "na grande planície chamada Tangut, que pertencia ao Prestes João, e ali aparelhou os seus cavalos, e eram tantos os homens que não podiam contá-los" (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 94).

Após consulta astrológica com dois cristãos - onde Gêngis Khan soube da sua vitória - deu-se o combate:

Durante dois dias, as duas hostes inimigas bateram-se duramente. E foi a batalha maior e mais encarniçada que jamais viu o gênero humano. Houve grandes perdas, duma parte e doutra, mas afinal venceu Gêngis Khan esta batalha, na qual morreu Prestes João (...). Contei-vos como os tártaros elegeram o seu primeiro grão-senhor e como venceram Prestes João. Agora falarei dos seus usos e costumes. (Marco Polo. O Livro das Maravilhas, p. 95).

Sem dor, sem lamentação. Assim Polo narrou a morte do mito, esperança última da Cristandade na luta contra o Islão.

Por quê? Polo é um homem novo num tempo ainda antigo. Está colocado na curva, virada de um tipo de mentalidade. Seus olhos estão direcionados para a frente, para a troca, o comércio.

O mito faz parte do passado, é intransigente e unilateral. Polo representa a multiplicidade, os dois mundos interagindo: é a alavanca para o desenvolvimento, afinal é veneziano... Quando Polo "mata" o mito, está contribuindo para essa transposição geográfica: na verdade, as pessoas ainda desejavam que Preste João existisse, o Ocidente ainda tinha como sinal paradigmático a cruzada.

A Europa ainda estava sendo pressionada militarmente pelo Islão, principalmente nas suas áreas limítrofes: o Império Bizantino e a Península Ibérica (que então estava no auge de seu processo de Reconquista). Preste João ainda era a esperança da abertura de uma segunda frente. Provavelmente por isso a sua transferência geográfica para a África.

O mito deslocou-se então da Ásia para a África no séc. XIV, mais precisamente para a Etiópia. Segundo Mollat (1990, p. 35), o primeiro a situar seu reino "ao sul do Egito" foi o cartógrafo genovês Angelino Dulcert. O desconhecimento europeu em relação ao reino etíope, devido ao não-mapeamento das fontes do Nilo (porque por terra havia o Deserto do Sudão e o Maciço Etíope) também criava um clima propício ao desenvolvimento de lendas maravilhosas.

Conta uma delas que Makeda era a Rainha de Sabá (Etiópia) que seria o Reino de Aksum, mais tarde o Império da Etiópia, que ocupava o sudoeste da península arábica (Ki-Zerbo, s/d: p. 116). No entanto, a Rainha de Sabá foi provavelmente a soberana de uma das colônias Sabeias existentes na Arábia do Norte (A Bíblia de Jerusalém, p. 525).

Portanto, não se considera hoje que Sabá correspondesse a Aksum. De qualquer modo, maravilhada com as preciosidades trazidas do reino de Salomão por um mercador, a Rainha de Sabá resolveu fazer uma visita pessoal: A Rainha de Sabá ouviu falar da fama de Salomão e veio pô-lo à prova por meio de enigmas. Chegou a Jerusalém com numerosa comitiva, com camelos carregados de aromas, grande quantidade de ouro e de pedras preciosas (...) Quando a Rainha de Sabá ouviu toda a sabedoria de Salomão (...) ficou fora de si e disse ao rei: "Realmente era verdade quanto ouvi na minha terra a respeito de ti e da tua sabedoria (...) Felizes das tuas mulheres, felizes destes teus servos, que estão continuamente na tua presença e ouvem a tua sabedoria (...)"

O rei Salomão ofereceu à Rainha de Sabá tudo o que ela desejou e pediu além dos presentes que lhe deu com munificência digna do rei Salomão.

Depois ela partiu e voltou para sua terra, ela e seus servos" (1 Rs, 10, 1-13). O final dessa passagem bíblica permite uma aproximação com a tradição apócrifa: Makeda é seduzida por Salomão, dá à luz um filho chamado Menelike, que será sagrado rei por Salomão "e voltará com um grupo de jovens notáveis à Etiópia, não sem terem subtraído a arca da Santa Aliança, para a honrarem em África" (Ki-Zerbo, s/d: p. 116).

Assim se inicia uma dinastia salomônica na Etiópia, conferindo-lhe uma condição mítica que desembocará na lenda de Preste João no séc. XIV. No séc. IV o reino etíope de Aksum converteu-se ao Cristianismo pelas mãos de Fromentius, monge sírio sagrado bispo e chefe espiritual da Etiópia por Santo Atanásio, Patriarca de Alexandria (Ki-Zerbo, s/d: p. 118).

Atanásio havia afirmado que a humanidade de Cristo estava absorvida na sua divindade - proposição de unidade da natureza de Cristo (monofisismo) - e seria, depois, condenado pelo Concílio de Calcedônia (451).

A Igreja etíope é, portanto, herética e cismática, seguindo o rito litúrgico e o calendário copta egípcio, além de certos costumes sincréticos, como, por exemplo, "danças arrebatadas, tambores, sacrifícios de cabras (...) interdição de entrar na igreja no dia seguinte a relações sexuais e a observação do sábado em vez do domingo resultam da prática judaica" (Ki-Zerbo, s/d: p. 118).

É mais uma aproximação à lenda de Preste João, que também era herético.

34.1.11. PRESTE JOÃO NA ÁFRICA

O avanço do Islão chegou à Etiópia. Alguns companheiros de Maomé, fugindo da aristocracia coraixita (originalmente da tribo dos Quraish, do norte da Arábia, uma importante comunidade comercial de Meca. Lewis, 1990: p. 40-41), refugiaram-se em Aksum, em 615, instigados pelo próprio Profeta, que teria lhes assegurado:

"Se fordes para a Abissínia (...) encontrareis um rei sob o qual ninguém é perseguido. É uma terra de justiça, onde Deus trará o repouso às vossas tribulações" (Ki-Zerbo, s/d: p. 152).

Nessa tradição, a Etiópia também é a terra das maravilhas, como na descrição do reino de Preste João. Mas a pirataria etíope no Mar Vermelho e suas razias nas costas árabes (os etíopes pilharam Jeddah, porto de Meca, em 702) levaram o Profeta, segundo outra tradição, a dizer: "Evitai toda a querela com os Etíopes, porque eles receberam em herança nove décimos da coragem da humanidade" (Ki-Zerbo, s/d: p. 153).

É mais uma oralidade que ajuda a conexão com Preste João: agora, os etíopes são os inimigos dos árabes, portanto, amigos da Cristandade. O início da dinastia Zagwés no séc. XII não interromperia o caráter maravilhoso da Etiópia iniciado desde a visita da Rainha de Sabá a Salomão: segundo alguns autores, esta dinastia seria uma descendência salomônica por via de Balkis, uma das criadas de Makeda, Rainha de Sabá (Ki-Zerbo, s/d: p. 155). Assim estava preparado o terreno para a chegada do reino de Preste João diretamente da Ásia.

Principalmente porque a Etiópia já possuía seu santo católico: Lalibela, da dinastia Zagwés, rei piedoso que fundou inúmeras igrejas e mosteiros (Ki-Zerbo, s/d: p. 153). Após a geografização do maravilhoso feita pelo cartógrafo genovês Angelino Dulcert, temos notícia do encontro em Nápoles de um dominicano de origem siciliana, Pedro Ranzano, com um embaixador do soberano etíope Negus, de nome Pedro Rambulo.

O título oficial do imperador era Rei dos Reis (Negusa nagast), que se explicava pelo grande número de príncipes da periferia do império que lhe reconheciam laços de vassalagem. Tais laços eram frequentemente consagrados através do casamento do rei etíope com princesas árabes, em detrimento da monogamia cristã. Embora essas princesas fossem obrigadas a converter-se, aconteciam casos de regentes filhas de príncipes muçulmanos, como, por exemplo Helena, princesa que recebeu uma delegação portuguesa em 1520.

A parte central do império estava sob a autoridade absoluta dos Negus (Ki-Zerbo, s/d: p. 229). Este embaixador estava em missão junto ao rei de Aragão, em 1450. Afirmou que o seu rei era o verdadeiro Preste João, descendente direto da Rainha de Sabá, e que o seu reino havia sido evangelizado pelo apóstolo Tomás (Mollat, 1990: p. 37).

Além de transferência geográfica, percebe-se aqui outro elemento mítico: o nome Preste João começa a se tornar um título, intemporal. Assim, o "nome se pereniza (...) mais conveniente para a lenda" (Braga JR., 1994: p. 20). Preste João é sempre um rei, sacerdote, chefe religioso, inimigo do Islão (pelo menos em teoria).

A Europa receberia muitos embaixadores etíopes a partir de então, mas nenhum com descrição tão precisa quanto Ranzano. As relações tornaram-se mais sólidas com a fundação do Colégio Etíope, em 1474, pelo papa Sixto IV (de Savona, 1471-1484) e duas missões de Battista d'Imola (em 1482 e 1484) (Mollat, 1990: p. 37).

34.1.12. A "MORTE" DO MITO

No tempo do rei Lebna Denguel (Incenso da Virgem) (1508-1540) (Ki-Zerbo, s/d: p. 57), a regente Helena, uma princesa muçulmana convertida, mandou um mensageiro a Portugal, Mateo, o Armênio, durante uma série de escaramuças do reino etíope com as potências islâmicas da costa. Uma embaixada portuguesa foi enviada em 1520. No entanto, parece que os portugueses foram acolhidos sem entusiasmo, pois Lebna Denguel teria ficado decepcionado com os magros presentes provenientes da Europa. Ainda, quando lhe mostraram num mapa o pequeno Portugal em comparação com o seu reino (cuja extensão era exagerada por causa das técnicas de representação cartográfica), Lebna Denguel encheu-se de orgulho e ficou consternado com o fato dos reinos cristãos recorrerem às armas.

De qualquer modo, aceitou ceder Massawa como base naval a Portugal e prometeu a sua aliança contra os Muçulmanos. Por sua parte, pediu artesãos e médicos (Ki-Zerbo, s/d: p. 57). Na embaixada portuguesa encontrava-se Francisco Alves, padre e capelão. Devemos a ele a primeira descrição do Preste João. Ele foi o primeiro cristão a "ver", e, por conseguinte, "matar" o mito: "Se abriam as cortinas e subitamente vimos o Preste João, ricamente adornado sobre uma plataforma de seis degraus. Tinha em sua cabeça uma grande coroa de ouro e prata. Uma de suas mãos apoiava uma cruz de prata (...). À sua direita, um pajem apoiava uma cruz de prata bordada em forma de pétalas (...)

O Preste João usava um belo vestido de seda com bordados de ouro e prata e uma camisa de seda com mangas largas. Era uma bela vestimenta, semelhante a uma batina de um bispo, e ia de seus joelhos até o chão (...) A sua postura e seus modos são inteiramente dignos do poderoso personagem que é. (Mollat, 1990: p. 39). O surgimento do mito é uma correspondência mental com a realidade. O mito é uma das formas da consciência humana, "o exame dos mitos ilumina a estrutura dessa consciência" (Mora, 1982: p. 266).

A sua efervescência mostra uma tomada de atitude, a sua aceitação aponta em direção do anseio coletivo, personificação do fabuloso na forma do reino imaginário, distante e inatingível. A sua inexistência física amenizava os desgastes dos personagens concretos, talvez por isso "seu conteúdo mítico e sua longa duração" (Franco JR., 1994). Acreditar em Preste João foi, para o homem dos séculos XII-XV, a esperança da cruzada, um motivo para permanecer lutando, reconquistando. É esse espírito belicoso que sempre insiste em renascer de nossas entranhas, mesmo com todo o racionalismo delirante que cresce, século após século. É parte de nós.⁶¹

⁶¹Fontes

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas (trad. Leonor Buescu). Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

Gabrieli, Francesco (selected and translated). Arab historians of the crusades. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.

Marco Polo. O Livro das Maravilhas. Porto Alegre: L & PM, 1994.

Braga Jr. Elói. "Introdução". In: Marco Polo. O Livro das Maravilhas. Porto Alegre: L & PM, 1994.

Cahen, Claude. Oriente Y Occidente en tiempos de las cruzadas. México: Breviarios, Fondo de Cultura Económica, 1989.

Duffy, Eamon. Santos & Pecadores. História dos Papas. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.

Franco Jr., Hilário. As utopias medievais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Franco Jr., Hilário. A construção de uma utopia: o império de Preste João. Conferência proferida em 12-10-94 durante o I Simpósio Internacional de História Antiga e Medieval e VI Simpósio de História Antiga, 10 a 14 de outubro de 1994, Porto Alegre (notas pessoais).

Ki-Zerbo, Joseph. História da África Negra I. Viseu: Publicações Europa-América, s/d.

Lewis, Bernard. Os Árabes na História. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Loyn, Henry R. (org.). Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Meier, John P. Um judeu marginal — repensando o JESUS histórico. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

Mollat, Michel. Los Exploradores del siglo XIII al XVI — primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

Mora, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

Runciman, Steven. Historia de las Cruzadas II. Madrid: Alianza Universidad, 1973.

E da Abissínia vamos à Birmânia ou Myanmar onde os Portugueses também andaram (facto igualmente esquecido hoje)

... O nosso Fernão Mendes Pinto voltou para Malaca, onde estava o seu Capitão. E, ao serviço dele, começou uma nova aventura. Tantos caminhos fez, tantas guerras viu e tantos países, que é impossível contá-lo. O seu Capitão enviara-o à cidade do Martavão no golfo de Bengala. Ali foi aprisionado e feito escravo com os seus companheiros por um general do rei da Birmânia. Subindo o Ganges e o Bramaputra acompanharam este general até à capital do Calaminhão (Tibete?), observando as suas extraordinárias práticas religiosas.

Sucedem-se batalhas, os cercos, as marchas de exércitos em que os soldados se contam às centenas de milhar, as revoltas, as traições, os suplícios, no país devastado pela Guerra. Até que um dia, aproveitando a confusão de uma batalha, os nossos Portugueses escapam-se. E, descendo numa jangada os rios que correm para o golfo de Bengala, puderam encontrar transporte para Goa.

As armas, as especiarias, a cruz e o amor são fatores importantes para a fixação do homem luso no Oriente.

Assimilou-se a outras etnias com facilidade. Não abandonou os filhos que as mulheres lhe deram, com quem casaram debaixo dos preceitos da Igreja Católica. Formaram comunidades lusodescendentes, que ainda estão vivas, em Malaca e Singapura, adaptaram-se ao meio que os acolheu. Foram amados pela magia da submissa mulher oriental.

José Gomes Martins escrevia recentemente:

O homem português na Ásia nunca esqueceu a pátria que os viu nascer. O berço que lhes tinha sido madraço, aliás o tinha sido para os portugueses quinhentistas. Pela ironia do destino a migração continuou por séculos, mas fica-lhe para sempre na mente e no coração o amor pátrio. Transmitiu o seu Portugal à família constituída. Estivesse no sudeste asiático ou no Japão. Podemos tomar o exemplo de Venceslau Morais, no seu exílio nipónico que embora tivesse escrito e enviado dezenas de cartas e postais ilustrados a Francisca Palu, para Nelas (Beira Alta), nunca referiu a Francisca a intenção de regressar a Portugal. A memória do Cônsul de Portugal em Kobe, no longínquo país do Sol Nascente, ficou para sempre nos anais das relações culturais entre Portugal e o Japão, depois da sua morte.

Fernão Mendes Pinto, quando regressou a Portugal, pobre como um Job, apelidado de mentiroso, quando apoquentado pela nostalgia do Oriente, no fim da sua vida, sentava-se na margem do Tejo, esperando as caravelas, de velas desfraldadas ao vento, com a Cruz de Cristo, para que as tripulações lhe transmitissem coisas do Oriente.

Pinto, o imaginário, "aldrabão" na mentalidade dos portugueses da época e açoitado pela "gadanha" da censura, demolidora, da Santa Inquisição, reportou as realidades do Oriente como nenhum português, até hoje, as escreveu na sua Obra, em dois volumes a "Peregrinação".

Os portugueses chegados ao sudeste asiático, não fugiram à regra da época. São humildes, ordeiros, fiéis aos Reis que servem, como soldados mercenários, fossem estes do Sião ou do Pegú (Birmânia). Lutaram homens lusos, irmãos de sangue, em campos adversos, embrenhados na poeira provocada pelas patas, as bestas de guerra, dos elefantes. Milhares envolvidos como se fossem tanques nas guerras contemporâneas... Os gemidos desses portugueses, feridos na peleja, encontraram o apoio moral e espiritual do irmão, inimigo, no campo de batalha em Lampang.

Passados 450 anos, da coragem dos soldados portugueses e talvez a única no mundo, o feito, ainda se encontra na memória dos lampanguenses. A seiscentos quilómetros de Bangucoque, os canhões portugueses, estão expostos num jardim público na cidade de Lampang, no norte da Tailândia, num fortilim, no Templo Budista, "Prakaew Dao Tao".

No museu, do mesmo templo, estão duas armas ligeiras da grande peleja... O templo, para a sua melhor defesa, foi murado e no cimo destes foram montadas as tradicionais e bem conhecidas ameias portuguesas que trazidas para o Bangucoque moderno, foram imortalizadas no Grand Palace, na Montanha Dourada, e em outros sítios que ficam para sempre: Monumentos de Portugal na Tailândia.

© José Gomes Martins

Miguel Castelo Branco escrevia:

Ora, se na evangelização portuguesa houve, não o duvidemos, uma forte componente joaquimita - milenarista e redentorista, bem presente na visão de D. Manuel I - tal permitiu, sem paradoxo, desvelar a unidade da humanidade na multiplicidade dos povos, crenças, substratos culturais e linguísticos. Os outros, calvinistas e puritanos, exclusivistas e sem anelo predador, ativeram-se ao trato comercial antes de lançarem os caminhos-de-ferro e o telégrafo.

Se das colonizações britânica e holandesa nasceram estados, da colonização portuguesa nasceram comunidades de afeto. Não se trata de um mero topos, este de enfatizar o carácter distintivo das relações portuguesas com a Ásia do Sul ou subcontinente indiano; as Índias Orientais e o sudeste asiático; o Extremo-Oriente. Em primeiro lugar, posto não existir correspondência direta entre o "Estado Português da Índia" e a presença portuguesa, poderemos falar de uma presença multimodal, fluida, quase informal, tão diferente daquela praticada pelas companhias dos povos comerciantes. Tivemos o cartaz, praticamos o monopólio, tentando destruir a concorrência. Tudo isso é claro, mas estávamos em todo o tablado pois contávamos com fidelidades regionais que extravasavam largamente o interesse diplomático, comercial e político da Coroa.

A língua portuguesa era língua franca, "portugueses" eram todos os que professassem a fé católica, amigos e aliados todos os que aceitassem, enriquecendo, um quinhão nessa comunidade continental de comércio, favores, acolhimento e proteção.

As "lusotopias" não eram da Coroa: eram das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam na liberdade dos concelhos, na unidade religiosa das igrejas e na entreaajuda das Misericórdias. Estas lusotopias resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem: na Birmânia, no Sião, na Malásia, na Indonésia há populações que orgulhosamente afivelam o nome de Portugal. Os outros passaram. Nós ficámos, estamos lá, sem subsídios, sem apoios e sem estímulo do Portugal distante, abúlico e "europeu", um Portugal que regrediu para uma visão tardo-medieval da esfera de contactos internacionais: a Antuérpia e Bruxelas, a costa da Guiné e pouco mais.

Disse há tempos o Professor António Vasconcelos Saldanha que Portugal é, para os asiáticos, uma "potência histórica", com tal luminosa expressão pretendendo definir o peso e permanência do nome de Portugal na diversidade de sentidos que apontámos. Querem hoje fazer crer aos portugueses jamais terem estado na Ásia, ou, pior, fazer crer que a "Ásia Portuguesa" se limita a Goa, Macau e Timor. Tamanho disparate tem criado atritos diplomáticos e reduzido ao limite da caricatura a verdadeira expressão da presença portuguesa nas Ásias. Felizmente, a "Ásia Portuguesa" está bem para além das Portas do Cerco, do bazar de Díli e dos ananizados limites de Goa. Pede-se hoje, no limiar de um séc. que será o séc. chinês, que os decisores de Lisboa abram os olhos e consigam tirar partido dessa imensa vantagem que foi, é e será se o quisermos, a grandeza do nome de Portugal em terras da Ásia.

© Miguel Castelo Branco

http://www.alamedadigital.com.pt/n1/portugueses_oriental.php

Carlos Fontes escreveu:

Em 1511 a cidade de Malaca era um centro económico transbordante de riqueza do sudeste asiático. O Sultão que a governava foi mandado para o exílio depois de Albuquerque a conquistar facilmente. O talentoso e ilustre diplomata, sonha e quer chamar à realidade a fundação do vasto império português na Ásia. Conquista Ormuz, junto ao estreito que liga o Oceano Índico com o Golfo Pérsico, em 1507 e, definitivamente, Goa em 1510.

O Mar Vermelho, nas costas da Arábia e Norte de África, já está na posse da navegação portuguesa o controlo marítimo em direção ao Mediterrâneo. As embarcações do Império Otomano que transportavam a mercadoria de Malaca pelo Golfo Pérsico e Mar Vermelho, depois de vários embates nessas águas com os navegantes lusos, já não assustam Afonso de Albuquerque.

Pretende ir mais além: o senhorio absoluto do comércio da Costa do Coramandel, na Baía de Bengala, Reino do Pegú (Birmânia), Malaca, Samatra e Reino do Sião. No pensamento do grande português, estavam noutras terras no sul dos mares da China estendendo-se até ao Japão. Outros portugueses, depois lhe seguiram a linha do seu pensamento e obviamente animados pela coragem e inspirados pelos feitos anos não muito distantes.

Albuquerque não é apenas um guerreiro indomável. É um diplomata, negociador, inteligente que prefere tratar dos assuntos pacificamente que o servir-se das armas. Não pretende conquistar países, deseja sim, apoderar-se dos grandes pontos estratégicos de permutas e comércio onde todos: "gregos e troianos" vivam na melhor das harmonias. De forma alguma que perder embarcações e homens em lutas desnecessárias. Fazem-lhe falta, para a concretização do seu objetivo - a administração do império de Malaca.

À península malaia chegam os têxteis da Índia, sedas e cerâmicas da China, cravo das Molucas, noz-moscada de Banda, papel de arroz de Samatra, cânfora do Brunei, madeira de Sândalo de Timor, pau-santo, benjoim, chifres de Rinoceronte, marfim, pérolas, carpetes, adagas, batiques de Java. Os mercadores árabes do Cairo, Meca, Adén, Ormuz e da África Oriental, chegavam a Malaca com as embarcações carregadas de armas, tapeçarias, talheres de cobre, ópio, água de rosas, estoraques e incenso. Corante azul da costa oriental da Índia (Coramandel). Juncos chineses aportavam a Malaca com seda em bruto para manufaturar em vestidos brocados em relevo, drogas aromáticas, coralina e marfim.

Do reino do Sião aportam, todos os anos, 30 barcos com carregamentos de laca, madeira de teca, pedras preciosas, roupas rudimentares siamesas, pimenta, metais diversos que permutam por escravos ou por mercadorias que não produziam. Da Birmânia arroz, diversos produtos agrícolas, rubis, estanho e prata. De Palembang em Samatra, escravos, produtos da floresta, entre eles as ervas medicinais e produtos alimentares conservados.

A presença portuguesa foi particularmente forte nesta região nos séc. XVI e XVII, sobretudo em Pegú. Entre as grandes feitorias que os portugueses tiveram na região, destaca-se a de Serião (1599-1613). Muitas palavras birmanesas são de origem portuguesa: Lelain - Leilão; Tauliya - Toalha; Natatu - Natal; Balon - Bola, Balão, Waranta - Varanda, etc.

In Carlos Fontes <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOP.html>

Um interessante guia para a Birmânia (além do sempre útil *Lonely Planet Myanmar - Burma*, edição de 2005), e do *Guide du Routard*, foi o essencial *Further India* de Hugh Clifford (edição White Lotus Co., Banguécoque 1990, 378 páginas). Publicado pela primeira vez em 1904, o autor, acérrimo defensor do sistema colonial britânico, descreve de um modo isento para a época, a epopeia do desbravamento destes territórios por parte dos ocidentais, desde a chegada dos árabes, dos primeiros conquistadores portugueses como Albuquerque e outros (the Filibusters), dos primeiros exploradores com nomes totalmente desconhecidos para a maioria dos portugueses, nomes como os de António de Faria, António de Miranda, Duarte Fernandes, Ruy de Araújo, Francisco Serrano, António de Abreu, Pedro Afonso de Loroso, e o conhecido Fernão Mendes Pinto, dos grandes exploradores franceses como Mouhot e o famoso Francis Garnier a quem se atribui erradamente a descoberta dos templos de Angkor Vat, dos holandeses e finalmente dos inúmeros ingleses.

O termo de flibusteiros aplicado aos primeiros exploradores portugueses, tem a sua razão de ser pelo facto de serem, de todos os povos que exploraram o sueste asiático, os portugueses os únicos que construíram fortes, impuseram a sua religião, e comercializaram pela força. Até à chegada dos portugueses, eram os árabes os únicos cuja influência se alastrava até ao oriente, e estes tinham como princípio nunca se imiscuir na política local. O sucesso dos holandeses e ingleses que vieram depois deveu-se simplesmente ao facto de só quererem o comércio, nunca as terras nem as almas das gentes. A colonização veio depois... Essa perspetiva é nova, para aqueles que nasceram e cresceram no mundo paroquial da epopeia quincentista da História de Portugal do Adolfo Simões Müller. Muitos sentem-se ainda hoje afrontados ao lerem opiniões sobre Vasco da Gama diferentes das que o ensino oficial durante a Ditadura inculcou nos jovens portugueses.

Como acontece com a Birmânia, também a religião predominante e o alfabeto tailandês (embora a religião seja a mesma, os dois alfabetos são distintos, embora de inspiração comum) servem de prova de que houve uma influência cultural indiana forte durante o primeiro milénio, embora os primeiros relatos históricos só comecem no séc. X. Tal como os magiares na Hungria vão buscar as suas origens às estepes asiáticas, também o santuário original dos Thais fica na China, na província de Iunão, de onde eles se começaram a deslocar lentamente para sul entre os séculos X e XII desalojando e pressionando o reino da civilização khmer para sudeste e para o atual Camboja.

No séc. XIII surgem os primeiros principados importantes e em 1350 o príncipe que funda uma capital central em Ayuthia (a fazer lembrar o exemplo moscovita por essa mesma altura) acaba por ganhar a supremacia num território que, pela configuração, representa o embrião da atual Tailândia, embora naquela altura se chamasse Sião. Tornou-se um reino com um elevado grau de sofisticação, como os portugueses vieram a descobrir quando se tornaram sua potência vizinha, ao conquistarem Malaca em 1511, altura em que o Sião esteve envolvido numa luta épica com os birmaneses que venceriam nos finais do séc. XVI. Do contacto ficou a norma, que perdurou por mais de 300 anos, da corte siamesa empregar o português como idioma diplomático, para desconcerto do embaixador norte-americano que ali apresentou credenciais no séc. XIX. Mas a infiltração europeia acabou por ser bloqueada com a expulsão de todos os comerciantes europeus da capital e o fecho das feitorias em 1688.

Os conflitos entre tailandeses e birmaneses reacenderam-se no séc. XVIII, com vantagem para os segundos que conquistaram e destruíram a capital siamesa em 1767. Mas o estado veio a recompor-se em 1782 na pessoa de um general que se veio a coroar (é o fundador da dinastia atual) e que fundou Banguécoque, a nova e atual capital da Tailândia, a pouca distância da anterior. Expulsos os birmaneses para Oeste e dada a fraqueza progressiva dos Khmers, o Sião acabou por descobrir um novo inimigo histórico nos vietnamitas com quem houve alguns choques durante a primeira metade do séc. XIX. No entanto a área de influência siamesa teve de recuar substancialmente com a chegada dos franceses à Indochina (1859), com as suas fronteiras orientais a só ficarem definidas em 1910.

No ano de 849 d. C. os habitantes que chegaram aquelas terras criaram um reino cuja capital era Pagan agora denominada Bagan. Este reino, liderado por Anawrahta atacou a cidade Mon de Thaton em 1057. Aquilo que é hoje o território de Myanmar está unificado desde os tempos do reinado de Pagan. Em 1277 o último verdadeiro governante do reino, Narathihapate, sentiu-se suficientemente forte para atacar os mongóis na batalha de Ngasaunggyan, mas acabou por ser derrotado e o reino acabaria por se desintegrar no reinado do seu filho na batalha de Pagan em 1287 ficando a ser administrado por um governado mongol.

O que fora o reino de Pagan desmembrou-se e estabeleceu-se a dinastia Ava na cidade do mesmo nome em 1364 tendo ressuscitado grande parte da cultura de Pagan. Mantiveram-se, porém, os confrontos com outras dinastias como as Ming ou do Sião. Em 1527, os povos Shan destruíram a dinastia Ava, não obstante as suas fronteiras fossem fáceis de defender. Os povos Mon que sobreviveram estabeleceram-se em Martaban e depois em Pegú. Durante o reinado de Rajadhirat (1383-1421) os Pegú estiveram em guerra constante com os Ava. A Rainha de Pegú, Bañ Thau (1453-1472) levou o seu povo a uma paz duradoura e nomeou como seu sucessor, o monge budista Dhammazedi (1472-92) que converteu as suas gentes ao Budismo Theravada. A governação deste monge seria a última do povo Pegú.

Pouco antes do desaparecimento da dinastia Ava, o rei Mingyinyo fundou a dinastia Toungoo (1486-1599) na cidade do mesmo nome. Com o desaparecimento dos Ava os seus habitantes mudam-se para Toungoo e fazendo desta dinastia uma sucessora dos Ava. O seu herdeiro, Tabinshwehti (1530-1550) viu como Ayutthaya se tornava num importante reino numa área que mais tarde se tornaria no Sião. Os europeus tinham, entretanto, chegado transformando esta região num importante centro comercial.

Tabinshwehti reunificou o que agora é Myanmar e o seu cunhado Bayinnaung (1551-81) conseguiria grandes conquistas, incluindo todo Ayutthaya, mas as rebeliões e as incursões portuguesas levariam a que a dinastia, agora sediada em Pegú se movesse para o norte e fundasse uma segunda dinastia Ava ou Dinastia Restaurada Toungoo (1597-1752), cujo expoente máximo foi o reunificador neto de Bayinnaung, Anaukpetlun, em 1613. Foi este que infligiu uma pesada derrota aos portugueses evitando os seus avanços em Myanmar.

O fim desta dinastia, chegou em 1752, após várias rebeliões dos Pegú. Estes seriam, por sua vez, expulsos em 1753 na dinastia Konbaung formada por birmanes (aparentados com os Ava), reconquistando enormes territórios e aniquilando os Mon enquanto repeliam os Chineses. Em 1824 o rei Bagyidaw conquistou Assam assim despertando a inimizade dos hindus e dos britânicos, que após várias guerras proclamavam um Protetorado Britânico em 1886 com capital em Rangum.

Voltemos ao tema da presença portuguesa. Jorge Morbey escreveu ao então Presidente Jorge Sampaio de Portugal uma longa missiva da qual extraio alguns excertos:

Jorge Morbey

Como referiu o Arcebispo Emérito de Mandalay, na Birmânia, U Than Aung - descendente de portugueses - onde a maioria do clero católico é de origem portuguesa e cuja Comunidade tem as suas origens na cidade de Pegú no ano de 1600, quem nunca recebeu a mais ténue manifestação de solidariedade de Portugal nada tem a esperar daí.

Na verdade, o que poderão as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente esperar de Portugal? O poder colonial inglês não descolonizou as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente, no sentido de restituir dignidade à sua identidade, de que a língua crioula faz parte integrante, o que, aliás, não era de esperar.

Nem é de esperar que os poderes pós-coloniais de moto próprio venham a dedicar-lhes a atenção a que têm direito. A incapacidade de Portugal nesta matéria tem sido uma evidência secular, filha da ignorância e do preconceito.

A pequena Cristandade Crioula Lusófona de Korlai [junto a Chaúl], na Índia, somente em 1982 seria revelada ao Mundo pelo etnólogo romeno Laurentiu Theban. O seu crioulo é designado por Kristi.

A Cristandade Crioula Lusófona da Birmânia - Myanmar atualmente - já não usa a língua crioula e, ao contrário das demais, perdeu com o tempo os próprios nomes e apelidos cristãos, apesar de permanecer fiel à religião católica.

As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente - gente simples e temente a Deus - mantidas na ignorância dos conflitos entre Portugal e a Santa Sé, lutaram anos sem fim contra as novas autoridades eclesásticas com quem conflituavam abertamente e às quais consideravam estrangeiras.

Durante décadas pagaram o elevado preço de lhes serem recusados os sacramentos a que só esporadicamente tinham acesso quando aportava um navio com um sacerdote, ainda que espanhol. Clamaram sempre pelo envio de clero. De Portugal, de Goa ou de Macau. Em vão.

A firme identidade das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente, ainda hoje, evita o casamento dos seus membros com indivíduos exteriores a elas e prefere que os futuros cônjuges provenham do seu seio ou de outras cristandades, ainda que distantes. Quando assim não acontece e o casamento une um membro da Comunidade a alguém que a ela não pertence, a regra é a conversão deste à religião católica e a aprendizagem da língua crioula.

Algumas dessas comunidades desfrutam de um status social positivo nos países onde vivem. Outras, porém, são socialmente desqualificadas e os seus membros são depreciativamente designados por "negros", apesar da sua cor mais clara - da pele, do cabelo e dos olhos - relativamente aos naturais com outras origens étnicas.

A nível individual, nos países onde vivem, podem encontrar-se membros originários destas comunidades nos mais elevados estratos da sociedade: do mundo da política à atividade empresarial próspera, nas mais elevadas funções da hierarquia eclesástica ou simples párocos de aldeia. Onde se verifique a existência de uma significativa percentagem de membros destas comunidades no clero católico, isso parece resultar da intensa discriminação de que

são objeto no acesso ao ensino público e ao mercado de trabalho – público e privado. Em geral, dedicam-se a atividades modestas. São pequenos proprietários, simples trabalhadores agrícolas ou pescadores.

A abertura dos mares à navegação de outros países europeus, além de Portugal e de Espanha, foi o resultado da perda do exercício do poder central europeu pela autoridade pontifícia - que vigorava desde a queda do Império Romano - por ação da Reforma iniciada com Martim Lutero. A transferência de domínios entre países europeus - de Portugal católico para a Holanda protestante, principalmente - constituiu o pano de fundo em que emergiram as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente.

Com a substituição da dominação portuguesa pela holandesa, permanecendo nas terras que as viram nascer, deportadas para outras paragens, ou forçadas à emigração, essas comunidades mestiças talharam a sua identidade própria que perdurou até aos nossos dias, assente em dois pilares principais: a religião católica e a língua crioula. A religião católica fora trazida pelos portugueses, diretamente de Portugal ou através de Goa - a Roma do Oriente. Convertidos ou nascidos nela, com ela haveriam de morrer, geração após geração.

A sua língua – o crioulo - era a língua portuguesa na formulação que lhe garantiria o estatuto de língua franca no litoral da Ásia e da Oceânia, desde o séc. XVI até à sua substituição pelo inglês, no séc. XIX.

Holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses não podiam prescindir de um “língua” [intérprete] a bordo para poderem comerciar nos portos do Oriente, na língua que era - nada mais, nada menos - aquela que as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente falavam e, muitas delas, ainda falam. Tratados, entre esses países europeus e poderes locais, foram firmados nessa mesma língua, por ser a única a que os europeus podiam recorrer para comunicar no Oriente, ainda que contra os interesses portugueses.

Ainda hoje, em muitas partes deste lado do Mundo, “Cristão” [Kristang] e “Português” [Portugis] são sinónimos.

A forte identidade das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente cimentou-se em grande parte na adversidade. O conflito religioso nascido na Europa, entre católicos e protestantes, ramificou-se por todas as paragens do Oriente onde o poderio holandês se firmou. A profanação e a destruição de igrejas e mosteiros, a expulsão dos padres, a proibição de qualquer ato de culto católico, as deportações maciças, a redução de muitos à condição de escravos, compeliram os membros dessas cristandades à clandestinidade e à emigração: Macau, Índia, Insulíndia, Sião e Indochina foram os seus destinos principais.

Os que teimavam em ficar escondidos em suas casas ou refugiados nas florestas, celebravam como podiam os atos de culto da religião católica. Sem padres e sem igrejas, organizaram-se em irmandades clandestinas que, ao fim de décadas, produziram fenómenos de cristalização cultural, de natureza religiosa e linguística, que impediriam, por séculos, a sua plena integração nas paróquias criadas posteriormente. Tais irmandades permaneceram até aos nossos dias e conservam determinadas prerrogativas que limitam a autoridade dos párocos, o que é visível em algumas celebrações onde os sacerdotes se limitam à Eucaristia e à Confissão dos fiéis porque, em tudo o mais, quem manda é a Irmandade.

À medida que a dominação holandesa foi sendo substituída pela inglesa, as Comunidades Crioulas Lusófonas do Oriente foram ficando menos oprimidas e, em alguns casos, foram as próprias autoridades coloniais britânicas a tomar a iniciativa de lhes facultar padres portugueses.

Perdida a confiança que a Santa Sé depositara desde o séc. XV em Sua Majestade Fidelíssima o Rei de Portugal, na sequência do corte de relações diplomáticas por iniciativa do Governo liberal em 1833 e a extinção das ordens religiosas por decreto de 31 de maio de 1834, o Padroado Português do Oriente sofreu um golpe mortal, na Índia, no Ceilão - hoje Sri-Lanka -, no sudeste asiático, na China e na Oceânia.

Permanecendo - os que podiam - nas suas missões, os missionários religiosos do Padroado não seriam substituídos pelos seus confrades. O clero secular de Goa, numeroso e bem preparado, acorria em socorro das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente que iam ficando sem religiosos. Quase sempre em vão. Os missionários da Propaganda Fidae e das Missions Étrangères de Paris já as ocupavam e os respetivos vigários apostólicos impediam-lhes o exercício do seu múnus. A expansão missionária francesa no Oriente começara ainda no séc. XVII.

Mas a língua crioula falou-se também nas Cristandades Crioulas Lusófonas da Tailândia - Ayutia ou Ayutthaya e, posteriormente, Bangucoque - até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos de uso corrente no relacionamento familiar e nas práticas da religião católica.

Na Indonésia, além de Java, na ilha das Flores [Larantuka e Sikka], nas ilhas de Ternate e Tidore e em Bali.

Em Timor [Lifau e Bidau].

No Bangladeche - Chittagong e Dacca - até aos anos 20 do séc. XX era muito viva a presença da língua crioula nas Cristandades locais. Em Dacca existe ainda vocabulário crioulo entre os católicos locais.

© Jorge Morbey

Por isso tudo o que atrás ficou dito recorde um grande universalista português. No último canto de “Os Lusíadas”, o décimo, o grande épico da língua portuguesa, Vasco da Gama, o almirante herói, é recebido pela deusa Tétis na Ilha dos Amores. Lá, naquele espaço encantado, ela descortinou a Máquina do Mundo, a visão do Cosmo e dos continentes da terra recém-descoberta pelos feitos dos lusos, cena que coloca o poeta português como quem por primeiro, no campo das letras europeias, percebeu os efeitos irreversíveis da globalização que então dava os seus primeiros passos.



"Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea elemental, que fabricada
Assim foi do Saber, alto e profundo,
Quem é sem princípio e mete limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende"
(Canto X, 80)

"É então que a deusa, abrindo os braços para enfatizar a amplitude de tudo aquilo, a magnitude do reino augusto, aponta ao Gama as mais diversas regiões do mundo. Povoam-na "gente sem lei", a bruta multidão, "bando espesso e negro de estorninhos", do império do Benomotapa (Zimbabwe) à Taprobana (Sri-Lanka)". Todos eles estão à espera da chegada da cruz, desenhada na vela principal da nau dos argonautas lusitanos. Mostra-lhe então o Mar Vermelho, o Monte Sinai, a secura dura e arenosa da Arábia, o Rio Tigre o Eufrates, o planalto dos cavaleiros da Pérsia, o estreito de Ormuz, o Sind, a terra dos Brâmanes onde São Tomé tentara a conversão dos gentios, o Rio Ganges e o Indo, a terra da Birmânia, o império do Sião, a Ilha de Sumatra, a ponta estreita de Singapura, o Camboja e o rio Mekong (no qual Camões naufragou, mas salvou os versos). Em seguida, margeando com os olhos a costa da Cochinchina (o Vietname de hoje), mostrou-lhe a China e mais longe ainda o Japão, regiões de onde vinha a maravilhosa seda e o ouro fino.

De tudo aquilo desprendiam-se o aroma do cravo, da noz-moscada, do licor perfumado do benjoim, do coco do mar, do incenso da mirra e do precioso âmbar, de onde se extraem fragrâncias mil.

Tétis, então, voltando-se para o outro lado da Terra, apontou-lhe para as partes recentemente conquistadas pelos castelhanos, que lançaram o seu rude colar sobre as gentes cativas do Novo Mundo. Enquanto isso, da Terra de Santa Cruz, do litoral do Brasil, o braço lusitano já carregava o tronco vermelho, o lbrapitanga dos nativos, para dele extrair as tintas para os panos de todos.

Reembarcados os portugueses, partindo da Ilha dos Amores, aos adegues no convés, velas soltas ao vento em mar tranquilo, manso, carregados de refrescos e iguarias deliciosas, navegaram então de volta à boca do Rio Tejo. Todos eles de agora em diante estavam convencidos de que os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam mais a um só reino, a uma só nação ou sequer a um só hemisfério.

Somente gente surda e endurecida, de testa fechada, teimosa, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçado para sempre povos e continentes num destino em comum. Ainda hoje estou rodeado dessa gente surda e endurecida.

COMPILAÇÃO E AUTORIA DE CHRYS CHRYSTELLO PARA OS TEXTOS NÃO ASSINALADOS.

CRÓNICA 35 DO NATAL, 30 DEZEMBRO 2006

Já o disse e torno a repetir, o meu Natal das recordações de infância é diferente destes atuais e por mais voltas que lhes dê nunca mais será mágico como dantes. O Natal era a festa dos bolos, doces minhotos e transmontanos (aletria, sopa dourada, filhós, formigos), do execrável polvo acompanhado de arroz e dum segundo prato de bacalhau com todos, cozido na noite de consoada, acompanhado dos seus típicos vegetais (pelo menos dois ou três tipos de couves) e das batatas cozidas com cenoura, cebola e ovo. Era o tempo dos presentes no sapatinho, um presépio com musgo autêntico (agora é proibido apanhar musgo, dá direito a multa e tudo), um pinheiro que se ia buscar nem eu sei onde, mas que era autêntico (ainda não havia movimentos ecologistas nessa época) e que me lembre, pelo menos uma vez, veio de ao pé de Santo Tirso (Negrelos). As velas eram verdadeiras e as bolas da árvore de Natal eram poucas e caras. Era a festa do nascimento o Menino Jesus, Glória a Deus nas Alturas e Paz na Terra aos Homens de Boa Vontade.

Era também a festa dos pobres pois vivia-se na era da caridadezinha cristã que o Estado Novo incentivava. Eles até nem faziam grande festa, mas os ricos e os remediados, como nós, dedicavam alguns minutos do seu precioso tempo a pensar neles e a dar-lhes alguma atenção, nuns mimos que a criada (ainda se não chamavam empregadas domésticas na época) ia entregar com uns tostões mais do que era habitual.

Lembro que devia haver muitos pobres pois era um constante rodopio de gente a bater a partir de dezembro, normalmente pela hora do jantar, *“desejando a Bossência e excentíssima família Boas Festas e um Próspero Ano Novo”*.

Havia muitos com uns cartões de Natal impressos propositadamente para a ocasião que depois se juntavam num monte para vermos a quem se tinha ajudado: o carteiro, os homens do lixo (então chamados lixeiros), os cantoneiros, o guarda-noturno, os homens da água (eram os SMAS nessa época), da eletricidade pré-EDP, dos jardineiros da Câmara, dos bombeiros, dos limpa-chaminés, dos varredores de rua e o mais que me não lembro. Esses desprotegidos ainda não tinham subsídio de Natal e dependiam da bondade alheia para se darem ao luxo de celebrar o Santo Natal. Havia também os outros, os “habitués”, os pobres de pedir, regulares visitantes da nossa aldraba de porta, que nessa época tinham também um “mimo” extra, fosse uma “rabanada” ou uma sopa quentinha. Nessa época abria-se sempre a porta quando alguém tocava pois não se tinham inventado os olhos mágicos que deixam de fora quem se não quer receber.



EXEMPLO DE ALDRABA TRADICIONAL

Os “nossos” pobres tinham dias certos para virem receber a esmola certa como quem vai receber o seu soldo ao fim duma semana de labuta. Era importante para nós crianças vermos que havia desprotegidos, aqueles a quem a sorte não tocou, e para quem estranhamente ou, melhor dizendo, infantilmente nos interrogávamos porque é que a sorte lhes era madrasta. Eram todos servilmente submissos, educados e atenciosos, sempre de chapéu na mão (aqueles que ainda o usavam) a pedir *“por alminha de quem lá tem, meu rico menino”* ou qualquer outra frase do género, que sempre me impressionava. Sentia-me feliz quando me era permitido entregar essa oferenda minúscula dumas moedas que faziam sorrir essa velha cara, a retirar-se às arrecuas, de chapéu na mão, dizendo *“Bem-haja, muita saudinha para si e para os seus”*. As criadas impantes na sua superioridade de assalariadas a viverem sob um teto confortável desprezavam estas criaturas e agora sei que era por temor de um dia se poderem inverter os papéis.

Isto tudo vem à lembrança porque – tal como em anos anteriores - no Natal chamo o meu filho mais novo e digo-lhe para ele fazer uma seleção dos seus jogos e brinquedos menos utilizados ou que já perderam a atração juvenil, para eles os dar a outros mais necessitados. Já o fazia em Sidney na Austrália com a minha filha, e depois com este mais novo, em Bragança e no Porto, mas aqui nos Açores este foi o primeiro Natal aqui passado e embora haja algumas pessoas que obviamente são mais carenciadas aqui não me batem os pobres à porta nem os conheço. Bêbedos há muitos, mas pobres já só os vi em Ponta Delgada e na Ribeira Grande. De qualquer forma se juntou tudo num saco de coisas, que o mais novo acabou por decidir oferecer a um dos seus amigos locais mais necessitados (são dez filhos, espalhados por várias casas, dado que os pais não os podem ter a todos numa só casa).

Mas o que eu não esqueço neste ano de 2006, é o olhar dum desses miúdos mais desfavorecidos ao entrar no café da aldeia já no dia 25 com uma guitarra de plástico, daquelas que custa para aí um euro ou dois nas lojas dos chineses, com o ar de quem tinha acabado de adquirir o último modelo dum Porsche Carrera. Ele era o miúdo mais feliz do mundo, mais orgulhoso e rico de toda a aldeia. Queria mostrar a guitarra e a sua felicidade a todos, ainda bem que para ele o Natal valeu a pena.

Nós repetimos um Natal em família com a qual os laços se haviam entrecortado pela distância e pelo tempo nos idos dos anos de 1960. Com efeito, estes meus primos emigraram para aqui, um deles, o médico radiologista, em meados da década de 60 do século passado e o outro após a Revolução dos Cravos em virtude desta lhe ter trazido mais espinhos que flores. A nova geração (trinta e poucos anos) consegue ter uma casa suficientemente grande para albergar quatro dezenas de pessoas (apenas 5 ou 6 crianças) e permite este franco convívio que tanto me faz lembrar Páscoas antigas e Natais doutros tempos em que nos juntávamos com os tios direitos e primos direitos (éramos então apenas 21). Foi interessante falar com os mais velhos e trocar impressões com os mais novos. É isto que há muito se está a perder em troca duma televisão de gosto duvidoso; a perda dos laços familiares, das conversas, das trocas de experiências entre gerações. [Curiosamente depois da morte do pai em 2013 ou 2014, nunca mais os filhos fizeram estes convívios nem connosco com o outro tio e primos...]

Os pais dificilmente têm tempo ou espaço para dialogar com os filhos e nos casos mais felizes apenas encontram os netos mais novos como interlocutores. Os jovens deixam de conhecer a família para além da que lhe é imediata e mais chegada, perdem-se o contacto com tos, tios avós, primos direitos, segundos e terceiros. Os da minha geração, se se esforçarem como eu tento, podem ainda manter o contacto com os primos segundos e terceiros, mas os meus filhos já não sabem quem são esses, e muito menos os filhos e netos deles. Nalguns casos podemos todos ostentar o mesmo apelido e sem sabermos que somos da mesma família. Felizmente com o sobrenome Chrystello, sempre que aparece um vou logo perguntar de quem é filho ou neto.... e já conheço via internet uma mão cheia de filhos primeiros e segundos em Portugal e no Brasil e até mesmo na Austrália para uns primos mais afastados.

Há muitas experiências de vida que seria útil partilhar e trazê-los de volta a um tempo em que a família era alargada, mas mesmo assim conviviam nas festas de natal e páscoa. Lembro-me da série Família Forsythe e creio que aquilo que se passou na mudança do séc. XIX para o XX está a suceder a um ritmo bem mais acelerado. Qualquer dia só nos conhecemos virtualmente através do Facebook ou qualquer outro instrumento virtual. Talvez seja melhor e assim haja menos intrigas e desavenças familiares. É mais difícil brigar com estranhos, em especial se não soubermos que são da mesma família... Bem, resumindo foi um Natal à moda antiga. Para a Passagem de Ano recusamos convites e decidimos passar só os três aqui no conforto da nossa casinha, vendo na TV fogos-de-artifício alheios (em todo o mundo) e sonhando com os sítios aonde não fomos e recordando aqueles onde já estivemos. Chrys Chrystello termina com os votos de que 2007 vos traga saúde e mais força de vontade para lutar as pequenas batalhas diárias e que estas nunca se tornem em guerras. Dinheiro apenas vos desejo suficiente para sobreviverem porque mais do que isso traz vícios. Já pude comprovar que o dinheiro não traz felicidade a ninguém, ao contrário do que as revistas cor-de-rosa indiciam.

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA,
LER UMA BOA POESIA,
VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL,
DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS.
GOETHE

Inédito não publicado, não citar

Badana 1

Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, cavaleiros da Távola Redonda e uma busca do Santo Graal. Aqui não há nem Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moinhos de vento, contra os quais espadanar.

Há apenas um aprendiz de escriba, cavaleiro da poesia e utopia, temeroso e aventureiro, sequioso na sua aprendizagem constante de outras línguas, hábitos e culturas.

De Trás-os-Montes, sua mátria desconhecida, partiu à conquista do "Iulic" em Timor Português, dos hippies em Bali (Indonésia), sobrevivendo a um "Anno Horribilis" no Verão Quente (1975, Portugal), atravessando as Portas do Cerco (na China de Macau), percorrendo os Estados da Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com breves passagens pelas Índias, pelo Oriente do Meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de redescobrir o Brasil, Portugal e outros países

Por fim, iria aterrar como um milhafre, Buteo buteo rothschildi, na ilha de S. Miguel (Açores) donde partiu em conquista fugaz de Santa Maria, Faial, Pico, Graciosa, S. Jorge, Terceira, Flores e Corvo.

Se na pátria Austrália descobriu uma tribo aborígine a falar crioulo português há mais de 450 anos, na provecta Bragança descortinou a sua mátria e nos Açores descobriu o que o mundo desconhecia, uma literatura distinta.

Esta viagem leva o leitor num périplo pelo mundo enquanto o autor vai cronicando, como Marco Polo, ou Fernão Mendes Pinto a sua vida, as terras, as gentes e os costumes e tradições. Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas. Recupera as origens, retorna ao seio duma Lusofonia sem raças, credos ou nacionalidades, até se radicar nesta "Atlântida" onde irá desvendar, divulgar e dilatar desveladamente uma fértil açorianidade literária, fundíbulo de autonomias e independências por cumprir.

Badana direita



chrys@lusofonias.net -

J. Chrys Chrystello (n. 1949-) cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é disso um exemplo. Nasceu numa família mesclada de Galego-Português, Brasileiro (carioca), Alemão, do lado paterno, Português e marrano transmontano do materno.

Publicou em 1972 o seu primeiro livro "Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1" (poesia).

O exército colonial português levou-o a viver em Timor (setº 1973- jun 1975) onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália em 1975 decidir adotá-la como pátria.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Durante mais de duas décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1967 até hoje dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Eletricidade de Macau. Em Macau foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/ Rádio Macau / TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong.

Viveu em Perth, radicou-se em Sydney (e migrou para Melbourne). Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural do país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Divulgou desde 1985 a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Durante mais de vinte anos (1984-2004) foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Tradutor e Intérprete (Ministério Estadual da Imigração, Ministério de Saúde de Nova Gales do Sul).

Foi Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters).

Lecionou Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes em Sidney na UTS (Universidade de Tecnologia de Sidney).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS (1999-2005).

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido (2000-2012)

Foi Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia (2005-2012).

Foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores. (2008 a 2012)

Em 1999, publicou a sua tese "Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975" (ensaio político), esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou a 1ª edição da monografia "Crónicas Austrais 1976-1996".

Em 2005 publicou o "Cancioneiro Transmontano 2005"

Nesse ano publicou (e-book DVD) outro volume da trilogia "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter".

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, obras de autores açorianos para Inglês: Daniel de Sá (Sta. Maria ilha-mãe; O Pastor das Casas Mortas; S. Miguel: A Ilha esculpida; e Ilha Terceira, Terra de Bravos), de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dorés (Ilhas do Triângulo, coração dos Açores numa viagem com Jacques Brel).

Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês

Em 2012 traduziu de Caetano Valadão Serpa "Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino."

Desde 2005 traduziu vários excertos de obras de dezenas de escritores açorianos integrados em projetos dos Colóquios da Lusofonia (Antologias).

Em 2009 publicou o volume 1 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)" cronicando as suas viagens pelo mundo.

Em 2011 publicou o volume 2 da trilogia "Crónica Açores: uma Circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 lançou a sua obra completa de poesia "Crónica do Quotidiano Inútil (vol. 1 a 5)", a assinalar os 40 anos de vida literária.

Em 2015 lançou a 4ª edição de "Crónicas Austrais 1978-1998".

Também em 2015 editou a obra completa dos 3 volumes da "Trilogia da História de Timor"

Em 2015 fez a revisão e compilação da obra de Dom Carlos Ximenes Belo, "Padre Carlos da Rocha Pereira. Missionário açoriano em Timor", vol. 1 da série Missionários Açorianos em Timor, ed. AICL e Moinho Terrace Café

Em 2017 lançou o seu opus magister "Bibliografia Geral da Açorianidade" em 2 vols (1600 pp. com 19500 entradas) e teve vários trabalhos (ensaio e poesia) publicados em antologias.

Em 2017, reviu, adaptou e traduziu para inglês o livro "O Mundo Perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta e Patricia Vickers-Rich

Lançou em 2018 "Fotoemas", foto e-book, com fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores, de Chrys Chrystello edição e-livro <http://www.blurb.com/books/8752953-fotoemas>

Em 2018, fez a revisão e compilação de "Missionários açorianos em Timor" vol. 2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas

Em 2018 finalizou o volume 3 de "Crónica Açores uma circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores" cronicando as suas viagens pelo mundo

Completo a Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6 (Obras completas de poesia)

Considera marcantes a Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras (29.3.2010) com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, e ser admitido (5.10.2012) como Académico Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa).

É Editor dos Cadernos (de Estudos) Açorianos da AICL, publicação online,

2019 Nomeado Vice-presidente de PPdM - Oceania - Vice-Presidente para a Oceânia do Movimento Poetas do Mundo

2019 Nomeado membro do Pen International (Açores)

Preside, desde 2010, à Direção da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia que organiza desde 2001-2002, Colóquios da Lusofonia (30 edições, 2 ao ano).

<https://www.lusofonias.net/mais/chrys-cv.html> www.lusofonias.com

**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOL. 3 ANO 2006 - SEM CORTES (CRÓNICAS 10 A 35 – 2006)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOLUME 3**



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)